As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, do Acionista Vendedor, das Instituições Participantes da Oferta, das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação e da CVM.

Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ nº 23.373.000/0001-32
NIRE: 35.300.512.642
Av. Saraiva, 400, sala 09, Vila Cintra
CEP 08745-900 – Mogi das Cruzes, SP
52.851.225 Ações
Valor Total da Oferta: R$1.004.173.275,00
Código ISIN das Ações: "BRVAMOACNOR7"
Código de negociação na B3: "VAMO3"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$17,00 e R$21,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia") e a JSL S.A. ("Acionista Vendedor"), em conjunto com Banco Bradesco BBI S.A. ("Banco Bradesco BBI" ou "Coordenador Líder"), o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador"), o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP Investimentos"), o BB – Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos"), a Caixa Econômica Federal ("Caixa Econômica"), o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e o Banco J. Safra S.A. ("Banco J. Safra" e, em conjunto com Coordenador Líder, o BTG Pactual, o Banco Santander, o BofA Merrill Lynch, a XP Investimentos, o BB Investimentos, a Caixa Econômica e o Credit Suise, os "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, 52.851.225 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus ou gravames (em conjunto, "Ações" e "Oferta"), compreendendo: (i) a distribuição primária de, inicialmente, 26.764.705 novas ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária"); e (ii) a distribuição secundária de, inicialmente, 26.086.520 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor ("Oferta Secundária").

A Oferta será realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente vigente ("Código ANBIMA") e demais normativos aplicáveis, e será coordenada pelos Coordenadores da Oferta e de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Bradesco Securities Inc., BTG Pactual US Capital LLC, Santander Investment Securities Inc., Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, XP Securities LLC, Banco do Brasil Securities LLC, Credit Suisse Securities (USA) LLC e Safra Securities LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement* a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), junto a (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América ("Estados Unidos"), conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterada ("*Securities Act*"), editada pela *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos ("SEC"), em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade com o *Securities Act* e com os regulamentos expedidos ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, e (ii) investidores nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos, que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non U.S. persons*), em conformidade com os procedimentos previstos na *Regulation S* ("Regulamento S"), editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, e cujos investimentos respeitem a legislação aplicável nos seus respectivos países de domicílio ("Investidores Estrangeiros"). Em ambos os casos, apenas serão considerados investidores estrangeiros os investidores que invistam no Brasil de acordo com os mecanismos de investimento da Lei nº 4.131, de 03 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), ou da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373") e da Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("Instrução CVM 560"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 7.927.684 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Ações, com Garantia Firme de Liquidação, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.. a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta, com a interveniência e anuência da B3 ("Contrato de Colocação"), opção esta a ser exercida em razão da prestação de serviço de estabilização de preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo de exercer a Opção de Ações Suplementares a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia, no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo), seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta.

As Ações (sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação de forma individual e não solidária a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação e neste Prospecto. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas ou adquiridas e liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R$17,00 e R$21,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa ("Preço por Ação"). O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais (conforme abaixo definido), a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente por meio do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Caso não haja excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), os Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (conforme definido neste Prospecto) poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Suplementares).

Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

	Preço (R$)[1]	Comissões, Tributos e Despesas (R$)[2][3]	Recursos Líquidos (R$)[2][3]
Preço por Ação	19,00	1,02	17,98
Oferta Primária	508.529.395,00	27.426.835,08	481.102.559,92
Oferta Secundária[4]	495.643.880,00	26.731.872,51	468.912.007,49
Total	**1.004.173.275,00**	**54.158.707,58**	**950.014.567,42**

(1) Com base no Preço por Ação de R$19,00, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$17,00 e R$21,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.
(3) Para informações sobre remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto.
(4) Para maiores informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor na Oferta Secundária, bem como o montante a ser recebido na Oferta Secundária vide página 40 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2019, cuja ata foi devidamente protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"),e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal O Estado de S. Paulo após a obtenção do registro.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal O Estado de S. Paulo e no DOESP.

A participação do Acionista Vendedor na Oferta Secundária foi aprovada em Reunião de seu Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2019, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 185.091/19-2, e será publicada no jornal "Valor Econômico" e no DOESP.

A quantidade de Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor no contexto da Oferta foi aprovada em Reunião do seu Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2019, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Valor Econômico" após a obtenção do registro.

O preço de alienação das Ações pelo Acionista Vendedor será aprovado em Reunião do seu Conselho de Administração a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal O Estado de S. Paulo e no DOESP.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar o registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América na SEC e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

É admissível o recebimento de reservas, a partir de 16 de abril de 2019 (conforme indicado no Aviso ao Mercado) para a subscrição ou aquisição das Ações, conforme o caso, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor ou pelo adquirente após o início do período de distribuição.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 25 de fevereiro de 2019.

"O REGISTRO DA OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA EMISSORA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" DESCRITOS NAS PÁGINAS 20 E 91, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NA PÁGINA 237 DESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS EM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E A SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA – Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder ***Agente de Estabilização***

A data deste Prospecto Preliminar é 8 de abril de 2019.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES 1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA 6
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO 7
SUMÁRIO DA COMPANHIA 9
SUMÁRIO DA OFERTA 24
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES 37
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA 39
Composição do Capital Social 39
Principais Acionistas e Administradores 39
Identificação do Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas Pelo Acionista Vendedor e Recursos Líquidos da Oferta Secundária 40
Descrição da Oferta 41
Aprovações Societárias 42
Procedimento da Oferta 43
Oferta de Varejo 44
Oferta Institucional 49
Prazos de Distribuição e Liquidação 50
Preço por Ação 51
Estabilização de Preço das Ações 51
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 52
Negociação na B3 53
Restrição à Negociação de Ações (*Lock-up*) 53
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração e Custódia das Ações da Companhia 53
Cronograma Estimado da Oferta 54
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 54
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 55
Custos de Distribuição 56
Quantidade, Montante e Recursos Líquidos da Oferta 57
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 58
Suspensão ou Cancelamento da Oferta 59
Inadequação da Oferta 60
Informações sobre a Companhia 60
Informações Adicionais 60
Instituições Consorciadas 64
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA 67
Relacionamento entre a Companhia e o Banco Bradesco BBI 67
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 68
Relacionamento entre a Companhia e o Banco Santander 69
Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch 71
Relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos 72
Relacionamento entre a Companhia e a Caixa Econômica 73
Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos 74
Relacionamento entre a Companhia e o Credit Suisse 75
Relacionamento entre a Companhia e o Banco J. Safra 75
RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES 78
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Banco Bradesco BBI 78
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual 79

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Banco Santander 81
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch..... 83
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BB Investimentos 84
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a Caixa Econômica 86
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a XP Investimentos..... 87
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Credit Suisse 88
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Banco J. Safra 89
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES 91
APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA 97
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 107
CAPITALIZAÇÃO 108
DILUIÇÃO 111
ANEXOS 115
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA 119
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A OFERTA 143
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR QUE APROVOU A ALIENAÇÃO DAS AÇÕES NA OFERTA 185
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR QUE APROVOU A QUANTIDADE DE AÇÕES A SEREM ALIENADAS NO CONTEXTO DA OFERTA 189
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL..... 193
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR QUE APROVARÁ O PREÇO DE ALIENAÇÃO DAS AÇÕES 199
DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 203
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA 211
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018..... 559
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017..... 671
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS *CARVE-OUT* RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018..... 769
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS *CARVE-OUT* RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017..... 859

DEFINIÇÕES

Todos os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" na página 24 deste Prospecto. Ademais, os termos indicados abaixo utilizados neste Prospecto terão o significado a eles atribuídos nesta seção, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionista Vendedor, Acionista Controlador ou JSL	JSL S.A.
Agente Estabilizador ou BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Bradesco Securities, Inc., BTG Pactual US Capital LLC, Santander Investment Securities Inc., Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, Banco do Brasil Securities LLC e XP Securities LLC, Credit Suisse Securities (USA) LLC e Safra Securities LLC, considerados em conjunto.
Alavancagem Líquida	Alavancagem Líquida é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período. Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência, o qual encontra-se anexo a este Prospecto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
BACEN	Banco Central do Brasil.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Bradesco BBI ou Coordenador Líder	Banco Bradesco BBI S.A.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

Companhia ou Vamos	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, até a data de divulgação do Anúncio de Início, data na qual o referido contrato entrará em vigor, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado. A adesão ao Novo Mercado pela Companhia está sujeita à conclusão da Oferta.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia, com as atribuições conferidas pela legislação vigente e pelo Estatuto Social.
Coordenadores da Oferta	Banco Bradesco BBI, BTG Pactual, Banco Santander, BofA Merrill Lynch, XP Investimentos, BB Investimentos, Caixa Econômica, Credit Suisse e Banco J. Safra considerados em conjunto.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia, com as atribuições conferidas pela legislação vigente, pelo Estatuto Social e pelo regimento interno da Diretoria.
Dívida Bruta	Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes. Os valores mencionados de Dívida Bruta não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não deve ser considerada como substituto do fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência, o qual encontra-se anexo a este Prospecto.
Dívida Líquida	Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (a Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

	Os valores mencionados de Dívida Líquida não é uma medida reconhecida de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não deve ser considerada como substituto do fluxo de caixa e não possui um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência, o qual encontra-se anexo a este Prospecto.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EBITDA e Margem EBITDA	O EBITDA é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro líquido do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia. A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia. O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, ou como indicador da performance operacional da Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência, o qual encontra-se anexo a este Prospecto.
EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012 que consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização (EBITDA) menos o do lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos. Por meio da utilização do EBITDA Ajustado, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia, sem o efeito das operações descontinuadas em 2017 e 2018. A "Margem EBITDA Ajustada" consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

	EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador da performance operacional da Companhia. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência, o qual encontra-se anexo a este Prospecto.
Estatuto Social	O Estatuto Social da Companhia.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Formulário de Referência	Formulário de referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480 e anexo a este Prospecto.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB – *International Accounting Standard Board* (IASB).
Instituição Financeira Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2017, conforme alterada.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem de valores mobiliários da B3, destinado à negociação de valores mobiliários emitidos por empresas que se comprometem voluntariamente com a adoção de práticas de governança corporativa e a divulgação pública de informações adicionais em relação ao que é exigido na legislação, previstas no Regulamento do Novo Mercado.
Offering Memorandum	*Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), aprovados pela CVM, e aprovados de acordo com as disposições do CFC.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., incluindo seus anexos e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., incluindo seus anexos e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Securities Act	*Securities Act*, de 1933, dos Estados Unidos, e alterações posteriores.
SEC	*Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 23.373.000/0001-32, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.512.642.
Registro na CVM	Em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Avenida Saraiva, nº 400, Sala 09, Vila Cintra, CEP 08745-900, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.
Diretoria de Relações com Investidores	O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é (11) 3154-4000 e o seu endereço eletrônico é ri@grupovamos.com.br.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "VAMO3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no DOESP e no jornal O Estado de S. Paulo.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, o qual encontra-se anexo a este Prospecto.
Website	ri.grupovamos.com.br. As informações constantes no *site* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS SOBRE O FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, ou estimativas e declarações prospectivas, principalmente nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" deste Prospecto, nas páginas 20 e 91, respectivamente, e nas seções 4, 7 e 10 do Formulário de Referência, nas páginas 237, 290 e 333, respectivamente, deste Prospecto.

As estimativas e perspectivas sobre o futuro têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais concernentes a eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. As estimativas e perspectivas futuras estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente. Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem. Tais fatores, riscos e incertezas incluem, entre outros, os seguintes:

- conjuntura sócio-econômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;
- inflação e desvalorização do Real, bem como flutuações das taxas de juros;
- modificações em leis e regulamentos, incluindo os que envolvem questões fiscais e trabalhistas;
- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento;
- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória;
- informalidade e competição do setor;
- capacidade de treinamento e retenção de profissionais capacitados pela Companhia;
- despesas com acidentes, roubos e outros sinistros;
- aumento do custo da estrutura da Companhia, em especial de custos trabalhistas;
- manutenção e aumento da base de clientes da Companhia, assim como a situação financeira e operacional destes clientes;
- preços praticados no mercado de veículos, máquinas e equipamentos novos e usados;
- capacidade da Companhia de manter e renovar seus contratos de longo prazo com seus clientes; e
- outros fatores de risco discutidos nas seções "Sumário da Companhia - Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta" deste Prospecto, nas páginas 20 e 91, respectivamente, e na seção 4 do Formulário de Referência, na página 237 deste Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras "acredita", "pode", "poderá", "deverá", "visa", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. As considerações sobre estimativas e perspectivas para o futuro incluem informações pertinentes a resultados, estratégias, planos de financiamentos, posição concorrencial, dinâmica setorial, oportunidades de crescimento potenciais, os efeitos de regulamentação futura e os efeitos da concorrência. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas para o futuro constantes neste Prospecto podem vir a não se concretizar.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, OCORRÊNCIA DE EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e perspectivas futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas.

Tendo em vista estas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Apresentamos a seguir um sumário dos nossos negócios, incluindo nossas informações operacionais e financeiras, nossas vantagens competitivas e estratégias de negócio. ***Este sumário é apenas um resumo de tais informações, não contendo todas as informações que um potencial investidor deve considerar antes de tomar sua decisão de investimento em nossas Ações. Informações completas sobre nós estão em nosso Formulário de Referência e em nossas demonstrações financeiras anexas a este Prospecto. Leia este Prospecto e o nosso Formulário de Referência antes de aceitar a Oferta****.*

Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler, cuidadosa e atenciosamente, todo este Prospecto e o Formulário de Referência, incluindo as informações contidas nas seções "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 20 e 91 deste Prospecto, nosso Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto, especialmente as seções "4. Fatores de Risco", "5. Gerenciamento de Riscos e Controles Internos" e "10. Comentários dos Diretores", bem como, nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, para um entendimento mais detalhado dos nossos negócios e da Oferta propriamente dita.

As informações financeiras informadas ao longo do item 7 do Formulário de Referência, estão baseadas nas demonstrações financeiras combinadas carve-out que foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle, desde 1º de janeiro de 2016, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. (empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A.).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out não consolida o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A.

Ressalta-se que as demonstrações financeiras combinadas carve-out refletem uma melhor compreensão dos resultados da Companhia, visto que são comparáveis entre si e foram elaboradas com o propósito específico de fazer parte do processo de oferta pública, favorecendo a compreensibilidade dos investidores.

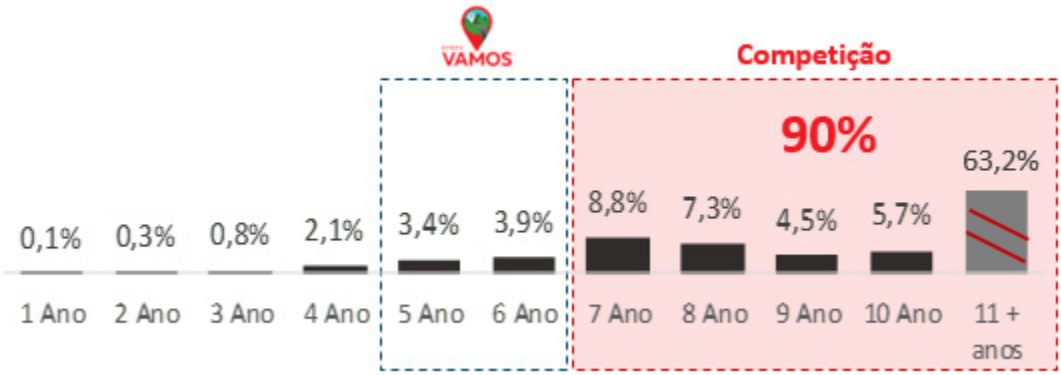
Visão Geral

Somos a empresa líder no setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos do Brasil[1], operando nesse segmento há mais de 20 anos através da nossa controladora JSL S.A. ("JSL") e contávamos com uma frota de 10.862 ativos locados em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 19% com relação a 2017, que contava com 9.117 ativos, e 67% em relação a frota de 2016, que contava com 6.504 ativos. Em setembro de 2015, por meio de uma reorganização do Grupo JSL, grupo com amplo portfólio de serviços logísticos do país, a Vamos foi constituída com o objetivo de consolidar todas as atividades de locação de longo prazo de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem manutenção, além da rede de concessionárias de caminhões e ônibus da Volkswagen/MAN ("VW/MAN") e da rede de lojas de seminovos.

1 De acordo com o Anuário Brasileiro do Setor de Locação de Veículos, divulgado em 2018 pela Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis ("ABLA"), a frota de caminhões em locação no Brasil totalizou 13.155 veículos em 2017, sendo que, no mesmo período, nossa frota correspondia a mais da metade deste total.

Nosso principal negócio é a locação de longo prazo com serviços que asseguram a disponibilidade da frota para nossos clientes, viabilizando assim, uma maior produtividade com menor número de ativos.

Atuamos de forma integrada e sinérgica com todos os nossos negócios. Compramos, vendemos, locamos e fazemos a manutenção de nossos ativos. Possuímos uma estrutura operacional com oficinas próprias e uma rede de oficinas credenciadas em todo o Brasil para atendermos com eficiência, assegurando a disponibilidade dos ativos locados pelos nossos clientes. Nosso modelo de negócio permite alcançar a maximização no valor da venda dos ativos em nossa rede de lojas de seminovos e da rede de concessionárias. Entregamos para nossos clientes disponibilidade da frota alugada com redução de custo e com alta rentabilidade para o nosso negócio, gerando um ciclo virtuoso de negócios. A Companhia ocupa um nicho de alto valor e liquidez no mercado de seminovos, conforme a representatividade nas vendas por idade do ativo indicada abaixo:



Fonte: Relatório Fenabrave[2]

Temos uma rede nacional superior a 1.600 oficinas credenciadas para fazer a manutenção dos ativos alugados com serviço, sendo o controle e gestão inteiramente sob nossa responsabilidade. Dessa forma, temos capacidade instalada para atender em todo o território nacional.

Nossa rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/MAN e as de máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA atuam de forma independente e vivem de sua própria atividade, além disso, servem também para fomentar os negócios de locação e de compra e venda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, cujo mercado ainda é muito incipiente no Brasil, mas de grande oportunidade de crescimento.

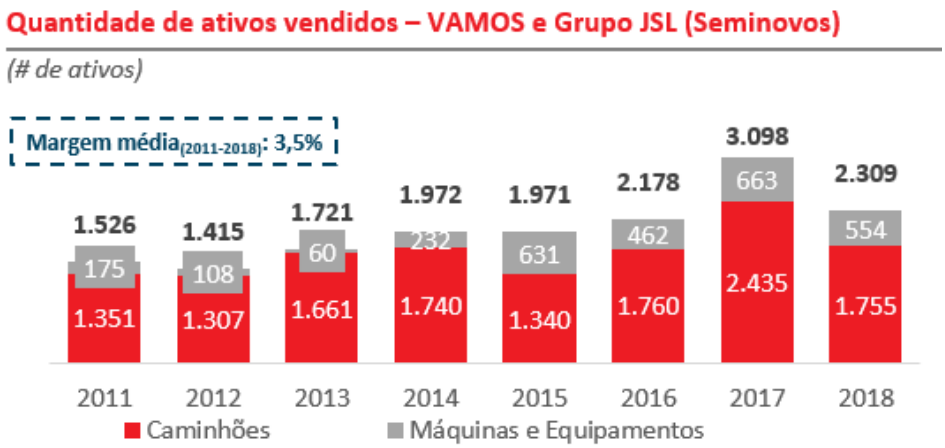
Hoje é parte da nossa estratégia desenvolver e prestar serviços que atendam a necessidade dos nossos clientes, com foco em entender, atender e encantar, gerando um ciclo virtuoso do nosso negócio. Com isso, construímos relacionamentos de longo prazo e expandimos nossos negócios, sendo gente e equipe nosso grande diferencial.

Em 31 de dezembro de 2017, concluímos a aquisição da totalidade do capital social da Borgato, com atuação nos segmentos de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA, e focada no agronegócio. A aquisição da Borgato foi estratégica para a Companhia, possibilitando crescimento nos segmentos de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, com ganhos de escala e sinergia, sendo complementar ao nosso portfólio.

[2] Disponível em: http://www3.fenabrave.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=6&layout=indices-e-numeros

Nosso modelo de negócios está baseado em contratos de locação de longo prazo, de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, assegurando a disponibilidade da frota locada para nossos clientes. Atuamos em diversos setores da economia, principalmente agronegócio, energia, transporte e alimentos, com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados. Além disso, possuímos uma rede de 40 lojas com ampla cobertura nacional, em 10 estados, contando com a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/Man, com 14 lojas, 15 lojas de máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA e 11 lojas de seminovos.

A nossa sólida experiência na gestão, manutenção e escala na aquisição de ativos, bem como nosso relacionamento de longo prazo com todas as montadoras presentes no país, alavancam nosso poder de negociação junto às montadoras e nos permite a aquisição dos ativos com condições diferenciadas de nossos clientes e concorrentes, tendo adquirido nos últimos 3 anos 5.555 caminhões, máquinas e equipamentos. Nossos contratos de locação de longo prazo (5 anos em média) com ativos que são fundamentais para o negócio dos nossos clientes, nos garante alto grau de previsibilidade do fluxo de caixa. Somado a isso, a nossa rede de concessionárias e de lojas de seminovos, com 40 lojas com capilaridade nacional, nos permite ter o domínio de todo o ciclo do nosso negócio, com baixo risco de execução e nos garante uma alta capacidade de venda dos ativos locados ao final dos contratos, conforme indicado abaixo:



Fonte: Neoway

Essa estratégia empresarial, com controle de todo o ciclo do negócio, nos tem permitido alcançar expressivo crescimento com rentabilidade altamente atrativa. A nossa receita líquida no exercício social de 2018 foi de R$983.290 mil, representando um crescimento de 46% em relação a 2017 (R$674.756 mil) e 56% em relação a 2016 (R$628.980 mil). Nosso lucro líquido totalizou R$116.274 mil, no exercício social de 2018, representando um crescimento de 26% em 2017 (R$92.584 mil) e 49% em relação a 2016 (R$77.875 mil), gerando um retorno sobre o patrimônio líquido em 2018 de 17,2%, em 2017 de 17,9% e de 17,8% em 2016. Adicionalmente, o EBITDA de nossas atividades no exercício social de 2018 foi de R$452.175 mil, que representou um crescimento de 48% em 2017 (R$304.993 mil) e 66% em relação a 2016 (R$272.475 mil), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Informações Financeiras Combinadas Carve-out[1]	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018	% 2018 x 2017	2017	% 2017 x 2016	2016
Receita Líquida[2]	R$983,3 milhões	46%	R$674,8 milhões	7%	R$629,0 milhões
Lucro Líquido[3]	R$116,3 milhões	26%	R$92,6 milhões	19%	R$77,9 milhões
EBITDA[4]	R$452,2 milhões	48%	R$305,1 milhões	12%	R$272,5 milhões
Margem EBITDA[5]	46,0%	0,8 p.p.	45,2%	1,9 p.p.	43,3%
Dívida Líquida[6]	R$863,3 milhões	32%	R$656,1 milhões	19%	R$550,4 milhões
Alavancagem Líquida (x)[7]	1,9	–	2,2	–	2,0
ROE[8]	17,2%	-0,7 p.p.	17,9%	0,1 p.p.	17,8%
ROIC[9]	11,3%	0,3 p.p.	11,0%	0,8 p.p.	10,2%

(1) Tais informações combinadas carve-out são apresentadas com o objetivo de proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as nossas operações, gestão e posição patrimonial e de nossas controladas sejam compreendidas dentro de nossa estrutura societária final.

(2) Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços.

(3) Lucro Líquido do exercício.

(4) EBITDA: Consiste no lucro líquido do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização.

(5) Margem EBITDA: consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

(6) Dívida Líquida: é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

(7) Alavancagem Líquida: O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

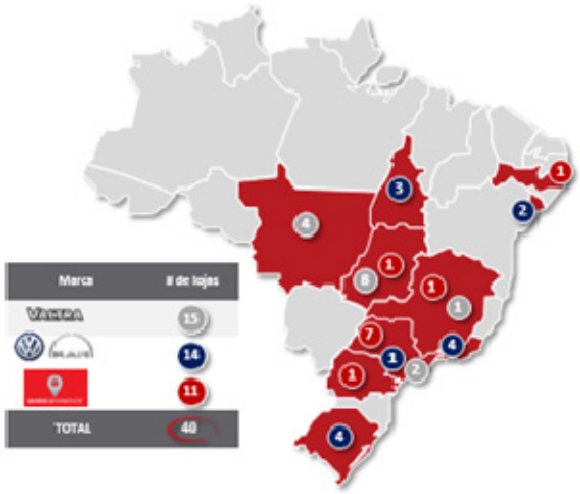
(8) ROE: O ROE Return On Equity (em português: Retorno sobre o Patrimônio) reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio.

(9) ROIC: O ROIC - Return On Invested Capital é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional ("EBIT"), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos uma frota total de 10.862, sendo 8.755 caminhões ou similares[3], e 2.107 máquinas e equipamentos. Adicionalmente, contávamos com mais de 132 clientes nos setores agrícola, energia, mineração, industrial, varejo, transporte, entre outros. Nossa rede de lojas contava, na mesma data, com 40 lojas, sendo 14 concessionárias de caminhões e ônibus da marca VW/MAN, 15 concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA e 11 lojas de seminovos distribuídas em 10 estados do Brasil. Nossa rede de lojas também é um diferencial importante na prospecção de novos clientes, pois conseguimos oferecer uma solução completa para clientes que possuem frota própria, com a compra e venda da frota do cliente através da nossa rede de lojas.

[3] Tais como carretas, cavalos mecânicos, ônibus e utilitários.

O mapa abaixo mostra a distribuição geográfica das nossas 40 lojas, com base em 31 de dezembro de 2018:



As tabelas abaixo destacam algumas das nossas informações financeiras e operacionais combinadas para os períodos indicados:

Informações Operacionais Combinadas[1]	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**				
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	**2018**	**% 2018 x 2017**	**2017**	**% 2017 x 2016**	**2016**
Frota no final do período	10.862	19,14	9.117	63,68	6.504
Número de clientes	132	27,52	106	20,45	88
Número de contratos	331	23,97	267	50,00	178
Valor a receber de contratos de locação (*backlog*)	R$1.787 milhões	24,97	R$1.430 milhões	8,66	R$1.316 milhões
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos					
Número de lojas e concessionárias	40	0	40	42,85	28
Número de ativos vendidos nas lojas de seminovos	2.309	-25,47	3.098	42,24	2.178
Número de caminhões novos vendidos nas lojas VW/Man	2.882	75,52	1.642	12,93	1.454
Número de máquinas e equipamentos novos vendidos nas lojas Valtra	513	–	–	–	–

Linhas de Negócios

Atuamos nos segmentos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, com contratos de longo prazo e concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos. Nosso modelo de negócio é único, pois permite gerar valor em todas as etapas do ciclo de nosso investimento através da sinergia dos negócios. Nosso principal segmento de negócio é o de locação, que contribui, em 2018, com um lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social de R$219.439 mil e com 95% de nosso EBITDA. Contamos também com uma rede de concessionárias de caminhões e ônibus da marca VW/MAN e de máquinas agrícolas da marca Valtra, além de uma rede de lojas de seminovos. Sendo assim, uma plataforma única de negócios que conta com uma base instalada de lojas para comprar e vender caminhões seminovos, pronta para sustentar o crescimento da Companhia e capturar o alto potencial de desenvolvimento desse segmento.

Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

Somos a empresa líder no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos do Brasil. Em 31 de dezembro de 2018, contávamos com uma frota de 8.755 caminhões e similares[4], e uma frota de 2.107 máquinas e equipamentos, totalizando 10.862 ativos locados. Nossos contratos de locação são de longo prazo, com duração de 5 anos em média. Oferecemos contratos de locação com ou sem serviços de manutenção, sempre sem operador, e asseguramos a disponibilidade da frota para nossos clientes.

Possuímos uma frota com modelos diversificados, com representatividade em todas as principais marcas atuantes no Brasil. Nossa escala viabiliza a aquisição dos ativos com preços e condições diferenciadas, sendo uma forte vantagem competitiva frente aos nossos concorrentes e clientes.

Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos R$1.787 milhões de receita futura contratada decorrente de 331 contratos existentes de longo prazo com nossos clientes (*backlog*), representando um crescimento relativo de 25%, frente a R$1.430 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Por meio do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, oferecemos aos nossos clientes diversos benefícios, incluindo: (i) melhorar a alocação de capital; (ii) focar em suas atividades principais; (iii) eliminar o processo de compra e venda dos ativos e risco do valor residual; (iv) melhorar o controle de gestão, manutenção e administração da frota; (v) garantia de disponibilidade, possibilitando redução da frota; (vi) conhecer o real custo para o seu negócio; e (vii) economia em custos operacionais.

Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos

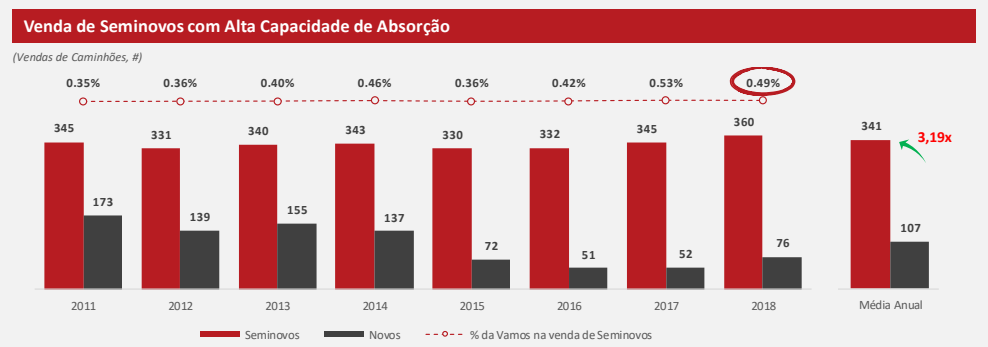
Atuamos com a maior rede de concessionárias das marcas VW/MAN de caminhões e ônibus e Valtra de máquinas e equipamentos agrícolas[5].

A marca VW/MAN é líder no mercado nacional de caminhões, com um total de 28,1% de *market share* em 2017, de acordo com dados da Fenabrave. Temos a maior rede de concessionárias da VW/MAN do Brasil, com 14 lojas distribuídas em 5 estados do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins e Sergipe). Em 2018, vendemos 2.882 caminhões/ônibus nas nossas lojas VW/Man, representando 14% da venda da VW/MAN no Brasil. Nossas lojas vendem caminhões novos e seminovos, além de peças, acessórios e serviços de manutenção, sendo que o mercado de seminovos tem grande potencial de crescimento.

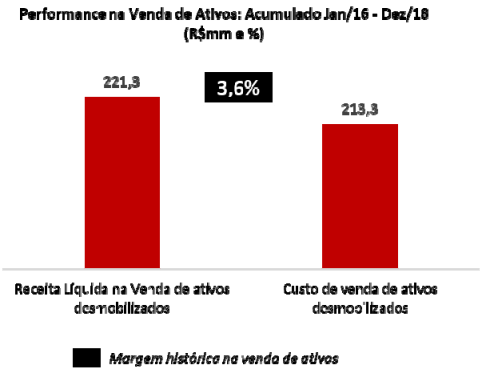
Atuamos no mercado de máquinas e equipamentos agrícolas com concessionárias da marca Valtra. Possuímos 15 lojas distribuídas entre os estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, tendo a maior cobertura nacional. Em 2018, vendemos 513 máquinas agrícolas nas nossas lojas Valtra, dentre os quais 326 foram tratores e que representaram 12% do total de vendas da marca Valtra na região de atuação, e acreditamos ter grande potencial de crescimento com nossas bases instaladas só com a implantação da nossa gestão. A marca Valtra, a qual faz parte do grupo AGCO, foi a primeira fábrica de tratores no Brasil tendo registrado participação de mercado de 17% no segmento de tratores em 2017, o qual é um mercado bastante fragmentado.

[4] Tais como carretas, cavalos mecânicos, ônibus e utilitários.
[5] Fonte: https://www.acav.com.br/concessionarias/

Com intuito de permitir o constante e eficiente fechamento do ciclo do nosso negócio, desenvolvemos o negócio de Seminovos de maneira complementar, o qual está atualmente presente em 5 estados do Brasil, abrangendo todas as regiões do país junto com as concessionárias, reduzindo o custo com transporte e maximizando o valor de venda. Em 31 de dezembro de 2018, nosso negócio de Seminovos contava com uma estrutura de 11 lojas denominadas "VAMOS Seminovos", que proporciona otimização do giro da frota, volume e valor depreciável mais baixo para rentabilizar ainda mais nossos resultados. Nos beneficiamos de um mercado de seminovos resiliente e de grande proporção. Segundo dados da ANFAVEA, a venda média de caminhões novos (0km) nos últimos 8 anos foi de 107 mil caminhões e a venda de caminhões seminovos (mercado secundário) representou mais de 3 vezes o volume da venda de novos, com uma média anual de 341 mil caminhões vendidos. Em 2018, vendemos 1.755 caminhões seminovos que representou 0,49% do mercado, o que demonstra a alta capacidade de absorção do nosso produto nesse mercado.



Nos últimos três anos, nossa venda de ativos desmobilizados totalizou R$221,3 milhões, com uma margem de 3,6%, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Isso demonstra a nossa capacidade de venda e assertividade no valor depreciável, levando em conta que possuímos uma plataforma com uma base instalada de lojas para comprar e vender caminhões seminovos, pronta para sustentar o nosso crescimento.



Nossa Estratégia

Acreditamos que a implementação das nossas principais estratégias comerciais e financeiras nos proporcionará melhorias no desenvolvimento das nossas atividades, de forma a maximizar a lucratividade dos nossos acionistas e propiciando vantagens sobre os nossos concorrentes. Nossa estratégia contempla os temas descritos a seguir:

Manutenção da expansão orgânica com foco em rentabilidade e excelência no atendimento aos clientes

Vamos dar continuidade ao nosso modelo de negócios baseado em eficiência e qualidade no atendimento ao cliente, além de manter nosso crescimento, consolidando e aumentando nossa participação de mercado por meio das seguintes iniciativas:

- ampliar o portfólio de clientes, continuando a expandir a atuação em setores e segmentos de mercado e oferecendo nossos serviços a clientes, tendo em vista que o mercado de locação de caminhões e máquinas ainda é incipiente no Brasil e é caracterizado pela baixa concorrência de empresas relevantes, bem como possui carência de oferta de serviços personalizados e com foco no cliente;

- aproveitar a tendência crescente de clientes buscando a redução de imobilização de ativos, para se beneficiar, dentre outros, de um serviço que lhes permita conferir maior foco às suas atividades principais e obter redução de custos e na alocação de capital; e

- aproveitar eventuais oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas.

Potencialização de sinergias (cross selling) entre nossos segmentos de negócios

Nossa plataforma é composta por negócios sinérgicos que se complementam e potencializam as oportunidades de oferta (*cross selling*), otimizando nossa estrutura corporativa em razão da utilização da mesma base administrativa para os nossos segmentos de negócios fortalecendo a nossa marca, que é utilizada de forma única e integrada. Nossa equipe comercial atua na captação e relacionamento de clientes de locação tanto de caminhões como de máquinas e equipamentos, potencializando o resultado de cada abordagem comercial. Pretendemos potencializar a exploração comercial dessas oportunidades de *cross selling* por meio de uma equipe capaz de oferecer a nossos clientes soluções integradas, com maior valor agregado em um mercado em expansão. Além disso, pretendemos utilizar a base de informações de cada um dos nossos segmentos de negócios de forma a identificar as necessidades de nossos clientes e lhes propor diversas soluções de locação e de serviços, aumentando, assim, nossas vendas e rentabilidade.

Eficiência operacional e disciplina financeira

Desenvolvemos o nosso modelo de negócio baseado no nosso pilar de rentabilidade. Pretendemos expandir nossas operações com eficiência operacional através de ganhos de escala e aumento da geração de caixa com disciplina financeira, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas.

Estamos estruturados operacionalmente para continuar gerando rentabilidade e melhorando nossa eficiência operacional e financeira, com a implementação de equipes 100% dedicadas ao monitoramento do mercado e à análise de capacidades operacionais internas. Com isso, podemos embasar tomadas de decisões estratégicas e executar adequações rapidamente, bem como reagir com agilidade a oportunidades atrativas de negócios que eventualmente surjam nos mercados nos quais atuamos ou nos quais temos interesses em atuar. Temos a intenção de continuar adotando nossa rígida disciplina de capital, reforçando e introduzindo práticas que busquem melhorar a nossa eficiência operacional, de forma que possamos continuar crescendo com rentabilidade e eficiência, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas e sem prejudicar a nossa solidez financeira. Pretendemos preservar e ampliar a nossa consistente geração de caixa operacional.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

Posição de liderança no mercado de atuação

Somos líder no mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos[6], com uma frota de 10 ativos locados, sendo 8.755 caminhões e 2.107 máquinas e equipamentos em 31 de dezembro de 2018. Somos, em conjunto com a nossa controladora, o maior comprador e vendedor de caminhões no Brasil[7] e isso nos coloca em posição privilegiada para capturar o aumento da demanda por locação desses ativos, uma vez que a crescente idade média da frota no Brasil cria a necessidade por uma renovação, representando um alto potencial para terceirização das frotas pelas empresas. Nossa Companhia foi organizada a partir de uma reorganização de negócios da JSL S.A., nosso acionista controlador, companhia líder no setor de logística de transportes no Brasil, operando há mais de 60 anos neste setor, com equipe diferenciada, *expertise* em gestão e manutenção de ativos, diversos canais de captação de clientes, o que nos colocou em posição privilegiada em termos de acesso a fornecedores, clientes e prestadores de serviço, bem como em termos de experiência e conhecimento dos mercados em que atuamos.

Escala de Negócios

Nossa grande recorrência de compras e a grande escala de nossas operações e do grupo do qual fazemos parte nos conferem forte poder de negociação e relacionamento estreito com nossos fornecedores. Por essas razões, somos, em conjunto com a nossa controladora, o maior comprador de caminhões de montadoras brasileiras, tendo adquirido 2.802 veículos em 2018, 1.729 em 2017 e 1.024 em 2016. A escala na aquisição de veículos é uma grande vantagem competitiva uma vez que nos confere melhores condições comerciais na negociação com essas montadoras, favorecendo nossas operações em razão (i) do menor investimento para expansão da frota; e (ii) do menor valor residual dos veículos locados. Nossas aquisições de caminhões representaram cerca de 2,8% das vendas em unidades de caminhões no Brasil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, considerando o total divulgado pela ANFAVEA, o que ilustra nossa relevância na negociação junto ao mercado para renovação de nossa frota operacional. Somos o maior comprador das três principais montadoras do Brasil.

Modelo de negócio com baixo risco de execução no segmento de locação

Nosso modelo de negócios é baseado em contratos de locação de longo prazo para caminhões, máquinas e equipamentos, em que os ativos são fundamentais para o negócio dos clientes. Esse modelo nos permite previsibilidade do fluxo de caixa e da geração de valor dos nossos investimentos. Nossos contratos são padronizados, com média de 5 anos de duração, com correção por índices de inflação anual (IGP-M ou IPCA) e cláusula de rescisão com multa de 50% do valor remanescente do contrato, protegendo a Companhia e assegurando o baixo risco de execução ao nosso modelo de negócios. A nossa ampla rede de lojas para venda dos ativos nos garante um modelo de negócio ainda de menor risco, pela alta capacidade de venda dos ativos ao final dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2018, devido a esse modelo, possuíamos R$1,787 bilhão de receita futura contratada (*backlog*), representando um aumento de 25% frente a R$1,430 bilhão em 31 de dezembro de 2017. Ainda em 31 de dezembro de 2018, possuíamos 83,3% da receita mensal de aluguel vinculada a contratos com duração de 5 anos ou mais.

---

[6] "JSL compra Borgato e cria maior locadora de máquinas e caminhões do país" – Fonte: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/jsl-compra-borgato-e-cria-maior-locadora-de-maquinas-e-caminhoes-do-pais.ghtml

[7] "Deixa que eu monto, embalo, entrego..." Fonte: http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT292902-16642,00.html

Além disso, atuamos em diversos setores da economia e temos amplo portfólio de 132 clientes, distribuídos em setores de importância no país. Em 31 de dezembro de 2018, 47% da nossa receita contratada estava vinculada ao setor do agronegócio, 26% ao setor de energia, 8% ao setor de transporte, 5% ao setor alimentício e o restante 14% a outros setores.

Nossos ativos possuem uma vida útil maior que 5 anos, o que muitas vezes viabiliza negociar com os clientes a extensão dos contratos de locação por pelo menos mais 2 anos, com o mesmo ativo, reduzindo os custos do cliente e aumentando nossa rentabilidade.

Controle de todo o ciclo do negócio com apoio da nossa rede de lojas

Temos a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/MAN do Brasil[8] e a concessionária de máquinas e equipamentos agrícolas, com a maior cobertura de território nacional. Além disso, contamos com uma rede de lojas próprias de seminovos. Nossas lojas nos permitem controlar todo o ciclo do negócio, com a venda dos ativos locados nas nossas concessionárias e lojas de seminovos no término dos contratos de locação.

A nossa rede conta com 40 lojas, sendo 29 concessionárias (15 lojas da Valtra e 14 da VW/MAN) e 11 lojas da Vamos Seminovos, estrategicamente posicionadas, com capilaridade nacional.

O controle da venda dos ativos através da nossa rede de lojas, aliado à nossa experiência nesse mercado, nos permite aumentar a velocidade de vendas dos ativos com o melhor preço, contribuindo para a rentabilidade do nosso investimento. Mesmo com contratos de longo prazo, temos uma plataforma instalada para vender com tranquilidade nossos ativos.

Nossa rede de lojas e concessionárias também é um diferencial importante na prospecção de novos clientes, pois conseguimos oferecer uma solução completa para clientes que possuem frota própria, com a venda da frota do cliente através da nossa rede de lojas.

Excelência no atendimento e qualidade dos serviços

Somos reconhecidos pela excelência e qualidade de nossos serviços, conforme nossos segmentos de negócios, pois oferecemos um atendimento específico de qualidade, ágil e eficiente, customizado por cliente e por tipo de negócio.

Temos um importante *track record* na prestação de serviços em contratos de locação com manutenção e garantia de disponibilidade da frota, sendo este um diferencial reconhecido pelos clientes que contratam o aluguel de caminhões. Buscamos a excelência no atendimento, com profissionais preparados e capacitados para oferecer um atendimento de qualidade e soluções adequadas para nossos clientes. Contamos com uma rede de oficinas com capilaridade nacional e com uma cobertura de assistência 24 horas oferecida aos clientes de veículos locados, estando preparada para o nosso crescimento.

Valorizamos o trabalho de nossos profissionais e acreditamos na importância de investir em seu desenvolvimento e de estimular sua participação ativa na elaboração e apresentação de soluções diferenciadas, que contribuam para a dinâmica da prestação de serviço. Compartilhamos com nossa equipe a cultura de estar a serviço do cliente e sabemos que quanto mais capacitados nossos profissionais, melhor será o atendimento ao cliente. Assim, oferecemos treinamentos de formação específicos para a atividade desempenhada, tais como, atendimento ao cliente, técnicas de vendas e negociações, trabalho em equipe, liderança, motivacional, entre outros, além da integração institucional realizada com nossos colaboradores recém contratados.

[8] Fonte: https://www.acav.com.br/concessionarias/

Atualmente temos uma infraestrutura sólida, uma vez que contamos com uma rede de concessionárias, bases instaladas dentro de nossos próprios clientes, nossas próprias oficinas e além disso nossa rede credenciada. Nosso eventual acesso ao CAPEX será para auxílio na aquisição de novos ativos, uma vez que já nos consideramos prontos para crescer em escala em termos de infraestrutura.

Crescimento forte, consistente e sustentável, aliado a solidez financeira e rentabilidade

Desde a nossa constituição por nossa controladora, JSL S.A., em setembro de 2015, nossos negócios têm alcançado uma Taxa de Crescimento Anual (*CAGR*) de 25% na receita líquida e de 29% em nosso EBITDA. A receita líquida no exercício social encerrado em 2018 foi de R$983,3 milhões, representando um crescimento de 46% em relação a 2017 (R$674,8 milhões) e 56% em relação a 2016 (R$629,0 milhões). O nosso lucro líquido do exercício totalizou R$116,3 milhões, no exercício social de 2018, representando um crescimento de 26% em relação a 2017 (R$92,6 milhões) e 49% em relação a 2016 (R$77,9 milhões), gerando um retorno sobre o patrimônio líquido em 2018 de 17,2%, em 2017 de 17,9% e de 17,8% em 2016. O EBITDA de nossas atividades no exercício social de 2018 foi de R$452,2 milhões, que representou um crescimento de 48% em 2017 (R$305,1 milhões) e 66% em relação a 2016 (R$272,5 milhões).

Nossas atividades de locação permitem oportunidades de crescimento mesmo em momento de retração econômica, tendo em vista que a locação é uma alternativa atrativa aos elevados investimentos em frota própria. Acreditamos que nosso modelo de negócios privilegia um crescimento sólido de nossas receitas em razão de nosso pioneirismo em aproveitar oportunidades de mercado não atendidas, como por exemplo a oferta de locação com serviços de manutenção e garantia de disponibilidade da frota. Adotamos uma rígida disciplina financeira, mantendo o indicador de alavancagem através do índice de dívida líquida /EBITDA, o qual se manteve em média 2,0x ao longo dos últimos três anos, sendo 1,9x em 2018, 2,2x em 2017 e 2,0x em 2016.

Estrutura Societária

Somos controlados pela JSL S.A., companhia aberta, listada no Novo Mercado desde 2010, com atuação no Brasil há mais de 60 anos. A JSL possui um modelo de negócio flexível e integrado para oferecer soluções logísticas customizadas em todo o Brasil a uma grande variedade de clientes em mais de 16 setores da economia.

A JSL, em conjunto com a nossa alta administração, foi responsável por definir e implementar uma ampla reorganização operacional e financeira nos nossos negócios, visando nosso desenvolvimento e consolidação de nossa posição de liderança no mercado, criando as bases necessárias para um crescimento sustentável, eficiente e rentável.

Em setembro de 2015, a Companhia foi constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, sob a denominação de JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. Em 31 de outubro de 2017, alterou sua denominação social e seu tipo societário, passando a ser denominada "Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.". Por força da reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro de 2017, passou a controlar a Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (99,9%), a maior rede de concessionárias VW/MAN de caminhões e ônibus no Brasil, anteriormente controlada diretamente pela JSL S.A. Essas mudanças visaram garantir maior sinergia nas atividades relacionadas a venda e locação de veículos.

Em 22 de dezembro de 2017, concluiu a compra da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. As Sociedades Borgato estão no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, com foco em empresas do segmento de agronegócio, assim como comercialização de máquinas e equipamentos, sendo complementar ao portfólio da Companhia e contribuindo para a estratégia de crescimento da empresa nesse mercado.

Apresentamos abaixo nosso organograma societário após todas as reorganizações societárias descritas acima:

Informações Adicionais

Nossa sede localiza-se na Avenida Saraiva, n° 400, sala 9, Bairro Vila Cintra, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, e nosso número de telefone é +55 (11) 3152-1002. O endereço do *site* é https://grupovamos.com.br. Informações contidas no *site* não constituirão parte do Prospecto, nem serão consideradas como incorporadas por referência ao Prospecto.

Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia

Abaixo se encontram descritos os principais fatores de risco relativos a nós, os quais não são os únicos fatores de risco relevantes e devem ser analisados em conjunto com as informações constantes do Formulário de Referência (sobretudo os fatores de risco descritos no item 4) e na seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", na página 91 deste Prospecto.

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.

A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo: (a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em nossos setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais.

O crescimento e a expansão em nossos mercados atuais e em novos mercados poderão requerer adaptações de nossa estrutura operacional, incluindo, mas não se limitando, investimentos significativos na expansão e gerenciamento de nossa frota de caminhões, máquinas e equipamentos. Nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais poderão vir a ser adversamente afetados se não respondermos de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

Nossos resultados poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada de nossa frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro.

Os preços do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e, consequentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo de aquisição dos caminhões, máquinas e equipamentos menos o preço de venda da receita adicional obtida da venda menos despesas com vendas). Superestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação supervalorizados, que poderão impactar no aumento das tarifas de aluguel, impactando nossa competitividade no segmento de mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Por outro lado, subestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação menores e custos de venda de veículos maiores, podendo causar uma redução em nossa margem operacional. Em qualquer um dos casos, nosso negócio, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser afetados adversamente por estimativas imprecisas da depreciação efetiva.

A Companhia pode não ser bem-sucedida na execução de eventuais aquisições, assim como a Companhia pode assumir certas contingências não identificadas e/ou não identificáveis em decorrência de aquisições de outras empresas.

A Companhia pode aproveitar oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas. Não há como assegurar que a Companhia será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir tais aquisições. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, não podendo a Companhia garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico.

Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a Companhia de forma negativa e, por consequência, impactar seus resultados operacionais e prejudicar os seus acionistas.

O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia requer capital intensivo de longo prazo.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de fazer investimentos, renovar e expandir sua frota. Para financiar esse crescimento da frota de caminhões e equipamentos, a Companhia depende do seu desempenho operacional e da sua capacidade da obtenção de financiamentos de longo prazo. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear a totalidade dos investimentos previstos em seu plano de negócios atual e para financiar sua estratégia de expansão ou que tais financiamentos, além de emissões de dívidas e/ou operações securitizadas serão obtidos, em custos ou com taxas de desconto adequados. Adicionalmente, condições macroeconômicas adversas, condições específicas da indústria em que a Companhia atua, desempenho operacional da Companhia ou outros fatores externos ao ambiente de negócios da Companhia, poderá afetar de forma adversa seu crescimento. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a certas limitações de margens de endividamento e outras métricas financeiras, que podem restringir a sua capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos.

Caso a capacidade da Companhia de captar recursos para financiamento de suas atividades ou para a sua expansão seja afetada, poderá haver impacto na renovação e expansão da frota e, consequentemente, de sua competitividade, podendo afetar negativamente seus negócios, resultados e, consequentemente, sua condição financeira.

O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados.

O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Há competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de caminhões, máquinas e equipamentos e carência de mão de obra especializada e qualificada, sendo certo que tal competição e carência têm efeitos também sobre a Companhia. Ainda, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para contratar, treinar e manter profissionais qualificados. Adicionalmente, os negócios da Companhia são altamente dependentes dos membros de sua alta administração, os quais têm desempenhado papel fundamental no sucesso das operações da Companhia. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, a Companhia pode não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, seus negócios e resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados.

Eventos Recentes

Em 22 de fevereiro de 2019, a VERT Companhia Securitizadora divulgou o Aviso ao Mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis no valor total, inicialmente, de R$250.000.000,00 com liquidação mínima de R$150.000.00,00 e liquidação máxima de R$300.000.000,00, lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio os quais são representados pelas debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição privada de emissão da Companhia.

Em 25 de fevereiro de 2019, a Reunião do Conselho de Administração aprovou e a Assembleia dos Acionistas ratificou a distribuição de dividendos no montante de R$107.290.000 como destinação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R$98.101.000 como distribuição de dividendos das contas de reserva de lucros.

Em 08 de abril de 2019, a Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o cancelamento de 21.553.895 ações (em tesouraria) de sua emissão. Nesta mesma data, foi aprovado o grupamento das ações (na proporção de 3:1) de modo que o capital social da Companhia ficou composto por 96.817.831 ordinárias.

SUMÁRIO DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia - Principais Fatores de Riscos Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 20 e 91, respectivamente, deste Prospecto, na seção do Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexos a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Segue abaixo um resumo dos termos da Oferta:

Acionista Vendedor, Acionista Controlador ou JSL	JSL S.A.
Ações	52.851.225 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sendo 26.764.705 novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e 26.086.520 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Suplementares.
Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 52.851.225 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 42,77% de seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, 60.778.909 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 49,18% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social" na página 39 deste Prospecto.
Ações Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 7.927.684 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, uma opção a ser exercida em razão da prestação de serviço de estabilização de preço das Ações.
Agente Estabilizador	BTG Pactual.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., a ser divulgado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta.

Anúncio de Início

Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., a ser divulgado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.

Anúncio de Retificação

Anúncio de Retificação da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., a ser eventualmente divulgado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelas Instituições Participantes da Oferta, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, em caso de revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2019, cuja ata será devidamente protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") para registro e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Estado de São Paulo" após a obtenção do registro.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "O Estado de São Paulo" e no DOESP.

A participação do Acionista Vendedor na Oferta Secundária foi aprovada em Reunião do seu Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2019, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o nº 185.091/19-2 e será publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico.

A quantidade de Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor no contexto da Oferta foi aprovada em Reunião do seu Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2019, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico.

	O preço de alienação das Ações será aprovado em Reunião do Conselho de Administração do Acionista Vendedor a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico e no DOESP.
Atividade de Estabilização	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início. Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., divulgado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelas Instituições Participantes da Oferta em 8 de abril de 2019 e a ser divulgado novamente em 16 de abril de 2019, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Ações, com Garantia Firme de Liquidação, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta, com a interveniência e anuência da B3.
Contrato de Colocação Internacional	*Placement Facilitation Agreement* a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional.

Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de interveniente anuente, o Acionista Vendedor, na qualidade de doador, o Agente Estabilizador e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, o Agente Estabilizador, a Corretora e os demais Coordenadores da Oferta, na qualidade de intervenientes anuentes, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenadores da Oferta	Banco Bradesco BBI, BTG Pactual, Banco Santander, BofA Merrill Lynch, XP Investimentos, BB Investimentos, Caixa Econômica, Credit Suisse e Banco J. Safra, considerados em conjunto.
Corretora	BTG Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Cronograma da Oferta" na página 54 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (sem considerar as Ações Suplementares), que deverá ser realizada dentro do prazo de até três dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações Suplementares, caso haja o exercício da Opção de Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até três dias úteis contados da data de eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas estimadas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão destinados de acordo com o plano de negócios da Companhia para (i) financiamento da frota para atividade de locação de caminhões, máquinas e equipamentos; (ii) reforço da estrutura de capital; e (iii) pagamento de dividendos. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados ao Acionista Vendedor, inclusive os resultantes de eventual exercício da Opção de Ações Suplementares. Para mais informações adicionais, ver seção "Destinação dos Recursos" na página 107 deste Prospecto.

Direitos, vantagens e restrições das Ações	As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre eles a participação de forma integral em eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio que venham a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início. Para informações adicionais, ver página 52 deste Prospecto.
Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta	O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 52 deste Prospecto.
Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicada	Ocorrerá caso o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um Preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, sem quaisquer ônus.
Faixa Indicativa	Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$17,00 e R$21,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	**Para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente analisados antes da decisão de investimento nas Ações, ver seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 20 e 91 deste Prospecto, respectivamente, além de outras informações incluídas neste Prospecto, e a seção 4 do Formulário de Referência, na página 237 deste Prospecto.**

Inadequação da Oferta	O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de investir nas Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.
Informações Adicionais	A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder protocolaram junto à CVM o pedido de registro da Oferta em 25 de fevereiro de 2019, estando a presente Oferta sujeita à prévia aprovação e registro da CVM. Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta", na página 39 deste Prospecto. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados no item "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 60 deste Prospecto.
Instituições Consorciadas	Instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.
Instituição Financeira Escrituradora	Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.

Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A, editada pela SEC, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade com o *Securities Act* e com os regulamentos expedidos ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) investidores nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos, que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non U.S. persons*), em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S, editado pela SEC no âmbito do *Securities Act*, e cujos investimentos respeitem a legislação aplicável nos seus respectivos países de domicílio. Em ambos os casos, apenas serão considerados investidores estrangeiros, os investidores que invistam no Brasil, de acordo com os mecanismos de investimento da Lei 4.131, ou da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3 (que tenham a carteira gerida por administrador de carteira de valores mobiliários autorizado pela CVM), nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos de investimento, nos termos da Instrução CVM 539.

Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil, bem como clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, que não sejam considerados Investidores Institucionais, e que realizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nos termos da Instrução CVM 539.
Listagem na B3	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código VAMO3, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Oferta	Oferta Primária e Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Offering Memorandum	O *Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Colocação Internacional, considerados em conjunto.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, 26.764.705 novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia , a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131 ou da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, 26.086.520 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio das Instituições Participantes da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131 ou da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560.
Oferta de Varejo	O montante mínimo de 10% das Ações ofertadas, considerando as Ações Suplementares, e de, no máximo 30% das Ações ofertadas, considerando as Ações Suplementares, destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva, conforme previsto no artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado.

Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento e sob a condição de que cada Investidor Institucional assuma a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.
Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada pela Companhia e pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, para colocação das Ações Suplementares, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo de exercer a Opção de Ações Suplementares a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia, no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo), seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta.
Pedido de Reserva	Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para reserva de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada.
Período de Colocação	Prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para que as Instituições Participantes da Oferta efetuem a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre 16 de abril de 2019, inclusive, e 26 de abril de 2019, inclusive, para formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre 16 de abril de 2019, inclusive, e 17 de abril de 2019, inclusive, data esta que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares).

Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada: (i) controladores e/ou administradores da Companhia, do Acionista Vendedor e/ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) pessoas naturais que sejam, direta ou indiretamente, controladoras ou participem do controle societário das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional ou por pessoas a eles vinculadas; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (vi) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações que se encerrará (i) em até seis meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição/aquisição por Ação estará situado entre R$17,00 e R$21,00, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta – Oferta de Varejo", na página 43 deste Prospecto.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de Bookbuilding. A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente através do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de determinação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

Procedimento de *Bookbuilding* Procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente o processo de fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das Ações no mercado secundário.

	Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá causar uma redução na liquidez das Ações no mercado secundário" na página 92 deste Prospecto.
Público Alvo da Oferta	Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.
Regime de Distribuição da Oferta	A Oferta será realizada em regime de garantia firme de liquidação de forma individual e não solidária com relação às Ações (sem considerar as Ações Suplementares), na proporção e até o limite individual de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação.
Restrição à Negociação de Ações (*Lock-up*)	A Companhia, o Acionista Vendedor e os membros do Conselho de Administração e da diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos acordos de *Lock-up*, a não efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, direta ou indiretamente, conforme aplicável em cada caso, sem prévio consentimento dos Agentes de Colocação Internacional e dos Coordenadores da Oferta: (i) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos, ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, bem como registrar ou dar causa a qualquer arquivamento relacionado a uma declaração de registro (ou equivalente) nos termos do *Securities Act* com relação aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer outra forma de acordo por meio do qual seja transferido, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos qualquer direito econômico relacionado aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sendo tal operação, conforme prevista no item (i) acima ou neste item (ii), liquidada mediante entrega de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, em moeda corrente ou sob outra forma de pagamento; ou (iii) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (ii) acima. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

	Para mais informações, veja o fator de risco "A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo Acionista Controlador, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up,* poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia" constante da seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Ações" na página 91 deste Prospecto.
Valor Total da Oferta	R$1.004.173.275,00, sem considerar as Ações Suplementares e com base no preço de R$19,00 por Ação, que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	Valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) aplicável para os Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock up*	Ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis em ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas à Restrição à Negociação de Ações (*Lock-up*).
Veracidade das Informações	A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestam declarações de veracidade a respeito das informações constantes neste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 203.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR, DOS COORDENADORES DA OFERTA, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Companhia

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Avenida Saraiva, nº 400, Sala 09, Vila Cintra,
CEP 08745-900, Mogi das Cruzes, SP
At.: Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli
Tel.: +55 (11) 3154-4000
http://www.grupovamos.com.br/

Acionista Vendedor

JSL S.A.
Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017,
conjunto 91
CEP 04530-001, São Paulo, SP
At.: Sr. Denys Marc Ferrez
Tel.: +55 (11) 2377-7178
Fax: +55 (11) 2377-7836
http://www.jsl.com.br

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar
CEP 01451-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: +55 (11) 2169-4672
Fax: +55 (11) 3847-9856
www.bradescobbi.com.br

Agente Estabilizador
Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fábio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
www.btgpactual.com

Bank Of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400,
12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
Fax: +55 (11) 2188-4009
www.merrilllynch-brasil.com.br

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek,
nº 2.235, Bloco A, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
Fax: +55 (11) 3553-0063
www.santander.com.br

BB – Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, nº 105, 37º andar
CEP 20031-923, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. João Carlos Floriano
Tel.: +55 (21) 3808-3625
Fax: +55 (21) 2262-3862
www.bb.com.br

Caixa Econômica Federal
Avenida Paulista, nº 2.300, 12º andar
CEP 01310-300, São Paulo, SP
At.: Sr. Gabriel Cardozo Goes
Tel.: +55 (11) 3555-9500
E-mail: gabriel.goes@caixa.gov.br
http://www.caixa.gov.br

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A
Avenida Chedid Jafet, nº 75, 30º andar,
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Constantino
Tel.: +55 (11) 3027-2254
www.xpi.com.br

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 700,
10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes)
CEP 04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo de la Peña
Tel.: +55 (11) 3701-6401
Fax: +55 (11) 3701-6912
www.cshg.com.br

Banco J. Safra S.A.
Avenida Paulista, nº 2.100, 16º andar
CEP 01310-930, São Paulo, SP
At.: João Paulo Torres
Tel.: +55 (11) 3175-4184
E-mail: joao.torres@safra.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia e do Acionista Vendedor	Consultores Legais Externos da Companhia e do Acionista Vendedor
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447 CEP 01403-001, São Paulo, SP At.: Sr. Jean Marcel Arakawa Tel.: +55 (11) 3147-7600 Fax: +55 (11) 3147-7770 www.mattosfilho.com.br	**Milbank, Tweed, Hadley & McCloy LLP** Rua Colômbia, nº 325 CEP 01438-000, São Paulo, SP At.: Sr. Tobias Stirnberg Tel.: +55 (11) 3927-7702 Fax: +55 (11) 3927-7777 www.milbank.com

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta
Pinheiro Neto Advogados Rua Hungria, nº 1.100 CEP 01455-906, São Paulo, SP At.: Srs. Henrique Lang / Guilherme Monteiro Tel.: +55 (11) 3247-8400 Fax: +55 (11) 3247-8600 www.pinheironeto.com.br	**Davis Polk & Wardwell LLP** Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 2.041 CEP 04543-011, São Paulo, SP At.: Sr. Manuel Garciadiaz Tel.: +55 (11) 4871-8400 Fax: +55 (11) 4871-8500 www.davispolk.com

Auditores Independentes da Companhia

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105
CEP 04711-904, São Paulo, SP
At.: Sr. Ulysses Magalhães
Tel.: +55 (11) 3940-3133
E-mail: umagalhaes@kpmg.com.br
www.kpmg.com.br

Declarações de Veracidade das Informações

As declarações da Companhia, do Acionista Vendedor e do Coordenador Líder, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas ao presente Prospecto, a partir da página 203.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$482.817.035,79, totalmente subscrito e integralizado, representado por 96.817.831 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nos termos do artigo 7º do Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias, até o limite de 500.000.000 de ações.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	96.817.831	482.817.036	123.582.536	963.419.596
Total	**96.817.831**	**482.817.036**	**123.582.536**	**963.419.596**

(1) Com base no Preço por Ação de R$19,00, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$17,00 e R$21,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	96.817.831	482.817.036	123.582.536	963.419.596
Total	**96.817.831**	**482.817.036**	**123.582.536**	**963.419.596**

(1) Com base no Preço por Ação de R$19,00, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$17,00 e R$21,00, ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais Acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros da administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Acionista Vendedor[(1)]	95.817.831	98,97	69.731.311	56,42
Administradores	0	0,00	0	0,00
Ações em Tesouraria	1.000.000	1,03	1.000.000	0,81
Ações em Circulação	0	0,00	52.851.225	42,77
Total	**96.817.831**	**100,00**	**123.582.536**	**100,00**

(1) Considera 1 ação detida pela JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementar:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Acionistas	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
Acionista Vendedor[(1)]	95.817.831	98,97	61.803.627	50,01
Administradores	0	0,00	0	0,00
Ações em Tesouraria	1.000.000	1,03	1.000.000	0,81
Ações em Circulação	0	0,00	60.778.909	49,18
Total	**96.817.831**	**100,00**	**123.582.536**	**100,00**

(1) Considera 1 ação detida pela JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção 15 do Formulário de Referência da Companhia, o qual encontra-se anexo a este Prospecto a partir da página 493.

Identificação do Acionista Vendedor, Quantidade de Ações Ofertadas Pelo Acionista Vendedor e Recursos Líquidos da Oferta Secundária

JSL S.A., sociedade por ações prestadora de serviços logísticos, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, Conjunto 91, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ sob o nº 52.548.435/0001-79. O Acionista Vendedor possui registro de emissor categoria A na CVM sob nº 22020 desde 15 de abril de 2010 e as ações ordinárias de sua emissão são negociadas no Novo Mercado.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Suplementares:

	Quantidade	**Montante[(1)]**	**Comissões[(1)], Tributos e Despesas[(2)]**	**Comissões, Tributos e Despesas por Ação[(1)]**	**Recursos Líquidos[(1, 2)]**
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
JSL S.A.	26.086.520	495.643.880,00	26.731.872,51	1,02	468.912.007,49
Total da Oferta Secundária ...	**26.086.520**	**495.643.880,00**	**26.731.872,51**	**1,02**	**468.912.007,49**

(1) Com base no Preço por Ação de R$19,00 que corresponde ao ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor, considerando a colocação da quantidade máxima de Ações Suplementares:

	Quantidade	Montante[1]	Comissões[1], Tributos e Despesas[2]	Comissões, Tributos e Despesas por Ação[1]	Recursos Líquidos[1, 2]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
JSL S.A.	34.014.204	646.269.871,25	33.625.935,46	0,99	612.643.935,79
Total da Oferta Secundária	**34.014.204**	**646.269.871,25**	**33.625.935,46**	**0,99**	**612.643.935,79**

(1) Com base no Preço por Ação de R$19,00 que corresponde ao ponto médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Para informações adicionais, os investidores devem ler a seção 15 do Formulário de Referência.

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta será realizada em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, e demais normativos aplicáveis. A Oferta será coordenada pelos Coordenadores da Oferta e contará com a participação das Instituições Consorciadas, sendo que essas últimas participarão da Oferta para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais. Simultaneamente, serão também realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o *Placement Facilitation Agreement*, junto a (i) investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act*, editada pela SEC, em operações isentas de registro nos Estados Unidos, em conformidade com o *Securities Act* e com os regulamentos expedidos ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários, e (ii) investidores nos demais países, exceto o Brasil e os Estados Unidos, que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos (*non U.S. persons*), em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S, editada pela SEC no âmbito do *Securities Act*, e cujos investimentos respeitem a legislação aplicável nos seus respectivos países de domicílio. Em ambos os casos, apenas serão considerados investidores estrangeiros os investidores que invistam no Brasil de acordo com os mecanismos de investimento da Lei nº 4.131, ou da Resolução CMN nº 4.373 e da Instrução CVM 560, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM no Brasil, a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada, poderá ser acrescida em até 15%, ou seja, em até 7.927.684 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, opção esta a ser exercida em razão da prestação de serviço de estabilização de preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo de exercer a Opção de Ações Suplementares a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia, no momento em que for fixado o Preço por Ação (conforme definido abaixo), seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta.

As Ações (sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação de forma individual e não solidária a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Colocação e neste Prospecto. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas ou adquiridas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2019, cuja ata foi devidamente protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") para registro e será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Estado de São Paulo" após a obtenção do registro.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "O Estado de São Paulo" e no DOESP.

A participação do Acionista Vendedor na Oferta Secundária foi aprovada em Reunião do seu Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2019, cuja ata foi devidamente registrada na JUCESP sob o n° 185.091/19-2 e será publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico.

A quantidade de Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor no contexto da Oferta Secundária foi aprovada em Reunião do seu Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2019, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal Valor Econômico.

O preço de alienação das Ações será aprovado em Reunião do Conselho de Administração do Acionista Vendedor a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal Valor Econômico e no DOESP.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e do Período de Reserva, a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, a concessão do registro da Companhia como emissora de valores mobiliários sob categoria "A" pela CVM, a assinatura do Contrato de Colocação e do Contrato de Colocação Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a disponibilização do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações, em regime de garantia firme de liquidação de forma individual e não solidária, sem considerar as Ações Suplementares que não serão distribuídas em regime de garantia firme de liquidação e, observado que a garantia firme de liquidação será prestada pelos Coordenadores da Oferta, na proporção e até os respectivos limites individuais previstos no Contrato de Colocação, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional, conforme descritas abaixo, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a expressa anuência da Companhia e do Acionista Vendedor, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia, do Acionista Vendedor, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio pelas Instituições Participantes da Oferta dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelos Coordenadores da Oferta.

O público alvo da Oferta consiste em (i) Investidores Não Institucionais, sendo que cada Investidor Não Institucional deverá realizar seu Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada; (ii) Investidores Institucionais Locais; e (iii) Investidores Estrangeiros.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido de registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Suplementares, por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais (conforme definido abaixo), até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação. Caso isto ocorra, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados serão integralmente devolvidos, sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do comunicado de cancelamento da Oferta.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das", na página 94 deste Prospecto Preliminar.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição ou aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e ordens de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, caso venham a ser criados, e se a alíquota for superior a zero, no prazo máximo de três dias úteis contados da comunicação do cancelamento. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente (i) junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período compreendido entre 16 de abril de 2019 (inclusive) e 26 de abril de 2019 (inclusive) e (ii) junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas e que realizarem solicitação de reserva antecipada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva durante o período compreendido entre 16 de abril de 2019 (inclusive) e 17 de abril de 2019 (inclusive), data esta que antecederá em pelo menos sete dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados, na eventualidade de haver excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

No contexto da Oferta de Varejo e considerando o esforço de dispersão acionária previsto no artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, o montante de, no mínimo, 10% da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares, e de, no máximo, 30% da totalidade das Ações, considerando as Ações Suplementares, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva.

Na eventualidade de a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá rateio, conforme disposto no item (h) abaixo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), (i), (j), (k) e (l) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta" e "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" do Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores Não Institucionais interessados deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM 476, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens abaixo, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva;

(b) o Investidor Não Institucional que seja Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Com exceção dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, qualquer Pedido de Reserva efetuado por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas fora do respectivo Período de Reserva para Pessoas Vinculadas será automaticamente cancelado pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, na eventualidade de haver excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada;

(c) cada Investidor Não Institucional poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia do seu Pedido de Reserva, nos termos do artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional opte por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado por tal Investidor Não Institucional, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada;

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional até as 12h00 do dia útil imediatamente posterior à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fax ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo;

(e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10h30 da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional em questão e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até as 16h00 da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens (b), (c) e (e) acima e (i), (j), (k) e (l) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (h) abaixo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, referida fração será desconsiderada e levada em conta somente a quantidade inteira de Ações;

(g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja igual ou inferior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não Institucionais serão destinadas a Investidores Institucionais, nos termos descritos na seção Oferta Institucional na página 49 deste Prospecto;

(h) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais seja superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, será realizado rateio das Ações, da seguinte forma: (i) a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais entre todos os Investidores Não Institucionais que tiverem apresentado Pedido de Reserva, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e à quantidade total de Ações destinadas à Oferta de Varejo, desconsiderando-se as frações de Ações até o limite de R$3.000,00 por Investidor Não Institucional, e (ii) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (i) acima, será efetuado o rateio proporcional das Ações destinadas a Investidores Não Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Ações. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(i) caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4° do artigo 45 da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um Preço por Ação que seja resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante dessa aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 6º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 19 do Ofício Circular nº 02/2019/CVM/SRE, de 27 de fevereiro de 2019, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva, sem qualquer ônus, nos termos abaixo descritos;

(j) na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16h00 do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta. Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste item, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total do seu investimento. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (e) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária e com dedução dos valores relativos aos eventuais tributos incidentes, no prazo de três dias úteis contados do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva;

(k) na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta, (ii) resilição do Contrato de Colocação e/ou do Contrato de Colocação Internacional, (iii) cancelamento da Oferta, (iv) revogação da Oferta, que torne ineficaz a Oferta e/ou os atos de aceitação anteriores ou posteriores, ou, ainda, (v) devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os mencionados pedidos serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Participantes da Oferta comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de divulgação de comunicado ao mercado, aos Investidores Não Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (e) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária e com dedução dos valores relativos aos eventuais tributos incidentes no prazo de três dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Retificação; e

(l) na hipótese de comprovadamente haver descumprimento ou indícios de descumprimento, por qualquer uma das Instituições Participantes da Oferta, de qualquer das normas de conduta previstas na carta convite, ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, à emissão de relatórios sobre a Oferta, tal Instituição Consorciada, a critério dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e deverá informar imediatamente aos Investidores Não Institucionais sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos integralmente aos Investidores Não Institucionais os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes, (ii) arcará integralmente com quaisquer custos comprovadamente relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores, (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ser suspensa, por um período de seis meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item (l) deverá informar, imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva, boletim de subscrição/contratos de compra e venda. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva e/ou boletins de subscrição/contratos de compra e venda cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

A revogação, suspensão, o cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, do Acionista Vendedor, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM, veículos também utilizados para disponibilização deste Prospecto, do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, em especial as seções de "Fatores de Risco"; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada instituição; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada. Os Investidores Não Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos respectivos Pedidos de Reserva, bem como as informações constantes deste Prospecto.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos acima, as Ações remanescentes da Oferta serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento. Cada Investidor Institucional interessado em participar da Oferta Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento, em valor financeiro, durante o Procedimento de *Bookbuilding*, de acordo com as seguintes condições:

(a) caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional;

(b) até as 16h00 do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou fax, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada e o Preço por Ação;

(c) a entrega das Ações deverá ser realizada na Data de Liquidação, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao Investidor Institucional, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação. A subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura de boletim de subscrição/contrato de compra e venda, cujo modelo final foi previamente apresentado à CVM, que informa o Investidor Institucional sobre o procedimento para a entrega das Ações. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas ou adquiridas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos da Resolução CMN 4.373 e da Instrução CVM 560 ou da Lei 4.131; e

(d) poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55, uma vez que o direito de subscrever/adquirir e a quantidade máxima de ações a ser subscrita/adquirida pelo formador de mercado, se houver tal limitação, estão divulgados neste Prospecto. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400; são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá ter impacto adverso na formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das Ações da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode causar uma redução na liquidez das Ações no mercado secundário", na página 92 deste Prospecto.**

Prazos de Distribuição e Liquidação

O prazo para a distribuição das Ações terá início na data de divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em 30 de abril de 2019, e será encerrado na data de divulgação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, com data máxima de 30 de outubro de 2019, em conformidade com o artigo 18 da Instrução CVM 400. Para informações sobre o cronograma estimado da Oferta, veja o item "Cronograma Estimado da Oferta" na página 54.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até três dias úteis, contados da data de divulgação do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o terceiro dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16h00 da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será divulgada mediante a divulgação do Anúncio de Início, em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a divulgação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição por Ação estará situado entre R$17,00 e R$21,00 ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa ("Preço por Ação"). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas nos itens (c) e (d) da seção "Oferta de Varejo", na página 44 deste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferiro à Faixa Indicativa, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de fixação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido diretamente através do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta. Portanto, a emissão de Ações neste critério de fixação de preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações.

Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.

Estabilização de Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da divulgação do Anúncio de Início.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, a partir da data de divulgação do Anúncio de Início nos endereços indicados no item "Informações Adicionais" da seção "Informações Sobre a Oferta" na página 60 deste Prospecto.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponderá a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo conselho de administração;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;

(e) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pela Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(g) direito de alienação das Ações em oferta pública de cancelamento de registro de emissor de valores mobiliários ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado, por valor justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia apurado de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, §4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM;

(h) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de divulgação do Anúncio de Início; e

(i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção 18 do Formulário de Referência.

Negociação na B3

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no segmento de listagem do Novo Mercado da B3 a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código "VAMO3".

A Companhia e a B3 celebrarão, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado, data na qua referido contrato entrará em vigor. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência da Companhia.

Por meio do Contrato de Participação no Novo Mercado, a Companhia aderirá ao segmento especial do mercado de ações da B3 denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Restrição à Negociação de Ações (*Lock-up*)

A Companhia, o Acionista Vendedor e os membros do Conselho de Administração e da diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de 180 dias contados da data do divulgação do Anúncio de Início, e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos acordos de *Lock-up*, a não efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, direta ou indiretamente, conforme aplicável em cada caso, sem prévio consentimento dos Agentes de Colocação Internacional e dos Coordenadores da Oferta: (i) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, emprestar, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up,* bem como registrar ou dar causa a qualquer arquivamento relacionado a uma declaração de registro (ou equivalente) nos termos do *Securities Act* com relação aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) celebrar qualquer contrato de swap, hedge ou qualquer outra forma de acordo por meio do qual seja transferido, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos qualquer direito econômico relacionado aos Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up, sendo tal operação, conforme prevista no item (i) acima ou neste item (ii), liquidada mediante entrega de Valores Mobiliários Sujeitos ao Lock-up, em moeda corrente ou sob outra forma de pagamento; ou (iii) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (ii) acima.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração e Custódia das Ações da Companhia

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração e custódia das Ações de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Cronograma Estimado da Oferta

Segue abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

Nº	Eventos	Data[(1)]
1.	Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	25 de fevereiro de 2019
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) Disponibilização deste Prospecto Preliminar	8 de abril de 2019
3.	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding*	9 de abril de 2019
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	16 de abril de 2019
5.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	17 de abril de 2019
6.	Encerramento do Período de Reserva	26 de abril de 2019
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia e pelo Acionista Vendedor Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	29 de abril de 2019
8.	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo	30 de abril de 2019
9.	Início de negociação das Ações no segmento Novo Mercado da B3	2 de maio de 2019
10.	Data de Liquidação	6 de maio de 2019
11.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	31 de maio de 2019
12.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares	5 de junho de 2019
13.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento	30 de outubro de 2019

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de divulgação de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, do Acionista Vendedor, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

A Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e a B3, a última na qualidade de interveniente anuente, celebrarão o Contrato de Colocação, o qual contemplará os termos e condições da Oferta descritos nesta seção. A Companhia e o Acionista Vendedor contrataram cada um dos Coordenadores da Oferta, sujeito aos termos e às condições do Contrato de Colocação, para realizar a Oferta, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400.

Os Coordenadores da Oferta prestarão Garantia Firme de Liquidação às Ações (excluídas as Ações Suplementares) de forma individual e não solidária, conforme disposto na seção "Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação" na página 55 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firmes individuais e não solidárias estarão sujeitas a determinadas condições, não limitadas à (i) entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia, do Acionista Vendedor e pelos assessores jurídicos dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos à Restrição à Negociação de Ações (*Lock-up*) pela Companhia, pelo Acionista Controlador e pelos Administradores durante um prazo de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme seja aplicável em cada Instrumento de *Lock-up*, dentre outras providências.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado entre a Companhia e os Agentes de Colocação Internacional, na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia assume a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são obrigados, nos termos do Contrato de Colocação Internacional a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Colocação Internacional, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A realização da Oferta, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior", na página 96 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias nos endereços indicados em "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", na página 60 deste Prospecto.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, de integralizar/liquidar as Ações (sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas ou adquiridas, porém não integralizadas ou liquidadas, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que forem concedidos os registros da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas ou adquiridas por investidores não sejam totalmente integralizadas ou pagas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá e integralizará ou adquirirá na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, na proporção e até o limite individual da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação e (ii) o número de Ações (sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente subscritas e integralizadas ou pagas por investidores no mercado multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda pelos Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, de tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência da Atividade de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações", na página 94 deste Prospecto Preliminar.

Segue abaixo relação das Ações que, caso alocadas à Oferta, serão objeto de garantia firme de liquidação, de forma individual e não solidária, prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenador da Oferta	Quantidade de Ações[(1)]	Percentual
Banco Bradesco BBI	8.665.907	16,397%
BTG Pactual	8.665.907	16,397%
Banco Santander	8.665.907	16,397%
BofA Merrill Lynch	8.665.906	16,397%
XP Investimentos	6.932.725	13,117%
BB Investimentos	4.332.953	8,198%
Caixa Econômica	4.332.953	8,198%
Credit Suisse	1.725.978	3,266%
Banco J. Safra	862.989	1,633%
Total	**52.851.225**	**100,0%**

(1) Não considera as Ações Suplementares.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM relativas à Oferta Primária e Secundária, as despesas com auditores e advogados da Companhia, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia, salvo pelas despesas com asessores locais do Acionista Vendedor, as quais serão arcadas pelo Acionista Vendedor. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

Segue, abaixo, detalhamento dos custos, despesas e comissões estimados para a Oferta assumidos pela Companhia, que serão arcados proporcionalmente pela Companhia e o Acionista Vendedor em relação ao montante total da Oferta:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[5]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[2]	6.124.205,00	0,61%	0,12	0,61%
Comissão de Garantia Firme de Liquidação[2].....	6.124.205,00	0,61%	0,12	0,61%
Comissão de Colocação[2].....	18.372.614,99	1,83%	0,35	1,83%
Remuneração de Incentivo[3].....	12.050.079,30	1,20%	0,23	1,20%
Total de Comissões[4]	**42.671.104,28**	**4,25%**	**0,81**	**4,25%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções[4].....	**4.557.566,75**	**0,45%**	**0,09**	**0,45%**
Taxas de Registro na CVM[5].....	634.628,72	0,06%	0,01	0,06%
Taxa de Registro na ANBIMA[5].....	40.498,31	0,00%	0,00	0,00%
Taxas da B3[6]	480.164,12	0,05%	0,01	0,05%
Despesas com Auditores[5]	1.104.745,41	0,11%	0,02	0,11%
Despesas com Advogados[7]	2.670.000,00	0,27%	0,05	0,27%
Outras Despesas da Oferta[5][8].....	2.000.000,00	0,20%	0,04	0,20%
Total de Despesas	**6.930.036,55**	**0,69%**	**0,13**	**0,69%**
Total de Comissões e Despesas[9][10] ..	**54.158.707,58**	**5,39%**	**1,02**	**5,39%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$19,00, que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$17,00 e R$21,00 podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Considera a Remuneração Base Variável e Remuneração Base Fixa para as comissões de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Colocação.

(3) Percentual máximo para a Remuneração de Incentivo, que, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, de maneira proporcional e a exclusivo critério da Companhia e do Acionista Vendedor, sendo aplicada sobre a soma do resultado do produto entre (a) a quantidade de Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta; e (b) o Preço por Ação. Adicionalmente, constitui também parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, a exclusivo critério do Acionista Vendedor sendo aplicada sobre a soma do resultado do produto entre (a) a quantidade de Ações Suplementares efetivamente colocadas no âmbito da Oferta; e (b) o Preço por Ação.

(4) Inclui os impostos, taxas e outras retenções (relativos à Comissão de Coordenação, Comissão de Garantia Firme de Liquidação, Comissão de Colocação e Remuneração de Incentivo), os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(5) As taxas de registro da CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(6) Salvo pela taxa de distribuição da B3 a ser paga pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles, as demais taxas da B3 serão arcadas integralmente pela Companhia.

(7) Despesas estimadas dos consultores legais locais e externos da Companhia, dos consultores externos do Acionista Vendedor, bem como dos consultores legais locais e externos dos Coordenadores da Oferta, as quais serão arcadas pela Companhia. As despesas com os consultores legais locais do Acionista Vendedor serão pagas pelo Acionista Vendedor.

(8) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e printer.

(9) Sem levar em consideração a colocação das Ações Suplementares.

(10) Inclui despesas decorrentes do Contrato de Colocação Internacional, como por exemplo, despesas relativas a printer a apresentação de *roadshow*, observado que não são devidas comissões no âmbito do Contrato de Colocação Internacional.

Não há outra remuneração devida pela Companhia e pelo Acionista Vendedor às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a eventuais ganhos decorrentes da Atividade de Estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos da Oferta

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total das comissões e despesas pagas pela Companhia aos Coordenadores da Oferta, bem como dos recursos líquidos oriundos da Oferta recebidos pela Companhia.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, sem considerar o exercício da Opção das Ações Suplementares:

	Quantidade	**Preço por Ação[1]**	**Montante**	**Recursos líquidos[2]**
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*
Oferta Primária.....	26.764.705	19,00	508.529.395,00	481.102.559,92
Oferta Secundária.....	26.086.520	19,00	495.643.880,00	468.912.007,49
Total	**52.851.225**	**19,00**	**1.004.173.275,00**	**950.014.567,42**

(1) Com base no Preço por Ação de R$19,00, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Recursos líquidos de comissão e despesas da Oferta.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertada, considerando o exercício da Opção das Ações Suplementares:

	Quantidade	**Preço por Ação[1]**	**Montante**	**Recursos líquidos[2]**
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*
Oferta Primária.....	26.764.705	19,00	508.529.395,00	481.102.559,92
Oferta Secundária.....	34.014.204	19,00	646.269.871,25	612.643.935,79
Total	**60.778.909**	**19,00**	**1.154.799.266,25**	**1.093.746.495,71**

(1) Com base no Preço por Ação de R$19,00, que é o preço médio da faixa indicativa de preços. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Recursos líquidos de comissão e despesas da Oferta.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta podem requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resulte em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias.

A revogação, suspensão, o cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgado por meio de disponibilização de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM, veículos também utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nessa hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de cinco dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração ou correção monetária, e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos incidentes conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Com a divulgação do Anúncio de Retificação, a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores ao Anúncio de Retificação tornar-se-ão ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, as Instituições Participantes da Oferta só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou Pedidos de Reserva daqueles investidores que se declararem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta terão o prazo de cinco dias úteis contados do recebimento da comunicação direta acerca da modificação na Oferta, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 27 da Instrução CVM 400, para confirmarem o interesse em manter sua aceitação, sendo considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação e da comunicação acerca da modificação na Oferta, caso não revoguem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do seu registro;ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, prazo durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento do registro da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Inadequação da Oferta

O investimento em Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto Preliminar e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Informações sobre a Companhia

Segundo o Estatuto Social, o objeto social da Companhia consiste em (i) locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor; (ii) a prestação dos serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); e (iii) participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Para mais informações sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e sua situação econômico-financeira, leia o Formulário de Referência, o qual encontra-se anexo a este Prospecto a partir da página 211, bem como este Prospecto Preliminar que está disponível nos locais indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" abaixo.

Informações Adicionais

A subscrição/aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam as **seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" nas páginas 91 e 20 deste Prospecto Preliminar, bem como a seção 4 do Formulário de Referência da Companhia.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto ou informações adicionais sobre a Oferta deverão dirigir-se, a partir da data de disponibilização do Aviso ao Mercado, aos seguintes endereços eletrônicos da Companhia, do Acionista Vendedor, e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

COMPANHIA

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Avenida Saraiva, nº 400, Sala 09, Vila Cintra
CEP 08745-900, Mogi das Cruzes, SP
At.: Sr. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli
Tel.: +55 (11) 3154-4000
http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/servicos-aos-investidores/central-de-downloads/ (neste *website* acessar "Prospecto Preliminar")

ACIONISTA VENDEDOR

JSL S.A.
Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 91
CEP 04530-001, São Paulo, SP
At.: Sr. Denys Marc Ferrez
Tel.: +55 (11) 2377-7178
Fax: +55 (11) 2377-7836
http://www.jsl.com.br
http://ri.jsl.com.br/ (neste *website* acessar "Prospecto Preliminar Vamos")

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar
CEP 01451-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Glenn Mallett
Tel.: +55 (11) 2169-4672
Fax: +55 (11) 3847-9856
E-mail: glenn.mallett@bradescobbi.com.br
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO Vamos" e, posteriormente, clicar no *link* "Prospecto Preliminar")

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais – Download", depois em "2019" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.", clicar em "Prospecto Preliminar")

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e nº 2.235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
Fax: +55 (11) 3553-0063
E-mail: pedro.costa@santander.com.br
www.santander.com.br/prospectos (neste *website*, acessar o link "Ofertas em andamento", posteriormente identificar "IPO Vamos" e selecionar o link "Download do Prospecto Preliminar")

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, clicar em "Vamos" e, em seguida, no item "Prospecto Preliminar")

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-010, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Constantino
Tel.: +55 (11) 3027-2254
https://www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A." e, então, clicar em "Prospecto Preliminar")

BB – Banco de Investimento S.A.
Rua Senador Dantas, nº 105, 37º andar
CEP 20031-923, Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. João Carlos Floriano
Tel.: +55 (21) 3808-3625
Fax: +55 (21) 2262-3862
http://www.bb.com.br/ofertapublica (neste *website*, no item "Ofertas em Andamento", acessar "Oferta Pública Ações Vamos", e, em seguida "Leia o Prospecto Preliminar")

Caixa Econômica Federal
Avenida Paulista, nº 2.300, 12º andar
CEP 01310-300, São Paulo, SP
At.: Sr. Gabriel Cardozo Goes
Tel.: +55 (11) 3555-9500
E-mail: gabriel.goes@caixa.gov.br
http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx (neste *website*, no item "Mercado de Capitais - Ofertas em Andamento – Vamos - IPO", e, então, clicar em "Prospecto Preliminar")

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes)
CEP 04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo de la Peña
Tel.: +55 (11) 3701-6401
https://www.cshg.com.br/publico/ofertas (neste *website*, na coluna "Ofertas", localizar "Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.", em seguida na coluna "Documentos" clicar em no *link* "Prospecto Preliminar")

Banco J. Safra S.A.
Avenida Paulista, nº 2.100, 16º andar
CEP 01310-930, São Paulo, SP
At.: Sr. João Paulo Torres
Tel.: +55 (11) 3175-4184
http://www.safrabi.com.br/ (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar Vamos 2019")

Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Rua de Sete de Setembro, nº 111, 5º andar
CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ
www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível);

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão
Praça Antônio Prado, nº 48, Centro
CEP 01010-901, São Paulo, SP
http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ - neste *website* acessar "Ofertas em andamento", em "Empresas" clicar em "Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais anúncios de retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, do Acionista Vendedor, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 indicados a seguir:

COMPANHIA

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
www.ri.grupovamos.com.br (neste *website*, clicar no título do documento correspondente).

ACIONISTA VENDEDOR

JSL S.A.
http://ri.jsl.com.br/ (neste *website*, clicar no título do documento correspondente).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Bradesco BBI S.A.
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Ofertas_Publicas/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO Vamos" e, posteriormente, clicar no título do documento correspondente.

Banco BTG Pactual S.A.
https://www.btgpactual.com/home/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais – Download", depois em "2019" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.", e, então, clicar no título do documento correspondente).

Banco Santander (Brasil) S.A.
www.santander.com.br/prospectos (neste *website*, acessar o link "Ofertas em andamento", posteriormente identificar "IPO Vamos" e selecionar o link específico documento correspondente).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, clicar em "Vamos" e, em seguida, no item do documento correspondente).

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
www.xpi.com.br (neste *website*, clicar em "Investimentos", depois clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A." e, então, clicar no título do documento correspondente).

BB – Banco de Investimento S.A.
http://www.bb.com.br/ofertapublica (neste *website*, no item "Ofertas em Andamento", acessar "Oferta Pública Ações Vamos", e, então, clicar no título do documento correspondente).

Caixa Econômica Federal
http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx (neste *website*, no item "Mercado de Capitais – Ofertas em Andamento – Vamos – IPO", e, então, clicar no título do documento correspondente).

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
https://www.cshg.com.br/publico/ofertas (neste *website*, na coluna "Ofertas", localizar "Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.", em seguida na coluna "Documentos" clicar no título do documento correspondente)

Banco J. Safra S.A.
http://www.safrabi.com.br/ (neste *website* clicar no título do documento correspondente).

Instituições Consorciadas

Comissão de Valores Mobiliários

www.cvm.gov.br neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível.

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ - neste website acessar "Ofertas em andamento", em "Empresas"clicar em "Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.", lin6k no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br). O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em 16 de abril de 2019, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ - neste website acessar "Ofertas em andamento", em "Empresas" clicar em "Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda de Ações nos Estados Unidos da América na SEC ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida, sendo que não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos da América ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S*,* sem que haja o registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. A Companhia e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos da América.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto Preliminar, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 20 E 91, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO 4 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, NA PÁGINA 237 DESTE PROSPECTO, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em 25 de fevereiro de 2019.

"O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Não há inadequação específica da Oferta a certo grupo ou categoria de investidor. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, já que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ou adquirir Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, são descritas abaixo as relações da Companhia (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o Banco Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Na data deste Prospecto, o Banco Bradesco BBI e seu respectivo grupo econômico são credores da Companhia e do Acionista Vendedor nas operações financeiras abaixo descritas:

- Operações de financiamento de equipamentos (Finame e *leasing*) com a Companhia, com taxa média de CDI + 3,0% e vencimento entre 2019 e 2024. Em 20 de fevereiro de 2019, o saldo devedor era de R$120,5 milhões. A operação é garantida (i) pela alienação dos bens financiados; e (ii) por aval da JSL S.A.;

Além do relacionamento descrito acima, a Companhia e seu grupo econômico mantém relacionamento comercial com o Banco Bradesco BBI e/ou com as sociedades de seu conglomerado econômico. Na data deste Prospecto, destacam-se as seguintes operações:

- Serviço de captação composto por: (i) CDB / Compromissado com saldo médio de R$6,5 milhões em dezembro de 2018; e (ii) fundo exclusivo de R$7,5 milhões em dezembro de 2018;

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, o Banco Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. A Companhia e/ou sociedades por ela controladas poderão vir a contratar, no futuro, o Banco Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, extensão de linha de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

O Banco Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos tendo as Ações como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*). Nesse sentido, o Banco Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, conforme permitido na alínea "e" do inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 94 deste Prospecto.

O Banco Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram nos 12 meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da Oferta de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia ou sociedades por ela controladas e, exceto pelo disposto acima, tampouco de operações de financiamento ou reestruturações societárias envolvendo a Companhia ou sociedades por ela controladas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI ou a sociedades de seu conglomerado econômico ou cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Santander

Na data referente deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, são descritas abaixo as relações comercias da Companhia e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico.

Em relação à Companhia:

- Operações de cessão de crédito, contratadas entre dezembro de 2017 e agosto de 2018 com vencimento entre março de 2019 e dezembro de 2022. As operações garantidas possuem aval da JSL e saldo de R$9 milhões na data presente;

- Operações de BNDES Finame, contratadas entre de maio de 2012 e agosto de 2018 com saldo de R$94 milhões na data presente com a finalidade de financiamento de máquinas e equipamentos, vencimento entre dezembro de 2019 e setembro de 2024. Os contratos são garantidos por aval da JSL; e

- Operações de Arrendamento Mercantil (*Leasing*) contratadas entre junho de 2017 e outubro de 2018 com vencimento entre junho de 2019 e novembro de 2022, com saldo de R$18 milhões na presente data. Sendo a operação garantida pela alienação dos bens financiados e aval da JSL.

Em relação à Borgato Serviços Agrícolas S.A.:

- Operações de BNDES Finame contratadas em março de 2018 com vencimento entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, com saldo devedor de R$6 milhões na presente data, garantidas por aval da JSL.

Em relação à Borgato Máquinas S.A.:

- Operação de CDCA contratada em junho de 2018 com vencimento em abril de 2023. A operação possui aval da JSL, e saldo devedor na presente data de R$50 milhões.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Banco Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O Banco Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o Banco Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Banco Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Banco Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Banco Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Banco Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Banco Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco Santander e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do Banco Santander como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia e o Banco Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o BofA Merrill Lynch e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BofA Merrill Lynch no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BofA Merrill Lynch e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que não há qualquer relacionamento relevante entre a Companhia e o BofA Merrill Lynch ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BB Investimentos

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

Em relação à Companhia:

- Cotas de consórcio de automóveis com valor total atualizado em 22 de fevereiro de 2019 de R$2.158.827,00 com data de adesão em 15 de março de 2018 com prazo de 64 meses. Os valores das parcelas são pagos mensalmente via débito em conta corrente; e

- 112 Operações de Finame contratadas entre 24 de março de 2011 e 18 de janeiro de 2014, com vencimento entre 15 de abril de 2021 e 15 de dezembro de 2024. As referidas operações têm incidência de taxa de juros entre 0,25% a.m. e 0,49% a.m. garantidas por alienação fiduciária. Saldo devedor em 22 de fevereiro de 2019 de R$21.104.320,91.

Em relação à controlada Borgato Máquinas S.A:

- Cotas de consórcio de automóveis com valor total atualizado em 22/02/2019 de R$21.353.161,56, contratadas entre 07 de fevereiro de 2017 e 17 de maio de 2017 com prazo de até 60 meses. Os valores das parcelas são pagos mensalmente via débito em conta corrente;

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderá negociar outros valores mobiliários (que não Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações, ações ordinárias ou ações preferenciais de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BB Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BB Investimentos e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). No âmbito da Oferta, o BB Investimentos e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou por suas controladas e coligadas.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BB Investimentos poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BB Investimentos como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e a Caixa Econômica

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, a Caixa Econômica e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia e/ou sociedades integrantes de seu grupo econômico:

- investimentos em fundo exclusivo com saldo de R$10 milhões, em 5 fevereiro de 2019;
- carteira de cobrança bancária com saldo de R$13,27 milhões; e
- folha de pagamento.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, a Caixa Econômica e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia à Caixa Econômica e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a Caixa Econômica poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da Caixa Econômica como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a Caixa Econômica e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, são descritas abaixo as relações da Companhia (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com a XP Investimentos e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Na data deste Prospecto, XP Investimento está coordenando uma oferta de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 1ª Série da 21ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da VERT Companhia Securitizadora, lastreados em direitos creditórios do agronegócio devidos pela Companhia, no montante de, no máximo, R$300,0 milhões ("Oferta de CRA"). A Oferta de CRA está sujeita ao registro da CVM. Pela coordenação, estruturação e distribuição dos CRA no âmbito da Oferta de CRA, a XP Investimentos fará jus a um comissionamento de 2,45% incidente sobre o montante integralizado na Oferta de CRA a título de coordenação, estruturação e remuneração dos canais de distribuição, podendo ainda fazer jus a uma comissão de performance de 0,65% caso haja a integralização de 250.000 CRAs.

Além do relacionamento relativo à Oferta e ao descrito acima, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. A Companhia e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, a XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

A XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, a XP Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação da XP Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia à XP Investimentos e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação da XP Investimentos como instituição intermediária da Oferta e, ainda, que além das informações acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP Investimentos ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco J. Safra

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Banco J. Safra e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- 2 operações de cessões sem coobrigação contratadas pela Movida Locação de Veículos S.A. em novembro e dezembro de 2018, com vencimentos entre abril e junho de 2019, no valor de R$105,2 milhões, a taxas anuais de 8,1% a.a. a 8,7% a.a.;

- 2 operações de fianças bancárias contratadas pela Movida Locação de Veículos S.A. em setembro de 2018, com vencimentos em setembro de 2019, no valor de R$132,2 milhões, à taxa de 1,20% a.a.;

- 557 operações de FINAME contratadas pela Companhia entre março de 2013 e novembro de 2018 com prazos de vencimento entre janeiro de 2020 e janeiro de 2025, no valor de R$107,9 milhões, a taxas entre 2,2% a.a. e 6,0% a.a.;

- 20 operações de leasing contratadas pela Companhia entre abril de 2015 e outubro de 2018 com prazos de vencimento entre abril de 2020 e outubro de 2021, no valor de R$15,2 milhões, a taxas entre 1,8% a.a. e 3,9% a.a.;

- 1 operação de cessão sem coobrigação contratada pela Companhia em setembro 2018 e com vencimento em março de 2019, no valor de R$141,9 mil, à taxa anual de 8,0% a.a.;

- 2 operações de fianças bancárias contratadas pela CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. em setembro e dezembro de 2018, com vencimentos em novembro e dezembro de 2019, no valor de R$41,6 milhões, à taxa de 1,30% a.a.;

- 3 operações de cessões sem coobrigação contratadas pela CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. entre setembro e dezembro de 2018, vencimentos entre março de 2019, no valor de R$1,4 milhões, às taxas anuais de 7,9% a.a. e 8,1% a.a.;

- 1 operação de leasing contratadas pela CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. em setembro de 2015 e com prazos de vencimento em setembro de 2020 e março de 2021, no valor de R$93,5 mil, à taxa de 3,0% a.a.;

- 7 operações de FINAME contratadas pela CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. entre abril de 2014 e março de 2018, com prazos de vencimento entre março de 2023 e abril de 2024, no valor de R$526,9 mil, a taxas entre 3,6% a.a. e 3,9% a.a.;

- 1 operação de cessões sem coobrigação contratadas pela CS Brasil Frotas Ltda. contratada em novembro de 2018 e com vencimento em maio de 2019, no valor de R$1,5 milhões, à taxa anual de 8,1% a.a.; e

- 7 operações de FINAME contratadas pela Movida Participações SA entre janeiro de 2015, com prazo de vencimento em janeiro de 2020, no valor de R$46,6 mil, a taxas entre 2,2% a.a. e 4,8% a.a.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Banco J. Safra e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Banco J. Safra e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). O Banco J. Safra e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações preferenciais da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia", na página 94 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Banco J. Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou reestruturações societárias envolvendo o grupo econômico da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco J. Safra ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Banco J. Safra como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Banco J. Safra ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Banco Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, são descritas abaixo as relações do Acionista Vendedor (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Na data deste Prospecto, o Banco Bradesco BBI e seu respectivo conglomerado econômico são credores do Acionista Vendedor e da Companhia nas operações financeiras abaixo descritas:

- 1 operação de câmbio (4131), no montante total de 8,5 milhões, contratada em 27 de novembro de 2015 com cotação de R$3,76 para US$1,00 e vencimento até 2021. Em fevereiro de 2019, o saldo devedor era de R$6,3 milhões;

- 4 operações de fiança contratadas a partir de fevereiro de 2014, com montante total de R$14,9 milhões e saldo devedor de R$14,9 milhões em fevereiro de 2019;

- Operações de financiamento de equipamentos (Finame e *leasing*) com a JSL S.A., CS Brasil, JSL Pesados, com taxa média de CDI + 3,0%, vencimento entre 2019 e 2024 e saldo devedor de aproximadamente R$71,9 milhões em fevereiro de 2019. As operações são garantidas pela alienação dos bens financiados e pelo aval da JSL S.A.;

- Operação de Nota Promissória pela JSL SA no montante total de R$203,2 milhões, com vencimento em junho de 2019;

- Operação de Debêntures pela Movida Locação de Veículos no montante total de R$257,9 milhões, com vencimento em março de 2023; e

- Operação de Debêntures pela Movida Participações no montante total de R$132,4 milhões, com vencimento em junho de 2023.

Além do relacionamento descrito acima, o Acionista Vendedor e seu conglomerado econômico mantém relacionamento comercial com o Bradesco BBI e/ou com as sociedades de seu conglomerado econômico. Na data deste Prospecto, destacam-se as seguintes operações:

- Prestação de serviço de escrituração de ações;

- Serviço de captação composto por: (i) CDB / Compromissado com saldo médio de R$194,3 milhões em dezembro de 2018; (ii) depósito à vista com saldo médio de R$10,1 milhões em dezembro de 2018; (iii) Invest Plus com saldo médio de R$23,7 milhões em dezembro de 2018; e (iv) fundo exclusivo de R$257,1 milhões em dezembro de 2018;

- Serviços de cobrança registrada com quantidade de 117.513 títulos e saldo médio de R$177,7 milhões. Data-base: setembro de 2018;

- Serviço de pagamentos a fornecedores totalizando o valor de R$470,5 milhões com quantidade de 53.894 pagamentos; serviço de pagamento de tributos PTRB com volume de R$7,1 milhões, quantidade de 189 pagamentos. Data-base: setembro de 2018;

- Serviço de NET EMPRESAS com volume médio de R$319,7 milhões e quantidade de 4.440 transações. Data-base: setembro de 2018; e

- Prestação de serviço de folha de pagamento para aproximadamente 10,2 mil funcionários da Companhia e suas controladas, no valor de R$26,5 milhões e data-base de dezembro de 2018.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades por ela controladas poderão vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, extensão de linha de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

O Banco Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos tendo as Ações como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*). Nesse sentido, o Banco Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, conforme permitido na alínea "e" do inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 94 deste Prospecto.

O Banco Bradesco BBI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos 12 meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da Oferta de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor ou sociedades por ele controladas e, exceto pelo disposto acima, tampouco de operações de financiamento ou reestruturações societárias envolvendo o Acionista Vendedor ou sociedades por ela controladas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Bradesco BBI ou a sociedades de seu conglomerado econômico ou cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da nossa Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Banco Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico não possui relacionamento relevante com o BTG Pactual e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias do Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BTG Pactual no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Vendedor, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BTG Pactual e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BTG Pactual e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declara que, não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Banco Santander

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Santander e/ou sociedades do seu conglomerado econômico possuem relacionamento comercial com o Acionista Vendedor e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico. Nesse contexto, o Acionista Vendedor e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico contrataram, conforme o caso, operações financeiras, dentre as quais se destacam as seguintes:

Em relação ao Acionista Vendedor

- Operações de BNDES Finame contratadas entre julho de 2012 e dezembro de 2017, com vencimento entre julho de 2019 e novembro de 2024, saldo de R$50 milhões na presente data, sem garantia;

- Operações de Arrendamento Mercantil (*Leasing*) contratadas entre fevereiro de 2017 e fevereiro de 2018, com vencimento entre março de 2019 e fevereiro de 2023, saldo de R$9 milhões na presente data, sem garantia;

- Operações de Interest Rate Swap contratadas entre dezembro de 2017 e janeiro de 2018, com vencimento entre junho de 2021 e julho de 2024 e notional de R$18 milhões na data presente, sem garantia. Em relação a primeira operação, a companhia fica ativa em IPCA + 8% (exp 252) e passiva em CDI + 2,53% (exp 252), já na segunda, a companhia fica ativa em 153,9% CDI e passiva em variação cambial + 6,9606%;

- Operações de Confirming, serviço que possibilita antecipar aos fornecedores recursos referentes à venda de bens e prestação de serviços, sem a necessidade destes possuírem linha de crédito junto ao banco, com vencimento em setembro de 2019 e taxa média de 0,71% a.m. Na data presente, o saldo era de R$9 milhões, sem garantia;

- Prestação de serviços de Cash Management, sendo o Santander o responsável por parte dos pagamentos aos fornecedores;

- Operações de Notas de Crédito para Exportação, contratadas entre setembro de 2017 e janeiro de 2018 e vencimento em julho de 2024. Sendo o valor total das notas de crédito R$1.720 milhões; e

- Empréstimo 4131, no montante total de R$300 milhões, contratado em outubro de 2018 e vencimento em outubro de 2021.

Ademais a JSL S.A. mantém com a Santander Asset aplicações no valor de R$142.084.085.

Em relação à Movida Participações S.A.:

- Operações de BNDES Finame contratadas entre maio e julho de 2014, com vencimento entre junho e agosto de 2024, saldo de R$58 milhões na data presente, sendo as operações garantidas por aval da JSL.

Ademais a Movida Participações S.A. mantém com a Santander Asset aplicações no valor de R$50.315.530.

Em relação à Movida Locação de Veículos S.A.:

- Operação de capital de giro contratada em novembro de 2017 e vencimento em novembro de 2020, com saldo de R$107 milhões. Sendo a operação garantida por aval da JSL.

Ademais a Movida Locação de Veículos S.A. mantém com a Santander Asset aplicações no valor de R$44.102.641.

Em relação à CS Brasil Frotas Ltda.:

- Operação de Arrendamento Mercantil (*Leasing*) contratada em abril de 2017 e vencimento em abril de 2019. O saldo devedor na data presente equivale a R$6 milhões, sendo a operação garantida por aval da JSL.

Em relação à CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.:

- Operações de BNDES Finame contratadas entre abril de 2014 e dezembro de 2017, com vencimento entre janeiro de 2023 e maio de 2024, saldo de R$3 milhões na data presente, sendo a operação garantida por aval da JSL; e

- Operações de Arrendamento Mercantil (*Leasing*) contratadas entre abril de 2017 e agosto de 2018 com vencimento entre maio de 2019 e abril de 2021. O saldo devedor na data presente equivale a R$35 milhões, sendo as operações garantidas por aval da JSL.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades por ela controladas poderão vir a contratar, no futuro, o Banco Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, extensão de linha de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

O Banco Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos tendo as Ações como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*). Nesse sentido, o Banco Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, conforme permitido na alínea "e" do inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 94 deste Prospecto.

O Banco Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos 12 meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da Oferta de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor ou sociedades por ele controladas e, exceto pelo disposto acima, tampouco de operações de financiamento ou reestruturações societárias envolvendo o Acionista Vendedor ou sociedades por ela controladas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Banco Santander ou a sociedades de seu conglomerado econômico ou cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco Santander como instituição intermediária da nossa Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Banco Santander ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico não possui relacionamento relevante com o BofA Merrill Lynch e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias do Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu conglomerado econômico. O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não adquiriram ou venderam valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão vir a contratar, no futuro, o BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias, ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BofA Merrill Lynch e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado em ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BofA Merrill Lynch no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Vendedor, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BofA Merrill Lynch e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BofA Merrill Lynch e/ou às sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação a atuação do BofA Merrill Lynch como instituição intermediária da Oferta e, ainda, declara que, não há qualquer relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BofA Merrill Lynch ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BB Investimentos

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o BB Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com o Acionista Vendedor:

- Debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados. Montante de R$352.000.000,00 emitidas em 20 de março de 2017, captadas em 29 de março de 2017, com prazo de 81 meses e vencimento em 20 de dezembro de 2023, sem vinculação de garantias. O saldo devedor atualizado é de R$363.678.004,00. A remuneração das debêntures é de 125% do CDI, com pagamento de juros trimestrais e parcelas de principal no valor de R$50 milhões em 12/2019 e R$75,5 milhões em 12/2020, 12/2021, 12/2022 e 12/2023;

- Debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados, com garantia flutuante, nos termos do artigo 58 da lei das sociedades por ações, no montante de R$400.000.000,00 emitidas em 20 de junho de 2017, captadas em 30 de junho de 2017, com prazo de 48 meses e vencimento em 20 de junho de 2021. O saldo devedor atualizado da operação é de R$405.223.896,00. A remuneração das debêntures é de 125,5% do CDI, com pagamento de juros trimestrais e parcelas de principal anuais em 20 de junho de 2020 e 20 de junho de 2021;

- Debêntures simples, não conversíveis em ações da emissora, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas e certificados no valor de R$600.000.000,00 emitidas em 20 de dezembro de 2018 com prazo de 60 meses e vencimento em 20 de dezembro de 2023 com vinculação de garantias flutuantes e fidejussórias. O saldo devedor atualizado é de R$607.741.602,00. A remuneração das debêntures é de 124% do CDI, com pagamento trimestral de juros sem carência e de principal a partir de 01/2020;

- Um cheque especial ouro no valor de R$6.000.000,00 contratado em 14 de julho de 2015 e vencimento em 31 de dezembro de 2019 sem vinculação de garantias, com taxa de juros de 354,63% a.a. Sem utilização de saldo até o presente;

- Operações de Finame no valor total de R$24.416.320,00, contratadas entre 26 de outubro de 2009 e 17 de dezembro de 2014 e vencimento entre 15 de novembro de 2019 e 15 de janeiro de 2025 com prazo médio de 120 meses e amortização mensal das parcelas. As referidas operações têm a incidência de taxas entre 0,21% a.m. a 0,49% a.m., garantidas por alienação fiduciária;

- Operação de conta garantida no valor de R$3.000.000,00 contratada em 18 de dezembro de 2012 com taxa de 145% do CDI. A operação tem vencimento em 16 de maio de 2019 e não houve utilização de saldo até o presente;

- Fundo de Investimento com saldo atual de R$1.874.215,76 e aplicação inicial em 11 de abril de 2016 com vencimento indeterminado; e

- Fundo de Investimento Exclusivo com saldo atual de R$421.734.113,35 com aplicação inicial em 15 de dezembro de 2014 com vencimento indeterminado.

Além do relacionamento relativo à Oferta e descrito acima, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não possui atualmente qualquer relacionamento com o Acionista Vendedor. Entretanto, o Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão do Acionista Vendedor. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do BB Investimentos no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O BB Investimentos e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão do Acionista Vendedor como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O BB Investimentos – BB BI e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 94 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Acionista Vendedor ou por suas controladas e coligadas.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos da Oferta" na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo do Acionista Vendedor ao BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BB Investimentos poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BB Investimentos como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BB Investimentos.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a Caixa Econômica

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, a Caixa Econômica e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro possuem os seguintes relacionamentos comerciais com o Acionista Vendedor e/ou sociedades de seu grupo econômico, das quais destacam-se as seguintes:

- Serviço de captação composto por: (i) CDB Flex no valor de R$14 milhões em janeiro de 2019; (ii) fundo exclusivo com saldo de R$429 milhões, em 5 fevereiro de 2019; (iii) folha de pagamento com aproximadamente 11.500 contas vinculadas; e (iv) carteira de cobrança bancária com fluxo aproximado de R$40 milhões.

- 3 operações de crédito contratadas entre 28 de junho de 2013 e 4 de dezembro de 2014, com vencimento entre 28 de junho de 2019 e 9 de março de 2023. As referidas operações têm incidência de taxa de juros entre CDI+1,85% a.a. e CDI+2,54% a.a. Saldo devedor em 19 de fevereiro de 2019 de R$920.310.865,09.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades por ela controladas poderão vir a contratar, no futuro, a Caixa Econômica e e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, extensão de linha de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

A Caixa Econômica e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos tendo as Ações como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*). Nesse sentido, a Caixa Econômica e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, conforme permitido na alínea "e" do inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 94 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários emitidos pela Acionista Vendedor ou por suas controladas e coligadas.

Além das operações mencionadas acima, nos últimos 12 meses, o BB Investimentos e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico, não transacionou, de qualquer forma, quaisquer valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor.

Além das informações descritas acima, no item "Relacionamento entre a Companhia e a Caixa Econômica", a Caixa Econômica e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos 12 meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da Oferta de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor ou sociedades por ele controladas e, exceto pelo disposto acima, tampouco de operações de financiamento ou reestruturações societárias envolvendo o Acionista Vendedor ou sociedades por ela controladas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor à Caixa Econômica ou a sociedades de seu conglomerado econômico ou cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da Caixa Econômica como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e a Caixa Econômica ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a XP Investimentos

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, são descritas abaixo as relações do Acionista Vendedor (e das sociedades de seu grupo econômico, conforme aplicável) com a XP Investimentos e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico.

Na data deste Prospecto, a XP Investimentos atua como formador de mercado das seguintes emissões de CRA, lastreadas em direitos creditórios do Acionista Vendedor:

- 83ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A, lastreados em direitos creditórios do agronegócio devidos pelo Acionista Vendedor, realizada nos termos da Instrução CVM 400, encerrada em 1 de julho de 2016 no montante total de R$200,00 milhões. O contrato de formador de mercado foi celebrado em 1 de dezembro de 2015, com vigência de 12 meses, prorrogáveis automaticamente por iguais períodos.

- 116ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A, lastreados em direitos creditórios do agronegócio devidos pelo Acionista Vendedor, realizada nos termos da Instrução CVM 400, encerrada em 21 de junho de 2017 no montante total de R$270,00 milhões. O contrato de formador de mercado foi celebrado em 30 de maio de 2017, com vigência de 12 meses, prorrogáveis automaticamente por iguais períodos.

Nos últimos 12 meses, a remuneração da XP Investimentos para atuar como formador de mercado dos CRA acima mencionados foi de aproximadamente R$190 mil.

Além do relacionamento descrito acima, o Acionista Vendedor mantém uma conta aberta na XP Investimentos.

O Acionista Vendedor e/ou sociedades por ela controladas poderão vir a contratar, no futuro, a XP Investimentos e e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, extensão de linha de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

A XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações de derivativos tendo as Ações como ativo de referência de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (incluindo operações com *total return swap*). Nesse sentido, a XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na presente Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, conforme permitido na alínea "e" do inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, o que poderá afetar a demanda, preço ou outras condições da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 94 deste Prospecto.

Além das informações descritas acima, no item "Relacionamento entre a Companhia e a XP Investimentos", a XP Investimentos e/ou sociedades de seu conglomerado econômico não participaram nos 12 meses antecedentes ao protocolo do pedido de registro da Oferta de ofertas públicas de valores mobiliários de emissão do Acionista Vendedor ou sociedades por ele controladas e, exceto pelo disposto acima, tampouco de operações de financiamento ou reestruturações societárias envolvendo o Acionista Vendedor ou sociedades por ela controladas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor à XP Investimentos ou a sociedades de seu conglomerado econômico ou cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP Investimentos como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e a XP Investimentos ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Credit Suisse

Além do relacionamento referente à Oferta, em 19 de março de 2019, (i) o Acionista Vendedor possuía conta mantida junto a Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("CS CTVM"), sociedade controlada pelo Credit Suisse; (ii) determinada carteira de investimentos (Resolução CMN 4.373/2014) mantida por sociedade afiliada ao Credit Suisse, cujos ativos no Brasil são custodiados pelo Credit Suisse, detinha posição acionária no Acionista Vendedor (JSLG3); e (iii) determinados fundos de investimentos e clubes de investimento administrados pela Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., sociedade controlada pelo Credit Suisse, detinham posição acionária no Acionista Vendedor (JSLG3). Referidas posições acionárias constituem participações minoritárias adquiridas em transações regulares realizadas em mercados regulamentados e não representam, tampouco representaram nos últimos 12 meses, 5% do capital social do Acionista Vendedor. Exceto pelo referido acima, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com o Acionista Vendedor.

O Acionista Vendedor poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Banco J. Safra

Na data deste Prospecto, além do relacionamento decorrente da presente Oferta, o Acionista Vendedor possui relacionamento com o Banco J. Safra e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- 17 operações de leasing contratadas pelo Acionista Vendedor entre abril de 2015 e março de 2016 com prazos de vencimento entre abril de 2020 e março de 2021, no valor de R$35,2 milhões, a taxas entre 1,8% a.a. e 5,8% a.a.;

- 1 operação de fiança bancária contratada pela Acionista Vendedor em dezembro de 2017 com vencimentos em dezembro de 2019, no valor de R$33,9 milhões, à taxa de 1,30% a.a.;

- 126 operações de FINAME contratadas pela Acionista Vendedor entre novembro de 2012 e dezembro de 2014 com prazos de vencimento entre dezembro de 2022 e janeiro de 2025, no valor de R$25,2 milhões, a taxas entre 2,5% a.a. e 6,0% a.a.; e

- 2 operações de cessões sem coobrigação contratadas pela Acionista Vendedor em setembro e novembro de 2018, com vencimento em março e maio de 2019, no valor de R$525,3 mil, às taxas anuais entre 8,0% a.a. e 8,1% a.a.

A Companhia poderá, no futuro, contratar o Banco J. Safra e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Banco J. Safra e/ou sociedades de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações de *total return swap*). O Banco J. Safra e/ou sociedades de seu conglomerado econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das ações preferenciais da Companhia ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia", na página 94 deste Prospecto.

Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Banco J. Safra e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram em ofertas públicas de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia ou reestruturações societárias envolvendo o grupo econômico da Companhia.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 56 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco J. Safra ou a sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Banco J. Safra como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Banco J. Safra ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" na página 20 deste Prospecto e na seção 4 do Formulário de Referência, na página 237 deste Prospecto, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, a partir da página 559 deste Prospecto.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar o Acionista Vendedor de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia" na página 20 deste Prospecto e a seção 4 do Formulário de Referência, na página 237 deste Prospecto.

Um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações emitidas pela Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e pode ser mais volátil que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, incluindo o dos Estados Unidos da América e os europeus. A B3 apresentou, em 31 de dezembro de 2018, capitalização bursátil de, aproximadamente, R$3,6 trilhões (ou US$917 bilhões) e uma média diária de negociação no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 de, aproximadamente, R$12,3 bilhões. Em comparação, a capitalização bursátil da NYSE na mesma data era de, aproximadamente, US$24,4 trilhões. As dez ações mais negociadas na B3, em termos de volume, responderam por, aproximadamente, 46,0% do total de negociações na B3 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelo Acionista Controlador, após a conclusão da Oferta e o período de* Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, o Acionista Controlador e os membros do Conselho de Administração e da diretoria da Companhia celebrarão acordos de restrição à negociação de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), conforme seja aplicável em cada Instrumento de *Lock-up*.

Após as restrições previstas nos acordos de *Lock-up* terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 53 deste Prospecto.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá causar uma redução na liquidez das Ações no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), desde que não seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode impactar adversamente a fixação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas pode causar uma redução na liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição pública de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas e acarretar na diluição da participação acionária dos seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo, em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado de valores mobiliários da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia. No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros países considerados como mercados emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, consequentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil. Qualquer dos acontecimentos acima mencionados poderá prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia, além de dificultar seu acesso ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelo Acionista Controlador, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (sem considerar as Ações Suplementares), o Acionista Controlador será titular de 56,42% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, o atual Acionista Controlador, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuará capaz de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta convite, ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes.

A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos contratadas com terceiros para proteção (*hedge*) ou operações de *total return swap*, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400. Desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia, ou outras condições da Oferta.

Na medida em que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de subscrição/aquisição e integralização/liquidação das Ações (sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas/adquiridas, porém não integralizadas ou liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição, contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Suspensão e Cancelamento" na página 59 deste Prospecto.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar seu plano de negócios.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, o que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta de Varejo. Na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta.

Além disso, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção "Destinação dos Recursos", na página 107 deste Prospecto, e assim afetar a capacidade da Companhia de executar seu plano de negócios, o que poderá ter impactos em seu crescimento e nos resultados de suas operações.

Os investidores na Oferta poderão sofrer diluição imediata no valor de seus investimentos nas Ações, bem como posterior diluição em decorrência de exercício de direitos decorrentes de outorgas realizadas no âmbito do Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Considerando o ponto médio da Faixa Indicativa de preços prevista na capa deste Prospecto, a Companhia espera que o Preço por Ação exceda o valor patrimonial por ação, assim entendido como o resultado da divisão (1) do valor consolidado no ativo da Companhia, reduzido do valor consolidado do seu passivo, pela (2) quantidade total de ações que compõe o capital social da Companhia. Dessa forma, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão integralizar um valor que é superior ao valor patrimonial por ação, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento na Companhia de 54,88%.

Além da diluição imediata do valor contábil do investimento feito logo após a Oferta, os investidores estarão sujeitos à diluição em caso de exercício de direitos de opção de compra de ações de emissão da Companhia, caso o preço de exercício dessas opções seja inferior ao Preço por Ação.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 111 deste Prospecto.

Os acionistas da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar dividendos aos seus acionistas no valor mínimo de 25% de seu lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. Esses ajustes do lucro líquido para os fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, caso o Conselho de Administração determine que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista da condição financeira da Companhia. Para maiores informações, vide item 3.4 do Formulário de Referência, na página 227 deste Prospecto.

A realização da Oferta, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior.

A Oferta compreenderá a distribuição pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e o Acionista Vendedor os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e o Acionista Vendedor também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e o Acionista Vendedor no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos, mesmo que fique provado que nenhuma incorreção foi cometida. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, do Acionista Vendedor e/ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, do Acionista Vendedor e/ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

APRESENTAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

Banco Bradesco BBI S.A.

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2018 os prêmios "Best Investment Bank in Brazil" pela Euromoney, "The Best M&A Bank From America Latina" e "The Best Investment Bank in Brazil" pela Global Finance e "Most Innovative Investment Bank from Latin America" pela The Banker.

Em 2018, o Bradesco BBI assessorou seus clientes no total de 190 operações em todos os segmentos de Investment Banking em um montante total de aproximadamente R$ 162,9 bilhões.

- Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos IPOs (Initial Public Offerings) e *Follow-ons* que foram a mercado em 2018, no qual podemos destacar: coordenador líder do IPO do Banco Inter, primeiro IPO de uma fintech no Brasil e joint *bookrunner* do IPO da Pag Seguro, o maior IPO da NYSE em 2018.

- O Bradesco BBI apresentou no ano de 2018 presença significativa no mercado de capitais brasileiro, tendo participado em 6 das 10 ofertas de companhias brasileiras que foram precificadas no ano. O Bradesco BBI participou como coordenador líder e joint *bookrunner* em 4 ofertas no Brasil e 2 no exterior, que somadas, representaram um volume de aproximadamente R$16,0 bilhões. Podemos destacar a participação do Bradesco BBI como coordenador líder no IPO do Banco Inter, no montante de R$672 milhões, além da participação como joint *bookrunner* no IPO de Pagseguro, no montante de R$7,3 bilhões, como joint *bookrunner* no IPO e *follow-on* da NotreDame Intermédica, no montante R$2.719 milhões e R$2.714 milhões, respectivamente e do *follow-on* da Locamérica Unidas, no montante de R$1.376 milhões.

- Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu o segundo trimestre de 2018 com grande destaque em renda fixa. Coordenou 63 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$21,209 bilhões originados.

- Em 2018, o Bradesco BBI teve 25 transações anunciadas com valor de aproximadamente R$60,8 bilhões. As principais transações realizadas foram: (i) assessoria à Suzano na combinação de negócios com a Fibria por R$35,1 bilhões, 000para a Tyson Foods por R$9,5 bilhões, (iii) assessoria à Eletropaulo na alienação de 73,4% de participação para a Enel por R$5,5 bilhões, (iv) assessoria à Marfrig na aquisição de 51% de participação na National Beef por R$3,3 bilhões, (v) assessoria à Brennand Cimentos na venda de 50% da BCPAR S.A. para a Buzzi Unicem por R$1,9 bilhões, (vi) assessoria à joint venture Votorantim Energia/CPPIB na aquisição de 35,6% da CESP por R$1,7 bilhão, (vii) assessoria à Algar Telecom na alienação de 25% do capital social para o GIC por R$1,0 bilhão, (viii) assessoria à Cemig na venda de 100% dos ativos de telecomunicação para a American Tower e para a Algar Telecom por R$649 milhões, (ix) assessoria à EDP Brasil na alienação de 8 PCHs para a Statkraft por R$591 milhões, (x) assessoria à IG4 Capital na venda de 30,8% da Iguá Saneamento para a Alberta Investment Management Corporation (AIMCo) por R$400 milhões e (xi) assessoria à Carlyle e à Vinci Partners na alienação de 25% do capital da Uniasselvi para a Neuberger Berman por R$380 milhões.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 76.173 pontos de atendimento, destacando-se 4.617 agências. Até o quarto trimestre de 2018, o lucro líquido recorrente foi de R$ 21,564 bilhões, enquanto o patrimônio líquido totalizou R$121,121 bilhões, segundo o Relatório de Análise Econômica e Financeira da instituição.

Banco BTG Pactual S.A.

Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no *ranking* de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o *ranking* da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros *rankings* desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "*Brazil's Equity House of the Year*", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "*Equity House of the Year*" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "*Best Equity House Latin America*" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "*Best Investment Bank*" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin America*" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, *Weighted Rankings*).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no *ranking* da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o *ranking* publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, EcoRodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Deve-se destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e lead *settlement agent* na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, da Alupar, da BR Malls, do Magazine Luiza e da Rumo e dos re-IPOs da Eneva e da Vulcabras. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do *follow-on* da Localiza Rent A Car.

Banco Santander (Brasil) S.A.

O Santander é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 ("Santander Espanha"). O Santander e/ou seu conglomerado econômico ("Grupo Santander") possui, atualmente, cerca de €1,4 trilhão em ativos, administra cerca de €1,5 trilhão em fundos, possui cerca de 133 milhões de clientes e 13,7 mil agências. O Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou presença no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc. Adicionalmente, atua no financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 15 países do continente e nos Estados Unidos da América.

Em 2017, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €6,6 bilhões no mundo, dos quais 48% nas Américas e 28% no Brasil. Na América Latina, em 2017, o Grupo Santander possuía cerca de 5,8 mil agências e cerca de 86 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (*Global Transaction Banking*), mercados de crédito (*Credit Markets*), finanças corporativas (*Corporate Finance*), ações (*Equities*), taxas (*Rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de *Equities*, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de *Equity Research*, *Equity Sales* e *Equity Capital Markets*.

A área de *Equity Research* do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de *research* dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores *target* em operações brasileiras.

Em *Sales & Trading*, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos da América, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio da Santander Corretora.

Em 2017, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 34,4 milhões de clientes, 3.465 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 35 mil caixas eletrônicos próprios e/ou compartilhados, além de um total de ativos em torno de R$684 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R$59 bilhões. O Santander, em 2017, possui uma participação de aproximadamente 28% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar cerca de 58% no resultado do Grupo Santander na América Latina.

A área de *Equity Capital Markets* do Santander participou como *bookrunner* em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2015, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador líder na oferta de *follow-on* da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de *follow-on* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador líder na oferta de *follow-on* da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de *follow-on* da Fras-le S.A. Além de ter atuado como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

Em 2017, o Santander atuou como coordenador líder no *follow-on* da Alupar S.A. e no *follow-on* do Banco Santander (Brasil) S.A., como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais de Movida Participações S.A., Azul S.A., Atacadão S.A., Ômega Geração S.A. Camil Alimentos S.A. e Petrobras Distribuidora S.A., e nas ofertas de *follow-on* da CCR S.A., Lojas Americanas S.A., BR MALLS Participações S.A., BR Properties S.A., Azul S.A., Magazine Luiza S.A., Rumo S.A., International Meal Company Alimentação S.A. e Restoque S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Eneva S.A.

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. está presente no Brasil desde 1953, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o BofA Merrill Lynch acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 ATMs e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do BofA Merrill Lynch, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de *equity*, *bonds* e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

BB-Banco de Investimento S.A.

O Banco do Brasil, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do Prêmio *Top of Mind* 2018, do Instituto Data Folha.

Ao final de 2018, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,47 trilhão de ativos totais, uma base de 66,9 milhões de clientes e presença em 99,6% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 96,8 mil funcionários, distribuídos entre 4.722 agências, 17 países e mais de 65,7 mil pontos de atendimento.

Com objetivo de oferecer soluções diferenciadas e fortalecer o vínculo com as empresas brasileiras, o Banco do Brasil criou o BB Investimentos, subsidiária integral para atuação no mercado de capitais brasileiro. No exterior, o Conglomerado BB atua ainda por meio da Banco do Brasil Securities LLC (Nova Iorque), BB Securities Ltd. (Londres) e BB Securities Asia Pte Ltd. (Cingapura), com foco em investidores institucionais e de varejo.

O BB Investimentos presta assessoria aos seus clientes para a captação de recursos, por meio da coordenação, colocação e distribuição de ativos nos mercados de renda fixa e variável, como ações, debêntures, notas promissórias, Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Fundos de Investimento Imobiliários (FII) e bonds. Oferece ainda soluções para financiamento via *project finance* e transações estratégicas em fusões, aquisições e *private equity*.

No mercado doméstico de renda fixa, o BB Investimentos coordenou, até novembro de 2018, 70 emissões que totalizaram o valor de R$19,2 bilhões e 12% de *market share*, encerrando o período em 3º lugar no *Ranking* ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2018. No mesmo período, foram estruturadas 8 operações de securitização, sendo 4 CRIs, 3 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R$1,04 bilhão. No mercado externo, o BB Investimentos participou da emissão de US$7,45 bilhões, lhe conferindo o 3º lugar no *Ranking* ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, até novembro de 2018.

No mercado de renda variável, o BB Investimentos mantém posição de destaque entre os principais intermediários em ofertas públicas de ações. No ano de 2013, atuou como coordenador dos IPOs de Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy e CPFL Renováveis, e como coordenador líder no IPO de BB Seguridade, que lhe conferiu o prêmio Latin Finance Deals of the Year 2013, pela realização da maior oferta inicial de ações do mundo daquele ano, no valor de R$11.47 bilhões. Em 2014, o BB Investimentos atuou como coordenador do *follow-on* de Oi e do IPO da Ourofino Saúde Animal.

No ano de 2015 participou como coordenador do *follow-on* da Gerdau e, em 2016, como coordenador do *follow-on* da Rumo Logística. Em 2017, atuou como coordenador dos *follow-ons* da Azul, CCR, Lojas Americanas e Magazine Luiza, além dos IPOs de Azul, BR Distribuidora, IRB-Brasil, Movida, Nexa Resources. Em 2018, participou do IPO de Banco Inter e *follow-on* da Unidas.

Caixa Econômica Federal

A Caixa Econômica foi criada em 1861, sendo uma empresa 100% pública que atende não só os seus clientes bancários, mas todos os trabalhadores formais do Brasil, estes por meio do pagamento de FGTS, PIS e seguro-desemprego, beneficiários de programas sociais e apostadores das loterias.

Possui a oitava marca mais valiosa do mercado segundo estudo da Brand Finance, realizado em parceria com a revista The Brander/IAM e publicado na edição anual das 100 marcas mais valiosas presentes no Brasil.

Ao final de 2018, a Caixa Econômica tem aproximadamente R$ 1,27 trilhão de ativos com uma base de 90 milhões de clientes por todo o país.

A Caixa Econômica assessora seus clientes bem como as empresas interessadas na captação de recursos por meio de operações de mercado de capitais, fazendo a coordenação, colocação e distribuição de ativos nos mercados de renda fixa e variável, como ações, debêntures, notas promissórias, Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), Fundos de Investimento Imobiliários (FII), fusões e aquisições, operações de IPO e follow on.

Nos últimos 5 anos a Caixa Econômica atuou em 30 operações de renda fixa, que totalizaram R$24,31 bilhões. Tendo participado da distribuição de 42 fundos de investimento imobiliários e distribuiu R$ 9,1 bilhões em CRI.

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários

A XP Investimentos foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, RS, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em Bolsa e oferecendo educação financeira para os investidores. A trajetória diferenciada e ascendente em relação aos seus concorrentes permitiu uma rápida expansão, com abertura de escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de 2009, a XP Investimentos deu mais um passo e inovou o mercado de investimentos brasileiro, lançando o conceito de supermercado financeiro, com uma plataforma aberta de investimentos, proporcionando uma experiência única para o investidor. O modelo de sucesso atraiu o interesse de fundos de *private equity* internacionais, validando a tese de investimento e permitindo ganhos de escala para seu crescimento.

Em 2011, a XP Investimentos estreou no mercado internacional por meio da criação da XP Securities, hoje XP Investments, com escritórios em Miami, Nova Iorque e Londres. Em 2014, o Grupo XP adquiriu a Clear Corretora no Brasil. Em 2016, anuncia a aquisição de 100% do capital da Rico Investimentos, segmentando suas três marcas para perfis distintos de investidores (XP, Clear e Rico).

Com uma equipe de gestão alinhada à cultura meritocrática, em um modelo de partnership, e sempre mantendo o foco em ajudar o Brasileiro a investir melhor, a XP Investimentos investe de forma relevante no desenvolvimento do mercado de capitais Brasileiro. Esse desenvolvimento se faz necessário para que surjam novos produtos de qualidade no mercado, propiciando assim alternativas interessantes de investimento. A atuação da XP Investimentos configurou um novo paradigma no mercado de investimentos brasileiro, consequentemente atraindo a atenção de grandes bancos e investidores. Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária na companhia, de 49,9%, avaliando a XP em R$12 bilhões e reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios. Em dezembro de 2018, o Grupo XP atingiu mais de 890 mil clientes ativos e R$200 bilhões de reais em ativos sob custódia.

Atualmente, o Grupo XP tem a seguintes áreas de atuação: (i) empresa de investimentos, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica; além disso, possui uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 530 fundos de 110 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R$20 (vinte) bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; (iii) mercado de capitais, engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

A área de mercado de capitais oferece uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (Bonds), Securitização, *Equity Capital Markets*, M&A, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*. Nos últimos anos, a XP classificou-se entre as principais instituições na coordenação de operações de dívida local, tendo papel de destaque nas ofertas como coordenador. Em 2017, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* destacando sua participação nas ofertas de IPO de Burger King no valor de R$1,98 bilhões; IPO de Omega Geração, no valor de R$789 milhões e Movida no valor de R$600 milhões.

Credit Suisse

A estratégia do Credit Suisse – instituição fundada em 1856, com sede em Zurique, Suíça – consiste em estar entre os mais importantes bancos privados e gestores de fortunas com excelentes capacidades de Investment Banking.

O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas principais divisões de negócios: Swiss Universal Bank, International Wealth Management, Asia Pacific, Investment Banking & Capital Markets, Global Markets e Strategic Resolution Unit.

O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender às necessidades de seus clientes. Além disso, está presente em mais de 50 países e conta com mais de 46,5 mil funcionários de aproximadamente 170 diferentes nacionalidades.

As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e, na forma de ADS (CS), em Nova York (NYSE). Os ratings de longo prazo do Credit Suisse Group são: Moody's Baa2, Standard & Poor's BBB+, Fitch Ratings A.

Credit Suisse Brasil

O Credit Suisse no Brasil tem por objetivo ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil e o assessor de confiança de pessoas físicas e investidores institucionais, além de oferecer uma linha completa de soluções financeiras feitas sob medida, de acordo com as necessidades de cada um de nossos clientes.

Em 1990, o Credit Suisse estabeleceu sua presença no Brasil e foi um dos primeiros bancos de investimentos globais estabelecidos no País. Em 1998, com a aquisição do Banco Garantia (fundado em 1971), passou a ser o maior banco de investimentos do Brasil. Posteriormente, em 2006, com a aquisição da Hedging-Griffo (fundada em 1981), o Credit Suisse ingressou nos setores de Private Banking e Alternative Asset Management no Brasil. Desde 2013, o Credit Suisse e a Credit Suisse Hedging-Griffo oferecem uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: Investment Banking, Private Banking e Asset Management.

Os ratings do Credit Suisse Brasil, atribuídos às instituições financeiras do País pela Fitch Ratings, são: AAA (bra), perspectiva estável (longo prazo) e F1+ (bra) (curto prazo), desde 2013.

Investment Banking

Na área de Investment Banking, o Credit Suisse tem vasto conhecimento local e experiência significativa em fusões e aquisições, em colocações primárias e secundárias de ações e em instrumentos de dívida. Além disso, mantém a liderança consolidada em Investment Banking na América Latina desde 2005.

Líder em fusões e aquisições: O Credit Suisse é líder no *ranking* de Fusões e Aquisições (M&A) na América Latina, entre 2005 e 2018, com volume de US$384 bilhões, em transações acima de US$100 milhões.

Líder em emissões de ações: No segmento de Ofertas de Ações (ECM) na América Latina, o Credit Suisse é líder entre 2005 e 2018, com volume de US$41 bilhões.

Líder em IPOs: No segmento de Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) na América Latina, o Credit Suisse é o líder entre 2005 e 2018, com volume de US$25 bilhões.

Líder em corretagem de ações: A corretora do Credit Suisse é a maior dos últimos cinco anos em negociação de ações do Ibovespa no Brasil, com uma participação de 21,0% no período.

O Credit Suisse Brasil também é o formador de mercado líder da B3 em volume financeiro negociado e número de negócios, com 36 companhias como clientes, em vários setores e segmentos, inclusive empresas de pequeno, médio e grande valor de mercado, listadas no IBrX 50, Ibovespa, IBrX 100, e diversos outros índices importantes, além de 13 dos 15 ETFs do mercado de ações brasileiro e diversas BDRs da B3. Nosso volume negociado atingiu cerca de R$93 bilhões em 2018, com participação média de 30%.

Adicionalmente ao volume negociado, o formador de mercado também tem uma participação de 37% no número de negócios, que é uma variável de grande importância no cálculo do Índice de Negociabilidade, um dos parâmetros utilizados no *ranking* dos principais índices da Bovespa.

CSHG Private Banking

O Private Banking da CSHG administra mais de R$116 bilhões e é um dos líderes no Brasil.

Os clientes do Private Banking da CSHG têm atendimento personalizado por bankers e especialistas que assessoram na gestão de fortunas e agregam valor na busca dos melhores produtos, tanto da CSHG quanto do mercado.

Nossos bankers dedicam a você uma assessoria única, mantendo um relacionamento de confiança e proximidade e propondo constantemente novas oportunidades e soluções integradas, sob medida para cada um de seus projetos. Nossos clientes têm acesso a experiências exclusivas e únicas, como eventos culturais, sociais e esportivos; cursos de educação financeira e preparação de herdeiros; além de palestras com gestores e economistas.

CSHG Asset Management

A CSHG Asset Management trabalha para antecipar os grandes movimentos do mercado, com o objetivo de gerar riqueza, sempre protegendo o patrimônio de seus clientes. Atualmente, administra R$55 bilhões para pessoas físicas, empresas e fundações.

Além disso, busca excelência em gestão de recursos com uma equipe experiente e oferece uma ampla gama de produtos nas seguintes classes de ativos: Renda Fixa, Crédito, Multimercado e Imobiliário.

Joint Ventures: A CSHG também oferece a seus clientes diversificadas famílias de fundos geridos por grupos independentes de gestores, quer diretamente ou por intermédio de outras empresas parceiras do Credit Suisse: a Canvas Capital e a Verde Asset.

Responsabilidade social e cultural

O Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo (Instituto CSHG) é o principal veículo de investimento social do Credit Suisse no Brasil. O Instituto CSHG seleciona criteriosamente projetos sociais, primordialmente na área da educação, e acompanha sua execução de forma próxima e permanente.

Em 2018, completou 15 anos de existência, tendo apoiado mais de 190 organizações sem fins lucrativos e investido R$36 milhões nesse período.

Atualmente, alguns dos parceiros do Instituto CSHG são: Instituto Proa, Fundo de Bolsas do Insper, Fundação Estudar, Banco da Providência, entre outros.

Banco J. Safra

O Grupo J. Safra, reconhecido conglomerado bancário e de private banking, possui mais de 175 anos de tradição em serviços financeiros e presença em 23 países, com atividades nos EUA, Europa, Oriente Médio, Ásia, América Latina e Caribe. Entre as empresas financeiras incluídas no Grupo estão o Banco Safra S.A., o Safra National Bank of New York e o J. Safra Sarasin Holding. Em dezembro de 2018 o Grupo possuía em valores agregados, gestão de recursos de terceiros no montante de R$1,0 trilhão.

O Banco J. Safra S.A. atua como banco múltiplo e figura como o quarto maior banco privado por total de ativos, segundo dados do BACEN. Em 31 de dezembro de 2018 os ativos totalizavam R$182,2 bilhões e a carteira de crédito expandida R$107,1 bilhões.

Investment Banking: Atua na originação, execução e distribuição de ofertas de ações no mercado doméstico e internacional, bem como operações de fusões e aquisições, dentre outras.

Em Fusões e Aquisições, o Banco J. Safra atua na assessoria junto às principais Empresas e Fundos do Brasil, tendo conduzido operações, como por exemplo, em 2016, a venda da Lotten Eyes para a Amil e em 2018 a assessoria exclusiva na venda da Alesat para Glencore.

Private Banking: oferece assessoria financeira e patrimonial aos seus clientes e familiares, combinando soluções personalizadas com gerenciamento de riscos, alocação especializada de ativos e confidencialidade.

Asset Management: atuante desde 1980 na gestão de recursos de terceiros através de carteiras administradas e fundos de investimento, com oferta de variedade de produtos aos diversos segmentos de clientes. Em dezembro de 2018, possuía aproximadamente R$96,3 bilhões de ativos sob gestão.

Sales & Trading: criada em 1967, a Safra Corretora atua nos mercados de ações, opções, índice de ações, dólar e DI, além de possuir equipe de pesquisa "Research". Esta equipe é responsável pelo acompanhamento e produção de relatórios macroeconômicos e setoriais, incluindo a cobertura dos setores de Construção Civil, Bancos, Mineração, Siderurgia, Consumo, dentre outros.

Renda Fixa: Atua na originação, execução e distribuição de financiamentos estruturados e títulos de dívidas no mercado doméstico e internacional, incluindo debêntures, notas promissórias, FIDC, CRI, CRA, CCB, Bonds, dentre outros, configurando entres os líderes desse mercado.

No mercado de capitais, em 2018, os principais destaques do Banco J. Safra foram a participação na estruturação e distribuição de operações de CRI, CRA, Debêntures de Infraestrutura, Debêntures, *Bonds* e Notas Promissórias, totalizando mais de R$9 bilhões em operações para empresas dos mais variados setores, tais como Rede D'Or, Einstein, BR Distribuidora, Klabin, Engie Brasil, TAESA, Klabin, EDP, Petrobras e Fibria.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e despesas, serão da ordem de R$481,102 milhões, com base no ponto médio da Faixa Indicativa. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 56 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de acordo com seu plano de negócios para (i) financiamento da frota para atividade de locação de caminhões, máquinas e equipamentos; (ii) reforço da estrutura de capital; e (iii) pagamentos de dividendos já declarados aos seus acionistas.

A tabela abaixo resume os percentuais da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)]**
		(em R$ mil)
Financiamento da frota para atividade de locação de caminhões, máquinas e equipamentos	45,95%	221.088.163,9
Reforço da estrutura de capital.....	10,11%	48.639.396,1
Pagamento de Dividendos[(2)].....	43,94%	211.375.000,0
Total	**100,00%**	**481.102.559,92**

(1) Sem considerar as Ações Suplementares.
(2) Conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2019.

A Companhia não utilizará outras fontes de recursos com destinação associada à destinação dos recursos decorrentes da Oferta Primária.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras, os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação aumentaria (reduziria) o valor dos recursos líquidos a serem captados na Oferta Primária em R$25,5 milhões.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a Seção "Capitalização" na página 108 deste Prospecto Preliminar de Oferta.

A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da Oferta Secundária, visto que tais recursos reverterão integralmente ao Acionista Vendedor.

CAPITALIZAÇÃO

As tabelas a seguir apresentam informações sobre os empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro a pagar circulante e não circulante da Companhia e sua estrutura de capital e indicam (i) a posição em 31 de dezembro de 2018; (ii) os valores ajustados para refletir os Eventos Subsequentes (conforme definido abaixo); e (iii) os valores ajustados para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, no valor de R$481,1 milhões, com base no ponto médio da Faixa Indicativa, após a dedução das comissões e despesas estimadas, em todos os casos.

São considerados eventos subsequentes para fins dos ajustes abaixo ("Eventos Subsequentes"): (i) a distribuição de dividendos, conforme aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 08 de abril de 2019, dos quais R$150 milhões foram considerados para fins das colunas "Ajustado" em razão dos valores de reserva já constituídas em exercícios anteriores ("Dividendos"); e (ii) a emissão, em 14 de março de 2019, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, por meio de uma oferta pública de distribuição ("CRA"), lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio, os quais são por sua vez representados por 250.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição privada de emissão da Companhia ("Debêntures"). A liquidação do CRA está condicionada à colocação, junto a investidores, de um montante mínimo de R$150,0 milhões, correspondente a um valor líquido de R$143,4 milhões ("Montante Mínimo"), podendo chegar a um valor máximo de R$300,0 milhões, correspondente a um valor líquido de R$287,1 milhões ("Montante Máximo"). Para mais informações sobre o CRA, veja o item 18.5 do Formulário de Referência.

As informações abaixo, referentes à coluna "Efetivo", foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com o IFRS e auditadas pelos Auditores Independentes, conforme indicado em seu relatório de auditoria, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas, bem como os itens "3. Informações financeiras selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018[8]						
	Efetivo	**Ajustado Cenário 1[1]**	**Ajustado Cenário 2[2]**	**Ajustado Cenário 3[3]**	**Ajustado Cenário 4[4]**	**Ajustado Cenário 5[5]**	**Ajustado Cenário 6[6]**
	(em milhares de R$)						
Empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar	**931.385**	**1.074.771**	**1.218.534**	**931.385**	**1.074.771**	**1.218.534**	**931.385**
Empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar (circulante)	203.422	203.422	203.422	203.422	203.422	203.422	203.422
Empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar (não circulante)	727.963	871.349	1.015.112	727.963	871.349	1.015.112	727.963
Patrimônio líquido	**581.483**	**431.483**	**431.483**	**431.483**	**912.586**	**912.586**	**912.586**
Capital Social	482.817	482.817	482.817	482.817	963.920	963.920	963.920
Reserva de capital	24.199	24.199	24.199	24.199	24.199	24.199	24.199
Ações em tesouraria	(94.193)	(94.193)	(94.193)	(94.193)	(94.193)	(94.193)	(94.193)
Reserva de lucros	167.951	17.951	17.951	17.951	17.951	17.951	17.951
Outros resultados abrangentes	709	709	709	709	709	709	709
Capitalização Total[7]	**1.512.868**	**1.506.254**	**1.650.017**	**1.362.868**	**1.987.357**	**2.131.120**	**1.843.970**

(1) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil contra reserva de lucros e a captação do Montante Mínimo do CRA de R$143.386 mil registrado como empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando os montantes líquidos.

(2) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil contra reserva de lucros e a captação do Montante Máximo do CRA de R$287.149 mil como empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando os montantes líquidos.

(3) Ajustado para refletir o pagamento de Dividendos no valor de R$150.000 mil e a não captação do CRA, caso o Montante Mínimo não seja atingido.

(4) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil contra reserva de lucros, a captação do Montante Mínimo do CRA de R$143.368 mil como empréstimos e financiamentos de longo prazo, bem como o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de R$481.103 mil, com base no Preço por Ação, sem considerar as Ações Suplementares, após a dedução de comissões e despesas da Oferta.

(5) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil contra reserva de lucros e a captação do Montante Máximo do CRA de R$287.149 mil como empréstimos e financiamentos de longo prazo, bem como o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de R$481.103 mil, com base no Preço por Ação, sem considerar as Ações Suplementares, após a dedução de comissões e despesas da Oferta.

(6) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil contra reserva de lucros e a não captação do CRA, caso o Montante Mínimo não seja atingido, bem como o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de R$481.103 mil, com base no Preço por Ação, sem considerar as Ações Suplementares, após a dedução de comissões e despesas da Oferta.

(7) Capitalização total corresponde à soma total de empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar circulante e não circulante e o patrimônio líquido nas datas indicadas. Ressalta-se que a definição de "Capitalização" pode variar de acordo com outras sociedades.

(8) Não considera eventuais ajustes em razão da adoção do IFRS 16 pela Companhia.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação aumentaria (reduziria) o patrimônio líquido da Companhia e a capitalização total em R$25,5 milhões após a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta.

As informações abaixo, referentes à coluna "Efetivo *Carve-Out*", foram extraídas das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com as IFRS e auditadas pelos Auditores Independentes, conforme indicado em seu relatório de auditoria, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas, bem como os itens "3. Informações financeiras selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018[8]						
	Efetivo *Carve-out*	**Ajustado Cenário 1[1]**	**Ajustado Cenário 2[2]**	**Ajustado Cenário 3[3]**	**Ajustado Cenário 4[4]**	**Ajustado Cenário 5[5]**	**Ajustado Cenário 6[6]**
	(em milhares de R$)						
Empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar	**934.922**	**1.078.308**	**1.222.071**	**934.922**	**1.078.308**	**1.222.071**	**934.922**
Empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar (circulante)	204.310	204.310	204.310	204.310	204.310	204.310	204.310
Empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar (não circulante)	730.612	873.998	1.017.761	730.612	873.998	1.017.761	730.612
Patrimônio líquido	**642.964**	**492.964**	**492.964**	**492.964**	**974.067**	**974.067**	**974.067**
Capital Social	482.817	482.817	482.817	482.817	963.920	963.920	963.920
Reserva de capital	24.199	24.199	24.199	24.199	24.199	24.199	24.199
Ações em tesouraria	(94.193)	(94.193)	(94.193)	(94.193)	(94.193)	(94.193)	(94.193)
Reserva de lucros	167.951	17.951	17.951	17.951	17.951	17.951	17.951
Outros resultados abrangentes	62.190	62.190	62.190	62.190	62.190	62.190	62.190
Capitalização Total[7]	**1.577.886**	**1.571.272**	**1.715.035**	**1.427.886**	**2.052.375**	**2.196.138**	**1.908.989**

(1) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil contra reserva de lucros e a captação do Montante Mínimo do CRA de R$143.386 mil, considerando os montantes líquidos.

(2) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil contra reserva de lucros e a captação do Montante Máximo do CRA de R$287.149 mil como empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando os montantes líquidos.

(3) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil e a não captação do CRA, caso o Montante Mínimo não seja atingido.

(4) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil contra reserva de lucros, a captação do Montante Mínimo do CRA de R$143.386 mil como empréstimos e financiamentos de longo prazo, bem como o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de R$481.103 mil, com base no Preço por Ação, sem considerar as Ações Suplementares, após a dedução de comissões e despesas da Oferta.

(5) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil contra reserva de lucros e a captação do Montante Máximo do CRA de R$287.149 mil como empréstimos e financiamentos de longo prazo, bem como o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de R$481.103 mil, com base no Preço por Ação, sem considerar as Ações Suplementares, após a dedução de comissões e despesas da Oferta.

(6) Ajustado para refletir a distribuição de Dividendos no valor de R$150.000 mil contra reserva de lucros e a não liquidação do CRA, caso o Montante Mínimo não seja atingido, bem como o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de R$481.103 mil, com base no Preço por Ação, sem considerar as Ações Suplementares, após a dedução de comissões e despesas da Oferta.

(7) Capitalização total corresponde à soma total de empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar circulante e não circulante e o patrimônio líquido nas datas indicadas. Ressalta-se que a definição de "Capitalização" pode variar de acordo com outras sociedades.

(8) Não considera eventuais ajustes em razão da adoção do IFRS 16 pela Companhia.

Um aumento (redução) de R$1,00 no Preço por Ação aumentaria (reduziria) o patrimônio líquido da Companhia e a capitalização total em R$25,5 milhões após a dedução das comissões e despesas estimadas da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta e ajustes decorrentes está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta, que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores no âmbito da Oferta e o valor patrimonial contábil por ação da Companhia imediatamente após a Oferta.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$581,5 milhões, representado por 312.007.390 ações ordinárias, e o valor patrimonial por Ação de sua emissão, na mesma data, era de R$1,86. O referido valor patrimonial por Ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 31 de dezembro de 2018.

Considerando (i) o cancelamento de 21.553.895 ações em tesouraria, e (ii) o grupamento de ações à razão de 3:1 aprovado em 08 de abril de 2019, o patrimônio líquido por ação de emissão da Companhia seria de R$6,01. Considerando os ajustes acima, bem como a subscrição/aquisição das Ações no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, ao Preço por Ação, e após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 seria de R$1.059,5 milhões, representando um valor de R$8,57 por ação de emissão da Companhia. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por ação correspondente a R$2,57 por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de R$10,43 para os novos investidores, adquirentes de Ações no contexto da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição" deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e considerando os impactos da realização da Oferta, do cancelamento de ações em tesouraria e do grupamento das ações da Companhia.

	Em R$, exceto %[2]
Preço por Ação[1]	R$19,00
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2018	R$1,86
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2018 ajustado para refletir o cancelamento de ações em tesouraria e o grupamento das ações[2]	R$6,01
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2018 ajustado para refletir a Oferta, o cancelamento das ações em tesouraria e o grupamento das ações[3]	R$8,60
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 31 de dezembro de 2018 para os atuais acionistas[3]	R$6,73
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores[3][4]	R$10,40
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[3][5]	-54,75%

(1) Calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Considera (i) o cancelamento de 21.553.895 ações em tesuraria, e (ii) o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 3:1, conforme aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2019.

(3) Considera (ii) o cancelamento de 21.553.895 ações em tesuraria, (ii) o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 3:1, conforme aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2019, e (iii) a subscrição/aquisição das Ações (sem considerar as Ações Suplementares), com base no Preço por Ação.

(4) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(5) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

(6) A análise apresentada na tabela acima não considera a distribuição de dividendos no valor de R$150 milhões pela Companhia.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para maiores informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, vide página 43 deste Prospecto.

Um acréscimo (redução) de R$1,00 no Preço por Ação acarretaria um acréscimo (diminuição), após a conclusão da Oferta, (i) de R$25,5 milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; (ii) de R$0,21 no valor do patrimônio líquido contábil por ação de emissão da Companhia; (iii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação aos investidores desta Oferta de R$0,79 por Ação, assumindo que o número de Ações estabelecido na capa deste Prospecto não sofrerá alterações, e após deduzidas as comissões e despesas relativas à Oferta.

O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia, que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia (”Opções”) para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle (“Plano de Opção”).

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia (“Beneficiários”) serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em (i) contratos de opção de compra de ações (“Contrato de Opção”) que venham a ser celebrados pela Companhia e os Beneficiários do Plano de Opção.

Nos termos do Plano de Opção, o Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, planos de opção de compra de ações (“Planos”), nos quais serão definidos os termos e as condições de cada outorga de Opções, observadas as linhas básicas estabelecidas no Plano de Opção, tais como o nome dos participantes, o número total de Opções objeto de outorga, o preço de exercício de cada Opção eventuais restrições de transferência, e as condições dos prazos de exercício e pagamentos.

Os Planos, em conjunto, poderão outorgar Opções relacionadas ao recebimento, pelos participantes, de ações de emissão da Companhia representativas de, no máximo, 5% do capital social total e votante da Companhia, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano de Opção, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas, somando inclusive, a potencial diluição de eventuais outros programas de remuneração baseada em ações de emissão da Companhia, sempre respeitando o limite do capital autorizado da Companhia estabelecido no Estatuto Social.

O preço a ser pago pelos participantes à Companhia quando do exercício das Opções e da consequente aquisição ou subscrição das ações (“Preço de Exercício”) será determinado em cada Plano pelo Conselho de Administração e será equivalente à média da cotação das ações de emissão da Companhia ponderada pelo volume de negociação nos 30 pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3 imediatamente anteriores à data de outorga.

As ações adquiridas em razão do exercício de Opção nos termos do Programa manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie. Entretanto, nenhum participante terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista até que a sua opção seja devidamente exercida, nos termos do Programa e do respectivo Plano.

Quando da sua outorga, as Opções serão valoradas com base no seu justo valor e reconhecidas como despesas em contrapartida da reserva de capital no patrimônio líquido à medida em que o período de prestação de serviços seja cumprido. Além disso, o exercício das respectivas Opções terá efeito sobre o índice "lucro por ação", que diminuirá uma vez que o número de ações da Companhia será aumentado.

Até a data deste Prospecto, e no âmbito do Plano de Opção, não foram outorgadas quaisquer Opções. Para mais informações sobre o Plano de Opção, veja o item 13.4. do Formulário de Referência.

A Companhia possui também um Plano de Ações Restritas e Matching, aprovado em Assembleia Geral de Acionistas de 25 de fevereiro de 2019. Diferentemente do Plano de Opção, o Plano de Ações Restritas e Matching não prevê a emissão de novas ações e, portanto, não é passível de acarretar diluição adicional aos acionistas e investidores da Companhia.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e considerando (i) o cancelamento de 21.553.895 ações em tesouraria, (ii) o grupamento de ações à razão de 3:1, (iii) a subscrição/aquisição das Ações no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, ao Preço por Ação, e após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, e (iv) a emissão de 6.179.127 novas ações decorrentes da outorga e exercício da totalidade das ações passíveis de outorga nos termos do Plano de Opção, correspondente a uma diluição de 5% do total do capital social da Companhia em bases totalmente diluídas, após a realização da Oferta, ao preço unitário de exercício correspondente ao Preço por Ação.

	Em R$, exceto %[2]
Preço por Ação[1]	19,00
Preço de exercício da Opção[1]	19,00
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2018	1,86
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2018 ajustado para refletir o cancelamento de ações em tesouraria e o grupamento das ações[3]	R$6,01
Valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2018 ajustado para refletir a Oferta, o cancelamento de ações em tesouraria, o grupamento das ações e a outorga e o exercício da totalidade das Opções previstas no Plano de Opção[4]	R$9,09
Aumento no valor patrimonial contábil por ação em 31 de dezembro de 2018 para os atuais acionistas, considerando a Oferta, o cancelamento de ações em tesouraria, o grupamento das ações e a outorga e exercício da totalidade das Opções previstas no Plano de Opção[4]	R$3,09
Diminuição do valor patrimonial contábil por ação aos novos investidores, considerando a Oferta, o cancelamento de ações em tesouraria, o grupamento das ações e a outorga e o exercício da totalidade das Opções previstas no Plano de Opção[4][5]	R$9,91
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta e do exercício da totalidade das Opções previstas no Plano de Opção[4][6]	-52,14%

(1) Calculado com base no ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) A análise apresentada na tabela acima não considera a distribuição de dividendos no valor de R$150 milhões pela Companhia.

(3) Considera (i) o cancelamento de 21.553.895 ações em tesuraria, e (ii) o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 3:1, conforme aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2019.

(4) Considera (ii) o cancelamento de 21.553.895 ações em tesuraria, (ii) o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 3:1, conforme aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 08 de abril de 2019, (iii) a subscrição/aquisição das Ações (sem considerar as Ações Suplementares), com base no Preço por Ação, e (iv) a emissão de 6.179.127 novas ações decorrentes da outorga e exercício da totalidade das ações passíveis de outorga nos termos do Plano de Opção.

(5) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(6) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

O quadro abaixo apresenta informações sobre nossos aumentos de capital nos últimos 5 (cinco) anos:

Data de deliberação	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidade)	Total ações (Unidades)	Subscrição/ Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/01/2016	31/01/2016	R$11.305.709	Subscrição particular	11.305.709	0	11.305.709	8,69	R$1,00	R$ por unidade
30/04/2016	30/04/2016	R$4.790.095	Subscrição particular	4.790.095	0	4.790.095	0,37	R$1,00	R$ por unidade
31/05/2016	31/05/2016	R$16.263.838	Subscrição particular	16.263.838	0	16.263.838	0,93	R$1,00	R$ por unidade
30/06/2016	30/06/2016	R$9.700.437	Subscrição particular	9.700.437	0	9.700.437	0,28	R$1,00	R$ por unidade
31/08/2016	31/08/2016	R$15.330.882	Subscrição particular	15.330.882	0	15.330.882	0,35	R$1,00	R$ por unidade
15/09/2016	15/09/2016	R$27.535.475	Subscrição particular	27.535.475	0	27.535.475	0,46	R$1,00	R$ por unidade
30.09.2016	30.09.2016	R$1.600.000	Subscrição particular	1.600.000	0	1.600.000	0,018	R$1,00	R$ por unidade
31.10.2016	31.10.2016	R$20.710.738	Subscrição particular	20.710.738	0	20.710.738	0,23	R$1,00	R$ por unidade
11.11.2016	11.11.2016	R$1.203.774	Subscrição particular	1.203.774	0	1.203.774	0,01	R$1,00	R$ por unidade
30.11.2016	30.11.2016	R$9.564.423	Subscrição particular	9.564.423	0	9.564.423	0,08	R$1,00	R$ por unidade
27.12.2016	27.12.2016	R$2.477.227	Subscrição particular	2.477.227	0	2.477.227	0,02	R$1,00	R$ por unidade
31.01.2017	31.01.2017	R$5.765.408	Subscrição particular	5.765.408	0	5.765.408	0,04	R$1,00	R$ por unidade
28.02.2017	28.02.2017	R$4.216.305	Subscrição particular	4.216.305	0	4.216.305	0,03	R$1,00	R$ por unidade
31.03.2017	31.03.2017	R$2.420.029	Subscrição particular	2.420.029	0	2.420.029	0,01	R$1,00	R$ por unidade
30.04.2017	30.04.2017	R$489.987	Subscrição particular	489.987	0	489.987	0,003	R$1,00	R$ por unidade
31.08.2017	31.08.2017	R$3.084.411	Subscrição particular	3.084.411	0	3.084.411	0,02	R$1,00	R$ por unidade
31/10/2017	31/10/2017	R$7.460.000	Subscrição particular	3.954.110	0	3.954.110	0,054	R$1,88	R$ por unidade
31/10/2017	31/10/2017	R$154.989.109,77	Subscrição particular	84.508.650	0	84.508.650	106,72%	R$1,83	R$ por unidade
31/10/2017	31/10/2017	R$64.147.116,42	Subscrição particular	34.976.562	0	34.976.562	44,17%	R$1,83	R$ por unidade
21/12/2017	21/12/2017	R$113.202.774,64	Subscrição particular	61.724.425	0	61.724.425	31%	R$1,83	R$ por unidade
22/12/2017	22/12/2017	R$88.138.225,36	Subscrição particular	31.937.430	0	31.937.430	18,45%	R$2,76	R$ por unidade

ANEXOS

- **ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**
- **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A OFERTA**
- **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR QUE APROVOU A ALIENAÇÃO DAS AÇÕES NA OFERTA**
- **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR QUE APROVOU A QUANTIDADE DE AÇÕES A SEREM ALIENADAS NO CONTEXTO DA OFERTA**
- **MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**
- **MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR QUE APROVARÁ O PREÇO DE ALIENAÇÃO DAS AÇÕES**
- **DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
- **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS *CARVE-OUT* RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**
- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS *CARVE-OUT* RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- **ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, alterar o endereço da sede social, bem como instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no país ou no exterior, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social (i) a locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor; (ii) a prestação dos serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); e (iii) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Artigo 4º. Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado e ao Código de Autorregulação de Aquisições e Fusões editado pelo Comitê de Aquisições e Fusões – CAF ("Código CAF" e "CAF", respectivamente).

Parágrafo 1º – A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, obrigam-se a observar os princípios e as regras do Código CAF e a cumprir as decisões que venham a ser proferidas pelo CAF em todas as operações de ofertas públicas de aquisição, incorporação, incorporação de ações, fusão ou cisão com incorporação que, nos termos do Código CAF, estejam inseridas no âmbito de competência do CAF, sob pena da sanção prevista no art. 13, parágrafo único, deste Estatuto Social.

Parágrafo 2º – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º – As disposições do Código CAF deverão prevalecer sobre as disposições deste

Estatuto Social em caso de eventual contradição, cabendo ao CAF a decisão sobre a existência ou não da contradição.

Artigo 5º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Artigo 6º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$482.817.035,79 (quatrocentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e dezessete mil e trinta e cinco reais e setenta e nove centavos), representado por 96.817.831 (noventa e seis milhões, oitocentos e dezessete mil, oitocentos e trinta e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 2º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º - É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo 4º - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 7º. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 500.000.000 (quinhentas milhões) de ações ordinárias, excluídas as ações já emitidas, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Parágrafo 1º - O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações,

debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Artigo 8º. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 9º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 10. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, podendo essa opção ser estendida aos administradores ou empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

CAPÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 11. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Código CAF, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por um membro do Conselho de Administração ou por um Diretor indicado pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da Assembleia Geral indicará o secretário.

Artigo 12. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

Parágrafo 1º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 2º - As atas das Assembleias deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 13. Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;

c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

d) reformar o Estatuto Social;

e) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, bem como sobre a eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

f) atribuir bonificações em ações;

g) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

h) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

i) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, que excedam o dividendo obrigatório estabelecido no artigo 32, parágrafo 3º, deste Estatuto Social de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;

j) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as

disposições deste Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no Artigo 7°, §1°;

k) observadas as competências do Conselho de Administração dispostas no Artigo 22, item (p), deliberar sobre qualquer emissão de ações;

l) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

m) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

n) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;

o) deliberar sobre a aderência ou desligamento da Companhia do CAF; e

p) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral deverá ser convocada para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos, inclusive do direito de voto, do acionista que deixar de cumprir com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 4º acima, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 14. A assembleia geral convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na assembleia geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - Para fins deste Artigo 14, "Ações em Circulação" significam todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 15. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Único - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 16. A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Seção II - Do Conselho de Administração

Artigo 17. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante: (i) assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no Artigo 38 deste Estatuto Social; (ii) prévia subscrição de termo de anuência ao Código CAF; e (iii) atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo 2º - Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, observada a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 3º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 18. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos Conselheiros. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 19. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo 2º - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 20. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo 1º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, por meio de voto escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 2º - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, pelos demais membros do Conselho de Administração. Para os fins deste parágrafo, ocorre vacância com a destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do parágrafo 1º deste artigo 20.

Artigo 21. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida gravação e degravação das mesmas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 1º - Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 1º do artigo 20 deste Estatuto Social, deverão

igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 22. O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei, pelo Estatuto Social ou pelo Código CAF:

a) Definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;

b) Aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria e para os cargos gerenciais;

c) Eleger e destituir os Diretores da Companhia;

d) Definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus Diretores, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

e) Criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;

f) Distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

g) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

h) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da

Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

i) Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

j) Escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

k) Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

l) Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

m) Manifestar–se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

n) Aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;

o) Deliberar sobre a associação com outras sociedades para a formação de consórcios, ou para subscrição ou aquisição de participação no capital social de outras sociedades;

p) Autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no artigo 7º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização;

q) Deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, bem como (i) a oportunidade da emissão, (ii) a época e as condições de vencimento, amortização e resgate, (iii) a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver, e (iv) o modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures;

r) Autorizar a exclusão (ou redução do prazo para) do direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

s) Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre

o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

t) Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

u) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos, valores mobiliários e/ou instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

v) Aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual, mediante a assinatura, modificação ou prorrogação de quaisquer documentos, contratos ou compromissos para assunção de responsabilidade, dívidas ou obrigações, envolvendo (individualmente ou num conjunto de atos relacionados), quantia total superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

w) Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, ressalvados os contratos de financiamentos celebrados com o propósito de aquisição de bens móveis referentes a equipamentos operacionais, nos quais a garantia recaia sobre os respectivos bens adquiridos;

x) Deliberar sobre a alienação, venda, locação, doação ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias pela Companhia;

y) Aprovar a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

z) Aprovar qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, direta ou indiretamente, de acordo com o disposto no Código CAF. Para fins desta disposição, entende-se como Parte Relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia;

aa) Apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;

bb) Autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou da forma de realização; qualquer proposta envolvendo as operações aqui descritas deverá ser apresentada ao Conselho de Administração pela Diretoria da Companhia, devendo constar da referida proposta, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (hedge); e (iii) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos. Não obstante as informações mínimas que devem constar da proposta, os membros do Conselho de Administração poderão solicitar informações adicionais sobre as tais operações, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade;

cc) Aprovar a emissão de título de valor mobiliário, assim como a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento e/ou empréstimo atrelado ou de qualquer outra forma baseado em moeda estrangeira;

dd) Aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas (sendo certo que a incorporação, incorporação de ações, fusão e cisão seguida de incorporação, quando realizadas entre partes relacionadas, serão reguladas de acordo com o Código CAF); (e) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a exclusivo critério, desde que obrigatórios pela legislação aplicável;

ee) Elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre o preço da OPA; (ii) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (iii) sobre as repercussões da oferta sobre os interesses da Companhia; (iv) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (v) sobre a descrição das alterações relevantes na situação financeira da Companhia ocorridas desde a data das últimas demonstrações financeiras ou informações trimestrais divulgadas ao mercado; (vi) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; (vii) os efeitos da OPA para a Companhia e seus negócios, nos termos do Código CAF; e (viii) quanto aos demais aspectos relevantes

para a tomada de decisão dos acionistas; e

ff) Em casos de reorganização societária envolvendo a Companhia, manifestar o seu entendimento sobre os efeitos da operação sobre a Companhia e os negócios por ela desenvolvidos, conforme os pronunciamentos do CAF.

Parágrafo 1º - Todos os valores estabelecidos neste artigo deverão ser anualmente atualizados de acordo com a variação do IPCA, a cada data de aniversário do presente estatuto social.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria a praticar quaisquer dos atos referidos nos itens (v) e (aa), observados limites de valor por ato ou série de atos.

Seção III - Da Diretoria

Artigo 23. A Diretoria será composta de no mínimo, 3 (três) e no máximo 15 (quinze) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo designado um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 15.

Parágrafo 1º - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º - A posse da Diretoria estará condicionada: (i) à prévia subscrição de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no Artigo 38 deste Estatuto Social; (ii) à prévia subscrição de termo de anuência ao Código CAF; e (iii) ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Artigo 24. O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 25. A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Administrativo-Financeiro, em suas ausências ou impedimentos temporários.

Parágrafo 2º - No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 3º - Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 4º - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo 5º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 6º - Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 2º deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinado pelo Secretário da Mesa da Reunião da Diretoria.

Artigo 26. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do artigo 25, Parágrafo 2º deste Estatuto Social.

Artigo 27. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar

contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Compete ainda à Diretoria:

a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

b) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

c) Submeter ao Conselho de Administração orçamento anual;

d) Apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas;

e) Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 28 deste Estatuto Social;

f) Autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, ressalvados os contratos de leasing e de financiamento que tenham por objeto bens operacionais, para os quais não será necessária a autorização, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros e prestação de aval ou fiança em benefício de terceiros.

Parágrafo 2º - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

b) Superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

c) Propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;

d) Coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;

e) Anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e

f) Administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como as atribuições indicadas nos subitens do Parágrafo 2º deste artigo; (iii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia, (iv) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e (v) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Parágrafo 4º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iii) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Parágrafo 5º - Compete aos diretores sem designação específica assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia, bem como as funções que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência do Diretor Presidente fixar-lhes outras atribuições não conflitantes.

Artigo 28. A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

a) por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor-Administrativo Financeiro, ressalvadas as representações específicas listadas no Artigo 27; ou

b) por um ou mais procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

Parágrafo 1º As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura de 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor Administrativo-Financeiro, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção das procurações outorgadas para defesa dos interesses da Companhia em processos judiciais e procedimentos administrativos nas respectivas esferas judicial e administrativa (incluindo, sem limitação, procurações com cláusula ad judicia e ad judicia et extra), serão outorgadas sempre

por prazo determinado.

Seção IV - Do Conselho Fiscal

Artigo 29. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 3º - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não tenham sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

Parágrafo 4º - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 5º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada: (i) à prévia subscrição do termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no Artigo 38 deste Estatuto Social; (ii) à prévia subscrição de termo de anuência ao Código CAF; e (iii) ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Artigo 30. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO V
DO EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 31. O exercício fiscal terá início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º - As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 2º - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 3º - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no artigo 32, parágrafo 3º, deste Estatuto Social.

Artigo 32. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º - Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros correspondente a até um décimo dos lucros do exercício e, desde que o valor não ultrapasse a remuneração global anual aplicada em Assembleia Geral. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 2º deste artigo.

Parágrafo 2º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação

de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 3º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

f) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito da Companhia observando-se, ainda, que a soma do saldo dessa reserva de lucros aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital subscrito da Companhia; e

g) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

Parágrafo 3º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Parágrafo 4º - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Artigo 33. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 34. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 35. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VI
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 36. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, eleger o liquidante, bem como fixar a sua remuneração.

CAPÍTULO VII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE E AQUSIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA RELEVANTE

Artigo 37. A alienação direta ou indireta do controle da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações e valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas e detentores de títulos conversíveis em ações, observadas as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado e no Código CAF, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo 1º - Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo 2º - Para os fins deste Artigo, entende-se por "controle" e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

Artigo 38. O acionista ou Grupo de Acionistas, nos termos do Código CAF, que adquirir de forma direta ou indireta, a titularidade de ações ordinárias em percentual igual ou superior à 30% do capital votante da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de diversas operações, deverá: (i) imediatamente divulgar tal fato por meio de publicação de fato relevante, na forma prevista na Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada; e (ii) efetivar OPA de todas as demais ações e valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia, observado os procedimentos descritos no Código CAF.

CAPÍTULO VIII
ARBITRAGEM

Artigo 39. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforma alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX
REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 40. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 41. A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão

de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas e no Código CAF.

Artigo 42. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado e o Código CAF, sendo certo que as disposições do Código CAF prevalecem sobre as deste Estatuto com relação às matérias específicas do Código CAF.

Artigo 43. Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 44. O pagamento dos dividendos, aprovado em Assembleia Geral, bem como a distribuição de ações provenientes de aumento do capital, serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação da respectiva ata.

Artigo 45. As disposições contidas no artigo 4º, no parágrafo 3º do artigo 6º, nos itens (o), (p) e no parágrafo 1º, do artigo 13, no artigo 14, nos itens (dd), (ee) e (ff) do artigo 22, no artigo 37, no artigo 39, no artigo 40 deste Estatuto Social, bem como as disposições contidas no artigo 38 deste Estatuto Social, somente terão eficácia, conforme o caso, a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3, e da adesão da Companhia ao CAF.

* * * * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32
NIRE 35.300.512.642

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019

Data, Hora e Local: Em 25 de fevereiro de 2019, às 13:00 horas, na sede social da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, 400, sala 09, Vila Cintra, CEP 08.745-900.

Convocação e Presenças: Dispensada a convocação em razão da presença das acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do disposto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença dos Acionistas da Companhia.

Mesa: Presidente: Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli; Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

Ordem do dia: Apreciar e deliberar sobre: **(i)** a ratificação da aprovação pela Companhia acerca do pedido de registro de companhia emissora de valores mobiliários em mercados regulamentados na categoria "A" perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"), já deliberada na assembleia geral extraordinária realizada no dia 30 de outubro de 2018; **(ii)** a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta"); **(iii)** a adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") designado Novo Mercado ("Novo Mercado"); **(iv)** a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às exigências legais aplicáveis às companhias abertas e às exigências do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"); **(v)** a criação do Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia; **(vi)** a criação do Programa de Ações Restritas da Companhia; e **(vii)** a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, bem como celebre todos os documentos necessários.

Deliberações: Os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) ratificar a aprovação tomada pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária do dia 30 de outubro de 2018 para a submissão do pedido de registro da Companhia como companhia emissora de valores mobiliários em mercados regulamentos na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480;

(ii) aprovar a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta;

(iii) aprovar a submissão do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de listagem do Novo Mercado, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação no Novo Mercado, ficando o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia, conforme aplicável, autorizados a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado;

(iv) aprovar a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar

conforme **Anexo I** desta ata, para adaptá-lo às exigências legais aplicáveis às companhias abertas listadas no Novo Mercado. Caso não haja liquidação da Oferta, os acionistas se comprometem a reformar o presente Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações ora aprovadas;

(v) aprovar a criação do Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia e de suas sociedades controladas, conforme consta no **Anexo II** que, assinado e rubricado pela mesa, integra a presente ata para todos os efeitos. A administração do referido Programa competirá ao Conselho de Administração;

(vi) aprovar a criação do Programa de Ações Restritas e Matching da Companhia aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia e de suas sociedades controladas, conforme consta no **Anexo III**, que, assinado e rubricado pela mesa, integra a presente ata para todos os efeitos. A administração do referido Programa de Ações Restritas competirá ao Conselho de Administração; e

(vii) conceder a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta e celebre todos os contratos e realize todos os atos necessários relacionados à Oferta.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar e como nenhum dos presentes desejou fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1° do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Mogi das Cruzes, 25 de fevereiro de 2019. Mesa: Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli – Presidente. Maria Lúcia de Araújo – Secretária. Acionistas: JSL S.A. e JSL Empreendimentos Imobiliários S.A.

Cópia Fiel do Original

Mesa:

Maria Lúcia de Araújo
Secretária

ANEXO I À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A., REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019

CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32
NIRE 35.300.512.642

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

ESTATUTO SOCIAL

SP - 24602258v1

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Parágrafo Único - A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, alterar o endereço da sede social, bem como instalar e encerrar filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos, no país ou no exterior, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social (i) a locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor; (ii) a prestação dos serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva); e (iii) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

Artigo 4º. Com o ingresso da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único – As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 5º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

Artigo 6º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$482.817.000,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões e oitocentos e dezessete mil reais), representado por 312.007.000 (trezentas e doze milhões e sete mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das

Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 2º - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º - É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

Parágrafo 4º - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 7º. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 500.000.000 (quinhentas milhões) de ações ordinárias, excluídas as ações já emitidas, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Parágrafo 1º - O aumento do capital social será realizado mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º - Dentro do limite do capital autorizado, a Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição.

Artigo 8º. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 9º. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 10. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados

ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, podendo essa opção ser estendida aos administradores ou empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

CAPÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 11. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término de cada exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as reuniões das Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação, e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por um membro do Conselho de Administração ou por um Diretor indicado pelo Presidente do Conselho de Administração. O presidente da Assembleia Geral indicará o secretário.

Artigo 12. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

Parágrafo 1º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 2º - As atas das Assembleias deverão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas, observado o disposto no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 13. Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

b) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;

c) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

d) reformar o Estatuto Social;

e) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, bem como sobre a eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

f) atribuir bonificações em ações;

g) aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

h) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

i) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, que excedam o dividendo obrigatório estabelecido no artigo 32, parágrafo 3º, deste Estatuto Social de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;

j) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social;

k) observadas as competências do Conselho de Administração dispostas no Artigo 22, item (p), deliberar sobre qualquer emissão de ações;

l) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

m) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

n) deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; e

o) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado.

Artigo 14 A assembleia geral convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que

representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na assembleia geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Único - Para fins deste Artigo 14, "Ações em Circulação" significam todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo acionista controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria.

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Gerais

Artigo 15. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, de acordo com as atribuições e poderes conferidos pela legislação aplicável e pelo presente Estatuto Social.

Parágrafo Único - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 16. A Assembleia Geral fixará o montante anual global da remuneração dos administradores da Companhia, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a sua distribuição.

Seção II - Do Conselho de Administração

Artigo 17. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse lavrado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no Artigo 38 deste Estatuto Social. Os membros do Conselho de Administração poderão ser destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, devendo permanecer em exercício nos respectivos cargos, até a investidura de seus sucessores.

Parágrafo 2º - Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, observada a definição do

Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo Artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

Parágrafo 3º - Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 18. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos Conselheiros. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, as funções do Presidente serão exercidas por outro membro do Conselho de Administração indicado pelo Presidente.

Artigo 19. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º - Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento, fax ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo 2º - Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros.

Artigo 20. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e, em segunda convocação, por qualquer número.

Parágrafo 1º - No caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o respectivo membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, por meio de voto escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 2º - Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado, para completar o respectivo mandato, pelos demais membros do Conselho de Administração. Para os fins deste parágrafo, ocorre vacância com a destituição,

morte, renúncia, impedimento comprovado ou invalidez.

Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do parágrafo 1º deste artigo 20.

Artigo 21. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida gravação e degravação das mesmas. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 1º - Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do parágrafo 1º do artigo 20 deste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo 2º - Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 22. O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, especialmente além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social:

a) Definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;

b) Aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria e para os cargos gerenciais;

c) Eleger e destituir os Diretores da Companhia;

d) Definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus Diretores, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

e) Criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;

f) Distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

g) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

h) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

i) Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

j) Escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

k) Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

l) Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

m) Manifestar–se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

n) Aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;

o) Deliberar sobre a associação com outras sociedades para a formação de consórcios, ou para subscrição ou aquisição de participação no capital social de outras sociedades;

p) Autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no artigo 7º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização;

q) Deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, e as espécies e classes das ações que poderão ser emitidas, bem como (i) a oportunidade da emissão, (ii) a época e as condições de vencimento, amortização e resgate, (iii) a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver, e (iv) o modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures;

r) Autorizar a exclusão (ou redução do prazo para) do direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

s) Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

t) Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

u) Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos, valores mobiliários e/ou instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

v) Aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual, mediante a assinatura, modificação ou prorrogação de quaisquer documentos, contratos ou compromissos para assunção de responsabilidade, dívidas ou obrigações, envolvendo (individualmente ou num conjunto de atos relacionados), quantia total superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

w) Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, ressalvados os contratos de financiamentos celebrados com o propósito de aquisição de bens móveis referentes a equipamentos operacionais, nos quais a garantia recaia sobre os respectivos bens adquiridos;

x) Deliberar sobre a alienação, venda, locação, doação ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias pela Companhia;

y) Aprovar a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);

z) Aprovar qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como Parte Relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia;

aa) Apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;

bb) Autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou da forma de realização; qualquer proposta envolvendo as operações aqui descritas deverá ser apresentada ao Conselho de Administração pela Diretoria da Companhia, devendo constar da referida proposta, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (hedge); e (iii) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos. Não obstante as informações mínimas que devem constar da proposta, os membros do Conselho de Administração poderão solicitar informações adicionais sobre as tais operações, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade;

cc) Aprovar a emissão de título de valor mobiliário, assim como a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento e/ou empréstimo atrelado ou de qualquer outra forma baseado em moeda estrangeira;

dd) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas; (e) Política de Negociação de Valores Mobiliários; e (f) Política de Divulgação de Ato ou

Fato Relevante, a exclusivo critério, desde que obrigatórios pela legislação aplicável; e

ee) elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado.

Parágrafo 1º - Todos os valores estabelecidos neste artigo deverão ser anualmente atualizados de acordo com a variação do IPCA, a cada data de aniversário do presente estatuto social.

Parágrafo 2º - O Conselho de Administração poderá autorizar a Diretoria a praticar quaisquer dos atos referidos nos itens (v) e (aa), observados limites de valor por ato ou série de atos.

Seção III - Da Diretoria

Artigo 23. A Diretoria será composta de no mínimo, 3 (três) e no máximo 15 (quinze) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo designado um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais diretores sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, observado o disposto no artigo 15.

Parágrafo 1º - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º - A posse da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição de termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no Artigo 38 deste Estatuto Social.

Artigo 24. O mandato dos membros da Diretoria será unificado de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. Os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 25. A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, ou por 2/3 (dois terços) dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - O Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Administrativo-Financeiro, em suas ausências ou impedimentos temporários.

Parágrafo 2º - No caso de ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito antecipado, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Diretor Presidente, na data da reunião, ou ainda, por correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 3º - Ocorrendo vaga na Diretoria, compete à Diretoria como colegiado indicar, dentre os seus membros, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, que deve ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tal vacância, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo 4º - Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo caso de licença concedida pela própria Diretoria.

Parágrafo 5º - As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. Tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo 6º - Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 2º deste artigo, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata. As atas das reuniões da Diretoria da Companhia a serem registradas na Junta Comercial poderão ser submetidas na forma de extrato da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria, assinado pelo Secretário da Mesa da Reunião da Diretoria.

Artigo 26. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião, ou que tenham manifestado seu voto na forma do artigo 25, Parágrafo 2º deste Estatuto Social.

Artigo 27. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos, transigir, renunciar,

ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Compete ainda à Diretoria:

a) Cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

b) Submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

c) Submeter ao Conselho de Administração orçamento anual;

d) Apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas;

e) Representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 28 deste Estatuto Social;

f) Autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, ressalvados os contratos de leasing e de financiamento que tenham por objeto bens operacionais, para os quais não será necessária a autorização, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros e prestação de aval ou fiança em benefício de terceiros.

Parágrafo 2º - Compete ao Diretor Presidente coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

a) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

b) Superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;

c) Propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;

d) Coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;

e) Anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e

f) Administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Parágrafo 3º - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração: (i) auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia; (ii) substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como as atribuições indicadas nos subitens do Parágrafo 2º deste artigo; (iii) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia, (iv) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e (v) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

Parágrafo 4º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e (iii) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Parágrafo 5º - Compete aos diretores sem designação específica assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia, bem como as funções que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência do Diretor Presidente fixar-lhes outras atribuições não conflitantes.

Artigo 28. A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

a) por 02 (dois) diretores em conjunto, sendo um necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor-Administrativo Financeiro, ressalvadas as representações específicas listadas no Artigo 27; ou

b) por um ou mais procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

Parágrafo 1º As procurações serão outorgadas em nome da Companhia pela assinatura de 2 (dois) diretores em conjunto, sendo um necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor Administrativo-Financeiro, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção das

procurações outorgadas para defesa dos interesses da Companhia em processos judiciais e procedimentos administrativos nas respectivas esferas judicial e administrativa (incluindo, sem limitação, procurações com cláusula ad judicia e ad judicia et extra), serão outorgadas sempre por prazo determinado.

Seção IV - Do Conselho Fiscal

Artigo 29. O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter não permanente e, quando instalado, será composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal terá um Presidente, eleito por seus membros na primeira reunião do órgão após sua instalação.

Parágrafo 2º - Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Parágrafo 3º - Caso qualquer acionista deseje indicar um ou mais representantes para compor o Conselho Fiscal, que não tenham sido membros do Conselho Fiscal no período subsequente à última Assembleia Geral Ordinária, tal acionista deverá notificar a Companhia por escrito com 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data da Assembleia Geral que elegerá os Conselheiros, informando o nome, a qualificação e o currículo profissional completo dos candidatos.

Parágrafo 4º - Sem prejuízo do disposto acima, o acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 5º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do termo de posse, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no Artigo 38 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Artigo 30. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º - Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria

dos seus membros.

Parágrafo 3º - Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO V
DO EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DA DESTINAÇÃO DOS LUCROS

Artigo 31. O exercício fiscal terá início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º - As demonstrações financeiras serão auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 2º - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

Parágrafo 3º - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no artigo 32, parágrafo 3º, deste Estatuto Social.

Artigo 32. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

Parágrafo 1º - Do saldo remanescente, a Assembleia Geral poderá atribuir aos Administradores uma participação nos lucros correspondente a até um décimo dos lucros do exercício e, desde que o valor não ultrapasse a remuneração global anual aplicada em Assembleia Geral. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório previsto no parágrafo 2º deste artigo.

Parágrafo 2º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

a) 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo;

d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do parágrafo 3º deste artigo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações;

f) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito da Companhia observando-se, ainda, que a soma do saldo dessa reserva de lucros aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital subscrito da Companhia; e

g) o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme previsão legal.

Parágrafo 3º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores.

Parágrafo 4º - O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Artigo 33. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, ad referendum da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo

obrigatório previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º - Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º - O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

Artigo 34. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.

Artigo 35. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VI
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 36. A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, eleger o liquidante, bem como fixar a sua remuneração.

CAPÍTULO VII
ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 37. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo 1º - Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Parágrafo 2º - Para os fins deste Artigo, entende-se por "controle" e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

CAPÍTULO VIII
ARBITRAGEM

Artigo 38. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforma alterada, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX
REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

Artigo 39. Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único - Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na assembleia geral deverão dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 40. A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Artigo 41. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações e o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 42. Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

Artigo 43. O pagamento dos dividendos, aprovado em Assembleia Geral, bem como a distribuição de ações provenientes de aumento do capital, serão efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação da respectiva ata.

Artigo 44. As disposições contidas nos artigos 4º, parágrafo 3º do artigo 6º, item (o) do artigo 13, artigo 14, item (ee) do artigo 22, do artigo 37, artigo 38, artigo 39 deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

* * * * *

ANEXO II À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A., REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019

CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32
NIRE 35.300.512.642

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

PROGRAMA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES DA COMPANHIA

SP - 24602258v1

PROGRAMA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES DA VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

1. DEFINIÇÕES

Este Programa de Opção de Compra de Ações da Vamos locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. será interpretado de acordo com as seguintes definições:

1.1.1. Ações: significa as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia.

1.1.2. B3: significa a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

1.1.3. Companhia: significa a Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.

1.1.4. Condições de Exercício: significam as condições que tornam as Opções exercíveis, nos termos do item 10.1 deste Programa.

1.1.5. Contrato: significa o Contrato de Outorga de Opções de Compra de Ações e Outras Avenças a ser firmado com cada Participante em cada Plano.

1.1.6. Controlada: significa cada sociedade que esteja sob controle (conforme definido no artigo 116 da Lei nº 6.404/76) da Companhia.

1.1.7. Data de Outorga: salvo se de outra forma expressamente previsto neste Programa ou no Contrato, significa, em relação às Opções outorgadas a cada um dos Participantes, a data da reunião do Conselho de Administração que tiver aprovado a outorga de tais Opções.

1.1.8. Data do Exercício: significa a data em que o Participante comunicar à Companhia, conforme as Condições de Exercício e demais procedimentos estabelecidos neste Programa, sua intenção de exercer as Opções;

1.1.9. Opção(ões): significa as opções de compra de ações outorgadas pela Companhia aos Participantes, nos termos deste Programa.

1.1.10. Participantes: tem o significado atribuído no item 6.1 deste Programa.

1.1.11. Plano: tem o significado a ele atribuído no item 5.1 deste Programa.

1.1.12. Preço de Exercício: tem o significado a ele atribuído no item 8.1 deste Programa.

1.1.13. Programa: significa o presente Programa de Opção de Compra de Ações, tal como aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2019.

2. OBJETIVOS DO PROGRAMA

2.1. Este Programa tem por objeto a outorga de Opções aos Participantes, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia, seus acionistas e suas Controladas, estimulando o êxito, a consecução e expansão dos objetivos sociais da Companhia.

3. OPÇÕES

3.1. Observadas as Condições de Exercício, conforme definidas no item 10.1 abaixo e especificadas em cada Plano, cada Opção atribuirá ao seu titular o direito à aquisição ou subscrição de 1 (uma) Ação da Companhia, estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Programa, em cada Plano e nos Contratos.

4. GESTÃO DO PROGRAMA

4.1. O Programa será gerido pelo Conselho de Administração da Companhia.

4.2. Obedecidas as condições gerais do Programa e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Programa, incluindo:

(a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de Opções, nos termos do Programa;

(b) a eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário ou conveniente;

(c) a emissão de novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de Ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos deste Programa; e

(d) a solução de dúvidas de interpretação deste Programa.

4.3. No exercício de sua competência, o Conselho de Administração estará sujeito apenas aos limites estabelecidos em lei, na regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e no Programa, ficando claro que o Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os administradores e empregados da Companhia ou de suas Controladas que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a todos as condições que entenda aplicável apenas a algum ou alguns, a seu exclusivo critério. O Conselho de Administração poderá, ainda, estabelecer tratamento especial para casos excepcionais durante a eficácia de cada direito de Opção, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Participantes nem os princípios básicos do Programa. Tal disciplina excepcional não constituirá precedente invocável por outros

Participantes.

4.4. As deliberações do Conselho de Administração da Companhia têm força vinculante para a Companhia relativamente a todas as matérias relacionadas com o Programa.

5. DEFINIÇÃO DOS PLANOS

5.1. O Conselho de Administração poderá criar, periodicamente, Planos de Opção de Compra de Ações ("Planos"), nos quais serão definidos os termos e as condições de cada outorga de Opções, observadas as linhas básicas estabelecidas neste Programa, incluindo: (i) o nome dos Participantes; (ii) o número total de Ações objeto de outorga, a qual poderá ser dividida em lotes; (iii) o Preço de Exercício, conforme definido no item 8.1 abaixo; (iv) os procedimentos necessários para que seja realizado o exercício das Opções, bem como regras específicas relativas ao pagamento do Preço de Exercício por cada Participante; (v) o prazo de carência durante o qual a Opção não poderá ser exercida, os períodos para o exercício das Opções e as datas limite para o exercício total ou parcial da Opção e em que os direitos decorrentes da Opção expirarão; (vi) eventuais restrições à disponibilidade das Ações recebidas pelo exercício da Opção, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra ou direitos de preferência em caso de alienação pelos Participantes de Ações de sua titularidade decorrentes do exercício de Opções; e (vii) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos administradores e empregados da Companhia ou de suas Controladas, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Participantes.

5.2. As regras de cada Plano deverão ser refletidas nos Contratos a serem firmados com cada Participante. Os Contratos deverão definir o número de Ações que o Participante terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das Opções e o respectivo Preço de Exercício, bem como quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o Programa ou o respectivo Plano.

5.3. As Ações decorrentes do exercício das Opções terão os direitos estabelecidos no Programa, nos respectivos Planos e Contratos, sendo certo que será sempre assegurado aos Participantes o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da subscrição ou aquisição, conforme o caso, das Ações decorrentes do exercício das Opções.

5.4. Nenhuma Ação será entregue ao Participante em decorrência do exercício das Opções a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

6. PARTICIPANTES DO PROGRAMA

6.1. Os administradores que sejam considerados executivos-chave da Companhia e de suas Controladas e os empregados e prestadores de serviços da Companhia e de suas Controladas são elegíveis ao Programa ("Participantes"). O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, definir os níveis destes cargos elegíveis ao Programa, bem como ampliar a abrangência do Programa para outros cargos e níveis, quando da criação de

cada Plano. A indicação do Participante em determinado Plano não implica sua indicação como Participante em qualquer outro Plano.

6.2. As Opções objeto do Programa serão outorgadas aos Participantes em caráter personalíssimo, não podendo ser empenhadas, dadas em garantia, cedidas ou transferidas a terceiros, no todo ou em parte, mesmo que por sucessão, salvo nas hipóteses expressamente previstas no Plano.

6.2.1. Adicionalmente, os Participantes não poderão praticar qualquer operação destinada a reduzir, aumentar, neutralizar ou compensar a exposição econômica resultante da titularidade das Opções, incluindo, mas não se limitando a, lançamentos cobertos e descobertos de opções, operações de aluguel/empréstimo e operações de derivativos em geral.

7. DISTRIBUIÇÃO ENTRE PARTICIPANTES

7.1. A distribuição das Opções entre os Participantes será decidida pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, quando da criação de cada Plano. O rateio não será, necessariamente, igual para cada Participante, nem por equidade ou equiparação, nem dividido *pro rata*, sendo fixado caso-a-caso.

7.2. O Conselho de Administração, sempre respeitando o limite global previsto no item 9.1, poderá agregar novos Participantes aos Planos em curso, determinando o número de Ações que o Participante terá direito de adquirir e ajustando o Preço de Exercício. O Conselho de Administração poderá, ainda, criar Planos específicos para determinados Participantes, observadas as diretrizes do Programa.

8. PREÇO DE EXERCÍCIO

8.1. O preço a ser pago pelos Participantes à Companhia quando do exercício das Opções e da consequente aquisição ou subscrição das Ações ("Preço de Exercício") será determinado em cada Plano pelo Conselho de Administração e será equivalente à média da cotação das Ações ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) pregões em que as Ações tenham sido negociadas na B3 imediatamente anteriores à Data de Outorga.

9. LIMITE QUANTITATIVO

9.1. Os Planos, em conjunto, poderão outorgar Opções relacionadas ao recebimento, pelos Participantes, de Ações representativas de, no máximo, 5% (cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia em bases totalmente diluídas, computando-se nesse cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos deste Programa, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas, bem como eventuais opções ou outros direitos de recebimento de Ações no âmbito de programas de remuneração baseada em Ações a serem futuramente aprovados, contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente

exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções. Cada Plano delimitará o número total de Opções a serem concedidas no âmbito do referido Plano, sempre sujeito ao limite máximo estabelecido por este Programa.

9.2. Exercida a Opção, a Companhia deverá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas Ações dentro do limite do capital autorizado ou, caso disponíveis, vender Ações mantidas em tesouraria.

10. EXERCÍCIO DAS OPÇÕES

10.1. As Opções somente poderão ser exercidas se determinadas condições pré-estabelecidas pelo respectivo Plano relativas ao seu exercício ("Condições de Exercício") forem atendidas, exceto se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração. Cada Plano determinará as Condições de Exercício aplicáveis às Opções, incluindo seu prazo máximo de exercício que não deverá ser superior a 1 (um) ano após o cumprimento das Condições de Exercício ("Prazo de Exercício").

10.2. O Plano definirá os procedimentos necessários para que seja realizado o exercício das Opções, bem como regras específicas relativas ao pagamento do Preço de Exercício por cada Participante, em conformidade com o item 8 acima.

10.3. Caso as Opções não sejam exercidas no Prazo de Exercício, os Participantes perderão, sem indenização, o direito ao exercício das respectivas Opções.

11. NÃO-VINCULAÇÃO

11.1. Este Programa constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia e os Participantes, sejam eles administradores estatutários, empregados ou pessoas naturais prestadoras de serviços.

12. NÃO INTERFERÊNCIA NA RELAÇÃO DE EMPREGO, MANDATO OU CONTRATUAL

12.1. Nenhuma disposição deste Programa poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Participantes empregados, além daqueles inerentes às Opções, cuja natureza é exclusivamente civil, e nem conferirá direitos aos Participantes relativos à garantia de permanência como empregado ou prestador de serviços da Companhia ou das Controladas ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia e das Controladas, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho ou do contrato de prestação de serviços, conforme o caso, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Participante.

12.2. Nenhuma disposição deste Programa conferirá, ainda, a qualquer diretor Participante, titular de uma Opção, direitos concernentes à sua permanência até o término do seu mandato, ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia e das Controladas em destituí-lo, nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

13. HIPÓTESES DE DESLIGAMENTO E SEUS EFEITOS

13.1. Se, a qualquer tempo durante a vigência deste Programa, o Participante:

(a) desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão, ou renunciando a cargo de administrador: (i) as Opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem conferir qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem conferir qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores;

(b) for desligado por iniciativa exclusiva da Companhia ou de qualquer Controlada, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violação de deveres e atribuições de administrador, todas as Opções, sejam elas exercíveis ou ainda não exercíveis na data do desligamento do Participante restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores;

(c) for desligado por iniciativa exclusiva da Companhia ou de qualquer Controlada, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem que a violação dos deveres e atribuições de administrador tenha motivado a exoneração: (i) as Opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores;

(d) desligar-se da Companhia por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as Opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores, podendo o Conselho de Administração deliberar, entretanto, a seu exclusivo critério, pela alteração do Prazo de Exercício, para assegurar ao Participante parte ou a totalidade de Opções; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu desligamento

poderão ser exercidas no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais Opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores; e

(e) vier a falecer: (i) as Opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores, podendo o Conselho de Administração deliberar, entretanto, a seu exclusivo critério, pela alteração do Prazo de Exercício, para assegurar ao Participante parte ou a totalidade de Opções; e (ii) as Opções já exercíveis na data do seu falecimento poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do Participante, desde que o façam no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização a seus herdeiros ou sucessores a qualquer título.

14. DELIMITAÇÃO DOS DIREITOS DO PARTICIPANTE

14.1. Nenhum Participante terá quaisquer dos direitos (incluindo, mas não se limitando, aos direitos políticos e patrimoniais) e privilégios de acionista da Companhia até a Data do Exercício com a transferência das Ações aos Participantes.

15. AJUSTES

15.1. Exceto se de outra forma deliberado pelo Conselho de Administração, o número de Ações objeto das Opções e o Preço de Exercício serão ajustados (sem necessidade de aditamento ao Plano ou ao Contrato) caso venham a ser feitas modificações na estrutura acionária da Companhia (i) sem que haja contribuição de dinheiro, bens ou ativos à Companhia, como nos casos de desdobramento, grupamento, bonificações em ações, emissão de ações por capitalização de lucros ou reservas, ou outras de mesma natureza; ou (ii) em virtude de redução do capital social, com restituição de valores aos acionistas da Companhia. O disposto neste item não se aplica em caso de emissão de novas ações da Companhia em aumento de capital cuja integralização se dê mediante a conferência de dinheiro, bens ou direitos à Companhia.

15.2. Os ajustes segundo as condições do item acima serão feitos pelo Conselho de Administração da Companhia e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustes.

15.3. Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, o

Programa terminará e o Conselho de Administração da Companhia poderá, a seu critério, (i) antecipar o exercício das Opções dos Planos em vigência, ou, alternativamente, extinguir todas as Opções, ou (ii) estabelecer novo programa de opção de compra de ações, de acordo com a estrutura societária remanescente, que contemple a substituição das Opções por novas opções, assumindo a companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustes apropriados no número e preço de ações.

16. DATA DE VIGÊNCIA E TÉRMINO DO PROGRAMA

16.1. Este Programa é aprovado nesta data pela Assembleia Geral da Companhia e entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início de Distribuição Pública relativo à primeira oferta pública de distribuição de Ações da Companhia, realizada nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Data de Eficácia"). Caso a Data de Eficácia não se verifique até 31 de maio de 2019, o presente Programa será extinto de pleno direito sem que seja necessária nova deliberação dos acionistas da Companhia.

16.2. Adicionalmente ao disposto acima, o Programa poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, observado o quanto disposto no item 17.1 abaixo.

17. DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

17.1. O Conselho de Administração, no interesse da Companhia e de seus acionistas, poderá rever as condições de cada Plano, desde que não altere os respectivos princípios básicos aprovados pela Assembleia Geral.

17.2. O Conselho de Administração poderá estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência do Programa, desde que não sejam afetados os princípios básicos do Programa. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Participantes.

17.3. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um programa de opções de compra de ações poderá levar à sua revisão parcial ou integral, ou mesmo sua suspensão ou extinção, a critério do Conselho de Administração.

17.4. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração.

ANEXO III À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A., REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019

CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32
NIRE 35.300.512.642

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

PROGRAMA DE AÇÕES RESTRITAS E MATCHING

SP - 24602258v1

PLANO DE AÇÕES RESTRITAS E MATCHING DA VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

O presente Plano de Ações Restritas e Matching é regido pelas disposições abaixo e pela legislação aplicável.

1. DEFINIÇÕES

1.1. As expressões abaixo, quando usadas aqui com iniciais em maiúsculo, terão os significados a elas atribuídos a seguir:

"Ações Matching" significam as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia que serão transferidas aos Beneficiários, sob os termos deste Plano, na proporção de 1 (uma) Ação Matching para cada 1 (uma) Ação Própria, conforme itens 4.2 e 4.2.1;

"Ações Restritas" significam as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia que serão transferidas aos Beneficiários, sob os termos deste Plano, de cada Programa e do respectivo Contrato de Outorga, como pagamento de até 35% (trinta e cinco por cento) do valor da remuneração variável auferida pelos Beneficiários a título de Bônus, líquido de tributos;

"Beneficiários" significam os administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia e das Controladas, que manifestaram a vontade de aderir ao presente Plano e ao respectivo Programa mediante a celebração do respectivo Contrato de Outorga, em favor dos quais a Companhia e/ou as Controladas outorgarão direito ao recebimento de Ações Restritas e, conforme o caso, Ações Matching;

"Bônus" significa a remuneração variável adicional paga aos Beneficiários pela Companhia e/ou pelas Controladas, sujeita aos termos e condições aplicáveis, incluindo, sem limitação, o cumprimento de metas;

"Companhia" significa a VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.373.000/0001-32 e NIRE sob o nº 35.300.512.642;

"Conselho de Administração" significa o Conselho de Administração da Companhia;

"Controlada" significa cada sociedade que esteja sob controle (conforme definido no artigo 116 da Lei nº 6.404/76) da Companhia;

"Contratos de Outorga" significam os instrumentos particulares de outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, por

meio dos quais a Companhia e/ou as Controladas outorgarão direito ao recebimento de Ações Restritas aos Beneficiários;

"Data de Outorga" significa a data da celebração dos Contratos de Outorga;

"Desligamento" significa o término da relação jurídica entre o Beneficiário e a Companhia ou qualquer uma de suas Controladas, por qualquer motivo incluindo a renúncia, destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão pela Companhia, com ou sem justa causa, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento;

"ICVM 567" significa a Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015;

"Plano" significa o presente Plano de Ações Restritas e Matching da VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A., tal como aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2019; e

"Programa(s)" significam os programas de outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas que poderão ser criados, aprovados e/ou cancelados pelo Conselho de Administração, os quais deverão observar os termos e condições deste Plano.

2. OBJETIVOS DO PLANO

2.1. O Plano tem por objetivo permitir que os Beneficiários recebam (i) Ações Restritas e, (ii) conforme aplicável, Ações Matching, na medida em que os Beneficiários, dentre outras condições, designem uma parcela de seu Bônus para recebimento de Ações Próprias (conforme definido abaixo).

2.2. O Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das Controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia e das Controladas aos dos Beneficiários; e (c) possibilitar à Companhia e às Controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários.

3. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

3.1. Este Plano e seus Programas serão administrados pelo Conselho de Administração.

3.2. Obedecidas as condições gerais do Plano e as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral da Companhia, o Conselho de Administração, na medida em que for permitido por lei e pelo Estatuto Social da Companhia, terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano e dos Programas, incluindo:

(i) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas e Ações Matching, nos termos deste Plano;

(ii) a aprovação da eleição dos Beneficiários e a autorização para outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas e Ações Matching em seu favor;

(iii) a autorização para alienação/concessão de ações em tesouraria para satisfazer a outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas, nos termos do Plano, da lei e regulamentação aplicáveis;

(iv) a imposição de eventuais restrições às Ações Restritas, tais como *lock-up*, opções de recompra e/ou direitos de preferência da Companhia;

(v) tomar outras providências necessárias para a administração deste Plano e dos Programas;

(vi) propor eventuais alterações deste Plano a serem submetidas à aprovação da Assembleia Geral Extraordinária; e

(vii) a criação de Programas e a definição da quantidade de Ações Restritas e Ações Matching objeto de cada Programa, observado o percentual previsto no item 6.1 abaixo.

3.3. As deliberações do Conselho de Administração são definitivas e têm força vinculante para a Companhia e as Controladas relativamente às matérias relacionadas ao Plano e aos Programas. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, que consultará a Assembleia Geral quando entender conveniente.

3.4. Caberá exclusivamente à Assembleia Geral da Companhia modificar o Plano, bem como criar novos planos de desempenho ou incentivos lastreados na concessão de ações de emissão da Companhia.

4. OUTORGA DE DIREITO AO RECEBIMENTO DE AÇÕES RESTRITAS E MATCHING

4.1. Uma vez verificadas as condições estabelecidas para recebimento do Bônus por um Beneficiário, até 35% (trinta e cinco por cento) do valor da remuneração variável auferida por tal Beneficiário a título de Bônus, líquido de tributos, será obrigatoriamente pago por meio da entrega de Ações Restritas, nos termos do presente Plano. Cada Programa deverá prever que a entrega das Ações Restritas ocorrerá em 4 (quatro) lotes anuais de 25% (vinte e cinco por cento) do total de Ações Restritas cada, sendo o primeiro lote entregue no primeiro aniversário da Data de Outorga e os demais na mesma data nos anos subsequentes.

4.1.1. Para o cálculo do número de Ações Restritas a serem entregues a cada Beneficiário, o valor em reais da remuneração variável, líquido de tributos, auferida pelo Beneficiário será dividido pela média da cotação das ações de emissão da Companhia ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) pregões em que as ações tenham sido

negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão imediatamente anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às Ações Restritas, desconsiderando-se as frações.

4.2. Adicionalmente, o Beneficiário poderá, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor da remuneração variável auferida por ele a título de Bônus em ações de emissão da Companhia ("Ações Próprias"). Nesse caso, (i) a Companhia determinará previamente o percentual máximo do valor do Bônus de tal Beneficiário que poderá ser recebido em Ações Próprias (não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do bônus), (ii) o cálculo do número de Ações Próprias a serem entregues ao Beneficiário será feito na forma do item 4.1.1 acima, considerando-se o valor adicional do Bônus que o Beneficiário optou por converter em Ações Próprias, e (iii) a entrega das Ações Próprias será realizada nas mesmas datas em que forem entregues as Ações Restritas ao Beneficiário.

4.2.1. Caso o Beneficiário opte por receber Ações Próprias, a Companhia deverá entregar ao Beneficiário 1 (uma) Ação Matching para cada 1 (uma) Ação Própria recebida por tal Beneficiário. A entrega das Ações Matching será realizada nas mesmas datas em que as Ações Restritas correspondentes forem entregues ao Beneficiário.

4.3. Os Programas criados pelo Conselho de Administração deverão prever, dentre outros pontos, (i) os Beneficiários; (ii) o número total máximo de Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching que poderão ser entregues aos Beneficiários selecionados; e (iii) as eventuais restrições à disponibilidade das Ações Restritas e das Ações Próprias.

4.4. A outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a Companhia e o Beneficiário, os quais deverão especificar, sem prejuízo de outras condições determinadas pelo Conselho de Administração, a quantidade de Ações Restritas objeto da outorga e os termos e condições para aquisição das Ações Restritas, das Ações Próprias e das Ações Matching.

4.5. As Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching entregues aos Beneficiários terão os direitos estabelecidos neste Plano e nos respectivos Programas e Contratos de Outorga, sendo certo que o Beneficiário não terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, ao recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio relativos às Ações Restritas, às Ações Próprias e às Ações Matching, até a data em que sejam transferidas para os Beneficiários.

4.5.1. Não obstante o disposto no item 4.5 acima, o Conselho de Administração poderá estabelecer no Programa o pagamento do montante equivalente a tais dividendos ou juros sobre capital próprio em dinheiro ou em ações, na forma a ser estabelecida no respectivo Programa e Contrato de Outorga.

4.6. O Conselho de Administração poderá tratar de maneira diferenciada os Beneficiários que se encontrem em situação similar, não estando obrigado, por qualquer regra de isonomia ou analogia, a estender a outros Beneficiários, qualquer condição, benefício ou deliberação que entenda aplicável apenas a determinados Beneficiários e/ou grupos de Beneficiários sujeitos às circunstâncias particulares. Poderá, ainda, o Conselho de Administração estabelecer, para casos excepcionais, um tratamento especial aos direitos resultantes das concessões de direitos de receber Ações Restritas, desde que não sejam afetados os direitos já concedidos aos Beneficiários nem os princípios básicos do Plano. Ainda, poderá o Conselho de Administração incluir novos Beneficiários aos Programas já aprovados e ainda vigentes, concedendo-lhes um número de Ações Restritas que entender adequado.

5. AÇÕES RESTRITAS INCLUÍDAS NO PLANO

5.1. As Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching concedidas aos Beneficiários segundo este Plano, somadas às opções ou outros direitos de recebimento de ações de emissão da Companhia no âmbito de planos de opção de compra de ações ou planos de remuneração baseada em ações de emissão da Companhia aprovados ou a serem futuramente aprovados, poderão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, 5% (cinco por cento) do capital social total e votante da Companhia em bases totalmente diluídas.

5.2. Nos casos de alteração do número, espécie e classe de ações da Companhia, em decorrência de grupamento, desdobramento, bonificações de ações, assim como nos casos de conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, deverão ser efetuados os ajustes necessários neste Plano e nos Programas já instituídos, notadamente em relação ao número de Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching, e a suas espécies ou classes, com o objetivo de evitar distorções e prejuízos à Companhia ou aos Beneficiários.

5.2.1. Nenhuma fração de ações será outorgada como Ação Restrita, Ação Própria ou Ação Matching, vendida ou emitida segundo este Plano.

5.3. Com o propósito de entregar Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching nos termos deste Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria, por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da ICVM 567.

5.4. Alternativamente, caso, a cada data de aquisição de direitos relacionados às Ações Restritas, a Companhia não possua ações em tesouraria suficientes para satisfazer o recebimento das Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching pelos respectivos Beneficiários, a Companhia poderá optar por realizar o pagamento referente às Ações Restritas em dinheiro, observando os critérios de preço fixados no item 5.5 abaixo.

5.5. O preço de referência por Ação Restrita, Ação Própria e Ação Matching, para os fins deste Plano, incluindo para cálculo do pagamento em dinheiro previsto no item 5.4 acima, será equivalente à média da cotação das ações de emissão da Companhia ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) pregões em que as ações tenham sido negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão imediatamente anteriores à cada data de transferência de lotes das Ações Restritas correspondentes.

5.6. As Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching adquiridas nos termos deste Plano manterão todos os direitos pertinentes à sua espécie, ressalvada eventual disposição em contrário estabelecida pelo Conselho de Administração.

5.7. Os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis às companhias abertas em geral e àquelas estabelecidas pela Companhia.

6. ENTREGA DAS AÇÕES E RESTRIÇÕES À TRANSFERÊNCIA

6.1. O direito de receber Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching nos termos deste Plano é pessoal e intransferível, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros tal direito.

6.2. As Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching somente serão transferidas e entregues aos beneficiários depois de cumpridas as exigências legais e regulamentares decorrentes deste Plano.

6.3. O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito de receber Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching sempre que verificadas situações que, nos termos da lei ou regulamentação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de Ações Restritas por parte dos Beneficiários.

6.4. O Conselho de Administração poderá estabelecer restrições à transferência das Ações Restritas, Ações Próprias e Ações Matching, bem como estabelecer direito de preferência, preço e condições para sua recompra, incluindo aquelas ações que venham a ser adquiridas em virtude de bonificação, desmembramento, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos do titular tenham sido originados do Plano. Todas as transferências de ações restritas determinadas pelo presente Plano pressupõem à respectiva concordância dos Beneficiários.

7. HIPÓTESES DE DESLIGAMENTO DA COMPANHIA E SEUS EFEITOS

7.1. Na hipótese de Desligamento de Beneficiário, tal Beneficiário (i) fará jus ao recebimento das Ações Restritas e Ações Próprias cujo direito ao recebimento já seja aplicável mais que ainda não tenham sido entregues a tal Beneficiário, e (ii) não fará jus ao recebimento das Ações Matching que ainda não tenham sido entregues a tal Beneficiário, restando automaticamente extinto, de pleno direito, o direito ao seu recebimento, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a

qualquer indenização.

7.2. Não obstante o disposto no item 7.1 acima, o Conselho de Administração, poderá, a seu exclusivo critério, sempre que julgar que os interesses sociais serão melhor atendidos por tal medida, deixar de observar as regras estipuladas no item 7.1 relativas às Ações Matching, conferindo tratamento diferenciado a determinado Beneficiário.

8. DATA DE VIGÊNCIA E TÉRMINO DO PLANO

8.1. Este Plano entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e permanecerá vigente por um prazo indeterminado.

8.2. Adicionalmente ao disposto acima, o Plano poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Nenhuma disposição do Plano conferirá a qualquer Beneficiário o direito de permanecer como administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia ou das Controladas, conforme aplicável, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia ou as Controladas, a qualquer tempo e sujeito às condições legais e contratuais, rescindir o respectivo contrato de trabalho, encerrar o mandato ou de qualquer outra forma promover o Desligamento do Beneficiário.

9.2. O Conselho de Administração poderá estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais, durante a vigência deste Plano, desde que não sejam afetados seus princípios básicos. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Beneficiários.

9.3. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações e/ou aos efeitos fiscais de um plano de remuneração baseado em ações poderá levar à sua revisão parcial ou integral, ou mesmo sua suspensão ou extinção, a critério do Conselho de Administração.

9.4. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração, consultada, quando o entender conveniente, a Assembleia Geral. Qualquer Ação Restrita, Ação Própria ou Ação Matching concedida de acordo com este Plano fica sujeita a todos os termos e condições aqui estabelecidos, termos e condições estes que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste Plano.

* * * * *

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ/MF Nº 23.373.000/0001-32
NIRE 35.300.512.642

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2019

Data, Hora e Local: Aos 08 dias do mês de abril de 2019, às 9:00 horas, na sede social da **Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.**, na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Vila Cintra, CEP 08.745-900 ("Companhia").

Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 4º do Artigo 124, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. Presente também o Sr. Denys Marc Ferraz na qualidade de membro da administração da Companhia e o representante da KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria independente da Companhia, nos termos do parágrafo 1º do artigo 134 da Lei das S.A.

Publicações: As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram publicadas nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no "Estado de São Paulo", no dia 12 de março de 2019.

Mesa: Presidente: Sr. Denys Marc Ferraz; Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

Ordem do Dia: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(A)** em assembleia geral ordinária, **(i)** apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; **(ii)** apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; **(iii)** apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao

exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; **(iv)** apreciação e ratificação da destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; **(v)** apreciação e ratificação da destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; **(vi)** apreciação e aprovação da destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; **(vii)** ratificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018; e **(viii)** a fixação do limite da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2019; e, **(B)** em assembleia geral extraordinária, **(i)** a alteração do Programa de Opção de Compra de Ações para prever o ajuste do preço de exercício vis-à-vis dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos; **(ii)** a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia para: (a) refletir o valor ratificado do capital social em decorrência da cisão parcial da Companhia, em razão do disposto no item D do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de dezembro de 2018; (b) refletir determinadas exigências elaboradas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") no contexto do pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta"); (c) incluir as cláusulas estatutárias necessárias à adesão da Companhia ao Comitê de Aquisições e Fusões – CAF; (d) refletir o cancelamento de 21.553.895 (vinte e uma milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, oitocentas e noventa e cinco) ações de emissão da Companhia atualmente em tesouraria; e (e) refletir o grupamento das ações da Companhia, na proporção de 3:1; **(iii)** a eleição de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; e **(iv)** a retificação da deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2019 que aprovou a realização da Oferta.

Deliberações: Após analisarem os itens constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia, deliberaram por unanimidade de votos e sem ressalvas:

(A) Em Assembleia Geral Ordinária:

(i) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia (compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado econômico) referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, as quais se encontram arquivadas na sede da Companhia (as "Demonstrações Financeiras de 2016");

(ii) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e notas explicativas da administração (as "Demonstrações Financeiras de 2017");

(iii) aprovar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e notas explicativas da administração (as "Demonstrações Financeiras de 2018" e, em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 2016 e Demonstrações Financeiras de 2017, as "Demonstrações Financeiras").

Fica consignado que as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no prazo legal e colocadas à disposição dos acionistas em até 1 (um) mês antes da presente data, tendo os acionistas considerado sanada a inobservância dos prazos legais e ausência de publicação do anúncio aos acionistas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 133 da Lei das S.A.;

(iv) ratificar a proposta da administração constante das Demonstrações Financeiras de 2016 da Companhia de destinação do lucro líquido da Companhia no referido exercício social, tendo sido o lucro líquido apurado no valor total de R$42.738.000,00 (quarenta e dois milhões e setecentos e trinta e oito mil reais) destinado para a conta de lucros retidos, uma vez que em referido exercício social a Companhia ainda possuía a natureza de sociedade empresária de responsabilidade limitada não lhe sendo aplicáveis as regras de constituição de reserva legal e distribuição de dividendos mínimos obrigatórios previstas na Lei das S.A.;

(v) ratificar a proposta da administração constante das Demonstrações Financeiras de 2017 da Companhia de destinação do lucro líquido da Companhia no referido exercício social, da seguinte forma: do lucro líquido de R$80.692.000,00 (oitenta milhões e seiscentos e noventa e

dois mil reais), (a) R$4.035.000,00 (quatro milhões e trinta e cinco mil reais) foram destinados à constituição da reserva legal, (b) R$19.164.000,00 (dezenove milhões e cento e sessenta e quatro mil reais) para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia, e (c) o saldo de R$57.493.000,00 (cinquenta e sete milhões e quatrocentos e noventa e três mil reais) foi destinado para a conta de lucros retidos, conforme orçamento de capital elaborado nos termos do Artigo 196 da Lei das S.A. e apresentado aos acionistas da Companhia, que, ora aprovado, fica arquivado na sede da Companhia;

(vi) aprovar a proposta da administração constante das Demonstrações Financeiras de 2018 da Companhia de destinação do lucro líquido da Companhia no referido exercício social, da seguinte forma: do lucro líquido de R$112.937.185,00 (cento e doze milhões e novecentos e trinta e sete mil e cento e oitenta e cinco reais), (a) R$5.646.909,25 (cinco milhões e seiscentos e quarenta e seis mil, novecentos e nove reais, e vinte e cinco centavos) foram destinados à constituição da reserva legal, (b) R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) pagos aos acionistas a título de juros sobre capital próprio, declarados na reunião do Conselho de Administração da Companhia, e (c) R$87.290.275,75 (oitenta e sete milhões, duzentos e noventa mil, duzentos e setenta e cinco reais, e setenta e cinco centavos) a título de dividendos intercalares, pagos à conta de lucros acumulados da Companhia referente ao resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 25 de fevereiro de 2019, cujo valor (originalmente indicado como sendo R$87.290.325,45 (oitenta e sete milhões, duzentos e noventa mil, trezentos e vinte e cinco reais, e quarenta e cinco centavos)) é neste ato retificado;

(vii) ratificar o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, conforme consta das respectivas Demonstrações Financeiras; e

(viii) a fixação da remuneração anual dos administrados para o exercício social de 2019, no montante total de até R$10.560.748,34 (dez milhões, quinhentos e sessenta mil, setecentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

(B) Em Assembleia Geral Extraordinária:

(i) aprovar a alteração do Programa de Opção de Compra de Ações para prever o ajuste do preço de exercício vis-à-vis dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos, cuja nova redação será aquela indicada no **Anexo I** a esta ata;

(ii) aprovar a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar conforme **Anexo II** desta ata, para refletir os seguintes itens, que são neste ato expressamente aprovados pelos acionistas: (a) refletir o valor ratificado do capital social da Companhia em decorrência da cisão parcial da Companhia, em razão do disposto no item D do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de dezembro de 2018, qual seja, R$482.817.035,79 (quatrocentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e dezessete mil, e trinta e cinco reais e setenta e nove centavos); (b) refletir determinadas exigências elaboradas pela CVM no contexto do pedido de registro da Oferta; (c) incluir as cláusulas estatutárias necessárias à adesão da Companhia ao Comitê de Aquisições e Fusões – CAF; (d) refletir o cancelamento de 21.553.895 (vinte e um milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, oitocentas e noventa e cinco) ações de emissão da Companhia atualmente em tesouraria; e (e) refletir o grupamento das ações da Companhia, na proporção de 3:1;

(iii) eleger como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, para um mandato unificado até 25 de fevereiro de 2021, permitida a reeleição, os Senhores: (a) **PAULO SÉRGIO KAKINOFF**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG sob o n° 25.465.939-1 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 194.344.518-41, com endereço comercial em Praça Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, Jardim Aeroporto, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04626-020; e (b) **JOSÉ MAURO DEPES LORGA**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade (RG) nº 04.171.198-7 (IFP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 711.509.277-04, com domicílio na Rua Fernando Nogueira de Sousa, 103, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22620-380.

A caracterização dos Conselheiros ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, foi atestada por cada um deles mediante declarações previamente encaminhadas ao Conselho de Administração.

Os Conselheiros ora eleitos foram investidos nos seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse constantes dos **Anexos III e IV** à presente ata e devidamente arquivados na sede da Companhia, observada a prestação das declarações previstas em lei.

(iv) retificar a deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2019 que aprovou a realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores da Oferta"), sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar correspondente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, em razão da prestação de serviço de estabilização de preço das Ações.

A Ações serão distribuídas sob o regime de garantia firme de liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, e não será permitida a distribuição parcial no contexto da Oferta.

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

Esclarecimentos: Não houve solicitação de instalação do Conselho Fiscal.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no parágrafo 1° do artigo 130 da Lei das S.A., que lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mogi das Cruzes - SP, 08 de abril de 2019. Mesa: Denys Marc Ferraz, Presidente; Maria Lúcia de Araújo, Secretária. Acionistas presentes: JSL S.A. (representada por seus diretores Denys Marc Ferraz e Fábio Albuquerque Marques Velloso) e JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda. (representada por seus diretores Denys Marc Ferraz e Fábio Albuquerque Marques Velloso).

Mogi das Cruzes - SP, 08 de abril de 2019.

A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

Maria Lúcia de Araújo
Secretária

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR QUE APROVOU A ALIENAÇÃO DAS AÇÕES NA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JSL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79

NIRE: 35.300.362.683

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE FEVEREIRO DE 2019

1. **Data, Hora e Local:** Aos 25 dias do mês de fevereiro de 2019, às 8 horas, na sede social da JSL S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, Conjunto 91, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001.

2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, que participaram por teleconferência.

3. **Mesa:** Presidente: Adalberto Calil; Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

4. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a alienação de participação societária da Companhia no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos" e "Oferta"); **(ii)** o empréstimo de ações de emissão da Vamos e de titularidade da Companhia no contexto da Oferta; e **(iii)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta.

5. **Deliberações:** Colocados em discussão os assuntos da Ordem do Dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos, decidiram aprovar as seguintes deliberações:

   (i) A alienação de participação acionária detida pela Companhia na Vamos no âmbito da Oferta, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar correspondente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Serão definidos oportunamente pelo Conselho de Administração a quantidade de Ações a serem alienadas pela Companhia no contexto da Oferta e o preço de venda das Ações, conforme venha a ser acordado na data de precificação da Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado junto a investidores institucionais, no Brasil e no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, e em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400 (*bookbuilding*).

(ii) O empréstimo de ações ordinárias de emissão da Vamos e de titularidade da Companhia em montante correspondente a até 15% das Ações, para fazer frente ao processo de estabilização das Ações no âmbito da Oferta, com observância do artigo 24 da Instrução CVM 400 e da regulamentação aplicável, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações de emissão da Vamos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(iii) A autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta, incluindo a celebração de todos os documentos e contratos relacionados.

6. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e conferida, foi por todos assinada. Mesa: Adalberto Calil – Presidente; Maria Lúcia de Araújo – Secretária. Conselheiros presentes: Fernando Antonio Simões, Fernando Antonio Simões Filho, Adalberto Calil, Álvaro Pereira Novis e Augusto Marques da Cruz Filho.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

Maria Lúcia de Araújo

Secretária

JUCESP

04 ABR 2019

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO

GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

185.091/19-2

JUCESP

- **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR QUE APROVOU A QUANTIDADE DE AÇÕES A SEREM ALIENADAS NO CONTEXTO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JSL S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79
NIRE: 35.300.362.683

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2019

Local, Hora e Data: Realizada aos 08 dias do mês de abril de 2019, às 11 horas, na sede social da JSL S.A. ("Companhia"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, Conjunto 91, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

Mesa: Presidente: Fernando Antonio Simões; Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

Ordem do Dia: Deliberar sobre a quantidade de ações ordinárias de emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos") e de titularidade da Companhia ("Ações") a serem alienadas no contexto da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Vamos ("Oferta"), cujo pedido de registro foi protocolado perante a Comissão de Valores Mobiliários em 25 de fevereiro de 2019.

Deliberações: Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovar a alienação de até 34.014.204 Ações no contexto da Oferta, representativas de 35,13% da participação acionária detida pela Companhia na Vamos nesta data, quantidade esta que considera a eventual colocação de ações adicionais e suplementares. Será aprovada oportunamente pelo Conselho de Administração o preço de venda das Ações, conforme venha a ser acordado na data de precificação da Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado junto a investidores institucionais, no Brasil e no exterior, em consonância com o disposto no artigo 170, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76, e em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400/2003 (*bookbuilding*).

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e conferida, foi por todos assinada. Mesa: Fernando Antonio Simões – Presidente; Maria Lúcia de Araújo – Secretária. Conselheiros presentes: Fernando Antonio Simões, Fernando Antonio Simões Filho, Adalberto Calil, Álvaro Pereira Novis e Augusto Marques da Cruz Filho.

São Paulo, 08 de abril de 2019.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

Maria Lúcia de Araújo
Secretária da Mesa

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- **MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

CNPJ/MF Nº 23.373.000/0001-32
NIRE: 35300512642

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2019.

DATA, LOCAL E HORA: Realizada no dia [●] de [●] de 2019, às 10 horas, na sede social da VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 9, Vila Cintra, CEP 08745-900.

CONVOCAÇÃO E QUÓRUM: Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: **[●]**; Secretário: **[●]**.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no artigo 6º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(iv)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(v)** a aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(vi)** a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(vii)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: Pela unanimidade dos votos dos membros do Conselho de Administração, foram tomadas as seguintes deliberações, sem reservas ou ressalvas:

(I) Aprovar, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R$[●] por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto

da Oferta;

(II) Aprovar, em decorrência da deliberação tomada no item (I) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[●], o qual passará de R$ [●] ([●] reais) para R$[●], mediante a emissão de [●] novas ações ordinárias, cada uma no valor de R$ [●], que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de [●] ([●]) ações ordinárias para [●] ([●]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 7º, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia;

(III) Aprovar, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (II) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(IV) Aprovar o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;

(V) Homologar, em razão da deliberação tomada no item (II) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R$ [●], mediante a emissão de [●] novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(VI) Face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (II) e (V) acima, aprovar, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"Art. 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado (em moeda corrente nacional) é de R$ [●] ([●] de reais), representado por [●] ([●]) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal."*

(VII) Autorizar a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição das Ações, com Garantia Firme de Liquidação, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.; (ii) o Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.; (iii) o *Placement Facilitation Agreement*; e (iv) o Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos;

(VIII) Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião, lavrando-se a presente ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Mesa: [●] – Presidente; [●] – Secretário. Conselheiros: [Fernando Antonio Simões, Denys Marc Ferrez e João Batista de Almeida].

Mogi das Cruzes, [●] de [●] de 2019.

A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

[●]	**[●]**
Presidente	Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- **MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO ACIONISTA VENDEDOR QUE APROVARÁ O PREÇO DE ALIENAÇÃO DAS AÇÕES**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JSL S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 52.548.435/0001-79

NIRE: 35.300.362.683

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM [●] DE [ABRIL] DE 2019

LOCAL, HORA E DATA: Realizada aos [●] dias do mês de [abril] de 2019, às [18] horas, na sede social da JSL S.A. ("Companhia"), situada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, Conjunto 91, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, nos termos do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

MESA: Presidente: [Fernando Antonio Simões]; Secretária: [Maria Lúcia de Araújo].

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a fixação do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Ações" e "Vamos") a serem alienadas pela Companhia no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Vamos ("Oferta"), cujo pedido de registro foi protocolado perante a Comissão de Valores Mobiliários em [●] de [●] de 2019.

DELIBERAÇÕES: Examinadas e debatidas as matérias constantes da ordem do dia, foi deliberado, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovar a alienação das Ações no âmbito da Oferta ao preço de R$[●] ([●] reais e [●] centavos) por Ação, conforme apurado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido junto a investidores institucionais pelas instituições intermediárias da Oferta no Brasil e no exterior, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400/2003 (*bookbuilding*).

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que depois de lida e conferida, foi por todos assinada. Mesa: [Fernando Antonio Simões] – Presidente; [Maria Lúcia de Araújo] – Secretária. Conselheiros presentes: Fernando Antonio Simões, Fernando Antonio Simões Filho, Adalberto Calil, Álvaro Pereira Novis e Augusto Marques da Cruz Filho.

São Paulo, [●] de [abril] de 2019.

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

_____

[**Maria Lúcia de Araújo**]
Secretária da Mesa

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- **DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DO ACIONISTA VENDEDOR E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Saraiva, 400, Sala 09, Vila Cintra, na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08.745-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob nº 23.373.000/0001-32, neste ato representada por seus diretores estatutários, na forma de seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas no prospecto preliminar e no prospecto definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o prospecto preliminar e o prospecto definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o prospecto preliminar da Oferta contém, nesta data, e o prospecto definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Ações e da Companhia, das suas atividades, da sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o prospecto preliminar foi, e o prospecto definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a, a Instrução CVM 400.

Mogi das Cruzes, 8 de abril de 2019.

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.

Gustavo Henrique Braga Couto
Diretor Presidente

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

JSL S.A., sociedade por ações, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 52.548.43/0001-79 ("Acionista Vendedor"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Avenida Saraiva, 400, Sala 09, Vila Cintra , na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08.745-900, inscrita no CNPJ/ME sob nº 23.373.000/0001-32 ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Oferta" e "Ações"), sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A., do Banco Santander (Brasil) S.A., do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., do BB – Banco de Investimento S.A. e da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A (em conjunto, "Coordenadores da Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar o quanto segue:

Considerando que:

(i) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em janeiro de 2019, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação dos Coordenadores da Oferta, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e, nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(iv) a Companhia e o Acionista Vendedor disponibilizaram os documentos que estes consideraram relevantes para a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item "(iv)" acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e o Acionista Vendedor;

(vi) conforme informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado, para análise dos Coordenadores da Oferta e de

seus assessores legais, todos os documentos, bem como prestaram todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas, inclusive no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, por ocasião do registro da Oferta, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão (conforme o caso) verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da obtenção do registro de companhia aberta da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar da Oferta contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo da Oferta conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores da Oferta, das Ações e da Companhia, suas atividades, sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando a, a Instrução CVM 400.

Mogi das Cruzes, 8 de abril de 2019.

Lucas Cive Barbosa
Diretor

Denys Marc Ferrez
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO BRADESCO BBI S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 10º andar, CEP 01451-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.271.464/0103-43, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Coordenador Líder" ou "Bradesco BBI"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.** companhia aberta, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, CEP 08745-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob o n.º 23.373.000/0001-32 ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Oferta" e "Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a sua coordenação e do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" ou "Agente Estabilizador"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("BofA Merrill Lynch"), do BB-Banco de Investimento S.A. ("BB Investimentos") e da Caixa Econômica Federal ("Caixa Econômica"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP Investimentos"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse") e do Banco J. Safra S.A. ("Safra", e , em conjunto com Bradesco BBI, BTG Pactual, Santander, BofA Merrill Lynch, BB Investimentos, Caixa Econômica e Credit Suisse, os "Coordenadores da Oferta") vem pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400:

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Companhia, a JSL S.A., na qualidade de acionista vendedor ("Acionista Vendedor"), e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta ("Assessores Legais");

JUR_SP - 32710467v1 - 6719005.417896

JURÍDICO BBI

(ii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em janeiro de 2019, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(iii) para a realização da Oferta, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade CTA 23 de acordo com os parâmetros definidos pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(iv) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmaram ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus Assessores Legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelos Assessores Legais, em nome dos Coordenadores da Oferta, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor; e

(vi) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e Assessores Legais participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo.

O Coordenador Líder declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor (incluindo, mas não se limitando, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo), nas datas de suas respectivas disponibilizações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

JURÍDICO BBI

(ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas disponibilizações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, 08 de abril de 2019.

BANCO BRADESCO BBI S.A.

Nome: Henrique L. Pinto Lima
Cargo:

Nome: Mauro Tukiyama
Cargo:

JURÍDICO BBI

- **FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 4

2.3 - Outras informações relevantes 5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6

3.2 - Medições não contábeis 7

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 10

3.4 - Política de destinação dos resultados 11

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 12

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 13

3.7 - Nível de endividamento 14

3.8 - Obrigações 15

3.9 - Outras informações relevantes 16

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 21

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado 39

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 42

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 43

4.5 - Processos sigilosos relevantes 44

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 45

4.7 - Outras contingências relevantes 46

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 47

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos 48

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado 55

5.3 - Descrição dos controles internos 58

5.4 - Programa de Integridade 63

5.5 - Alterações significativas 68

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 69

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 70

6.3 - Breve histórico 71

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 72

6.6 - Outras informações relevantes 73

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas 74

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 82

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 83

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 86

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 96

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 97

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 103

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 104

7.8 - Políticas socioambientais 105

7.9 - Outras informações relevantes 106

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários 111

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 112

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 113

Índice

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 114

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 115

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 116

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis 117

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 120

9.2 - Outras informações relevantes 122

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 123

10.2 - Resultado operacional e financeiro 153

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 156

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 164

10.5 - Políticas contábeis críticas 169

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 172

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 174

10.8 - Plano de Negócios 175

10.9 - Outros fatores com influência relevante 176

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 203

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 204

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 205

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 213

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 217

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 219

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 220

12.7/8 - Composição dos comitês 224

Índice

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 226

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 227

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 230

12.12 - Outras informações relevantes 231

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 237

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 242

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 246

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 250

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 255

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária 258

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 259

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções 261

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 263

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 264

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 265

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 266

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 267

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 268

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 269

13.16 - Outras informações relevantes 270

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 271

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 273

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 274

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 275

14.5 - Outras informações relevantes 276

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária 277

15.3 - Distribuição de capital 283

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 284

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 285

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 286

15.7 - Principais operações societárias 287

15.8 - Outras informações relevantes 295

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 296

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 299

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 306

16.4 - Outras informações relevantes 308

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 309

17.2 - Aumentos do capital social 310

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 314

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 315

17.5 - Outras informações relevantes 316

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 317

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 318

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 319

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 320

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 321

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 322

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 323

18.8 - Títulos emitidos no exterior 324

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 325

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 326

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 327

18.12 - Outras infomações relevantes 328

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 329

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 330

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 331

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 332

20.2 - Outras informações relevantes 334

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 335

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 337

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 339

21.4 - Outras informações relevantes 340

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gustavo Henrique Braga Couto**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade RG nº 50.027.727-3 (SSP-BA) e inscrito no CPF/MF sob o nº 617.152.125-68, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-011 na qualidade de Diretor Presidente da **Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1.1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 353.651.228-36, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-011 na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli
Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Período de prestação de serviço	31/07/2017
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados (i) à auditoria independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Companhia”) relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); auditoria independente das demonstrações financeiras combinadas carve-out da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2018 preparadas de acordo com o BR GAAP e IFRS, e revisão das informações intermediárias relativas aos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2017 e 2018; (iii) serviços relacionados a auditoria para a emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados; e (iv) serviços de assessoria sobre análise histórica da carteira de clientes da Companhia, da Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda, da Borgato Caminhões S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Máquinas S.A. (“Grupo Vamos”)
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração dos auditores independentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$2.383 mil, sendo (i) R$ 2.318 mil, correspondente a honorários de auditoria e outros serviços em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações intermediárias; e (ii) R$ 65 mil de serviços de consultoria.
Justificativa da substituição	Não aplicável
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Ulysses Marcelo Duarte Magalhães	31/07/2017	018.011.427-18	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 8º andar, -, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39403133, e-mail: umagalhaes@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes

Como parte da política interna da Companhia, todos os serviços prestados pela empresa de auditoria independente devem ser analisados pela Administração antes de sua realização, como forma de garantir que não haja conflito de interesse.

As demais informações relevantes pertinentes a este item foram citadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)	Exercício social (31/12/2016)
Patrimônio Líquido	581.482.997,27	694.165.440,47	172.610.239,32
Ativo Total	2.023.431.540,47	2.010.766.635,34	851.235.406,45
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	938.945.714,91	413.739.054,47	207.508.043,35
Resultado Bruto	314.295.802,40	210.098.229,12	92.260.837,28
Resultado Líquido	105.891.783,67	79.623.790,00	42.738.175,38
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	287.453.495	354.860.334	121.783.286
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	2,022900	1,956200	1,417400
Resultado Básico por Ação	0,335540	0,504850	0,850380
Resultado Diluído por Ação	0,31	0,50	0,85

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

Medições não contábeis

	R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
(1)	EBITDA	432.452	270.817	132.965
(1)	Margem EBITDA	46,1%	65,5%	64,1%
(2)	EBITDA Ajustado	425.407	269.749	132.965
(2)	Margem EBITDA Ajustada	45,3%	65,2%	64,1%
(3)	Dívida Bruta	931.385	815.347	564.729
(3)	Dívida Líquida	859.853	589.842	515.471
(4)	Alavancagem Líquida (x)	1,99	2,18	3,88

(1) EBITDA (LAJIDA) E MARGEM EBITDA

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

(2) EBITDA (LAJIDA) AJUSTADO E MARGEM EBITDA AJUSTADA

A Companhia divulga o EBITDA Ajustado de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012 que consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, das despesas com depreciação e amortização (EBITDA) menos o do lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos. Por meio da utilização do EBITDA Ajustado, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia, sem o efeito das operações descontinuadas em 2017 e 2018.

A "Margem EBITDA Ajustada" consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador da performance operacional da Companhia.

(3) DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

3.2 - Medições não contábeis

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(4) ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustada, da Dívida Líquida e da Alavancagem Líquida com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do exercício	112.937	80.692	42.738
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	45.732	35.405	22.019
(+) Resultado Financeiro Líquido	67.020	48.325	22.667
(+) Depreciação e Amortização	206.763	106.395	45.541
EBITDA	**432.452**	**270.817**	**132.965**
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	938.946	413.739	207.508
EBITDA	432.452	270.817	132.965
Margem EBITDA	**46,1%**	**65,5%**	**64,1%**

Reconciliação do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do exercício	112.937	80.692	42.738
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	45.732	35.405	22.019
(+) Resultado Financeiro Líquido	67.020	48.325	22.667
(+) Depreciação e Amortização	206.763	106.395	45.541
EBITDA	**432.452**	**270.817**	**132.965**
(+) Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	7.045	1.068	0
EBITDA Ajustado	**425.407**	**269.749**	**132.965**
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	938.946	413.739	207.508
EBITDA Ajustado	425.407	269.749	132.965
Margem EBITDA Ajustada	**45,3%**	**65,2%**	**64,1%**

3.2 - Medições não contábeis

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
(+) Risco sacado a pagar - montadoras	-	2.860	-
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	188.221	225.129	117.129
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Circulante)	15.201	13.688	6.842
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	698.229	558.803	430.093
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Não Circulante)	29.734	14.867	10.665
Dívida Bruta	931.385	815.347	564.729
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	-58.605	-117.048	-18.059
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	-7.253	-104.079	-31.199
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	-794	-4.378	0
(-) Instrumentos financeiras derivativos	-4.880	0	0
Dívida Líquida	**859.853**	**589.842**	**515.471**

Reconciliação da Alavancagem Líquida

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Dívida Líquida	859.853	589.842	515.471
EBITDA	432.452	270.817	132.965
Alavancagem Líquida (x)	1,99	2,18	3,88

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

A Companhia ressalta que o EBITDA e o EBITDA Ajustado, e suas respectivas margens, são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e o EBITDA ajustado não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento (Dívida Líquida e Alavancagem Líquida) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Nos termos das últimas informações contábeis da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, cuja emissão foi autorizada em 25 de dezembro de 2018, ocorreram os seguintes eventos:

- **Emissão de debêntures:** em 12 de março de 2019, a VERT Companhia Securitizadora, divulgou o aviso ao mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis no valor total, inicialmente, de R$ 250.000 mil, lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio os quais são representados pelas debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição privada de emissão da Vamos. Essa operação foi realizada no mercado de capitais e teve como objetivo levantar recursos para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos relacionados a contratos de locação firmados com clientes do agronegócio. A operação foi, portanto, realizada no âmbito normal das atividades do nosso negócio de locação, o qual é caracterizado pelo uso de capital intensivo.

- **Distribuição de dividendos:** em 25 de fevereiro de 2019, a Assembleia dos Acionistas aprovou a distribuição de dividendos no montante de R$ 107.290 como destinação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R$ 98.101 como distribuição de dividendos das contas de reserva de lucros. Realizamos a aprovação de dividendos extraordinários, adicionais ao que já estava previsto no Balanço de 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de distribuição de lucros aos atuais acionistas da Companhia antes da entrada de novos acionistas decorrente da potencial abertura de capital da Companhia.

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2018	2017	2016
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício será destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.
Valores das retenções de lucros	Reserva legal: R$ 5.647 mil Reserva de Retenção de Lucros: R$ 60.168 mil	Reserva legal: R$ 4.035 mil Reserva de Retenção de Lucros: R$ 57.493 mil	Reserva legal: - Reserva de Retenção de Lucros: R$ 42.738 mil
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	58,3%	76,3%	100%
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuia uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2017, a Companhia não possuia uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2016, a Companhia não possuia uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017	Exercício social 31/12/2016
Lucro líquido ajustado	107.290,00	76.657,00	42.738,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	47.122,000000	19.164,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	19,420000	11,620000	24,760000
Dividendo distribuído total	47.122,00	19.164,00	0,00
Lucro líquido retido	60.168,00	57.493,00	42.738,00
Data da aprovação da retenção	08/04/2019	08/04/2019	08/04/2019

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	0,00		0,00		0,00	
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio declarados no exercício social de 2018 foi de R$ 27.122 mil e R$ 20.000 mil, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

O montante de dividendos e juros sobre capital próprio declarados no exercício social de 2017 foi de R$ 6.422 mil e R$ 12.742 mil, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos, nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2018	1.441.949,00	Índice de Endividamento	2,47000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2018)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		187.473.130,00	444.736.107,00	69.699.519,00	1.616.893,00	703.525.649,00
Empréstimo	Quirografárias		15.948.870,00	200.503.367,00	11.407.114,00	0,00	227.859.351,00
Total			203.422.000,00	645.239.474,00	81.106.633,00	1.616.893,00	931.385.000,00
Observação							

3.9 - Outras informações relevantes

A tabela abaixo contém as medições não contábeis derivadas das demonstrações financeiras combinadas carve-out, para os períodos de 2018, 2017 e 2016, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo International Accouting Standard Board (IASB) e, também, com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis do Grupo Vamos, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde 1º de janeiro de 2016, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil" – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF" – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A.).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out não consolida o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A.

Portanto, as demonstrações financeiras combinadas carve-out estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa da Companhia, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Companhia, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

Medições não contábeis

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
EBITDA	452.175	304.993	272.475
Margem EBITDA	46,0%	45,2%	43,3%
Dívida Bruta	934.922	830.839	645.960
Dívida Líquida	863.390	656.108	550.334
Alavancagem Líquida (x)	1,91	2,15	2,02
ROE	17,2%	17,9%	17,8%
ROIC	11,3%	11,0%	10,2%

(1) EBITDA (LAJIDA) E MARGEM EBITDA

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), e não representa o fluxo de caixa para

3.9 - Outras informações relevantes

os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador da performance operacional da Companhia.

(2) DÍVIDA BRUTA E DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(3) ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustada, da Dívida Líquida, da Alavancagem Líquida, do ROE e do ROIC com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do exercício	116.274	92.584	77.875
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	50.816	43.145	42.243
(+) Resultado Financeiro Líquido	66.623	45.221	35.918
(+) Depreciação e Amortização	218.462	124.043	116.439
EBITDA	**452.175**	**304.993**	**272.475**
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	983.290	674.756	628.980
EBITDA	452.175	304.993	272.475
Margem EBITDA	**46,0%**	**45,2%**	**43,3%**

3.9 - Outras informações relevantes

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
(+) Risco sacado a pagar - montadoras	-	2.860	-
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	189.109	227.043	127.831
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Circulante)	15.201	14.337	7.469
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	700.877	571.732	498.203
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Não Circulante	29.735	14.867	12.457
Dívida Bruta	934.922	830.839	645.960
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	-58.605	-83.311	-34.220
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	-7.253	-87.042	-61.406
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	-794	-4.378	0
(-) Instrumentos financeiras derivativos	-4.880	0	0
Dívida Líquida	**863.390**	**656.108**	**550.334**

Reconciliação da Alavancagem Líquida

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Dívida Líquida	863.390	656.108	550.334
EBITDA	452.175	304.993	272.475
Alavancagem Líquida (x)	1,91	2,15	2,02

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza o indicador não contábil EBITDA para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a um indicador financeiro utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos que refletem diretamente em seu fluxo de caixa.

A Companhia ressalta que o EBITDA e margem EBITDA são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA e margem EBITDA não são medidas contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento (Dívida Líquida e Alavancagem Líquida) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

3.9 - Outras informações relevantes

Outras medidas de operacionais

(1) RETORNO SOBRE O PATRIMONIO LÍQUIDO – ROE

O ROE - *Return On Equity* (em português: Retorno sobre o Patrimônio) reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio.

(2) RETORNO SOBRE O CAPITAL INVESTIDO – ROIC

O ROIC - *Return On Invested* Capital é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional ("EBIT"), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

ROE

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Líquido do Exercício	116.274	92.584	77.875
Patrimônio Líquido	642.964	709.320	437.651
Ajuste[1]		113.201	
Patrimônio Líquido Ajustado	642.964	596.119	437.651
Patrimônio Líquido Médio	676.142	516.885	437.651
ROE	**17,2%**	**17,9%**	**17,8%**

Nota: 1- Refere-se ao aumento de capital para aquisição da Borgato, nota 26.1 Capital Social: Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social no valor de R$ 113.201, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias. Tal ajuste foi considerado para o cálculo do ROE no ano de 2017 apenas.

ROIC

R$ - Milhares	Exercício em 31 de dezembro de		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Lucro Operacional antes do Resultados Financeiro	233.713	180.950	156.036
Alíquota de Imposto de renda e contribuição social do perío	-30,4%	-31,8%	-35,2%
Imposto	-71.078	-57.520	-54.875
NOPAT	162.635	123.430	101.161
Patrimônio Líquido	642.964	709.320	437.651
Ajuste[1]	0	113.201	0
Patrimônio Líquido Ajustado	642.964	596.119	437.651
Patrimônio Líquido Médio	676.142	516.885	437.651
Dívida Líquida	863.390	656.108	550.334
Dívida Líquida média	759.749	603.221	550.334
Capital Empregado Médio	1.435.891	1.120.106	987.985
ROIC	**11,3%**	**11,0%**	**10,2%**

Nota: 1- Refere-se ao aumento de capital para aquisição da Borgato, nota 26.1 Capital Social: Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social no valor de R$ 113.201, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias. Tal ajuste foi considerado para o cálculo do ROE no ano de 2017 apenas.

3.9 - Outras informações relevantes

Informações adicionais sobre contratos financeiros

Parte dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia e/ou por suas subsidiárias, bem como da documento de emissão dos valores mobiliários de dívida emitido pela Companhia, possuem cláusulas que determinam o vencimento antecipado das parcelas em aberto, em caso de vencimento antecipado (*cross acceleration*) ou de descumprimento (*cross default*) de obrigações de outro contrato financeiro firmado com a mesma contraparte e/ou de qualquer contrato financeiro, observados os limites estabelecidos. Para mais informações sobre os contratos mencionados acima, veja o item 10.1 deste Formulário de Referência.

Informações adicionais ao item 3.5

A Companhia informa que seus acionistas aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2019, a distribuição de dividendos no montante de R$ 107.290 mil como destinação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R$ 89.832 mil como distribuição de dividendos das contas de reserva de lucros. A administração da Companhia, de acordo com seu plano de negócios, pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da oferta pública de distribuição de ações pretendida para, dentre outras finalidades, o pagamento de referidos dividendos declarados aos seus acionistas, nos termos elencados acima.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Em complemento às informações apresentadas nessa seção 3, a Companhia informa que, em 08 de abril de 2019, foi realizada sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a qual deliberou sobre as seguintes matérias:

- Em assembleia geral ordinária, (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; (ii) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (iii) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (iv) apreciação e ratificação da destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; (v) apreciação e ratificação da destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017; (vi) apreciação e aprovação da destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018; (vii) ratificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia, relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018; e (viii) a fixação do limite da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2019.

- Em assembleia geral extraordinária, (i) a alteração do Programa de Opção de Compra de Ações para prever o ajuste do preço de exercício vis-à-vis dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos; (ii) a reformulação e consolidação do Estatuto Social da Companhia para: (a) refletir o valor ratificado do capital social em decorrência da cisão parcial da Companhia, em razão do disposto no item D do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de dezembro de 2018; (b) refletir determinadas exigências elaboradas pela CVM no contexto do pedido de registro de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia; (c) incluir as cláusulas estatutárias necessárias à adesão da Companhia ao Comitê de Aquisições e Fusões – CAF; (d) refletir o cancelamento de 21.553.895 ações de emissão da Companhia em tesouraria; e (e) refletir o grupamento das ações da Companhia, na proporção de 3:1; (iii) a eleição de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) a retificação da deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de fevereiro de 2019 que aprovou a realização da Oferta.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos, devendo os potenciais investidores analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e as respectivas notas explicativas, antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira material e adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que poderá haver perda no investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia aos seus titulares.

Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "4. Fatores de Risco".

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A Companhia pode ser incapaz de implementar com sucesso a sua estratégia de crescimento.

A capacidade de crescimento da Companhia depende de diversos fatores, incluindo: (a) a habilidade de captar novos clientes ou aumentar receitas de clientes existentes em seus setores de atuação; (b) a capacidade de financiar investimentos para crescimento da frota (seja por meio de endividamento ou não); e (c) o aumento da capacidade operacional e expansão da capacidade atual para atendimento de novos clientes. Um desempenho insatisfatório da Companhia no que tange aos referidos fatores, entre outros, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo ou ainda limitação à capacidade de fazer investimentos, pode limitar a implementação com sucesso da sua estratégia de crescimento. É possível que, para a implementação de sua estratégia de crescimento, a Companhia precise financiar seus novos investimentos por meio de endividamentos adicionais.

O crescimento e a expansão em seus mercados atuais e em seus mercados poderão requerer adaptações da estrutura operacional da Companhia, incluindo, mas não se limitando, investimentos significativos na expansão e gerenciamento de sua frota de caminhões, máquinas e equipamentos. Os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser adversamente afetados se a Companhia não responder de modo rápido e adequado a tal expansão e necessidade de adaptação.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os resultados da Companhia poderão ser afetados por erros no estabelecimento de preços em decorrência de falhas no cálculo da desvalorização estimada de sua frota em relação à sua desvalorização efetiva no futuro.

Os preços do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos inclui uma estimativa do valor futuro das vendas e, consequentemente, de sua depreciação efetiva (ou seja, custo de aquisição dos caminhões, máquinas e equipamentos menos o preço de venda da receita adicional obtida da venda menos despesas com vendas). Superestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação supervalorizados, que poderão impactar no aumento das tarifas de aluguel, impactando a competitividade da Companhia no segmento de mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Por outro lado, subestimar o valor de venda futuro dos caminhões, máquinas e equipamentos resultará em custos de depreciação menores e custos de venda de veículos maiores, podendo causar uma redução na margem operacional da Companhia. Em qualquer um dos casos, o negócio, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados adversamente por estimativas imprecisas da depreciação efetiva.

A Companhia pode não ser bem-sucedida na execução de eventuais aquisições, assim como a Companhia pode assumir certas contingências não identificadas e/ou não identificáveis em decorrência de aquisições de outras empresas.

A Companhia pode aproveitar oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas. Não há como assegurar que a Companhia será bem-sucedida em identificar, negociar ou concluir tais aquisições. Adicionalmente, a integração dos negócios e atividades da Companhia aos das empresas adquiridas poderá se mostrar mais custosa do que originalmente previsto, não podendo a Companhia garantir que será capaz de integrar tais empresas ou bens adquiridos em seus negócios de forma bem-sucedida, tampouco de diligenciar devidamente as contingências das empresas adquiridas. O insucesso da sua estratégia de aquisições pode afetar, material e adversamente, sua situação financeira e os resultados da Companhia. Além disso, determinadas aquisições que a Companhia vier a considerar poderão estar sujeitas à obtenção de autorizações das autoridades brasileiras de defesa da concorrência e demais autoridades aplicáveis. A Companhia pode não ter sucesso na obtenção de tais autorizações necessárias ou na sua obtenção em tempo hábil para integrar as empresas adquiridas de modo eficaz e estratégico.

Eventuais ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências de qualquer natureza não identificados ou não identificáveis na ocasião dos processos de auditoria legal realizados com base em documentos e informações então apresentados pelas empresas adquiridas no âmbito dos respectivos processos de aquisição, bem como a ocorrência de eventos ou apresentação de documentos posteriores a tais aquisições que resultem ou possam resultar em ônus, gravames, vícios, contingências e/ou pendências materiais de qualquer natureza com relação às empresas adquiridas poderão impactar a Companhia de forma negativa e, por consequência, impactar seus resultados operacionais e prejudicar os seus acionistas.

O financiamento da estratégia de crescimento da Companhia requer capital intensivo de longo prazo.

A competitividade e a implementação da estratégia de crescimento da Companhia dependem de sua capacidade de fazer investimentos, renovar e expandir sua frota. Para financiar esse crescimento da frota de caminhões e equipamentos, a Companhia depende do seu desempenho operacional e da sua capacidade da obtenção de financiamentos de longo prazo. Não é possível garantir que a Companhia será capaz de obter financiamento suficiente para custear a totalidade dos investimentos previstos em seu plano de negócios atual e para financiar sua estratégia de expansão ou que tais financiamentos, além de emissões de dívidas e/ou operações securitizadas serão obtidos, em custos ou com taxas de desconto adequados. Adicionalmente, condições macroeconômicas adversas, condições específicas da indústria em que a Companhia atua, desempenho operacional da Companhia ou outros fatores externos ao ambiente de negócios da Companhia, poderá afetar de forma adversa

4.1 - Descrição dos fatores de risco

seu crescimento. Além disso, por força de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a certas limitações de margens de endividamento e outras métricas financeiras, que podem restringir a sua capacidade de investimento e de captação de novos financiamentos.

Caso a capacidade da Companhia de captar recursos para financiamento de suas atividades ou para a sua expansão seja afetada, poderá haver impacto na renovação e expansão da frota e, consequentemente, de sua competitividade, podendo afetar negativamente seus negócios, resultados e, consequentemente, sua condição financeira.

O sucesso da Companhia depende de sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados.

O sucesso da Companhia depende da sua habilidade de atrair, contratar, treinar, motivar e reter profissionais capacitados para a condução de seu negócio. Há competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de caminhões, máquinas e equipamentos e carência de mão de obra especializada e qualificada, sendo certo que tal competição e carência têm efeitos também sobre a Companhia. Ainda, a Companhia não pode garantir que não incorrerá em custos substanciais para contratar, treinar e manter profissionais qualificados. Adicionalmente, os negócios da Companhia são altamente dependentes dos membros de sua alta administração, os quais têm desempenhado papel fundamental no sucesso das operações da Companhia. Se a Companhia não for capaz de atrair ou manter profissionais qualificados para administrar e expandir suas operações, a Companhia pode não ter capacidade para conduzir seu negócio com sucesso e, consequentemente, seus negócios e resultados operacionais poderão ser material e adversamente afetados.

A Companhia não mantém seguro contra certos riscos.

Os ativos locados podem eventualmente não ter seguro contra terceiros ou ter cobertura limitada para danos materiais, roubo, morais e corporais durante o período em que estão alugados pelos clientes, a depender da modalidade de seguro contratada pelo cliente, ou ainda caso o cliente opte pela não contratação de cobertura securitária. Dessa forma, a Companhia está exposta a responsabilidades para as quais pode não estar segurada, decorrentes de dano material aos ativos alugados acima do valor coberto pelo seguro contratado ou para os ativos não segurados. Além disso, a prática de contratação de seguros da Companhia eventualmente poderá ser reajustada para se adequar a eventuais normas de autoridades brasileiras e manter o equilíbrio financeiro das locações de ativos, aumentando os custos, podendo afetar negativamente seus resultados e, consequentemente, sua condição financeira.

A Companhia depende de sistemas automatizados e informatizados.

A Companhia é dependente de sistemas automatizados para operar os negócios. Além disso, a tecnologia da informação é essencial para manter o sistema de controles internos da Companhia. Adicionalmente, os sistemas de informação estão expostos a vírus, softwares mal-intencionados e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação, além de falhas nos controles de segurança de rede que podem também afetar o desempenho, uma vez que os servidores estão vulneráveis a vírus, quebras ou panes, que podem resultar em interrupções, atrasos, perda de dados ou na incapacidade de aceitar e atender as reservas dos clientes. Qualquer interrupção nos sistemas ou sua infraestrutura subjacente poderia resultar em um efeito material adverso sobre os negócios como perdas financeiras, aumento dos custos e prejudicar de forma geral a Companhia.

Adicionalmente, os sistemas da Companhia podem sofrer violações resultando no acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre clientes, ou ataques de negação de serviço ou outra interrupção das operações comerciais. Dado que as técnicas utilizadas para obter o acesso não autorizado e sistemas de sabotagem mudam constantemente e poderão não ser conhecidos até que sejam lançados contra a Companhia ou seus prestadores de serviços terceirizados, a Companhia poderá não ser capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques. Caso não seja possível

4.1 - Descrição dos fatores de risco

evitar essas violações de segurança, a Companhia poderia estar sujeita às obrigações legais e financeiras, sua reputação seria prejudicada e poderia sofrer perda substancial de receita decorrente da perda de vendas e descontentamento dos clientes.

Dificuldades na gestão dos riscos de crédito e liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o crescimento da Companhia.

A Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles. Caso um número significativo de clientes inadimpla suas obrigações de pagamento com a Companhia, sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser adversamente afetados. Além disso, condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado internacional de crédito, tais como altas de taxas de juros para novos empréstimos, liquidez reduzida ou diminuição no interesse das instituições financeiras na concessão de empréstimos, podem vir a limitar o acesso da Companhia a novos créditos.

Por fim, eventual impacto na capacidade da Companhia de honrar seus compromissos pode levar a perda de seus ativos, em virtude dos contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro (Leasing) firmados pela Companhia junto a instituições financeiras, os quais preveem a reintegração de posse dos ativos em caso de inadimplemento, podendo impactar adversamente os seus resultados financeiros e operacionais e, por consequência, seu crescimento.

A Companhia pode ser afetada de forma material e adversa por decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

Se o total ou uma parcela das ações e processos administrativos for decidido de forma desfavorável para a Companhia, isso pode ter um impacto adverso material nos seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e na sua imagem perante o mercado. Além dos custos com honorários advocatícios para o patrocínio dessas causas, a Companhia poderá se ver obrigada a oferecer garantias em juízo relacionadas a tais processos, o que poderia afetar a sua capacidade financeira ou sua liquidez.

Ainda, a Companhia está sujeita a fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais. Essas autoridades poderão autuar a Companhia e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, os quais, caso decididos de forma desfavorável para a Companhia, poderão ter ume efeito negativo.

O presidente do Conselho de Administração e acionista controlador indireto da Companhia é parte em processos criminais que podem afetar a Companhia negativamente.

O presidente do Conselho de Administração e acionista controlador indireto da Companhia, o Sr. Fernando Antonio Simões, é réu em um processo criminal em curso na Comarca de Salvador, Estado da Bahia, desde 2009, referente a uma suposta fraude à licitação, conforme descrito nos itens 4.7 e 12.13 deste Formulário de Referência.

Há outro processo criminal pendente contra o Sr. Simões na cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, referente a uma suposta fraude à licitação, conforme descrito no item 12.13 deste Formulário de Referência. O Sr. Fernando Antonio Simões poderá ter de alocar parte substancial de seu tempo e atenção para o acompanhamento e monitoramento desses processos, o que poderá eventualmente prejudicar a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Em caso de decisões desfavoráveis nos processos acima mencionados, a reputação da Companhia perante clientes, fornecedores e investidores poderá ser afetada e o Sr. Simões poderá ter que cessar suas funções de conselheiro na Companhia, o que pode gerar efeito material adverso sobre negócios e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou títulos conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos acionistas em seu capital social

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar suas iniciativas de crescimento que pode resultar em uma alteração no preço de mercado de suas ações ordinárias e diluir a participação dos acionistas no capital social da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de parcela primária de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações que seja feita sem que seja ofertado aos acionistas o respectivo direito de preferência, nos termos da regulamentação aplicável, poderá resultar na diluição da participação destes investidores no capital social da Companhia.

Não há como garantir o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas da Companhia no futuro.

Qualquer decisão futura de pagar dividendos para as ações de emissão da Companhia será discricionária, observado também o disposto na Lei das Sociedades por Ações. A decisão de distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da rentabilidade, condição financeira, plano de investimentos e restrições impostas pela legislação aplicável. Além disso, a capacidade da Companhia de pagar dividendos e/ou juros sobre o capital próprio dependerá da sua capacidade de gerar lucro líquido. Deste modo, a depender do desempenho da Companhia na geração de lucros, não há como assegurar que a Companhia irá pagar ou será capaz de pagar proventos aos seus acionistas.

Algumas das concessionárias da Companhia não estão localizadas em imóveis próprios. Caso a Companhia não seja capaz de renovar as locações de suas lojas ou caso renove em termos menos favoráveis, suas operações poderão ser material e adversamente afetadas.

Na data deste Formulário de Referência, as concessionárias da Companhia estão localizadas em 36 imóveis, alugados de terceiros que não são partes relacionadas à Companhia e sobre os quais não a Companhia não tem qualquer ingerência. Se seus contratos de locação forem extintos, se não conseguir renová-los ou se a renovação implicar em condições desfavoráveis aos seus interesses, a Companhia poderá ser obrigada a alterar a localização das suas lojas para locais sem a mesma visibilidade que possuem atualmente ou que não sejam tão adequados considerando as localidades em que estão situadas o público-alvo da Companhia. A renovação de contratos de locação em termos menos favoráveis do que os atuais, poderá reduzir a rentabilidade de suas concessionárias e afetar material e adversamente suas receitas operacionais. Um eventual aquecimento do mercado imobiliário pode, ainda, inviabilizar ou retardar seus planos de expansão, na medida em que torne mais onerosa a locação de espaços para a implantação de novas lojas. Ademais, a Companhia não possui todos os contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis correspondentes, de modo que existem contratos de locação que não estão registrados nos respectivos cartórios de registro de imóveis, o que poderá acarretar na necessidade de desocupação, caso o locador venda o imóvel locado sem oferecer à Companhia o direito de adquiri-lo, já que não é obrigado a tanto.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode não conseguir obter ou renovar suas licenças e alvarás para operação de seus estabelecimentos.

A Companhia depende de diversos cadastros perante órgãos e autarquias da administração pública federal, estadual e municipal e também de licenças e alvarás para funcionamento. Parte das licenças municipais de funcionamento e do corpo de bombeiros ainda está em processo de obtenção ou de renovação ou, ainda, estão para iniciar o processo para obtenção de tais licenças. Os alvarás de funcionamento e os alvarás do corpo de bombeiros em diversas localidades possuem prazo de validade e devem ser renovados de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos governamentais, a Companhia pode não ser capaz de obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ou, ainda, não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação de tais exigências pode resultar no fechamento, ainda que temporário, de seus estabelecimentos, bem como na aplicação de multas.

O valor de revenda de ativos utilizados nas operações da Companhia é fundamental para o retorno esperado dos seus contratos

O modelo de negócios da Companhia consiste em um ciclo que se inicia com a compra financiada de ativos a serem utilizados na prestação de serviços a seus clientes e sua posterior revenda ao final dos contratos. A precificação destes contratos leva em consideração a alienação do ativo ao término deste ciclo, sendo o seu volume e preço na revenda, determinantes para alcançarmos o retorno mínimo esperado de cada operação. A restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, por exemplo, podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa a liquidez dos mesmos. A volatilidade de preços de mercado pode também reduzir o valor de revenda do ativo, criando um maior deságio em relação ao preço em que a Companhia o adquiriu. A Companhia não pode assegurar o comportamento do mercado na absorção destes ativos para a conclusão do seu ciclo de negócio, sendo que a piora em qualquer dessas variáveis, que dificultará a revenda dos ativos, pode afetar de forma adversa seus negócios.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e *compliance* podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta, podendo ocasionar impactos materiais e adversos em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado de suas ações ordinárias.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores e colaboradores. Dentre as sanções aplicadas àqueles considerados culpados estão: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia.

Adicionalmente, os processos de governança, políticas, gestão de riscos e *compliance* da Companhia podem não ser capazes de detectar (i) violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (iii) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Os instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia possuem certas cláusulas restritivas (*covenants*).

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos documentos dos seus títulos de dívida e contratos de financiamento, que incluem disposições de vencimento antecipado, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora da Companhia, a JSL S.A. Caso os índices financeiros ultrapassem os limites fixados nos *covenants* previstos nos referidos documentos, a Companhia pode ser obrigada a pagar algumas dívidas de forma antecipada gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, afetando seu planejamento financeiro. Adicionalmente, tal evento pode resultar no vencimento antecipado ou vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration* e *cross default*, respectivamente), o que pode afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de controles poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderia afetar adversamente seus negócios.

Os sistemas, políticas e procedimentos da Companhia de controles internos podem não ser suficientes e/ou totalmente eficazes para detectar práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os auditores independentes da Companhia comunicaram ao nosso Conselho de Administração certas falhas relacionadas ao processo de encerramento contábil da Companhia que representam, individualmente ou no agregado, a existência de deficiência significativa nos controles internos da Companhia, conforme definidos nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. As questões envolvendo controles e procedimentos internos que representaram deficiências significativas foram: (i) deficiências no processo de elaboração das demonstrações financeiras; (ii) ausência de evidência de revisão e aprovação de controles manuais no nível dos processos; (iii) ausência de evidência de revisão e aprovação de processos de lançamentos contábeis manuais; (iv) análise de conflitos de segregação de funções; (v) revisão dos acessos lógicos das aplicações em escopo; e (vi) presença de usuários desligados com registro de logon após a data de demissão.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. A falha ou a ineficácia nos controles internos, tais como aquelas apontadas pelos auditores da Companhia, poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios. Para mais informações a respeito do tema, vide Seção 5.3.(d) deste Formulário de Referência.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Os interesses do atual acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas.

O acionista controlador direto da Companhia, JSL S.A., detém, nesta data, e continuará a deter, após a realização da oferta pública de distribuição de ações pretendida pela Companhia, o controle da Companhia. Tal acionista controlador da Companhia tem o poder de eleger a maioria dos membros do seu Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a sua administração, determinar suas políticas e resultado de qualquer deliberação dos seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros. O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e que podem não resultar em melhorias dos resultados operacionais da Companhia. Além disso, o acionista controlador da Companhia pode vender ou de alguma forma transferir as ações que representem o controle da Companhia. Qualquer mudança no controle da Companhia pode afetar adversa e materialmente sua administração, seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A acionista controladora direta da Companhia é parte em processos que podem afetar negativamente a Companhia.

A acionista controladora direta da Companhia, JSL S.A., é ré em ações civis públicas por supostos atos de improbidade administrativa, incluindo duas ações que estão descritas no item 12.13 deste Formulário de Referência. Caso essas ações transitem em julgado de forma desfavorável à acionista controladora, a decisão judicial poderá restringir temporariamente a capacidade de a JSL S.A. celebrar contratos com o poder público e receber benefícios e incentivos fiscais e creditícios, podendo tais restrições, ser estendidas às suas controladas nos termos da legislação aplicável. Caso isso ocorra, a capacidade da Companhia de captar recursos com o poder público e receber benefícios e incentivos fiscais e creditícios poderá ser afetada. Ademais, em caso de decisão desfavorável nas ações acima mencionadas, a reputação da Companhia poderá ser afetada perante clientes, fornecedores e investidores, o que pode gerar efeito material adverso sobre seus negócios e resultados operacionais.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Os instrumentos de financiamento celebrados pela Companhia possuem certas cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas aos índices financeiros de sua Controladora.

A Companhia está sujeita a compromissos restritivos (*covenants*) de acordo com os termos e as condições dos documentos dos seus títulos de dívida e contratos de financiamento, que incluem disposições de vencimento antecipado, como a não manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da controladora da Companhia, a JSL S.A. Caso os índices financeiros ultrapassem os limites fixados nos *covenants* previstos nos referidos documentos, a Companhia pode ser obrigada a pagar algumas dívidas de forma antecipada gerando a necessidade de uma disponibilidade de caixa imediata, afetando seu planejamento financeiro. Adicionalmente, tal evento pode resultar no vencimento antecipado ou vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration* e *cross default*, respectivamente), o que pode afetar negativamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte sejam suas controladas ou coligadas.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Os resultados da Companhia poderão ser afetados caso esta não consiga manter suas atuais condições comerciais favoráveis de descontos na aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos novos junto aos fornecedores.

Os investimentos feitos pela Companhia em expansão e renovação da frota de veículos, máquinas e equipamentos, podem ser afetados caso a Companhia não consiga manter suas atuais condições comerciais junto aos fornecedores para aquisição dos referidos ativos, o que pode ser provocado, por exemplo, pela diminuição do volume de compras, pelo aumento na demanda por tais ativos no mercado, por uma alteração na política de venda praticada pelos fabricantes, por outras alterações macroeconômicas, dentre outros fatores. Nesse caso, a Companhia pode não mais usufruir, ou não usufruir na mesma medida, de tais condições.

Como os preços que a Companhia cobra de seus clientes levam em consideração o custo de aquisição de ativos novos para a prestação de seus serviços, tais preços poderão ser aumentados, diminuindo, assim, a competitividade da Companhia, ou esta poderá ter que reduzir suas margens para manter os preços praticados, impactando negativamente a rentabilidade de seus contratos. Consequentemente, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser adversamente impactados nas referidas hipóteses.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As atividades da Companhia dependem de seu relacionamento com seus fornecedores.

O sucesso das atividades da Companhia relacionadas à aquisição e venda de ativos depende, em grande medida, da condição financeira, da reputação, do marketing, da estratégia gerencial e, principalmente, do relacionamento comercial da Companhia com tais fornecedores e da capacidade de seus fornecedores de projetarem, produzirem e distribuírem ativos desejados pelo público.

As atividades da Companhia e de suas controladas relacionadas ao setor de locação de caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas dependem de seu relacionamento com as montadoras desses ativos e fornecedores de peças para celebrar contratos de concessão, sem os quais a Companhia não pode revender ou prestar serviços de manutenção autorizada.

Ainda, os fornecedores da Companhia, por meio dos referidos contratos de concessão, exercem grande influência sobre parte de suas atividades, podendo requerer que atendamos a determinados padrões de estética, qualidade, satisfação do consumidor, critérios financeiros como capital mínimo de giro, padrões de manutenção e preservação de seus estoques, bem como restringir a liberdade da Companhia de associar suas atividades e produtos às suas imagens e marcas, o que pode acarretar em custos substanciais. Caso seus fornecedores rescindam ou não renovem os contratos de concessão, por conta de inadimplementos, falta de alcance aos padrões de satisfação, alterações em estruturas internas de gerência e controle societário da Companhia que não contem com suas aprovações, ou por outros critérios, a Companhia pode não ser contemplada com programas de benefícios e outras vantagens como a consolidação de um estoque atraente, por exemplo, suas atividades, resultados operacionais e financeiros, podem ser prejudicados.

Adicionalmente, tendo em vista que os fornecedores de veículos geralmente distribuem seus veículos entre seus concessionários com base nos respectivos históricos de venda e nos relacionamentos existentes entre fornecedores e concessionários, e que o histórico de vendas depende da capacidade dos fornecedores da Companhia de projetarem e produzirem veículos desejados pelo público, caso os automóveis produzidos por seus fornecedores não tenham aceitação pelo público, ou a capacidade da Companhia de consolidar estoque de veículos desejados pelo público reste prejudicada, seus resultados operacionais e financeiros podem ser afetados negativamente.

Caso a Companhia tenha desentendimentos comerciais com seus fornecedores e/ou caso os ativos produzidos por seus fornecedores não tenham aceitação pelo público, os resultados operacionais e financeiros da Companhia podem ser afetados de forma adversa.

Há uma concentração de montadoras de caminhões com capacidade instalada limitada e de fabricantes de determinados tipos de máquinas e equipamentos no Brasil.

O principal grupo de fornecedores da Companhia é composto por montadoras com fábricas localizadas no Brasil, das quais a Companhia adquire caminhões para locação. Caso tais fornecedores decidam alterar as condições de compra, por quaisquer razões, incluindo econômicas ou ainda em decorrência de transferência de localidade de suas fábricas, de forma adversa, a Companhia poderá ser afetada negativamente na medida em que sua capacidade de renovar e expandir sua frota operacional será prejudicada e, consequentemente, seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas serão diretamente afetados.

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos, por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como, peças de reposição ou mão de obra. A Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão aumentos ou reajustes, inclusive aqueles provocados por aumento de demanda ou das políticas de venda praticadas pelos fabricantes, além de fatores externos como inflação e aumento da alíquota de tributos incidentes ou do preço de determinados commodities no mercado internacional. Caso haja

4.1 - Descrição dos fatores de risco

um aumento na demanda ou uma mudança desfavorável na política de venda, a Companhia poderá enfrentar aumento de custos e consequente diminuição de suas margens. Como os preços cobrados pela Companhia de seus clientes nas atividades de locação de caminhões, máquinas e equipamentos levam em consideração o custo de aquisição dos seus insumos, principalmente nos casos em que há a contratação do serviço de manutenção, caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos aos clientes, os negócios, sua condição financeira e resultados podem ser impactados material e adversamente.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

A Companhia está sujeita ao risco de não renovação de contratos com seus clientes, bem como de rescisão antecipada dos contratos existentes.

O plano de negócios e estratégia da Companhia é baseado em contratos de longo prazo com clientes e a ampliação e diversificação desta carteira é um elemento importante na estratégia de negócios da Companhia. Dessa forma, a Companhia depende da manutenção e renovação de contratos com seus clientes de locação de caminhões, máquinas e equipamentos após seus respectivos vencimentos. Assim, a redução do nível de renovações por qualquer motivo, inclusive por crise econômica do setor, dificuldades financeiras do cliente, ou ainda outras circunstâncias alheias ao controle da Companhia, poderá resultar em uma redução de sua receita e afetar negativamente sua estratégia de crescimento. A Companhia não pode garantir que será bem-sucedida na renovação de todos ou parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes, em termos razoáveis, bem como poderão migrar para outros concorrentes do mercado, o qual ainda não é consolidado e é pouco explorado, ou que seus clientes não irão rescindir antecipadamente os contratos existentes, de forma a impactar a receita futura da Companhia. A rescisão ou a não renovação de parte significativa dos contratos celebrados com seus clientes poderá resultar na redução da receita da Companhia e impactar adversamente seus negócios, condição financeira e seus resultados.

Uma falha no sistema de segurança da Companhia com relação à proteção de informações confidenciais de seus clientes poderá prejudicar a reputação e a marca da Companhia e afetar substancialmente os seus negócios e os resultados de suas operações

A Companhia possui diversas informações pessoais de seus clientes, armazenadas em seu banco de dados. Os sistemas que a Companhia utiliza podem ser violados, caso sejam descobertas vulnerabilidades que seus sistemas de segurança da informação ainda não estejam preparados para bloquear e, consequentemente o acesso não autorizado, apropriação indébita de informações ou dados, supressão ou modificação de informações sobre os clientes da Companhia ou outra interrupção das suas operações comerciais podem ocorrer. A Companhia pode não ser capaz de antecipar ou implementar medidas adequadas para fornecer proteção contra esses ataques cibernéticos. Qualquer comprometimento dos sistemas de segurança da Companhia poderá prejudicar a sua reputação e a sua marca, expondo a Companhia a situações de litígio, nas quais a Companhia poderá ser obrigada a indenizar a parte prejudicada, afetando negativamente os seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita ao risco de rescisão ou não renovação de contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos com seus principais clientes ou não celebração de novos contratos de caminhões, máquinas e equipamentos.

A atividade de locação de caminhões, máquinas e equipamentos junto a clientes representa uma importante atividade realizada pela Companhia. O insucesso na implementação de sua estratégia ou caso seus atuais clientes rescindam ou não renovem os contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos com a Companhia ou caso a Companhia não seja capaz de obter novos contratos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, ela pode sofrer uma redução significativa da sua receita, afetando seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

Caso o governo crie uma linha de crédito com taxa de juros subsidiadas para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos, a Companhia pode ter dificuldades em expandir seus negócios

Caso o Governo venha a criar linhas de crédito para a aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos com a concessão de taxas de juros subsidiadas, tal medida poderá facilitar o acesso à compra dos referidos ativos por seus concorrentes, clientes e mercado em geral. Diante dessa situação, a Companhia poderá enfrentar dificuldades em expandir seus negócios, dada a vantagem econômica que seus concorrentes e clientes poderiam ter para a aquisição dos ativos, em detrimento à opção de locação da frota, o que poderia impactar de maneira adversa o crescimento e fechamento de novos contratos pela Companhia.

A redução na demanda ou no valor de revenda de caminhões, máquinas e equipamentos usados no mercado secundário pode impactar material e adversamente os negócios da Companhia.

A venda de caminhões, máquinas e equipamentos usados é um importante fator do ciclo de negócios, sendo o seu volume e preço elementos importantes para o atingimento do retorno esperado de cada operação. Uma redução na demanda pelos ativos desmobilizados da Companhia, bem como restrições à concessão de crédito e aumento das taxas de juros aplicáveis a financiamentos de aquisição de veículos podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário desses ativos e reduzir de forma significativa sua liquidez. A volatilidade de preços de mercado pode, ainda, reduzir o preço dos ativos desmobilizados da Companhia ou de seu valor de venda, criando um maior deságio em relação ao preço em que são adquiridos. Todos estes fatores podem afetar a capacidade de venda destes ativos desmobilizados aos preços incialmente estimados, o que pode afetar material e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

Além disso, uma queda no nível de atividade econômica no Brasil também poderá afetar negativamente os resultados do segmento de terceirização de frotas e de venda de usados.

Os segmentos em que a Companhia atua são ou podem vir a ser altamente competitivos.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é uma atividade incipiente no Brasil, sendo amplamente segmentado e pulverizado. Sua atratividade poderá resultar no aumento da concorrência no futuro próximo, tanto em termos de preços como em termos de atendimento. Qualquer alteração no ambiente competitivo pode implicar em uma queda de demanda nos segmentos de negócios nos quais a Companhia opera ou um aumento nos custos de captação ou retenção de seus clientes, afetando adversamente seu crescimento e rentabilidade.

Adicionalmente, fatores políticos e econômicos nacionais ou internacionais que influenciem as condições concorrenciais do setor podem impactar os resultados e as operações da Companhia, tais como alterações da carga tributária, principalmente por meio da majoração das alíquotas de impostos sobre produtos industrializados e da criação de tributos temporários, alterações das taxas de juros, flutuações da taxa de câmbio, concessão de benefícios a importadores, diminuição de barreiras alfandegárias para produtos provenientes de determinados países, modificação legislativas, entre outros.

Nesse sentido, em um cenário onde a Companhia passe a enfrentar maior concorrência, seja com empresas nacionais ou estrangeiras (sendo que parte delas conta com significativos recursos financeiros próprios e de terceiros, podendo suportar estratégias de expansão de sua participação de mercado através de políticas comerciais mais agressivas) e de diferentes portes, não é possível garantir que a Companhia será capaz de manter ou aumentar sua participação de mercado no segmento em que atua de acordo com a sua estratégia atual e na forma pretendida.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está concentrada no setor de agronegócio, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente suas operações.

Um percentual da receita operacional bruta da Companhia decorre de seus serviços prestados para o setor do agronegócio. A indústria do agronegócio está sujeita a diversos fatores internos e externos que influenciam materialmente seu desempenho, tais como sazonalidade de safras, condições meteorológicas e preços de mercadoria no mercado de commodities. Assim, oscilações adversas neste setor da economia que afetem negativamente os clientes da Companhia podem impactar de maneira adversa seus negócios e resultados operacionais.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em aumentos em determinados tributos diretos e indiretos, o que poderia reduzir a rentabilidade da Companhia.

O governo brasileiro implementa regularmente mudanças no regime tributário, representando potencial aumento na carga tributária da Companhia e na de seus clientes e fornecedores. Tais mudanças incluem alterações em alíquotas e, ocasionalmente, a criação de tributos temporários, cuja arrecadação é vinculada a finalidades governamentais específicas. Caso essas mudanças aumentem, direta ou indiretamente, a carga tributária da Companhia, ela pode ter sua margem bruta reduzida, impactando material e adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

Adicionalmente, mudanças implementadas na legislação fiscal brasileira com propósitos específicos, como por exemplo a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre veículos que vigorou entre 2012 e 2013, podem impactar na depreciação da frota e no valor de mercado dos ativos da Companhia. Aumentos na carga tributária da Companhia ou efeitos de mudanças na legislação tributária podem impactar adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

Ainda, algumas leis ou regulamentações fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Dentre as hipóteses de controvérsia na interpretação da legislação fiscal estão aquelas relativas à forma e ao prazo para a apuração dos créditos relativos ao PIS e à COFINS em relação aos caminhões, máquinas e equipamentos registrados no ativo imobilizado da Companhia, outros créditos fiscais, entre outras. Consequentemente, a Companhia pode ser adversamente afetada no caso de uma interpretação diferente daquela em que a Companhia se baseia para realizar seus negócios.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não há riscos envolvendo a Companhia com relação a países estrangeiros, tendo em vista que as operações estão concentradas no Brasil.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

As leis e regulamentos ambientais e de saúde e segurança do trabalho podem exigir dispêndios maiores que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento e o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita a legislação federal, estadual e municipal, bem como a regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades civis, criminais e administrativas, tais como imposição de multas, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, além da publicidade negativa e responsabilidade pelo saneamento ou por danos ambientais, já tendo a Companhia incorrido e continuar a incorrer em dispêndios de capital e operacionais para cumprir

4.1 - Descrição dos fatores de risco

essas leis e regulamentos. Devido à possibilidade de regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais se tornem mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa a disponibilidade de recursos para dispêndios de capital e para outros fins. A conformidade com novas leis ou com as leis e regulamentos ambientais em vigor pode causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

(k) Riscos Relacionados a Questões Macroeconômicas

O governo federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia.

A economia brasileira tem sofrido intervenções frequentes por parte do governo federal que, por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras, de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo governo federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro. A Companhia poderá vir a ser material e adversamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- inflação;
- taxas de câmbio;
- taxas de juros;
- aumento do desemprego;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- restrições nas remessas de fundos ao exterior; e
- outros fatores políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza sobre a implementação de mudanças políticas ou regulatórias pelo governo brasileiro cria instabilidade na economia brasileira, aumentando a volatilidade do seu mercado de valores mobiliários. Essas incertezas, a recessão com um período de lenta recuperação no Brasil e outros desenvolvimentos futuros na economia brasileira podem afetar adversamente nossas atividades e, consequentemente, nossos resultados operacionais, e também podem afetar adversamente o preço de negociação de nossas ações.

Instabilidade política tem afetado adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como poderá afetar também o preço de negociação das nossas ações.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações têm impactado a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais, bem como o preço de negociação de suas ações. A Companhia não pode prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

A Companhia também não pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, em outubro de 2018, foram realizadas eleições para os seguintes cargos: deputados federais, deputados estaduais, 2/3 dos senadores, governadores e o Presidente da República, no Brasil, sendo que os novos eleitos assumiram os respectivos cargos no início de 2019. Como resultado de uma disputada eleição presidencial, o congressista Jair Bolsonaro se tornou o presidente do Brasil em 1º de janeiro de 2019. Não está claro se e por quanto tempo as divisões políticas que surgiram antes das eleições continuarão sob a presidência do Sr. Bolsonaro e os efeitos que tais divisões terão sobre a capacidade do Sr. Bolsonaro de governar o Brasil e implementar reformas.

Qualquer continuação de tais divisões poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e / ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia. A Companhia não pode prever quais políticas o sucessor da Presidência irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira.

A inflação e os esforços governamentais para combatê-la podem contribuir para um cenário de incerteza econômica, afetando adversamente a Companhia e o preço de mercado das suas ações.

No passado, o Brasil registrou altas taxas de inflação, que tiveram, em conjunto com determinadas ações tomadas pelo governo brasileiro para combatê-la e especulações sobre quais medidas seriam adotadas, efeitos negativos sobre a economia brasileira. As taxas de inflação foram de 7,54% em 2018, 0,53% em 2017 e 7,19% em 2016, conforme medida pelo IGP-M. As medidas adotadas pelo governo brasileiro para o controle inflacionário incluíram a manutenção de rígidas políticas monetárias com elevadas taxas de juros, consequentemente restringindo a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. O COPOM frequentemente ajusta a taxa de juros em situações de incerteza econômica para atingir metas estabelecidas na política econômica do governo brasileiro. A inflação, bem como as medidas governamentais para combatê-la e a especulação pública sobre possíveis

4.1 - Descrição dos fatores de risco

medidas governamentais futuras, tem produzido efeitos negativos relevantes sobre a economia brasileira e contribuído para a incerteza econômica no Brasil, aumentando a volatilidade do mercado de capitais brasileiro, o que pode causar um efeito adverso sobre a Companhia.

Quaisquer medidas tomadas pelo governo brasileiro no futuro, incluindo a redução nas taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e a implementação de mecanismos para ajustar ou determinar o valor do real, podem desencadear inflação, afetando adversamente o desempenho geral da economia brasileira. Se o Brasil enfrentar inflação alta no futuro, talvez não possamos ajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderia aumentar nossos custos e reduzir nossas margens operacionais e líquidas.

Além disso, no caso de aumento da inflação, o governo brasileiro pode optar por aumentar significativamente as taxas de juros. O aumento nas taxas de juros pode afetar não apenas o custo de nossos novos empréstimos e financiamentos, mas também o custo de nosso endividamento atual, bem como nosso caixa e equivalentes a caixa, títulos e valores mobiliários e contratos de arrendamento a pagar, que estão sujeitos a taxas de juros. Dessa forma, a flutuação nas taxas de juros brasileiras e a inflação podem nos afetar adversamente porque temos empréstimos e financiamentos indexados à variação do CDI e às taxas oficiais de juros de longo prazo (TJLP). Por outro lado, uma redução significativa nas taxas de CDI, TJLP ou inflação pode afetar adversamente a receita de nossas aplicações financeiras.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia.

A moeda brasileira tem sofrido forte oscilação com relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

Em 2016, o Real se valorizou frente ao Dólar em 16,3%, fechando o exercício em R$3,25. Em 29 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R$3,31 e aumentou para R$ 3,88 no final de 2018. Não se pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investimentos. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições físicas e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As agências de rating começaram a revisar a classificação de rating de crédito soberano do Brasil em setembro de 2015. Subsequentemente, o Brasil perdeu sua condição de grau de investimento nas três principais agências de rating.

• Standard & Poor´s inicialmente reduziu o rating de crédito brasileiro de BBB-negativo para BB-positivo e, posteriormente, reduziu-o novamente de BB-positivo para BB, mantendo sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma situação de crédito pior desde o primeiro rebaixamento. No dia 11 de Janeiro de 2018, Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito brasileiro de BB para BB- com uma perspectiva estável, em vista das eleições presidenciais e dos esforços da reforma da previdência.

• Em dezembro de 2015, Moody´s colocou os ratings de emissão e de títulos Baa3 do Brasil em revisão para rebaixamento e, posteriormente, em fevereiro de 2016, rebaixou os ratings de emissão e de títulos para abaixo do grau de investimento, em Ba2 com uma perspectiva negativa, citando a perspectiva de uma maior deterioração nos indicadores de dívida brasileiro, considerando um ambiente de baixo crescimento e com dinâmicas políticas desafiadoras.

•Fitch rebaixou a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-positivo em dezembro de 2015 com uma perspectiva negativa, citando a rápida expansão de déficit orçamentário do país e a recessão em nível pior do que o esperado. Já em Maio de 2016 a Fitch rebaixou a classificação para BB com uma perspectiva negativa, a qual foi mantida em 2017. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou novamente a classificação de crédito soberano do Brasil para BB-negativo, citando entre outros motivos, déficits fiscais, a elevada e crescente carga da dívida pública e a impossibilidade de implementar as reformas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas.

Diante dos rebaixamentos que ocorreram desde 2015, o Brasil perdeu seu status de grau de investimento nas três grandes agências de rating e, consequentemente, os preços de negociação de valores mobiliários dos mercados de dívida e de ações brasileiro foram afetados de maneira negativa. Um prolongamento na atual recessão brasileira poderia levar a novos rebaixamentos de ratings. Na data deste Formulário de Referência, o rating de crédito brasileiro era classificado como BB-negativo, Ba2 e BB-negativo, pela Standard & Poor´s, Moody´s e Fitch, respectivamente.

Não podemos garantir que as agências de rating manterão essas classificações sobre o crédito brasileiro e qualquer rebaixamento de ratings de crédito soberano brasileiro poderá aumentar a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações.

A relativa volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderá restringir consideravelmente a capacidade dos investidores de vender as ações da Companhia pelo preço desejado e no momento desejado.

O investimento em valores mobiliários brasileiros, como as ações da Companhia, envolve um grau de risco maior do que o investimento em valores mobiliários de emitentes de países cujos cenários políticos e econômicos são mais estáveis, e, em geral, tais investimentos são considerados especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, tais como, dentre outros:

- alterações no cenário regulatório, tributário, econômico e político que possam afetar a capacidade dos investidores de receber pagamento, no todo ou em parte, relativo a seus investimentos; e
- restrições ao investimento estrangeiro e à repatriação do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é consideravelmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os grandes mercados de valores mobiliários internacionais, como o dos Estados Unidos. Em 31 de dezembro de 2018, a capitalização total de mercado das empresas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

relacionadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") era cerca de R$3,5 trilhões, ao passo que as dez maiores empresas relacionadas na B3 representavam cerca de 55% da capitalização total de mercado de todas as empresas relacionadas, que figuravam no rol das empresas na referida data. Essas características de mercado poderiam restringir consideravelmente a capacidade dos titulares das ações da Companhia de vendê-las pelo preço e na data que desejarem, afetando de modo desfavorável os preços de comercialização das ações da Companhia.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e mercados emergentes, o que poderá afetar negativamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar o preço de negociação de nossas ações.

O crescimento da Companhia está diretamente atrelado à expansão do mercado interno brasileiro, estando os negócios da Companhia bastante integrados às operações de seus clientes, distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do ritmo de crescimento econômico do país, com retração da demanda no atacado e varejo, a redução de investimentos em bens de capital e infraestrutura, além do acirramento da concorrência no setor, podem afetar diretamente o resultado operacional e financeiro da Companhia.

Além disso, o valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive economias desenvolvidas como Estados Unidos e certos países europeus, e emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Qualquer aumento nas taxas de juros de outros países, especialmente os Estados Unidos, pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente nossas ações. Ainda, crises ou acontecimentos relevantes em outros países e mercados de capitais podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos da Companhia poderá ser afetado pela queda no nível de confiança e na atividade econômica do Brasil.

A demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos poderá ser afetada pelo nível de confiança e de atividade econômica no Brasil. A redução na atividade econômica implica em redução na empregabilidade, em investimentos, transporte e, consequentemente, na redução da demanda por locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o que poderá levar a Companhia a reduzir o tamanho de sua frota. Esses fatores poderão acarretar perda de escala com o consequente aumento dos seus custos fixos e na diminuição da receita do segmento de terceirização de frotas, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Risco de Liquidez

A Companhia pode sofrer impactos negativos em suas despesas financeiras devido a necessidades emergenciais de contratação de empréstimos e financiamentos.

Caso haja retração do mercado financeiro ocasionada por instabilidade econômica ou fator correlacionado, a Companhia poderá ter dificuldades para realizar captações para fazer expandir seus investimentos nas condições financeiras adequadas. Isto poderá obrigar a Companhia a reduzir seus investimentos e consequentemente seu crescimento e/ou, contratar empréstimos com custos maiores

4.1 - Descrição dos fatores de risco

que os planejados, aumentando assim suas despesas financeiras, prejudicando seu resultado econômico e financeiro, bem como afetando sua liquidez.

As despesas financeiras da Companhia podem ainda ser negativamente afetadas, pela eventual necessidade de contratação emergencial de empréstimos ou financiamentos necessários para cobrir compromissos não contemplados no planejamento de suas operações, ou por eventuais descasamentos entre as receitas e os custos/investimentos realizados.

Risco de crédito

A existência de taxas de inadimplência e o atraso nos pagamentos pode afetar negativamente os negócios da Companhia.

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é proveniente do "contas a receber" de clientes e "equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários". Caso os créditos caracterizados pela Companhia como estimativa de créditos duvidosos não sejam efetivamente pagos, poderão afetar negativamente a situação financeira da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e outros riscos de preço que podem ser de *commodities*, de ações, entre outros. A Companhia está exposta ao seguinte risco de mercado:

Risco de variação de taxa de juros e de câmbio

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, a caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações a pagar por aquisição de empresas e às obrigações com empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar sujeitos a taxas de juros.

A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional da Companhia. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais da Companhia, principalmente em Reais, mas também em Dólares Americanos.

Análise de sensibilidade

A Administração da Companhia efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, arrendamentos financeiros a pagar e impactos nas variações de juros e câmbio sobre empréstimos e financiamentos. A dívida foi segregada em partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TLP") e dívidas atreladas à Selic e dívida atrelada ao dólar norte-americano ("dólar"), as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,55%, com base na curva futura de juros desenhada na B3, impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras do Grupo. Sobre a SELIC, o cenário considerado provável pelo Grupo Vamos é de manutenção da taxa de 6,50 % em 31 de dezembro de 2018 (fonte: BACEN). Sobre a TLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2018 é de 6,52% a.a. (fonte: BNDES) e sobre o dólar, o cenário considerado provável em 31 de dezembro é de R$ 3,80. (Fonte: B3).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

Abaixo está apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Consolidado

Operação	Exposição em 31/12/2018	Risco	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Derivativos designados como *hedge accounting*						

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Swap - valor nocional	40.000	Queda do USD	3,80	152.000	190.000	228.000
Crédito internacional (objeto)	(40.000)	Aumento do USD	3,80	(152.000)	(190.000)	(228.000)
Efeito líquido da exposição	**-**			**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos (Crédito Internacional)	(155.818)	PRÉ-FIXADO	5,05%	(7.869)	(7.869)	(7.869)
Swap - Valor nocional (ativo)	155.818	PRÉ-FIXADO	5,05%	7.869	7.869	7.869
Swap - Valor nocional (passivo)	(152.013)	Aumento do CDI	8,52%	(12.952)	(16.189)	(19.427)
Efeito líquido das operações de hedge accounting	**(152.013)**			**(12.952)**	**(16.189)**	**(19.427)**
Demais operações - Pós-fixadas						
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	57.086	Aumento do CDI	6,52%	3.722	4.653	5.583
Títulos e valores mobiliários - LFT	3.304	Aumento da SELIC	6,50%	215	268	322
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(68.044)	Aumento do CDI	6,55%	(4.457)	(5.571)	(6.685)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(71.698)	Aumento do CDI	8,38%	(6.008)	(7.510)	(9.012)
Empréstimos e financiamentos - Finame	(135.580)	Aumento da TLP	10,90%	(14.778)	(18.473)	(22.167)
Empréstimos e financiamentos - Finame	(87.225)	Aumento da SELIC	10,84%	(9.455)	(11.819)	(14.183)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós fixada	**(302.157)**			**(30.761)**	**(38.452)**	**(46.142)**

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários - LTN e outras aplicações	4.743	PRÉ-FIXADO	8,00%	379	379	379
Empréstimos e financiamentos - Finame	(384.613)	PRÉ-FIXADO	6,86%	(26.384)	(26.384)	(26.384)
Empréstimos e financiamentos - CDC	(28.468)	PRÉ-FIXADO	11,77%	(3.351)	(3.351)	(3.351)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(344)	PRÉ-FIXADO	10,00%	(34)	(34)	(34)
Empréstimos e financiamentos - Consórcios	(22.704)	PRÉ-FIXADO	14,95%	(3.394)	(3.394)	(3.394)
Arrendamentos financeiros a pagar (nota 19)	(44.935)	PRÉ-FIXADO	9,85%	(4.426)	(4.426)	(4.426)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré fixada	**(476.321)**			**(37.210)**	**(37.210)**	**(37.210)**
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	**(930.491)**			**(80.923)**	**(91.851)**	**(102.779)**

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia e suas controladas não eram partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais significativos em 31 de dezembro de 2018.

4.3.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

Não há valores provisionados considerando que não há processos descritos.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data deste Formulário, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais significativos em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores do emissor ou de suas controladas.

4.4.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não há valores provisionados considerando que não há processos descritos.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas controladas sejam parte.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6.1 - Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Não há valores provisionados considerando que não há processos descritos.

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas neste item 4 do Formulário de Referência.

Para informações sobre os processos criminais e ações civis públicas envolvendo membros da administração da Companhia, vide item 12.13 deste Formulário de Referência.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois a Companhia não possui listagem e custódia de suas ações em países estrangeiros.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma política formalizada de gerenciamentos de riscos, com o objetivo de identificar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta no desenvolvimento de suas atividades. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 25 de fevereiro de 2019, conforme alterada em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2019, e sua aplicação é monitorada pela pessoa responsável pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos para os quais se busca proteção e que possam afetar o plano estratégico da Companhia, a fim de conduzir o apetite à tomada de risco no processo decisório, na busca do cumprimento de seus objetivos, e da criação, preservação e crescimento de valor.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos abaixo relacionados. Conforme pode-se verificar, a descrição dada para os referidos riscos abrange os fatores descritos no item 4.1, deste formulário de referência:

Riscos estratégicos: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente, tais como: incapacidade de obter financiamento suficiente para custear a totalidade dos investimentos previstos e para financiar sua estratégia de expansão; competição na contratação de profissionais qualificados no setor de aluguel de caminhões, máquinas e equipamentos e carência de mão de obra especializada e qualificada; alta dependência dos negócios da Companhia dos membros de sua alta administração, os quais têm desempenhado papel fundamental para sua construção, caso algum deles venha a não mais integrar o quadro de funcionários, a Companhia poderá ter dificuldades para substituí-lo, o que poderá prejudicar os seus negócios e resultados operacionais. Tendo em vista que uma parcela das receitas da Companhia está concentrada no setor de agronegócio, condições adversas que afetem esse setor podem impactar negativamente as operações da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração a função de identificar os riscos estratégicos aos quais a Companhia está exposta.

Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte. Entre os riscos operacionais, incluem-se falhas em sistemas e infraestruturas de tecnologia da informação, fraudes internas e externas nos processos de compra, venda e manutenção dos veículos; falha no processo de gestão de ativos acarretando Inexistência física ou falha nos registros sistêmicos dos ativos operacionais; aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades. Cabe aos Administradores, ou seja, aos Diretores, estatutários ou não, aos Gerentes Gerais, Gerentes e qualquer outra pessoa que ocupe cargo diverso dos anteriormente mencionados, e que tenha função de gestão, identificar os riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta.

Riscos de mercado: (i) são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Entre os riscos de mercado, incluem-se a instabilidade cambial na qual a Companhia não pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do Real frente ao Dólar e outras moedas não terá um efeito adverso para as atividades da Companhia;

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

elevação das taxas de juros, que podem impactar não somente o custo de captação de novos empréstimos pela Companhia, como também o custo de seu endividamento atual, vindo a causar aumento de suas despesas financeiras. Cabe à Diretoria Financeira, bem como o comitê de assessoramento financeiro, e o CFO e CEO da Companhia a função de gestão, identificação aos riscos de mercado que a Companhia está exposta.

Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas significativas nas operações diárias da Companhia em virtude do eventual descumprimento de obrigações assumidas pela Companhia, inclusive perdas decorrentes de vinculações de garantias. Entre os riscos de liquidez incluem-se redução do valor de revenda de veículos, máquinas e equipamentos pesados usados no mercado secundário, que podem reduzir de forma significativa sua liquidez; descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos. Cabe à Diretoria Financeira, bem como o comitê de assessoramento financeiro, e o CFO e CEO da Companhia a função de gestão, identificação aos riscos de liquidez que a Companhia está exposta.

Riscos de crédito: é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria da Companhia. Entre os riscos de crédito incluem-se: a Companhia possui créditos com prazos variáveis e seus clientes possuem diversos graus de solvabilidade, o que expõe a Companhia ao risco de não recebimento ou inadimplementos no âmbito de seus contratos e outros acordos com eles; condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mercado internacional de crédito podem vir a limitar o acesso da Companhia a novos créditos; restrições na concessão de crédito podem afetar direta ou indiretamente o mercado secundário dos ativos de revenda de veículos, máquinas e equipamentos pesados usados. Cabe à Diretoria Financeira, bem como o comitê de assessoramento financeiro, e o CFO e CEO da Companhia a função de gestão, identificação aos riscos de crédito que a Companhia está sujeita.

Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa da Companhia por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros. Em suma, riscos que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia. Entre os riscos de imagem, incluem-se impacto negativo sobre sua imagem ou reputação decorrente de processos judiciais ou administrativos, fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais, incluindo fiscais, trabalhistas e ambientais; incertezas dos saldos apresentados nas demonstrações financeiras. Cabe ao Conselho de Administração e aos Administradores, ou seja, aos Diretores, estatutários ou não, Gerentes Gerais, Gerentes e qualquer outra pessoa que ocupe cargo diverso dos anteriormente mencionados, e que tenha função de gestão, identificar de imagem aos quais a Companhia está exposta.

Riscos de conformidade (compliance): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado. Entre os riscos de imagem, inclui-se a possibilidade da falta de regulamentos, autorizações e licenças relativos à proteção da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente. Cabe ao Conselho de Administração, Administradores, ou seja, aos Diretores, estatutários ou não, Gerentes Gerais, Gerentes e qualquer outra pessoa que ocupe cargo diverso dos anteriormente mencionados, e que tenha função de gestão, identificar os riscos de conformidade aos quais a Companhia está exposta. Adicionalmente, cabe à Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade reportar situações que caracterizem risco de conformidade para a Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia para proteção dos riscos são compostos principalmente pelo seguinte, de acordo com a metodologia adotada:

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(i) Self Assessment - Identificação de riscos, que consiste na realização de entrevistas conduzidas pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade com os gestores dos processos e demais áreas envolvidas.

(ii) Matriz de Riscos - Avaliação e análise dos riscos por meio de:

- Percepção dos impactos e probabilidades de ocorrência com os gestores e diretores da Companhia, classificando-os por meio de fatores qualitativos como "baixo", "médio" ou "alto". Os dados são posteriormente inseridos na matriz de riscos 3x3, que calcula o risco inerente;

(iii) Declaração formal de apetite a Risco: As declarações de apetite a riscos são expressas através de parâmetros quantitativos e fatores qualitativos.

(iv) Tratamento dos riscos por meio de:

- Classificação e alinhamento com a estratégia para a elaboração do plano de trabalho de controles internos nas áreas selecionadas;

- Seleção de uma ou mais opções para tratar os riscos e a posterior implementação de controles e/ou processo para acompanhamento;

- Definição de planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e monitoramento destes por meio da ferramenta de Gerenciamento de Riscos da Companhia, que encaminhará alertas de cobranças aos responsáveis;

- Fórum específico (Comitê de Auditoria) para o acompanhamento dos planos de ações e direcionamento dos trabalhos.

(v) Instrumentos de monitoramento dos riscos que afetam a Companhia por meio de:

- Indicadores que demostram a probabilidade, impacto, tolerância, risco residual e inerente obtidos através da ferramenta de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

- Teste de eficácia operacional dos controles internos que mitigam os riscos da Companhia, através de amostragens que são selecionadas conforme metodologia AICPA – American Institute Of CPAs (Instituto Americano de Contadores).

- Ademais, por meio de um Fórum específico (Comitê de Auditoria) é realizado o monitoramento e controle de qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos, avaliação da efetividade e andamento das ações propostas pelos gestores como forma de mitigação ou eliminação dos riscos.

Como resultado de todo o processo, a Companhia pode adotar uma das seguintes alternativas para tratamento dos riscos:

- Aceitar: aceita que o risco possa acontecer e decidirá como lidar com ele caso ocorra.

- Evitar: modificar as ações planejadas para evitar o risco.

- Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do risco.

- Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do risco a terceiros.

O monitoramento deste processo é realizado pelo Comitê de Auditoria da Companhia. As ações de

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

melhorias (planos de ação) são objeto de acompanhamento e acompanhamento, além de reporte às estruturas competentes em periodicidade definida.

O processo de gestão de riscos da Companhia foi definido com base na metodologia COSO, versão 2017 (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e buscando a integração com as normas ISO 9001 e ISO 31000, além de buscar a adequar a governança e gestão tecnologia da informação alinhadas ao COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*). Além disso, a Companhia utiliza critérios quantitativos e qualitativos para mensuração de impacto e probabilidade de materialização dos riscos, a fim de determinar o seu nível de exposição.

As etapas do Gerenciamento de Riscos da Companhia, em ordem cronológica de cumprimento, são as seguintes:

1) Identificação dos Riscos: definir o conjunto de eventos, externos e/ou internos, que possam impactar nos objetivos da Companhia, inclusive aqueles relacionados aos ativos intangíveis. Esse processo deve ser continuamente aprimorado e revisado para a atualização dos riscos da Companhia. A abordagem de identificação de riscos utilizada pela Companhia é o Self Assessment, partindo de entrevistas com os gerentes e diretores de cada linha de negócio da Companhia, tendo em vista os principais processos pelos quais são responsáveis. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos que possam ameaçar a realização dos objetivos da linha de negócio e consequentemente da Companhia. Os riscos aos quais a Companhia está sujeita devem ser documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente, sendo categorizados de acordo com sua natureza e origem

2) Análise dos Riscos: Etapa que envolve a verificação das causas e consequências dos riscos, bem como da probabilidade de concretização de referidas consequências. Os Administradores e o Conselho de Administração devem analisar os eventos de riscos por seu impacto e sua probabilidade de ocorrência, utilizando as seguintes mensurações qualitativas:

Impacto	Descrição
Alto	Consequência alta para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Médio	Consequência média para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Baixo	Consequência baixa para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.

Probabilidade	Descrição
Alto	É quase certo que o risco irá acontecer
Médio	É mais provável que o risco ocorra do que não ocorra
Baixo	Chance baixa que o risco ocorra

3) Avaliação dos Riscos: Os Administradores devem avaliar os eventos de risco por seu impacto e sua probabilidade de ocorrência, considerando as consequências financeiras ou de outras naturezas, quantificáveis ou não quantificáveis. O resultado da avaliação dos riscos entre probabilidade versus impacto de sua ocorrência é representado na matriz de riscos (Matriz 3x3), onde os dados de percepção dos impactos e probabilidades são inseridos na matriz que irá calcular o risco inerente, conforme demonstrado abaixo:

R= PXI		Probabilidade		
		Baixo	Médio	Alto
Impacto	Alto	Médio	Alto	Alto
	Médio	Baixo	Médio	Alto
	Baixo	Baixo	Baixo	Médio

Após identificação e avaliação de riscos, sua priorização se dará pela maior relação entre impacto e probabilidade, estabelecendo assim o grau de exposição ao risco que orientará a prioridade de acompanhamento periódico. Desta forma, a avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos da

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para minimizar os riscos mais significativos por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos da Companhia.

4) Tratamento dos Riscos: Posteriormente à avaliação de riscos, é definido o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas. Tratar os riscos consiste em decidir entre evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia, que é definido pelo Conselho de Administração da Companhia. Os Administradores e o Conselho de Administração devem determinar como responder aos riscos identificados e cabe à Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade apoia-los na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos. Ademais, a aceitação de riscos residuais classificados como alto deverá ser avaliada pelo Conselho de Administração, em linha com o nível de apetite ao risco da Companhia.

5) Monitoramento dos Riscos: Cabe os Administradores, Conselho de Administração e à Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade assegurar a eficácia e adequação dos controles internos estabelecidos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gerenciamento de riscos, por meio de avaliações contínuas e imparciais. Ademais, as principais atividades de monitoramento incluem relatórios de consolidação de riscos, conciliações, inventários, auditorias, autoavaliações, monitoramento dos status dos planos de ação e verificação contínua. 6) Informação e comunicação: comunicar, de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas, os resultados de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, contribuindo para o entendimento da situação atual e para a eficácia dos planos de ação.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos envolve os responsáveis pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, a área de Auditoria Interna, a Diretoria, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração da Companhia, cujas atribuições estão descritas abaixo:

Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade: (i) definir as responsabilidades relacionadas às atividades de gestão de riscos, assim como alçadas de aprovações e escopos de atuação; (ii) preparar relatórios periódicos de consolidação dos riscos e submetê-los ao Comitê de Auditoria da Companhia; (iii) apoiar os Administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos; (iv) reportar, de modo transparente, as informações relacionadas às suas atividades de gerenciamento de riscos ao Comitê de Auditoria; (v) monitorar as não conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis; (vi) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia, monitorando os planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares; (vii) reportar ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S/A: a) situações que caracterizem risco de conformidade e de imagem para a Companhia; b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias e status das investigações; c) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e d) doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação; (viii) avaliar as cláusulas de conformidade/compliance dos contratos da Companhia; (ix) avaliar e apontar os riscos para validação da diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e terceiros. A Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Interno e Conformidade se reporta à Diretoria e ao Comitê de Auditoria da Companhia nas questões atinentes ao gerenciamento de riscos. Além disso, especificamente em relação a questões de compliance de integridade, referida função se reporta ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S/A, controladora da Companhia, um dos responsáveis por gerenciar questões de ética de todas as empresas do grupo.

Diretoria: (i) avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como prestar contas ao Conselho de Administração da

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Companhia sobre essa avaliação; e (ii) garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, do Conselho Fiscal, das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções.

Administradores: (i) assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos; (ii) auxiliar o responsável pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de auto avaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade; (iii) planejar planos de ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas em até 15 (quinze) dias úteis após o envio da comunicação formal das ações enviadas pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia; e (iv) prestar esclarecimentos sob a condução do gerenciamento dos riscos sob sua reponsabilidade ao Comitê de Auditoria sempre que solicitado.

Comitê de Auditoria: (i) avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos; (ii) auxiliar e fazer recomendações ao Conselho de Administração da Companhia, incluindo com relação à contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (iii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; (iv) acompanhar as atividades de auditoria interna e de controles internos da Companhia; (v) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (vi) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia; e (vii) à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos. O Comitê de Auditoria é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração e a ele se reporta.

Auditoria Interna: responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria.

Conselho de Administração: (i) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo o programa de integridade da Companhia, visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas; (ii) definir o nível de apetite a riscos da Companhia; (iii) deverá garantir que o Comitê de Auditoria tenha orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo; e (iv) aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos e futuras revisões.

Ressalte-se também que, no âmbito da etapa de identificação de riscos, cabe ao Conselho de Administração a função de identificar os riscos estratégicos e de imagem aos quais a Companhia está exposta, ao passo que a identificação de riscos operacionais cabe aos Administradores, ou seja, aos Diretores, estatutários ou não, aos Gerentes Gerais, Gerentes e qualquer outra pessoa que ocupe cargo diverso dos anteriormente mencionados, e que tenha função de gestão. Por sua vez, a Diretoria Financeira, bem como o comitê de assessoramento financeiro, e o CFO e CEO da Companhia são responsáveis pela identificação dos riscos de mercado, de liquidez e de crédito a que a Companhia está exposta. Por fim, a identificação do risco de conformidade cabe a todos os agentes anteriormente mencionados.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Conforme descrito na Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, conforme descritas na seção (b) acima. Cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a eficácia dos sistemas de gerenciamentos de riscos, controles internos e do sistema de conformidade, ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

controles de gerenciamento de riscos e, finalmente, a Diretoria avaliar o ambiente de controle a fim de assegurar a governança de gestão de riscos da Companhia, apoiando os administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos.

A área de Auditoria Interna também é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria. Adicionalmente, suas atribuições foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2019, e seu orçamento será avaliado e aprovado pelo mesmo órgão durante o exercício social corrente.

Ademais, especificamente com relação a exposição dos riscos de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, a Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro, recomenda ações ao Conselho de Administração para que as atividades que resultem em riscos financeiros sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

Além do mais, em complemento ao gerenciamento de riscos financeiros, a Companhia realiza os seguintes controles: "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais; (I) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de risco; (II) O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado; (III) O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

Além disso, as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia são revisadas ao menos uma vez ao ano e sempre que necessário pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, sendo que as revisões deverão ser submetidas a Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos. Além disso, a Companhia realiza investimentos financeiros contínuos de forma a melhorar a performance de seu sistema de controles internos e a adequar-se às melhores práticas.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Em 12 de fevereiro de 2019, o conselho de administração da JSL S.A., controladora da Companhia, aprovou uma Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado ("Política"), que visa a implementação de um processo formal de gerenciamento de riscos de mercado para todas as sociedades do Grupo JSL. A Companhia ratificou a utilização de referida política, em 25 de fevereiro de 2019, por meio de reunião de seu conselho de administração.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo da Política é a gestão do risco financeiro das sociedades do Grupo JSL, tendo como foco o risco de mercado e contraparte. A Política está em conformidade com as melhores práticas internacionais, além de seguir os padrões definidos por órgãos reguladores do Brasil e do exterior.

Assim, estabelece políticas e limites que norteiam as ações das áreas envolvidas na execução das operações de hedge, obedecendo os critérios aprovados pelo Conselho de Administração da JSL S.A e aplicáveis às sociedades do Grupo JSL.

A Política pode ser resumida da seguinte forma:

- Foco: riscos de mercado e riscos de contraparte.
- Princípios básicos: a gestão de risco é um processo e não um evento isolado, assim deve envolver todas as áreas da Companhia.
- Componentes da Política:
  - Definição das responsabilidades de cada nível hierárquico;
  - Definição dos limites de risco aceitáveis pela Companhia a serem aprovados pelo Conselho de Administração.
- Processo de gestão:
  - Análise das posições do balanço patrimonial;
  - Avaliação e mensuração dos fatores de risco;
  - Avaliação e execução de alternativas de mitigação baseado em fatores estabelecidos pela Política;
  - Comunicação das estratégias executadas;
  - Controle e monitoramento, de acordo com a Política.
- Organização para a gestão de riscos financeiros:
  - A administração da Companhia e o Comitê de Auditoria, em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, a gestão de riscos financeiros da Companhia.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para todos os riscos descritos no item 4.2, mas, principalmente, para o risco de variação de taxa de juros e de câmbio, que se referem, respectivamente, às atividades atreladas à variação da taxa de juros, pré ou pós fixados e índices de inflação e às atividades atreladas à variação de outras moedas.

Nos termos da Política, no que tange a taxa de juros, a Companhia entende que a indexação de taxas pós-fixadas é a que proporciona a melhor aderência ao valor real do dinheiro. Sendo assim, a remuneração dos passivos e ativos financeiros terá como padrão taxas pós-fixadas como o CDI, ou indexadas a índice de inflação. Os instrumentos financeiros afetados pela taxa de juros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar, que estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição às taxas de juros, serão adotadas as seguintes políticas, de acordo com a origem da exposição e nos termos da Política:

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

- exposições a taxas de juros serão mensuradas mensalmente conforme os métodos descritos na Política;
- exposições a taxas de juros e as operações de hedge com instrumentos financeiros deverão permanecer enquadradas nos limites descritos na Política;
- operações de hedge com instrumentos derivativos deverão cumprir todos os requisitos para *hedge accounting* conforme definidos nas normas de elaboração das Demonstrações Financeiras;
- para fins de mitigação dos riscos de juros, a Companhia poderá adotar o hedge natural entre ativos e passivos com a mesma indexação, ou seja, operações de hedge com instrumentos derivativos poderão ser contratadas sobre o saldo líquido da exposição de juros.

Adicionalmente, no que tange a variação cambial, a Companhia entende que não possui geração de caixa em moeda estrangeira, sendo sua exposição cambial proveniente de ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira e reconhecidos no balanço patrimonial e dos derivativos cambiais utilizados para hedge.

De forma a mitigar os riscos oriundos da exposição às taxas de câmbio, serão adotadas as seguintes políticas, de acordo com a origem da exposição e nos termos da Política:

- exposições cambiais serão mensuradas pelo Agente de Cálculo externo;
- exposições cambiais e as operações de hedge com instrumentos financeiros deverão permanecer enquadradas nos limites descritos na Política;
- operações de hedge com instrumentos derivativos deverão cumprir todos os requisitos para *hedge accounting* conforme definidos nas normas de elaboração das Demonstrações Financeiras.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia pode utilizar derivativos para gerenciar riscos de mercado relacionados à exposição de balanço patrimonial, a qual se dá em razão de saldos ativos e passivos financeiros denominados ou indexados em moeda estrangeira. No caso da utilização destas operações, elas são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração e nos termos da Política, a qual estabelece que a exposição de balanço deverá ser 100% neutralizada, admitindo-se tolerância para questões operacionais de até 1,5% do passivo da Companhia em moeda estrangeira. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia possui os seguintes instrumentos de derivativos elegíveis para implementação das operações de hedge:

- Contratos de *Swap* (Moedas, e Juros);
- Contratos Futuros (padronizados e balcão – Moedas e Juros), tais como *NDF* (*OTC*), (B3), entre outros; e
- Contratos de compra de opções de compra (call) e venda (put) (Moedas e Juros).

Não é permitida a venda líquida de Opções, definida conforme os padrões de elaboração de Demonstrações Financeiras. É permitida a venda de opções que, em conjunto com outras operações, não constitua uma venda líquida de opções.

Qualquer instrumento, operação ou estratégia que, isoladamente ou combinados, crie qualquer tipo de alavancagem adicional ou contenham dispositivos contratuais que a tornem alavancadas adicionalmente, estão terminantemente vetadas.
As operações não listadas como instrumentos elegíveis somente poderão ser executadas mediante aprovação prévia do Conselho de Administração.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros utilizados foram citados neste item 5.2 (b).

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia opera com instrumentos financeiros com o único propósito de proteção patrimonial e previsibilidade do Fluxo de Caixa.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A administração destes riscos é efetuada por meio das estratégias operacionais e dos seus controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança das operações da Companhia, sendo aplicável ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado, no que couber, incluindo a estrutura responsável pelo controle, conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia e o Comitê de Auditoria, em conjunto, monitoram e avaliam, por meios considerados por ela adequados, se as operações efetuadas pela Companhia estão de acordo com as políticas por ela adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos objetivos da Companhia.

A administração reporta os resultados dessa avaliação ao Conselho de Administração, o qual supervisiona as atividades de gerenciamento de riscos de mercado, por meio de interação com a gestão, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte e seus objetivos operacionais e estratégicos.

5.3 - Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta com as áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis que visam a mitigação dos riscos que podem afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, o conjunto de processos que regem os procedimentos de controles internos da Companhia são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

Nesse contexto, as principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia são:

- Mensalmente, são realizadas reconciliações das contas contábeis formalizando-as no sistema PZM com workflow de revisão segregada, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras.

- Validação periódica dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos.

- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia.

- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios.

Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

As áreas da Companhia responsáveis pelos controles internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia são a Controladoria, o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias, a Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, a área de Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria.

A Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias são as áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis. A Controladoria também realiza mensalmente as reconciliações das contas contábeis, formalizando-as no sistema PZM com workflow de revisão segregada, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer exceções identificadas são direcionadas para as áreas envolvidas para as devidas correções.

5.3 - Descrição dos controles internos

A Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade avalia periodicamente os controles internos aplicáveis que visam a mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos em conjunto com os gestores dos processos os planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos.Tais áreas se reportam diretamente à Diretoria e ao Comitê de Auditoria da Companhia.

Por sua vez, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade através de reuniões periódicas para apresentação dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade realiza um trabalho de identificação de riscos e controles. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, o qual apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s). Como já mencionado, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade através de reuniões periódicas para apresentação dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Durante este trabalho, os auditores independentes identificaram os assuntos descritos abaixo, tendo-os classificado como deficiências significativas, bem como feito as recomendações que seguem na tabela a seguir:

Assunto	Recomendação dos auditores
Deficiências no processo de elaboração das demonstrações financeiras	Implementação de controle de monitoramento geral (tais como supervisão da administração), controle sobre a seleção e a aplicação das principais práticas contábeis, controle sobre transações significativas com partes relacionadas, controle sobre lançamentos não recorrentes ou não usuais e ferramentas automatizadas para elaboração das Demonstrações Financeiras

5.3 - Descrição dos controles internos

Ausência de evidência de revisão e aprovação de controles manuais o nível de processos	Implementação de controles que evidenciem a revisão e a aprovação das atividades manuais de forma tempestiva.
Ausência de evidência de revisão e aprovação de processos de lançamentos contábeis manuais	Implementação de controles que evidenciem a revisão e a aprovação, contemplando todos os lançamentos contábeis manuais, bem como efetue uma análise detalhada para restrição de lançamentos contábeis manuais efetuados por pessoas e Departamentos, que não o Departamento de Contabilidade.
Análise de conflitos de segregação de funções	Elaboração de matriz de segregação de funções, definindo as transações conflitantes, definição dos perfis de acesso no sistema conforme a matriz de segregação e implementação de procedimento de avaliação periódica de perfis de acesso ao sistema corporativo, a fim de identificar problemas de segregação de funções. Essa avaliação deve ser formalizada com a aprovação dos responsáveis por cada processo
Revisão dos acessos lógicos das aplicações em escopo	Criação de uma rotina periódica de revisão de acessos por área 02 vezes ao ano
Presença de usuários desligados com registro de *logon* após a data de demissão	Registro, pela área de Recursos Humanos, de baixa dos funcionários demitidos de todos os relatórios utilizados pela Companhia de maneira tempestiva, evitando assim, riscos da utilização desses acessos por outros funcionários o que poderia ensejar em transações errôneas e fraudulentas de difícil rastreabilidade

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Assunto	**Comentários dos diretores**
Deficiências no processo de elaboração das demonstrações financeiras	A Administração está num processo de reestruturação da sua equipe responsável pela preparação e revisão das DFs e também entende que as etapas de preparação das DFs e suas respectivas notas explicativas, ainda estão com muitas etapas manuais, o que causa lentidão, e várias fases de validação do número final. Diante deste quadro, a Administração informa que em 2019, efetuará a implantação do sistema SAP/BPC que automatizará a construção das DFs e suas notas explicativas, mitigando assim, os efetivos negativos mencionados pela auditoria.
Ausência de evidência de revisão e aprovação de controles manuais o nível de processos	A Administração informa que os assuntos estão sendo analisados e endereçados de forma pertinente. **a) Configuração sistêmica para a taxa de depreciação do ativo:** - Em andamento, a implantação do controle do ativo imobilizado das empresas Borgato no sistema SAP/AA (Vamos e Transrio já utilizam este sistema), com término previsto para Junho/19. - Foi desenvolvido (mar/19) no sistema SAP/AA, módulo do ativo imobilizado, relatório analítico com a demonstração da taxa de depreciação aplicada para cada classe do imobilizado, critérios de classificações, centro de custos e itens individuais, com a demonstração da data de validade destas taxas.

5.3 - Descrição dos controles internos

	Referido relatório possibilitará, o acesso a esta informação de forma rápida e objetiva, corroborando assim, com a validação dos estudos de taxas de depreciações realizados anualmente. **b) Análise da desvalorização dos ativos mantidos para venda:** - Em andamento, a implantação do controle do ativo imobilizado das empresas Borgato no sistema SAP/AA (Vamos e Transrio já utilizam este sistema), com término previsto para Junho/19. - Está em fase de avaliação para posterior implantação em 2019 no SAP/AA, a disponibilização de campo específico no cadastro do item do imobilizado disponível para venda, para que a área comercial de venda de ativos seminovos, possa registrar o preço provável de venda, levando em consideração as condições conhecidas destes ativos disponíveis para venda. Isto permitirá que eventuais ativos, com utilização diferentes daquelas previstas na formação da taxa de depreciação, possam ser alvos de uma "provisão para desvalorização".
Ausência de evidência de revisão e aprovação de processos de lançamentos contábeis manuais	A Administração informa que criou um plano de ação que consiste no mapeamento dos lançamentos manuais efetuados em todos os seus ERPs (SAP, Solution, Sinc e Dealer Net), com a identificação das origens e causas, para sistematizar a parte que for possível, e para o que se manter de forma manual, será implantado ao longo de 2019, um processo para formalização, revisão e aprovação destes lançamentos manuais, antes que os mesmos sejam processados nos referidos ERPs.
	A Administração entende que vários pontos levantados se referem a "drafts" das DFs em andamento, portanto, ainda estavam sujeitos a conferências e alterações. A Administração também entende que as etapas de preparação das DFs e suas respectivas notas explicativas, ainda estão com muitas etapas manuais, o que causa lentidão, e várias fases de validação do número final. Diante deste quadro, a Administração informa que em 2019, efetuará a implantação do sistema SAP/BPC que automatizará a construção das DFs e suas notas explicativas, mitigando assim, os efetivos negativos mencionados pela auditoria.
Análise de conflitos de segregação de funções	A Administração adquiriu no final do segundo semestre de 2018, a ferramenta IG IBM, para realização dos seguintes controles: - Inventário de sistemas e perfis de acesso; - Inventário das identidades; - Definição dos processos e regras de automação; - Definição de fluxos, papéis e responsabilidades e workflow de aprovação; - Perfis de auditoria automatizada / SOD SAP e Legado - Organização das identidades, acessos e categorização de funcionários, prestadores de serviço, representantes e, até mesmo, clientes;

5.3 - Descrição dos controles internos

	- Definição dos processos de solicitação, aprovação, revogação e revisão de direitos de acesso; Também serão cobertos os processos de: - Autenticação centralizada; - Provisionamento automático Criação, alteração, remoção de conta de usuário; - Cadastro e atualização de dados dos colaboradores nos catálogos por sistema; - Bloqueio, desbloqueio de contas, troca de senhas, associação, desassociação de uma conta a um direito de acesso; - Consultas a contas, perfis e direitos associados a contas. O projeto para implantação da ferramenta IG da IBM, foi iniciado em 13 de fevereiro de 2019, com previsão de término para Junho/2019, abrangendo os principais sistemas da empresa.
Revisão dos acessos lógicos das aplicações em escopo	A Administração entende que esse processo será parcialmente automatizado com a implementação da ferramenta de gestão de identidade IG da IBM, conforme mencionado no item anterior, e que a revisão anual será suficiente para mitigar eventuais conflitos.
Presença de usuários desligados com registro de *logon* após a data de demissão	A Administração está implantando em 2019, um novo processo de desligamento de funcionários, com objetivo de realizar a integração imediata nos diversos módulos do sistema (on-line ou uma vez ao dia) de todos os desligamentos realizados. Regra esta que deve ser igual às exigências do e-social.

5.4 - Programa de Integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota o Programa de Conformidade de sua controladora JSL S.A., que se aplica a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, e tem o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público, bem como fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência.

Em relação à interação da Companhia com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU.

Nesse sentido, o Programa de Conformidade da JSL S.A. e de suas controladas inclui as seguintes políticas, todas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e implementadas diariamente no dia-a-dia de suas atividades: (i) Código de Conduta; e (ii) Política Anticorrupção, composta pelas seguintes políticas: Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público**.**

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia descreve a seguir as principais políticas e procedimentos de integridade adotados no âmbito do Programa de Conformidade da JSL S.A. e suas controladas, que inclui a Companhia:

- Código de Conduta: Ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 25 de fevereiro de 2019, o Código de Conduta da JSL S.A. se aplica a todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários, trainees, prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral de todas as suas empresas controladas, coligadas e consorciadas, incluindo da Companhia. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) cumprimento de leis e regulamentos; (ii) direitos humanos; (iii) relações de trabalho; (iv) conduta do colaborador; (v) combate à corrupção; (vi) conflito de interesses; (vii) doações e patrocínios; (viii) presentes, brindes, entretenimento e hospitalidade; (ix) relações com o ambiente externo; (x) descumprimento e medidas disciplinares; e (xi) canal de denúncia.

- Política de Doações e Patrocínios: A Companhia possui uma Política de Doações e Patrocínios, a qual se aplica a todos os colaboradores, independente do cargo ou função, da JSL S.A. e de todas suas controladas, coligadas e consorciadas, bem como a qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em receber doação ou patrocínio da Companhia ou do Instituto Julio Simões. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo e a observância da legislação vigente e das premissas estabelecidas pela Companhia para a realização de doações e patrocínios.

- Política de Participação em Licitação Pública: A Companhia possui uma a Política de Participação em Licitação Pública se aplica a todos os colaboradores da JSL S.A. e suas controladas, coligadas e consorciadas, e define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas.

Além das políticas elencadas no item acima, a Companhia adota outros procedimentos e mecanismos para referida finalidade, quais sejam: (i) Treinamento aos colaboradores sobre o Código de Conduta,

5.4 - Programa de Integridade

o novo canal de Denúncia, a Lei Anticorrupção e as Políticas Anticorrupção da Companhia; (ii) criação da "Linha Transparente", canal gratuito criado para dirimir dúvidas sobre o Programa de Conformidade, acessível ao público interno e externo, (iii) instalação de linha telefônica monitorada utilizada pelos funcionários do departamento de licitação, (iv) treinamentos específicos sobre interação com a Administração Pública e licitações públicas a departamentos que são envolvidos nestes temas, (v) comunicações quinzenais sobre pontos do Código de Conduta e as Políticas Anticorrupção, (vi) avaliação, pela Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, de doações e patrocínios feitos para órgãos públicos, (vii) início da aplicação do processo de homologação de terceiros que são contratados pela Companhia para prestarem serviços que compreendem interação com órgãos públicos.

Ressalte-se que a Companhia realiza treinamentos periódicos sobre o tema de integridade, presenciais e online, a todos os seus administradores, funcionários e estagiários. Um novo ciclo de treinamento foi lançado em dezembro de 2018, o qual deve ser oferecido a todos os colaboradores até dezembro de 2019.

Todos esses processos relacionados ao Programa de Integridade são revisados com periodicidade não superior a 2 anos, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes dos processos e dos normativos internos da Companhia.

Além dos procedimentos acima, a Companhia realiza anualmente a avaliação dos riscos junto as gestores e Diretores avaliando a probabilidade de efetivação das referidas consequências e seu impacto em caso de eventual ocorrência. Após a identificação dos riscos, os mesmos são gerenciados de acordo com sua criticidade e avaliadas as melhores alternativas para mitigação, definição de controles ou aceitação do risco cujo impacto seja menor que o custo benefício de seu gerenciamento. O monitoramento deste processo é realizado pela Diretoria.

A administração da Companhia entende que as políticas e procedimentos de integridade existentes estão adequados ao perfil de riscos da Companhia, que apresenta nível moderado de interação com entidades da administração pública.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade são a Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia e o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A., conforme detalhes descritos abaixo:

- Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade: Especificamente em relação a questões de compliance de integridade, referida estrutura se reporta à Diretoria da Companhia e ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A., e tem por finalidade liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade com o objetivo de mitiga-los e preveni-los, bem como orientar os funcionários da Companhia e terceiros sobre as normas internas da Companhia. Isso inclui as seguintes atribuições: (i) monitorar as não conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis; (ii) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal da Companhia, monitorando os planos de ação para ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares; (iii) reportar ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S/A: a) situações que caracterizem risco de conformidade e de imagem para a Companhia; b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias e status das investigações; c) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e d) doações e patrocínios à órgãos

5.4 - Programa de Integridade

da Administração Pública para validação; (iv) avaliar as cláusulas de conformidade/compliance dos contratos da Companhia; e (v) avaliar e apontar os riscos para validação da Diretoria das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e terceiros.

- Comitê de Ética e Conformidade: Sua criação foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração da JSL S.A., órgão ao qual se reporta. O Comitê de Ética e Conformidade foi instituído pela JSL S.A. mas atua de forma compartilhada para todas as controladas da JSL S.A., incluindo a Companhia, e tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva: (i) no cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia, (ii) na análise, aplicação de medidas disciplinares, recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida e (iii) avaliar a eficiência e eficácia do Programa de Conformidade, e a sua aderência aos requisitos exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas que tratam sobre o tema, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos, (iv) analisar e validar sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; (v) analisar e validar pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública; (vi) avaliar e julgar, quando o caso, ações e omissões: a) dos colaboradores da Companhia e b) que envolvam terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia.

Sobre os mecanismos de garantia de independência à Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade, estes ficam evidenciados no dever de reporte à Diretoria da Companhia e ao Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. sobre todas as ações que envolvem o Programa de Conformidade, aplicáveis à Companhia. A Diretoria, por sua vez, reporta-se ao Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. possui um membro externo, garantindo a imparcialidade do Comitê e suas deliberações são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia no que tange às ações do Programa de Integridade aplicáveis à Companhia].

Ademais, as denúncias envolvendo membros de Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. são encaminhadas ao Conselho de Administração da JSL S.A., e as denúncias que envolvem a Presidência ou a Diretoria da Companhia são encaminhadas ao Conselho de Administração da Companhia. Por sua vez, as denúncias envolvendo a Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade são encaminhadas para o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. e à Presidência da Companhia.

A administração da Companhia entende que os mecanismos mencionados são adequados para garantir a independência da Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia e do Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Desde 2010, a Companhia adota o Código de Conduta da JSL S.A., o qual se aplica a todas as suas controladas, coligadas e consorciadas, incluindo a Companhia. Dessa forma, desde 2010, a Companhia adota o Código de Conduta de sua controladora, o qual foi revisado pela última vez em 14 de fevereiro de 2019.

O Código de Conduta foi formalmente ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2019.

5.4 - Programa de Integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral da Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os colaboradores recebem o primeiro treinamento no momento da contratação/integração e um treinamento anual.

Anualmente, os principais executivos da Companhia se reúnem com o objetivo de alinhar os atingimentos e metas da Companhia, onde neste momento, é reservada uma pauta especifica para a apresentação dos itens do programa de Conformidade.

No evento anual de vendas, onde também são reunidas as principais lideranças da Companhia, a Companhia tem uma pauta reservada para a aplicação de treinamento dos itens relacionados ao Código de Conduta.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

De acordo com o Código de Conduta, o descumprimento de qualquer das diretrizes dispostas no presente Código de Conduta e outras normas internas está sujeito à aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes: (i) advertência, oral ou por escrito; (ii) suspensão; (iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa. Terceiros, por sua vez, poderão ter sua relação comercial com a Companhia encerrada.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 25 de fevereiro de 2019 e pode ser encontrado no seguinte link: https://grupovamos.com.br/wp-content/uploads/2019/01/Codigo-de-Conduta_Vamos-Web-Final-min.pdf

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui Canal de Denúncia conforme descrito abaixo.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Denúncia da Companhia é terceirizado, com o objetivo de conferir maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia.

A Companhia garante a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado.

O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no

5.4 - Programa de Integridade

recebimento das denúncias.

O canal funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferida ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia por telefone, site e e-mail, canais administrador exclusivamente pela empresa terceirizada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal está disponível para o público interno e externo.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal e transmitidas para a Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade da Companhia, que dará andamento nas tratativas. Cumpre ressaltar que as denúncias envolvendo membros da Presidência e a Diretoria são encaminhadas ao Conselho de Administração da Companhia, as denúncias envolvendo a Função de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade são encaminhadas para o Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. e à Presidência. Por sua vez, denúncias envolvendo membros do Comitê de Ética e Conformidade da JSL S.A. são encaminhadas para o Conselho de Administração da JSL S.A.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Na ocorrência dos casos citados, a Companhia efetua a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas) para os processos de "Due Diligence" de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos nas operações.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

Item não aplicável, tendo em vista que não houve alterações significativas em relação ao último exercício social.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	21/09/2015
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

A controladora da Companhia, a JSL S.A., opera desde 1956, com início de seu negócio com o transporte de cargas gerais e, atualmente, opera em todo o território nacional e mais três países do Mercosul (Argentina, Chile e Uruguai), prestando serviços de alto valor agregado, que vão desde o transporte de cargas até a terceirização total das cadeias logísticas, sempre de forma integrada, flexível, customizada e ágil.

Na década de 1980, com base na demanda dos clientes, passou também a atuar nos serviços de transporte de seus colaboradores e na terceirização de suas frotas. Na década de 1990, observando a necessidade de redução de custos por parte dos seus clientes, passou a focar na otimização de suas cadeias de suprimentos, incluindo a conexão da empresa com seus fornecedores e clientes, por meio da prestação de serviços dedicados e customizados. Assim, a partir do ano de 2000, consolidou a prestação de serviços integrados de logística com a implementação de operações inovadoras e customizadas junto aos seus clientes, o que vem contribuindo para a redução dos custos logísticos bem como com o aumento da eficiência das operações dos seus respectivos clientes. Adicionalmente, realizou aquisições de empresas com o principal objetivo de ampliar a carteira de clientes em setores estratégicos.

Nesse contexto, em setembro de 2015, a Companhia foi constituída, como sociedade limitada e sob a denominação JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda., tendo como objetivo a locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor, e a prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota, tanto preventiva, quanto corretiva. A Companhia foi idealizada com vistas a suprir a demanda de clientes da JSL S.A. nos setores de atuação que se tornaram da Companhia.

Em 30 de setembro de 2016, a Companhia incorporou a J.P. Tecnolimp S.A. ("Tecnolimp"). Com a incorporação, a Tecnolimp foi extinta e a Companhia tornou-se a titular de seus ativos – inclusive os operacionais – que passaram a ser utilizados em suas atividades.

Em 31 de agosto de 2016, a Companhia incorporou os ativos e passivos oriundos da cisão parcial da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. avaliados nos termos de laudo de avaliação pelo valor total de R$15.330.882,02.

Em 31 de outubro de 2017, a Companhia aprovou (i) a transformação do tipo societário, tornando-se uma sociedade por ações; (ii) alteração da denominação social, por meio da qual passou a ser a Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.; (iii) uma reorganização societária, pela qual a Companhia incorporou a JSL Holding Financeira Ltda. e a Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., a qual representa parcela cindida da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A., ambas sociedades controladas pela controlador comum, a JSL S.A.

Em 22 de dezembro de 2017, concluímos a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. (coletivamente "Empresas Borgato"), empresas com forte atuação no setor agrícola e que, após tal operação, tornaram-se subsidiárias integrais da Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia aprovou a sua cisão de forma a excluir os serviços financeiros prestados por sua então controlada JSL Arrendamento Mercantil S.A., de sua linha de negócio. Essa última operação se deu principalmente em razão dos administradores da Companhia e de sua controladora entenderem que, para o melhor aproveitamento da sinergia de cada um dos negócios desenvolvidos dentro do conglomerado do qual fazem parte e que é, em sua totalidade, controlado pela JSL S.A., a Companhia deve deter apenas participação em negócios relacionados à sua atividade principal, qual seja, locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 6.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

As informações financeiras informadas ao longo do item 7 deste Formulário de Referência, estão baseadas nas demonstrações financeiras combinadas carve-out que foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle, desde 1º de janeiro de 2016, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. (empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. (empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A.).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out não consolida o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A.

Ressalta-se que as demonstrações financeiras combinadas carve-out refletem uma melhor compreensão dos resultados da Companhia, visto que são comparáveis entre si e foram elaboradas com o propósito específico de fazer parte do processo de oferta pública, favorecendo a compreensibilidade dos investidores.

Visão Geral

Somos a empresa líder no setor de locação de caminhões[1], máquinas e equipamentos do Brasil[2], operando nesse segmento há mais de 20 anos através da nossa controladora JSL S.A. ("JSL") e contávamos com uma frota de 10.862 ativos locados em 31 de dezembro de 2018, representando um crescimento de 19% com relação a 2017, que contava com 9.117 ativos, e 67% em relação a frota de 2016, que contava com 6.504 ativos. Em setembro de 2015, por meio de uma reorganização do Grupo JSL, grupo com amplo portfólio de serviços logísticos do país, a Vamos foi constituída com o objetivo de consolidar todas as atividades de locação de longo prazo de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem manutenção, além da rede de concessionárias de caminhões e ônibus da Volkswagen/MAN ("VW/MAN") e da rede de lojas de seminovos.

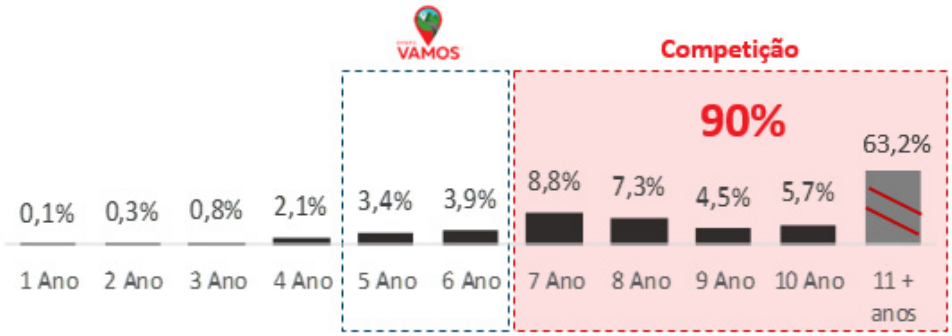
Nosso principal negócio é a locação de longo prazo com serviços que asseguram a disponibilidade da frota para nossos clientes, viabilizando assim, uma maior produtividade com menor número de ativos.

Atuamos de forma integrada e sinérgica com todos os nossos negócios. Compramos, vendemos, locamos e fazemos a manutenção de nossos ativos. Possuímos uma estrutura operacional com oficinas próprias e uma rede de oficias credenciadas em todo o Brasil para atendermos com eficiência, assegurando a disponibilidade dos ativos locados pelos nossos clientes. Nosso modelo de negócio permite alcançar a maximização no valor da venda dos ativos em nossa rede de lojas de seminovos e da rede de concessionárias. Entregamos para nossos clientes disponibilidade da frota alugada com redução de custo e com alta rentabilidade para o nosso negócio, gerando um ciclo virtuoso de negócios. A Companhia ocupa um nicho de alto valor e liquidez no mercado de seminovos, conforme a representatividade nas vendas por idade do ativo indicada abaixo:

[1] De acordo com o Anuário Brasileiro do Setor de Locação de Veículos, divulgado em 2018 pela Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis ("ABLA"), a frota de caminhões em locação no Brasil totalizou 13.155 veículos em 2017, sendo que, no mesmo período, nossa frota correspondia a mais da metade deste total.

[2] "JSL compra Borgato e cria maior locadora de máquinas e caminhões do país" –
Fonte: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/jsl-compra-borgato-e-cria-maior-locadora-de-maquinas-e-caminhoes-do-pais.ghtml

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas



Fonte: Relatório Fenabrave[3]

Temos uma rede nacional superior a 1.600 oficinas credenciadas para fazer a manutenção dos ativos alugados com serviço, sendo o controle e gestão inteiramente sob nossa responsabilidade. Dessa forma, temos capacidade instalada para atender em todo o território nacional.

Nossa rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/MAN e as de máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA atuam de forma independente e vivem de sua própria atividade, além disso, servem também para fomentar os negócios de locação e de compra e venda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, cujo mercado ainda é muito incipiente no Brasil, mas de grande oportunidade de crescimento.

Hoje é parte da nossa estratégia desenvolver e prestar serviços que atendam a necessidade dos nossos clientes, com foco em entender, atender e encantar, gerando um ciclo virtuoso do nosso negócio. Com isso, construímos relacionamentos de longo prazo e expandimos nossos negócios, sendo gente e equipe nosso grande diferencial.

Em 31 de dezembro de 2017, concluímos a aquisição da totalidade do capital social da Borgato, com atuação nos segmentos de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA, e focada no agronegócio. A aquisição da Borgato foi estratégica para a Companhia, possibilitando crescimento nos segmentos de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, com ganhos de escala e sinergia, sendo complementar ao nosso portfólio.

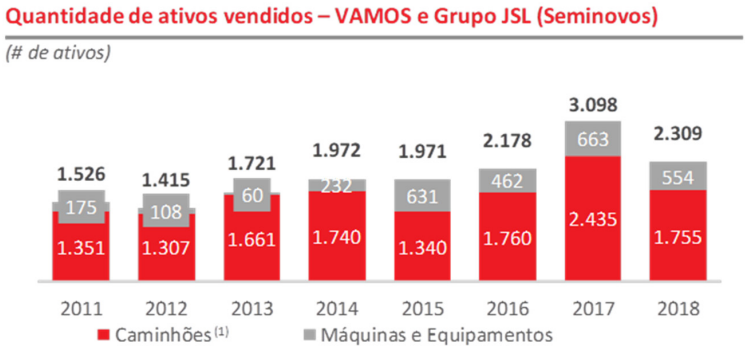
Nosso modelo de negócios está baseado em contratos de locação de longo prazo, de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, assegurando a disponibilidade da frota locada para nossos clientes. Atuamos em diversos setores da economia, principalmente agronegócio, energia, transporte e alimentos, com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados. Além disso, possuímos uma rede de 40 lojas com ampla cobertura nacional, em 10 estados, contando com a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/Man, com 14 lojas, 15 lojas de máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA e 11 lojas de seminovos.

A nossa sólida experiência na gestão, manutenção e escala na aquisição de ativos, bem como nosso relacionamento de longo prazo com todas as montadoras presentes no país, alavancam nosso poder de negociação junto às montadoras e nos permite a aquisição dos ativos com condições diferenciadas de nossos clientes e concorrentes, tendo adquirido nos últimos 3 anos 5.555 caminhões, máquinas e equipamentos. Nossos contratos de locação de longo prazo (5 anos em média) com ativos que são fundamentais para o negócio dos nossos clientes, nos garante alto grau de previsibilidade do fluxo de caixa. Somado a isso, a nossa rede de concessionárias e de lojas de seminovos, com 40 lojas com capilaridade nacional, nos permite ter o domínio de todo o ciclo do nosso negócio, com baixo risco

[3] Disponível em: http://www3.fenabrave.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=6&layout=indices-e-numeros

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

de execução e nos garante uma alta capacidade de venda dos ativos locados ao final dos contratos, conforme indicado abaixo:



Fonte: Companhia

Essa estratégia empresarial, com controle de todo o ciclo do negócio, nos tem permitido alcançar expressivo crescimento com rentabilidade altamente atrativa. A nossa receita líquida no exercício social de 2018 foi de R$983.290 mil, representando um crescimento de 46% em relação a 2017 (R$674.756 mil) e 56% em relação a 2016 (R$628.980 mil). Nosso lucro líquido totalizou R$116.274 mil, no exercício social de 2018, representando um crescimento de 26% em 2017 (R$92.584 mil) e 49% em relação a 2016 (R$77.875 mil), gerando um retorno sobre o patrimônio líquido em 2018 de 17,2%, em 2017 de 17,9% e de 17,8% em 2016. Adicionalmente, o EBITDA de nossas atividades no exercício social de 2018 foi de R$452.175 mil, que representou um crescimento de 48% em 2017 (R$304.993 mil) e 66% em relação a 2016 (R$272.475 mil), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Informações Financeiras Combinadas Carve-out (1)	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**				
	2018	**% 2018 x 2017**	**2017**	**% 2017 x 2016**	**2016**
Receita Líquida(2)	R$983,3 milhões	46%	R$674,8 milhões	7%	R$629,0 milhões
Lucro Líquido(3)	R$116,3 millhões	26%	R$92,6 milhões	19%	R$77,9 milhões
EBITDA(4)	R$452,2 milhões	48%	R$305,1 milhões	12%	R$272,5 milhões
Margem EBITDA(5)	46,0%	0,8 p.p.	45,2%	1,9 p.p.	43,3%
Dívida Líquida(6)	R$863,3 milhões	32%	R$656,1 milhões	19%	R$550,4 milhões
Alavancagem Líquida (x) (7)	1,9	-	2,2	-	2,0
ROE(8)	17,2%	-0,7 p.p.	17,9%	0,1 p.p.	17,8%
ROIC(9)	11,3%	0,3 p.p.	11,0%	0,8 p.p.	10,2%

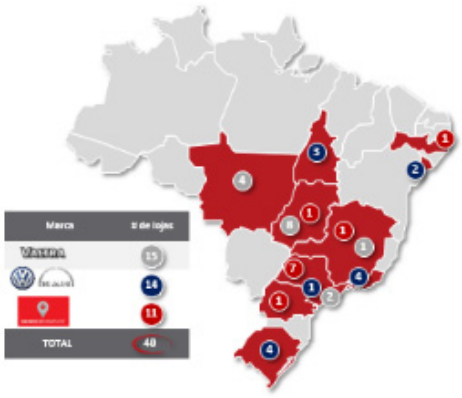
(1) Tais informações combinadas carve-out são apresentadas com o objetivo de proporcionar informações mais úteis e representativas aos seus destinatários, para que as nossas operações, gestão e posição patrimonial e de nossas controladas sejam compreendidas dentro de nossa estrutura societária final.
(2) Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços:
(3) Lucro Líquido do exercício
(4) EBITDA: Consiste no lucro líquido do exercício da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização.
(5) Margem EBITDA: consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

(6) Dívida Líquida: é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes
(7) Alavancagem Líquida: O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.
(8) ROE: O ROE Return On Equity (em português: Retorno sobre o Patrimônio) reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido médio da Companhia, evidenciando assim a capacidade da Companhia em agregar valor a ela mesma utilizando os seus próprios recursos. Seu cálculo é feito a partir da divisão do resultado líquido do exercício pelo patrimônio líquido médio.
(9) ROIC: O ROIC - Return On Invested Capital é utilizada para análises financeiras e reflete, em percentuais, o lucro gerado pelas operações da Companhia. É calculado a partir do lucro operacional ("EBIT"), subtraído do Imposto de Renda calculado através da alíquota efetiva de determinado período, dividido pela média do capital investido, a qual é representado pela soma da dívida líquida média e pela média do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos uma frota total de 10.862, sendo 8.755 caminhões ou similares[4], e 2.107 máquinas e equipamentos. Adicionalmente, contávamos com mais de 132 clientes nos setores agrícola, energia, mineração, industrial, varejo, transporte, entre outros. Nossa rede de lojas contava, na mesma data, com 40 lojas, sendo 14 concessionárias de caminhões e ônibus da marca VW/MAN, 15 concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas da marca VALTRA e 11 lojas de seminovos distribuídas em 10 estados do Brasil. Nossa rede de lojas também é um diferencial importante na prospecção de novos clientes, pois conseguimos oferecer uma solução completa para clientes que possuem frota própria, com a compra e venda da frota do cliente através da nossa rede de lojas.

O mapa abaixo mostra a distribuição geográfica das nossas 40 lojas, com base em 31 de dezembro de 2018:



[4] Tais como carretas, cavalos mecânicos, ônibus e utilitários.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

As tabelas abaixo destacam algumas das nossas informações financeiras e operacionais combinadas para os períodos indicados:

Informações Operacionais Combinadas[(1)]	**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de**				
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	**2018**	**% 2018 x 2017**	**2017**	**% 2017 x 2016**	**2016**
Frota no final do período	10.862	19,14	9.117	63,68	6.504
Número de clientes	132	27,52	106	20,45	88
Número de contratos	331	23,97	267	50,00	178
Valor a receber de contratos de locação (*backlog*)	R$1.787 milhões	24,97	R$1.430 milhões	8,66	R$1.316 milhões
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos					
Número de lojas e concessionárias	40	0	40	42,85	28
Número de ativos vendidos nas lojas de seminovos	2.309	-25,47	3.098	42,24	2.178
Número de caminhões novos vendidos nas lojas VW/Man	2.882	75,52	1.642	12,93	1.454
Número de máquinas e equipamentos novos vendidos nas lojas Valtra	513	-	-	-	-

Linhas de Negócios

Atuamos nos segmentos de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, sem operador, com ou sem serviços de manutenção, com contratos de longo prazo e concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos. Nosso modelo de negócio é único, pois permite gerar valor em todas as etapas do ciclo de nosso investimento através da sinergia dos negócios. Nosso principal segmento de negócio é o de locação, que contribui, em 2018, com um lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social de R$219.439 mil e com 95% de nosso EBITDA. Contamos também com uma rede de concessionárias de caminhões e ônibus da marca VW/MAN e de máquinas agrícolas da marca Valtra, além de uma rede de lojas de seminovos. Sendo assim, uma plataforma única de negócios que conta com uma base instalada de lojas para comprar e vender caminhões seminovos, pronta para sustentar o crescimento da Companhia e capturar o alto potencial de desenvolvimento desse segmento.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

Somos a empresa líder no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos do Brasil. Em 31 de dezembro de 2018, contávamos com uma frota de 8.755 caminhões e similares[5], e uma frota de 2.107 máquinas e equipamentos, totalizando 10.862 ativos locados. Nossos contratos de locação são de longo prazo, com duração de 5 anos em média. Oferecemos contratos de locação com ou sem serviços de manutenção, sempre sem operador, e asseguramos a disponibilidade da frota para nossos clientes.

Possuímos uma frota com modelos diversificados, com representatividade em todas as principais marcas atuantes no Brasil. Nossa escala viabiliza a aquisição dos ativos com preços e condições diferenciadas, sendo uma forte vantagem competitiva frente aos nossos concorrentes e clientes.

Em 31 de dezembro de 2018, possuíamos R$1.787 milhões de receita futura contratada decorrente de 331 contratos existentes de longo prazo com nossos clientes (*backlog*), representando um crescimento relativo de 25%, frente a R$1.430 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Por meio do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, oferecemos aos nossos clientes diversos benefícios, incluindo: (i) melhorar a alocação de capital; (ii) focar em suas atividades principais; (iii) eliminar o processo de compra e venda dos ativos e risco do valor residual; (iv) melhorar o controle de gestão, manutenção e administração da frota; (v) garantia de disponibilidade, possibilitando redução da frota; (vi) conhecer o real custo para o seu negócio; e (vii) economia em custos operacionais.

Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos

Atuamos com a maior rede de concessionárias das marcas VW/MAN de caminhões e ônibus e Valtra de máquinas e equipamentos agrícolas[6].

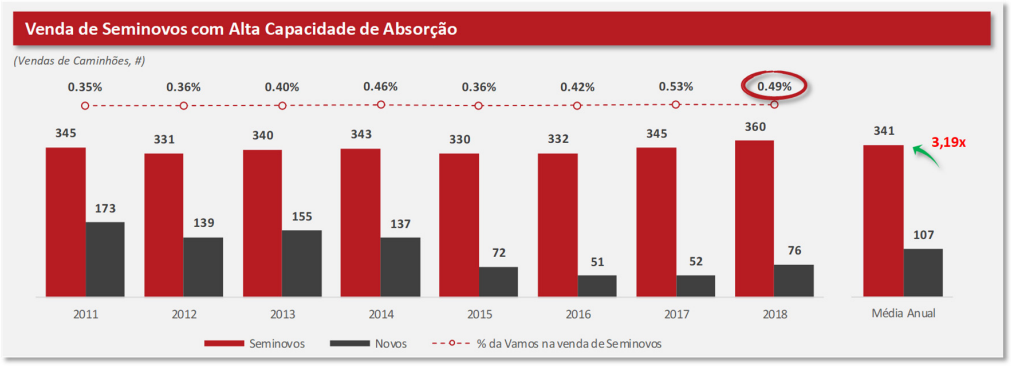
A marca VW/MAN é líder no mercado nacional de caminhões, com um total de 28,1% de *market share* em 2017, de acordo com dados da Fenabrave. Temos a maior rede de concessionárias da VW/MAN do Brasil, com 14 lojas distribuídas em 5 estados do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins e Sergipe). Em 2018, vendemos 2.882 caminhões/ônibus nas nossas lojas VW/Man, representando 14% da venda da VW/MAN no Brasil. Nossas lojas vendem caminhões novos e seminovos, além de peças, acessórios e serviços de manutenção, sendo que o mercado de seminovos tem grande potencial de crescimento.
Atuamos no mercado de máquinas e equipamentos agrícolas com concessionárias da marca Valtra. Possuímos 15 lojas distribuídas entre os estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo, tendo a maior cobertura nacional. Em 2018, vendemos 513 máquinas agrícolas nas nossas lojas Valtra, dentre os quais 326 foram tratores e que representaram 12% do total de vendas da marca Valtra na região de atuação, e acreditamos ter grande potencial de crescimento com nossas bases instaladas só com a implantação da nossa gestão. A marca Valtra, a qual faz parte do grupo AGCO, foi a primeira fábrica de tratores no Brasil tendo registrado participação de mercado de 17% no segmento de tratores em 2017, o qual é um mercado bastante fragmentado.

Com intuito de permitir o constante e eficiente fechamento do ciclo do nosso negócio, desenvolvemos o negócio de Seminovos de maneira complementar, o qual está atualmente presente em 5 estados do Brasil, abrangendo todas as regiões do país junto com as concessionárias, reduzindo o custo com transporte e maximizando o valor de venda. Em 31 de dezembro de 2018, nosso negócio de Seminovos contava com uma estrutura de 11 lojas denominadas "VAMOS Seminovos", que proporciona otimização do giro da frota, volume e valor depreciável mais baixo para rentabilizar ainda mais nossos resultados. Nos beneficiamos de um mercado de seminovos resiliente e de grande proporção. Segundo dados da ANFAVEA, a venda média de caminhões novos (0km) nos últimos 8 anos foi de 107 mil caminhões e a venda de caminhões seminovos (mercado secundário) representou mais de 3 vezes o volume da venda de novos, com uma média anual de 341 mil caminhões vendidos.

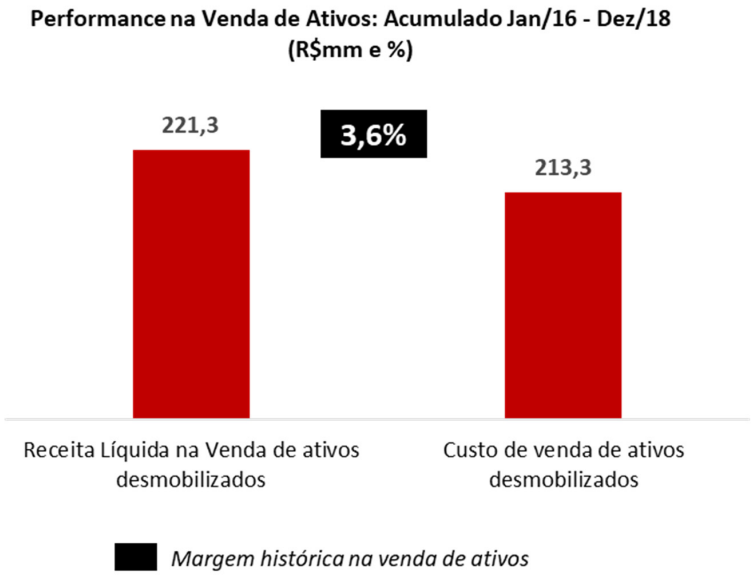
[5] Tais como carretas, cavalos mecânicos, ônibus e utilitários.
[6] Fonte: https://www.acav.com.br/concessionarias/

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Em 2018, vendemos 1.755 caminhões seminovos que representou 0,49% do mercado, o que demonstra a alta capacidade de absorção do nosso produto nesse mercado.



Nos últimos três anos, nossa venda de ativos desmobilizados totalizou R$221,3 milhões, com uma margem de 3,6%, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Isso demonstra a nossa capacidade de venda e assertividade no valor depreciável, levando em conta que possuímos uma plataforma com uma base instalada de lojas para comprar e vender caminhões seminovos, pronta para sustentar o nosso crescimento.



7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Nossa Estratégia

Acreditamos que a implementação das nossas principais estratégias comerciais e financeiras nos proporcionará melhorias no desenvolvimento das nossas atividades, de forma a maximizar a lucratividade dos nossos acionistas e propiciando vantagens sobre os nossos concorrentes. Nossa estratégia contempla os temas descritos a seguir:

Manutenção da expansão orgânica com foco em rentabilidade e excelência no atendimento aos clientes

Vamos dar continuidade ao nosso modelo de negócios baseado em eficiência e qualidade no atendimento ao cliente, além de manter nosso crescimento, consolidando e aumentando nossa participação de mercado por meio das seguintes iniciativas:

- ampliar o portfólio de clientes, continuando a expandir a atuação em setores e segmentos de mercado e oferecendo nossos serviços a clientes, tendo em vista que o mercado de locação de caminhões e máquinas ainda é incipiente no Brasil e é caracterizado pela baixa concorrência de empresas relevantes, bem como possui carência de oferta de serviços personalizados e com foco no cliente;
- aproveitar a tendência crescente de clientes buscando a redução de imobilização de ativos, para se beneficiar, dentre outros, de um serviço que lhes permita conferir maior foco às suas atividades principais e obter redução de custos e na alocação de capital; e
- aproveitar eventuais oportunidades de crescimento por meio de aquisições estratégicas.

Potencialização de sinergias (cross selling) entre nossos segmentos de negócios

Nossa plataforma é composta por negócios sinérgicos que se complementam e potencializam as oportunidades de oferta (*cross selling*), otimizando nossa estrutura corporativa em razão da utilização da mesma base administrativa para os nossos segmentos de negócios fortalecendo a nossa marca, que é utilizada de forma única e integrada. Nossa equipe comercial atua na captação e relacionamento de clientes de locação tanto de caminhões como de máquinas e equipamentos, potencializando o resultado de cada abordagem comercial. Pretendemos potencializar a exploração comercial dessas oportunidades de *cross selling* por meio de uma equipe capaz de oferecer a nossos clientes soluções integradas, com maior valor agregado em um mercado em expansão. Além disso, pretendemos utilizar a base de informações de cada um dos nossos segmentos de negócios de forma a identificar as necessidades de nossos clientes e lhes propor diversas soluções de locação e de serviços, aumentando, assim, nossas vendas e rentabilidade.

Eficiência operacional e disciplina financeira

Desenvolvemos o nosso modelo de negócio baseado no nosso pilar de rentabilidade. Pretendemos expandir nossas operações com eficiência operacional através de ganhos de escala e aumento da geração de caixa com disciplina financeira, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas.

Estamos estruturados operacionalmente para continuar gerando rentabilidade e melhorando nossa eficiência operacional e financeira, com a implementação de equipes 100% dedicadas ao monitoramento do mercado e à análise de capacidades operacionais internas. Com isso, podemos embasar tomadas de decisões estratégicas e executar adequações rapidamente, bem como reagir com agilidade a oportunidades atrativas de negócios que eventualmente surjam nos mercados nos quais atuamos ou nos quais temos interesses em atuar. Temos a intenção de continuar adotando nossa rígida disciplina de capital, reforçando e introduzindo práticas que busquem melhorar a nossa eficiência operacional, de forma que possamos continuar crescendo com rentabilidade e eficiência, maximizando o retorno sobre o capital investido aos nossos acionistas e sem prejudicar a nossa solidez financeira. Pretendemos preservar e ampliar a nossa consistente geração de caixa operacional.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia junto com suas controladas exerce suas atividades por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

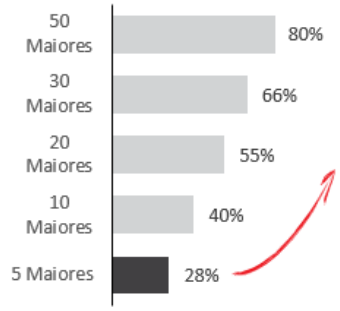
i. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos compreende a terceirização de frota por meio da locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas. O modelo de negócios da Companhia está baseado em contratos de locação de longo prazo customizados, com ou sem serviços de manutenção, assegurando a disponibilidade da frota locada para seus clientes. A Companhia atua em diversos setores da economia, principalmente agronegócio, energia, logística e alimentos, com uma carteira diversificada de clientes e ativos locados.

Em dezembro de 2018, a Companhia possuía R$1.787 milhões de receita futura contratada *(backlog)*, decorrente de 331 contratos de longo prazo existentes com seus clientes, frente a R$1.430 milhão *(backlog)* em dezembro de 2017, representando um aumento relativo de 25%, os quais estão distribuídos em diversos setores da economia. Em 31 de dezembro de 2018, a receita contratada de locação da Companhia possuía baixa concentração por cliente, conforme indicado abaixo:

Concentração de contratos

(% da receita contratada)



Contrato	Receita contratada (R$ mm)	%	Rating do cliente
Contrato 1	185	10%	A+ (bra)
Contrato 2	96	5%	AAA(bra)
Contrato 3	94	5%	AAA(bra)
Contrato 4	74	4%	AAA(bra)
Contrato 5	59	3%	AAA(bra)
Outros (326 contratos)	1.278	72%	-
TOTAL (R$ mm)	**1.787**	**100%**	-

ii. Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos

O segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos compreende a comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, novos e seminovos, bem como peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura. A Companhia atua com uma rede de concessionárias da marca VW/MAN, para caminhões e ônibus, e da marca Valtra para máquinas agrícolas.

As lojas da Companhia vendem caminhões novos e seminovos, além de peças, acessórios e prestação de serviços de manutenção. A Companhia possui 40 lojas, sendo 11 lojas próprias de seminovos e 29 concessionárias com abrangência em todo território nacional. As lojas da Companhia, sob a marca Valtra, vendem máquinas agrícolas. A Companhia acredita ser a terceira maior rede de concessionárias de máquinas agrícolas Valtra do país, em termos de número de lojas. Adicionalmente, a Companhia comercializa caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos seminovos, com o melhor preço do mercado e alto padrão de qualidade.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A receita proveniente dos diferentes segmentos operacionais da Companhia encontra-se evidenciada na tabela abaixo:

Receita por segmento								
	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	624.020	63,5%	444.525	65,9%	417.913	66,4%	40,4%	6,4%
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	391.327	39,8%	231.211	34,3%	211.067	33,6%	69,3%	9,5%
Eliminações	(32.057)	-3,3%	(980)	-0,1%	-	0,0%	3171,1%	-
Receita Líquida	**983.290**	**100,0%**	**674.756**	**100,0%**	**628.980**	**100,0%**	**45,7%**	**7,3%**

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	31 de dezembro de 2018			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Combinado Carve-out
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	14.274	219.439	-	233.713

	31 de dezembro de 2017			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Combinado Carve-out
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	(2.902)	183.852		180.950

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

	31 de dezembro de 2016			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Combinado Carve-out
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	(15.294)	171.330		156.036

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do Processo de Produção

Locação de Veículos Pesados

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos está estruturado de forma a permitir o controle da Companhia durante todo o ciclo do negócio, sendo segmentado nas seguintes fases:

1) *Prospecção de clientes:* a Companhia conta com uma equipe comercial treinada para mapear oportunidades de negócio em todos os segmentos da economia, de forma a identificar potenciais novos clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Em dezembro de 2018, 47% da receita da Companhia contratada estava vinculada ao setor do agronegócio, 26% ao setor de energia, 8% ao setor de transporte, 5% ao setor alimentício e o restante, 14%, a outros setores. Ou seja, nossa carteira de clientes é pulverizada, sem dependência, e com um enorme, ainda não explorado, mercado a ser conquistado. A prospecção de clientes engloba tanto os clientes que já possuem frota locada, quanto clientes com frota própria. Além do serviço de locação, a Companhia oferece o serviço de manutenção (preventiva e corretiva) dos caminhões locados e garante a disponibilidade da frota aos clientes que contratam o serviço de manutenção. Isso apresenta um grande diferencial na proposta de valor oferecida ao cliente dado que ele não possui tal expertise. E, para tanto, a Companhia aproveita da experiência adquirida com o Grupo JSL, seu acionista controlador, que, nos mais de 60 anos de história no setor de logística no Brasil, estabeleceu fortes relacionamentos que garantem melhores termos junto aos fornecedores, tanto em relação ao preço quanto à agilidade de serviço. Como resultado disso, nossos cinco principais clientes são todos "investment grade" em escala nacional.

2) *Assinatura do contrato de locação*: A partir do contato inicial, a equipe comercial da Companhia encaminha os dados do potencial cliente para a área de crédito, a qual elabora uma análise da situação econômica financeira do mesmo para a aprovação de seu crédito. Além disso, a equipe de engenharia de projeto desenvolve um estudo detalhado que considera as necessidades de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

cada cliente. Por fim, uma proposta comercial é elaborada e, após aprovada internamente, é apresentada ao cliente. A Companhia utiliza uma minuta padrão de contrato para a formalização dos serviços, principalmente no que se refere às cláusulas de reajustes de preços conforme os índices inflacionários e de previsão de multa de 50% do valor remanescente do contrato no caso de rescisão pelo cliente. Geralmente, os contratos da Companhia preveem pagamento mensal e possuem prazo médio de 5 anos. Em dezembro de 2018, a Companhia contava com um total de 331 contratos firmados com os seus clientes.

3) *Caminhões, máquinas e equipamentossão encomendados às montadoras*: A Companhia adquire os caminhões, máquinas e equipamentos somente após a assinatura dos contratos de locação, de forma a mitigar o risco na relação investimento/retorno. A Companhia possui um time especializado na aquisição de tais ativos que atua com todos os principais fornecedores do mercado, conforme gráficos abaixo, e com os quais possui relacionamento há mais de 30 anos, possuindo participação representativa nas vendas de cada um deles. Por isso, a Companhia acredita ter acesso a condições diferenciadas na negociação com esses fornecedores tanto em termos de preço, bem como prazo de entrega. Em 31 de dezembro de 2018, a frota de ativos pesados da Companhia era composta por 10.862 ativos, conforme indicado abaixo:

Fonte: Fenabrave (caminhões), Anfavea (máquinas e equipamentos)

Composição da Frota (#)	2016	2017	2018
Caminhões e outros(1)	5.623	6.970	8.755
Máquinas e equipamentos agrícolas	881	2.147	2.107
Total	**6.504**	**9.117**	**10.862**
(1) Inclui cavalo/carreta/ônibus/utilitários			

Fonte: Companhia

4) *Caminhões, máquinas e equipamentos são entregues ao cliente*: Além do longo relacionamento que a Companhia tem com as principais montadoras, a sinergia com o Grupo JSL, (o maior comprador de caminhões no Brasil), traz agilidade e flexibilidade na compra desses ativos. Isto permite à Companhia reduzir sensivelmente o prazo de entrega e sua exposição ao risco de fornecimento em períodos de alta demanda. No caso dos contratos com clientes que também contratam o serviço de manutenção dos veículos, a Companhia desenvolve um plano que contempla: o tipo de ativo, a intensidade no uso do ativo, a localização geográfica prevista no contrato, entre outros. Assim, a Companhia opta entre o modelo que oferece o suporte de oficinas locais próximas às operações de seus clientes e/ou por manter um centro de manutenção próprio localizado no cliente.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

5) *Veículos retornam para a Vamos e são disponibilizados à venda*: Ao final dos contratos de locação, ou mediante renovação, efetuamos a venda dos caminhões, máquinas e equipamentos. Para tal, a Companhia conta com 40 lojas, sendo 11 lojas próprias de seminovos e 29 concessionárias (15 concessionárias Valtra, de máquinas agrícola e 14 concessionárias Volkswagen/MAN, de caminhões e ônibus). Essa revenda é a última etapa ciclo do negócio, sendo fundamental para garantir o retorno financeiro esperado pela Companhia nesse segmento. Para garantir a qualidade do ativo na revenda, a Companhia realiza uma vistoria nos ativos que retornam de clientes e, em especial para os contratos sem a contratação do serviço de manutenção corretiva e preventiva. Para isso, a Companhia exige através de cláusulas contratuais que os ativos estejam em boas condições ao retornarem à Companhia no final do contrato. A Companhia vende 100% de sua frota em sua rede de lojas, espalhadas por 10 estados brasileiros, que impulsionam o giro de seus ativos. Além disso, a Companhia conta com a sinergia com o Grupo JSL para identificar contatos dos potenciais compradores dos seus ativos seminovos.

Concessionárias de Veículos e Lojas de Seminovos

O segmento de concessionárias e lojas de seminovos consolida os 40 pontos de vendas, sendo 11 lojas próprias de seminovos e 29 concessionárias. Dentre as 29 concessionárias, a Companhia possui 15 lojas concessionárias da marca Valtra, de máquinas agrícolas, e 14 lojas da marca Volkswagen/MAN, de caminhões e ônibus. A Companhia acredita ter atualmente uma das maiores redes de concessionárias de caminhões e ônibus Volkswagen/MAN do país, em termos de quantidade de pontos de venda, de acordo com dados públicos disponibilizados pela montadora. A Volkswagen/MAN, do Grupo MAN, é uma das maiores montadoras de veículos pesados da América do Sul, com capacidade de produção de 80 mil veículos por ano a partir de sua fábrica em Resende (RJ). Segundo dados da ANFAVEA, em 2018, a Companhia registrou o licenciamento de 20.242 caminhões.

Adicionalmente, a Companhia acredita ser a terceira maior rede de concessionárias de máquinas agrícolas Valtra do país. A Valtra, empresa do grupo AGCO, é hoje uma das maiores fabricantes e também exportadoras de máquinas agrícolas do Brasil, com uma de suas duas plantas de produção localizada em Mogi das Cruzes (SP), e uma rede de distribuição de aproximadamente 150 pontos de venda.

As concessionárias vendem caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos, além de peças e acessórios. Desempenham, portanto, um papel fundamental para o negócio de locação da Companhia, com a venda do veículo no mercado secundário ao término do contrato. Além disso, elas são fundamentais no fortalecimento do relacionamento da Companhia com as montadoras.

(b) Características do processo de distribuição

Locação de Veículos Pesados

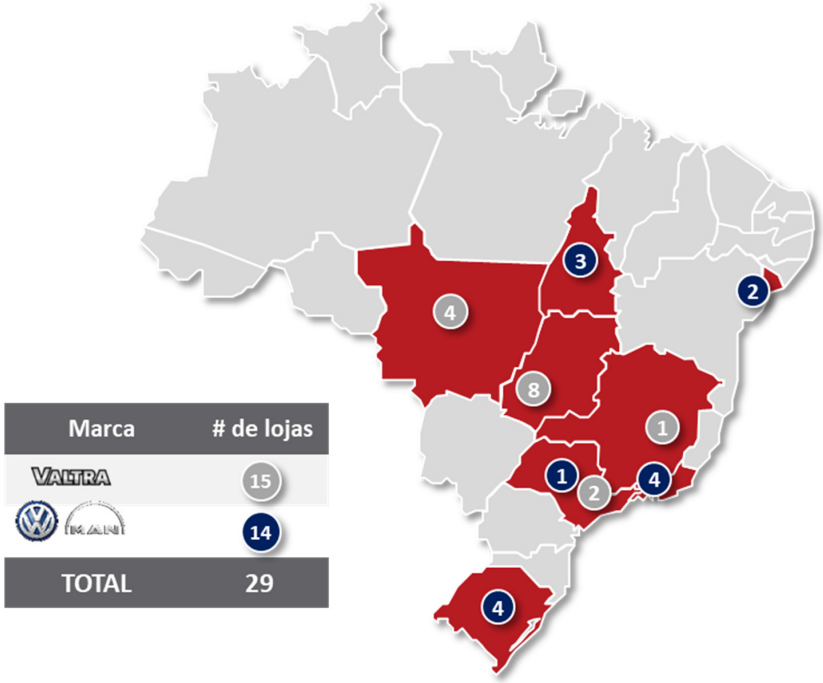
A Companhia possui um time comercial alocado por diversas regiões do Brasil com o objetivo de prospectar clientes para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos em todo o território nacional. As 11 lojas próprias da Companhia, destinadas à venda de veículos seminovos que retornam no final e renovação dos contratos de locação, estão distribuídas conforme abaixo. Considerando as maiores empresas de locação de caminhões e/ou máquinas e equipamentos do Brasil, a Companhia acredita ser a única empresa que possui uma rede de lojas de seminovos com alcance aos principais mercados nacionais, posicionada de forma estratégica e complementar ao seu negócio de locação.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Fonte: Companhia

Concessionárias de Veículos

As 29 lojas de caminhões e equipamentos agrícolas estão presentes em 10 estados brasileiros. As 14 concessionárias Volkswagen/MAN, focadas na venda de caminhões e ônibus, estão distribuídas entre os estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Tocantins e Sergipe. Já as 15 concessionárias da Valtra, focadas na venda de equipamentos agrícolas, estão distribuídas entre os estados Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.



Fonte: Companhia

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(c) Características dos mercados de atuação

(i) Participação em cada um dos mercados

Locação de Veículos Pesados

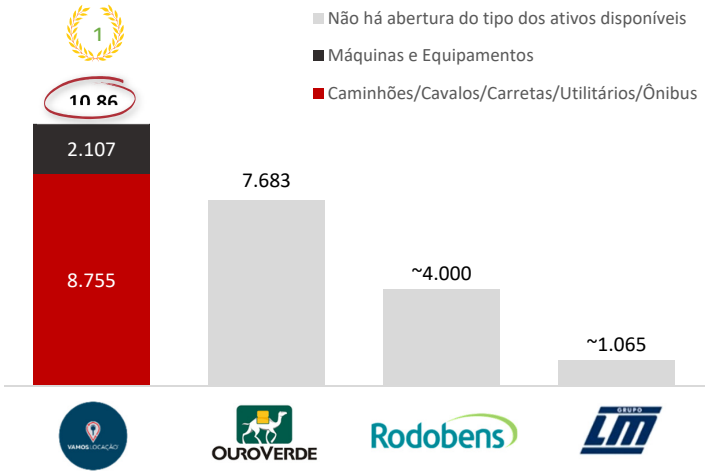
O Brasil é dependente do transporte de cargas de caminhões, já que representa mais da metade de tudo que circula no país, especialmente todos os itens indispensáveis para o consumidor, como alimentos e combustível. O sistema ferroviário não é desenvolvido o suficiente para atingir todos as regiões do Brasil e não supre a demanda pelo transporte via rodovias. De acordo com os dados públicos do Relatório Anual da Fenabrave (Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores), em 2018, a frota total brasileira de caminhões e ônibus era composta por 3,9 milhões de caminhões e ônibus, sendo 3,2 milhões de caminhões e 0,6 milhão de ônibus. A idade média dos caminhões era de 18,9 anos em 2017. A elevada idade média, comparada a idade média dos veículos pesados em países desenvolvidos, como França, Holanda, Alemanha e Áustria com média de 8,0 anos, sinaliza a necessidade de renovação da frota brasileira no curto prazo. Esse fato é positivo para o mercado de locação uma vez que as empresas deverão optar entre renovar sua frota via aquisição de caminhões/equipamentos novos ou alugá-la em uma conjuntura econômica brasileira pouco favorável ao investimento, principalmente em se tratando de ativos *non-core* para a empresa.

O mercado nacional de locação de caminhões, máquinas e equipamentos pesados encontra-se em um estágio incipiente. Somos uma das maiores empresas nesse mercado e, junto com os três principais players, representamos menos de 0,6% da frota total em circulação do Brasil e, portanto, enxergamos um grande potencial de crescimento nesse mercado.

Segundo a ABLA (Associação Brasileira de Locadoras de Automóveis), em 2017 existia aproximadamente 13,2 mil caminhões vinculados ao setor privado alugados no país, representando uma penetração de 0,8% em relação aos aproximadamente 1,6 milhão de veículos vinculados a empresas.

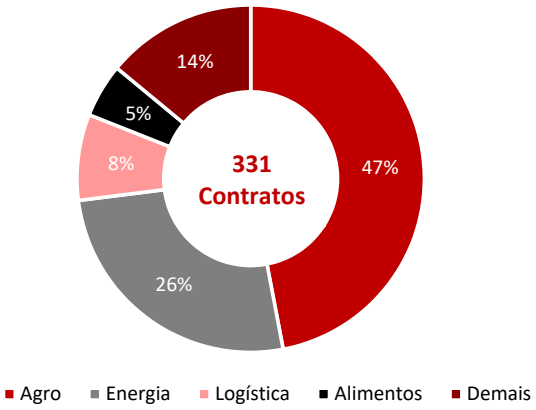
Nesse mercado extremamente fragmentado, dos quais apenas 0,6% da frota de caminhões do Brasil pertencem aos quatro maios players de mercado, somos a maior empresa em número de ativos com significativa vantagem em relação a Ouro Verde, Rodobens e LM:

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Companhia e relatórios públicos das empresas

A Companhia atua ainda em diversos setores da economia com uma carteira de contratos bem (em % da receita contratada):

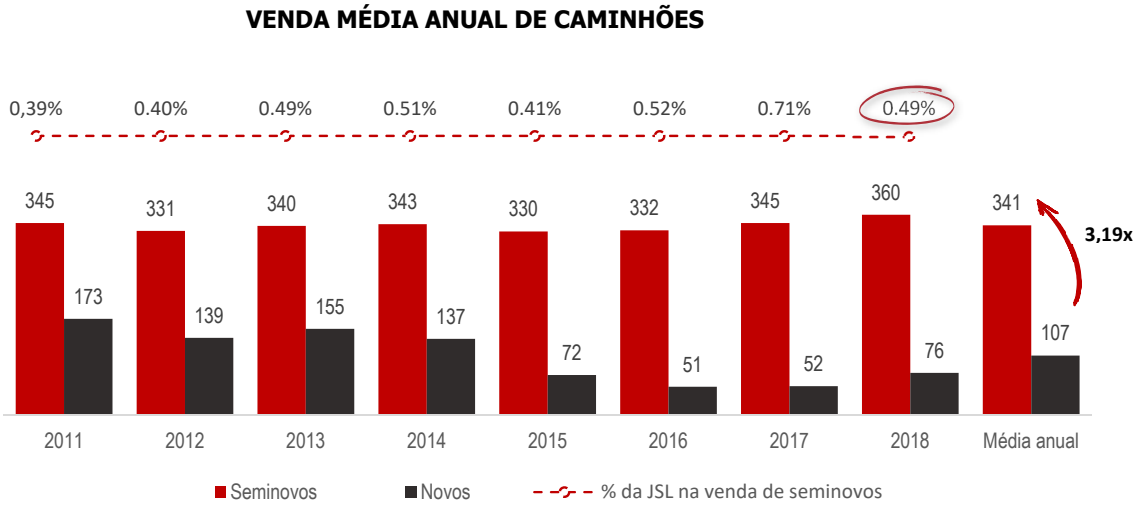


Fonte: Companhia

Concessionárias de Veículos

De acordo com dados da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores), a venda média anual de caminhões novos nos últimos 8 anos foi de 107 mil caminhões. A venda média de caminhões seminovos, por outro lado, apresenta maior resiliência e representa mais de 3 vezes o volume da venda de novos, com uma média anual de 341 mil caminhões nos últimos 8 anos. A Companhia representa, em 2018, apenas 0,5% das vendas totais de seminovos no país, o que demonstra a alta capacidade de absorção da sua frota no mercado secundário, que ainda é impulsionada pela rede de lojas próprias, atualmente com 11 unidades, distribuídas nacionalmente.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Anfavea

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

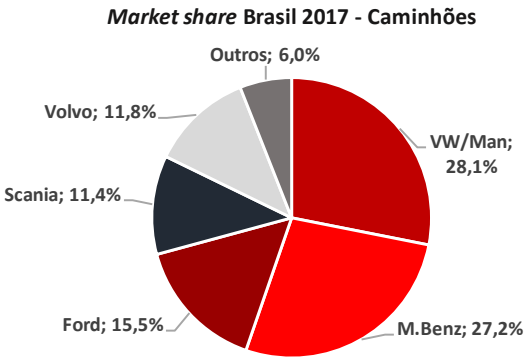
Condições de competição nos mercados

Locação de veículos pesados

O mercado brasileiro de locação de caminhões, máquinas e equipamentos encontra-se em um estágio embrionário, com poucas empresas participantes e uma baixa penetração no mercado de veículos pesados, o que gera espaço de crescimento para todos os competidores. Além disso, há diferenças significativas entre as atuais empresas do mercado no que se refere ao tipo de ativo oferecido, nível/qualidade de serviço oferecido, marca dos ativos oferecidos, entre outros. As principais empresas de locação de veículos pesados em 2018, além da Vamos, são: a Ouro Verde, Rodobens e a LM.

Concessionárias de Veículos

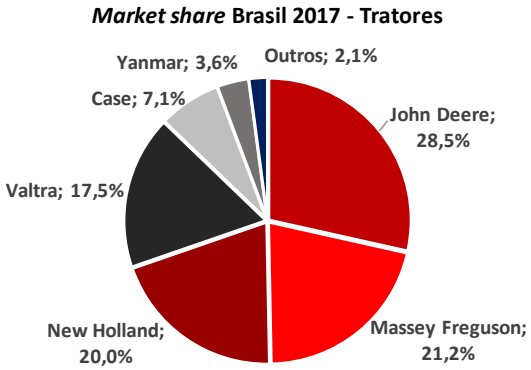
O mercado de caminhões e ônibus está entre os mais competitivos no cenário mundial, com *players* globais com alta capacidade comercial. A marca Volkswagen/MAN é a líder do mercado nacional de caminhões, com um total de 28% de *market share* em 2017, conforme gráfico abaixo. Nós nos destacamos por termos a maior rede de concessionárias da marca Volkswagen/MAN no Brasil, atuando em 5 estados, sendo 14 unidades com estrutura focada no atendimento de vendas e pós-vendas.



Fonte: Fenabrave

Já o mercado de máquinas agrícolas no Brasil ainda está em expansão. A marca Valtra foi a primeira fábrica de tratores a se instalar na América do Sul em19 60. A marca possui uma linha completa de tratores, colheitadeiras, pulverizadores e plantadeiras; com atuação concentrada nos mercados sucroalcooleiro, grãos, cafeicultura e citricultura. Em 2017, a Valtra registrou um *market share* de 17,5% no segmento de equipamentos agrícolas, que é um segmento fragmentado entre os principais *players*: *John Deere*, *Massey Ferguson*, *New Holland* e *Case*. As 15 concessionárias da Companhia da marca Valtra representaram, em 2018, 12% do total das vendas de tratores da marca na região em que atua (Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais



Fonte: Anfavea

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

Não é prática no mercado em que a Companhia atua a concessão de benefícios fiscais e subsídios, de modo que não usufrui de nenhum benefício fiscal.

Situações de monopólio ou oligopólio

O mercado de atuação da Companhia não é caracterizado pela presença de monopólio ou oligopólio.

Custo de matéria prima e outras despesas

Nos contratos de locação da Companhia em que ela oferece o serviço de manutenção da frota, preventiva e corretiva, utilizamos insumos adicionais, tais como, peças de reposição, lubrificantes, pneus, entre outros. Embora esses insumos não costumem apresentar variações bruscas em seus preços, a Companhia procura mitigar o risco relativo à volatilidade dos preços dos seus insumos por meio da inclusão de cláusulas de reajuste anual, com base na inflação do período, nos contratos celebrados com seus clientes.

Dependência de tecnologia

O modelo de negócios da Companhia não é dependente de tecnologia.

Utilização de concessões e franquias

A Companhia não utiliza concessões e franquias.

(d) Eventual sazonalidade

Os segmentos de atuação da Companhia não apresentam sazonalidade significativa.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia possui uma base pulverizada de fornecedores não havendo concentração em um único fornecedor. Além de ser reflexo da diversificação geográfica, é parte da estratégia da Companhia possuir uma base diversificada de fornecedores.

Os fornecedores principais da Companhia são os fabricantes de caminhões, máquinas e equipamentos, tais como a Volkswagen/Man, Mercedes, Scania, John Deere, Valtra, entre outros, das quais são adquiridos os ativos para a prestação do serviço de locação aos clientes da Companhia. Cada compra é negociada individualmente, e fatores como preço, condições de pagamento, características do ativo e perfil do caminhão ou máquina no momento da venda são considerados, além do significativo volume de compra, que favorecem a negociação com as montadoras. Os fornecedores da Companhia estão sujeitos à legislação aplicável, bem como à fiscalização de órgãos reguladores.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores e volatilidade em seus preços

A Companhia não depende de forma relevante de nenhum de seus fornecedores para a realização de suas atividades, uma vez que possui uma base pulverizada, mas entende que está relativamente suscetível a variações significativas nos preços, assim como todo o mercado. A quantidade relevante de ativos adquiridos pela Companhia comparada com a capacidade instalada de seus fornecedores, mitiga essa possível suscetibilidade a volatilidade dos preços dos veículos.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga ("RNTR-C")

A regulamentação infralegal referente ao RNTR-C está contida na Resolução da ANTT nº 4.799 de 27 de julho de 2015, que pormenoriza os procedimentos e a documentação correlata necessária para a obtenção do RTNR-C, bem como prevê as penalidades aplicáveis ao transportador em relação ao RNTR-C. As multas atualmente previstas possuem valores baixos – até R$10.500,00 – podendo a ANTT, contudo, aumentar o valor das referidas multas por meio de nova Resolução. A aplicação das penalidades estabelecidas nesta Resolução não exclui outras previstas no Código de Trânsito Brasileiro, nem exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

A Companhia está devidamente registrada no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTR-C) na categoria de Empresa de Transporte de Cargas ("ETC"). Este certificado tem prazo previsto de 5 anos, de forma que seu vencimento se dará em 04 de agosto de 2021. Similarmente, a empresa Borgato Máquinas S.A. está devidamente registrada no RNTR-C na categoria de ETC, sendo este certificado válido até 02 de fevereiro de 2021.

A Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas – ETC é a pessoa jurídica constituída que tenha no transporte de cargas a sua atividade principal, de acordo com definição da Lei Federal nº 11.442 de 5 de janeiro de 2007 ("Lei nº 11.442/2007"). A Lei nº 11.442/2007 categoriza o transportador de cargas conforme a sua natureza jurídica, diferenciando a figura da ETC da categoria do Transportador Autônomo de Cargas ("TAC"), que é a pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas sua atividade profissional. A ETC deve ter sede no Brasil, comprovar ser proprietária ou arrendatária de pelo menos um veículo automotor de carga registrado no País, indicar um responsável técnico, o qual deverá possuir ao menos três anos de atividade ou ter sido aprovado em curso específico, e demonstrar capacidade financeira para o exercício da atividade e idoneidade de seus sócios e de seu responsável técnico (art. 2º, §2º).

Polícia Rodoviária Federal

Com suas atribuições definidas na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 ("Lei nº 9.503/1997") e no Decreto n° 1.655, de 3 de outubro de 1995, conforme a previsão constitucional que lhe incumbe zelar pela segurança pública, a Polícia Rodoviária Federal exerce a função ostensiva e repreensiva com o objetivo de assegurar o cumprimento da legislação de trânsito (e demais normas pertinentes) no que é concernente ao trânsito nas rodovias federais. A aplicação de multas por infrações no trânsito e o poder de autoridade de polícia de trânsito estão entre as principais atribuições da Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça.

Os artigos 162 e seguintes da Lei nº 9.503/1997 preveem uma série de condutas sujeitas a imposição de penalidades e medidas administrativas, sendo enquadradas como infrações de trânsito quaisquer inobservâncias desta Lei, da legislação complementar ou das resoluções do CONTRAN.

Lei Ferrari

A distribuição de veículos no Brasil é regulamentada pela Lei n. 6.729/79 ("Lei Ferrari"), que prevê os campos de atuação, direitos e obrigações da montadora/concedente e concessionária, assim como os requisitos mínimos do contrato de concessão.

Constitui objeto de concessão **(i)** a comercialização de veículos automotores, implementos e componentes fabricados ou fornecidos pelo produtor; **(ii)** a prestação de assistência técnica a esses produtos, inclusive quanto ao seu atendimento ou revisão; e **(iii)** o uso gratuito de marca da montadora/concedente, como identificação.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A Lei Ferrari prevê que o contrato de concessão deve obedecer à forma escrita padronizada para cada marca e especificar produtos, área demarcada, bem como as condições relativas a requisitos financeiros, organização administrativa e contábil, capacidade técnica, instalações, equipamentos e mão-de-obra especializada da Concessionária. O prazo de vigência do contrato de concessão deve ser por prazo indeterminado, sendo permitido ajustá-lo inicialmente pelo prazo de 5 anos (artigos 20 e 21 da Lei Ferrari).

Por ser contratação específica, o contrato de concessão deve obrigatoriamente prever **(i)** delimitação da área geográfica para comercialização de veículos de uma marca específica por cada concessionária; **(ii)** que, além da venda de veículos novos, também cabe à concessionária a prestação de serviços de assistência técnica, garantia, revisão e venda de peças de reposição; **(iii)** o uso gratuito de marca da montadora/concedente pela concessionária, como identificação; **(iv)** a fidelidade e exclusividade recíprocas concernentes aos produtos e à marca; **(v)** quota anual de veículos e peças que deverão ser revendidos pela concessionária; e **(vi)** a liberdade para fixação de preço pela concessionária para a revenda de bens e serviços ao mercado, competindo à montadora/concedente apenas sugerir o mesmo preço para toda a rede, em tratamento isonômico (artigos 3º, 5º, 7º e 13 da Lei Ferrari).

A Lei Ferrari exige que determinados assuntos sejam previstos por meio de convenção parcial de marca a ser celebrada com as categorias econômicas de produtores e distribuidores de veículos automotores.

A concessionária tem como obrigação legal o resguardo da integridade da marca e dos interesses coletivos da montadora/concedente e da rede de distribuição, atendo-se ao cumprimento das obrigações estabelecidas no contrato, sendo vedado que a montadora/concedente vincule a concessionária a condições de subordinação econômica, jurídica ou administrativa e interfira na gestão de seus negócios (artigo 16 da Lei Ferrari).

Por fim, caso o contrato de concessão não seja renovado e/ou se a montadora der causa à sua rescisão, a Lei Ferrari estipula a indenização mínima a ser paga à concessionária, nos termos dos artigos 23 e 24.

No caso de o concessionário descumprir, no curso do negócio, o contrato de concessão, a rescisão do contato não pode ocorrer de forma abrupta, devendo ser precedida de aplicação de penalidades gradativas e tentativas de saneamento. A Lei Ferrari não prevê quais seriam as penalidades gradativas, mas a convenção das categorias econômicas prevê a possibilidade de aplicação de advertências e multas nessa hipótese.

A prova de justo motivo na rescisão do contrato de concessão é essencial para afastar alegações de abusividade da montadora e evitar pleitos indenizatórios milionários, haja vista que esse tipo de negócio costuma envolver grandes investimentos.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

As operações da Companhia estão sujeitas a uma extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente, as quais incluem, entre outros aspectos, normas relacionadas ao licenciamento ambiental para transporte de produtos perigosos, às emissões atmosféricas provenientes dos veículos e demais equipamentos, à captação de recursos hídricos, ao lançamento de efluentes, ao gerenciamento de resíduos sólidos, entre outras.

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância das regras nela estabelecidas. Tais sanções podem incluir, entre outras, o pagamento de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das atividades.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Além disso, a legislação ambiental também contempla a imposição de sanções penais contra pessoas físicas e jurídicas que incorrerem na prática de crimes contra o meio ambiente, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público.

Na esfera civil, a legislação ambiental adota o regime da responsabilidade objetiva, ou seja, o poluidor será responsável pela reparação ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independentemente da existência de culpa. Além disso, a responsabilidade civil por danos ao meio ambiente poderá alcançar tanto o poluidor direto como o poluidor indireto, de modo que os danos ambientais causados por terceiros que a Companhia venha a contratar poderão dar ensejo à sua obrigação de repará-los. Adicionalmente, a legislação ambiental prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica, relativamente ao controlador, sempre que esta for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao meio ambiente.

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia ainda não aderiu a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais.

No entanto, a fim de identificar os principais impactos diretos e indiretos, as iniciativas da Companhia englobam o controle do uso de materiais, como água, energia, e quilometragem rodada, e o envolvimento dos colaboradores nas ações de conscientização sobre o uso eficiente dos materiais. Em 31 de dezembro de 2018, os custos incorridos pela Companhia para o cumprimento das práticas ambientais foram de R$ 124.523,67.

(i) Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) civil; (ii) administrativa; e, (iii) criminal. São esferas de responsabilidade diversas e independentes porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, bem como a obrigação de reparar o dano causado. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente da responsabilidade nas demais.

A responsabilidade civil ambiental é objetiva, ou seja, independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade de uma companhia para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

O poluidor, independentemente da existência de culpa, deverá indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por suas atividades. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Por ser a responsabilidade civil ambiental objetiva e solidária, a contratação de terceiros para prestar qualquer serviço nas unidades da Companhia, como, por exemplo, o transporte e destinação final de resíduos, não isentam a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados caso os terceiros contratados não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera penal, a Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) sujeita aos seus efeitos qualquer pessoa, física ou jurídica, que concorrer para a prática de certas condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, sendo necessária a comprovação de dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia).

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica, por sua vez, podem ser (i) suspensão parcial ou total da atividade, (ii) interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e (iii) proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações. No que se refere à responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

ambiental.

A responsabilidade administrativa decorre de uma ação ou omissão do agente que importe na violação de qualquer norma de preservação, proteção ou regulamentação do meio ambiente e, tal como a responsabilidade penal, depende da verificação de culpa ou dolo para sua caracterização, nos termos da recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

As sanções a serem impostas contra eventual infração administrativa podem incluir advertência, multas de até R$ 50,0 milhões que podem ser duplicadas ou triplicadas em caso de reincidência, inutilização do produto, suspensão de venda e fabricação do produto, embargo de obra ou atividade, demolição de obra, suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

(ii) Licenciamento Ambiental

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. Se a renovação for requerida até 120 dias antes do vencimento da licença, considera-se prorrogada a sua validade até a manifestação do órgão ambiental sobre o requerimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças: licença prévia (LP), licença de instalação (LI) e licença de operação (LO).

Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental competente. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas que, no âmbito federal, podem chegar a R$ 10,0 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo, em caso de reincidência) e interdição de atividades.

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a eventual impossibilidade da Companhia de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos.

Para os empreendimentos de impacto ambiental regional e/ou enquadrados nos termos da Lei Complementar 140/2011, a competência para licenciar é atribuída ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Com exceção dos casos em que o licenciamento ambiental está sujeito à competência federal, o órgão estadual é, geralmente, o responsável pelas análises das atividades e emissão de licenças ambientais, bem como pela imposição de condições, restrições e medidas de controle pertinentes. Quando o impacto da atividade for local, ou quando houver delegação expressa do órgão ambiental estadual nesse sentido, a competência para o licenciamento ambiental será do Município.

O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento. É importante, ainda, ressaltar a necessidade de pagamento de compensação ambiental. O montante de recursos a ser destinado para essa finalidade é fixado pelo órgão ambiental competente para licenciar, conforme o grau de impacto ambiental identificado no EIA/RIMA, sendo, na maioria dos casos, aplicado no proporcional de 0,5% (meio por cento) do custo total de implantação do empreendimento.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(iii) Outras Autorizações Ambientais

Além do licenciamento ambiental, a legislação brasileira exige a obtenção de outras autorizações específicas para determinadas atividades, tais como: (i) autorização para supressão de vegetação; (ii) autorização para uso de produtos perigosos; e (iii) estudo de impacto de vizinhança para avaliar o uso da área, qualidade do ar e outros aspectos. A não obtenção de tais autorizações e ausência de elaboração de tais estudos podem sujeitar a Companhia às penalidades de advertência, multa, embargo e interdição de atividade, de acordo com a gravidade da infração, além do dever de reparação dos danos ambientais, se houver.

(iv) Transporte de Produtos Florestais

A legislação vigente exige para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, como, por exemplo, madeira em toras ou carvão vegetal nativo, o Documento de Origem Florestal (DOF), o qual contém informações sobre a procedência e regularidade do material transportado.

Em regra, o DOF possui um prazo de validade de cinco dias, podendo ser emitido com prazo de dez dias para o transporte interestadual. O DOF somente é emitido após o devido preenchimento de informações junto ao website do IBAMA. O transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa sem a observância das normas ambientais aplicáveis caracterizam a prática de crime ambiental e infração administrativa.

(v) **Resíduos Sólidos**

Outro controle importante é o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados pela Companhia. O responsável pela geração de resíduos sólidos é também responsável pela sua segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, podendo ser obrigado a reparar os danos ambientais decorrentes da má gestão dos resíduos.

Portanto, a disposição inadequada de resíduos pode causar danos ao meio ambiente, à vida e saúde da população e consequentemente, ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa (advertência, multa e embargo, por exemplo) e penal, além da responsabilidade pela reparação do dano causado na esfera cível.

Nesse sentido, a contratação de terceiros para consecução de qualquer das fases do gerenciamento de resíduos sólidos, a exemplo da destinação final ambientalmente adequada, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

(vi) Recursos Hídricos

De acordo com a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433/97), a outorga para o uso de recursos hídricos é obrigatória para todas as atividades que utilizam corpos d'água, seja para captação de água, seja para lançamento de efluentes. A outorga de direito de uso de recursos hídricos deverá ser emitida pelo órgão ambiental competente. No Estado de São Paulo, por exemplo, o órgão competente é o Departamento de Águas e Energia Elétrica ("DAEE"), vinculado à Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e Saneamento.

Exceto por derivações, captações, lançamentos e acumulações considerados insignificantes, ou pelo uso para satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais distribuídos no meio rural, todo uso relevante da água que não envolva utilização de rede pública, incluindo derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final e extração de água de aquífero subterrâneo, está sujeito à outorga do direito de uso de recursos hídricos. A falta da outorga caracteriza infração administrativa e pode acarretar a aplicação de multa, no valor de até R$10.000,00, embargo da atividade, dentre outras.

(vii) Áreas Contaminadas

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

De acordo com a legislação ambiental brasileira, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Vale destacar que a responsabilidade civil ambiental relacionada à remediação da contaminação do solo e das águas subterrâneas é objetiva e solidária, além de ser considerada como uma obrigação *propter rem* (ônus que acompanha o imóvel).

Ainda, cabe destacar que a Controladora da Companhia declarou apoio ao PACTO Global relacionados a Direitos Humanos, Direito do Trabalho, Proteção do Meio Ambiente e Combate à Corrupção – em todas as suas formas.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo, da marca registrada, em todo o território nacional por um prazo determinado de dez anos, passível de sucessivas renovações. Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Atualmente, a Companhia não é titular de nenhuma marca ou patente perante o INPI. No entanto, a Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. e a Borgato Máquinas S.A., subsidiárias da Companhia, são titulares de diversas de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio ou de suas subsidiárias e filiais, tais como "VAMOS LOCAÇÃO", "VAMOSSEMINOVOS", "VAMOSCONFIA", "CARTÃO AMIGO CAMINHONEIRO" e "GRUPO VAMOS", bastante relevantes para as atividades da Companhia e das quais a Companhia depende. Além disso, a Companhia, a Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. e a Borgato Máquinas S.A. também são titulares de nomes de domínio relevantes, associados a tais marcas.

Para mais informações sobre os direitos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, registrados ou licenciados em nome da Companhia, de suas subsidiárias ou filiais, vide item 9.1 (b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira em suas atividades.

7.8 - Políticas socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

A Companhia não possui um Relatório Anual de Sustentabilidade ou documento similar para divulgação de suas políticas e práticas socioambientais. Entretanto, a JSL S.A., a controladora da Companhia ("Controladora"), apresenta em seu Relatório Anual as informações consolidadas de todas as empresas do grupo. Tal documento apresenta o modelo de negócio, as políticas e estratégias do grupo econômico, assim como o desempenho social e ambiental, e as práticas de gestão, destacando a influência de cada um dos negócios cobertos no desempenho da Controladora.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Na elaboração de seu relatório anual, a Controladora segue as premissas da versão mais atual (G4) de diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) na opção essencial.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

O relatório anual da Controladora é desenvolvido com o apoio de uma consultoria externa e em linha com os protocolos da GRI, sem, no entanto, ser submetido à avaliação externa.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

O relatório anual da Controladora pode ser acessado em: *http://ri.jsl.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=57729*.

7.9 - Outras informações relevantes

I. Políticas Anticorrupção

A JSL S.A., a controladora da Companhia ("Controladora"), possui uma Política Anticorrupção, a qual abrange um conjunto de Políticas entendidas como essenciais para o efetivo combate à corrupção. Tais políticas, conforme descritas abaixo, são aplicáveis às controladas, coligadas e consorciadas da Controladora, sendo, portanto, aplicáveis à Companhia. São elas:

– Políticas de Interação com o Poder Público;
– Política de Participação em Licitação Pública;
– Política de Doações e Patrocínios; e
– Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade.

Política de Interação om o Poder Público

O objetivo da Política de Interação com o Poder Público, criada pela Controladora em 02 de setembro de 2016, é definir diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados nos exercícios das atividades e sempre que haja interação com membros da Administração Pública em todas as suas esferas (legislativo, judiciário e executivo), a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos.

Ainda, a política visa disseminar a obrigação de observância das diretrizes, proibições e regramentos na atividade dos terceiros, fornecedores, prestadores de serviço, parceiros e consultores de negócios contratados pela Companhia.

A Política de Interação com o Poder Público pauta-se por:

- Ética corporativa e profissional;
- Comprometimento com as diretrizes dispostas no Código de Conduta da Controladora;
- Conhecimento e irrestrito cumprimento das políticas e normas internas;
- Conhecimento e irrestrito cumprimento da legislação nacional e estrangeira aplicável aos negócios;
- Questionar a área aplicável no caso de qualquer dúvida sobre a interação com a administração pública e o agente público; e
- Denunciar qualquer ação contrária à Política e à legislação vigente que envolva colaboradores, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios, da qual tenha tido conhecimento, ainda que se trate de mero indício.

Política de Participação em Licitação Pública

O objetivo da Política de Participação em Licitação Pública, criada pela Controladora em 02 de setembro de 2016, é definir diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando houver atuação em processos de licitação pública, desde a busca por editais até a última etapa de participação da empresa.

A Política de Participação em Licitação Pública apresenta diretrizes relacionadas à (i) forma de obtenção dos editais; (ii) contrato com o pregoeiro e/ou agentes públicos; (iii) contrato com os concorrentes no processo de licitação; (iv) ofícios, intimações e notificações; (v) impugnações e pedidos de esclarecimentos ao edital; (vi) documentos de habilitação; (vii) arquivamento de documentos; (viii) aprovações durante o processo de licitação; (ix) apresentação de cotações de preços praticados e de portfólio de produtos comercializados; (x) procedimento de manifestação de interesse e apresentação de projetos; (xi) denúncias; e (xii) participação por meio de consórcio.

Política de Doações e Patrocínios

O objetivo da Política de Doações e Patrocínios, criada pela Controladora em 02 de setembro de 2016, é definir diretrizes que devem ser observadas pelos colaboradores e por qualquer interessado em

7.9 - Outras informações relevantes

receber doação ou patrocínio das empresas do grupo da Controladora, a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo e a observância da legislação vigente e das premissas estabelecidas pela Controladora.

A Política de Doações e Patrocínios apresenta diretrizes relacionadas à (i) solicitação de doação e patrocínio; (ii) documentos a serem apresentados; (iii) limites para doações e patrocínios; (iv) avaliação e aprovação da doação ou patrocínio; (v) proibições para realizar doações ou patrocínios; (vi) contratos de doação e patrocínio; e (vii) recursos financeiros para o pagamento e doações e patrocínios.

Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade

O objetivo da Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade, criada pela Controladora em 02 de setembro de 2016, é estabelecer diretrizes, orientar e auxiliar os colaboradores em relação ao oferecimento e recebimento de brinde, presente, hospitalidade e entretenimento.

A Política de Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade estabelece que, além de sempre observar as regras determinadas pela Política, antes de oferecer ou aceitar qualquer brinde, refeição, entretenimento e/ou hospitalidade, o colaborador deve fazer a auto avaliação disposta na Política.

II. Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

O Grupo Vamos possui uma política de responsabilidade social formalizada, com o objetivo de estabelecer e manter relacionamentos atenciosos, sensíveis e efetivos com a sociedade, fazendo contribuições positivas para os objetivos locais de desenvolvimento sustentável.

Entre os principais projetos culturais, a Companhia destaca os que se enquadram no Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) da Lei Rouanet, Lei n° 8.313/1991, de fomento à atividade audiovisual, da Lei n° 8.685/1993, de incentivo ao desporto, da Lei n° 11.438/2006, investido em prevenção e o combate ao câncer no Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON), da Lei n° 12.715/2012, e nos Fundos Nacional do Idoso e do Fundo para Infância e Adolescência (FIA), respectivamente das Leis n° 12.213/2010 e n° 8.069/1990, todos no âmbito federal.

No Estado do Rio de Janeiro, o Gruo Vamos se enquadra na lei municipal do Rio de Janeiro incentivo à cultura Lei nº 5.553/13 que garante o abatimento de 100% do valor incentivado, que é estabelecido pela Secretaria Municipal de Cultura até o limite de 20% do Imposto Sobre Serviços (ISS) pago mensalmente pela empresa.

III. Vantagens Competitivas

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

Posição de liderança no mercado de atuação

Somos líder no mercado de locação de caminhões, máquinas e equipamentos[1], com uma frota de 10 ativos locados, sendo 8.755 caminhões e 2.107 máquinas e equipamentos em 31 de dezembro de 2018. Somos, em conjunto com a nossa controladora, o maior comprador e vendedor de caminhões no Brasil[2] e isso nos coloca em posição privilegiada para capturar o aumento da demanda por locação desses ativos, uma vez que a crescente idade média da frota no Brasil cria a necessidade por uma renovação, representando um alto potencial para terceirização das frotas pelas empresas. Nossa Companhia foi organizada a partir de uma reorganização de negócios da JSL S.A., nosso acionista

[1] "JSL compra Borgato e cria maior locadora de máquinas e caminhões do país" – Fonte: https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/jsl-compra-borgato-e-cria-maior-locadora-de-maquinas-e-caminhoes-do-pais.ghtml

[2] "Deixa que eu monto, embalo, entrego..." Fonte: http://epocanegocios.globo.com/Revista/Common/0,,ERT292902-16642,00.html

7.9 - Outras informações relevantes

controlador, companhia líder no setor de logística de transportes no Brasil, operando há mais de 60 anos neste setor, com equipe diferenciada, *expertise* em gestão e manutenção de ativos, diversos canais de captação de clientes, o que nos colocou em posição privilegiada em termos de acesso a fornecedores, clientes e prestadores de serviço, bem como em termos de experiência e conhecimento dos mercados em que atuamos.

Escala de Negócios

Nossa grande recorrência de compras e a grande escala de nossas operações e do grupo do qual fazemos parte nos conferem forte poder de negociação e relacionamento estreito com nossos fornecedores. Por essas razões, somos, em conjunto com a nossa controladora, o maior comprador de caminhões de montadoras brasileiras, tendo adquirido 2.802 veículos em 2018, 1.729 em 2017 e 1.024 em 2016. A escala na aquisição de veículos é uma grande vantagem competitiva uma vez que nos confere melhores condições comerciais na negociação com essas montadoras, favorecendo nossas operações em razão (i) do menor investimento para expansão da frota; e (ii) do menor valor residual dos veículos locados. Nossas aquisições de caminhões representaram cerca de 2,8% das vendas em unidades de caminhões no Brasil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, considerando o total divulgado pela ANFAVEA, o que ilustra nossa relevância na negociação junto ao mercado para renovação de nossa frota operacional. Somos o maior comprador das três principais montadoras do Brasil.

Modelo de negócio com baixo risco de execução no segmento de locação

Nosso modelo de negócios é baseado em contratos de locação de longo prazo para caminhões, máquinas e equipamentos, em que os ativos são fundamentais para o negócio dos clientes. Esse modelo nos permite previsibilidade do fluxo de caixa e da geração de valor dos nossos investimentos. Nossos contratos são padronizados, com média de 5 anos de duração, com correção por índices de inflação anual (IGP-M ou IPCA) e cláusula de rescisão com multa de 50% do valor remanescente do contrato, protegendo a Companhia e assegurando o baixo risco de execução ao nosso modelo de negócios. A nossa ampla rede de lojas para venda dos ativos nos garante um modelo de negócio ainda de menor risco, pela alta capacidade de venda dos ativos ao final dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2018, devido a esse modelo, possuíamos R$1,787 bilhão de receita futura contratada (*backlog*), representando um aumento de 25% frente a R$1,430 bilhão em 31 de dezembro de 2017. Ainda em 31 de dezembro de 2018, possuíamos 83,3% da receita mensal de aluguel vinculada a contratos com duração de 5 anos ou mais.

Além disso, atuamos em diversos setores da economia e temos amplo portfólio de 132 clientes, distribuídos em setores de importância no país. Em 31 de dezembro de 2018, 47% da nossa receita contratada estava vinculada ao setor do agronegócio, 26% ao setor de energia, 8% ao setor de transporte, 5% ao setor alimentício e o restante 14% a outros setores.

Nossos ativos possuem uma vida útil maior que 5 anos, o que muitas vezes viabiliza negociar com os clientes a extensão dos contratos de locação por pelo menos mais 2 anos, com o mesmo ativo, reduzindo os custos do cliente e aumentando nossa rentabilidade.

Controle de todo o ciclo do negócio com apoio da nossa rede de lojas

Temos a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da VW/MAN do Brasil[3] e a concessionária de máquinas e equipamentos agrícolas, com a maior cobertura de território nacional. Além disso, contamos com uma rede de lojas próprias de seminovos. Nossas lojas nos permitem controlar todo o ciclo do negócio, com a venda dos ativos locados nas nossas concessionárias e lojas

[3] Fonte: https://www.acav.com.br/concessionarias/

7.9 - Outras informações relevantes

de seminonvos no término dos contratos de locação.

A nossa rede conta com 40 lojas, sendo 29 concessionárias (15 lojas da Valtra e 14 da VW/MAN) e 11 lojas da Vamos Seminovos, estrategicamente posicionadas, com capilaridade nacional.

O controle da venda dos ativos através da nossa rede de lojas, aliado à nossa experiência nesse mercado, nos permite aumentar a velocidade de vendas dos ativos com o melhor preço, contribuindo para a rentabilidade do nosso investimento. Mesmo com contratos de longo prazo, temos uma plataforma instalada para vender com tranquilidade nossos ativos.

Nossa rede de lojas e concessionárias também é um diferencial importante na prospecção de novos clientes, pois conseguimos oferecer uma solução completa para clientes que possuem frota própria, com a venda da frota do cliente através da nossa rede de lojas.

Excelência no atendimento e qualidade dos serviços

Somos reconhecidos pela excelência e qualidade de nossos serviços, conforme nossos segmentos de negócios, pois oferecemos um atendimento específico de qualidade, ágil e eficiente, customizado por cliente e por tipo de negócio.

Temos um importante *track record* na prestação de serviços em contratos de locação com manutenção e garantia de disponibilidade da frota, sendo este um diferencial reconhecido pelos clientes que contratam o aluguel de caminhões. Buscamos a excelência no atendimento, com profissionais preparados e capacitados para oferecer um atendimento de qualidade e soluções adequadas para nossos clientes. Contamos com uma rede de oficinas com capilaridade nacional e com uma cobertura de assistência 24 horas oferecida aos clientes de veículos locados, estando preparada para o nosso crescimento.

Valorizamos o trabalho de nossos profissionais e acreditamos na importância de investir em seu desenvolvimento e de estimular sua participação ativa na elaboração e apresentação de soluções diferenciadas, que contribuam para a dinâmica da prestação de serviço. Compartilhamos com nossa equipe a cultura de estar a serviço do cliente e sabemos que quanto mais capacitados nossos profissionais, melhor será o atendimento ao cliente. Assim, oferecemos treinamentos de formação específicos para a atividade desempenhada, tais como, atendimento ao cliente, técnicas de vendas e negociações, trabalho em equipe, liderança, motivacional, entre outros, além da integração institucional realizada com nossos colaboradores recém contratados.

Atualmente temos uma infraestrutura sólida, uma vez que contamos com uma rede de concessionárias, bases instaladas dentro de nossos próprios clientes, nossas próprias oficinas e além disso nossa rede credenciada. Nosso eventual acesso ao CAPEX será para auxílio na aquisição de novos ativos, uma vez que já nos consideramos prontos para crescer em escala em termos de infraestrutura.

Crescimento forte, consistente e sustentável, aliado a solidez financeira e rentabilidade

Desde a nossa constituição por nossa controladora, JSL S.A., em setembro de 2015, nossos negócios têm alcançado uma Taxa de Crescimento Anual (*CAGR*) de 25% na receita líquida e de 29% em nosso EBITDA. A receita líquida no exercício social encerrado em 2018 foi de R$983,3 milhões, representando um crescimento de 46% em relação a 2017 (R$674,8 milhões) e 56% em relação a 2016 (R$629,0 milhões). O nosso lucro líquido do exercício totalizou R$116,3 milhões, no exercício social de 2018, representando um crescimento de 26% em relação a 2017 (R$92,6 milhões) e 49% em relação a 2016 (R$77,9 milhões), gerando um retorno sobre o patrimônio líquido em 2018 de 17,2%, em 2017 de 17,9% e de 17,8% em 2016. O EBITDA de nossas atividades no exercício social de 2018 foi de R$452,2 milhões, que representou um crescimento de 48% em 2017 (R$305,1 milhões) e 66% em relação a 2016 (R$272,5 milhões).

7.9 - Outras informações relevantes

Nossas atividades de locação permitem oportunidades de crescimento mesmo em momento de retração econômica, tendo em vista que a locação é uma alternativa atrativa aos elevados investimentos em frota própria. Acreditamos que nosso modelo de negócios privilegia um crescimento sólido de nossas receitas em razão de nosso pioneirismo em aproveitar oportunidades de mercado não atendidas, como por exemplo a oferta de locação com serviços de manutenção e garantia de disponibilidade da frota. Adotamos uma rígida disciplina financeira, mantendo o indicador de alavancagem através do índice de dívida líquida /EBITDA, o qual se manteve em média 2,0x ao longo dos últimos três anos, sendo 1,9x em 2018, 2,2x em 2017 e 2,0x em 2016.

8.1 - Negócios extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Desde a constituição da Companhia, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 8.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Máquinas e Veículos	Brasil			Própria
ASR SE 95, Alameda 03, QI. M, Lotes 01 e 02 A (Concessionária VW MAN)	Brasil	TO	Palmas	Própria
Terreno em loteamento	Brasil	TO	Araguaína	Própria
Concessionária Valtra	Brasil	GO	Rio Verde	Própria
Concessionária Valtra	Brasil	MT	Água Boa	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	www.grupovamos.com.br	Duração indeterminada	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falto, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio
Nome de domínio na internet	www.transrio.com.br	Duração Indeterminada	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falto, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio
Nome de domínio na internet	www.borgato.com.br	Duração indeterminada	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionado à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falto, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto. Em caso de perda do nome do domínio, a Companhia deverá cessar a utilização do nome de domínio

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Grupo Vamos	10 anos, podendo ser renovado	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, por exemplo, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Ou, ainda, caso o registro tenha sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou ainda, por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. A possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Transrio	10 anos, podendo ser renovado	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, por exemplo, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Ou, ainda, caso o registro tenha sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou ainda, por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. A possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Por isso, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes às suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos à sua imagem. Dentre todas as marcas da Companhia, reputa-se à marca Grupo Vamos como a principal, pois goza de grande reconhecimento e prestígio no mercado de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.
Marcas	Borgato	10 anos, podendo ser renovado	Os pedidos de registro ainda não concedidos pelo INPI podem ser indeferidos. No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, por exemplo, na hipótese de a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. Ou, ainda, caso o registro tenha sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96, ou ainda, por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. A possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades. A manutenção dos registros de marcas é realizada pelo pagamento periódico de contribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros.	Eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas em território nacional. Em decorrência disto, a Companhia encontraria grandes dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes as suas para assinalar, inclusive, produtos e serviços, concorrentes. Ainda nesse sentido, a perda do direito impactará negativamente a capacidade financeira da Companhia, bom como trará impactos negativos na imagem da Companhia. Qualquer perda de marca nesse sentido afetaria negativamente os negócios da Companhia, bem como sua condição financeira e traria à Companhia mais consequências relevantes, incluindo custos relacionados à criação e promoção de uma eventual nova marca, iniciativas de marketing extraordinárias e emprego de recursos humanos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Borgato Caminhões S.A.	18.163.414/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Comércio por atacado de caminhões novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças; comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças; existem outras atividades.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/12/2018	307,700000	0,000000	0,00	Valor mercado Valor contábil	31/12/2018	21.724.000,00
31/12/2017	100,000000	0,000000	0,00			
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Borgato Caminhões S.A. foi adquirida em Dez/17 para a concessão da concessionária DAF.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Borgato Máquinas S.A.	57.213.191/0001-97	-	Controlada	Brasil	SP	Morro Agudo	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças; comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios PA.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/12/2018	101,300000	0,000000	10.049,00	Valor mercado Valor contábil	31/12/2018	169.078.000,00
31/12/2017	100,000000	0,000000	0,00			
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Borgato Máquinas S.A. foi adquirida em Dez/17 para a concessão das concessionárias Valtra e Liebherr.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Borgato Serviços Agrícolas S.A.	13.280.519/0001-12	-	Controlada	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Comércio por atacado de caminhões novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/12/2018	106,100000	0,000000	6.111,00	**Valor contábil**	31/12/2018	34.338.000,00
31/12/2017	100,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Borgato Serviços Agrícolas S.A. foi adquirida para locação de máquinas e veículos pesados.

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda.	11.726.521/0001-47	-	Controlada	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Comércio por atacado de caminhões novos e usados; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; locação de automóveis sem condutor; administração de consórcios para aquisição de bens e direitos; comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados.	100,000000

Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)
31/12/2018	-13,700000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2018	131.910.000,00
31/12/2017	100,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2016	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. foi adquirida em Mai/2017 para a concessão da concessionária de caminhões MAN.

9.2 - Outras informações relevantes

Em complemento ao item "9.1.a – Ativos Imobilizados", cabe destacar que, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 3.113 máquinas e 7.749 veículos próprios.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 (Fatores de risco) e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas neste item 10.1 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

No item 10.9 apresentamos demonstrações financeiras combinadas com carve-out auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, tendo em vista fornecer informações relativas à totalidade das atividades da Companhia, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

Adicionalmente, as informações financeiras contidas no item 10.9 são, na nossa visão, importantes para a melhor compreensão do negócio da Companhia pelo investidor. Tais informações devem ser lidas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras combinadas com carve-out auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, preparadas de acordo com as IFRS e, também, com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à "Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços" ("Receita Líquida") para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos" ou "Companhia") junto com suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo") vendem e operam locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados e gestão de frota nos segmentos de comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, prestação de serviços de mecânica e funilaria, operações de arrendamento mercantil para aquisição de veículos e equipamentos. A Companhia é controlada pela JSL S.A., maior operador logístico do Brasil.

Abaixo são apresentadas as principais métricas financeira e de liquidez para avaliação do negócio da Companhia, as quais são revisadas regularmente pela administração:

(Em milhares de R$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Patrimônio Líquido	581.483	694.165	172.610
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	938.946	413.739	207.508
Lucro Líquido do exercício proveniente de operações continuadas	105.892	79.624	42.738
EBITDA ajustado (i)	425.407	269.749	132.965
Margem EBITDA Ajustada (ii)	45,3%	65,2%	64,1%
Dívida bruta (iii)	931.385	815.347	564.729
Dívida líquida (iv)	859.853	589.842	515.471
Caixa e equivalente de caixa	58.605	117.048	18.059
Títulos e valores mobiliários	8.047	108.457	31.199
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	-	-
Alavancagem líquida (v)	1,99	2,18	3,88

(i) EBITDA Ajustado é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ajustado pelo Total do Imposto de Renda e contribuição social, Resultado Financeiro Líquido e Depreciação e Amortização (EBITDA), excluindo o Resultado das Operações Descontinuadas. Por meio da utilização do EBITDA Ajustado, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia, sem o efeito das operações que foram descontinuadas em 2018.

(ii) A "Margem EBITDA Ajustada" consiste no resultado da divisão do EBITDA Ajustado pela "Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços" consolidada da Companhia.

(iii) "Dívida bruta" é igual ao total de empréstimos e financiamento, arrendamentos financeiros, risco sacado e instrumentos financeiros, que é a soma dos saldos de curto e longo prazos de empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado.

(iv) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o total de empréstimos e financiamento, arrendamentos financeiros, risco sacado e instrumentos financeiros, que é a soma dos saldos de curto e longo prazos de empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado (Dívida Bruta), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

(v) A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do nosso endividamento, em determinado período, em relação ao nosso resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A Vamos reconheceu um lucro líquido proveniente de operações continuadas de R$105.892 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e nesta data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 73.998 mil devido a decisão da administração e sócios de investir em suas operações com locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados, principalmente na ampliação e renovação de frota operacional. A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. Portanto, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

(b) Estrutura de Capital

A Companhia acredita que sua atual estrutura de capital apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, na visão da administração da Companhia, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(Em milhares de R$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	**2017**	**2016**
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	1.441.949	1.316.602	678.625
Patrimônio líquido (capital próprio)	581.483	694.165	172.610
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	**2.023.432**	**2.010.767**	**851.235**
Parcela de capital de terceiros	71,3%	65,5%	79,7%
Parcela de capital próprio	28,7%	34,5%	20,3%

O capital de terceiros da Companhia é representado por empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e risco sacado, conforme demostrado abaixo:

(Em milhares de R$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	**2017**	**2016**
Dívida bruta de curto prazo	203.422	241.677	123.971
Dívida bruta de longo prazo	727.963	573.670	440.758

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Dívida Bruta (i)	**931.385**	**815.347**	**564.729**

(i) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes.

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A administração da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos conforme divulgado no item 10.1 (a) deste Formulário de Referências. Em 31 de dezembro de 2018, 58,6% das receitas consolidadas da Companhia são provenientes do segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, cujo fluxo de caixa é gerado substancialmente pelo giro do ativo imobilizado, não havendo investimento em capital de giro, impactando em menores níveis de índices de liquidez.

Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 31 de dezembro de 2018 eram de 0,35 e 0,86, respectivamente. O índice de liquidez geral consiste no resultado da divisão do "Ativo circulante" mais "Ativo Realizável a longo prazo" pelo "Total do passivo", e o índice de liquidez corrente consiste no resultado da divisão do "Ativo circulante" pelo "Passivo circulante". Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui R$ 937,4 milhões em veículos e R$ 363,8 milhões em máquinas e equipamentos, que são ativos considerados de alta liquidez. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui R$ 931,4 milhões de empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado a pagar – montadoras. Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Análise do caixa gerado ou utilizado pelas atividades operacionais e atividades de investimento

A Companhia gerou caixa pelas atividades operacionais menos caixa líquido utilizado em atividades de investimento de R$250,3 milhões em 2018, gerou caixa pelas atividades operacionais e atividades de investimento de R$161,9 milhões em 2017, e caixa pelas atividades operacionais e atividades de investimento de gerou e R$27,5 milhões em 2016. A variação notada nos fluxos de caixa gerados se deve a somatória dos negócios adquiridos no exercício de 2017. O fluxo de caixa gerado por essas atividades foi suficiente para cobrir as despesas financeiras dos exercícios.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta em 31 de dezembro de 2018:

(Em milhares de R$)		
Vencimento das parcelas	**Valor Total**	**%**
Total passivo circulante até dez/19	**203.422**	**21,8**
Total passivo não circulante	**727.963**	**78,2**
2020	185.603	**19,9**
2021	325.922	**35,0**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

2022	133.714	**14,4**
2023	67.157	**7,2**
2024	11.632	**1,2**
2025 em diante	3.935	**0,4**
Total	**931.385**	**100,0**

(d) Fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

A Companhia acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O saldo referente a arrendamentos financeiros a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 44.935 mil a uma taxa de juros média de 9,34% a.a., em 31 de dezembro de 2017 o saldo de arrendamentos financeiros a pagar foi de R$ 28.555 mil e R$ 17.507 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 tem como último vencimento de parcela até novembro de 2022.

A Companhia contratou operações de risco sacado (*confirming*) junto a algumas instituições financeiras e apresentou essas operações em suas demonstrações financeiras na rubrica de risco sacado montadoras. Essa operação visa alongar o prazo de pagamentos aos fornecedores por meio de uma instituição financeira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia liquidou

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

o remanescente desta dívida, apresentando saldo de R$2.860 mil em 31 de dezembro de 2017.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Seguem abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes da Companhia, em vigor em 31 de dezembro de 2018:

1) FINAME (Banco Itaú Unibanco S.A.) assinado pela Borgato Comércio de Máquinas Ltda. em 16 de setembro de 2014 no valor de R$5.580 mil e vencimento em 15 de agosto de 2019. A remuneração é de 6% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R$828 mil.

2) FINAME (Banco Itaú Unibanco S.A.) assinado pela Comercial Borgato Máquinas e Implementos S.A. em 20 de abril de 2015 no valor de R$19.278 mil e vencimento em 15 de janeiro de 2020. A remuneração é de 6% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto dessa cédula era de R$4.407 mil

3) Contrato de Financiamento de Capital de Giro com o Banco Volkswagen S.A., assinada pela Transrio, Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. em 27 de julho de 2015 no valor de R$ 33.739 mil e vencimento em 27 de julho de 2025. A remuneração é de 14,167% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R$14.560 mil.

4) Contrato de Financiamento de Capital de Giro com o Banco Volkswagen S.A., assinada pela Transrio, Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. em 24 de setembro de 2015 no valor de R$11.970 mil e vencimento em 24 de agosto de 2025. A remuneração é de 14,297% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R$5.078 mil.

5) Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio com o Banco Santander (Brasil) S.A., assinado pela Borgato Máquinas S.A. em 30 de outubro de 2017 no valor de R$60.000 mil e vencimento em 10 de abril de 2023. A remuneração é de 100% do CDI, acrescido de 2,37% a.a. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor em aberto era de R$52.247 mil.

6) Crédito Internacional refere-se à operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. O contrato é remunerado (i) por taxas pré-fixadas de 5,05%; ou (ii) pela variação do dólar, observado ainda que a Companhia celebrou contrato de swap como forma de hedge (proteção) contra a exposição ao dólar. O vencimento de tal contrato será até maio de 2021. Em 31 de dezembro de 2018, o salvo devedor em aberto desse contrato era de R$155.818 mil.

Adicionalmente, em 25 de fevereiro de 2019, em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovada a 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada da Companhia, no valor de R$ 300 milhões e vencimento em 14 de fevereiro de 2024. A remuneração é de 100% DI + 0,90% a.a. No entanto, cabe destacar que o valor total das debêntures está limitado a R$ 250 milhões, uma vez que referida emissão dá lastro à 21ª Emissão de Certificados de Recebíveis da VERT Companhia Securitizadora.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras do mercado brasileiro. A Companhia não tem outras transações relevantes de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas acima.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação de dívida

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 2018 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros.

A Companhia cumpre também todas as demais obrigações previstas nos respectivos contratos de financiamentos. Essas obrigações referem-se a determinadas restrições – alienação de ativos, alienação de controle societário – dentre outras cláusulas usuais de mercado.

1. "1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A." – *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites
Dívida financeira líquida(1) / EBITDA consolidado(2)	Igual ou menor que 4
EBITIDA consolidado(2)/ despesa financeira líquida(3)	Igual ou maior que 2

(1) Dívida financeira líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Vamos, inclusive as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (*hedge*) e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras e os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados, e peças automotivas, como concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras.

(2) EBITDA consolidado para fins de *covenants*: significa o lucro ou prejuízo líquido, em bases consolidadas, antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais e da participação de acionistas não controladores, da Vamos apurado ao longo dos últimos 12 meses, incluindo o EBITDA dos últimos 12 meses de sociedades incorporadas e/ou adquiridas pela Vamos.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(3) Despesa financeira líquida para fins de *covenants*: significa os encargos de dívida da Vamos, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Financeira Líquida acima e calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses.

Os *covenants* previstos na emissão de debêntures da Companhia terão sua primeira verificação efetuada após a divulgação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

2. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio com o Banco Santander (Brasil) S.A., assinado pela Borgato Máquinas S.A. – *covenant* financeiro a ser observado pela Borgato Máquinas S.A.:

Restrição	Limites	12 meses findo em 31/12/2018
Dívida líquida(1)/ EBITDA adicionado(2)	Menor ou igual a 3,5	0,71
EBITIDA adicionado / juros líquidos(3)	Maior ou igual a 2	8,10
Dívida líquida(1)/ EBITDA	Menor ou igual a 4,75	1,08

(1) Dívida líquida para fins de *covenants*: significa a soma de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Borgato Máquinas S.A., incluídas debêntures e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos da dívida subtraídos os valores em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como aplicações financeiras que possuam liquidez diárias de até 360 dias e os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoques de veículos novos e usados, nacionais e importados, e peças automotivas, em concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras.

(2) EBITDA adicionado para fins de *covenants*: significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda de ativos desmobilizados, da Borgato Máquinas S.A. apurados ao longo dos últimos 12 meses.

(3) Juros líquidos para fins de *covenants*: significa os encargos da dívida acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras da Borgato Máquinas S.A., todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Líquida acima, calculados pelo regime de competência de 12 meses.

Contrato de crédito internacional com o JP Morgan Chase Bank, N.A., assinado pela Companhia – *covenant* financeiro a ser observado pela JSL, como garantidora:

Restrição	Limites	12 meses findo em 31/12/2018
Dívida líquida(1)/ EBITDA adicionado(2)	Menor que 3,5	2,10
EBITIDA adicionado / despesas financeiras líquidas(3)	Maior que 2	5,45

(1) Dívida líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da JSL e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos da dívida subtraídos dos valores em caixa e aplicações financeiras de curto prazo da JSL, entendidas como aplicações financeiras que possuam liquidez diária de até 360 dias.

(2) EBITDA adicionado para fins de *covenants*: significa lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda de ativos desmobilizados, da JSL apurados ao longo dos últimos 12 meses.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(3) Despesas financeiras líquidas para fins de *covenants*: significa encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, da JSL, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses.

Os *covenants* descritos no contrato de crédito internacional são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas anualizadas da controladora da Companhia, a JSL S.A. – garantidora – e estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2018.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Até a data da publicação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui limites de utilização de financiamentos contratados ou não utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As informações financeiras apresentadas neste item são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.

Demonstração do Resultado

	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	938.946	100,0%	413.739	100,0%	207.508	100,0%	525.207	206.231
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(543.231)	-57,9%	(172.734)	-41,7%	(98.595)	-47,5%	(370.497)	(74.139)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(81.419)	-8,7%	(30.907)	-7,5%	(16.652)	-8,0%	(50.512)	(14.255)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	**(624.650)**	**-66,5%**	**(203.641)**	**-49,2%**	**(115.247)**	**-55,5%**	**(421.009)**	**(88.394)**
(=) Lucro bruto	**314.296**	**33,5%**	**210.098**	**50,8%**	**92.261**	**44,5%**	**104.198**	**117.837**
(=) Despesas Gerais e Administrativas	**(114.200)**	**-12,2%**	**(48.654)**	**-11,8%**	**(4.968)**	**-2,4%**	**(65.546)**	**(43.686)**
Despesas comerciais	(22.533)	-2,4%	(5.487)	-1,3%	(1.086)	-0,5%	(17.046)	(4.401)
Despesas administrativas	(81.916)	-8,7%	(18.691)	-4,5%	(1.104)	-0,5%	(63.225)	(17.587)

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(9.751)	-1,0%	(24.476)	-5,9%	(2.778)	1,3%	14.725	(21.698)
Outras receitas operacionais, líquidas	18.548	2,0%	1.910	0,5%	131	0,1%	16.638	1.779
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**218.644**	**23,3%**	**163.354**	**39,5%**	**87.424**	**42,1%**	**55.290**	**75.930**
Receitas financeiras	15.632	1,7%	7.382	1,8%	1.609	0,8%	8.250	5.773
Despesas financeiras	(82.652)	-8,8%	(55.707)	-13,5%	(24.276)	-11,7%	(26.945)	(31.431)
(=) Resultado financeiro líquido	**(67.020)**	**-7,1%**	**(48.325)**	**-11,7%**	**(22.667)**	**-10,9%**	**(18.695)**	**(25.658)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**151.624**	**16,1%**	**115.029**	**27,8%**	**64.757**	**31,2%**	**36.595**	**50.272**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(10.133)	-1,1%	(5.215)	-1,3%	-	0,0%	(4.918)	(5.215)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(35.599)	-3,8%	(30.190)	-7,3%	(22.019)	-10,6%	(5.409)	(8.171)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	**(45.732)**	**-4,9%**	**(35.405)**	**-8,6%**	**(22.019)**	**-10,6%**	**(10.327)**	**(13.386)**
(=) Lucro Líquido do exercício proveniente de operações continuadas	**105.892**	**11,3%**	**79.624**	**19,2%**	**42.738**	**20,6%**	**26.268**	**36.886**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	7.045	0,8%	1.068	0,3%	-	0,0%	5.977		1.068
(=) Lucro líquido do exercício	**112.937**	**12,0%**	**80.692**	**19,5%**	**42.738**	**20,6%**	**32.245**		**37.954**
(=) LL básico e diluído por ação no final do exercício (Em R$) Das operações continuadas	**0,33554**		**0,50485**		**0,85038**				
LL básico e diluído por ação no final do exercício (Em R$)	0,31461		0,49817		0,00000				

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços ("Receita Líquida")

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$938.946 mil comparativamente a R$413.739 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$525.207 mil ou 126,9%. Essa receita de 31 de dezembro de 2018 foi composta por R$582.311 mil do negócio de Locação, R$388.692 mil do negócio de Concessionárias e eliminações de transações entre segmentos ("eliminações") de R$32.057 mil. O crescimento expressivo na Receita Líquida é resultado (i) da expansão do negócio de locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, que apresentou aumento de 55,2% (antes das eliminações) na comparação anual, este impactado tanto pelo crescimento orgânico quanto pela incorporação dos contratos de locação da Borgato, totalizando 331 contratos em 2018; (ii) expansão do negócio de concessionárias devido a incorporação da Transrio (concessionárias Volkswagen/Man) nos resultados da Companhia ao final de 2017, mas que em 2018 completou um ano de contribuição para os resultados da Vamos, contribuindo com R$243.611 mil para a Receita Líquida consolidada no ano de 2018, comparado a R$39.548 mil em 2017; (iii) da expansão inorgânica, através da aquisição das Sociedades Borgato, que em 2018 contribuiu com R$292.864 mil na Receita Líquida da Companhia.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2018 foi de R$624.650 mil comparativamente a R$203.641 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$421.009 mil ou 206,7% devido:

(i) aumento de R$31.148 mil em 2017 para R$305.839 mil, ou R$274.691 mil dos custos das vendas, locação e prestação de serviços, antes das eliminações, para o segmento de Concessionárias devido à incorporação das concessionárias de caminhões, da Volkswagen/Man, e concessionárias de máquinas, da Valtra.

(ii) aumento de R$142.668 mil em 2017 para R$263.575 mil, ou R$120.907 mil dos custos das vendas, locação e prestação de serviços, antes das eliminações, para o segmento de Locação atribuído, principalmente, ao aumento da depreciação de veículos e máquinas e equipamentos de R$106.196 em 2017 para R$198.816 em 2018 e um crescimento dos gastos com peças, pneus e manutenções de R$10.090 mil em 2017 para R$19.669 mil em 2018.

Também houve um crescimento de R$30.907 mil em 2017 para R$81.419 mil em 2018 dos custo de venda de ativos desmobilizados devido ao maior volume de desmobilizações, principalmente, no segmento de locação.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$314.296 mil comparativamente a R$ 210.098 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 104.198 mil ou 49,6%. A margem bruta foi de 33,5% e 50,8% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, devido (i) ao crescimento da participação do segmento de Concessionárias de 9,5% em 2017 para 40,0% em 2018 das receitas liquidas antes das eliminações com uma margem com uma margem constante de 21,1% em 2017 e 21,0% em 2018, e (ii) a uma redução na margem do segmento de Locação de 53,8% em 2018 para 39,9% devido ao aumento da depreciação de veículos e máquinas e equipamentos para uso nas operações e maior volume de desmobilização no segmento de locação.

O segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos é estrategicamente importantes para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitirem maior

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação

Despesas gerais e administrativas

Despesas comercias, administrativas e perdas esperadas (impairment) de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 114.200 mil comparativamente a R$48.654 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 65.546 mil ou 134,7%. Esse crescimento é atribuído ao aumento nas linhas de despesas comerciais e despesas administrativas, no valor de R$80.271 mil, devido (i) à consolidação das concessionárias de caminhões e ônibus, da marca VW/Man e (ii) à aquisição das concessionárias de máquinas e equipamentos da marca Valtra, que aumentou em R$66.727 mil as despesas comerciais mais despesas administrativas do segmento de Concessionárias; e (iii) ao aumento de R$13.544 mil das despesas comerciais e administrativas do segmento de locação, em linha com a expansão da empresa nesse segmento com o fechamento de novos contratos e adição dos contratos que vieram pela aquisição das Sociedades Borgato. O aumento das despesas comerciais, administrativas e perdas esperadas de contas a receber foi parcialmente compensado pela redução de R$14.725 mil de despesas de perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, referente ao segmento de locação, a qual foi impactada em 2017 por um contrato específico com um cliente que entrou em recuperação judicial. Em relação à Receita Líquida, as despesas comercias, administrativas e perdas esperadas (impairment) de contas a receber no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de 12,2% e de 11,8% no mesmo período de 2017.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R$18.548 mil comparativamente a R$1.910 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 16.638 mil ou 871,1%. Os principais componentes dessa linha em 2018 foram: (i) aumento dos créditos extemporâneos de PIS/ COFINS, de R$502 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$5.406 mil em 31 de dezembro de 2018; (ii) pelo resultado na venda de aeronave, no valor de R$2.175mil; entre outros. Vale ressaltar que a linha de outras receitas operacionais líquidas representou 2,0% e 0,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, não gerando impacto significativo para os resultados da Companhia.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$67.020 mil comparativamente a R$48.325 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 18.695 milhões ou 38,7%. Resultado financeiro, líquido representou 7,1% e 11,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente pelo crescimento da despesa total do serviço de dívida que aumentou de R$54.822 em 2017 para R$70.960 em 2018 resultado dos juros de empréstimos e financiamentos e arrendamentos mercantis. Além disso, em dezembro de 2017 somou-se o valor de R$292.949 mil de empréstimos e financiamentos referente a combinação de negócios entre a Companhia e a Borgato. Essa variação foi parcialmente compensada pelo aumento de R$4.528 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$8.309 mil em 31 de dezembro de 2018 de receitas provenientes das aplicações financeiras da Companhia.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$151.624 mil comparativamente a R$115.029 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$36.595 mil ou 31,8%. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 16,1% e 27,8% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente. Esta queda é atribuída principalmente aos fatores mencionados na redução da margem bruta.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$45.732 mil comparativamente a R$35.405 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$10.327 mil ou 29,2% e a alíquota efetiva de 30,2% em 2018 e 30,8% em 2017 permaneceu praticamente constante. Portanto, o aumento da despesa do imposto de renda e contribuição social deve-se, principalmente, ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R$115.029 mil para R$151.624 mil.

Lucro líquido do exercício das operações continuadas

Lucro do exercício das operações continuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$105.892 mil comparativamente a R$79.624 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$26.268 mil ou 33,0%. Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento do segmento de locação, mas também pela consolidação das concessionárias VW/Man e Valtra. A margem líquida, considerando o Lucro líquido do exercício das operações continuadas, foi de 11,3% e 19,2% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta queda é atribuída principalmente aos fatores mencionados na redução da margem bruta.

Lucro das Operações Descontinuadas, líquido de impostos.

O Lucro das Operações Descontinuadas refere-se ao Lucro Líquido da JSL Holding Financeira, dado que, em dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão da Holding Financeira do capital social da Vamos, de forma que a JSL Holding passasse a ser controlada diretamente pela JSL S.A., controladora da Companhia. O objetivo dessa reestruturação foi o de permitir maior foco da gestão às atividades principais da Vamos, ou seja, a locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos.

Lucro das operações descontinuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$7.045 mil comparativamente a R$1.068 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$5.977 mil ou 559,6%. Esse aumento é explicado pelo fato de que a JSL Holding foi incorporada à Companhia em outubro de 2017, tendo apenas poucos meses de contribuição para os resultados da Companhia, ao passo que em 2018 contribuiu para o resultado da Companhia no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

Lucro líquido do exercício

Lucro do exercício compreende o Lucro Líquido das Operações Continuadas, e Lucro Líquido das Operações Descontinuadas, conforme explicado anteriormente.

Com isso, o Lucro Líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$112.937 mil comparativamente a R$80.692 mil no mesmo período de 2017, com uma variação de R$32.245 mil ou 40,0%.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$413.739 mil comparativamente a R$207.508 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$206.231 mil ou 99,4%. A receita, antes das eliminações, de 31 de dezembro de 2017 foi composta por R$375.273 mil do negócio de Locação e R$39.548 mil do negócio de Concessionárias de caminhões e ônibus, da marca Volkswagen/Man, o qual foi incorporado à Companhia em outubro de 2017. Sendo assim, o crescimento anual da Receita Líquida, antes das eliminações, é composto pela incorporação do segmento de Concessionárias e um crescimento expressivo de 80,8% no negócio de Locação devido a novos contratos de locação concluídos ao longo do ano de 2017.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2017 foi de R$203.641 mil comparativamente a R$115.247 mil no mesmo período de 2016, o que representou um aumento de R$88.394 mil ou 76,7%. Do total dos custos, (i) o aumento de R$31.203 mil estão relacionados com à incorporação das concessionárias de caminhões, da Volkswagen/Man, e concessionárias de máquinas, da Valtra no segmento de concessionárias; e (ii) R$44.073 mil atribuídos ao custo das vendas, locações, e prestação de serviços antes das eliminações do segmento de locação devido ao crescimento da depreciação de veículos e máquinas e equipamentos para uso nas operações de locações de caminhões máquinas e equipamentos de R$45.541 em 2016 para R$106.196 em 2017 e um aumento de R$14.200 mil atribuído ao maior volume de desmobilização no exercício.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$210.098 mil comparativamente a R$92.261 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$117.837 mil ou 127,7%. Este aumento é atribuído principalmente ao crescimento do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, cujo Lucro Bruto apresentou variação de R$109.492 mil, ou 118,7%, e também pela consolidação do lucro bruto das Concessionárias incorporadas (Concessionárias da marca VW/Man) e adquiridas (Concessionárias da marca Valtra), no total de R$8.345 mil. A margem bruta representou 50,8% e 44,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$48.654 mil comparativamente a R$4.968 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$43.686 milhões ou 879.3%. Esse aumento foi principalmente devido à maiores despesas com perdas de esperadas (*impairment*) de contas a receber que em 2016 representou R$2.778 em 2016 e R$24.476 mil em 2017, devido a um contrato específico com um cliente que entrou em recuperação judicial. A linha de Despesas gerais e administrativas linha representou 11,8% e 2,4% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R$1.910 mil comparativamente a R$131 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$1.779 milhões. Outras receitas operacionais liquidas

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

representaram 0,5% e 0,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, não sendo significativo para o resultado da empresa no período.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi uma despesa líquida de R$48.325 mil comparativamente a uma despesa líquida de R$22.667 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$25.658 mil ou 113,2%. Resultado financeiro, líquido representou 11,7% e 10,9% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. Este aumento deve-se ao crescimento da despesa total do serviço de dívida que aumentou de R$23.947 em 2016 para R$54.822 em 2017 resultado dos juros de empréstimos e financiamentos e arrendamentos mercantis. Essa variação foi parcialmente compensada pelo aumento de R$6.220 mil de receitas financeiras devido ao crescimento das receitas com aplicações financeiras e juros recebidos pela Companhia.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$115.029 mil comparativamente a R$64.757 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$50.272 milhões ou 77,6%. Este aumento é atribuído substancialmente por conta do crescimento do negócio de locação, conforme mencionado anteriormente, bem como em razão da incorporação da Transrio nos resultados da Companhia ao final de 2017. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 27,8% e 31,2% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$35.405 mil comparativamente a R$22.019 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$13.386 mil ou 60,8%. A variação é atribuída principalmente ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R$64.757 mil em 2016 para R$115.029 mil em 2017, mais o benefício gerado pelos Juros sobre capital próprio ("JCP") em 2017, que foi de R$4.333 mil, o que contribuiu para a redução da alíquota efetiva de 34,0% em 2016 para 30,8% em 2017.

Lucro do exercício das operações continuadas

Lucro do exercício das operações continuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$79.624 mil comparativamente a R$42.738 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$36.886 milhões ou 86,3%. O aumento do Lucro Líquido é atribuído principalmente ao crescimento do negócio de locação. E a margem líquida das operações continuadas representou 19,2% e 20,6% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Lucro do exercício das operações descontinuadas

O Lucro Líquido das Operações Descontinuadas refere-se ao Lucro Líquido da JSL Holding Financeira, dado que, em dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão da Holding Financeira do capital social da Vamos, de forma que a JSL Holding passasse a ser controlada diretamente pela JSL S.A., controladora da Companhia. O objetivo dessa reestruturação foi o de permitir maior foco da gestão às atividades principais da Vamos, ou seja, a locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos.

O Lucro Líquido das Operações descontinuadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$1.068 mil. Não havia operação descontinuada em 2016. A variação é explicada

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

pelo fato de que Companhia ainda não havia incorporado a JSL Holding no exercício encerrado em 2016.

Lucro do exercício

Lucro do exercício consolida o Lucro Líquido das Operações Continuadas, conforme explicado anteriormente, e Lucro Líquido das Operações Descontinuadas.

Com isso, o Lucro Líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$80.692 mil comparativamente a R$42.738 mil no mesmo período de 2016, com uma variação de R$37.954 milhões ou 88,8%.

Balanços Patrimoniais

Balanço Patrimonial								
(Em milhares de R$)	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018x 2017	2017x 2016
ATIVO	**2.023.432**	**100,0%**	**2.010.767**	**100,0%**	**851.235**	**100,0%**	**0,6%**	**136,2%**
Circulante	**450.198**	**22,2%**	**581.975**	**28,9%**	**98.447**	**11,6%**	**-22,6%**	**491,2%**
Caixa e equivalentes de caixa	58.605	**2,9%**	117.048	**5,8%**	18.059	**2,1%**	-49,9%	548,1%
Títulos e valores mobiliários	7.253	**0,4%**	104.079	**5,2%**	31.199	**3,7%**	-93,0%	233,6%
Contas a receber	155.157	**7,7%**	205.277	**10,2%**	39.561	**4,6%**	-24,4%	418,9%
Estoques	101.930	**5,0%**	85.130	**4,2%**	-	**0,0%**	19,7%	-
Tributos a recuperar	11.406	**0,6%**	8.457	**0,4%**	442	**0,1%**	34,9%	1813,3%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	17.875	**0,9%**	14.428	**0,7%**	635	**0,1%**	23,9%	2172,1%
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	57.855	**2,9%**	29.061	**1,4%**	8.377	**1,0%**	99,1%	246,9%
Despesas antecipadas	7.505	**0,4%**	3.863	**0,2%**	57	**0,0%**	94,3%	6677,2%
Adiantamentos a terceiros	16.884	**0,8%**	8.977	**0,4%**	117	**0,0%**	88,1%	7572,6%
Outros créditos	15.728	**0,8%**	5.655	**0,3%**	-	**0,0%**	178,1%	-
Não circulante	**1.573.234**	**77,8%**	**1.428.792**	**71,1%**	**752.788**	**88,4%**	**10,1%**	**89,8%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Realizável a Longo Prazo	**58.656**	**2,9%**	**65.058**	**3,2%**	**4.504**	**0,5%**	**-9,8%**	**1344,4%**
Títulos e valores mobiliários	794	**0,0%**	4.378	**0,2%**	-	**0,0%**	-81,9%	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	**0,2%**	-	**0,0%**	-	**0,0%**	-	-
Contas a receber	14.189	**0,7%**	22.272	**1,1%**	4.357	**0,5%**	-36,3%	411,2%
Fundo para capitalização de concessionárias	23.477	**1,2%**	19.935	**1,0%**	-	**0,0%**	17,8%	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.765	**0,4%**	13.062	**0,6%**	-	**0,0%**	-32,9%	-
Depósitos judiciais	4.648	**0,2%**	3.163	**0,2%**	147	**0,0%**	46,9%	2051,7%
Outros créditos	1.903	**0,1%**	2.248	**0,1%**	-	**0,0%**	-15,3%	-
Imobilizado	1.349.441	**66,7%**	1.191.483	**59,3%**	748.284	**87,9%**	13,3%	59,2%
Intangível	165.137	**8,2%**	172.251	**8,6%**	-	**0,0%**	-4,1%	-
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.023.432**	**100,0%**	**2.010.767**	**100,0%**	**851.235**	**100,0%**	**0,6%**	**136,2%**
Circulante	**524.196**	**25,9%**	**561.412**	**27,9%**	**207.168**	**24,3%**	**-6,6%**	**171,0%**
Fornecedores	82.962	4,1%	98.930	4,9%	66.740	7,8%	-16,1%	48,2%
Floor Plan	53.413	2,6%	38.333	1,9%	-	0,0%	39,3%	-
Risco sacado a pagar - montadoras	-	0,0%	2.860	0,1%	-	0,0%	-100,0%	-
Empréstimos e financiamentos	188.221	9,3%	225.129	11,2%	117.129	13,8%	-16,4%	92,2%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Arrendamentos financeiros a pagar	15.201	0,8%	13.688	0,7%	6.842	0,8%	11,1%	100,1%	
Partes relacionadas	26.067	1,3%	43	0,0%	3	0,0%	60520,9%	1333,3%	
Cessão de direitos creditórios	7.410	0,4%	6.043	0,3%	-	0,0%	22,6%	-	
Obrigações trabalhistas	11.696	0,6%	9.880	0,5%	591	0,1%	18,4%	1571,9%	
Imposto de renda e contribuição social a recolher	446	0,0%	2.761	0,1%	-	0,0%	-83,8%	-	
Tributos a recolher	6.062	0,3%	6.088	0,3%	976	0,1%	-0,4%	523,8%	
Adiantamentos de clientes	24.480	1,2%	15.512	0,8%	12.894	1,5%	57,8%	20,3%	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	61.375	3,0%	18.446	0,9%	-	0,0%	232,7%	-	
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	34.769	1,7%	57.314	2,9%	-	0,0%	-39,3%	-	
Outras contas a pagar	12.094	0,6%	66.385	3,3%	1.993	0,2%	-81,8%	3230,9%	
Não circulante	**917.753**	**45,4%**	**755.190**	**37,6%**	**471.457**	**55,4%**	**21,5%**	**60,2%**	
Fornecedores	-	0,0%	4.325	0,2%	-	0,0%	-100,0%	-	
Empréstimos e financiamentos	698.229	34,5%	558.803	27,8%	430.093	50,5%	25,0%	29,9%	
Arrendamentos financeiros a pagar	29.734	1,5%	14.867	0,7%	10.665	1,3%	100,0%	39,4%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	136.459	6,7%	104.337	5,2%	30.676	3,6%	30,8%	240,1%	
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.280	0,2%	2.854	0,1%	23	0,0%	14,9%	12308,7%	
Cessão de direitos creditórios	16.761	0,8%	24.171	1,2%	-	0,0%	-30,7%	-	

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Obrigações a pagar por aquisição de empresas	33.275	1,6%	45.833	2,3%	-	0,0%	-27,4%	-
Outras contas a pagar	15	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Patrimônio Líquido	**581.483**	**28,7%**	**694.165**	**34,5%**	**172.610**	**20,3%**	-16,2%	302,2%

Índices			
Liquidez geral (Ativo circulante+ realizável a longo prazo/passivo circulante e não circulante)	**0,35**	**0,49**	**0,15**
Liquidez corrente (ativo circulante/ passivo circulante)	**0,86**	**1,04**	**0,48**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o ativo circulante era de R$ 450.198 mil em comparação com R$ 581.975 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 22,2% em 31 de dezembro de 2018 e 28,9% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R$ 58.605 mil e R$ 7.253 mil, respectivamente, para o mesmo período de 2017 os saldos foram de R$ 117.048 mil e de R$ 104.079 mil, esta redução de R$ 155.269 mil ou 70,2% decorreu principalmente de: (i) cisão da JSL Holding Financeira em 31 de dezembro de 2018 retirando do disponível e aplicações, o montante de R$ 99.065 mil, (ii) a queda reflete também os investimentos realizados, como utilização de recursos para aquisição de veículos e máquinas e equipamentos para expandir e renovar o parque de ativos, com a finalidade de locação operacional.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R$ 155.157 mil e R$ 205.277 mil para o mesmo período de 2017, esta redução de R$ 50.120 mil ou 24,4% decorreu principalmente de: (i) cisão da JSL Holding Financeira em 31 de dezembro de 2018 retirando o montante de R$ 101.071 mil, (ii) acompanhado por um crescimento operacional, principalmente decorrente do aumento de vendas e integração dos negócios oriundos das sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R$ 101.930 mil e R$ 85.130 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R$ 16.800 mil ou 19,7% decorreu principalmente de: (i), aumento do estoque de veículos novos para revenda no montante de 8.129 mil, (ii) aumento do estoque de peças para revenda no montante de R$ 7.997 mil.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou R$ 28.794 mil ou 99,1%, apresentando um saldo de R$ 57.855 mil em 31 dezembro de 2018 e R$ 29.061 mil em 31 de dezembro de 2017, o principal motivo deste aumento é a frota total renovada, gerando maior quantidade de ativos para desmobilização.

Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "outros créditos" apresentou saldo de R$ 15.728 mil e R$ 5.655 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R$ 10.073 mil ou 178,1% decorreu principalmente de partes relacionadas com a família Borgato pela aquisição de uma aeronave.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o ativo não circulante é de R$1.573.234 mil em comparação com R$1.428.792 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 77,8% em 31 de dezembro de 2018 e 71,1% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "imobilizado" apresentou saldo de R$ 1.349.441 mil e R$ 1.191.483 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R$157.958 mil ou 13,3% decorreu principalmente de: (i) adições ao ativo imobilizado de R$ 481.008 mil, sendo que deste montante R$ 322.094 mil se refere a compra de Veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) para uso nas operações e na locação de caminhões, máquinas e equipamentos, despesa de depreciação apropriada no exercício de R$ 202.090 mil, (ii) desmobilização e transferência de veículos, máquinas e equipamentos para "Ativo imobilizado disponível para a venda" no montante de R$ 183.744 mil de custo e R$ 73.294 mil de depreciação acumulada, (iii) baixas líquidas de outros itens do ativo imobilizado no montante de R$9.118 mil. Os ativos relevantes que compõem os saldos dessa rubrica se referem à Veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) no valor de R$ 937.444 mil e máquinas e equipamentos de R$ 363.830 mil, ambos líquidos de depreciação acumulada.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "intangível" apresentou saldo de R$ 165.137 mil e R$ 172.251 mil para o mesmo período de 2017. Esta redução de R$7.114 mil ou 4,1% decorreu principalmente de: (i) redução pela amortização apropriada no exercício referente ao contrato de acordo de não competição registrado em 2017 pela aquisição das Sociedades Borgato, (ii) e cisão da JSL Holding Financeira, retirando no ativo intangível o montante de R$ 3.746 mil. Os ativos relevantes que compõem os saldos dessa rubrica referem-se a ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de R$82.959 mil decorrente da aquisição das sociedades Borgato, ágio de R$ 3.918 mil pela aquisição da Transrio, fundo de comércio e de exploração da marca MAN pela Transrio na aquisição das filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe no valor total de R$ 30.814 mil, aos direitos de concessão de uso de imagem, que são direitos de comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra no valor total de R$ 10.800 mil, e à acordos de não competição e carteira de clientes, decorrente da aquisição das Sociedades Borgato, no valor de R$ 28.200 mil e R$ 7.204 mil refere-se à acordos de não competição da controlada Transrio.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante é de R$ 524.196 mil em comparação com R$ 561.412 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 25,9% em 31 de dezembro de 2018 e 27,9% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$ 188.221 mil em comparação com R$ 225.129 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução R$ 36.908 mil ou 16,4% se deve principalmente a liquidação antecipada de empréstimos das Sociedades Borgato.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "partes relacionadas" apresentou saldo de R$ 26.067 mil em comparação com R$ 43 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento R$ 26.024 mil se deve a compra de ações da Movida Participações S.A. no valor de R$ 26.067 mil que foram entregues aos antigos sócios das Sociedades Borgato como parte da combinação de negócios.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" apresentou saldo de R$ 61.375 mil, em comparação com R$ 18.446 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 42.929 mil ou 232,7% se deve a: (i) dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos no exercício no montante de R$ 27.122 mil (ii) juros sobre capital próprio no

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

montante de R$ 20.000 mil bruto e IRRF de R$ 3.000 mil e (iii) pagamento de dividendos relativos a exercício anterior no montante de R$ 1.193 mil.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R$ 34.769 mil, em comparação com R$ 57.314 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R$ 22.545 mil ou 39,3% se deve a: recompra de ações das Sociedades Borgato quando então foi liquidado o saldo que havia em aberto, que em 31 de dezembro de 2017 de R$ 57.314 mil, proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017, e o reconhecido saldo a pagar proveniente da recompra de ações que no período de 31 dezembro de 2018 era de R$ 34.769 mil, no curto prazo.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "outras contas a pagar" apresentou saldo de R$ 12.094 mil, em comparação com R$ 66.385 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R$54.291 mil ou 81,8% se deve principalmente a: (i) valores a pagar pela utilização de cartões de crédito pré-pagos referente aos caminhoneiros subcontratados da JSL S.A pela JSL Leasing, que foi cindida em 31 de dezembro de 2018, (ii) letras de arrendamento mercantil pela cisão da JSL Holding Financeira.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o passivo não circulante era de R$ 917.753 mil em comparação com R$ 755.190 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 45,4% em 31 de dezembro de 2018 e 37,6% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$ 698.229 mil em comparação com R$ 558.803 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 139.426 mil ou 25,0% se deve principalmente a: (i) Captações de novos empréstimos, em linhas gerais para os produtos atrelados a modalidade "Finame" (ii) Captação de crédito internacional no exercício no montante de R$ 150.800 mil (iii) transferências de valores para curto prazo conforme prazo de doze meses.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R$ 136.459 mil em comparação com R$ 104.337 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 32.122 mil ou 30,8% se deve principalmente a: (i) diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, (ii) diferenças temporárias das operações de leasing financeiro, parcialmente compensado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R$ 33.275 mil em comparação com R$ 45.833 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R$ 12.558 mil ou 27,4% se deve a: recompra de ações das Sociedades Borgato quando então foi liquidado o saldo que havia em aberto, que em 31 de dezembro de 2017 de R$ 45.833 mil no longo prazo, proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017, e reconhecido saldo a pagar proveniente da recompra de ações que no período de 31 dezembro de 2018 era de R$ 33.275 mil, no longo prazo.

Cessão de direitos creditórios

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "cessão de direitos creditórios" apresentou saldo de R$ 16.761 mil, em comparação com R$ 24.171 mil em 31 de dezembro de 2017 esta redução de R$ 7.410 mil ou 30,7% se deve a: a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos, o valor futuro da carteira cedida foi de R$ 40.077 mil, o valor recebido pela Vamos foi de R$ 30.214 mil e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato, que tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio líquido era de R$ 581.483 mil em comparação com R$ 694.165 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R$ 112.682 mil ou 16,2%, decorreu por conta principalmente de: (i) cisão da JSL Holding Financeira reduzindo o capital social em R$82.879 mil (ii) recompra de ações no valor de R$ 94.193 mil e (iii) distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R$ 47.122 mil, (iv) parcialmente compensado pelo lucro líquido do exercício no montante de R$ 112.937 mil

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante e Patrimônio líquido

O aumento nos saldos de ativos e passivos decorreu por conta principalmente: (i) aquisição das Sociedades Borgato, e (ii) transferência de investimentos da controladora JSL S.A. em outubro de 2017, quando foi transferido para a Companhia 99,99% das quotas nas empresas JSL Holding Financeira e Transrio.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Fluxo de Caixa								
(Valores em milhares de R$)	**31/12/2018**	**AV**	**31/12/2017**	**AV**	**31/12/2016**	**AV**	**2018 x 2017**	**2017 x 2016**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**488.541**	**-835,9%**	**316.278**	**319,5%**	**135.982**	**753,5%**	**54,5%**	**132,6%**
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(26.723)**	**45,7%**	**99.186**	**100,2%**	**1.773**	**9,8%**	**-126,9%**	**5494,2%**
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(308.719)**	**528,2%**	**(62.918)**	**-63,6%**	**(9.500)**	**-52,6%**	**390,7%**	**562,3%**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(58.443)**	**100,0%**	**98.989**	**100,0%**	**18.047**	**100,0%**	**-159,0%**	**448,5%**
Caixa e equivalentes de caixa							-	-
No início do exercício	117.048	-200,3%	18.059	18,2%	12	0,1%	548,1%	150391,7%
No final do exercício	58.605	-100,3%	117.048	118,2%	18.059	100,1%	-49,9%	548,1%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(58.443)**	**100,0%**	**98.989**	**100,0%**	**18.047**	**100,0%**	**-159,0%**	**448,5%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 276.999 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 62.721 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$ 214.278 mil. Esse aumento decorreu principalmente: (i) aumentos nos ajustes ao lucro operacional do exercício no montante de R$ 204.489 mil, (ii) acompanhado das variações das atividades no capital circulante líquido que resultou no aumento na utilização de R$ 32.226 mil entre as principais linhas: (a) houve aumento no pagamento a fornecedores de insumos no montante de R$27.154 mil, em razão de liquidação das obrigações, parcialmente compensadas pelas novas contratações, (b) melhores condições de pagamento para fornecedores *floor plan*, que gerou um caixa de R$ 10.722 mil, (c) compra de peças para estoque, que gerou um aumento na saída de caixa de R$ 25.582 mil; (d) Recebimento de clientes, que gerou caixa de R$ 5.456 mil, relacionado ao crescimento da venda de veículos e serviços, (e) Resgates líquidos de títulos e valores mobiliários no montante de R$ 83.677 mil (f) aumento da compra de ativo imobilizado para utilização nas operações de locação no montante de R$ 41.338 mil.

Caixa líquido consumido e gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$ 26.723 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma geração de caixa de R$ 99.186 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R$ 125.909 mil, ou 126,9%, é justificada pelos eventos de: (i) caixa recebido na combinação de negócios das Sociedades Borgato, no montante de R$34.953 mil em 2017, (ii) caixa líquido incorporado a Vamos de transferência de investimento das empresas JSL Holding Financeira e Transrio no montante de R$ 64.298 mil em 2017, (iii) caixa transferido na cisão da JSL Holding Financeira no montante de R$ 21.921 mil em 2018, (iv) aumento nas compras de imobilizado e intangível para investimento no montante de R$ 4.737 mil em 2018.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$ 308.719 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 62.918 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de caixa de R$ 245.801 mil, ou 390,7%, é justificada por: (i) pagamentos de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 380.479 mil, em 2018 e R$ 218.246 mil em 2017, (ii) pagamento de aquisições de empresa no montante de R$ 103.622 mil em 2018 contra R$ 10.056 mil em 2017, (iii) pagamento de cessão de direito creditório no montante de R$ 6.649 mil em 2018 contra captação de R$ 30.214 mil em 2017, (iv) captação de R$ 183.224 mil de empréstimos e financiamentos em 2018 contra R$ 21.968 mil em 2017, (v) aumento de capital social no montante de R$ 113.202 mil em 2017.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO de 2016

Fluxo de caixa das atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento

As variações, positivas e negativas sobre os linhas de atividades operacionais, investimento e financiamento no fluxo de caixa no exercício de 2017 teve como principais motivos: (i) aquisição das Sociedades Borgato, e (ii) transferência de investimentos da controladora JSL S.A. em outubro de 2017, quando foi transferido para a Companhia 99,99% das quotas nas empresas JSL Holding Financeira e Transrio.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das nossas operações, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é mensurada pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento.
Os negócios do Grupo foram divididos em três segmentos operacionais: (i) concessionárias de veículos; (ii), serviços financeiros (cindido em 31 de dezembro de 2018) e (iii) locação de veículos pesados. O detalhamento referente a cada categoria dessas receitas consiste em:

1. Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;

2. Serviços financeiros (operação descontinuada): operações de arrendamento financeiro e/ou operacional para a aquisição de veículos e equipamentos definidas na Lei 6.099/74, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; e

3. Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.

As informações da receita por segmento de negócios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 são as seguintes:

Receita por segmento								
	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Locação de Veículos Pesados	582.311	62,0%	375.273	90,7%	207.508	100,0%	55,2%	80,8%
Concessionária de veículos	388.692	41,4%	39.548	9,6%	-	0,0%	882,8%	-
Eliminações	(32.057)	-3,4%	(1.082)	-0,3%	-	0,0%	2862,8%	-
Receita Líquida	**938.946**	**100,0%**	**413.739**	**100,0%**	**207.508**	**100,0%**	**126,9%**	**99,4%**

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

De acordo com os diretores da Companhia o principal fator que afetou os resultados operacionais da Companhia, de forma material, foi a reestruturação do Grupo, efetuada com o propósito de simplificar a estrutura societária, no que tange a operação de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados. A reestruturação consistiu na transferência, em 31 de outubro de 2017 pela JSL S.A. de 99,99% das quotas das empresas JSL Holding Financeira e Transrio, para a Vamos que passou a ser a controladora dessas empresas. Assim como, no que se refere a variação de 2015 para 2016, o principal fator foi a incorporação da empresa JP Tecnolimp S.A ("JP Tecnolimp") em agosto de 2016, anteriormente controlada pela JSL S.A, assim como a cisão parcial da Movida GTF, por meio do qual a controladora JSL S.A efetuou aumento de capital na Vamos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os diretores da Companhia entendem que as variações positivas na receita dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 estão principalmente relacionadas ao crescimento das atividades da Companhia através do aumento da base de clientes e aumento do número de contratos com os mesmos clientes.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foi constatado variações em nossas receitas diretamente decorrentes a modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A Administração supervisiona a gestão dos riscos financeiros com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos referidos riscos financeiros.

Em decorrência dos financiamentos obtidos no último exercício social, um dos indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das dívidas da Companhia. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação negativa do CDI no último exercício social impactou positivamente a Companhia, bem como a redução do custo de dívida.

A Companhia possui ainda contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TJLP.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social e no exercício social corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação tanto pouco da variação de preços dos insumos e do câmbio.

Inflação: Enquanto pequenas variações no índice de inflação podem ser repassadas aos clientes da Companhia sem representar um impacto relevante sobre a demanda dos produtos que a Companhia vende, os Diretores da Companhia acreditam que um aumento significativo no índice de inflação possa afetar adversamente a demanda pelas produtos e serviços da Companhia, o que pode (i) prejudicar a confiança dos consumidores e (ii) afetar adversamente o poder de compra dos consumidores.

Risco de variações de taxas de câmbio: O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional do Grupo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais do Grupo, principalmente em Reais, mas também em Dólares Americanos. Esse empréstimo foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por um instrumento de swap, que troca a indexação cambial por CDI, limitando a exposição à eventuais perdas por variações cambiais.

Risco de taxas de juros: É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, do Grupo, sujeitas a taxas de juros.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em 2018, o Brasil viveu um ano de incertezas políticas geradas pela eleição presidencial em conjunto com uma conjuntura econômica desafiadora, a qual foi ainda mais impactada pela greve dos caminhoneiros que ocorreu no primeiro semestre do ano. Mesmo assim, a Companhia apresentou crescimento em todos os seus negócios, totalizando Receita Líquida equivalente a R$938,9 milhões, o que representou crescimento de 126,9% em relação a 2017. A Companhia também apresentou crescimento nos resultados, registrando um Lucro Líquido de R$ 112,9 milhões, um EBITDA de R$432,5 milhões e margem EBITDA de 46,1% em 2018. Isso foi resultado da estratégia de expansão orgânica e consolidação da empresa adquirida (Borgato), tendo como destaque o crescimento do seu principal negócio: a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Em dezembro de 2018, o saldo da Receita futura contratada de locação ("Backlog") já totalizava R$1,8 bilhão (+25,0% em relação a dezembro de 2017) e a frota total locada contava com 10.862 ativos.

Em 2019, a Companhia seguirá com a estratégia de crescimento e consolidação do seu modelo de negócios, com o objetivo de manter sua posição de liderança e explorar o mercado potencial para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os gestores da Vamos S.A. e JSL S.A. noticiaram entender que, para o melhor aproveitamento da sinergia de cada um dos negócios desenvolvidos dentro do conglomerado do qual fazem parte e que é, em sua totalidade, controlado pela JSL, a Vamos deve deter apenas participação em negócios relacionados à sua atividade principal, qual seja, locação de máquinas, veículos e equipamentos pesados, com ou sem condutor e prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva).

Como principal efeito desta cisão, em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia com a redução do capital no valor de R$82.879 mil referente ao acervo líquido contábil composto de investimento na JSL Holding Financeira, transferida para a sua controladora JSL S.A. Dessa forma, o capital social da Companhia, que era de R$565.696 mil passa a ser de R$482.817 mil, dividido em 312.007 mil ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Como resultado da cisão, a Companhia deixa de atuar no segmento financeiro de arrendamento mercantil, e os resultados desta operação descontinuada são demonstrados a seguir.

(i) Resultado líquido das operações descontinuadas

A Companhia apresentou os seguintes resultados com as operações descontinuadas relativas às operações da JSL Holding Financeira:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	**31.855**	**5.031**
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(10.423)	(1.805)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	-
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	**(10.423)**	**(1.805)**
(=) Lucro bruto	**21.432**	**3.226**
Despesas administrativas	(11.286)	(1.781)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	(35)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**10.175**	**1.410**
Receitas financeiras	7.651	448
Despesas financeiras	(6.960)	(256)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**10.866**	**1.602**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.111)	(179)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(2.710)	(355)

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	**(3.821)**	**(534)**
(=) Lucro líquido do exercício	**7.045**	**1.068**
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	7.045	1.068
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	336.585.273	159.833.629
Lucro líquido básico e diluído por ações - R$	0,02093	0,00668

O resultado de operações descontinuadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de R$ 7.045 mil (R$ 1.068 mil em 31 de dezembro de 2017) é totalmente atribuído à Companhia.

(ii) Fluxos de caixa proveniente das (utilizado nas) operações descontinuadas

	31/12/2018	**31/12/2017**
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(21.565)	11.351
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(251)	(2.473)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	10.000	22.990
Caixa líquido (utilizado nas) proveniente de operações descontinuadas	**(11.816)**	**31.868**

(iii) Efeito da cisão sobre a posição financeira do Grupo

	Acervo líquido cindido – data base 31/12/2018
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	21.921
Títulos e valores mobiliários	77.144

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Contas a receber	101.071
Outros ativos	2.105
Total do ativo circulante	**202.241**
Não circulante	
Contas a receber LP	23
Imposto de renda e contribuição social diferidos	94
Total do ativo realizável a longo prazo	**117**
Imobilizado	1.392
Intangível	3.746
Total do ativo não circulante	**5.255**
Total do ativo	**207.496**

Passivo	
Circulante	
Cartões de credito a pagar	23.116
Letras de arrendamento mercantil	83.474
Tributos a recolher	2.860
Outras contas a pagar	15.167
Total do passivo circulante	**124.617**
Acervo líquido cindido	**82.879**

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Movimentações ocorridas durante o exercício de 2017

(i) Transferência de investimentos da Controladora JSL S.A.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Com o propósito de simplificar a estrutura societária, no que tange a operação de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados, em 31 de outubro de 2017 a Controladora JSL S.A. transferiu 99,99% das quotas das empresas JSL Holding Financeira e Transrio, para a Vamos que passou a ser a Controladora dessas empresas. O valor dos ativos e passivos transferidos estão demonstrados abaixo:

	Balanço Consolidado, data base 31/10/2017		
	Empresas origem		**Empresa de destino**
	Transrio	**JSL Holding Financeira**	**Vamos**
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	41.578	22.720	64.298
Títulos e valores mobiliários	-	16.847	16.847
Contas a receber	24.301	69.071	93.372
Estoques	42.845	-	42.845
Tributos a recuperar	3.880	248	4.128
Outros ativos circulantes	14.765	683	15.448
Total do ativo circulante	**127.369**	**109.569**	**236.938**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.752	10.539	22.291
Imobilizado líquido	44.944	2.091	47.035
Intangível líquido	42.257	3.751	46.008
Outros ativos não circulantes	22.162	-	22.162
Total do ativo não circulante	**121.115**	**16.381**	**137.496**
Total do ativo	**248.484**	**125.950**	**374.434**
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.025	-	4.025
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	623	623
Outros passivos circulantes	68.144	51.459	119.603
Total do passivo circulante	**72.169**	**52.082**	**124.251**

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Empréstimos e financiamentos	20.390	-	20.390
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	8.630	8.630
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.027	-	2.027
Total do passivo não circulante	**22.417**	**8.630**	**31.047**
Patrimônio líquido			
Capital social	181.886	55.709	237.595
Prejuízos acumulados	(27.988)	(3.943)	(31.931)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	13.472	13.472
Total do patrimônio liquido	**153.898**	**65.238**	**219.136**
Total do passivo e patrimônio líquido	**248.484**	**125.950**	**374.434**

(ii) Aquisição das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Maquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. (em conjunto denominadas "Sociedades Borgato"). Esta aquisição está em linha com a estratégia de crescimento da Vamos no segmento de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas, esperando assim uma sinergia com seu atual portfólio.

Como principal efeito desta aquisição, a Companhia aumentará a sua participação no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, esperando assim uma sinergia com seu atual portfólio.

O valor da transação foi de R$ 224.116 mil, pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores das contraprestações
Depósito em Garantia (i)	20.000
Valor a pagar em parcelas (ii)	93.203
Valor pago com ações da Controladora (iii)	110.913
Preço total (contraprestação), conforme contrato	**224.116**

(i) O montante de R$ 20.000 mil ficará retido pelo prazo de cinco anos como garantia de eventuais contingências ("Escrow") e está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas". Cabe destacar que os valores referentes à Escrow foram revertidos em 2018;

(ii) O referido valor está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" a ser pago em 58 parcelas até agosto de 2022, sendo que do total a pagar, apenas R$ 50.000 mil serão atualizados com base em 100% do CDI;

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(iii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi avaliado utilizando a metodologia de rentabilidade futura, que se baseia na análise retrospectiva, na projeção de cenários e em fluxos de caixa descontados, o qual está suportado por laudo de avaliação. Para este montante foram emitidas 31.937 mil ações ordinárias.

Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	34.953	-	34.953
Contas a receber	49.264	-	49.264
Estoques	48.730	-	48.730
Imobilizado	280.264	4.171	284.435
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	19.311	(1.513)	17.798
Carteira de clientes	-	25.900	25.900
Acordo de não competição	-	2.300	2.300
Marca	-	4.300	4.300
Outros ativos	55.570	-	55.570
Total do ativo	**488.092**	**35.158**	**523.250**
Passivo			
Fornecedores	48.168	-	48.168
Empréstimos e financiamentos	292.949	-	292.949

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

Arrendamentos financeiros a pagar	9.282	-	9.282
Demais passivos	31.694	-	31.694
Total do passivo	**382.093**	**-**	**382.093**
Total do ativo líquido			**141.157**
Valor justo da contraprestação paga			**224.116**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)			**(82.959)**

Resultou da aquisição o montante de R$ 35.158 mil relativo a mais-valia dos ativos líquidos adquiridos, composto por R$ 2.658 mil decorrente de ajuste a valor justo do ativo imobilizado e R$ 32.500 mil de ativos intangíveis líquidos identificados e alocados como carteira de clientes, acordo de não competição e marca. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) gerado na operação é de R$ 82.959 mil.

Esta combinação de negócios não contribuiu para o resultado da Vamos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pois, como mencionado acima, a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017. Se a aquisição das Sociedades Borgato tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017, as receitas líquidas consolidadas para este ano seriam aumentadas em R$ 258.613 mil e o lucro líquido Consolidado do exercício seria aumentado em R$ 5.131 mil.

(i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	**Técnica de avaliação**
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método *relief-from-royalty* e método *multi-period excess earnings*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Valor pago com ações da Controladora	Método de rentabilidade futura, baseado em projeções de cinco anos (15,4% de taxa de crescimento média para EBITDA e 4,0% na perpetuidade) e fluxos de caixa descontados (*WACC* de 13,6%), é suportado por um relatório de avaliação.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(ii) Custo aquisição

A Vamos incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 434 mil referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

Movimentação ocorrida durante o exercício de 2018

(iii) Recompra de ações das Sociedades Borgato

Conforme mencionado acima, em 22 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A. ("Sociedades Borgato"). A contraprestação pela participação adquirida foi composta por uma parte a pagar em dinheiro de forma parcelada, garantida em conta "*Escrow*", e outra parte paga com 9% de participação com ações da Vamos.

Em 08 de junho de 2018 a Companhia, em conjunto com a JSL S.A., firmou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra das ações representando os 9% de sua participação na Vamos pelo valor de R$ 115.000 mil. O valor foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela de R$ 20.807 mil em que a JSL S.A. entregou 3.037.500 ações suas e aumentou sua participação na Vamos de 91% para 99.99%; e (ii) a Vamos recomprou o restante das ações pelo valor de R$ 94.193 mil, registradas como ações em tesouraria, sendo pagos em ações da Movida Participações S.A., no valor de R$ 26.067 mil, adquiridas da JSL S.A. e entregue aos antigos sócios da Sociedade Borgato, contabilizado na rubrica "partes relacionadas", e R$ 68.126 mil (R$ 66.631 mil ajustado a valor presente) a pagar em parcelas anuais, iniciando em janeiro de 2019 até 2021, corrigidas pelo CDI, registrado na rubrica "obrigações a pagar por aquisição de empresas".

Ainda como parte da negociação, foram pagas, até 11 de junho de 2018, as obrigações por aquisições de empresas no valor de R$ 103.622 mil (R$ 103.147 mil a pagar em 31 de dezembro de 2017), referente a combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças contábeis significativas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016. As alterações ocorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 estão descritas no item (b) elencado abaixo.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A adoção da CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e nas demonstrações dos resultados do Grupo, já o efeito da adoção da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

Novos Pronunciamentos	Divulgado 31/12/2017	Ajustes calculados CPC 48 / IFRS 9	Valor Calculado em 01/01/2018
Ativos			
Contas a receber	240.860	-	240.860
(-) Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	(35.583)	(4.081)	(39.664)
Despesas antecipadas	3.863	-	3.863
Outros ativos circulantes	372.835	-	372.835
Total dos ativos circulantes	**581.975**	**(4.081)**	**577.894**
Contas a receber	22.272	-	22.272
Outros ativos não circulantes	1.406.520	-	1.406.520
Total dos ativos não circulantes	**1.428.792**	**-**	**1.428.792**
Total dos ativos	**2.010.767**	**(4.081)**	**2.006.686**
Passivo			
Outros passivos circulantes	561.412	-	561.412

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Total do passivo circulante	**561.412**	**-**	**561.412**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.337	(1.387)	102.950
Outros passivos não circulantes	650.853	-	650.853
Total do passivo não circulante	**755.190**	**(1.387)**	**753.803**
Patrimônio líquido			
Capital social	565.696	-	565.696
Reserva de capital	23.639	-	23.639
Reserva de lucros	104.830	(2.694)	102.136
Total do patrimônio líquido	**694.165**	**(2.694)**	**691.471**
Total	**2.010.767**	**(4.081)**	**2.006.686**

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

O Grupo aplicou incialmente o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo fez a opção pela adoção do método retrospectivo modificado e, dessa forma, não será requerido a reapresentar saldos comparativos anteriores ao exercício apresentado.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

A adoção deste pronunciamento resultou na seguinte principal mudança das políticas contábeis:

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
	O Grupo possui custos com comissão de vendas, em consequência dos contratos com clientes.	O CPC 47 / IFRS 15 define custos incrementais como custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido e orienta que tais custos deverão ser ativados quando forem recuperáveis, seja de forma direta ou indireta.
Capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato.	Atualmente, o Grupo tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato no momento em que eles são incorridos.	Dessa forma o Grupo reconhecerá estes gastos como um ativo de contrato, já que a recuperação das despesas é esperada. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que eram contabilizados quando incorridos, serão capitalizados e diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em 1º de janeiro de 2018, o Grupo adotou a aplicação inicial da nova norma contábil CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. As mudanças nas políticas e ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram realizados de forma prospectiva (efeitos apresentados no patrimônio líquido).

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

O Grupo realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e classificou seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A tabela a seguir e os itens abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Não houve alteração da categoria de 'outros passivos financeiros' para os passivos financeiros do Grupo.

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2017 - CPC 38 / IAS 39				1º de janeiro de 2018 - CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor justo por meio de resultado (i)	Mantidos até o vencimento (iii)	Empréstimos e recebíveis (ii)	Total	Ativo ao valor justo por meio de resultado (i)	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	112.814	-	4.234	117.048	112.814	4.234	117.048
Títulos e valores mobiliários	104.079	4.378	-	108.457	104.079	4.378	108.457
Contas a receber	-	-	227.549	227.549	-	227.549	227.549
Fundo para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	4.865	4.865	-	4.865	4.865
Total	**216.893**	**4.378**	**256.583**	**477.854**	**216.893**	**260.961**	**477.854**

(i) Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado (VJR)

As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria. Esses instrumentos financeiros foram designados como mensurado a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48 / IFRS 9.

(ii) Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, partes relacionadas, fundo para capitalização de concessionárias e outros créditos que anteriormente eram classificados como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis", e consequentemente, mensurados pela taxa efetiva de juros, foram avaliados de acordo com a nova norma IFRS 9 / CPC 48, e classificados como custo amortizado.

(iii) Reclassificação de mantidos até o vencimento para custo amortizado

As outras aplicações financeiras que anteriormente estavam classificados como "mantidos até o vencimento", agora são classificadas pelo custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

O novo modelo de redução ao valor recuperável possui duas abordagens, na qual a provisão é mensurada de acordo com as perdas esperadas para 12 (doze) meses ou perdas esperadas para vida inteira do ativo financeiro. A base de provisão dependerá da análise do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Para recebíveis comerciais e ativos contratuais que resultam em transações no escopo da CPC 47 / IFRS 15 e que não possuam um componente significativo de financiamento, o CPC 48 / IFRS 9 permite como expediente prático, a aplicação de um modelo simplificado, no qual as perdas esperadas são reconhecidas pela vida inteira do ativo financeiro.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas ou ênfases presentes nos relatórios do auditor referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia informam que mantém a prática da revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as incluídas na legislação societária, nos pronunciamentos técnicos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), e aprovada pela CVM.

Portanto, informam que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício e potenciais alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

Os Diretores da Companhia informam que julgamentos, estimativas e premissas contábeis a seguir apresentados são significativas:

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nos seguintes itens:

i) Consolidação e combinação de negócio: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida;

ii) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento;

iii) Classificação de arrendamento mercantil;

iv) Receita de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo.

a.1 Reconhecimento da receita de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviço

No curso normal de renovação de suas frotas, o Grupo Vamos efetua a venda de ativos (veículos, máquinas e equipamentos pesados) utilizados na prestação de serviços. O reconhecimento da receita requer um controle minucioso para identificar o momento em que o Grupo Vamos transfere tal controle sobre os serviços e/ou ativos ao cliente e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo. O reconhecimento da receita envolve controles auxiliares na determinação do momento em que o controle é transferido para a contraparte e julgamento da administração para determinar o momento em que o Grupo Vamos deixa de manter envolvimento na gestão do ativo.

b. Estimativas e premissas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nos seguintes itens:

i) Imobilizado (premissas em relação à definição do valor residual e da vida útil);

ii) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – *impairment* (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

iii) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber – (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

10.5 - Políticas contábeis críticas

iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos (recuperabilidade futura e período de realização);

v) Provisão para demandas judiciais e administrativas (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

b.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Vamos possui ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e fundos de comércio registrados na rubrica de "intangíveis". Para a avaliação da recuperabilidade dos ágios e do fundo de comércio são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros. O Grupo Vamos avalia anualmente a projeção desses fluxos de caixa futuros, bem como as premissas que os determinam, tais como volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de descontos. Alterações nas premissas significativas utilizadas podem afetar de forma relevante as demonstrações financeiras

b.2 Impostos

O Grupo Vamos possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados como recuperáveis com base em projeções realizadas sobre a geração de lucros tributáveis futuros. O Grupo Vamos utiliza-se de certas premissas e julgamentos significativos na determinação do lucro tributável futuro, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos, as taxas de desconto, bem como a determinação do prazo de utilização e interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos.

b.3 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, o valor justo de ativos é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros

b.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada. A Companhia tem como política a constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes de acordo com "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

b.5 Vida útil e valor residual

Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Vamos possui imobilizado relativo a veículos, máquinas e equipamentos. O Grupo Vamos revisa anualmente as premissas utilizadas para determinar a

10.5 - Políticas contábeis críticas

estimativa de vida útil econômica dos ativos. Adicionalmente, o Grupo Vamos utiliza premissas e julgamentos significativos para determinar o valor residual estimado na venda dos ativos de locação. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Grupo Vamos como arrendatário

O Grupo Vamos possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

Grupo Vamos como arrendador

Adicionalmente, o Grupo Vamos possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional com prazos de vencimento até 2022. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Em dezembro de 2017 a Companhia efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado.

A Companhia será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida foi de R$ 40.077, o valor recebido pela Companhia foi de R$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Grupo como arrendatário

Conforme descrito no item 10.6 deste Formulário de Referência, a Companhia possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R$ 12.414 mil (R$ 1.786 mil em 31 de dezembro de 2017). Os pagamentos mínimos futuros são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Obrigações futuras de arrendamentos operacionais	11.455	11.454	11.432	10.394	72.494	**117.229**

Grupo como arrendador

Conforme descrito no item 10.6 deste documento, o Grupo possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional com prazos de vencimento até 2022. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Obrigações futuras de arrendamentos operacionais	540.735	430.568	341.153	241.744	130.755	101.600	**1.786.555**

(b) Natureza e o propósito da operação

Os aluguéis de imóveis são contratados com o objetivo de serem utilizados para o exercício das atividades operacionais da Companhia.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Vide item 10.7(a) acima.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2018, foram investidos R$478 milhões, sendo composto principalmente por R$322 milhões investidos na aquisição de Veículos, incluindo caminhões, carretas e cavalos mecânicos, e R$156 milhões investidos na aquisição de Máquinas e Equipamentos. Tais investimentos são parte do ciclo do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, o principal segmento da empresa, e referem-se à aquisição de ativos a serem entregues a clientes que assinaram o contrato de locação de longo prazo com a Companhia.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

O segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é caracterizada pela necessidade de uso intensivo de capital e, dessa forma, o acesso ao mercado financeiro e de capitais é fundamental para financiar a expansão e renovação da frota. Atualmente, a principal fonte de financiamento dos investimentos da Companhia são as linhas de repasse do BNDES, via contrato FINAME. A Companhia também utiliza de recursos próprios para financiar seus investimentos, porém em menor escala.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não está em andamento ou prevista a realização de quaisquer desinvestimentos que não estejam no curso normal das operações da Companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável à Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável à Companhia, uma vez que não há previsão de introdução de novos produtos e serviços.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

A tabela abaixo contém algumas das principais informações derivadas das demonstrações financeiras combinadas carve-out, para os exercícios findos em 2018, 2017 e 2016, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo International Accouting Standard Board (IASB) e, também, com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis do Grupo Vamos, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde 1º de janeiro de 2016, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil" – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF" – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A.).

As demonstrações financeiras combinadas carve-out não consolida o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding Financeira e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding Financeira e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A.

A Companhia acredita que as informações financeiras combinadas carve-out demonstram o melhor entendimento da sua performance financeira.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

Abaixo a Companhia apresenta as principais métricas financeira e de liquidez para avaliação de seu negócio, as quais revisadas regularmente pela administração da Companhia:

(Em milhares de R$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Patrimônio Líquido	642.964	709.320	437.651
Receita Líquida	983.290	674.756	628.980
Lucro Líquido de operações continuadas	116.274	92.584	77.875
EBITDA (i)	452.175	304.993	272.475
Margens EBITDA (ii)	46,0%	45,2%	43,3%
Dívida bruta (iii)	934.922	830.839	645.960
Dívida líquida (iv)	863.390	656.108	550.334
Caixa e equivalente de caixa	58.605	83.311	34.220
Títulos e valores mobiliários	8.047	91.420	61.406
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	-	-
Alavancagem Líquida	1,91	2,15	2,02

10.9 - Outros fatores com influência relevante

(i) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício ajustado pelo Total do Imposto de Renda e contribuição social, Resultado Financeiro Líquido e Depreciação e Amortização.

(ii) A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela Receita líquida de prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

(iii) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes.

(iv) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como saldo de risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes (em conjunto "Dívida Bruta"), subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada. A Administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

a. Estrutura de Capital

(Em milhares de R$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	1.448.512	1.269.883	848.958
Patrimônio líquido (capital próprio)	642.964	709.320	437.651
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	**2.091.476**	**1.979.203**	**1.286.609**
Parcela de capital de terceiros	69,3%	64,2%	66,0%
Parcela de capital próprio	30,7%	35,8%	34,0%

(Em milhares de R$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2018	2017	2016
Caixa e aplicações financeiras	**71.532**	**174.731**	**95.626**

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Dívida bruta de curto prazo	204.310	244.240	135.300
Dívida bruta de longo prazo	730.612	586.599	510.660
Dívida Bruta (i)	**934.922**	**830.839**	**645.960**
Dívida líquida (ii)	**863.390**	**656.108**	**550.334**

(i) Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como (i) saldo de risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, e (iii) arrendamentos financeiros a pagar, todos circulantes e não circulantes.

(ii) Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a Dívida Bruta, subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e a posição líquida dos instrumentos derivativos, todos circulantes e não circulantes.

(Em milhares de R$)	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2018	**2017**	**2016**
Alavancagem Líquida **(i)**	**1,91x**	**2,15x**	**2,02x**

(i) A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do nosso endividamento, em determinado período, em relação ao nosso resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo EBITDA de determinado período.

Em 2018, a Divida Bruta da Companhia registrou R$934.922 mil, composto principalmente pelas linhas do Balanço Combinado Carve-out de Empréstimos e Financiamentos, cujo montante de endividamento refere-se, em sua maioria, à Dívida Operacional fonte de financiamento na aquisição de seus 10.862 ativos do negócio de locação. Além disso, a Companhia realizou uma captação de em torno de R$150 milhões, via uma linha de crédito internacional (4131) e, simultaneamente, realizou a trava cambial desse montante com instrumentos derivativos. As linhas de Caixa e Aplicações Financeiras somaram R$71.532 mil, apresentando uma redução de 59,1% na comparação anual. Isso se deve, principalmente, ao fato de que no final de 2017 houve um aumento de caixa, através de um aumento de capital pela JSL, para a aquisição das Sociedades Borgato, o qual foi desembolsado apenas no início de 2018.

O Patrimônio Líquido, por sua vez, totalizou R$642.964 mil em 2018, R$709.320 mil em 2017 e R$437.651 mil em 2016. A redução de 9,4% no Patrimônio Líquido em 2018 em relação à 2017, deve-se à recompra da participação da família Borgato na Vamos, em junho de 2018, no valor de R$94 milhões.

Vale ressaltar que o Patrimônio Líquido de 2017 foi impactado pelo aumento de capital social no valor de R$113 milhões em 21 de dezembro de 2017 em decorrência da emissão de ações da Companhia dadas como contraprestação na aquisição da Borgato.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	31/12/2018				
	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Passivos Financeiros					
Fornecedores	83.032	83.032	83.032	-	-
Floor plan	53.413	53.413	53.413	-	-
Empréstimos e financiamentos	889.986	1.003.532	236.192	537.803	229.537
Arrendamentos financeiros a pagar	44.936	49.208	19.243	29.825	140
Partes relacionadas	26.067	26.067	26.067	-	-
Cessão de direitos creditórios	24.171	33.427	8.015	12.706	12.706
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	72.434	35.436	18.499	18.499
Outras contas a pagar	3.470	3.470	3.470	-	-
Total	**1.193.119**	**1.324.583**	**464.868**	**598.833**	**260.882**

a. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo Vamos, que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo Vamos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios do Grupo Vamos foram divididos em 2 segmentos operacionais: Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e Locação de caminhões, máquinas e equipamentos. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

a) Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;

b) Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados e gestão de frotas.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao país sede do Grupo Vamos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

(ii)

Receita por segmento								
	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	624.020	63,5%	444.525	65,9%	417.913	66,4%	40,4%	6,4%
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	391.327	39,8%	231.211	34,3%	211.067	33,6%	69,3%	9,5%
Eliminações	(32.057)	-3,3%	(980)	-0,1%	-	0,0%	3171,1%	-

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Receita Líquida	983.290	100,0%	674.756	100,0%	628.980	100,0%	45,7%	7,3%

a. **Alterações significativas em cada item das Demonstrações Financeiras**

COMPARAÇÃO DE RESULTADOS OPERACIONAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de R$, exceto índices)	31/12/18	AV	31/12/17	AV	31/12/16	AV	2018 x 2017	2017 x 2016
Receita Líquida	**983.290**	**100,0%**	**674.756**	**100,0%**	**628.980**	**100,0%**	**308.534**	**45.776**
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(552.881)	-56,2%	(327.114)	-48,5%	(336.043)	-53,4%	(225.767)	8.929
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(97.774)	-9,9%	(67.903)	-10,1%	(47.618)	-7,6%	(29.871)	(20.285)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	**(650.655)**	**-66,2%**	**(395.017)**	**-58,5%**	**(383.661)**	**-61,0%**	**(255.638)**	**(11.356)**
(=) Lucro bruto	**332.635**	**33,8%**	**279.739**	**41,5%**	**245.319**	**39,0%**	**52.896**	**34.420**
Despesas Gerais e Administrativa	**(117.471)**	**-11,9%**	**(106.562)**	**-15,8%**	**(91.210)**	**-14,5%**	**(10.909)**	**(15.352)**
Despesas comerciais	(22.533)	-2,3%	(15.951)	-2,4%	(15.126)	-2,4%	(6.582)	(825)
Despesas administrativas	(85.805)	-8,7%	(65.141)	-9,7%	(55.973)	8,9%	(20.664)	(9.168)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(9.133)	-0,9%	(25.470)	-3,8%	(20.111)	3,2%	16.337	(5.359)

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Outras receitas operacionais, líquidas	18.549	1,9%	7.773	1,2%	1.927	0,3%	10.776		5.846
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**233.713**	**23,8%**	**180.950**	**26,8%**	**156.036**	**24,8%**	**52.763**		**24.914**
Receitas financeiras	17.871	1,8%	12.032	1,8%	13.605	2,2%	5.839		(1.573)
Despesas financeiras	(84.494)	-8,6%	(57.253)	-8,5%	(49.523)	-7,9%	(27.241)		(7.730)
(=) Resultado financeiro líquido	**(66.623)**	**-6,8%**	**(45.221)**	**-6,7%**	**(35.918)**	**-5,7%**	**(21.402)**		**(9.303)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**167.090**	**17,0%**	**135.729**	**20,1%**	**120.118**	**19,1%**	**31.361**		**15.611**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(18.447)	-1,9%	(21.191)	-3,1%	(23.558)	-3,7%	2.744		2.367
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(32.369)	-3,3%	(21.954)	-3,3%	(18.685)	-3,0%	(10.415)		(3.269)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social	**(50.816)**	**-5,2%**	**(43.145)**	**-6,4%**	**(42.243)**	**-6,7%**	**(7.671)**		**(902)**
(=) Lucro líquido do exercício	**116.274**	**11,8%**	**92.584**	**13,7%**	**77.875**	**12,4%**	**23.690**		**14.709**

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Receita líquida

Receita líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$983.290 mil comparativamente a R$674.756 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$308.534 mil ou 45,7%. Essa receita de 31 de dezembro de 2018, antes das eliminações, foi composta por R$624.020 mil de receita do segmento de Locação e por R$391.327 milhões do segmento de Concessionárias. O crescimento expressivo na Receita Líquida, antes das eliminações, é resultado do crescimento em todos os segmentos da Companhia, onde destacamos:

(i) A expansão do segmento de locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, que apresentou aumento de 40,4% na comparação anual. Este crescimento é explicado pelo aumento orgânico da Receita Líquida de locação na comparação anual, e também pela consolidação do segmento de locação das Sociedades Borgato em dezembro de 2017. No ano de 2018, totalizamos 331 contratos com clientes de diversos setores da economia, tais como, o agronegócio, energia, transporte e alimentos, que geraram uma receita futura contratada ("backlog") de R$1,8 bilhão em dezembro de 2018 comparado à R$1,4 bilhão em dezembro de 2017, um aumento de 25,0%.

(ii) A maior representatividade do segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, devido à consolidação das 15 concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra, através da aquisição das sociedades Borgato; e devido ao crescimento da Receita nas concessionárias de caminhões e ônibus da marca Volkswagen/Man. Com isso, a receita líquida do segmento de concessionárias apresentou crescimento de 69,3% na comparação anual, passando de R$231.211 mil em 31 de dezembro de 2017 para R$391.327 mil em 31 de dezembro de 2018.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2018 foi de R$650.655 mil comparativamente a R$395.017 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$255.638 mil ou 64,7% devido:

(i) Aumento de R$179.826 mil em 2017 para R$308.474 mil, ou seja, R$128.648 mil dos custos das vendas, locações e prestação de serviços para o segmento de Concessionárias devido à consolidação das concessionárias de máquinas e equipamentos agrícolas da marca Valtra em 2018.

(ii) Aumento de R$148.268 mil em 2017 para R$270.590 mil, ou seja, R$122.322 mil dos custos das vendas, locações e prestação de serviços para o segmento de Locação atribuído, principalmente, ao crescimento da depreciação de máquinas e equipamentos de R$122.113 em 2017 para R$209.512 mil em 2018, ou seja, R$87.399 mil, explicado pela consolidação dos resultados da Borgato que possuem proporcionalmente maior quantidade de máquinas e equipamentos em sua frota.

Também houve um crescimento de R$67.903 mil em 2017 para R$97.774 em 2018 dos custos de venda de ativos desmobilizados devido ao maior volume de desmobilizações, principalmente, no segmento de locação.

Lucro bruto

Lucro bruto no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$332.635 mil comparativamente a R$279.739 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação

10.9 - Outros fatores com influência relevante

de R$52.896 mil ou 18,9%. A margem bruta foi de 33,8% e 41,5% nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, devido a:

(i) Uma redução na margem bruta do segmento de Locação de 51,5% em 2017 para 40,2% em 2018 devido ao aumento da depreciação de veículos e máquinas e equipamentos para uso nas operações e maior volume de desmobilização; e

(ii) Crescimento da participação do segmento de concessionárias de 34,2% em 2017 para 38,5% em 2018 sobre as receitas líquidas antes das eliminações enquanto a margem bruta do segmento de Concessionárias permaneceu estável em 21,9% em 2017 e 20,9% em 2018.

O segmento de concessionárias, possui historicamente margens menores comparadas ao negócio de locação, impactando de forma negativa a margem consolidada da Companhia conforme o aumento de representatividade na Receita. Vale ressaltar que o segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos é estrategicamente importante para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitirem maior eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$117.471 mil comparativamente a R$106.562 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$10.909 mil ou 10,2%. O crescimento das despesas administrativas e comerciais é atribuído principalmente aos maiores gastos com pessoal administrativo e comercial de R$37.787 em 2017 para R$58.297 mil em 2018, e serviços prestados por terceiros de R$5.134 mil em 2017 para R$9.677 mil, parcialmente, compensados pela redução de R$16.337 mil na linha de Perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato, a qual foi impactada em 2017 por um contrato específico com um cliente que entrou em recuperação judicial. As despesas gerais e administrativas em relação à Receita Líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 representaram 11,9% comparativamente a 15,8% no mesmo período de 2017, com uma variação de 3,9 p.p.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram de R$18.549 mil comparativamente a R$7.773 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$10.776 mil ou 138,6%. Os principais componentes dessa linha que explicam a variação em 2018 foram: (i) créditos extemporâneos de PIS/COFINS no valor de R$5.406 mil; e (ii) resultado na venda de aeronave no valor de R$2.175 mil. Vale ressaltar que a linha de outras receitas operacionais líquidas representou 1,9% e 1,2% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, não gerando impacto significativo para os resultados da Companhia.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$66.623 mil comparativamente a R$45.221 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$21.402 mil ou 47,3%. Este aumento é atribuído substancialmente pelo crescimento da despesa total do serviço da dívida de R$57.148 mil para R$71.170 mil, ou seja, R$14.022 mil devido, principalmente, a captação de empréstimos e financiamentos para expansão do negócio de locação, que aumentou a dívida líquida da Companhia no período para a aquisição de frota. Resultado financeiro, líquido representou 6,8% e 6,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente, ficando relativamente estável na comparação.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$167.090 mil comparativamente a R$135.729 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$31.361 mil ou 23,1%. O Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 17,0% e 20,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respectivamente. Esta queda é atribuída principalmente aos fatores mencionados na redução da margem bruta.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$50.816 mil comparativamente a R$43.145 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$7.671 milhões ou 17,8% e a alíquota efetiva de imposto de renda variou para 30,4% em 31 de dezembro de 2018 de 31,8% em 31 de dezembro de 2017. O aumento da despesa do imposto de renda e contribuição social deve-se, principalmente, ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R$135.729 mil em 2017 para R$167.090 mil em 2018, sendo que a redução na alíquota efetiva é devido ao crédito gerado pelos Juros sobre capital próprio ("JCP") em 2018, que foi de R$6.800 mil comparado a R$4.333 mil em 2017.

Lucro do exercício

Lucro do exercício no período encerrado em 31 de dezembro de 2018 foi de R$116.274 mil comparativamente a R$92.584 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$23.690 mil ou 25,6%. O aumento foi principalmente devido ao segmento de locação, mas também pelo crescimento no segmento das concessionárias. A margem líquida, considerando o Lucro do exercício das operações continuadas, foi de 11,8% e 13,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta queda é devida aos fatores mencionados na redução da margem bruta.

COMPARAÇÃO DE RESULTADOS OPERACIONAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Receita líquida

Receita líquida no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$674.756 mil comparativamente a R$628.980 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$45.776 mil ou 7,3% devido:

(i) Ao crescimento da receita líquida do segmento de locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, antes das eliminações, de R$417.913 mil em 2016 para R$444.525 mil em 2017, ou seja, R$26.612 mil, ou 6,4%, devido ao crescimento orgânico, com o fechamento de novos negócios neste segmento. Em dezembro de 2017, apresentamos uma receita futura contratada ("backlog") de R$1,4 bilhão comparado à R$1,3 bilhão em dezembro de 2016, um aumento de 9,0%.

(ii) A receita liquida do segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, antes das eliminações, cresceu de R$211.067 em 2016 para R$231.211 em 2017, ou seja, R$20.144 mil, ou 9,5%, devido ao crescimento da Receita nas concessionárias de caminhões e ônibus da marca Volkswagen/Man.

Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados

O Custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados em 31 de dezembro de 2017 foi de R$395.017 mil comparativamente a R$383.661 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$11.356 mil ou 3,0% devido:

10.9 - Outros fatores com influência relevante

(i) Aumento, de R$160.860 mil em 2016 para R$179.826 mil em 2017 dos custos do segmento de concessionárias, ou R$18.966, devido ao crescimento dos custos nas vendas de veículos novos de R$89.305 mil em 2016 para R$114.651 mil em 2017.

(ii) Queda, de R$175.183 mil em 2016 para R$148.268 mil, ou R$26.915 mil dos custos das vendas, locação e prestação de serviços para o segmento de Locação atribuído, principalmente, à redução dos valores alugados de veículos, máquinas e equipamentos utilizados nas operações de locação de R$48.528 mil em 2016 para R$27.540 mil em 2017, e maiores utilizações do crédito de recuperação de PIS e COFINS de R$10.357 em 2016 para R$23.146 em 2017.

Também, houve um crescimento de R$47.618 mil em 2016 para R$67.903 mil em 2017 dos custos com a venda de ativos desmobilizados devido ao maior volume de desmobilizações, principalmente, no segmento de locações.

Lucro bruto

Lucro bruto no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$279.739 mil comparativamente a R$245.319 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$34.420 mil ou 14,0%. A margem bruta representou 41,5% e 39,0% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, apresentando aumento de 2,5p.p. Tal melhora veio do segmento de Locação de caminhões, máquinas e equipamentos cuja margem bruta do segmento de Locação foi de 47,3% em 2016 e 51,5% em 2017, enquanto, a margem bruta do segmento de Concessionárias permaneceu estável em 22,5% em 2016 e 21,9% em 2017.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$106.562 mil comparativamente a R$91.210 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$15.352 mil ou 16,8%. Esse aumento foi principalmente devido à variação das despesas administrativas de R$55.973 mil em 2016 para R$65.141 mil em 2017 devido ao crescimento dos gastos com pessoal administrativo de R$23.217 mil em 2016 para R$28.516 mil em 2017 e aumento com despesas de alugueis de imóveis de R$5.703 mil em 2016 para R$7.644 mil em 2017, ambos, devido ao crescimento da Companhia. Também, houve um crescimento de R$20.111 mil em 2016 para R$25.470 mil das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, as quais foram impactadas em 2017 por um contrato específico com um cliente que entrou em recuperação judicial. Essa linha representou 15,8% e 14,5% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Outras receitas operacionais, líquidas

Outras receitas operacionais líquidas no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foram de R$7.773 mil comparativamente a R$1.927 milhões no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$5.846 mil ou 303,4% devido ao registro de créditos extemporâneos de R$2.489 mil em 2017. A linha de outras receitas operacionais líquidas representou 1,2% e 0,3% da receita líquida nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente, não sendo significativo para o resultado da empresa no período.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$45.221 mil comparativamente a R$35.918 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$9.303 mil ou 25,9%. Este aumento é atribuído ao crescimento da despesa total do serviço da dívida de R$48.410 mil em 2016 para R$57.148 mil em 2017 devido a captações de empréstimos e financiamentos para a expansão dos negócios de locação da Companhia em 2017 devido a aquisição de frota. Além disso, houve uma redução da receita de juros recebidos de R$7.692 mil em 2016 para R$3.045 mil em 2017. Resultado financeiro, líquido representou 6,7%

10.9 - Outros fatores com influência relevante

e 5,7% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$135.729 mil comparativamente a R$120.118 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$15.611 mil ou 13,0%. O lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 20,1% e 19,1% da receita líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 respectivamente, apresentando ligeira melhora de 1,0 p.p. devido aos fatores explicados nos itens acima.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$43.145 mil comparativamente a R$42.243 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$902 mil ou 2,1%. A alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social foi de 31,8% e 35,2% nos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. O aumento da despesa do imposto de renda e contribuição social deve-se, principalmente, ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social de R$120.118 mil em 2016 para R$135.729 mil em 2017, sendo que a redução na alíquota efetiva se refere ao crédito gerado pelo Juros sobre capital próprio ("JCP") em 2017 de R$4.333 mil.

Lucro do exercício

Lucro do exercício no período encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R$92.584 mil comparativamente a R$77.875 mil no mesmo período de 2016, o que representou uma variação de R$14.709 mil ou 18,9%. E a margem líquida representou 13,7% e 12,4% da receita líquida nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente. O aumento do Lucro Líquido é atribuído principalmente ao crescimento do negócio de locação.

.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Balanços Patrimoniais

Balanço Patrimonial								
Valores em milhares de R$	**31/12/18**	**AV**	**31/12/17**	**AV**	**31/12/16**	**AV**	**2018 x 2017**	**2017 x 2016**
ATIVO	**2.091.476**	**100,0%**	**1.979.203**	**100,0%**	**1.286.609**	**100,0%**	**5,7%**	**53,8%**
Circulante	**466.034**	**22,3%**	**485.720**	**24,5%**	**282.706**	**22,0%**	**-4%**	**72%**
Caixa e equivalentes de caixa	58.605	**2,8%**	83.311	**4,2%**	34.220	**2,7%**	-30%	143%
Títulos e valores mobiliários	7.253	**0,3%**	87.042	**4,4%**	61.406	**4,8%**	-92%	42%
Contas a receber	166.822	**8,0%**	154.080	**7,8%**	108.958	**8,5%**	8%	41%
Estoques	101.930	**4,9%**	85.130	**4,3%**	39.580	**3,1%**	20%	115%
Tributos a recuperar	11.406	**0,5%**	8.223	**0,4%**	3.063	**0,2%**	39%	168%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	17.875	**0,9%**	13.924	**0,7%**	7.389	**0,6%**	28%	88%
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	61.972	**3,0%**	35.319	**1,8%**	21.459	**1,7%**	75%	65%
Despesas antecipadas	7.505	**0,4%**	3.878	**0,2%**	365	**0,0%**	94%	962%
Adiantamentos a terceiros	16.932	**0,8%**	8.976	**0,5%**	4.353	**0,3%**	89%	106%
Outros créditos	15.734	**0,8%**	5.837	**0,3%**	1.913	**0,1%**	170%	205%
Não Circulante	**1.625.442**	**77,7%**	**1.493.483**	**75,5%**	**1.003.903**	**78,0%**	**9%**	**49%**
Realizável a Longo Prazo	**74.483**	**3,6%**	**74.597**	**3,8%**	**51.493**	**4,0%**	0%	45%

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Títulos e valores mobiliários	794	**0,0%**	4.378	**0,2%**	-	**0,0%**	-82%	-	
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	**0,2%**	-	**0,0%**	-	**0,0%**	-	-	
Contas a receber	14.189	**0,7%**	20.886	**1,1%**	-	**0,0%**	-32%	-	
Fundo para capitalização de concessionárias	23.477	**1,1%**	19.935	**1,0%**	33.000	**2,6%**	18%	-40%	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.594	**1,2%**	23.953	**1,2%**	16.367	**1,3%**	3%	46%	
Depósitos judiciais	4.648	**0,2%**	3.198	**0,2%**	1.870	**0,1%**	45%	71%	
Outros créditos	1.901	**0,1%**	2.247	**0,1%**	256	**0,0%**	-15%	778%	
Imobilizado	1.385.822	**66,3%**	1.250.379	**63,2%**	910.199	**70,7%**	11%	37%	
Intangível	165.137	**7,9%**	168.507	**8,5%**	42.211	**3,3%**	-2%	299%	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2.091.476**	**100,0%**	**1.979.203**	**100,0%**	**1.286.609**	**100,0%**	**5,7%**	**53,8%**	
Circulante	**528.125**	**25,3%**	**501.735**	**25,4%**	**306.350**	**23,8%**	**5%**	**64%**	
Fornecedores	83.032	4,0%	99.439	5,0%	78.844	6,1%	-16%	26%	
Floor Plan	53.413	2,6%	38.333	1,9%	53.539	4,2%	39%	-28%	
Risco sacado a pagar - montadoras	-	0,0%	2.860	0,1%	0	0,0%	-100%	-	
Empréstimos e financiamentos	189.109	9,0%	227.043	11,5%	127.831	9,9%	-17%	78%	
Arrendamentos financeiros a pagar	15.201	0,7%	14.337	0,7%	7.469	0,6%	6%	92%	

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Partes relacionadas	26.067	1,2%	43	0,0%	3	0,0%	60521%	1333%		
Cessão de direitos creditórios	7.410	0,4%	6.043	0,3%	0	0,0%	23%	-		
Obrigações trabalhistas	11.695	0,6%	9.292	0,5%	5.601	0,4%	26%	66%		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	446	0,0%	1.935	0,1%	0	0,0%	-77%	-		
Tributos a recolher	6.062	0,3%	7.560	0,4%	8.164	0,6%	-20%	-7%		
Adiantamentos de clientes	24.480	1,2%	15.512	0,8%	18.946	1,5%	58%	-18%		
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	61.375	2,9%	18.446	0,9%	0	0,0%	233%	-		
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	34.769	1,7%	57.314	2,9%	0	0,0%	-39%	-		
Outras contas a pagar	15.066	0,7%	3.578	0,2%	5.953	0,5%	321%	-40%		
Não Circulante	**920.387**	**44,0%**	**768.148**	**38,8%**	**542.608**	**42,2%**	**20%**	**42%**		
Fornecedores	-	0,0%	4.325	0,2%	-	0,0%	-100%	-		
Empréstimos e financiamentos	700.877	33,5%	571.732	28,9%	498.203	38,7%	23%	15%		
Arrendamentos financeiros a pagar	29.735	1,4%	14.867	0,8%	12.457	1,0%	100%	19%		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	136.459	6,5%	104.337	5,3%	30.676	2,4%	31%	240%		
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.280	0,2%	2.883	0,1%	1.272	0,1%	14%	127%		
Cessão de direitos creditórios	16.761	0,8%	24.171	1,2%	-	0,0%	-31%	-		
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	33.275	1,6%	45.833	2,3%	-	0,0%	-27%	-		

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Patrimônio Líquido	**642.964**	**30,7%**	**709.320**	**35,8%**	**437.651**	**34,0%**	-9%	62%
Capital social	482.817	23,1%	499.864	25,3%	303.669	23,6%	-3%	65%
Reservas de capital	24.199	1,2%	23.639	1,2%	186	0,0%	2%	12609%
Reservas de lucros	167.951	8,0%	104.829	5,3%	14.354	1,1%	60%	630%
Ações em tesouraria	(94.193)	-4,5%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Investimento da controladora	61.481	2,9%	80.988	4,1%	111.982	8,7%	-24%	-28%
Outros resultados abrangentes	709	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	7.460	0,6%	-	-100%

Índices			
Liquidez geral (Ativo circulante+ realizável a longo prazo) /passivo circulante e não circulante	0,37	0,44	0,39	-15%	12%
Liquidez corrente (ativo circulante/ passivo circulante)	0,88	0,97	0,92	-9%	5%

10.9 - Outros fatores com influência relevante

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante era de R$ 466.034 mil, em comparação com R$ 485.720 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 22,3% em 31 de dezembro de 2018 e 24,5% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2018 as rubricas de "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R$58.605 mil e R$ 7.253 mil, respectivamente, para o mesmo período de 2017 os saldos foram de R$ 83.311 mil e de R$ 87.042 mil. Esta redução de R$ 104.495 mil ou 61,3% decorreu principalmente de investimentos realizados como utilização de recursos para aquisição de veículos e máquinas e equipamentos para expandir e renovar o parque de ativos, com a finalidade de locação operacional.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Contas a receber" apresentou saldo de R$ 166.822 mil e R$ 154.080 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R$ 12.742 mil ou 8,27% decorreu principalmente de crescimento operacional e integração dos negócios oriundos das sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Estoques" apresentou saldo de R$ 101.930 mil e R$ 85.130 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R$ 16.800 mil ou 19,7% decorreu principalmente de: (i), aquisição de veículos novos para revenda no montante de R$ 8.130 mil, (ii) aquisições de peças para revenda no montante de R$ 7.997 mil.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou R$ 26.653 mil ou 75,5%, apresentando um saldo de R$ 61.972 mil em 31 dezembro de 2018 e R$ 35.319 mil em 31 de dezembro de 2017. O principal motivo deste aumento é a frota total renovada, gerando maior quantidade de ativos para desmobilização.

Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Outros créditos" apresentou saldo de R$ 15.734 mil e R$ 5.837 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R$ 9.897 mil ou 169,6% decorreu principalmente de partes relacionadas com a família Borgato pela aquisição de uma aeronave.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o ativo não circulante era de R$ 1.625.442 mil em comparação com R$ 1.493.483 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 77,7% em 31 de dezembro de 2018 e 75,5% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Imobilizado" apresentou saldo de R$ 1.385.822 mil e R$ 1.250.379 mil para o mesmo período de 2017. Este aumento de R$ 135.443 mil ou 10,8% decorreu principalmente de: (i) adições ao ativo imobilizado de R$ 482.170 mil e despesa de

10.9 - Outros fatores com influência relevante

depreciação apropriada no exercício de R$ 213.125 mil (ii) desmobilização e transferência de veículos, máquinas e equipamentos para "Ativo imobilizado disponível para a venda" no montante de R$ 194.254 mil de custo e R$ 69.827 mil de depreciação acumulada e (iii) baixas líquidas de outros itens do ativo imobilizado no montante de R$ 9.175 mil.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Intangível" apresentou saldo de R$ 165.137 mil e R$ 168.507 mil para o mesmo período de 2017. Esta redução de R$ 3.370 mil ou 2,0% decorreu principalmente de: (i) redução pela amortização apropriada no exercício referente ao contrato de acordo de não competição registrado em 2017 pela aquisição das Sociedades Borgato no montante de R$ 5.337 mil e (ii) adições de software no exercício de 2018 no montante de R$ 1.893 mil.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018 o passivo circulante era de R$ 528.125 mil, em comparação com R$ 501.735 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 25,3% em 31 de dezembro de 2018 e 25,4% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Floor Plan

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Floor Plan" apresentou saldo de R$ 53.413 mil em comparação com R$ 38.333 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 15.080 mil se deve ao aumento da compra de caminhões da marca MAM na virada do ano de 2018 proveniente de oferta das montadoras.

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$ 189.109 mil em comparação com R$ 227.043 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R$ 37.934 mil ou 16,7% se deve principalmente a liquidação antecipada de empréstimos das Sociedades Borgato.

Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de "Partes relacionadas" apresentou saldo de R$ 26.067 mil, em comparação com R$ 43 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento R$ 26.024 mil se deve a compra de ações da Movida Participações S.A. no valor de R$ 26.067 mil que foram entregues aos antigos sócios das sociedades Borgato como parte da combinação de negócios.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" apresentou saldo de R$ 61.375 mil, em comparação com R$ 18.446 mil em 31 de dezembro de 2017 este aumento de R$ 42.929 mil ou 232,7% se deve a: (i) dividendos mínimos obrigatórios reconhecidos no exercício no montante de R$ 27.122 mil (ii) juros sobre capital próprio no montante de R$ 20.000 mil bruto e IRRF de R$ 3.000 mil e (iii) pagamento de dividendos relativos a exercício anterior no montante de R$ 1.193 mil.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R$ 34.769 mil em comparação com R$ 57.314 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R$ 22.545 mil ou 39,3% se deve a: recompra de ações das sociedades

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Borgato quando então foi liquidado o saldo que havia em aberto, que em 31 de dezembro de 2017 de R$ 57.314 mil, proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017, e o reconhecido saldo a pagar proveniente da recompra de ações que no período de 31 dezembro de 2018 era de R$ 34.769 mil, no curto prazo.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Outras contas a pagar" apresentou saldo de R$ 15.066 mil em comparação com R$ 3.578 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 11.488 mil ou 321,1% se deve principalmente ao aumento nas reservas de seguros no montante R$ 8.052 mil.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante era de R$ 920.387 mil, em comparação com R$ 768.148 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 44,0% em 31 de dezembro de 2018 e 38,8% em 31 de dezembro de 2017, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$ 700.877 mil em comparação com R$ 571.732 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 129.145 mil ou 22,6% se deve principalmente a: (i) Captações de novos empréstimos, em linhas gerais para os produtos atrelados a modalidade "Finame" (ii) Captação de crédito internacional no exercício no montante de R$ 150.800 mil (iii) transferências de valores para curto prazo conforme prazo de doze meses.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R$ 136.459 mil em comparação com R$104.337 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 32.122 mil ou 30,8% se deve principalmente a: (i) diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, (ii) diferenças temporárias das operações de leasing financeiro, parcialmente compensado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R$ 33.275 mil em comparação com R$ 45.833 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R$ 12.558 mil ou 27,4% se deve a: recompra de ações das sociedades Borgato quando então foi liquidado o saldo que havia em aberto, que em 31 de dezembro de 2017 de R$ 45.833 mil no longo prazo, proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017, e reconhecido saldo a pagar proveniente da recompra de ações que no período de 31 dezembro de 2018 era de R$ 33.275 mil, no longo prazo.

Arrendamentos financeiros a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica de "Arrendamentos financeiros a pagar" apresentou saldo de R$ 29.735 mil em comparação com R$ 14.867 mil em 31 de dezembro de 2017. Este aumento de R$ 14.868 mil ou 100,0% se deve principalmente a novos contratos captados no exercício no montante de R$ 31.623 mil para aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo, e a amortizações no montante de R$ 17.828 mil.

Patrimônio líquido

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2018 o patrimônio líquido era de R$ 642.964 mil em comparação com R$ 709.320 mil em 31 de dezembro de 2017. Esta redução de R$ 66.356 mil ou 9,3%, decorreu por conta principalmente de: (i) cisão da JSL Holding Financeira reduzindo o Capital Social em R$ 17.047 mil (ii) redução de R$ 94.193 mil proveniente da recompra de ações para aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato (iii) distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R$ 47.122 mil, (iv) parcialmente compensado pelo lucro líquido do exercício no montante de R$ 116.274 mil.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2017 o ativo circulante era de R$ 485.720 mil em comparação com R$ 282.706 mil em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 24,5% em 31 de dezembro de 2017 e 22,0% em 31 de dezembro de 2016, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2017 as rubricas de "Caixa e equivalentes de caixa" e "Títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R$ 83.311 mil e de R$ 87.042 mil, respectivamente, para o mesmo período de 2016 os saldos foram de R$ 34.220 mil e de R$ 61.406 mil. Este aumento de R$ 74.727 mil ou 78,2% decorreu principalmente de: (i) aumento de R$34.953 mil em "Caixa e equivalentes de caixa" decorrente da aquisição das Sociedades Borgato e (ii) emissão de empréstimos e financiamentos verificados ao longo do ano.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Contas a receber" apresentou saldo de R$ 154.080 mil e R$ 108.958 mil para o mesmo período de 2016. Este aumento de R$ 45.122 mil ou 41,4% decorreu principalmente do aumento de vendas e do ingresso com aquisição dos negócios oriundos das Sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Estoques" apresentou saldo de R$ 85.130 mil e R$ 39.580 mil para o mesmo período de 2016. Este aumento de R$ 45.550 mil ou 115,1% decorreu principalmente do ingresso de R$ 48.730 mil proveniente da integração dos negócios oriundos das sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou R$ 13.860 mil ou 64,6%, apresentando um saldo de R$ 35.319 mil em 31 dezembro de 2017 e R$ 21.459 mil em 31 de dezembro de 2016. O principal motivo deste aumento é ingresso de R$ 17.798 mil proveniente da integração dos negócios oriundos das sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017 o ativo não circulante era de R$ 1.493.483 mil em comparação com R$ 1.003.903 mil em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 75,5% em 31 de dezembro de 2017 e 78,0% em 31 de dezembro de 2016, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Contas a receber" apresentou saldo de R$ 20.886 mil, sendo que não havia contas a receber de longo prazo para o mesmo período de 2016. Este aumento de R$ 20.886 mil decorreu principalmente do ingresso com aquisição dos negócios oriundos das Sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Fundo para capitalização de concessionárias

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Fundo para capitalização de concessionárias" apresentou saldo de R$ 19.935 mil em comparação com R$ 33.000 mil em 31 de dezembro de 2016. Esta diminuição de R$ 13.065 mil ou 39,6% decorreu dos saques efetuados provenientes de valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente.

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Imobilizado" apresentou saldo de R$ 1.250.379 mil e R$ 910.199 mil para o mesmo período de 2016. Este aumento de R$ 340.180 mil ou 37,4% decorreu principalmente de: (i) adições ao ativo imobilizado de R$ 284.435 mil proveniente da combinação de negócios das Sociedades Borgato (ii) adições ao ativo imobilizado de R$ 249.323 mil (iii) despesa de depreciação apropriada no exercício de R$ 123.978 mil, (iv) desmobilização e transferência de veículos, máquinas e equipamentos para "Ativo imobilizado disponível para a venda" no montante de R$ 92.536 mil de custo e R$ 28.571 mil de depreciação acumulada.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Intangível" apresentou saldo de R$ 168.507 mil e R$ 42.211 mil para o mesmo período de 2016. Este aumento de R$ 126.296 mil ou 299,2% decorreu principalmente de aumento de R$ 126.259 mil proveniente da combinação de negócios das Sociedades Borgato.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2017 o passivo circulante era de R$ 501.735 mil em comparação com R$ 306.350 mil em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 25,4% em 31 de dezembro de 2017 e 23,8% em 31 de dezembro de 2016, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$ 227.043 mil em comparação com R$ 127.831 mil em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R$ 99.212 mil ou 77,6% decorreu principalmente do ingresso com aquisição dos negócios oriundos das Sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" apresentou saldo de R$ 18.446 mil, sendo que não havia saldo distribuído para o mesmo período de 2016. Este aumento se deve a: (i) dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprios reconhecidos no exercício no montante de R$ 19.164 mil e (ii) e dividendos relativos a combinação de negócios das Sociedades Borgato no montante de R$ 1.193 mil.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R$ 57.314 mil, considerando que não havia saldo dessa natureza para o mesmo período de 2016, o aumento foi de R$ 57.314 mil, o qual se deve ao valor a pagar em parcelas aos antigos sócios das Sociedades Borgato proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2017 o passivo não circulante era de R$ 768.148 mil em comparação com R$ 542.608 mil em 31 de dezembro de 2016. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 38,8% em 31 de dezembro de 2017 e 42,2% em 31 de dezembro de 2016, a seguir maiores detalhes sobre as principais variações:

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Empréstimos e financiamentos" apresentou saldo de R$ 571.732 mil em comparação com R$ 498.203 mil em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R$ 73.529 mil ou 14,8% decorreu principalmente do ingresso com aquisição dos negócios oriundos das Sociedades Borgato adquiridos no final de 2017.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R$ 104.337 mil em comparação com R$ 30.676 mil em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R$ 73.661 mil ou 240,1% se deve principalmente a: (i) aumento de R$ 43.141 mil proveniente da combinação de negócios das Sociedades Borgato (ii) diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos.

Obrigações a pagar por aquisição de empresas

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" apresentou saldo de R$ 45.833 mil, considerando que não havia saldo dessa natureza para o mesmo período de 2016, o aumento foi de R$ 45.833 mil, o qual se deve ao valor a pagar em parcelas aos antigos sócios das Sociedades Borgato proveniente da combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017 o patrimônio líquido era de R$ 709.320 mil em comparação com R$ 437.651 mil em 31 de dezembro de 2016. Este aumento de R$ 271.669 mil ou 62,1%, decorreu por conta principalmente de aumento no Capital Social de R$ 201.340 mil proveniente de emissão de novas ações por conta da combinação de negócios da Sociedades Borgato.

Fluxo de Caixa

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa combinado para os períodos indicados:

Fluxo de Caixa								
Em milhares de R$	**31/12/2018**	**AV**	**31/12/2017**	**AV**	**31/12/2016**	**AV**	**2018 x 2017**	**2017 x 2016**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**331.370**	**-1341,3%**	**163.908**	**333,9%**	**123.542**	**1139,4%**	**102,2%**	**32,7%**
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(5.056)**	**20,5%**	**31.385**	**63,9%**	**(9.559)**	**-88,2%**	**-116,1%**	**-428,3%**
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(351.020)**	**1420,8%**	**(146.202)**	**-297,8%**	**(103.140)**	**-951,2%**	**140,1%**	**41,8%**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(24.706)**	**100,0%**	**49.091**	**100,0%**	**10.843**	**100,0%**	**-150,3%**	**352,7%**
Caixa e equivalentes de caixa								
No início do exercício	83.311	-337,2%	34.220	69,7%	23.377	215,6%	143,5%	46,4%
No final do exercício	58.605	-237,2%	83.311	169,7%	34.220	315,6%	-29,7%	143,5%
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(24.706)**	**100,0%**	**49.091**	**100,0%**	**10.843**	**100,0%**	**-150,3%**	**352,7%**

10.9 - Outros fatores com influência relevante

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 331.370 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 163.908 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de R$ 167.462 mil. Esse aumento decorreu principalmente de: (i) aumento nos ajustes ao lucro operacional do exercício no montante de R$ 155.032 mil, (ii) acompanhado das variações do capital circulante líquido que resultou em aumento na utilização de caixa de R$ 18.780 mil, entre as principais linhas: (a) houve redução no pagamento a fornecedores de insumos no montante de R$ 11.408 mil (b) melhores condições de pagamento para fornecedores floor plan, que gerou um caixa disponível de R$ 15.080 mil (c) aumento na compra de peças para estoque, que gerou uma saída adicional de caixa de R$ 22.404 mil, quando comparada com o ano anterior (d) aumento no recebimento de clientes de R$ 22.954 mil, relacionado ao crescimento da venda de veículos e serviços, (e) aumento no resgates líquidos de títulos e valores mobiliários que gerou um caixa disponível de R$ 83.373 mil.

Caixa líquido consumido e gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$ 5.056 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma geração de caixa de R$ 31.385 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R$ 36.441 mil, ou 116,1%, é decorrente principalmente do caixa recebido decorrente da combinação de negócios das Sociedades Borgato no montante de R$ 34.953 mil em 2017.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$ 351.020 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 146.202 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento na utilização de caixa de R$ 204.818 mil ou 140,1%, é decorrente de (i) pagamento de aquisições de empresa no montante de R$ 103.622 mil em 2018 contra R$ 10.056 mil em 2017 (iii) pagamento de cessão de direito creditório no montante de R$ 6.649 mil em 2018 contra captação de R$ 30.214 mil em 2017 (iv) captação de R$ 183.288 mil de empréstimos e financiamentos em 2018 contra R$ 20.878 mil em 2017 (ii) aumento de capital social no montante de R$ 113.201 mil ocorrido em 2017.

EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa gerado pelas atividades operacionais totalizou R$ 163.908 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R$ 123.542 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de R$ 40.366 mil. Esse aumento decorreu principalmente de: (i) aumento nos ajustes ao lucro operacional do exercício no montante de R$ 51.603 mil, (ii) acompanhado das variações do capital circulante líquido que resultou em aumento na utilização de caixa de R$ 53.357 mil, entre as principais linhas: (a) houve aumento no pagamento a fornecedores de insumos no montante de R$ 58.635 mil (b) aumento no pagamento de floor plan no montante de R$ 10.493 mil (c) redução na compra de peças para estoque, que gerou uma saída de caixa de R$ 34.734 mil, quando comparada com o ano anterior (d) redução nos resgates de investimentos de longo prazo classificados como títulos e valores mobiliários no montante de R$ 31.392 mil e (e) diminuição na compra de ativo imobilizado para utilização nas operações de locação no montante de R$ 31.036 mil.

Caixa líquido gerado e consumido nas atividades de investimento

10.9 - Outros fatores com influência relevante

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R$ 31.385 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a uma utilização de caixa de R$ 9.559 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento na geração de caixa de R$ 40.944 mil ou 428,3%, é decorrente principalmente do caixa recebido decorrente da combinação de negócios das Sociedades Borgato no montante de R$ 34.953 mil em 2017.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$ 146.202 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, comparado a R$ 103.140 mil no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento na utilização de caixa de R$ 43.062 mil ou 41,8%, é decorrente de: (i) aumento nos pagamentos de empréstimos e financiamentos no montante de R$ 175.319 mil quando comparado ao pagamento efetuado em 2017 (ii) aumento de capital social no montante de R$ 113.201 mil ocorrido em 2017 (iii) geração de caixa de R$ 30.214 mil proveniente de recebimento de cessão de direitos creditórios (iv) utilização de caixa de R$ 10.056 mil para pagamento pela aquisição das Sociedades Borgato em 2017.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

(a) Objeto da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(c) Premissas da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

(d) Objeto e valores da projeção

Nos termos do artigo 20 a Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ele ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração, (ii) Diretoria; e (iii) Comitê de Auditoria; os quais possuem as atribuições indicadas abaixo.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos.

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão dos mesmos. O estatuto social da Companhia estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

- Definir as políticas e fixar as estratégias orçamentárias para a condução dos negócios, bem como liderar a implementação da estratégia de crescimento e orientação geral dos negócios da Companhia;

- Aprovar o orçamento anual, o plano de negócios, bem como quaisquer planos de estratégia, de investimento, anuais e/ou plurianuais, e projetos de expansão da Companhia e o organograma de cargos e salários para a Diretoria e para os cargos gerenciais;

- Eleger e destituir os Diretores da Companhia;

- Definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger seus Diretores, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;

- Criação e alteração nas competências, regras de funcionamento, convocação e composição dos órgãos de administração da Companhia, incluindo seus comitês de assessoramento;

- Distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

- Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações;

- Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;

- Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

- Escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

- Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;

- Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

- Manifestar–se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Assembleia Geral;

- Aprovar a proposta da administração de distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;

- Deliberar sobre a associação com outras sociedades para a formação, consórcios ou para subscrição ou aquisição de participação no capital social de outras sociedades;

- Autorizar a emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização;

- Deliberar, dentro dos limites do capital autorizado, sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, bem como (i) a oportunidade da emissão, (ii) a época e as condições de vencimento, amortização e resgate, (iii) a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver, e (iv) o modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures;

- Autorizar a exclusão (ou redução do prazo para) do direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

- Deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

- Outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

- Deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de commercial papers, notas promissórias, bonds, notes e de quaisquer outros títulos, valores mobiliários e/ou instrumentos de crédito para captação de recursos, de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

- Aprovar qualquer investimento ou despesa não prevista no orçamento anual, mediante a assinatura, modificação ou prorrogação de quaisquer documentos, contratos ou compromissos para assunção de responsabilidade, dívidas ou obrigações, envolvendo (individualmente ou num conjunto de atos relacionados), quantia total superior a R$ 100.000.000,00;

- Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, ressalvados os contratos de financiamentos celebrados com o propósito de aquisição de bens móveis referentes a equipamentos operacionais, nos quais a garantia recaia sobre os respectivos bens adquiridos;

- Deliberar sobre a alienação, venda, locação, doação ou oneração, direta ou indiretamente, a qualquer título e por qualquer valor, de participações societárias pela Companhia;

- Aprovar a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento ou empréstimo, incluindo operações de leasing, em nome da Companhia, não prevista no orçamento anual, cujo valor seja superior a R$ 100.000.000,00;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- Aprovar qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a R$ 25.000.000,00 anuais envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, direta ou indiretamente. Para fins desta disposição, entende-se como Parte Relacionada qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 5% do capital social da Companhia;

- Apresentar à Assembleia Geral proposta de distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;

- Autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou da forma de realização; qualquer proposta envolvendo as operações aqui descritas deverá ser apresentada ao Conselho de Administração pela Diretoria da Companhia, devendo constar da referida proposta, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (hedge); e (iii) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos. Não obstante as informações mínimas que devem constar da proposta, os membros do Conselho de Administração poderão solicitar informações adicionais sobre as tais operações, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade;

- Aprovar a emissão de título de valor mobiliário, assim como a obtenção de qualquer linha de crédito, financiamento e/ou empréstimo atrelado ou de qualquer outra forma baseado em moeda estrangeira;

- Aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Conduta; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação e Preenchimento de Cargos de Conselho de Administração, comitês de assessoramento e diretoria estatutária; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas (sendo certo que a incorporação, incorporação de ações, fusão e cisão seguida de incorporação, quando realizadas entre partes relacionadas, serão reguladas de acordo com o Código CAF); e (e) Política de Negociação de Valores Mobiliários (f) Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante;

- Elaborar e divulgar parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, no qual se manifestará, ao menos: (i) sobre o preço da OPA; (ii) sobre a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (iii) sobre as repercussões da oferta sobre os interesses da Companhia; (iv) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (v) sobre a descrição das alterações relevantes na situação financeira da Companhia ocorridas desde a data das últimas demonstrações financeiras ou informações trimestrais divulgadas ao mercado; (vi) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; (vii) os efeitos da OPA para a Companhia e seus negócios, nos termos do Código CAF; e (viii) quanto aos demais aspectos relevantes para a tomada de decisão dos acionistas; e

- Em casos de reorganização societária envolvendo a Companhia, manifestar o seu entendimento sobre os efeitos da operação sobre a Companhia e os negócios por ela desenvolvidos, conforme os pronunciamentos do CAF.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Ainda, de acordo com o regimento interno do Conselho de Administração, o Conselho de Administração deve estabelecer a orientação geral dos negócios da Companhia e decidir sobre questões estratégicas, visando realizar as seguintes diretrizes:

- fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o Estatuto Social da Companhia;
- fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- deliberar sobre a emissão de debêntures não conversíveis em ação;
- autorizar a emissão de ações da Companhia, observado o seu capital autorizado, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir ou reduzir o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em Oferta Pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- escolher e destituir os auditores independentes.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2019 – o qual pode ser consultado no site: http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/, bem como fisicamente na sede da Companhia.

O Comitê de Auditoria possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2019 – o qual pode ser consultado no site: http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/, bem como fisicamente na sede da Companhia.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não Estatutário, criado em 25 de fevereiro de 2019, pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral. O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

membros, sendo ao menos, 1 membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e ao menos 1 membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes.

Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições previstas na legislação:

- opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; e
- avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas.

O regimento interno do Comitê de Auditoria reforça as atribuições listadas acima.

iii. d e que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir esses auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria, nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria será composta de, no mínimo, 3 e, no máximo, 15 membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 1 ano, sendo permitida a reeleição. Atualmente, a Diretoria não possui regimento interno, mas, de acordo com o Estatuto Social da Companhia, os diretores possuem as seguintes atribuições:

- cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;
- submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o relatório da

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

- submeter ao Conselho de Administração orçamento anual;
- apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas;
- representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observado o previsto no artigo 28 do Estatuto Social; e
- autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, ressalvados os contratos de leasing e de financiamento que tenham por objeto bens operacionais, para os quais não será necessária a autorização, sendo expressamente vedada a outorga de garantias a obrigações de terceiros e prestação de aval ou fiança em benefício de terceiros.

Ainda de acordo com o seu Estatuto Social, compete ao Diretor Presidente, coordenar a ação dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, além das funções, atribuições e poderes a ele cometidos pelo Conselho de Administração, e observadas a política e orientação previamente traçadas pelo Conselho de Administração, bem como:

- convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria;
- propor sem exclusividade de iniciativa ao Conselho de Administração a atribuição de funções a cada Diretor no momento de sua respectiva eleição;
- coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia;
- anualmente, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; e
- administrar os assuntos de caráter societário em geral.

Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, dentre outras atribuições que lhe venham a ser cometidas pelo Conselho de Administração:

- auxiliar o Diretor Presidente na coordenação da ação dos Diretores e direção da execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia;
- substituir o Diretor Presidente em caso de ausência ou afastamento temporário deste, hipótese em que lhe incumbirá as funções, atribuições e poderes àquele cometidos pelo Conselho de Administração, bem como as atribuições indicadas no Estatuto Social.
- propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia,
- administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia; e
- dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais;

- prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

- manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

Compete aos diretores sem designação específica assistir e auxiliar o Diretor Presidente na administração dos negócios da Companhia, bem como as funções que lhes sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência do Diretor Presidente fixar-lhes outras atribuições não conflitantes.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal ainda não havia sido instalado.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo a cada 1 ano, a avaliação formal do desempenho do próprio Conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos Comitês, do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro, Presidente do Conselho ou Diretor Presidente, que estiver na função por, pelo menos, 2 reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho e é facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Já o Comitê de Auditoria deverá realizar, no mínimo a cada 1 ano, a sua autoavaliação e seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Comitê de Auditoria que estiver na função por, pelo menos, 2 reuniões ordinárias desde a última avaliação.

O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê de Auditoria.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Em relação à metodologia adotada, o processo de avaliação consiste nas seguintes etapas: autoavaliação dos membros do Conselho de Administração, avaliação do próprio Conselho de Administração, do Presidente do Conselho e dos Comitês por seus membros.

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características/responsabilidades especificas do Conselho de Administração, de seus membros, seu Presidente e de cada um dos Comitês, buscando, assim, alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

Os principais critérios utilizados na avaliação dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria são: (i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas; (ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e (iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros e do Diretor Presidente serão divulgados a todos os membros do Conselho.

Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Presidente do Conselho, sendo que os resultados das avaliações do Presidente do Conselho e do Diretor Presidente serão também disponibilizados a todos, como forma de fiscalização e estímulo aos demais membros do Conselho. Os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Esses resultados são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser melhorados a cada um dos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como dos órgãos como colegiados.

Para propiciar o endereçamento dos pontos identificados acima, os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais. Para assegurar isso, a avaliação deverá ser realizada ao menos uma vez durante a vigência do mandato do Conselheiro.

Já em relação ao Comitê de Auditoria, os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, Coordenador do Comitê de Auditoria e ao Presidente do Conselho de Administração.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia não contratou serviços de consultoria ou assessoria externos para auxiliar no procedimento de avaliação dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, conforme aplicável.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de 8 dias, conforme o Estatuto Social da Companhia e o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações:

- tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;
- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos no Conselho de Administração da Companhia;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
- reformar o Estatuto Social;
- deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, ou de qualquer controlada, bem como sobre a eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
- atribuir bonificações em ações;
- aprovar planos de outorga de opção de compra de ações aos seus administradores e empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos, ainda que intercalares ou intermediários, que excedam o dividendo obrigatório estabelecido no artigo 34, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido, ou pagamento de juros sobre o capital próprio com base em balanços semestrais, trimestrais ou mensais;
- deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a recompra, resgate ou amortização de ações, excetuada disposição prevista no artigo 7º, §1°, do Estatuto Social da Companhia;
- observado as competências do Conselho de Administração dispostas no artigo 22, item (p) do Estatuto Social, deliberar sobre qualquer emissão de ações;

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

- apresentar pedidos de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;
- eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- deliberar acerca do cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- deliberar sobre a aderência ou desligamento da Companhia do CAF; e
- dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à Assembleia Geral estarão disponíveis na sede administrativa da Companhia na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-0001, em seu website http://http://ri.grupovamos.com.br/pt-br//, no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses", o conflito de interesses surge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório em que ela tenha o poder de influenciar o resultado final, assegurando um ganho para si, algum familiar, ou terceiro com o qual esteja envolvido, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento.

No caso da Companhia, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionadas, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as Transações com Partes Relacionadas necessitem de aprovação nos termos da referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a da Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Adicionalmente, vale destacar que, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os conflitos de interesse são identificados e administrados pelos administradores, cumprindo-lhes cientificar aos demais administradores presentes à Reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria o seu impedimento e fazendo consignar em ata a natureza e a extensão do seu interesse. Não se admite o voto de acionista que tenha interesse conflitante com a matéria da ordem do dia, conforme vedação estabelecida na legislação brasileira.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regra determinada a respeito de outorga de procuração para o exercício de voto, cabendo, na respectiva convocação da assembleia, a instrução específica sobre esse tema.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos, na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A". No que se refere as formalidades necessárias para aceitação do referido boletim, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos: (i) via original do boletim de voto à distância; e (ii) cópia autenticada dos seguintes documentos (dispensada autenticação para aqueles disponíveis no website da CVM):

Pessoa Física

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

Pessoa Jurídica e Fundos de Investimento

- Documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado.

- Documento que comprove os poderes de representação.

- No caso dos fundos de investimento, regulamento consolidado e atualizado do fundo.

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

para que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notorização ou consularização.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto a distância de (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, sempre que convocada assembleia geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto a distância, conforme §1º do art. 21-A, ou (ii) propostas de deliberação para as assembleias gerais ordinárias da Companhia. As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pela Gerência de Relações com Investidores da Companhia (i) na hipótese de Assembleia geral ordinária, entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (ii) na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, entre o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida assembleia geral e até 35 dias antes da data de realização da assembleia, hipótese em que a administração da Companhia comunicará ao mercado a data de realização da respectiva assembleia geral, ainda que em caráter provisório, bem como o prazo para a inclusão de candidatos no boletim de voto a distância. Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-0001 e ri@grupovamos.com.br, aos cuidados da Gerência de Relações com Investidores.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@grupovamos.com.br.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

As reuniões do Conselho de Administração da Companhia serão realizadas, em caráter ordinário, 4 vezes por ano, ao final de cada trimestre e, em caráter extraordinário, sempre que os interesses sociais da Companhia exigirem, convocada por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Os membros do Conselho de Administração podem participar das reuniões por intermédio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar.

No último exercício social, o Conselho de Administração reuniu-se 6 vezes, sendo que todas as reuniões foram ordinárias.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

De acordo com a "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse", o conflito de interesses surge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório em que ela tenha o poder de influenciar o resultado final, assegurando um ganho para si, algum familiar, ou terceiro com o qual esteja envolvido, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento.

No caso da Companhia, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas.

Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as Transações com Partes Relacionadas necessitem de aprovação nos termos de referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Comitês", conforme aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2019, conforme alterada em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2019. A Política pode ser consultada no site: http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/, bem como fisicamente na sede da Companhia.

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Comitês" visa determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência, e tem como fundamento: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social;(ii) a Lei das Sociedades por Ações; (iii) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC, o Código Brasileiro de Governança Corporativa; e (iv) o Regulamento do Novo Mercado.

De maneira geral, a indicação de membros do Conselho de Administração, incluindo os membros independentes, e da Diretoria, deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social, no Regulamento do Novo Mercado e demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto:

(i) Possuir alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia e suas políticas internas;
(ii) Ter reputação ilibada, conforme estabelecido pelo artigo 147, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações;
(iii) Ser profissional qualificado, de indiscutível reputação e caráter;
(iv) Não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tornou inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;
(v) Não tenha sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;
(vi) Possua formação acadêmica compatível com o cargo de conselheiro ou experiência profissional mínima, tendo exercido funções similares àquelas a serem desempenhadas no mandato de conselheiro;
(vii) Possua experiência profissional em temas diversificados;
(viii) Esteja isento de conflito de interesse com a Companhia; e
(ix) Tenha disponibilidade de tempo para desempenho das atribuições e dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida.

Adicionalmente, vale destacar que, nos termos da Política, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, instalar ou descontinuar Comitês que, portanto, obedecerão aos critérios de indicação estabelecidos na Política, bem como as diretrizes e atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração quando de sua instalação.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do seu Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli	12/04/1986	Pertence apenas à Diretoria	25/02/2019	25/02/2021	1
353.651.228-36	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	25/02/2019	Sim	0.00%
O Sr. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli é Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo-Financeiro da Companhia.					
Gustavo Henrique Braga Couto	05/04/1975	Pertence apenas à Diretoria	25/02/2019	25/02/2021	0
617.152.125-68	Engenheiro Civil	13 - Diretor Presidente / Diretor de Relações com Investidores	25/02/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável					
Christian Hahn da Silva	08/11/1981	Pertence apenas à Diretoria	25/02/2019	25/02/2021	0
046.253.396-42	Administrador de Empresas Administrador de Empresas Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	25/02/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável					
Ricardo Rodrigues	05/04/1970	Pertence apenas à Diretoria	25/02/2019	25/02/2021	0
103.041.978-74	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	25/02/2019	Sim	0.00%
Não aplicável					
José Geraldo Santana Franco Junior	30/03/1975	Pertence apenas à Diretoria	25/02/2019	25/02/2021	1
158.510.708-54	Diretor Comercial	19 - Outros Diretores	25/02/2019	Sim	0.00%
Não Aplicável		Diretor sem designação específica			
Fernando Antonio Simões	13/06/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/02/2019	25/02/2021	1
088.366.618-90	Empresário	20 - Presidente do Conselho de Administração	25/02/2019	Sim	100.00%
Não Aplicável					
Renato Horta Franklin	15/07/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/02/2019	25/02/2021	0
043.417.436-00	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/02/2019	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Não aplicável					
Denys Marc Ferrez	20/07/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/02/2019	25/02/2021	1
009.018.327-40	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/02/2019	Sim	100.00%
Não aplicável					
José Mauro Depes Lorga	05/11/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/04/2019	25/02/2021	0
711.509.277-04	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/04/2019	Sim	0.00%
O Sr. José Mauro Depes Lorga pertence ao Comitê de Auditoria da Companhia.					
Paulo Sergio Kakinoff	06/09/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/04/2019	25/02/2021	0
194.344.518-41	Administrador de empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	08/04/2019	Sim	0.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli - 353.651.228-36

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli é graduado em Administração de Empresas, com MBA em Finanças. Possui experiência como Diretor Financeiro na Gafisa (empresa do setor de construção), tendo atuado por mais de 10 anos nessa empresa. Foi admitido como Diretor Administrativo e Financeiro da Vamos em 2017.
O Sr. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Gustavo Henrique Braga Couto - 617.152.125-68

O Sr. Gustavo é engenheiro civil formado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-graduado em marketing pela ESPM e MBA em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral/MG. Experiência Profissional: Diretor executivo da Swissport Brasil como COO (Country Operations Officer) de 2016 a 2017, diretor de Supply Chain da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de 2013 a 2015, diretor de Supply Chain e TI da Suzano Papel e Celulose de 2006 a 2013. Foi profissional de vendas, gerente de marketing e planejamento de grandes consumidores, entre outras funções, da Shell no período de 1997 a 2006. Foi Diretor Executivo na Petrobras Distribuidora de 2017 a 2019. Foi eleito Diretor Presidente da Companhia em 25 de fevereiro de 2019.
O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99. O Sr. Gustavo Henrique Braga Couto declarou ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto no art. 3°-B, da ICVM n.° 301/99, conforme alterada pela ICVM n.° 463/08, por ter atuado como Diretor Executivo da Petrobras Distribuidora S.A. entre o período de julho/2017 e fevereiro/2019.

Christian Hahn da Silva - 046.253.396-42

Christian Hahn da Silva é graduado em Ciência Política (UEMG), especialização em gestão de negócios e marketing (UNIMONTES), Controladoria e Finanças (FG), MBA em Gestão de Concessionários (Fundação Dom Cabral). Atua há 15 anos no mercado de concessionárias de veículos, maquinas e equipamentos pesados. Foi Diretor Executivo do Grupo Tracbel, por onde atuou 8 anos. O Sr. Christian Hahn da Silva foi admitido como Diretor Geral das concessionárias Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. em 2018 e como Diretor da Vamos em 2019.
O Sr. Christian Hahn da Silva declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Ricardo Rodrigues - 103.041.978-74

Ricardo Rodrigues é graduado em Administração de Empresas pela IMESB com Pós-Graduação em Gestão de Agronegócios pela FEA-USP e Programa de Desenvolvimento e Gestão pela Fundação Dom Cabral. Trabalhou na Tracbel S.A., entre 2006 e 2018, como Gerente Regional de Vendas de Equipamentos, atuando como responsável comercial de máquinas e equipamentos VOLVO no segmento agrícola atendendo 02 lojas (Bebedouro/SP e Goiânia/GO), atendimento ao interior de SP, forecast, gestão de equipe de vendas, relacionamento com o cliente, venda de 70 máquinas/anual. Foi admitido como Diretor da Vamos em 2019.
O Sr. Ricardo Rodrigues declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Geraldo Santana Franco Junior - 158.510.708-54

José Geraldo Santana Franco Júnior, 43 anos, graduado em Engenharia Industrial Mecânica (Unimep), com especialização em Propaganda e Marketing (Universidade Toledo) e MBA em Gestão de Negócios (FIA SP). Atua há 15 anos no mercado de veículos comerciais pesados, máquinas e equipamentos, com especialidade no mercado de terceirização de frota e especificação de produtos com implementos e equipamentos. Foi Superintendente Comercial na Rodobens; Gerente Comercial Nacional na Klin Calçados Infantis Ltda., Gerente Comercial Nacional na Indústria Metalúrgica Natalaço e engenheiro na IBM Brasil.
O Sr. José Geraldo Santana Franco Júnior é Diretor Comercial da Companhia desde maio de 2011.
O Sr. José Geraldo Santana Franco Júnior declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Fernando Antonio Simões - 088.366.618-90

Fernando Antonio Simões atua na JSL S.A. (controladora direta da Companhia) desde 1981, empresa do setor de transporte rodoviário e logística do grupo econômico da Companhia, e desde 2009 ocupa o cargo de Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da JSL. É Presidente do Conselho de Administração da Movida Participações S.A. e Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração da Simpar S.A. O Sr. Fernando Antonio Simões declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Renato Horta Franklin - 043.417.436-00

Renato Horta Franklin é graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis, com MBA em Finanças pelo IBMEC, Especialização em Gestão Estratégica de Pessoas pela FDC e INSEAD/França, e Liderança Executiva pelo IMD (Institute of Management Development) / Suíça. No período de 2010 a 2013, trabalhou como Gerente Geral na VALE S.A., empresa do setor de mineração, nas áreas de Finanças, Suprimentos e Planejamento Estratégico, e no período de 2013 a 2014 trabalhou como líder da área de Suprimentos da Suzano Papel e Celulose, empresa do setor de papel e celulose. O Sr. Renato Horta Franklin foi admitido na Movida Participações S.A. como Diretor Executivo em maio de 2014 e em 2015 foi eleito o Diretor Presidente. Foi admitido como Conselheiro de Administração da Vamos em 2019.
O Sr. Renato Horta Franklin declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Denys Marc Ferrez - 009.018.327-40

Denys Marc Ferrez é graduado em administração de empresas e pós-graduado em corporate finance. Possui experiência como diretor de relações com investidores da Redecard (administradora de cartões de crédito), em 2008, tendo ainda atuado por 10 anos na tesouraria e relações com investidores da Aracruz (setor de celulose) e 5 anos na Pricewaterhouse (empresa de auditoria independente). Foi admitido como diretor Administrativo e Financeiro da JSL S.A. em 2008 e em 2009 passou a cumular o cargo de Diretor de Relações com Investidores.
O Sr. Denys Marc Ferrez declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Mauro Depes Lorga - 711.509.277-04

José Mauro Depes Lorga é graduado em Economia pelo Instituto Metodista Bennet, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC. Atua como Professor Convidado da Fundação Dom Cabral – FDC e Diretor Voluntário da Junior Achievement (ONG de Empreendedorismo). Adicionalmente, atua como Diretor de Operações - COO – Fundação do Câncer e Hospital Fundação do Câncer (2015), Diretor Executivo (CFO) na empresa GiraMais – Holding Grupo Giraffas e Diretor Presidente (CEO) da Brasil Gourmet Indústria e Comércio de Alimentos (2014). Entre 2011 e 2012, foi Diretor (CFO) na empresa Casa Saba – SA – México, maior empresa de atividades de logística e venda de medicamentos da América Latina. Entre 2009 e 2011, foi Diretor (COO) no Grupo Umbria (Spoleto, Dominos Pizza e Kono Store). O critério utilizado na determinação de sua independência foi o previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.
O Sr. José Mauro Depes Lorga declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Paulo Sergio Kakinoff - 194.344.518-41

Paulo Sergio Kakinoff assumiu o cargo de Diretor-Presidente da Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Gol”) em julho de 2012, tendo sido membro independente do Conselho de Administração desta de janeiro de 2010 a 02 de julho de 2012, quando deixou o cargo junto ao Conselho de Administração para assumir a presidência da Gol. Foi Presidente da Audi Brasil até junho de 2012 e atuou na indústria automobilística por 18 anos, tendo ocupado anteriormente as funções de Diretor de Vendas & Marketing da Volkswagen do Brasil e Diretor Executivo para a América do Sul na matriz do Grupo Volkswagen na Alemanha. É membro do Comitê de Governança Corporativa e Pessoas, do Comitê de Políticas de Risco, do Comitê de Política Financeira e do Comitê de Alianças da Companhia. Formado em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, ocupou o cargo de Vice-Presidente da ABEIVA - Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores e de membro do Conselho da Volkswagen Participações até junho de 2012. É conselheiro independente da Companhia desde abril/2019. O critério utilizado na determinação de sua independência foi o previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.
O Sr. Paulo Sergio Kakinoff declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli - 353.651.228-36

N/A

Gustavo Henrique Braga Couto - 617.152.125-68

N/A

Christian Hahn da Silva - 046.253.396-42

N/A

Ricardo Rodrigues - 103.041.978-74

N/A

José Geraldo Santana Franco Junior - 158.510.708-54

N/A

Fernando Antonio Simões - 088.366.618-90

N/A

Renato Horta Franklin - 043.417.436-00

N/A

Denys Marc Ferrez - 009.018.327-40

N/A

José Mauro Depes Lorga - 711.509.277-04

N/A

Paulo Sergio Kakinoff - 194.344.518-41

N/A

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Alvaro Pereira Novis	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	05/07/1950	08/04/2019	08/04/2020
024.595.407-44		Economista		08/04/2019	0	100.00%
Não Aplicável.						
José Mauro Depes Lorga	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	05/11/1960	08/04/2019	08/04/2020
711.509.277-04		Economista		08/04/2019	0	100.00%
O Sr. José Mauro Depes Lorga é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.						
Maria Fernanda Teixeira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	10/08/1952	08/04/2019	08/04/2020
765.087.908-97		Administradora de empresas		08/04/2019	0	100.00%
Não Aplicável.						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Alvaro Pereira Novis - 024.595.407-44

Economista e Bacharel em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas, o Sr. Alvaro trabalhou durante 18 anos até 2011 no Grupo Odebrecht (setor de construção e infraestrutura), tendo desde então ocupado diversas posições nas áreas financeiras de empresas ligadas ao Grupo. Atualmente, é acionista da Valora Gestão de Investimentos Ltda – VGI, e também atua como Presidente de seu Conselho de Administração, membro do Conselho de Administração da Odebinv (holding que controla o Grupo Odebrecht) e é também membro do Comitê de Competitividade Brasil da Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos. O Sr. Alvaro Pereira Novis declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

José Mauro Depes Lorga - 711.509.277-04

José Mauro Depes Lorga é graduado em Economia pelo Instituto Metodista Bennet, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC. Atua como Professor Convidado da Fundação Dom Cabral – FDC e Diretor Voluntário da Junior Achievement (ONG de Empreendedorismo). Adicionalmente, atua como Diretor de Operações - COO – Fundação do Câncer e Hospital Fundação do Câncer (2015), Diretor Executivo (CFO) na empresa GiraMais – Holding Grupo Giraffas e Diretor Presidente (CEO) da Brasil Gourmet Indústria e Comércio de Alimentos (2014). Entre 2011 e 2012, foi Diretor (CFO) na empresa Casa Saba – SA – México, maior empresa de atividades de logística e venda de medicamentos da América Latina. Entre 2009 e 2011, foi Diretor (COO) no Grupo Umbria (Spoleto, Dominos Pizza e Kono Store). O critério utilizado na determinação de sua independência foi o previsto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado. O Sr. José Mauro Depes Lorga declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Maria Fernanda Teixeira - 765.087.908-97

Maria Fernanda Teixeira é bacharel em administração pela Universidade Metodista. A Sra. Maria Fernanda trabalhou na General Motors do Brasil entre 1975 e 1985, onde liderou diversas áreas de tecnologia. Entre 1985 e 2006 foi Vice-Presidente Comercial e Vice-Presidente de Operações da EDS – Electronic Data Systems. Posteriormente, foi Presidente América Latina do ICT Group Corporation, entre 2007 e 2009, quando assumiu os cargos de Presidente First Data Brasil, Vice-Presidente Senior e Vice-Presidente de Operações da Amércia Latina da Firts Data Corporation, onde trabalhou entre 2009 e 2015. Atualmente, a Sra. Maria Fernanda é Presidente da Integrow. A Sra. Maria Fernanda Teixeira declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Alvaro Pereira Novis - 024.595.407-44	
N/A	
José Mauro Depes Lorga - 711.509.277-04	
N/A	
Maria Fernanda Teixeira - 765.087.908-97	
N/A	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	23.373.000/0001-32	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração da Companhia; e membro do Conselho de Administração e Diretor Presidente da JSL S.A.				
Pessoa relacionada				
Fernando Antonio Simões Filho	329.852.458-18	JSL S.A.	52.548.435/0001-79	
Membro do Conselho de Administração da JSL S.A.				
Observação				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor

Denys Marc Ferrez	009.018.327-40	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores			

Observação

Administrador do Emissor

Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho			

Pessoa Relacionada

JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Diretor presidente e membro do conselho de administração			

Observação

Possui 10,17% das ações emitidas pela JSL S.A.

Exercício Social 31/12/2017

Administrador do Emissor

Denys Marc Ferrez	009.018.327-40	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores			

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho			
Pessoa Relacionada			
JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Diretor presidente e membro do conselho de administração			
Observação			
Possui 10,17% das ações emitidas pela JSL S.A.			

Exercício Social 31/12/2016

Administrador do Emissor			
Denys Marc Ferrez	009.018.327-40	Prestação de serviço	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores			
Observação			
Administrador do Emissor			
Fernando Antonio Simões	088.366.618-90	Prestação de serviço	Controlador Direto
Presidente do Conselho			
Pessoa Relacionada			
JSL S.A.	52.548.435/0001-79		
Diretor presidente e membro do conselho de administração			
Observação			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Possui 10,17% das ações emitidas pela JSL S.A.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

A JSL S.A., controladora da Companhia, mantém uma apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O), com vigência de 13/05/2018 a 13/05/2019, que abrange também todas as suas controladas e seus respectivos administradores, incluindo a Companhia e os seus administradores. Este seguro prevê o pagamento ou reembolso de despesas até o valor máximo de R$107.130.000,00 (cento e sete milhões e cento e trinta mil reais).

A apólice de seguro contratada possui coberturas para processos ou procedimentos administrativos, arbitrais e/ou judiciais; processos judiciais ou arbitrais movidos pela própria JSL ou por suas controladas ou subsidiárias contra seus respectivos administradores; e cobertura para processos judiciais movidos por um administrador contra outro administrador, também no valor de R$107.130.000,00 (cento e sete milhões e cento e trinta mil reais). A apólice de seguro contratada não possui cobertura para o pagamento de multas e penalidades impostas aos administradores.

O valor do prêmio pago em relação à apólice de seguro acima mencionada é de R$ 198.493,84 (cento e noventa e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e quatro centavos).

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Matéria	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral de Transformação em Sociedade por Ações	Aprovação da transformação do tipo societário da Sociedade, conversão das quotas em ações, aumento de capital da Sociedade, criação do Conselho Social e eleição de seus membros, alteração do prazo de mandato dos Diretores, estabelecimento de limite de capital autorizado para futuros aumentos de capital social, fixação da remuneração global da administração, definição dos jornais de publicação e aprovação do estatuto social.	31/10/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de cisão parcial, aumento de capital social e consolidação do estatuto social.	31/10/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação do aumento do capital social e consolidação do estatuto social.	21/12/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de incorporação de sociedade, aumento do capital social, emissão de 4 bônus de subscrição, eleição de membro do Conselho de Administração e consolidação do Estatuto Social.	22/12/2017	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da submissão do pedido de registro de companhia aberta, criação do cargo de Diretor com Relações com Investidores e consolidação do Estatuto Social.	30/10/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da cisão parcial da Companhia.	31/12/2018	100%	NÃO

Esclarecimentos adicionais sobre os administradores da Companhia:

Abaixo consta uma lista de processos criminais, ações civis públicas e ações populares envolvendo membros da administração da Companhia:

Processo nº 0086687-50.2009.8.05.0001	
a. juízo	1ª Vara Criminal de Salvador
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	23/03/2009
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado da Bahia Réu: Fernando Antônio Simões, William Ochiulini Laviola e Outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Restrição de direitos e multa penal.
f. principais fatos	Em 29 de junho de 2009, o Ministério Público do Estado da Bahia ("MP") ofereceu denúncia contra o Diretor Presidente da JSL S.A. (controladora da Companhia) e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Fernando Antonio Simões, imputando-lhe a prática dos crimes de corrupção ativa e de fraude à licitação. A denúncia inclui outras 19 pessoas, entre elas, William Ochiulini Laviola, que é o gerente

12.12 - Outras informações relevantes

Processo nº 0086687-50.2009.8.05.0001	
	responsável pela área de elaboração de propostas para concorrências públicas da JSL S.A. Este processo criminal está em curso na Comarca de Salvador, no Estado da Bahia, e se encontra ainda em fase inicial e, portanto, ainda não foi julgado. A denúncia, em linhas gerais, alega a existência de uma organização de pessoas agindo para fraudar diversas licitações relacionadas à Polícia Militar do Estado da Bahia, em benefício de empresas participantes em licitações, dentre as quais a JSL S.A., especificamente em relação a uma única licitação, a seguir referida. A acusação contra Fernando Antonio Simões e William Laviola se dá no contexto de um procedimento licitatório vencido pela JSL S.A. referente a um contrato de venda de frota para a Polícia Militar do Estado da Bahia, com o fornecimento e manutenção, por 30 meses, de um total de 191 viaturas ("Contrato"). Alega-se, resumidamente, que esse processo licitatório teria sido fraudado de modo a favorecer a contratação da JSL S.A. e, ainda, que William Laviola junto com Jaime Palaia Sica, ex-funcionário da JSL S.A., teriam oferecido valores a outra pessoa, também acusada no processo, para que ele atuasse para agilizar o processo de pagamento pelo Estado da Bahia das várias parcelas vencidas e não pagas, uma vez que o Estado da Bahia não havia realizado desde o início da execução do Contrato qualquer um dos pagamentos nele previstos. Fernando Antonio Simões e William Laviola apresentaram resposta prévia à denúncia, em setembro e novembro de 2009, respectivamente, e ambos rejeitam todas as alegações e acusações apresentadas pelo MP contra eles, negando veementemente que tenham praticado qualquer conduta que possa ser considerada ilegal. Dentre outros aspectos, destacam-se: (i) a denúncia não especificou qual teria sido a conduta supostamente praticada por Fernando Antonio Simões, incluído no processo por, na ocasião, ser Diretor Vice Presidente da JSL S.A.; (ii) os elementos probatórios colhidos no inquérito policial referem-se a fatos não relacionados à licitação e teriam ocorrido posteriormente ao encerramento do processo licitatório e da celebração do respectivo contrato administrativo; (iii) referidos elementos são nulos, em decorrência de violação às garantias individuais e aos procedimentos legais; (iv) não há como aceitar a alegação de que o edital da licitação teria sido dirigido à JSL S.A., visto que, em sua versão original, havia a exigência de que a empresa líder de eventual consórcio licitante tivesse obrigatoriamente sede no estado da Bahia (desde a sua constituição a JSL S.A. é sediada no Estado de São Paulo); (v) tal exigência, manifestamente restritiva quanto à participação no certame, somente foi excluída do edital porque houve intervenção da Procuradoria Geral do Estado; (vi) a JSL S.A. atendeu integralmente o objeto do contrato firmado com o Estado da Bahia no período de 16 de janeiro de 2009 a 14 de setembro de 2010, o que incluiu o fornecimento da frota de veículos da polícia militar que foi pactuada (com a respectiva transferência da posse e propriedade ao Estado da Bahia) e a prestação de serviços de gestão e manutenção dessa frota, com fornecimento de mão de obra e de todos os itens necessários aos veículos (manutenção preventiva, corretiva e avarias), a despeito de o Estado da Bahia não ter honrado os devidos pagamentos. A JSL S.A. informa, ainda, que (i) o valor do Contrato teve redução de 10% em referência à cotação inicial do objeto da licitação feita pelo órgão licitante; (ii) na época dos fatos, o valor do faturamento do Contrato representava 0,5% do faturamento da JSL S.A.; e (iii) mais de 90% do faturamento da JSL S.A. decorria de serviços prestados no setor privado. A ação ainda se encontra em fase inicial, aguardando a realização de audiência de instrução, não tendo sido proferida sentença.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação criminal dos réus e restrição à administração de empresas.

Processo nº 0315594-41.2015.8.05.0001	
a. juízo	7ª Vara da Fazenda Pública – Salvador
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	01/06/2015
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado da Bahia.

12.12 - Outras informações relevantes

	Réu: JSL S.A., Fernando Antonio Simões, LM Transportes Serviços e Comercio Ltda. e outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 4.023.664,20 (Valor atribuído à causa pelo autor. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido).
f. principais fatos	Esta ação trata dos mesmos fatos que levaram o Ministério Público a propor a ação penal acima mencionada (Processo nº 0086687-50.2009.8.05.0001). Além dos demais argumentos abordados naquele processo, nesta ação a empresa apresentou defesa prévia rejeitando todas as acusações firmadas pelo Ministério Público e negando veementemente que tenha praticado qualquer conduta que possa ser considerada ilegal.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios e incentivos fiscais e creditícios junto ao Poder Público.

Processo nº 0005434-42.2009.8.26.0361	
a. juízo	1ª Vara Criminal de Mogi das Cruzes
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	23/03/2009
d. partes no processo	Autor: Justiça Pública Réu: Antonio Alexandre Eroles; Antonio Adriano Eroles; Fernando Antonio Simões e José Carlos Pavanelli.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Restrição de direitos e multa penal.
f. principais fatos	Trata-se de ação penal, movida contra o Diretor Presidente da JSL S.A. (controladora da Companhia) e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Fernando Antonio Simões e os Srs. Antonio Alexandre Eroles, Antonio Adriano Eroles e José Carlos Pavanelli pelos mesmos fatos discutidos na ação civil pública processo nº 0015304-72.2013.8.26.0361, mencionada abaixo. A denúncia foi recebida em 29 de novembro de 2013. O Sr. Fernando Antonio Simões apresentou resposta prévia à denúncia, rejeitando todas as alegações e acusações apresentadas contra si pelo Ministério Público e visando sua absolvição sumária, em razão da inexistência de crime, uma vez que jamais participou de qualquer suposto acordo ilícito. Em audiência de instrução realizada no dia 11/10/2017, o corréu Antonio Alexandre Eroles, em seu interrogatório perante o juízo, negou a participação de Fernando Antonio Simões em qualquer ato ilícito. A Ação foi julgada improcedente, tendo sido interposto recurso de apelação pelo MP, ainda não julgado.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Condenação criminal dos réus e restrição à administração de empresas.

Processo nº 0015304-72.2013.8.26.0361	
a. juízo	Vara da Fazenda Pública - Foro de Mogi das Cruzes
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	30/09/2013
d. partes no processo	Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo. Réu: Junji Abe, Fernando Antônio Simões; Antônio Alexandre Eroles e outros.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.000.000,00 (O valor inicialmente atribuído à causa pelo autor – R$ 2.592.357.203,00 – foi reduzido pelo Juiz em decisão proferida em 21/02/2019, com

12.12 - Outras informações relevantes

Processo nº 0015304-72.2013.8.26.0361	
	base no valor que supostamente teria sido requerido pelo réu Junji Abe às empresas. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido).
f. principais fatos	Esta ação trata do contrato de concessão dos serviços de transporte público coletivo urbano de Mogi das Cruzes. O Ministério Público ("MP") ajuizou Ação de Responsabilidade Civil por Ato de Improbidade Administrativa com base em gravação de conversa mantida unicamente entre representantes da empresa Eroles, que na ocasião explorava os serviços de transporte público coletivo de Mogi das Cruzes a título de permissão, com o então prefeito municipal. Nesta conversa, supostamente teria sido prometido pagamento de quantia ao então prefeito em troca de favorecimento das empresas Júlio Simões Transportes e Serviços Ltda. (denominação anterior da JSL S.A.) e Mito na Concorrência Pública 05-5/2003. O MP ajuizou ação em face desses interlocutores, dos membros da Comissão de Licitação, de outros servidores públicos municipais, da JSL S.A. e do seu então diretor Vice-Presidente, atual diretor Presidente da JSL S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Fernando Antônio Simões, alegando direcionamento da licitação para as empresas Mito, pertencente à família Eroles, e JSL S.A. O pedido liminar para determinar a indisponibilidade de bens dos Requeridos foi indeferido pelo juiz, que, em síntese, fundamentou que (i) os integrantes da família Eroles apresentaram representação ao MP após a cassação do contrato de concessão dos serviços de transporte público da empresa Mito; (ii) "presume-se a raiva e o rancor de quem perde uma permissão para explorar um lucrativo ramo de serviço e vê o patrimônio ruir"; (iii) a conversa gravada é dos integrantes da família Eroles; e (iv) inexistem provas que envolvam a JSL S.A. O Sr. Fernando Antônio Simões e a JSL S.A. apresentaram defesa preliminar em que refutam veementemente as alegações do MP, sob diversos argumentos, incluindo os que fundamentaram a decisão de indeferimento da liminar, dentre os quais: (i) a ação está prescrita; (ii) a família Eroles explorava há 70 anos os serviços de transporte público coletivo de Mogi das Cruzes, mediante permissão, com monopólio e sem licitação; (iii) não houve promessa e/ou pagamento de qualquer valor pela JSL S.A. e seu representante legal para ser beneficiada na licitação; (iv) o processo licitatório – sabidamente complexo no transporte público coletivo – teve início em 1997, sofrendo várias intercorrências, e somente em 2003, seis anos depois (em 29/09/2003) é que foi expedido o edital definitivo, contemplando as exigências e recomendações feitas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; (v) a divisão do objeto da licitação em dois lotes estava prevista desde o ano de 1998, conforme sugestão da Comissão de Licitação, validada pelo Tribunal de Contas; (vi) a ação é baseada em declaração unilateral da família Eroles, em suposta conversa que não teve participação de qualquer pessoa vinculada à JSL S.A.; (vii) a delação feita pela família Eroles ocorreu após quatro dias da cassação pela Prefeitura Municipal, do contrato de concessão dos serviços de transporte público coletivo que a Mito detinha; (viii) o próprio delator, Alexandre Eroles, ao prestar depoimento no Inquérito Civil afirmou que não sabe se a JSL S.A. efetuou qualquer pagamento supostamente solicitado pelo ex-prefeito; (ix) o Sr. Fernando Antônio Simões ajuizou queixa crime em face dos integrantes da família Eroles que fizeram falsa afirmação a seu respeito, estando o respectivo processo em tramitação; (x) a empresa Mito, que o MP alega ter sido constituída exclusivamente para participar da licitação, existe desde 1973; (xi) o não atendimento da exigência de certificação ISO 9002, constante do edital da licitação, ao contrário do alegado pelo MP, não impedia a participação das empresas que não a dispunham; (xii) houve efetiva competição na licitação entre as cinco empresas participantes; e (xiii) não há qualquer vício, nulidade ou incorreção no processo licitatório no que diz respeito à JSL S.A., conforme manifestação inclusive do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ao analisar o processo licitatório em questão. Oportuno destacar que o Sr. Alexandre Eroles, em seu depoimento prestado na ação penal n.º 0005434-42.2009.8.26.0361, negou a participação do Sr. Fernando Antonio Simões em qualquer ato ilícito, desmentindo afirmação anteriormente feita em relação ao mesmo e que deu origem à sua indevida inclusão em ambos os processos (cível e penal). O processo ainda se encontra em fase inicial. Em 21/02/2019, foi proferida decisão que recebeu a petição inicial em face de todos os réus, determinando a citação dos mesmos para apresentarem contestação no prazo de 15 dias
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso de caixa, suspensão/invalidação dos contratos discutidos, restrições ao exercício de atividades e/ou recebimento de benefícios e incentivos fiscais e creditícios junto ao Poder Público.

12.12 - Outras informações relevantes

Processo nº 0136630-70.2014.8.19.0001	
a. juízo	9ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	25/04/2014
d. partes no processo	Autor: Carlos Fernando dos Santos Azeredo Réus: CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda., Estado do Rio de Janeiro e Fernando Antônio Simões
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 195.085.216,80 (Valor atribuído à causa pelo autor. Não é possível, nesta fase processual, aferir o valor do efetivo risco envolvido).
f. principais fatos	Trata-se de ação popular por meio da qual o autor questiona a legalidade/lesividade do Contrato Administrativo n.º 035/CCIVIL/2013, firmado com o Estado do Rio de Janeiro, referente à gestão e manutenção da frota da Polícia Militar do Estado. Ação distribuída em 25.4.14, inicialmente para a 14ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro. Em 09.05.14 foi indeferida a liminar pleiteada pelo autor, para suspender quaisquer pagamentos devidos à CS Brasil. Contra essa decisão, o autor interpôs agravo de instrumento (processo nº 0023794-60.2014.8.19.0000), o qual foi desprovido pela 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Em 01.10.14 foi certificada a tempestividade da contestação apresentada pela CS Brasil e pelo Sr. Fernando Antônio Simões. Especificamente com relação ao Fernando Antonio Simões, o Autor popular faz pedido de condenação em perdas e danos, cujo valor é ilíquido nesse momento. A presente ação popular foi apensada para julgamento em conjunto com a Ação Civil Pública n.º 0167693-16.2014.8.19.0001 e a Ação Popular n.º 0043810-66.2013.8.19.0001, que tratam do mesmo tema. Os processos estão em fase de instrução, sem prolação de sentença.
g. chance de perda (provável, possível ou remota)	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Esclarecimentos adicionais sobre governança corporativa:

A Companhia está sujeita às seguintes práticas de governança corporativa:

MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA SEGUNDO O IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; Conselheiros com experiência em questões operacionais, financeiras e outros, além de experiência em participação em outros conselhos de administração; Manutenção de um canal de denúncias ("Canal Confidencial") para a apresentação

12.12 - Outras informações relevantes

de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; Previsão estatutária para instalação de um Conselho Fiscal.

SEGMENTO DO NOVO MERCADO

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter em circulação, no mínimo, 25% do capital social ou 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da companhia se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos últimos 12 meses; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a Companhia e a B3, além da adaptação do estatuto da Companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política formalizada de remuneração dos executivos e conselheiros da Companhia e suas subsidiárias, aprovada por meio de reunião do Conselho de Administração realizada no dia 25 de fevereiro de 2019 ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração está disponível no seguinte link da rede mundial de computadores da Companhia: http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/.

A prática de remuneração da Companhia tem como objetivo atrair e reter profissionais altamente qualificados em seu Conselho de Administração, Diretoria estatutária e não estatutária, bem como demais colaboradores, a fim de estimular uma boa performance e alinhar seus objetivos aos objetivos de longo prazo da Companhia, bem como de remunerar visando ao crescimento do negócio e a valorização do potencial e performance individual.

A Companhia busca, ainda, compensar adequadamente a competência e a responsabilidade dos profissionais por ela contratados, orientando-se com base na meritocracia.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

- Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração poderá ser composta por 12 parcelas fixas mensais a título de honorários. Atualmente, os membros do Conselho de Administração da Companhia não são remunerados. Com a eleição dos membros independentes do Conselho de Administração e a partir da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, todos os membros do Conselho de Administração farão jus à remuneração fixa.

- Diretoria Estatutária

A porção fixa da remuneração para os membros da Diretoria estatutária é composta por 12 parcelas fixas mensais a título de honorários e visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições gerais do mercado.

A porção variável da remuneração (bônus), quando aplicável, é estabelecida independentemente para cada membro e condicionada ao cumprimento de determinadas (i) metas objetivas, tanto individuais, como relacionadas à sua própria área, tais como volume total de vendas e EBITDA; e (ii) metas corporativas da própria Companhia, como faturamento total e lucro líquido, sendo que a proporção desta última para apuração da parcela variável é determinada em função do cargo exercido. Cabe destacar que parte do bônus está atrelada ao Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia, conforme descrito no item 13.4 (a). Assim, a remuneração praticada concilia objetivos de curto, médio e longo prazos e tem como objetivo estimular e premiar o alcance das metas corporativas e a superação de metas individuais estabelecidas.

Além da remuneração descrita acima, os membros deste órgão têm a possibilidade de aderir a planos de assistência médica e odontológica em condições mais favoráveis às praticadas no mercado, em função das parcerias estabelecidas pela Companhia com os administradores de tais planos de assistência. A Companhia oferece um plano diferenciado de assistência médica familiar para os membros da Diretoria Estatutária, subsidiado em 50% para o titular, cônjuge e dependentes (filhos(as) até 18 anos).

- Diretoria Não-Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

A porção fixa da remuneração para os membros da Diretoria não estatutária segue as regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e visa reconhecer o valor do cargo e das responsabilidades inerentes à posição, bem como refletir as condições gerais do mercado.

A porção variável da remuneração, quando aplicável, é estabelecida independentemente a cada membro e condicionada ao cumprimento de determinadas metas de sua(s) área(s) e da própria Companhia, sendo que a proporção desta última para apuração da parcela variável é determinada em função do cargo exercido. Assim, os elementos da remuneração praticada (combinação entre remuneração fixa e variável, além de benefícios) conciliam objetivos de curto, médio e longo prazos, e pretende, assim, estimular e premiar o alcance das metas corporativas e a superação de metas individuais estabelecidas, incentivando uma melhoria da gestão da Companhia e a retenção dos seus profissionais. O bônus é pago a título de PLR (Programa de Participação nos Lucros e Resultados), conforme o Acordo Coletivo estabelecido junto ao sindicato da categoria da qual os colaboradores da Companhia fazem parte.

Além da remuneração descrita acima, os membros deste órgão têm a possibilidade de aderir a planos de assistência médica e odontológica em condições mais favoráveis às praticadas no mercado, em função das parcerias estabelecidas pela Companhia com os administradores de tais planos de assistência. A Companhia oferece um plano diferenciado de assistência médica familiar para os membros da Diretoria Não-Estatutária, subsidiado em 50% para o titular, cônjuge e dependentes (filhos(as) até 18 anos).

- Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do conselho fiscal não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros. Na data deste Formulário, o Conselho Fiscal não tinha sido instalado.

- Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis a uma remuneração fixa mensal.

Por fim, em complemento à remuneração atualmente praticada pela Companhia e descrita nos itens acima, cabe destacar que os administradores que sejam considerados executivos-chave, os empregados e os prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas são elegíveis a 4 planos de remuneração baseados em ações, os quais estão dispostos no item 13.4 deste Formulário de Referência.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção prevista de cada elemento na composição da remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de:

2018

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	75,02%	10,81%	14,17%	100,00%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

2017

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N/A	N/A	N/A	N/A
Diretoria Estatutária	64,54%	12,92%	22,55%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

2016

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a administração da Companhia não foi remunerada.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração em bases de mercado, considera a complexidade, sofisticação e desafios inerentes aos negócios da Companhia, respeitada a verba global anual para remuneração dos administradores aprovada pela Assembleia Geral. A remuneração dos administradores procura seguir os padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a Companhia atua e ser coerente com seu tamanho e relevância no mercado, sendo reajustada com base nos padrões de remuneração de tais setores.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

O modelo e a composição da remuneração têm o objetivo de refletir as responsabilidades dos cargos ocupados pelos administradores da Companhia, as práticas de mercado e seu nível de competitividade, de forma a atender as necessidades estratégicas da Companhia e atrair, reter e motivar profissionais, levando sempre em consideração a meritocracia.

(v) existência de membros não remunerados

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, os membros do conselho de administração não recebiam remuneração por conta do exercício de suas funções na Companhia, uma vez que possuem vínculo profissional com o acionista controlador da Companhia. Passarão a receber, contudo, a partir da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia. Adicionalmente, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Diretoria também não recebia remuneração por conta do exercício de suas respectivas funções na Companhia.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Para a parcela fixa da remuneração são consideradas pesquisas salariais do mercado e avaliações de desempenho individuais, atrelados ao nível da responsabilidade da função exercida. Adicionalmente, é considerada a qualificação profissional para o exercício da função.

Os indicadores levados em consideração na determinação da remuneração variável fazem parte de um sistema de gestão de metas individuais e corporativas, que consideram o volume total de vendas e o EBITDA, bem como o faturamento total e o lucro líquido da Companhia, respectivamente.

As definições do planejamento estratégico da Companhia são consideradas na remuneração variável da Diretoria estatutária e não estatutária, englobando os resultados financeiros das respectivas áreas sob a responsabilidade dos administradores e os resultados financeiros consolidados da Companhia, como faturamento e lucratividade, bem como indicadores operacionais, como nível de satisfação dos clientes, índice de rotatividade de colaboradores, entre outros.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável dos administradores está vinculada ao desempenho econômico-financeiro e operacional anual da Companhia, conforme descrito no item 13.1.c, com base em metas estabelecidas, sendo referência para o pagamento de bônus para os membros da Diretoria estatutária e não estatutária. Caso as metas individuais e corporativas sejam superadas, os administradores farão jus à remuneração variável acima do *target* esperado, conforme valores máximos elencados no item 13.3 abaixo.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A prática de remuneração da Companhia está estruturada para estimular os administradores a se manterem alinhados aos objetivos da organização e a buscar a realização das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. A porção fixa da remuneração busca reconhecer o valor dos cargos e contribuir para a retenção dos administradores, o que proporciona maior estabilidade e qualidade das atividades à Companhia. A porção variável proporciona compensação financeira aos Diretores conforme as metas são atingidas, visando alinhar os objetivos da empresa e dos Diretores na busca por maior eficiência e rentabilidade.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros de sua administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos. Ainda, cabe destacar que a controladora da Companhia e suas controladas remuneram os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em razão do exercício de funções em outros cargos que não aqueles que exercem na própria Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data deste Formulário, não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Conselho de Administração, tem as seguintes atribuições:

- Aprovar as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;

- Discutir, analisar e supervisionar a implementação e operacionalização dos modelos de remuneração existentes, discutindo os princípios gerais da política de remuneração dos colaboradores e recomendando o seu aprimoramento à luz dos princípios da política; e

- Propor o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral Ordinária;

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Adotamos estratégias de remuneração e benefícios que variam de acordo com a área de atuação e com parâmetros de mercado. Periodicamente, verificamos esses parâmetros por meio de:

- Participação em pesquisas realizadas em âmbito nacional; e

- Participação em fóruns especializados em remuneração e benefícios.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia no mínimo anualmente a adequação da Política de Remuneração e, principalmente, a atualização e/ou aplicabilidade da prática adotada.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,50	5,83	3,00	13,33
Nº de membros remunerados	3,33	5,83	3,00	12,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.477.100,00	3.800.273,20	167.901,66	5.445.274,86
Benefícios direto e indireto	0,00	79.225,08	0,00	79.225,08
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	295.420,00	1.045.054,64	33.580,33	1.374.054,97
Descrição de outras remunerações fixas	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019.	Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.023.730,82	0,00	1.023.730,82
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.399.213,23	0,00	2.399.213,23
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	239.249,38	0,00	239.249,38
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros da Diretoria apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.772.520,00	8.586.746,35	201.481,99	10.560.748,34

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,50	0,00	6,50
Nº de membros remunerados	0,00	3,50	0,00	3,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	2.352.901,24	0,00	2.352.901,24
Benefícios direto e indireto	0,00	28.286,48	0,00	28.286,48
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	582.518,85	0,00	582.518,85
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	427.178,33	0,00	427.178,33
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	0,00		0,00	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	559.693,00	0,00	559.693,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros da Diretoria apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	3.950.577,90	0,00	3.950.577,90

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,75	2,83	0,00	3,58
Nº de membros remunerados	0,00	2,83	0,00	2,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.489.677,63	0,00	1.489.677,63
Benefícios direto e indireto	0,00	18.703,29	0,00	18.703,29
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	433.613,53	0,00	433.613,53
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	388.614,00	0,00	388.614,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	678.390,00	0,00	678.390,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros da Diretoria apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	3.008.998,45	0,00	3.008.998,45

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	1,00	0,00	1,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/N° 03/2019.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros do Conselho de Administração apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 03/2019, o número de membros da Diretoria foi apurado de acordo com a média anual do número de membros da Diretoria apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício social corrente 31/12/2019 – Valores Anuais				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	4,50	5,83	3,00	13,33
Nº de membros remunerados	0,00	5,83	0,00	5,83
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$2.186.112,55	R$0,00	R$2.186.112,55
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$0,00	R$1.023.730,82	R$0,00	R$1.023.730,82

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	3	3,50	0	6,50
Nº de membros remunerados	0	3,50	0	3,50
Bônus				

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$2.267.720,00	R$0,00	R$2.267.720,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$0,00	R$1.133.860,00	R$0,00	R$1.133.860,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$0,00	R$427.178,33	R$0,00	R$427.178,33

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	3	2,83	0	5,83
Nº de membros remunerados	0	2,83	0	2,83
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
metas sejam atingidas				
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$954.000,00	R$0,00	R$954.000,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$0,00	R$477.000,00	R$0,00	R$477.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$0,00	R$388.614,00	R$0,00	R$388.614,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	0	1,00	0	1,00
Nº de membros remunerados	0	0	0	0,00
Bônus				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016				
Item / Ano	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	-
Participação nos Resultados				
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$0,00	R$0,00	R$0,00	R$0,00

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) Termos e condições gerais

Os administradores que sejam considerados executivos-chave, os empregados e os prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas são elegíveis a 4 (quatro) planos de remuneração baseados em ações – os quais estão dispostos a seguir:

i. Plano de Opção da JSL

A Assembleia Geral de Acionistas da JSL S.A., a controladora da Companhia ("JSL"), aprovou em 8 de fevereiro de 2010, o Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da JSL ("Plano de Opção da JSL") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da JSL para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle, incluindo a Companhia.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da JSL ("Beneficiários da JSL") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da JSL, com base em contratos de opção de compra de ações que venham a ser celebrados pela JSL e os Beneficiários da JSL de tal plano, o que abrange, inclusive, administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia.

ii. Plano de Ações Restritas e Matching da JSL

A Assembleia Geral de Acionistas da JSL aprovou, em 22 de outubro de 2018, Plano de Ações Restritas e Matching da JSL ("Plano de Ações Restritas da JSL") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da JSL.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia ("Beneficiários da JSL") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da JSL, com base em contratos de outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas celebrados entre a JSL e os Beneficiários, por meio dos quais a JSL e/ou as Controladas, inclusive a Companhia, outorgarão direito ao recebimento de Ações Restritas aos Beneficiários ("Contrato de Outorga da JSL").

iii. Plano de Opção da Companhia

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, Plano de Opção de Compra de Ações de emissão da Companhia ("Plano de Opção da Companhia") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia para seus administradores, empregados, prestadores de serviços, bem como de outras sociedades sob o seu controle.

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia ("Beneficiários") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em contratos de opção de compra de ações ("Contrato de Opção") que venham a ser celebrados pela Companhia e os Beneficiários do Plano de Opção.

iv. Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia

A Assembleia Geral de Acionistas da Companhia aprovou, em 25 de fevereiro de 2019, Plano de Ações Restritas e Matching da Companhia ("Plano de Ações Restritas da Companhia") que estabelece os termos e condições gerais para a outorga de opções de compra de ações restritas e ações matching, na medida em que os Beneficiários designem uma parcela de seu bônus para recebimento de ações de emissão da Companhia.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

As condições específicas para a outorga e exercício das opções para os colaboradores elegíveis da Companhia ("Beneficiários") serão estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, com base em contratos de outorga de direito ao recebimento de Ações Restritas celebrados entre a Companhia e os Beneficiários, por meio dos quais a Companhia e/ou as Controladas outorgarão direito ao recebimento de Ações Restritas aos Beneficiários ("Contrato de Outorga").

(b) Principais objetivos do plano

i. O Plano de Opção da JSL tem por objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da JSL; (b) alinhar os interesses dos acionistas da JSL aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da JSL ou outras sociedades sob o seu controle, inclusive a Companhia; e (c) possibilitar à JSL ou outras sociedades sob o seu controle, inclusive a Companhia, atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

ii. O Plano de Ações Restritas da JSL tem por objetivo permitir que os Beneficiários da JSL recebam (i) Ações Restritas e, (ii) conforme aplicável, Ações Matching, na medida em que os Beneficiários da JSL, dentre outras condições, designem uma parcela de seu Bônus para recebimento de Ações Próprias.

iii. O Plano de Opção tem por objetivos: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle; e (c) possibilitar à Companhia ou outras sociedades sob o seu controle atrair e manter a ela vinculados administradores e empregados.

iv. O Plano de Ações Restritas tem por objetivo permitir que os Beneficiários recebam (i) Ações Restritas e, (ii) conforme aplicável, Ações Matching, na medida em que os Beneficiários, dentre outras condições, designem uma parcela de seu Bônus para recebimento de Ações Próprias.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opção da JSL, o Plano de Ações Restritas da JSL, o Plano de Opção e o Plano de Ações Restritas ("Planos") conferem aos seus participantes a possibilidade de serem acionistas da JSL e/ou da Companhia, conforme o caso, estimulando-os a trabalhar na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a JSL e/ou a Companhia, conforme o caso. Além disso, considerando os prazos de "vesting" das opções, os Planos também contribuem para promover a retenção dos Beneficiários na JSL e/ou na Companhia, conforme o caso.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

A Companhia possui uma política de valorização do mérito individual dos empregados, com base na obtenção de metas operacionais e financeiras e no desempenho individual. Os Planos constituem instrumentos incentivadores do bom desempenho individual e do comprometimento com metas empresariais.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Os Planos alinham os interesses de administradores, Companhia, JSL e acionistas por meio de benefícios de acordo com a performance das ações da da Companhia e/ou da JSL, conforme o caso. Por meio dos Planos, a Companhia busca estimular a melhoria na gestão e a permanência de seus executivos e empregados, visando ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho de curto prazo. Ademais, os Planos visam possibilitar à Companhia a obtenção e manutenção dos serviços de executivos de alto nível, oferecendo a tais executivos, como vantagem adicional, se tornarem acionistas da mesma, nos termos e condições previstos nos Planos.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(f) Número máximo de ações abrangidas

Nos termos dos Planos de Opção da Companhia e da JSL, podem ser outorgadas aos seus participantes, opções de compra de ações sobre um número de ações que não exceda 5% do total das ações de emissão da Companhia, contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos dos Planos estejam sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Cada opção atribuirá ao seu titular o direito à aquisição ou subscrição de 1 ação. Nesse sentido, conforme mencionado na alínea "f" acima, as ações, somadas às opções ou outros direitos de recebimento de ações, no âmbito dos Planos de Opção da Companhia e da JSL, poderão conferir direitos sobre um número de ações que não exceda, a qualquer tempo, 5% do capital social total e votante da Companhia e/ou da JSL S.A., conforme o caso, em bases totalmente diluídas.

(h) Condições de aquisição de ações

As opções poderão ser exercidas desde que atendidas as exigências e condições previstas nos Planos e nos respectivos Contratos, e desde que respeitado o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente.

A Companhia celebrou Contratos de Opção, nos termos do Plano de Opção da JSL e do Plano de Ações Restritas da JSL, conforme abaixo:

Conforme estabelecido no Programa 01/16, as opções podem ser exercidas em 3 parcelas anuais, sendo que a 1ª poderá abranger até 25% do total de opções outorgadas, a 2ª, até 50%, e a 3ª, até 100%. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

Conforme estabelecido no Programa 01/17, as opções podem ser exercidas em 3 parcelas anuais, sendo que a 1ª poderá abranger até 25% do total de opções outorgadas, a 2ª, até 50%, e a 3ª, até 100%. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

Conforme estabelecido no Programa 01/18, as ações restritas podem ser exercidas em 4 parcelas anuais, sendo que todas as parcelas serão de 25% da quantidade total de ações. As condições relativas a preço e prazo de exercício para cada lote podem ser verificadas no item 13.4.i a seguir.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço a ser pago pelos participantes, para fins dos Planos, será equivalente à média da cotação das ações ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) pregões em que as Ações tenham sido negociadas na B3 imediatamente anteriores cada data de outorga e/ou transferência de lotes das ações restritas.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções outorgadas nos termos dos Planos de Opção da Companhia e da JSL somente poderão ser exercidas, total ou parcialmente após o prazo mínimo de 12 meses a contar da celebração do Contrato de Opção correspondente, observados ainda os prazos e condições estipulados pelo Conselho de Administração e os termos e condições previstos nos respectivos Contratos de Opção.

(k) Forma de liquidação

O preço de exercício será pago pelos Beneficiários em dinheiro, observadas as formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(l) Restrições à transferência das ações

Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício da opção nos termos dos Planos 01/16 e 01/17 não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação integral do débito do Beneficiário para com a JSL e/ou a Companhia, conforme o caso.

Adicionalmente, observado o disposto nas condições previstas nos Contratos, o Beneficiário se compromete, de forma irrevogável e irretratável, a não vender, ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar a terceiros as Ações adquiridas em razão do exercício das Opções, sem antes oferecer as referidas Ações à Companhia.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, poderá levar à revisão integral do Plano de Opção.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Para os Planos de Ações Restritas e Matching da Companhia e da JSL, na hipótese de desligamento de um beneficiário, tal beneficiário (i) fará jus ao recebimento das ações restritas e ações próprias cujo direito ao recebimento já seja aplicável mas que ainda não tenham sido entregues a tal beneficiário, e (ii) não fará jus ao recebimento das ações matching que ainda não tenham sido entregues a tal beneficiário, restando automaticamente extinto, de pleno direito, o direito ao seu recebimento, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização.

Para os Planos de Opção da Companhia e da JSL, se, a qualquer tempo durante a vigência do programa, o participante: **(a)** desligar-se da Companhia e/ou da JSL por vontade própria, pedindo demissão, ou renunciando a cargo de administrador: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem conferir qualquer direito a indenização ao Participante ou a seus sucessores; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data de desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem conferir qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; **(b)** for desligado por iniciativa exclusiva da Companhia ou da JSL, mediante demissão por justa causa, ou destituição do seu cargo por violação de deveres e atribuições de administrador, todas as opções, sejam elas exercíveis ou ainda não exercíveis na data do desligamento do participante restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; **(c)** for desligado por iniciativa exclusiva da Companhia ou da JSL, mediante demissão sem justa causa, ou destituição do seu cargo sem que a violação dos deveres e atribuições de administrador tenha motivado a exoneração: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; **(d)** desligar-se da Companhia ou da JSL por aposentadoria normal ou invalidez permanente: (i) as opções ainda não

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores, podendo o conselho de administração deliberar, entretanto, a seu exclusivo critério, pela alteração do prazo de exercício, para assegurar ao participante parte ou a totalidade de opções; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu desligamento poderão ser exercidas no prazo de 12 (doze) meses contados da data do desligamento, após o que tais opções restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores; e **(e)** vier a falecer: (i) as opções ainda não exercíveis na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação e sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização ao participante ou a seus sucessores, podendo o conselho de administração deliberar, entretanto, a seu exclusivo critério, pela alteração do prazo de exercício, para assegurar ao participante parte ou a totalidade de opções; e (ii) as opções já exercíveis na data do seu falecimento poderão ser exercidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante, desde que o façam no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data do falecimento, após o que tais direitos restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sem que de tanto decorra qualquer direito a indenização a seus herdeiros ou sucessores a qualquer título.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

A controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados ao Grupo que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações – transações de ações do grupo e em tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2019)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	4,50	5,83
Nº de membros remunerados	0	5,83
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R$ 6,52
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	**0,19%**

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3,00	3,50
Nº de membros remunerados	0,00	3,50
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R$ 8,12
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	**0,17%**

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	0,75	2,83
Nº de membros remunerados	0,00	2,83
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R$ 9,03
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	**0,16%**

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**
Nº total de membros	0	1
Nº de membros remunerados	0	1
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	R$ 8,36
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

(d) Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	**0,10%**

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	3,00	3,50
Nº de membros remunerados	0,00	3,50
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	N/A	355.890
Data em que se tornarão exercíveis	N/A	Plano 1/16: 02/04/2019 Plano 1/17: 02/04/2020 Plano 1/18: 24/04/2019
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	Plano 1/16: 02/06/2021 Plano 1/17: 02/06/2022 Plano 1/18: 24/06/2022
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R$ 6,52
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	R$ 6,26
Opções exercíveis	N/A	0
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	3	3,5	6,5
Nº de membros remunerados	0	3,5	3,5
Opções exercidas			
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Ações entregues			
Número de ações entregues	N/A	27.732	27.732
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	8,12	8,12
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0	2,83	2,83
Nº de membros remunerados	0	2,83	2,83
Opções exercidas			
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Ações entregues			

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

Número de ações entregues	N/A	132.225	132.225,00
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	9,03	9,03
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0	1	1
Nº de membros remunerados	0	1	1
Opções exercidas			
Número de ações	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A	N/A
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	N/A	N/A
Ações entregues			
Número de ações entregues	N/A	195.933	195.933
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	8,36	8,36
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a) Metodologia de precificação:

Programas 01/2016 e 01/2017 – O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black-Scholes* de precificação das opções que considera o histórico das cotações e volatilidade, os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

Programa 01/18 – Por ser um plano baseado em ações, o valor justo das ações é a média da cotação das ações da JSL na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões do ano anterior.

b) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos e taxa de juros livre de risco:

Preço Médio Ponderado: os programas são calculados com base na média da cotação das ações da Companhia/JSL na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão,

Preço de Exercício das Ações: preço do fechamento do dia anterior ao exercício.

Volatilidade esperada, prazo de vida, dividendos e taxa de juros livre de risco – conforme planilha abaixo:

Plano	Ano de outorga	Qtde de opções.	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33 %	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
VI	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21 %	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VI	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16 %	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02 %	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15 %	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30 %	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	6.933	1	0,00	6,26	36,7%	6,38 %	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	24/04/2019
I	2018	6.933	2	0,00	6,13	36,7%	7,25 %	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	24/04/2020

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

I	2018	6.933	3	0,00	5,99	36,7%	8,19%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	24/04/2021
I	2018	6.933	4	0,00	5,86	36,7%	8,89%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	24/04/2022

c) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado: Não aplicável, dado que o modelo não permite o exercício antecipado sem autorização do nosso Conselho de Administração, e este será responsável por definir métodos e premissas para incorporar os efeitos esperados de eventual exercício antecipado.

d) Forma de determinação da volatilidade: A volatilidade esperada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações da JSL na B3.

e) Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo: Não aplicável, todas as características já estão descritas acima.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Na data deste Formulário de Referência, os membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia detinham, direta ou indiretamente, as seguintes participações acionárias na Companhia, em suas controladoras, controladas ou em sociedades sob controle comum:

	Participação Direta			**Participação Indireta**		
JSL S.A.	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total
Membros do Conselho de Administração	21.065.559	0	10,24%	0	0	0
Membros da Diretoria	0	0	0	0	0	0

	Participação Direta			**Participação Indireta**		
Movida	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% do Capital Total
Membros do Conselho de Administração	20.902.892	0	9,79%	0	0	0
Membros da Diretoria	75.704	0	0,03%	0	0	0

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Na data deste Formulário de Referência, não há qualquer plano de previdência em vigor para os administradores da Companhia.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº de membros	3,50	2,83	1,00	3,00	0,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	3,50	2,83	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.615.000,00	1.790.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	830.468,00	687.553,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.128.737,00	1.063.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2017	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano. A Companhia só instituiu seu Conselho de Administração em 2017.
31/12/2016	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.

Conselho de Administração	
31/12/2018	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2017	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano. A Companhia só instituiu seu Conselho de Administração em 2017.
31/12/2016	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.
31/12/2017	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano. A Companhia só instituiu seu Conselho de Administração em 2017.
31/12/2016	Para a demonstração da menor remuneração foi desconsiderado qualquer membro que não tenha exercido os 12 meses dentro do ano.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Em 2018, não houve indenização para administradores destituídos ou aposentados.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, os membros do conselho de administração não recebiam remuneração por conta do exercício de suas funções na Companhia. Passarão a receber, contudo, a partir da realização da oferta pública inicial de ações da Companhia, a qual será arcada pela Companhia, conforme exposto no item 13.2 acima. Adicionalmente, para os anos de 2017 e 2018, a composição da Diretoria não incluía nenhum membro que fosse parte relacionada à controladora. Em 2016, os membros da Diretoria não eram remunerados em razão das funções exercidas no cargo.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Os administradores da Companhia não recebem qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam e a Companhia não possui conselho fiscal instalado.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não receberam remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 13.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2018					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	77	69	246	15	34	**441**
Coordenador/Supervisor	2	10	50	1	7	**70**
Diretor/executivo	0	1	7	0	0	**8**
Especialista	1	0	4	0	0	**5**
Gerente	9	6	38	2	2	**57**
Operacional	38	66	165	11	19	**299**
Técnico	0	6	22	2	2	**32**
Total	**127**	**158**	**532**	**31**	**64**	**912**

Atividade	31/12/2017					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	3	89	158	20	32	**302**
Coordenador/Supervisor	3	10	33	1	8	**55**
Diretor/executivo	0	0	7	0	0	**7**
Especialista	0	0	2	0	0	**2**
Gerente	0	6	17	4	2	**29**
Operacional	2	39	98	15	21	**175**
Técnico	0	6	19	3	3	**31**
Total	**8**	**150**	**334**	**43**	**66**	**601**

Atividade	31/12/2016					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	0	87	139	17	34	**277**
Coordenador/Supervisor	1	10	25	1	8	**45**
Diretor/executivo	0	0	6	0	0	**6**
Especialista	0	0	2	0	0	**2**
Gerente	0	7	13	3	2	**25**
Operacional	0	44	87	16	20	**167**
Técnico	0	6	11	3	3	**23**
Total	**1**	**154**	**283**	**40**	**67**	**545**

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	31/12/2018					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	0	0	9	0	0	**0**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Atividade	31/12/2018					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Coordenador/Supervisor	0	0	0	0	0	**0**
Diretor/executivo	0	0	0	0	0	**0**
Especialista	0	0	0	0	0	**0**
Gerente	0	0	0	0	0	**0**
Operacional	0	0	0	0	0	**0**
Técnico	0	0	0	0	0	**0**
Total	**0**	**0**	**9**	**0**	**0**	**0**

Atividade	31/12/2017					
	Centro Oeste	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	0	0	42	0	0	**0**
Coordenador/Supervisor	0	0	0	0	0	**0**
Diretor/executivo	0	0	0	0	0	**0**
Especialista	0	0	0	0	0	**0**
Gerente	0	0	0	0	0	**0**
Operacional	0	0	0	0	0	**0**
Técnico	0	0	0	0	0	**0**
Total	**0**	**0**	**42**	**0**	**0**	**42**

Em 2016, não haviam pessoas terceirizadas pela Companhia.

(c) índice de rotatividade

31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
1,64%	1,45 %	1,86%

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

Em 2018, houve um aumento de 311 colaboradores à mais no quadro, num total de 34,10%. O acréscimo se deu principalmente com a aquisição da empresa Borgato e expansão da Vamos na região Sudeste.

Em 2017, houve um aumento de 9,32% no quadro de colaboradores, que passou de 545 para 601, totalizando 56 colaboradores a mais no quadro. Este aumento se deu principalmente em razão da expansão das atividades nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Em 2016, houve uma alteração no quadro de colaboradores de 12,48%, que se deu em razão da criação de nova empresa no grupo, totalizando um acréscimo de 68 novos colaboradores com distribuição principalmente na região Sudeste.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e a responsabilidade de seus profissionais por meio da adoção de uma política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos, tendo como norte a meritocracia. O salário dos empregados da Companhia é calculado na forma da lei e com base nos acordos coletivos de sindicatos de classe com os quais a Companhia mantém relacionamento, bem como é alinhado com os salários pagos por outras companhias do setor. A remuneração é composta por salário base e bônus (dependendo do cargo), baseado em um múltiplo de zero a, no máximo, oito salários, podendo variar de acordo com o desempenho.

(b) política de benefícios

A Companhia tem como política promover o bem-estar de seus empregados. Entre os benefícios oferecidos aos seus empregados estão: cesta básica, convênio com faculdades, convênio farmácia, subsídio parcial a plano odontológico e convênio médico, vale-refeição/vale-alimentação, vale-transporte e plano de participação nos lucros.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Não há plano de remuneração baseado em ações outorgadas para os empregados da Companhia.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

Na data da apresentação deste Formulário, os empregados da Companhia são representados por 40 sindicatos ligados às atividades logísticas e correlacionadas.

A Companhia acredita ter um bom relacionamento com os seus empregados e com os sindicatos que os representam e, em função disso, a Companhia informa que nos últimos 3 exercícios sociais, não teve paralisações, mesmo que pontuais.

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 14.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
JSL S.A.					
52.548.435/0001-79	Brasileira	Não	Sim	28/10/2018	
Não					
95.817.830	98,967000%	0	0,000000%	95.817.830	98,967000%
OUTROS					
1	0,001000%	0	0,000000%	1	0,001000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 08/04/2019					
1.000.000	1,032000%	0	0,000000%	1.000.000	1,032000%
TOTAL					
96.817.831	100,000000%	0	0,000000%	96.817.831	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JSL S.A.				**52.548.435/0001-79**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 08/06/2018					
422.968	0,210000	0	0,000000	422.968	0,210000
Fernando Antonio Simões					
088.366.618-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	09/01/2013	
Não					
20.902.892	10,170000	0	0,000000	20.902.892	10,170000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA.					
07.078.144/0001-00	Brasileira-SP	Não	Não	31/03/2018	
Não					
13.225.500	6,430000	0	0,000000	13.225.500	6,430000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Jussara Elaine Simões					
933.515.508-04	Brasileira-SP	Sim	Não	30/09/2014	
Não					
4.896.785	2,380000	0	0,000000	4.896.785	2,380000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
JSL S.A.				**52.548.435/0001-79**	

Marita Simões					
076.697.098-12	Brasileira-SP	Sim	Não	09/01/2012	
Não					
4.816.785	2,340000	0	0,000000	4.816.785	2,340000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

OUTROS					
42.004.484	20,450000	0	0,000000	42.004.484	20,450000

SIMPAR S.A.					
07.415.333/0001-20	Brasileira-SP	Não	Sim	09/01/2012	
Não					
114.451.301	55,680000	0	0,000000	114.451.301	55,680000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

Solange Maria Simões Reis					
906.438.528-91	Brasileira-SP	Sim	Não	09/01/2012	
Não					
4.816.785	2,340000	0	0,000000	4.816.785	2,340000

Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**
TOTAL	0	0.000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
JSL S.A.				**52.548.435/0001-79**	
TOTAL					
205.537.500	100,000000	0	0,000000	205.537.500	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
SIMPAR S.A.				**07.415.333/0001-20**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Fernando Antonio Simões					
088.366.618-90	Brasileira-SP	Sim	Sim	26/02/2010	
Não					
48.667.076	52,000000	0	0,000000	48.667.076	52,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Julio Eduardo Simões					
524.947.648-15	Brasileira-SP	Sim	Não	26/02/2010	
Não					
11.230.863	12,000000	0	0,000000	11.230.863	12,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Jussara Elaine Simões					
933.515.508-04	Brasileira-SP	Sim	Não		
Não					
11.230.863	12,000000	0	0,000000	11.230.863	12,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
SIMPAR S.A.				**07.415.333/0001-20**	
Marita Simões					
076.697.098-12	Brasileira-SP	Sim	Não		
Não					
11.230.863	12,000000	0	0,000000	11.230.863	12,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Solange Maria Simões Reis					
906.438.528-91	Brasileira-SP	Sim	Não		
Não					
11.230.863	12,000000	0	0,000000	11.230.863	12,000000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
93.590.528	100,000000	0	0,000000	93.590.528	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

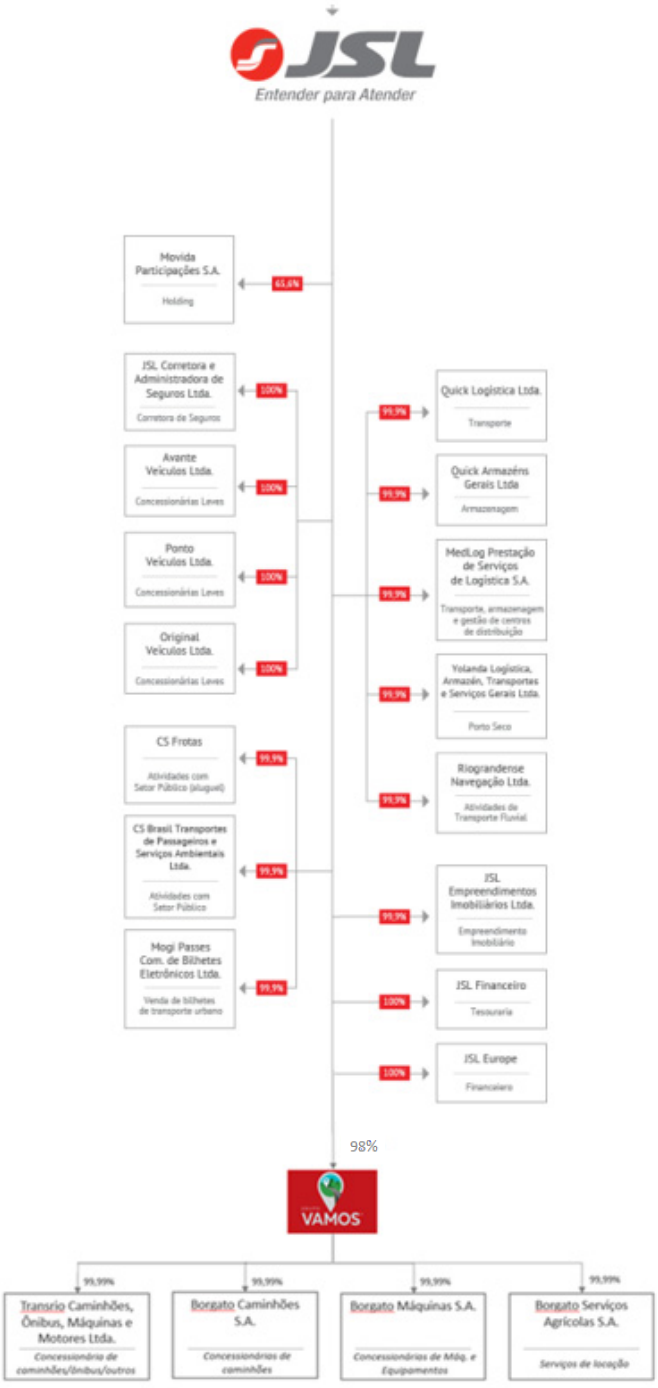
Data da última assembleia / Data da última alteração	22/02/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

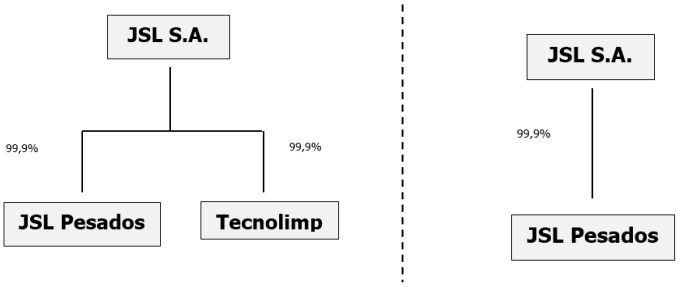
Não foram realizadas alterações relevantes (aquisições ou alienações) nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

15.7 - Principais operações societárias

a) evento	Incorporação dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A.
b) principais condições do negócio	Os sócios aprovaram, em 31 de agosto de 2016, a incorporação, pela Companhia, dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. devidamente avaliados nos termos de laudo de avaliação, no valor total de R$15.330.882,02. Em razão da incorporação, houve um aumento do capital social da Companhia o qual passou de R$43.360.467,00 para R$58.691.349,00, dividido em 58.691.349 quotas, aumento que corresponde ao valor da parcela incorporada pela Companhia, desprezado apenas o valor de R$0,02 para garantir a indivisibilidade das quotas.
c) sociedades envolvidas	JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Reunião de Sócios.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	Incorporação da J.P. Tecnolimp S.A.
b) principais condições do negócio	Os sócios aprovaram, em 30 de setembro de 2016, a incorporação da J.P. Tecnolimp S.A., cujo patrimônio líquido avaliado nos termos de laudo de avaliação somava, em 30 de junho de 2016, o valor total de R$1.600.000,00. Como consequência da incorporação, houve aumento do capital social da Companhia, o qual passou de R$86.226.824,00 para R$87.826.824,00, dividido em 87.826.824 quotas. A Tecnolimp foi constituída para o propósito específico de explorar a área objeto de arrendamento contratado com a CODESP em decorrência e com fundamento na concorrência nº 22/97. A Companhia e a Tecnolimp eram controladas pela JSL S.A. e com o fim do arrendamento, não havia mais finalidade para a atividade da Tecnolimp, sendo que ainda permaneceram sob a titularidade da Tecnolimp ativos operacionais que a JSL Pesados tinha interesse em utilizar em suas atividades. Com a incorporação, houve a extinção da Tecnolimp que não tinha mais razão para ser mantida ativa. A Companhia tornou-se a titular dos ativos da Tecnolimp, inclusive os operacionais que ela passou a utilizar em suas atividades.
c) sociedades envolvidas	JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. e J.P. Tecnolimp S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a incorporação da Tecnolimp, tal sociedade foi extinta e sua outra acionista – a Simpar S.A. - foi reembolsada segundo o valor patrimonial de sua participação na Tecnolimp.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Reunião de Sócios.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da Incorporação: Depois da Incorporação:

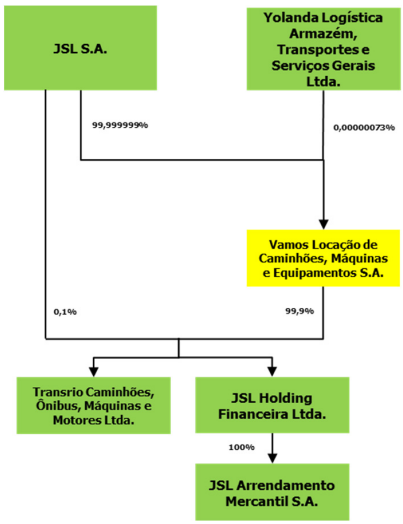
15.7 - Principais operações societárias

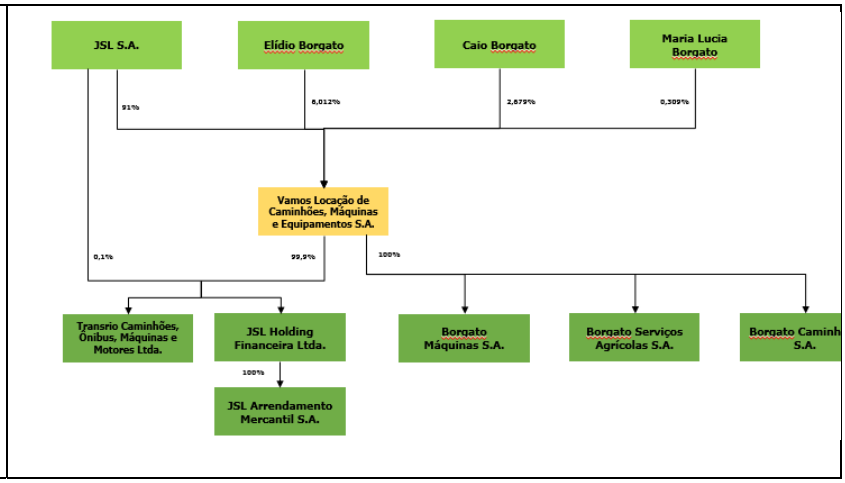
a) evento	Incorporação dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A. e aumento de capital social da Companhia mediante a contribuição de totalidade da participação societária detida pela JSL S.A. na JSL Holding Financeira Ltda.
b) principais condições do negócio	Os sócios aprovaram, em 31 de outubro de 2017, a incorporação dos ativos e passivos oriundos da cisão parcial da JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A., devidamente avaliados nos termos de laudo de avaliação, no valor total de R$154.989.109,77. Em razão da incorporação da parcela cindida, houve um aumento de capital social no valor de R$154.989.109,77. Ainda, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia mediante a contribuição da totalidade da participação societária detida pela acionista JSL S.A. na JSL Holding Financeira Ltda., no valor de R$ 64.147.116,42. Em razão das aprovações mencionadas acima, o capital social da Companhia passou de R$ 145.219.156,00 para R$ 364.355.382,19 dividido em 261.198.478 ações.
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., JSL Investimentos em Concessionárias e Lojas de Veículos, Máquinas e Equipamentos S.A. e JSL Holding Financeira Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	Aquisição de 100% da participação societária na Borgato Máquinas S.A., na Borgato Serviços Agrícolas S.A. e na Borgato Caminhões S.A.
b) principais condições do negócio	A Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a aquisição de 100% da participação societária na Borgato Máquinas S.A., na Borgato Serviços Agrícolas S.A. e na Borgato Caminhões S.A. A operação foi implementada mediante (i) a aquisição direta de 32.350.982 ações de emissão da Borgato Máquinas S.A., 10.033.349 ações de emissão da Borgato Serviços Agrícola S.A. e 7.344.886 ações de emissão da Borgato Caminhões S.A., e (ii) a incorporação, pela Companhia, das ações remanescentes de emissão da Borgato Máquinas S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A. devidamente avaliadas nos termos de laudo de avaliação, no valor total de R$ 88.138.225,36, conforme aprovada pelos acionistas da Companhia em 22 de dezembro de 2017.

15.7 - Principais operações societárias

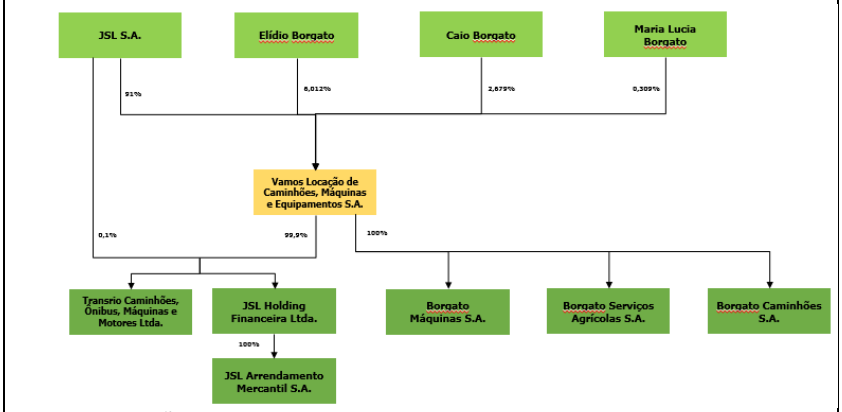
	Em razão da incorporação de ações, houve um aumento do capital social da Companhia, o qual passou de R$447.558.156,83 para R$565.696.382,19, dividido em 354.860.333 ações.
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Com a aquisição direta e incorporação de ações, a Companhia passou a deter a totalidade das ações ordinárias de emissão das empresas Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. Em consequência da incorporação de ações, os acionistas de tais sociedades cujas ações foram incorporadas receberam ações emitidas pela Companhia em decorrência da incorporação. Ademais, a acionista da Companhia Yolanda Logística Armazém, Transportes e Serviços Gerais Ltda. cedeu a totalidade de suas ações da Companhia para a acionista JSL S.A.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação:  Depois da operação:

15.7 - Principais operações societárias

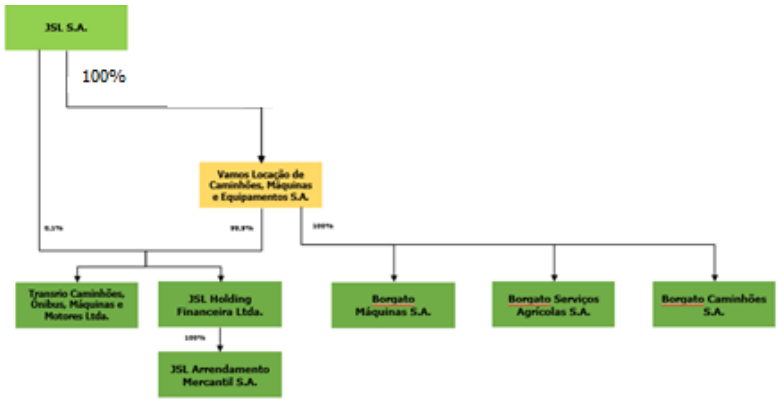
	

a) evento	Transferência das ações da Companhia de titularidade de Elídio Borgato, Caio Borgato e Maria Lúcia Borgato para ECBC Participação Ltda., bem como a incorporação da ECBC Participação Ltda. pela JSL S.A.
b) principais condições do negócio	Elídio Borgato, Caio Borgato e Maria Lúcia Borgato transferiram, em 29 de agosto de 2018, as ações da Companhia de sua titularidade para a ECBC Participação Ltda. Posteriormente, em 22 de outubro de 2018, a JSL S.A. aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da ECBC Participação Ltda., com a consequente extinção da ECBC Participação Ltda. e aquisição de seu patrimônio líquido pela JSL S.A.
c) sociedades envolvidas	ECBC Participação Ltda. e JSL S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Elídio Borgato, Caio Borgato e Maria Lúcia Borgato deixaram de integrar o quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação da incorporação da ECBC Participação Ltda. em Assembleia Geral Extraordinária da JSL S.A.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação:

15.7 - Principais operações societárias

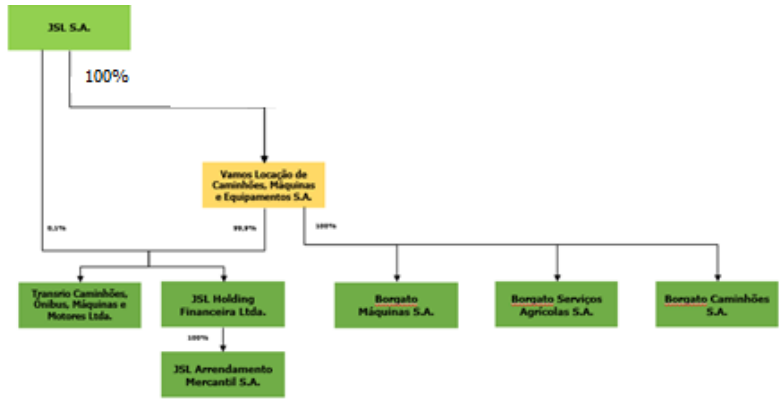


Depois da operação:

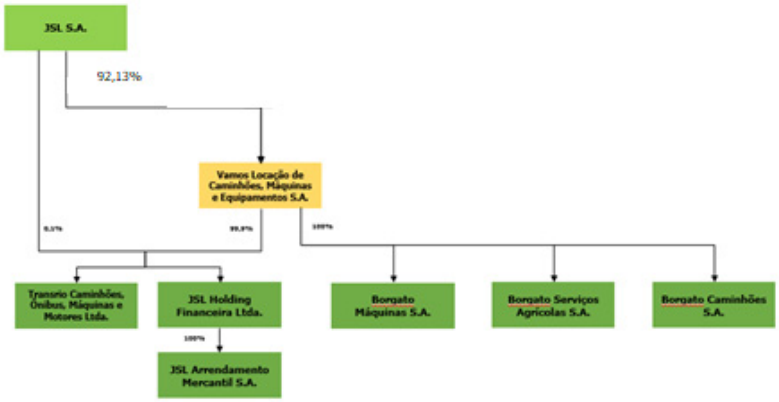


a) evento	Transferência de uma ação da Companhia de titularidade da JSL S.A. para a JSL Empreendimentos Imobiliários S.A.
b) principais condições do negócio	A JSL S.A. transferiu, em 28 de outubro de 2018, uma ação da Companhia de sua titularidade para a JSL Empreendimentos Imobiliários S.A.
c) sociedades envolvidas	JSL S.A. e JSL Empreendimentos Imobiliários S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A JSL Empreendimentos Imobiliários S.A. passou a integrar o quadro acionário da Companhia.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável.
f) quadro societário antes e depois da operação	Antes da operação:

15.7 - Principais operações societárias

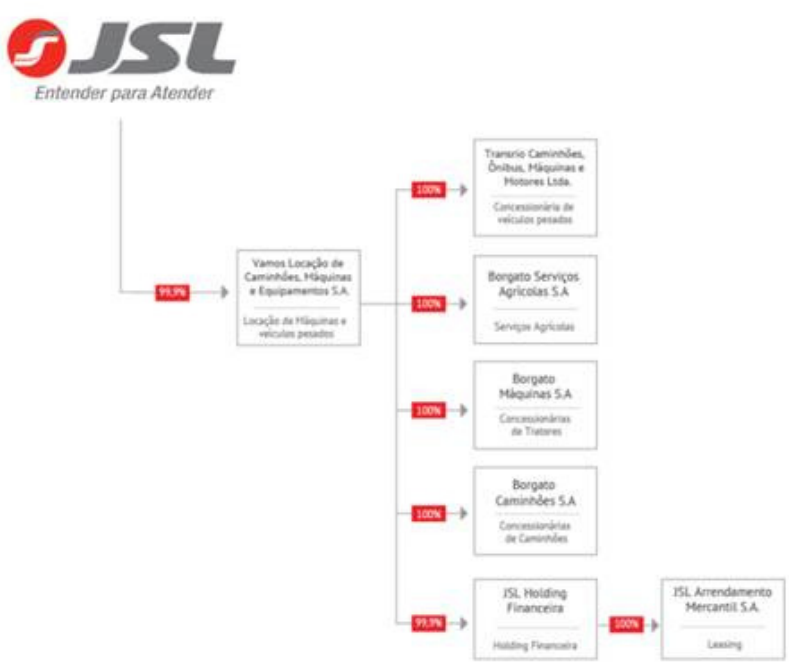


Depois da operação:

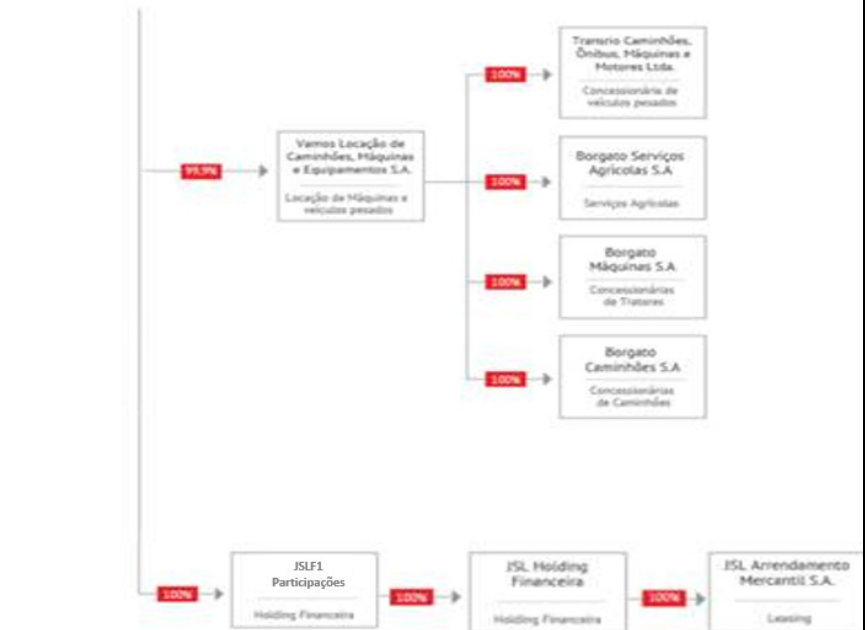


a) evento	Cisão Parcial da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
b) principais condições do negócio	A operação consiste na cisão parcial da Companhia, com a versão da totalidade da participação societária que a Companhia possui na JSL Holding Financeira Ltda. ("Holding Financeira") para uma nova sociedade empresária denominada JSLF1 Participações Ltda. ("JSLF1") – sendo que referida participação societária consiste em 78.709.999 (setenta e oito milhões, setecentos e nove mil, novecentas e noventa e nove) quotas, cada uma com valor nominal de R$1,00 (um real), representativas do capital social da Holding Financeira ("Parcela Cindida")
c) sociedades envolvidas	Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.; JSLF1 Participações Ltda. e JSL Holding Financeira Ltda.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A Parcela Cindida foi destinada à formação e integralização do capital social da JSLF1, que terá o valor de R$82.879.000 – desprezados, portanto, apenas os centavos do valor da Parcela Cindida – dividido em 80.899.140 quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real cada), atribuídas à JSL, em contrapartida às 42.852.943 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia e de sua titularidade, que serão canceladas. Com a cisão, a Holding Financeira passou a ser de titularidade da JSLF1 – que, após a Operação, passou a ser controlada diretamente pela JSL, ficando segregadas as atividades financeiras do conglomerado.

15.7 - Principais operações societárias

e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2018 e cumprimento das regras societárias aplicáveis.
f) quadro societário antes e depois da operação	**Antes da operação:**  **Depois da operação:**

15.7 - Principais operações societárias



15.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 15.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada na reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 25 de fevereiro de 2019, conforme alterada em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2019, visa assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de condições de mercado (conforme definição da própria Política de Partes Relacionadas), prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência.

A Política de Transações com Partes Relacionadas define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas e transações com partes relacionadas, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações. Nos termos da Política de Partes Relacionadas, toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a R$50.000.000,00 anuais ("Montante Relevante") envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, deverá ser previamente aprovada pelos membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, excluídas eventuais partes relacionadas envolvidas. As demais operações com Partes Relacionadas que envolverem montante inferior ao Montante Relevante deverão ser previamente aprovadas somente pela Diretoria da Companhia.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente pelo site da Companhia http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/; bem como fisicamente na sede social da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia segue as regras estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, que estabelecem que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas reuniões da administração, deve abster-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

A Lei das Sociedades por Ações proíbe, também, conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Companhia entende que as práticas acima descritas para realização de transações com partes relacionadas garantem a comutatividade de tais operações e preços e condições de mercado. As transações contratadas são resumidas no item 16.2 deste Formulário de Referência.

Código de Conduta

Ratificado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião de 25 de fevereiro de 2019, o Código de Conduta da JSL S.A., prevê que não serão aceitas quaisquer atividades e/ou situações que impliquem em ameaça à integridade dos valores, princípios e missões assumidos pela Companhia ou que possam levantar suspeitas sobre o exercício íntegro das atividades das empresas do grupo.

Sobre relações de negócios com partes interessadas, dispõe que:

- Não é permitido solicitar, sugerir ou receber vantagens de qualquer espécie, utilizando o nome da Companhia, o cargo ou a função para a obtenção de benefícios para si ou para outrem;
- Não é permitido o recebimento de comissão ou vantagens de qualquer natureza de clientes e qualquer terceiro que mantenha relação com a Companhia;
- Não é permitido atuar na contratação de fornecedor ou prestador de serviços com quem tenha vínculo de parentesco e com aqueles que tenha mantido relação de emprego nos últimos 6 meses;

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

- Não é permitida a utilização de qualquer informação privilegiada para favorecer negócios de qualquer natureza, em benefício próprio ou de terceiros;
- É dever do colaborador comunicar ao gestor imediato e à área de conformidade, a existência de relacionamento profissional, de parentesco ou amoroso com fornecedores, prestadores de serviços, agentes públicos, clientes ou concorrentes da Companhia; e
- É dever do colaborador comunicar ao gestor imediato e à Área de Conformidade a sua participação societária, independente do grau, do objeto (incluindo agregados), em empresa que seja contratada para fornecer ou prestar serviços à Companhia, e concorrentes sendo que referida comunicação deverá se dar no momento do processo de compra, sob pena de nulidade com a consequente resilição do contrato firmado sem qualquer ônus para a Companhia.

Acordo Comercial

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia e a JSL celebraram Acordo Comercial e Outras Avenças ("Acordo") para regular os procedimentos relacionados à adesão das partes às compras de ativos negociadas pela outra parte junto a terceiros ("Fornecedor"), bem como a venda de ativos usados da Companhia para a JSL.

Nos termos e conforme procedimento previsto no Acordo, a parte que pretender realizar uma compra de ativos novos junto a determinado Fornecedor poderá, a seu exclusivo critério, notificar previamente a outra parte, que poderá aderir à compra, observadas as mesmas condições de compra para todas as partes.

Adicionalmente, a JSL poderá adquirir da Companhia, ou vice-versa, observadas as condições previstas no Acordo, ativos utilizados pela Companhia sem seu segmento de locação.

O preço mínimo de venda ou compra dos ativos objeto do Acordo deverá corresponder ao preço médio de mercado, praticado pela Companhia nos sessenta dias anteriores ao recebimento da Intenção de Venda ou, alternativamente, mediante referência de mercado, respeita da Política de Transações com Partes Relacionadas.

As aquisições ou vendas de ativos estipuladas no Acordo poderão ser realizadas diretamente pela própria JSL ou por meio de quaisquer de suas Controladas.

As transações acima descritas deverão ser previamente informadas, por escrito, aos conselheiros independentes da Companhia.

O Acordo prevê ainda uma cláusula de não concorrência entre as partes, de acordo com a qual a Companhia se obriga a não exercer atividades que tiverem como principal escopo a locação de caminhões, máquinas e equipamentos com adição de condutor, a locação de veículos ao setor público, com ou sem condutor, e, ainda, a locação de veículos leves de longo prazo (acima de doze meses) com adição de condutor e/ou que tenha oficinas e operações dedicadas e exclusivas.

O contrato possui prazo de vigência de 10 anos, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos caso nenhuma das partes se manifeste em sentido contrário com trinta dias de antecedência ao término do Acordo.

Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa

Em 25 de fevereiro de 2019, a Companhia e a JSL celebraram o Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa ("Contrato") para regular o compartilhamento de áreas estruturadas de atividades corporativas, bem como mão de obra especializada, infraestrutura, ferramentas, tecnologias e recursos atualizados ("Estrutura Administrativa") para o atendimento e retaguarda de necessidades comuns relacionadas às atividades de ambas não consideradas atividades fim ("Atividades Compartilhadas").

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

As Atividades Compartilhadas compreendem atividades relacionadas às áreas de gestão de ativos, controladoria, diretoria, jurídico, recursos humanos, serviços, suprimentos e tecnologia da informação, conforme identificadas no Anexo I ao Contrato, o qual poderá ser aditado de tempos em tempo para alterar o escopo das Atividades Compartilhadas ou os critérios de rateio dos custos.

O total de custos relacionados às Atividades Compartilhadas serão alocados às partes com base em custos reais e pro rata à utilização dos serviços por cada parte. Tais custos não deverão exceder, no agregado para cada uma das partes, o valor correspondente a 1% de sua receita líquida, salvo mediante aprovação por maioria de votos dos membros independentes dos Conselhos de Administração da parte respectiva.

O Contrato possui prazo de vigência de cinco anos, podendo ser renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos caso nenhuma das partes se manifeste em sentido contrário.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Avante Veículos	31/12/2017	567.000,00	567.000,00	567.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de veículos para comercialização.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Compra de veículos para comercialização.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
JSL Leasing	31/12/2017	102.000,00	102.000,00	102.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Comissão devida em decorrência do cartão JSL Frete para abastecimento da frota.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Comissão devida em decorrência do cartão JSL Frete para abastecimento da frota.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Família Borgato	31/12/2017	68.044.000,00	68.044.000,00	68.044.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Recompra de ações da Vamos que haviam sido entregues na negociação de compra das Sociedades Borgato.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Obrigações a pagar por aquisição de empresas.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Original Veículos	31/12/2017	38.000,00	38.000,00	38.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação máquinas e equipamentos para a Original Veículos, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação máquinas e equipamentos para a Original Veículos, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CS Brasil	31/12/2017	17.000,00	17.000,00	17.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação máquinas e equipamentos para a Vamos S/A, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Compra de veículos utilizados na prestação de serviço de locação/ Reembolso decorrentes do CSA (centro de serviços administrativos) da JSL S/A. Exemplo: Jurídico, Paralegal, T.I, Auditoria Interna, entre outros, que não existem na CS Brasil.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Original Veículos	31/12/2017	12.000,00	12.000,00	12.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Compra de veículos para comercialização.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Compra de veículos para comercialização.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ponto Veículos	31/12/2017	3.000,00	3.000,00	3.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Locação máquinas e equipamentos para a Vamos S/A, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Compra de veículos para comercialização / Reembolsos diversos devido ao pagamento ter sido realizado pela empresa Movida Locação.						
Garantia e seguros	Não aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação máquinas e equipamentos para a Vamos S/A, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Compra de veículos utilizados na prestação de serviço de locação/ Reembolsos diversos devido ao pagamento ter sido realizado pela empresa Movida Locação.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
JSL S.A.	31/12/2017	3.335.000,00	3.335.000,00	3.335.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Locação máquinas e equipamentos para a JSL S/A, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Locação máquinas e equipamentos para a JSL S/A, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
CS Brasil	31/12/2017	15.449.000,00	15.449.000,00	15.449.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação máquinas e equipamentos para a CS Brasil, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação máquinas e equipamentos para a CS Brasil, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Movida Participações	31/12/2017	3.352.000,00	3.352.000,00	3.352.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação máquinas e equipamentos para a Movida Participações, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação máquinas e equipamentos para a Movida Participações, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Movida Locações	31/12/2017	5.000,00	5.000,00	5.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação máquinas e equipamentos para a Movida Locação, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação máquinas e equipamentos para a Movida Locação, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
JSL Leasing	31/12/2017	1.739.000,00	1.739.000,00	1.739.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Valor a receber decorrente da venda de veículo para JSL Leasing para arrendamento para o cliente final.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Cartão JSL.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ponto Veículos	31/12/2017	2.000,00	2.000,00	2.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação máquinas e equipamentos para a Ponto Veículos, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Locação máquinas e equipamentos para a Ponto Veículos, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Venda de veículos utilizados na prestação de serviço de locação.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
JSL S.A.	31/12/2017	138.953.000,00	138.953.000,00	138.953.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora						
Objeto contrato	Locação máquinas e equipamentos para a Vamos S/A, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Compra de veículos utilizados na prestação de serviço de locação/ Reembolso decorrentes do CSA (centro de serviços administrativos) da JSL S/A. Exemplo: Jurídico, Paralegal, T.I, Auditoria Interna, entre outros, que não existem na JSL S/A.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação máquinas e equipamentos para a Vamos S/A, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Compra de veículos utilizados na prestação de serviço de locação/ Reembolso decorrentes do CSA (centro de serviços administrativos) da JSL S/A. Exemplo: Jurídico, Paralegal, T.I, Auditoria Interna, entre outros, que não existem na JSL S/A.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Movida Locações	31/12/2017	190.000,00	190.000,00	190.000,00	Prazo indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Locação máquinas e equipamentos para a Vamos S/A, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Compra de veículos utilizados na prestação de serviço de locação/ Reembolsos diversos devido ao pagamento ter sido realizado pela empresa Movida Locação.						
Garantia e seguros	Não Aplicável.						
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.						
Natureza e razão para a operação	Locação máquinas e equipamentos para a Vamos S/A, para que seja realizado a locação para seus respectivos clientes/ Compra de veículos utilizados na prestação de serviço de locação/ Reembolsos diversos devido ao pagamento ter sido realizado pela empresa Movida Locação.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Família Borgato	31/12/2017	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	Prazo indeterminado	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	Coligada
Objeto contrato	Valor a receber decorrente da venda da Aeronave (helicóptero), com condição de pagamento em 4 parcelas.
Garantia e seguros	Não Aplicável.
Rescisão ou extinção	Descumprimento de cláusula do contrato.
Natureza e razão para a operação	Valor a receber da venda da Aeronave, cujo o pagamento foi em 4 parcelas, sendo a última parcela será feita em 2019.
Posição contratual do emissor	Devedor
Especificar	

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Adotamos práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado. Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Companhia adota e incentiva entre seus administradores e colaboradores elevados padrões de integridade e ética em todas as suas atividades, objetivando continuamente a valorização da Companhia e de suas ações, a proteção de seus investidores, empregados, acionistas e clientes, a igualdade no tratamento dos acionistas e a transparência das informações ao mercado.

Nos termos da "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse", aprovada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2019, conflito de interesses surge quando uma pessoa se encontra envolvida em processo decisório em que ela tenha o poder de influenciar o resultado final, assegurando um ganho para si, algum familiar, ou terceiro com o qual esteja envolvido, ou ainda que possa interferir na sua capacidade de julgamento.

No caso da Companhia, os potenciais conflitos de interesse são aqueles nos quais os objetivos pessoais dos tomadores de decisão, por qualquer razão, possam não estar alinhados aos objetivos da Companhia em matérias específicas. Tendo em vista o potencial conflito de interesses nestas situações, a Companhia busca assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados, sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia.

Nas situações em que as Transações com Partes Relacionadas necessitem de aprovação nos termos da Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento deverá constar da ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Conforme disposto na "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses", a Superintendência Financeira e o Conselho de Administração, conforme o caso, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada caso concluam ser equitativa, comutativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu critério, condicionar a aprovação da Transação com Parte Relacionada às alterações que julgar necessárias.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo. A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e a esta Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

Vale destacar que as operações e os negócios da Companhia com partes relacionadas são realizadas com o intuito de melhorar o seu desempenho e levam sempre em consideração condições equivalentes às que forem estipuladas entre partes independentes, como o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização (quitação) – ou, quando de prazo indeterminado, garantem à Companhia o direito de rescindi-los a seu exclusivo critério, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável). Além disso, as operações com partes relacionadas seguem procedimentos previamente aprovados pelos órgãos decisórios da Companhia.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Companhia, por meio de sua Diretoria e do Conselho de Administração, conforme o caso, atuará de forma a garantir que toda e qualquer transação com parte relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios:

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(i) a transação deve estar em condições de mercado ao tempo de sua aprovação;

(ii) devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e

(iii) as condições da Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse deverão ser integralmente observadas.

Além do exposto acima, as operações com partes relacionadas, desde a deliberação sobre ela até sua efetiva contratação, seguem procedimentos previamente aprovados pelos órgãos decisórios da Companhia.

16.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 16.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
08/04/2019	482.817.035,79	Não aplicável	96.817.831	0	96.817.831
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
08/04/2019	482.817.035,79	Não aplicável	96.817.831	0	96.817.831
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
08/04/2019	482.817.035,79	Não aplicável	96.817.831	0	96.817.831
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
31/10/2017	0,00	Não aplicável	500.000.000	0	500.000.000

533

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/01/2016	Assembleia geral de quotistas	31/01/2016	11.305.709,00	Subscrição particular	11.305.709	0	11.305.709	8,69000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
30/04/2016	Assembleia geral de quotistas	30/04/2016	4.790.095,00	Subscrição particular	4.790.095	0	4.790.095	0,37000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
31/05/2016	Assembleia geral de quotistas	31/05/2016	16.263.838,00	Subscrição particular	16.263.838	0	16.263.838	0,93000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
30/06/2016	Assembleia geral de quotistas	30/06/2016	9.700.437,00	Subscrição particular	9.700.437	0	9.700.437	0,28000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
31/08/2016	Assembleia geral de quotistas	31/08/2016	15.330.882,00	Subscrição particular	15.330.882	0	15.330.882	0,35000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação Cisão Parcial, elaborado por empresa especializada.									
Forma de integralização	Integralização mediante incorporação da parcela cindida.									
15/09/2016	Assembleia geral de quotistas	15/09/2016	27.535.475,00	Subscrição particular	27.535.475	0	27.535.475	0,46000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/09/2016	Assembleia geral de quotistas	30/09/2016	1.600.000,00	Subscrição particular	1.600.000	0	1.600.000	0,01800000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação da J.P. Tecnolimp S.A., elaborado por empresa especializada.									
Forma de integralização	Integralização mediante incorporação da J.P. Tecnolimp S.A.									
31/10/2016	Assembleia geral de quotistas	31/10/2016	20.710.738,00	Subscrição particular	20.710.738	0	20.710.738	0,23000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
11/11/2016	Assembleia geral de quotistas	11/11/2016	1.203.774,00	Subscrição particular	1.203.774	0	1.203.774	0,01000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
30/11/2016	Assembleia geral de quotistas	30/11/2016	9.564.423,00	Subscrição particular	9.564.423	0	9.564.423	0,08000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
27/12/2016	Assembleia geral de quotistas	27/12/2016	2.477.227,00	Subscrição particular	2.477.227	0	2.477.227	0,02000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
31/01/2017	Assembleia geral de quotistas	31/01/2017	5.765.408,00	Subscrição particular	5.765.408	0	5.765.408	0,04000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
28/02/2017	Assembleia geral de quotistas	28/02/2017	4.216.305,00	Subscrição particular	4.216.305	0	4.216.305	0,03000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
31/03/2017	Assembleia geral de quotistas	31/03/2017	2.420.029,00	Subscrição particular	2.420.029	0	2.420.029	0,01000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
30/04/2017	Assembleia geral de quotistas	30/04/2017	489.987,00	Subscrição particular	489.987	0	489.987	0,00300000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
31/08/2017	Assembleia geral de quotistas	31/08/2017	3.084.411,00	Subscrição particular	3.084.411	0	3.084.411	0,02000000	1,00	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço dos ativos integralizados foi apurado com base no art. 31, §1º do Decreto-Lei n° 1.598.									
Forma de integralização	Integralização referente a ativos da JSL S.A.									
31/10/2017	Assembleia Geral de Acionistas	31/10/2017	154.989.109,77	Subscrição particular	84.508.650	0	84.508.650	106,72000000	1,83	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação Cisão Parcial, elaborado por empresa especializada.									
Forma de integralização	Integralização mediante incorporação da parcela cindida.									
31/10/2017	Assembleia Geral de Acionistas	31/10/2017	64.147.116,42	Subscrição particular	34.976.562	0	34.976.562	44,17000000	1,83	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação Cisão Parcial, elaborado por empresa especializada.									
Forma de integralização	Integralização mediante participação societária que a acionista JSL S.A. detém na JSL Financeira.									

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/10/2017	Assembleia Geral de Transformação em Sociedade por Ações	31/10/2017	7.460.000,00	Subscrição particular	3.954.110	0	3.954.110	0,05400000	1,88	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço da emissão foi determinado com base no patrimônio líquido da ação, nos termos do art. 170, §1º, II da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização Integralização referente a valores de adiantamentos para futuro aumento de capital.

21/12/2017	Assembleia Geral de Acionistas	21/12/2017	113.202.774,64	Subscrição particular	61.724.425	0	61.724.425	31,00000000	1,83	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço da emissão foi determinado com base no patrimônio líquido da ação, nos termos do art. 170, §1º II da Lei das Sociedades por Ações.

Forma de integralização Integralização mediante a capitalização dos valores relativos ao adiantamento para futuro aumento de capital transferidos pela acionista JSL S.A. à Companhia.

22/12/2017	Assembleia Geral de Acionistas	22/12/2017	88.138.225,36	Subscrição particular	31.937.430	0	31.937.430	18,45000000	2,76	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão O preço da emissão foi determinado por meio de Laudo de Avaliação das Companhias Borgato, elaborado por empresa especializada.

Forma de integralização Integralização mediante subscrição e integralização das ações emitidas pelos acionistas das Companhias Borgato, na proporção de suas participações societárias em cada uma das Companhias Borgato.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Grupamento						
08/04/2019	290.453.495	0	290.453.495	96.817.831	0	96.817.831

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Data de deliberação	Data redução	Valor total redução (Reais)	Quantidade ações ordinárias (Unidades)	Quantidade ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total ações (Unidades)	Redução / Capital anterior	Valor restituído por ação (Reais)
31/12/2018	31/12/2018	80.899.140,25	42.852.943	0	42.852.943	12,81700000	0,00

Forma de restituição	Não houve restituição aos acionistas.
Razão para redução	Cisão parcial da Companhia, com a versão da totalidade da participação societária que a Companhia possui na JSL Holding Financeira Ltda. para uma nova sociedade empresária denominada JSLF1 Participações Ltda.

17.5 - Outras informações relevantes

Em sede de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 08 de abril de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram o cancelamento de 21.553.895 ações (em tesouraria) de emissão da Companhia, passando o capital social a ser composto por 290.453.495 ações. Nesta mesma data, foi aprovado o grupamento das ações (na proporção de 3:1) de modo que o capital social da Companhia ficou composto por 96.817.831 ordinárias.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 12, “k” do Estatuto Social.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Adicionalmente, aquele que atingir participação de 30% de ações ordinárias de nossa emissão estará obrigado a efetivar oferta pública de aquisição de ações e valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia, nos termos do Código de Autorregulação de Aquisições e Fusões editado pelo Comitê de Aquisições e Fusões – CAF.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4° da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, a Companhia não possuía ações em negociação no mercado.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	1	0

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

As debêntures da Companhia, por sua vez, foram objeto de colocação privada, não sendo admitidas à negociação.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Os diretores da Companhia informam que não houve oferta pública de distribuição efetuada pela Companhia ou por terceiros nos últimos 3 exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

Não aplicável, pois a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois a Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.12 - Outras infomações relevantes

Em 12 de março de 2019, a VERT Companhia Securitizadora divulgou o aviso ao mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), os quais são lastreados pelas debêntures emitidas pela Companhia, descritas no item 18.5 acima ("Debêntures"). Nesse sentido, elencamos abaixo as principais características acerca do CRA:

Valor mobiliário	**Certificado de Recebíveis do Agronegócio**
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Recebíveis do Agronegócio da 1ª série da 21ª emissão da VERT Companhia Securitizadora
Data de emissão	15/02/2019
Data de vencimento	15/02/2024
Quantidade (Unidades)	250.000
Valor nominal global (Reais)	250.000.000,00
Saldo devedor em aberto	250.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os certificados de recebíveis do agronegócio foram oferecidos apenas a investidores qualificados.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	Haverá o resgate antecipado obrigatório dos CRA na ocorrência (i) da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.26 da Escritura de Emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"); (ii) do resgate antecipado obrigatório das Debêntures, caso não haja acordo em relação à taxa substitutiva, conforme previsto na Cláusula 6.14.6 da Escritura de Emissão; (iii) do resgate antecipado facultativo das Debêntures na hipótese prevista na Cláusula 6.16 da Escritura de Emissão; ou (iv) do resgate antecipado das Debêntures em razão da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, conforme previsto na Cláusula 6.17 da Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	Sobre o valor nominal unitário ou sobre o saldo do valor nominal unitário dos CRA, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida de uma sobretaxa de 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis, por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização ou desde a data de pagamento da remuneração dos CRA imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	N/A
Outras características relevantes	N/A

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria no período corrente e nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação ao item 19.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**30/10/2018**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	O acionista controlador, os administradores, os conselheiros fiscais, os membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os empregados e demais colaboradores da Companhia, do acionista controlador ou das sociedades controladas ou coligadas que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia, no acionista controlador ou nas sociedades controladas ou coligadas, possam ter conhecimento ou acesso a qualquer informação privilegiada (“Pessoas Vinculadas”).

Principais características e locais de consulta

O propósito da “Política de Negociação de Valores Mobiliários” (“Política de Negociação”) é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”).

A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). Neste website, acessar, na página inicial, em acesso rápido, “Consulta – Companhias – Demonstrações, ITR, DFP, DF, Balanço, Fato Relevante” e digitar “Vamos” no campo disponível; (ii) da Companhia (http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Saraiva, 400, Sala 09, Vila Cintra, CEP08.745-900, Mogi das Cruzes, SP.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Pendência de Divulgação de Fato Relevante É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Vamos até que ela a divulgue na forma de ato/fato relevante, conforme a Política.Também se aplica quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Vamos, sociedades controladas/sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para isso, apenas nas datas em que a Vamos anuncie que negociará com valores mobiliários de sua emissão;e quando existir a intenção de promover incorporação,cisão total/parcial,fusão,transformação ou reorganização societária da Vamos. Após Divulgação de Ato/Fato Relevante Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato/fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação se ela puder interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Vamos/acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI. Período Anterior à Divulgação de ITR, DFP e Distribuição de Resultados Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras padronizadas. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Vamos O Conselho não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência de do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Vamos. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Vamos suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante. Ex-Administradores Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato/fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 meses ou até que tal ato/fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último, observado o disposto abaixo. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do ato/fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Vamos/de seus acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI. Vedações Adicionais As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.

20.2 - Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não possui plano de investimento nos termos do artigo 15-A da Instrução CVM nº 358/2002.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

Exceto pela política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política de Divulgação"), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções da CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.
Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;

- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/), bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na Avenida Saraiva, 400, Sala 09, Vila Cintra, CEP 08.745-900, Mogi das Cruzes, SP.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do conselho de administração, realizada em 30 de outubro de 2018, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do diretor de relações com investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no site de Relações com Investidores da Companhia (http://ri.grupovamos.com.br/pt-br/) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do diretor de relações com investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o diretor de relações com investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.3 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao diretor de relações com investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao diretor de relações com investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@vamos.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Seção 5 da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do diretor de relações com investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o diretor de relações com investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do diretor de relações com investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o diretor de relações com investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@vamos.com.br.

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Sr. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli, Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores.

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item.

- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e relatório dos auditores independentes

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....1
Relatório da Administração....9
Balanços patrimoniais....17
Demonstrações de resultados....18
Demonstrações de resultados abrangentes....19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido....20
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto....21
Demonstrações do valor adicionado....22

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional....23
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotadas....31
3. Informações por segmento.... 52
4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.... 53
5. Caixa e equivalentes de caixa.... 62
6. Títulos e valores mobiliários.... 62
7. Contas a receber....63
8. Estoques.... 64
9. Tributos a recuperar.... 64
10. Imposto de renda e contribuição social a recuperar....65
11. Ativo imobilizado disponibilizado para venda....65
12. Fundos para capitalização de concessionárias....66
13. Investimentos....66
14. Imobilizado....69
15 Intangível....71
16. Fornecedores....74
17. *Floor plan*....74
18. Risco sacado a pagar – montadoras....75
19. Empréstimos e financiamentos.... 76
20. Arrendamentos financeiros a pagar.... .80
21. Transações com partes relacionadas.... 83
22. Obrigações a pagar por aquisição de empresas.... 88
23. Outras contas a pagar....88
24. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social....89
25. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas....91
26. Cessão de direitos creditórios....93
27. Patrimônio líquido....93
28. Cobertura de seguros....98
29. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços....98
30. Gastos por natureza....101
31. Resultado financeiro....102
32. Arrendamento operacional....102
33. Lucro por ação....103
34. Informações suplementares do fluxo de caixa....104
35. Eventos subsequentes....104

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.

Mogi das Cruzes - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável dos ágios sobre combinações de negócios e dos fundos de comércio

Veja as Notas 2.11, 13 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os balanços patrimoniais, em 31 de dezembro de 2018, apresentam ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e fundos de comércio registrados na rubrica de "intangível" no montante total de R$ 128.491 mil no consolidado e, ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios registrados na rubrica de "investimentos" no montante de R$ 82.959 mil na controladora, cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de lucros futuros. Para a avaliação da recuperabilidade dos ágios e dos fundos de comércio são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros. A Companhia avalia anualmente a projeção desses fluxos de caixa futuros, bem como as premissas que os determinam, tais como volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de descontos. Alterações nas premissas significativas utilizadas podem afetar de forma relevante as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação dos valores recuperáveis dos ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e dos fundos de comércio, em especial a revisão pela Administração dos estudos realizados por especialista contratado; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e dos fundos de comércio por meio dos fluxos de caixa descontados por unidades geradoras de caixa, bem como avaliação da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas; – Comparação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas da Companhia com os dados obtidos externamente, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como a avaliação da análise de sensibilidade sobre as premissas significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação dos valores recuperáveis dos ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e dos fundos de comércio, bem como as premissas e julgamentos utilizados são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	
Veja as Nota 2.12 e 24 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, contemplam na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, créditos fiscais brutos nos montantes de R$ 3.736 mil e R$ 19.993 mil, respectivamente, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados como recuperáveis com base em projeção realizada sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia utiliza-se de certas premissas e julgamentos significativos na determinação do lucro tributável futuro, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos, as taxas de desconto, bem como a determinação do prazo de utilização e interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao grau de julgamento utilizado na projeção de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas e, do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer para o valor dos ativos fiscais diferidos reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação da projeção de geração de lucros tributáveis futuros, em especial a revisão, pela Administração, do estudo realizado por especialista contratado; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo a expectativa de crescimento, inflação e comparação com dados históricos, dados do setor e/ou dados de mercado da controlada Transrio. Adicionalmente, foi feita a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação das premissas e julgamentos significativos adotados na projeção de lucros tributáveis futuros é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	
Veja as Notas 2.14 e 29 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
As demonstrações, individual e consolidada, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentam na rubrica de receita líquida os montantes de R$ 436.066 mil e R$ 938.946 mil, respectivamente, decorrente, substancialmente, de locação, venda de veículos e peças e prestação de serviços. Além disso, no curso normal de renovação de suas frotas, a Companhia efetua a venda de ativos (veículos, máquinas e equipamentos pesados) utilizados na prestação de serviços. O reconhecimento da receita requer um controle minucioso para identificar o momento em que a Companhia transfere tal controle sobre os serviços e/ou ativos ao cliente e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo. Devido à relevância dos montantes envolvidos, à necessidade de controles auxiliares na determinação do momento em que o controle é transferido para a contraparte e ao julgamento envolvido na determinação do momento em que a Companhia deixa de manter envolvimento na gestão do ativo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de venda de veículos e peças, locação, prestação de serviços e venda de ativos, em especial à identificação do momento em que a Companhia transfere o controle ao cliente dos serviços prestados e/ou dos ativos vendidos e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo; – Testamos em base de amostragem os critérios para reconhecimento contábil da receita de vendas e prestação de serviços e realizamos testes documentais, bem como avaliamos se a contabilização da receita foi efetuada de forma apropriada dentro dos respectivos períodos de competência; – Avaliação dos cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2019, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Devido aos resultados obtidos a partir da análise do ambiente de controles internos, adaptamos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação da receita líquida, os quais não foram registrados pela Companhia por terem sido considerados imateriais Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de reconhecimento da receita da Companhia relativo à venda de veículos e peças, locação, prestação de serviços e venda de ativos é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Vida útil econômica e estimativa do valor residual e recálculo da depreciação dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados a locação	
Veja as Notas 2.9 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 apresentam na rubrica de imobilizado os montantes de R$ 1.106.251 mil e R$ 1.301.274 mil, respectivamente, relativo a veículos, máquinas e equipamentos. A Companhia revisa anualmente as premissas utilizadas para determinar a estimativa de vida útil econômica dos ativos. Adicionalmente, a Companhia utiliza premissas e julgamentos significativos para determinar o valor residual estimado na venda dos ativos de locação. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos. Em função da relevância, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave no processo de elaboração das premissas significativas relacionadas à determinação da vida útil econômica e do valor residual dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados à locação ("ativos"); – Avaliação dos julgamentos significativos exercidos pela Companhia e consideração sobre as premissas significativas feitas para determinar a adequação do uso da vida útil econômica estimada dos ativos e seu valor residual atribuído, tais como o período esperado e o valor projetado de venda; – Recálculo dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício considerando também o valor residual atribuído ao ativo; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de elaboração das premissas significativas para a determinação da vida útil econômica e valores residuais dos veículos, máquinas e equipamentos destinados à locação é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

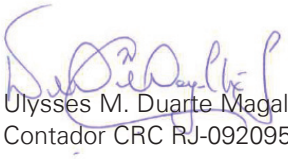
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.
Sociedade Anônima
CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32

Relatório da Administração em 31 de dezembro de 2018

Destaques

Foco em Expansão e Consolidação

- **Receita Líquida Consolidada de R$938,9 milhões,** apresentando crescimento de 126,9% na comparação anual;
- **Receita Líquida de Locação de R$582,3 milhões;**
- **EBITDA Consolidado de R$432,5 milhões,** com margem de 46,1%;
- **Lucro Líquido Consolidado de R$112,9 milhões,** apresentando crescimento de 40,0% na comparação anual;
- **Integração das operações da Borgato,** consolidando a posição de liderança da Vamos como a maior do Brasil no mercado de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos;
- **Aquisição da participação de 9% da Família Borgato na Vamos,** de forma que a JSL S.A. passe a deter 100% das ações da Vamos.

Mensagem da Administração

O ano de 2018 foi marcado pela expansão dos nossos negócios, reforçando nossa posição de liderança no mercado de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos no Brasil. Em outubro de 2017, a partir de uma reorganização societária da JSL S.A., controladora da Vamos, passamos a agregar as atividades da Transrio, a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus Volkswagen/Man no Brasil. Ainda em 2017, no mês de dezembro, adquirimos 100% das Sociedades Borgato, empresa de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos voltada ao setor agrícola, e também um de nossos maiores concorrentes. Além do foco no crescimento das nossas operações, tivemos a integração da empresa Borgato durante o ano de 2018 com foco na captação de sinergias e crescimento dos resultados consolidados.

Em 2018, o Brasil viveu um ano de incertezas políticas geradas pela eleição presidencial em conjunto com uma conjuntura econômica desafiadora, a qual foi ainda mais impactada pela greve dos caminhoneiros que ocorreu no primeiro semestre do ano. Mesmo assim, apresentamos crescimento em todos os nossos negócios, totalizando uma Receita Líquida de R$938,9 milhões que representa crescimento de 126,9% em relação a 2017. Apresentamos também crescimento expressivo nos resultados, registrando um EBITDA de R$432,5 milhões e margem EBITDA de 46,1% em 2018. Isso foi resultado da nossa estratégia de expansão orgânica e consolidação da empresa adquirida (Borgato), tendo como destaque o crescimento do nosso principal negócio: a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Em dezembro de 2018, o saldo da Receita futura contratada de locação (“Backlog”) já totalizava R$1,8 bilhão (+25,0% em relação a dezembro de 2017) e a frota total locada contava com 10.862 ativos.

Em 2019, seguimos com a nossa estratégia de crescimento e consolidação do nosso modelo de negócios, com o objetivo de manter nossa posição de liderança e explorar o mercado potencial para a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Estamos otimistas e confiantes no crescimento sólido que a Vamos deverá apresentar ao longo do ano, de forma orgânica e estruturada, e com foco em rentabilidade.

Obrigado,
Gustavo Moscatelli
CFO do Grupo Vamos

1) Resultados Operacionais e Financeiros 2018

Vamos – Resumo dos resultados 2018			
(R$ milhões)	2018 (Consolidado) (reclassificado)	2017 (Consolidado)	Var. 2018x2017
Receita Líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	**938,9**	**413,7**	**126,9%**
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	*582,3*	*375,3*	*55,2%*
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	*388,7*	*39,5*	*882,8%*
Eliminações	*(32,1)*	*(1,1)*	
Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	**(624,7)**	**(203,6)**	**206,8%**
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	*(543,2)*	*(172,7)*	*214,5%*
Custo de venda de ativos desmobilizados	*(81,4)*	*(30,9)*	*163,4%*
Lucro Bruto	**314,3**	**210,1**	**49,6%**
Despesas Operacionais Totais	**(95,7)**	**(46,7)**	**104,6%**
Despesas Comerciais	*(22,5)*	*(5,5)*	*310,7%*
Despesas Administrativas	*(81,9)*	*(18,7)*	*338,3%*
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	*(9,8)*	*(24,5)*	*-60,2%*
Outras receitas operacionais, líquidas	*18,5*	*1,9*	*871,1%*
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro (EBIT)	**218,6**	**163,4**	**33,8%**
Margem EBIT	23,3%	39,5%	-16,2 p.p.
Resultado Financeiro, líquido	**(67,0)**	**(48,3)**	**38,7%**
Receitas Financeiras	*15,6*	*7,4*	*111,8%*
Despesas Financeiras	*(82,7)*	*(55,7)*	*48,4%*
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(45,7)**	**(35,4)**	**29,2%**
Lucro Líquido proveniente de operações continuadas	**105,9**	**79,6**	**33,0%**
Margem líquida proveniente de operações continuadas	11,3%	19,2%	-8,0 p.p.
Operações Descontinuadas	*7,0*	*1,1*	*559,6%*
Lucro Líquido do exercício	**112,9**	**80,7**	**40,0%**
Margem líquida do exercício	12,0%	19,5%	-7,5 p.p.

Receita Líquida

A Receita Líquida Consolidada totalizou R$938,9 milhões em 2018, apresentando crescimento de 126,9%em relação ao ano anterior. Essa Receita foi composta por R$582,3 milhões do segmento de Locação de caminhões, máquinas e equipamentos e R$388,7 milhões do segmento de Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos. O crescimento expressivo na Receita Líquida é resultado (i) da expansão do negócio de locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos, que apresentou aumento de 55,2% na comparação anual, este impactado tanto pelo crescimento orgânico quanto pela incorporação dos contratos de locação da Borgato, e totalizou 331 contratos em 2018; (ii) do crescimento de 882,8% no segmento de Concessionárias de Caminhões, Máquinas e Equipamentos devido à incorporação da Transrio (Concessionárias Volkswagen/Man) nos resultados da Companhia ao final de 2017, mas que em 2018 completou um ano de contribuição para os resultados da Vamos, e da consolidação dos resultados das concessionárias Valtra, que vieram através da aquisição das Sociedades Borgato, nos resultados da Companhia.

Custos

Em 2018, os Custos Totais da Companhia somaram R$624,7 milhões, sendo que esses custos foram distribuídos em (i) R$543,2 milhões de custos relacionados à locação e prestação de serviços e (ii) R$81,4 milhões de custos relacionados à venda de ativos desmobilizados. Na comparação anual, os Custos Totais da Companhia apresentaram aumento de 206,8%, impactados principalmente pela expansão das operações de locação, onde o principal componente do custo é a depreciação e amortização, a qual totalizou R$206,8 milhões em 2018; mas também pela consolidação das concessionárias de caminhões e ônibus, e pela consolidação da Borgato.

EBIT

O Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro ("EBIT") totalizou R$218,6 milhões, representando 23,3% da Receita Líquida, apresentando uma contração de 16,2 p.p. em relação a 2017. Essa contração é explicada pela incorporação das concessionárias de caminhões e ônibus, as quais possuem historicamente despesas operacionais mais significativas comparadas ao negócio de locação, gerando um impacto negativo na margem. Tal impacto superou o efeito positivo da diluição de custos e despesas no negócio de locação devido ao crescimento orgânico da receita, conforme mencionado anteriormente. Vale ressaltar que apesar do segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos possuir historicamente margens inferiores às do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, tais concessionárias são estrategicamente importantes para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitirem maior eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação.

EBITDA e Lucro Líquido

Vamos - Reconciliação do EBITDA			
(R$ milhões)	2018 (Consolidado)	2017 (Consolidado)	Var. 2018x2017
Lucro Líquido do exercício	**112,9**	**80,7**	**40,0%**
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	*45,7*	*35,4*	*29,2%*
(+) Resultado Financeiro Líquido	*67,0*	*48,3*	*38,7%*
(+) Depreciação e Amortização	*206,8*	*106,4*	*94,3%*
EBITDA	**432,5**	**270,8**	**59,7%**
Margem EBITDA	46,1%	65,5%	-19,4 p.p.
(-) Resultado das operações descontinuadas	*7,0*	*1,1*	
EBITDA ajustado	**425,4**	**269,7**	**57,7%**
Margem EBITDA ajustada	45,3%	65,2%	-19,9 p.p.

O Lucro Líquido proveniente das operações continuadas totalizou R$105,9 milhões em 2018, apresentando crescimento de 33,0% a/a e uma margem de 11,3%. Quando somamos o Lucro Líquido das Operações descontinuadas (JSL Holding Financeira), totalizamos um Lucro Líquido total de R$112,9 Milhões em 2018, com aumento de 40,0% em relação à 2017.

O EBITDA totalizou R$432,5 milhões (+59,7% a/a) com uma margem EBITDA de 46,1% comparada à margem de 65,5% em 2017 (-19,4 p.p.). A contração da margem é explicada pelo fato de que o ano de 2018 foi o primeiro ano completo com a consolidação dos resultados das concessionárias (Valtra e VW/Man), aumentando a representatividade desse segmento na Receita Líquida Total da Companhia (9,6% em 2017 para 41,4% em 2018). Vale ressaltar que apesar do segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos possuir historicamente margens inferiores às do negócio de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, conforme mencionado anteriormente, tais concessionárias são estrategicamente importantes para o ciclo de investimentos da Companhia, principalmente por permitirem maior eficiência na venda dos ativos desmobilizados que retornam para a Companhia ao final dos contratos de locação.

Endividamento

Vamos - Endividamento			
(R$ milhões)	2018 (Consolidado)	2017 (Consolidado)	Var. 2018x2017
Dívida Bruta	**931,4**	**815,3**	**14,2%**
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	*188,2*	*225,1*	*-16,4%*
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	*698,2*	*558,8*	*25,0%*
Arrendamentos Financeiros a pagar - Curto Prazo	*15,2*	*13,7*	*11,1%*
Arrendamentos Financeiros a pagar - Longo Prazo	*29,7*	*14,9*	*100,0%*
Risco Sacado a pagar - montadoras	-	*2,9*	-
Caixa e Aplicações Financeiras	**71,5**	**225,5**	**-68,3%**
Caixa e Equivalentes	*58,6*	*117,0*	*-49,9%*
Titulos e Valores Mobiliáros - Curto Prazo	*7,3*	*104,1*	*-93,0%*
Titulos e Valores Mobiliáros - Longo Prazo	*0,8*	*4,4*	-
Instrumentos financeiros derivativos	*4,9*	-	-
Dívida Líquida	**859,9**	**589,8**	**45,8%**
EBITDA Ajustado	**425,4**	**269,7**	**57,7%**
Alavancagem Líquida (x)	***2,0***	***2,2***	***-0,2***

Vamos - Endividamento			
(R$ milhões)	2018 (Consolidado)	2017 (Consolidado)	Var. 2018x2017
Dívida Bruta	**931,4**	**815,3**	**14,2%**
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	*188,2*	*225,1*	*-16,4%*
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	*698,2*	*558,8*	*25,0%*
Arrendamentos Financeiros a pagar - Curto Prazo	*15,2*	*13,7*	*11,1%*
Arrendamentos Financeiros a pagar - Longo Prazo	*29,7*	*14,9*	*100,0%*
Risco Sacado a pagar - montadoras	-	*2,9*	-
Caixa e Aplicações Financeiras	**71,5**	**225,5**	**-68,3%**
Caixa e Equivalentes	*58,6*	*117,0*	*-49,9%*
Titulos e Valores Mobiliáros - Curto Prazo	*7,3*	*104,1*	*-93,0%*
Titulos e Valores Mobiliáros - Longo Prazo	*0,8*	*4,4*	-
Instrumentos financeiros derivativos	*4,9*	-	-
Dívida Líquida	**859,9**	**589,8**	**45,8%**
EBITDA das Operaçõea Continuadas	**432,5**	**270,8**	**59,7%**
Alavancagem Líquida (x)	***2,0***	***2,2***	***-0,2***

Em 2018, o Endividamento Bruto da Companhia registrou R$931,4 milhões, composto principalmente pelas linhas do Balanço Consolidado de Empréstimos e Financiamentos, cujo montante de endividamento refere-se, em sua maioria, à Dívida Operacional fonte de financiamento na aquisição de nossos 10.862 ativos do negócio de locação. Além disso, realizamos uma captação de em torno de R$150 Milhões, via uma linha de crédito internacional (4131) e, simultaneamente, realizamos a trava cambial desse montante com instrumentos derivativos. As linhas de Caixa e Aplicações Financeiras somaram R$71,5 milhões, apresentando uma redução de 68,3% na comparação anual. Isso se deve, principalmente, ao fato de que no final de 2017 houve um aumento de caixa, através de um aumento de capital pela JSL, para a aquisição das Sociedades Borgato, o qual foi desembolsado apenas no início de 2018.

Com isso, o Endividamento Líquido da Companhia ficou em R$859,9 milhões e a Alavancagem Líquida, calculada pela razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA, foi de 2,0x em 2018 comparada a 2,2x em 2017. Dessa forma, ratificamos a nossa disciplina financeira mesmo diante dos altos investimentos em crescimento ao longo do ano.

2) Eventos Societários Relevantes

Cisão da JSL Holding

Em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão da JSL Holding Financeira do capital social da Vamos, de forma que a JSL Holding passasse a ser controlada diretamente pela JSL S.A., controladora da Companhia. O objetivo dessa reestruturação foi o de permitir maior foco da gestão às atividades principais da Vamos, ou seja, a locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos.

Aquisição da participação das Sociedades Borgato

Em 8 de junho de 2018, a Vamos adquiriu a totalidade das ações de emissão da Vamos que haviam sido entregues aos acionistas da Borgato Maquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. ("Sociedades Borgato" e "Vendedores") em contrapartida à aquisição, pela Vamos, da totalidade das ações da Sociedades Borgato, conforme divulgado em Fatos Relevantes da JSL S.A. datados de 18 de outubro de 2017, 24 de novembro de 2017, 06 de dezembro de 2017 e 08 de dezembro de 2017. As ações adquiridas pela Vamos representavam, em 8 de junho de 2018, aproximadamente 9% do capital social total da Vamos. Dessa forma, a JSL S.A. passou a deter 100% do capital social da Vamos.

3) Capital Humano

A Vamos envolve seus colaboradores em sua cultura de servir com simplicidade, fator essencial na realização das atividades. A cultura é demonstrada na objetividade das ações, que garantem a agilidade no atendimento aos clientes. No final de 2018, a Vamos contava com 912 colaboradores, 78,4% deles homens e 21,6% mulheres.

Para a gestão de seu pessoal, a Companhia conta com seu Código de Conduta e com a política de relações humanas e do trabalho, que estabelecem os direitos e responsabilidades dos colaboradores. Ressaltamos que todos os novos colaboradores de qualquer empresa do Grupo passam por processo de integração, com instruções sobre os códigos, políticas e demais diretrizes e procedimentos da Companhia.

4) Gerenciamento de Riscos e Governança Corporativa

A Vamos absorveu a experiência e conhecimento da JSL nas melhores práticas de governança corporativa. Com foco na transparência, acessibilidade e equidade de acesso à informação para todos os *stakeholders*, fundamentamos nossas relações na ética e no compromisso de seguir as melhores práticas e princípios de governança corporativa do mercado. Para isso, disponibilizamos mecanismos corporativos com o objetivo de manter a conformidade com leis e regulamentos, buscando atuar sempre de forma preventiva com base em eficiente monitoramento de riscos e gestão adequada dos processos internos. Possuímos um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, que também contam com o apoio de uma Diretoria de GRCA – Gerenciamento de Riscos, Compliance e Auditoria, responsável por garantir a eficiência e eficácia do programa de conformidade, anti-corrupção e gerenciamento de riscos. Portanto, nosso modelo de governança segue as principais diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Ademais, Companhia possui um programa de Conformidade com função de prevenir, detectar, remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos, fortalecendo os princípios éticos e padrões de transparência. Além disso, foi implementado o processo de gestão de riscos e controles internos com base na metodologia COSO, versão 2017 (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e buscando a integração com as normas ISO 9001 e ISO 31000, além de adequar a governança e gestão tecnologia da informação ao COBIT (*Control Objectives for Information and Related Technologies*).

5) Responsabilidade Socioambiental

Instituto Julio Simões

O Grupo Vamos é uma das entidades mantenedoras do Instituto Julio Simões, que realiza projetos próprios e em conjunto com outras instituições com o objetivo de contribuir para a melhoria de vida nas comunidades que estão mais próximas de suas operações. Dentre os principais projetos realizados, destacam-se:

1) Projeto “Julio Cidadão”: Com a primeira turma formada em 2007, o projeto estimula o voluntariado no meio hospitalar por meio de "doutores palhaços". Desenvolvido em parceria com a ONG Canto Cidadão, o projeto treina e acompanha os voluntários que atuam em hospitais e ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Idosos) de Mogi das Cruzes e região. Em 2018, foi realizada mais uma formação de colaboradores a serem Doutores Palhaços, aconteceu na sede administrativa de Mogi das Cruzes e as atuações foram na Santa Casa, multiplicando os atendimentos para mais 1 mil pessoas atendidas, entre pacientes, acompanhantes e profissionais.

2) Projeto “Gincana Cultural”: Fomenta a cultura de voluntariado, possibilitando a todos os colaboradores e familiares a oportunidade de contribuir para a integração entre colaboradores, Companhia e comunidade, por meio de atividades de arrecadação, doação e ações em ONGs ou espaços públicos. Em 2018, foram inscritas 10 turmas, 1.350 voluntários participantes, 9 instituições sociais beneficiadas e 3 Espaços Públicos (limpeza de praças, fachadas de escola, conscientização de pedestres).

3) Projeto “Você quer? Você Pode!”: Lançado em 2012, atende estudantes da rede pública de ensino de Mogi das Cruzes. Por meio de visitas ao “Centro de Memória Julio Simões, eles têm a oportunidade de conhecer os episódios mais representativos da história do empresário e fundador da JSL e do Instituto, Sr. Julio Simões, e são estimulados a aprimorarem habilidades e competências que ampliem suas possibilidades de conquistas. Em 2018, houve 3.639 estudantes visitando o espaço.

4) “Carreta Treinamento”: Uma sala de cinema itinerante! Este é o projeto Carreta Treinamento, que circula por todo o Brasil oferecendo treinamento, teatro, cultura, música e entretenimento, sempre com foco nos temas: direção defensiva, uso de drogas, abuso e exploração sexual infantil e direito da criança e do adolescente. Ao todo, em 2018, houve participação de 1.990 pessoas em palestras, treinamentos e apresentações.

5) Campanha “Natal de Emoções”: A campanha, iniciada em 2016, une em um só projeto os colaboradores interessados nos projetos sociais do Instituto Julio Simões, além de incentivar o voluntariado e a solidariedade em todas as unidades da JSL. A cada ano, a campanha beneficia crianças, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais. Em 2018, foram doados 269 brinquedos arrecadados para orfanatos, creches e escolas infantis, 480 Panetones e Chocotones, 538 pessoas beneficiadas, 3 Instituições que tratam de pessoas com deficiência física beneficiadas e 70 voluntários envolvidos.
Além disso, o Instituto apoia projetos independentes, através de doações fixas para instituições sociais e ONGs, que em 2018 beneficiaram mais de 2,5 mil pessoas.

Eficiência Energética e Emissões

A fim de minimizar impactos ambientais e contribuir com a conscientização sobre sustentabilidade, o Grupo Vamos adota práticas voltadas à eficiência energética, tais como, a substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas de LED, a utilização de combustível com baixo teor de enxofre – o que reduz a emissão de fumaça branca e aumenta a vida útil do óleo lubrificante –, o uso de defletores, o treinamento de direção defensiva e condução econômica, entre outros. Além disso, no ano de 2017, foi realizada a inclusão no mercado livre de energia da sede administrativa do Grupo, em Mogi das Cruzes, possibilitando que a unidade passasse a consumir 100% da energia a partir de fontes renováveis (solar, eólica e biomassa).

Água

O Grupo Vamos faz uso da água de maneira consciente em consonância às diretrizes legais relacionadas a este tema. Tal responsabilidade se reflete no incentivo à implantação de sistemas de reuso e da melhoria de eficiência do uso hídrico em todas as unidades da Companhia.

Resíduos

A gestão de resíduos do Grupo Vamos está alinhada à Política Nacional de Resíduos Sólidos e visa, através de suas práticas, a apropriação da responsabilidade dos itens que utiliza, procurando minimizar os impactos ambientais de suas atividades. Além de monitorar o consumo dos insumos utilizados nas operações, a empresa garante que seja realizado corretamente o descarte de itens como pneus e óleo lubrificante, sendo este último 100% encaminhado para o processo de refino, onde são reinseridos na cadeia produtiva desse mesmo produto.

6) Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2018, em atendimento à instrução nº CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, bem como, serviços relacionados a auditoria para emissão de relatórios de procedimentos previamente acordados, com honorários de R$ 149 mil e, serviços de assessoria sobre análise histórica da carteira de clientes com honorários de R$ 65 mil, que representam 6,9% e 3%, respectivamente, dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

7) Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Conselho de Administração

Fernando Antonio Simões

Denys Marc Ferrez

João Batista de Almeida

Diretoria Executiva

Denys Marc Ferrez

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli

José Geraldo Santana Franco Junior

Osmar Roncolato Pinho

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	Controladora 31/12/2018(1)	Controladora 31/12/2017(1)	Consolidado 31/12/2018(1)	Consolidado 31/12/2017(1)
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.725	36.034	58.605	117.048
Títulos e valores mobiliários	6	7.253	55.683	7.253	104.079
Contas a receber	7	66.469	50.835	155.157	205.277
Estoques	8	-	-	101.930	85.130
Tributos a recuperar	9	157	196	11.406	8.457
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	9.970	4.289	17.875	14.428
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	11	30.995	11.221	57.855	29.061
Despesas antecipadas		6.907	3.291	7.505	3.863
Adiantamentos a terceiros		3.687	4.825	16.884	8.977
Dividendos a receber	13.1	16.160	-	-	-
Outros créditos		-	-	15.728	5.655
		165.323	**166.374**	**450.198**	**581.975**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	794	4.378
Instrumentos financeiros derivativos	4.3.2	4.880	-	4.880	-
Contas a receber	7	525	1.356	14.189	22.272
Fundos para capitalização de concessionárias	12	-	-	23.477	19.935
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.1	-	-	8.765	13.062
Depósitos judiciais	25.1	156	157	4.648	3.163
Outros créditos		115	-	1.903	2.248
		5.676	**1.513**	**58.656**	**65.058**
Investimentos	13	467.158	442.870	-	-
Imobilizado	14	1.107.077	858.896	1.349.441	1.191.483
Intangível	15	1.757	-	165.137	172.251
		1.581.668	**1.303.279**	**1.573.234**	**1.428.792**
Total do ativo		**1.746.991**	**1.469.653**	**2.023.432**	**2.010.767**

	Nota	Controladora 31/12/2018(1)	Controladora 31/12/2017(1)	Consolidado 31/12/2018(1)	Consolidado 31/12/2017(1)
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	56.228	41.574	82.962	98.930
Floor Plan	17	-	-	53.413	38.333
Risco sacado a pagar – montadoras	18	-	2.860	-	2.860
Empréstimos e financiamentos	19	145.968	121.099	188.221	225.129
Arrendamentos financeiros a pagar	20	13.347	7.460	15.201	13.688
Partes relacionadas	21.1	26.067	21	26.067	43
Cessão de direitos creditórios	26	7.410	6.043	7.410	6.043
Obrigações trabalhistas		4.344	1.916	11.696	9.880
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	446	2.761
Tributos a recolher		3.150	2.879	6.062	6.088
Adiantamentos de clientes		16.880	9.535	24.480	15.512
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	27.3	61.375	17.252	61.375	18.446
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22	34.769	57.314	34.769	57.314
Outras contas a pagar	23	8.008	5.036	12.094	66.385
		377.546	**272.989**	**524.196**	**561.412**
Não circulante					
Fornecedores	16	-	-	-	4.325
Empréstimos e financiamentos	19	625.420	359.466	698.229	558.803
Arrendamentos financeiros a pagar	20	29.322	11.813	29.734	14.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.1	83.059	61.196	136.459	104.337
Provisão para demandas judiciais e administrativas	25.2	110	20	3.280	2.854
Cessão de direitos creditórios	26	16.761	24.171	16.761	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22	33.275	45.833	33.275	45.833
Outras contas a pagar	23	15	-	15	-
		787.962	**502.499**	**917.753**	**755.190**
Total do passivo		**1.165.508**	**775.488**	**1.441.949**	**1.316.602**
Patrimônio líquido					
Capital social	27.1	482.817	565.696	482.817	565.696
Reservas de capital	27.2	24.199	23.639	24.199	23.639
Ações em tesouraria	27.5	(94.193)	-	(94.193)	-
Reservas de lucros		167.951	104.830	167.951	104.830
Ajustes de avaliação patrimonial	4.3.2	709	-	709	-
Total do patrimônio líquido		**581.483**	**694.165**	**581.483**	**694.165**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.746.991**	**1.469.653**	**2.023.432**	**2.010.767**

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentados. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
***Em milhares de reais*, exceto o lucro por ação**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2018(1)	31/12/2017(1)	31/12/2018(1)	31/12/2017(1)
				(Reclassificado)	
Operações continuadas					
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	29	**436.066**	**374.344**	**938.946**	**413.739**
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	30	(203.047)	(141.739)	(543.231)	(172.734)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	30	(46.237)	(30.852)	(81.419)	(30.907)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e das vendas de ativos desmobilizados		**(249.284)**	**(172.591)**	**(624.650)**	**(203.641)**
(=) Lucro bruto		**186.782**	**201.753**	**314.296**	**210.098**
Despesas comerciais	30	(10.555)	(3.064)	(22.533)	(5.487)
Despesas administrativas	30	(15.566)	(8.711)	(81.916)	(18.691)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	30	(9.595)	(24.608)	(9.751)	(24.476)
Outras receitas operacionais, líquidas	30	4.295	376	18.548	1.910
Resultado de equivalência patrimonial	13.1	34.056	(1.852)	-	-
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**189.417**	**163.894**	**218.644**	**163.354**
Receitas financeiras	31	4.225	6.490	15.632	7.382
Despesas financeiras	31	(59.932)	(55.508)	(82.652)	(55.707)
(=) Resultado financeiro líquido		**(55.707)**	**(49.018)**	**(67.020)**	**(48.325)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**133.710**	**114.876**	**151.624**	**115.029**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24.3	(5.602)	(5.460)	(10.133)	(5.215)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24.3	(22.216)	(29.792)	(35.599)	(30.190)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social		**(27.818)**	**(35.252)**	**(45.732)**	**(35.405)**
(=) Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas		**105.892**	**79.624**	**105.892**	**79.624**
Operações descontinuadas					
Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos		7.045	1.068	7.045	1.068
(=) Lucro líquido do exercício		**112.937**	**80.692**	**112.937**	**80.692**
(=) Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (Em R$)	33			0,33554	0,50485
Das operações continuadas					
Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (Em R$)	33			0,31461	0,49817

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que as demonstrações de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentadas. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018(1)	**31/12/2017(1)**	**31/12/2018(1)**	**31/12/2017(1)**
Lucro líquido do exercício	112.937	80.692	112.937	80.692
Itens a serem ou que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:				
Ganho sobre *hedge* de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	1.075	-	1.075	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes	(366)	-	(366)	-
	709	-	709	-
Resultado abrangente do exercício	**113.646**	**80.692**	**113.646**	**80.692**
Das operações				
Continuadas	106.601	79.624	106.601	79.624
Descontinuadas	7.045	1.068	7.045	1.068
	113.646	**80.692**	**113.646**	**80.692**

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que as demonstrações de resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentadas. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	Reserva de Capital				Reserva de Lucros					
		Capital social Nota 27.1	Transações com pagamentos baseados em ações Nota 27.2.a	Ágio na subscrição de ações Nota 27.2.b	Ações em tesouraria Nota 1.2.c	Reserva legal Nota 27.3.b	Lucros retidos	Lucros acumulados	Reserva de *hedge*	Adiantamento para futuro aumento de capital Nota 27.1 (i)	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**121.783**	**186**	**-**	**-**	**-**	**43.181**	**-**	**-**	**7.460**	**172.610**
Aumento de capital	27.1 (i)	7.460	-	-	-	-	-	-	-	(7.460)	-
Transações com pagamento baseado em ações	27.2.a	-	679	-	-	-	121	-	-	-	800
Aumento de capital com emissão de novas ações	27.1 (ii) e (iii)	201.341	-	-	-	-	-	-	-	-	201.341
Transferência de investimento da Controladora	27.1 (iv)	219.136	-	-	-	-	-	-	-	-	219.136
Rerratificação de ato societário para aumento de capital	27.1 (v)	15.976	-	-	-	-	-	-	-	-	15.976
Ágio na subscrição de ações	27.2.b	-	-	22.774	-	-	-	-	-	-	22.774
Lucro líquido do exercício	27.3 a	-	-	-	-	-	-	80.692	-	-	80.692
Constituição de reserva legal	27.3 b	-	-	-	-	4.035	-	(4.035)	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	57.493	(57.493)	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	27.3 a	-	-	-	-	-	-	(12.742)	-	-	(12.742)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	27.3 a	-	-	-	-	-	-	(6.422)	-	-	(6.422)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (1)		**565.696**	**865**	**22.774**	**-**	**4.035**	**100.795**	**-**	**-**	**-**	**694.165**
Mudanças com a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9	2.19.3	-	-	-	-	-	(2.694)	-	-	-	(2.694)
Saldos ajustados em 1º de janeiro de 2018		**565.696**	**865**	**22.774**	**-**	**4.035**	**98.101**	**-**	**-**	**-**	**691.471**
Lucro líquido do exercício	27.3	-	-	-	-	-	-	112.937	-	-	112.937
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos		-	-	-	-	-	-	-	709	-	709
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**112.937**	**709**	**-**	**113.646**
Cisão JSL Holding	1.3	(82.879)	-	-	-	-	-	-	-	-	(82.879)
Ações em tesouraria	1.2 c	-	-	-	(94.193)	-	-	-	-	-	(94.193)
Transações com pagamento baseado em ações	27.2.a	-	560	-	-	-	-	-	-	-	560
Constituição de reserva legal	27.4	-	-	-	-	5.647	-	(5.647)	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	60.168	(60.168)	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	27.3 a	-	-	-	-	-	-	(20.000)	-	-	(20.000)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	27.3 a	-	-	-	-	-	-	(27.122)	-	-	(27.122)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (1)		**482.817**	**1.425**	**22.774**	**(94.193)**	**9.682**	**158.269**	**-**	**709**	**-**	**581.483**

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que as demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentadas. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018 (1)	31/12/2017 (1) (2)	31/12/2018 (1)	31/12/2017 (1) (2)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			**(Reclassificado)**	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas	144.576	116.478	162.490	116.631
Ajustes para:				
Depreciação e amortização (notas 14 e 15)	167.743	105.928	207.475	106.514
Equivalência patrimonial (nota 13)	(41.101)	784	-	-
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 11)	46.237	30.852	81.419	30.907
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 25)	90	(3)	426	186
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber (nota 7)	9.595	24.608	11.502	24.476
Baixa de outros ativos imobilizados (nota 14)	2.892	2.099	9.118	2.161
Amortização mais valia (nota 13.1)	9.930	-	-	-
Provisão (reversão) para perdas em estoque (nota 8)	-	-	2.338	-
Remuneração com base em ações (nota 27.2.a)	560	679	560	679
Créditos de impostos extemporâneos (nota 30)	(15)	(10)	(5.406)	(502)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos (nota 31)	(82)	-	(519)	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(3.805)	-	(3.805)	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e cessão de direitos creditórios (nota 31)	61.470	54.731	74.765	54.822
	398.090	**336.146**	**540.363**	**335.874**
Variações no capital circulante líquido operacional				
Contas a receber	(26.508)	(32.881)	(60.015)	(65.471)
Estoques	-	-	(19.138)	6.444
Tributos a recuperar	54	256	1.851	(1.912)
Fornecedores	1.931	(18.773)	(28.909)	(1.755)
Floor Plan	-	-	15.080	4.358
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	2.699	1.324	6.222	(1.424)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(5.973)	(8.345)	33.087	40.164
Variações no capital circulante líquido operacional	**(27.797)**	**(58.419)**	**(51.822)**	**(19.596)**
	370.293	**277.727**	**488.541**	**316.278**
Resgates (investimentos) em títulos e valores mobiliários	48.430	(24.484)	23.266	(60.411)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.938)	(9.114)	(4.612)	(2.633)
Juros pagos sobre risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos, financiamentos e arrendamentos	(44.577)	(58.503)	(57.355)	(59.010)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(175.007)	(123.158)	(172.841)	(131.503)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**195.201**	**62.468**	**276.999**	**62.721**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Incorporação do caixa de empresa adquirida	-	-	-	34.953
Caixa líquido decorrente da cisão de operação descontinuada JSL Holding (nota 1.3)	-	-	(21.921)	-
Caixa líquido decorrente de transferência de investimento (nota 1.2.a)	-	-	-	64.298
Adições ao imobilizado	(830)	-	(2.785)	(65)
Adições ao intangível	(1.866)	-	(2.017)	-
Redução de capital em controladas	37.000	-	-	-
Aporte de capital em controladas	(130.457)	-	-	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(96.153)**	**-**	**(26.723)**	**99.186**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento pela aquisição de empresas	(103.622)	(10.056)	(103.622)	(10.056)
Novos empréstimos e financiamentos a pagar	182.880	8.939	183.224	21.968
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(183.966)	(186.792)	(380.479)	(218.246)
(Pagamento) recebimento de cessão de direitos creditórios	(6.649)	30.214	(6.649)	30.214
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	-	(1.193)	-
Aumento de capital social	-	113.202	-	113.202
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(111.357)**	**(44.493)**	**(308.719)**	**(62.918)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(12.309)**	**17.975**	**(58.443)**	**98.989**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	36.034	18.059	117.048	18.059
No final do exercício	23.725	36.034	58.605	117.048
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(12.309)**	**17.975**	**(58.443)**	**98.989**
Principais transações que não afetaram o caixa, registradas no balanço				
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(300.762)	(116.567)	(301.093)	(121.411)
Aumento de capital com imobilizado	-	15.976	-	15.976
Recompra de ações (Ações em tesouraria nota explicativa 1.2.c)	(94.193)	-	(94.193)	-

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que as demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentadas. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

(2) O Grupo decidiu apresentar uma demonstração de fluxos de caixa, incluindo as operações continuadas e descontinuadas. Os valores relacionados às operações descontinuadas estão apresentados na Nota explicativa 1.3.b.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2018(1)**	**31/12/2017(1)**	**31/12/2018(1)**	**31/12/2017(1)**
				(Reclassificado)	
Vendas, locação e prestação de serviços	29	478.324	412.453	1.047.514	457.095
Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	30	(9.595)	(24.608)	(9.751)	(24.476)
Outras receitas operacionais	30	5.434	376	34.041	1.910
		474.163	**388.221**	**1.071.804**	**434.529**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos das vendas e prestação de serviços		(49.873)	(22. 523)	(400.681)	(55.442)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(6.378)	(3.553)	(17.314)	(5.958)
		(56.251)	**(26.076)**	**(417.995)**	**(61.400)**
Valor adicionado bruto		**417.912**	**362.145**	**653.809**	**373.129**
Retenções					
Depreciação e amortização	30	(167.743)	(105.928)	(206.763)	(106.395)
Valor adicionado líquido produzido		**250.169**	**256.217**	**447.046**	**266.734**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		41.101	(784)	-	-
Receitas financeiras	31	4.225	6.490	15.632	7.382
		45.326	**5.706**	**15.632**	**7.382**
Valor adicionado total a distribuir		**295.495**	**261.923**	**462.678**	**274.116**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos	30	26.330	10.610	82.460	17.220
Federais		72.388	70.596	119.425	71.615
Estaduais		9.561	16.327	38.210	19.399
Municipais		-	-	1.654	157
Juros e despesas bancárias	31	59.932	55.508	82.652	55.707
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	30	12.671	27.540	12.926	27.540
Aluguéis de imóveis	30	1.676	650	12.414	1.786
Lucros retidos do exercício das operações continuadas		105.892	79.624	105.892	79.624
Lucro das operações descontinuadas		7.045	1.068	7.045	1.068
		295.495	**261.923**	**462.678**	**274.116**

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que as demonstrações do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentadas. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos" ou "Companhia"), denominada até 31 de outubro de 2017 como JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda., é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra – Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

A Companhia em conjunto com as entidades controladas descritas na nota explicativa 1.1 atuam nos negócios de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, gestão de frotas, comercialização e revenda de caminhões, máquinas e equipamentos, novos e seminovos e prestação de serviços de mecânica e funilaria, operações de arrendamento mercantil para aquisição de caminhões, máquinas e equipamentos. A Vamos é controlada pela JSL S.A. ("JSL"), que possuía 91% de suas ações em 31 de dezembro de 2017, passando para 99,99% em junho de 2018 como divulgado na nota explicativa 1.2.c.

1.1 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária da Vamos:

Razão Social	Controlada	País sede	Segmento	% Participação 31/12/2018	% Participação 31/12/2017
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (a)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
JSL Holding Financeira Ltda. (b)	Direta	Brasil	Serviços financeiros	-	99,99
JSL Arrendamento Mercantil S.A. (c)	Indireta	Brasil	Serviços financeiros	-	99,99
Borgato Caminhões S.A. (d)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
Borgato Máquinas S.A. (e)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
Borgato Serviços Agrícolas S.A. (f)	Direta	Brasil	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
ClicCa Atividades de Internet Ltda. (g)	Direta	Brasil	Serviços de internet	99,99	-

a) Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. ("Transrio")

A Transrio, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Rodovia Presidente Dutra, 1.450, Vigário Geral, cujo objeto social é o comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores, comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados, administração de consórcios, locação de veículos e serviços de manutenção e reparos de veículos automotores. A Transrio possui vinte filiais situadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Sergipe.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada.

b) JSL Holding Financeira Ltda. ("JSL Holding")

A JSL Holding, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, localizada na Av. Saraiva, 400, Brás Cubas, cujo objeto social exclusivo é a participação, como sócia ou acionista, no capital de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A JSL Holding não possui filiais e é a Controladora da JSL Leasing, com percentual de 99,99% de participação societária.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada. Em 31 de dezembro de 2018, essa participação foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda. (controlada direta pela JSL), que passou a ser sua controladora direta, que passou a ser sua Controladora direta, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.

c) JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("JSL Leasing")

A JSL Leasing é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017, 9º. Andar, Itam Bibi cujo objeto social é o de arrendamento mercantil, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A JSL Leasing não possui filiais e é controlada pela JSL Holding.

Em 31 de dezembro de 2018, essa participação junto com da sua controladora (JSL Holding) foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda., que passou a ser sua controladora indireta, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.

d) Borgato Caminhões S.A. ("Borgato Caminhões")

A Borgato Caminhões, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, localizada na Via Anhanguera s/n, Km 303, sentido Norte, Recreio Anhanguera, cujo objeto social é o comércio de caminhões, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil, peças, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e conservação de veículos e afins, locação de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil e veículos em geral, transporte rodoviário de cargas em geral, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, e ainda atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores. A Borgato Caminhões possui três filiais situadas no Estado de São Paulo.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.2.b.

No dia 20 de setembro de 2018, a controlada Borgato Caminhões deixou de operar com a bandeira DAF e passou a ser agência de veículos seminovos com a bandeira Vamos.

e) Borgato Máquinas S.A. ("Borgato Máquinas")

A Borgato Máquinas, sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, Km 1,8, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é o comércio de tratores novos e usados, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios, lubrificantes, fertilizantes, herbicidas, sementes e atividades agropastoris, comércio de veículos automotores em geral, pneumáticos e câmaras de ar, locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda transporte rodoviário de cargas em geral. A Borgato Maquinas possui dezoito filiais situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.2.b.

f) Borgato Serviços Agrícolas S.A. ("Borgato Serviços")

A Borgato Serviços, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, s/n, sala 03, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é a prestação de serviços agrícolas em todos os segmentos, operação de máquinas agrícolas, tratores e caminhões; prestação de serviços de reparo e conservação de veículos, máquinas e implementos agrícolas, assistência técnicas e afins; locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, implementos rodoviários, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda a locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador. A Borgato Serviços possui uma filial situada no Estado de Minas Gerais.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.2.b.

g) ClicCa Atividades de Internet Ltda. ("ClicCa")

A ClicCa, é uma sociedade limitada de capital fechado em fase pré-operacional, constituída em 21 de maio de 2018, com participação da Vamos de 99,99% e com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 9º andar, Itaim Bibi, cujo objeto social é a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, serviços de portais e provedores de conteúdo de internet, serviços de consultoria em tecnologia da informação, podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

1.2 Movimentações societárias

Movimentações ocorridas durante o exercício de 2017

a) Transferência de investimentos da Controladora JSL S.A.

Com o propósito de simplificar a estrutura societária, no que tange a operação de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, em 31 de outubro de 2017 a Controladora JSL S.A. transferiu 99,99% das quotas das empresas JSL Holding e Transrio, para a Vamos que passou a ser a Controladora dessas empresas. O valor dos ativos e passivos transferidos estão demonstrados abaixo:

	Balanço Consolidado, data base 31/10/2017		
	Empresas origem		Empresa de destino
	Transrio	JSL Holding	Vamos
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	41.578	22.720	64.298
Títulos e valores mobiliários	-	16.847	16.847
Contas a receber	24.301	69.071	93.372
Estoques	42.845	-	42.845
Tributos a recuperar	3.880	248	4.128
Outros ativos circulantes	14.765	683	15.448
Total do ativo circulante	**127.369**	**109.569**	**236.938**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.752	10.539	22.291
Imobilizado líquido	44.944	2.091	47.035
Intangível líquido	42.257	3.751	46.008
Outros ativos não circulantes	22.162	-	22.162
Total do ativo não circulante	**121.115**	**16.381**	**137.496**
Total do ativo	**248.484**	**125.950**	**374.434**
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.025	-	4.025
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	623	623
Outros passivos circulantes	68.144	51.459	119.603
Total do passivo circulante	**72.169**	**52.082**	**124.251**
Empréstimos e financiamentos	20.390	-	20.390
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	8.630	8.630
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.027	-	2.027
Total do passivo não circulante	**22.417**	**8.630**	**31.047**
Patrimônio líquido			
Capital social	181.886	55.709	237.595
Prejuízos acumulados	(27.988)	(3.943)	(31.931)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	13.472	13.472
Total do patrimônio liquido	**153.898**	**65.238**	**219.136**
Total do passivo e patrimônio líquido	**248.484**	**125.950**	**374.434**

A base de combinação de negócios sob controle comum está descrita na nota explicativa 2.3.b.

b) Aquisição das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Maquinas, Borgato Serviços, Borgato Caminhões (em conjunto denominadas "Sociedades Borgato"). Esta aquisição está em linha com a estratégia de crescimento da Vamos no segmento de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, esperando assim uma sinergia com seu atual portfólio.

O valor da transação foi de R$ 224.116, pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores da contraprestação
Depósito em garantia ("*Escrow*") (i)	20.000
Valor a pagar em parcelas (ii)	93.203
Valor pago com ações da Controladora (iii)	110.913
Preço total (contraprestação), conforme contrato	**224.116**

(i) O montante de R$ 20.000 ficará retido pelo prazo de cinco anos como garantia de eventuais contingências *("Escrow")* e está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas"*;*

(ii) O referido valor está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" a ser pago em 58 parcelas até agosto de 2022, sendo que do total a pagar, apenas R$ 50.000 serão atualizados com base em 100% do CDI;

(iii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi avaliado utilizando a metodologia de rentabilidade futura, que se baseia na projeção e fluxos de caixa descontados de um período de cinco anos, o qual está suportado por laudo de avaliação. Para este montante foram emitidas 31.937 mil ações ordinárias, conforme nota explicativa 27.1 (iii).

Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	34.953	-	34.953
Contas a receber	49.264	-	49.264
Estoques	48.730	-	48.730
Imobilizado	280.264	4.171	284.435
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	19.311	(1.513)	17.798
Carteira de clientes	-	25.900	25.900
Acordo de não competição	-	2.300	2.300
Marca	-	4.300	4.300
Outros ativos	55.570	-	55.570
Total do ativo	**488.092**	**35.158**	**523.250**
Passivo			
Fornecedores	48.168	-	48.168
Empréstimos e financiamentos	292.949	-	292.949
Arrendamentos financeiros a pagar	9.282	-	9.282
Demais passivos	31.694	-	31.694
Total do passivo	**382.093**	**-**	**382.093**
Total do ativo líquido			**141.157**
Valor justo da contraprestação paga			**224.116**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)			**(82.959)**

O ajuste a valor justo no montante de R$ 35.158 é composto por R$ 2.658 decorrente de ajuste a valor justo do ativo imobilizado menos ativo imobilizado disponibilizado para venda e R$ 32.500 de ativos intangíveis líquidos identificados e alocados como carteira de clientes, acordo de não competição e marca. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado na operação é de R$ 82.959.

Esta combinação de negócios não contribuiu para o resultado da Vamos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pois, como mencionado acima, a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017. Se a aquisição das Sociedades Borgato tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017, as receitas líquidas consolidadas para este ano seriam aumentadas em R$ 258.613 e o lucro líquido Consolidado do exercício seria aumentado em R$ 5.131.

(i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método *relief-from-royalty* e método *multi-period excess earnings*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Valor pago com ações da Controladora	Método de rentabilidade futura, baseado em projeções de cinco anos (15,4% de taxa de crescimento média para EBITDA e 4,0% na perpetuidade) e fluxos de caixa descontados (*WACC* de 13,6%), é suportado por um relatório de avaliação.

(ii) Custo aquisição

A Vamos incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 434 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

Movimentação ocorrida durante o exercício de 2018

c) Recompra de ações das Sociedades Borgato

Conforme mencionado na nota 1.2.b acima, em 22 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato. A contraprestação pela participação adquirida foi composta por uma parte a pagar em dinheiro de forma parcelada, garantida em conta *"Escrow"*, e outra parte paga com 9% de participação com ações da Vamos.

Em 08 de junho de 2018 a Companhia, em conjunto com a JSL S.A., firmou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra das ações representando os 9% de sua participação na Vamos pelo valor de R$ 115.000. O valor foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela de R$ 20.807 em que a JSL S.A. entregou 3.037.500 ações suas e aumentou sua participação na Vamos de 91% para 99.99%; e (ii) a Vamos recomprou o restante das ações pelo valor de R$ 94.193, registradas como ações em tesouraria, sendo pagos em ações da Movida Participações S.A., no valor de R$ 26.067, adquiridas da JSL S.A. e entregue aos antigos sócios da Sociedade Borgato, contabilizado na rubrica "partes relacionadas", e R$ 68.126 (R$ 66.631 ajustado a valor presente) a pagar em parcelas anuais, iniciando em janeiro de 2019 até 2021, corrigidas pelo CDI, registrado na rubrica "obrigações a pagar por aquisição de empresas".

Ainda como parte da negociação, foram pagas, até 11 de junho de 2018, as obrigações por aquisições de empresas no valor de R$ 103.622 (R$ 103.147 a pagar em 31 de dezembro de 2017), referente a combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

1.3 Operação descontinuada

Em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia com a redução do capital no valor de R$ 82.879 referente ao acervo líquido contábil composto pelo investimento na JSL Holding, transferida para a sua controladora JSL S.A. Dessa forma, o capital social da Companhia, que era de R$ 565.696 passa a ser de R$ 482.817, dividido em 312.007.390 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

O objetivo dessa cisão foi focar o portfólio de serviços e produtos da Vamos em locação e venda de caminhões, máquinas e equipamentos.

a) Resultado líquido das operações descontinuadas

A Companhia apresentou os seguintes resultados com as operações consolidadas descontinuadas relativas às operações da JSL Holding:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de prestação de serviços	**31.855**	**5.031**
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(10.423)	(1.805)
Custo de venda de ativos desmobilizados	-	-
(=) Total do prestação de serviços	**(10.423)**	**(1.805)**
(=) Lucro bruto	**21.432**	**3.226**
Despesas administrativas	(11.286)	(1.781)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(35)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**10.175**	**1.410**
Receitas financeiras	7.651	448
Despesas financeiras	(6.960)	(256)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**10.866**	**1.602**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.111)	(179)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	(2.710)	(355)
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	**(3.821)**	**(534)**
(=) Lucro líquido do exercício	**7.045**	**1.068**
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	7.045	1.068
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	336.585.273	159.833.629
Lucro líquido básico e diluído por ações - R$	0,02093	0,00668

Os resultados das operações descontinuadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são totalmente atribuídos à Companhia.

b) Fluxos de caixa gerados pelas (utilizado nas) operações descontinuadas

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(21.565)	11.351
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(251)	(2.473)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	10.000	22.990
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas operações descontinuadas	**(11.816)**	**31.868**

c) Efeito da cisão sobre a posição financeira do Grupo

	Acervo líquido cindido – data base 31/12/2018
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	21.921
Títulos e valores mobiliários	77.144
Contas a receber	101.071
Outros ativos	2.105
Total do ativo circulante	**202.241**
Não circulante	
Contas a receber	23
Imposto de renda e contribuição social diferidos	94
Total do ativo realizável a longo prazo	**117**
Imobilizado	1.392
Intangível	3.746
Total do ativo não circulante	**5.255**
Total do ativo	**207.496**
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	
Cartões de credito a pagar	23.116
Letras de arrendamento mercantil	83.474
Tributos a recolher	2.860
Outras contas a pagar	15.167
Total do passivo circulante	**124.617**
Acervo líquido cindido	**82.879**

d) Política contábil

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

– representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;

– é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou

– é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

1.4 Situação financeira e planos da Administração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Vamos conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e obrigações a pagar por aquisição de empresas, conforme os prazos divulgados na Nota 4.3.c.

A Vamos a reconheceu um lucro líquido de R$ 112.937 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 na Controladora e no Consolidado e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 212.223 e R$ 73.998 na Controladora e no Consolidado, respectivamente (R$ 106.615 apenas na Controladora em 31 de dezembro de 2017) devido a decisão dos acionistas e da Administração do Grupo de investir em suas operações com locação de caminhões, máquinas e equipamentos, principalmente na ampliação e renovação da frota operacional. A característica de uma operação de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é a geração de caixa por meio de locação de bens do ativo imobilizado, com baixo investimento em capital de giro, consequentemente no ativo circulante.

A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada. A Administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Vamos terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e às normas *International Financial Reporting Standards* – IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2019.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.3. Base de consolidação e combinação

a) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

b) Combinação de negócios sob controle comum

Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório.

A Companhia optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Todas as práticas contábeis de consolidação descritas nessa nota explicativa foram aplicadas para a transação da nota explicativa 1.2.a, incluindo, mas não se limitando, a transações eliminadas na consolidação.

c) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Vamos são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional da Vamos e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, conforme divulgado na nota explicativa 4.3.2. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 4.3.2 para derivativos designados como instrumentos de *hedge*.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

O Grupo classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: designados a valor por meio do resultado, no momento inicial.

Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.

c) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.5.2. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

a) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.5.3. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Instrumentos derivativos e contabilidade de *hedge*

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

a) *Hedges* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('*forward points*') é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

O Grupo não possuía instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* antes de 1º de janeiro de 2018.

2.5.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

O Grupo utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 4.3.a é detalhado como o Grupo determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 12 ou 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas). Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 2.18.2.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.8. Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”.

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.9. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment),* quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As vidas úteis dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas na nota explicativa 14.

O Grupo adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil contábil de seus ativos imobilizados, e, revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil contábil, utilizadas para a determinação das respectivas taxas de depreciação.

2.10. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Grupo como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pelo Grupo.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

b) Grupo como arrendador

Arrendamentos para os quais o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais o Grupo não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.11. Intangível

2.11.1. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da Vamos.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

2.11.2. Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As vidas úteis dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão demonstradas na nota explicativa 15.

2.11.3. Fundo de comércio

O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos, das marcas Valtra e MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável ("*impairment*"), conforme descrito na nota explicativa 14.1.

2.11.4. Acordo de não competição e carteira de clientes

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 15.

2.11.5. Marcas e patentes

As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável *(impairment).*

2.11.6. Amortização e testes de perda de valor recuperável (*impairment*)

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 15.

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável *(impairment),* individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas.

As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgados na nota explicativa 15.2.

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL")

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, a Companhia faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, como Companhia incorporará a adquirida, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos, nenhum imposto de renda diferido é registrado nas demonstrações financeiras na data da aquisição.

2.13. Provisões

2.13.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.13.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Receitas de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

2.14.1 Receita de vendas de veículos e peças

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018)

A receita de veículos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

Os contratos de vendas de veículos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por 3 meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem garantia de motor e caixa de marcha, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustada para as devoluções esperadas quando aplicável. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1° de janeiro de 2018)

A receita operacional de venda de veículos e peças era reconhecida quando existia evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens eram transferidos para o comprador, de que era provável que os benefícios econômico-financeiros fluiriam para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pudessem ser estimados de maneira confiável, de que não havia envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios podia ser de duas formas dependendo das condições individuais de cada contrato de venda: 1) para as vendas de estoques, a transferência normalmente ocorria quando a mercadoria era entregue no estabelecimento do cliente; ou 2) quando era retirado pelo cliente nas dependências do Grupo após assinatura no *checklist* de entrega.

2.14.2 Receita de locação e prestação de serviços

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos

O Grupo loca frota de caminhões para transporte de cargas (leves e pesadas), máquinas e equipamentos agrícolas. O Grupo presta serviços de assistências técnicas para os veículos novos e seminovos vendidos.

As faturas para locação são emitidas no mês subsequente a prestação dos serviços e as faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização do caminhão, máquina e/ou equipamento ou prestação de serviço. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente ou conforme os serviços são prestados.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1° de janeiro de 2018)

A receita operacional decorrente da locação de caminhões, máquinas e equipamentos era reconhecida no resultado, tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço.

A receita operacional de prestação de serviços era reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita era reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas pudessem ser recuperadas.

2.14.3 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, o Grupo desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e rede de concessionárias do Grupo.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018)

A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1° de janeiro de 2018)

A receita de venda de ativo era reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo eram transferidos ao comprador, o que geralmente ocorria na sua entrega.

2.15. Benefícios a empregados

2.15.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal

ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.15.2. Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17. Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.

2.18. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, o Grupo utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.18.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Consolidação e combinação de negócios: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida – nota explicativa 2.3;
b) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento – nota explicativa 20;
c) Classificação de arrendamento mercantil – nota explicativa 32;
d) Receita de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo – nota explicativa 2.19.1.

2.18.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Imobilizado (premissas em relação à definição do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 14;
b) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – *impairment* (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) – nota explicativa 15.2;
c) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber – (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) – nota explicativa 7;
d) Imposto de renda e contribuição social diferidos (recuperabilidade futura e período de realização) – nota explicativa 24;
e) Provisão para demandas judiciais e administrativas (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos) – nota explicativa 25.2.

2.19. Mudanças nas principais politicas contábeis

O Grupo aplicou incialmente o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros a partir de 1° de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo. Dessa forma, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentados com os respectivos reflexos contábeis dessa adoção.

2.19.1 CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expediente práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). A adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e no resultado do Grupo.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. A adoção deste pronunciamento resultou na seguinte principal mudança das políticas contábeis:

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
Capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato.	O Grupo possui custos com comissão de vendas, em consequência dos contratos com clientes. Atualmente, o Grupo tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato no momento em que eles são incorridos.	O CPC 47 / IFRS 15 define custos incrementais como custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido e orienta que tais custos deverão ser ativados quando forem recuperáveis, seja de forma direta ou indireta. Dessa forma o Grupo reconhecerá estes gastos como um ativo de contrato, já que a recuperação das despesas é esperada. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que eram contabilizados quando incorridos, serão capitalizados e diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

2.19.2 CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em 1º de janeiro de 2018, o Grupo adotou a aplicação inicial da nova norma contábil CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. As mudanças nas políticas e ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram realizados de forma prospectiva (efeitos apresentados no patrimônio líquido).

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros.

As políticas contábeis aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e baixa dos ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge* estão divulgadas na nota 2.5.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

O Grupo realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e classificou seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Não houve alteração da categoria de 'outros passivos financeiros' para os passivos financeiros do Grupo.

Controladora

	31 de dezembro de 2017 - CPC 38 / IAS 39				1º de janeiro de 2018 - CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor justo por meio de resultado (i)	Mantidos até o vencimento (iii)	Empréstimos e recebíveis (ii)	Total	Ativo ao valor justo por meio do resultado (i)	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	35.804	-	230	36.034	35.804	230	36.034
Títulos e valores mobiliários	55.683	-	-	55.683	55.683	-	55.683
Contas a receber	-	-	52.191	52.191	-	52.191	52.191
Total	**91.487**	**-**	**52.421**	**143.908**	**91.487**	**52.421**	**143.908**

Consolidado

	31 de dezembro de 2017 - CPC 38 / IAS 39				1º de janeiro de 2018 - CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor justo por meio de resultado (i)	Mantidos até o vencimento (iii)	Empréstimos e recebíveis (ii)	Total	Ativo ao valor justo por meio de resultado (i)	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	112.814	-	4.234	117.048	112.814	4.234	117.048
Títulos e valores mobiliários	104.079	4.378	-	108.457	104.079	4.378	108.457
Contas a receber	-	-	227.549	227.549	-	227.549	227.549
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	4.865	4.865	-	4.865	4.865
Total	**216.893**	**4.378**	**256.583**	**477.854**	**216.893**	**260.961**	**477.854**

(i) Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado (VJR)

As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria. Esses instrumentos financeiros foram designados como mensurado a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48 / IFRS 9.

(ii) Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado

Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, partes relacionadas, fundos para capitalização de concessionárias e outros créditos que anteriormente eram classificados como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis", e consequentemente, mensurados pela taxa efetiva de juros, foram avaliados de acordo com a nova norma IFRS 9 / CPC 48, e classificados como custo amortizado.

(iii) Reclassificação de mantidos até o vencimento para custo amortizado

As outras aplicações financeiras que anteriormente estavam classificados como "mantidos até o vencimento", agora são classificadas pelo custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

O novo modelo de redução ao valor recuperável possui duas abordagens, na qual a provisão é mensurada de acordo com as perdas esperadas para 12 (doze) meses ou perdas esperadas para vida inteira do ativo financeiro. A base de provisão dependerá da análise do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Para recebíveis comerciais e ativos contratuais que resultam em transações no escopo da CPC 47 / IFRS 15 e que não possuam um componente significativo de financiamento, o CPC 48 / IFRS 9 permite como expediente prático, a aplicação de um modelo simplificado, no qual as perdas esperadas são reconhecidas pela vida inteira do ativo financeiro.

As políticas contábeis aplicáveis ao *impairment* de ativos financeiros não derivativos estão divulgadas na nota 2.5.4.

2.19.3 Apresentação dos efeitos calculados relacionados à aplicação dos novos pronunciamentos

A adoção da CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e nas demonstrações dos resultados do Grupo, já o efeito da adoção da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado 31/12/2017	**Ajustes calculados CPC 48 / IFRS 9**	**Valor Calculado em 01/01/2018**	**Divulgado 31/12/2017**	**Ajustes calculados CPC 48 / IFRS 9**	**Valor Calculado em 01/01/2018**
Ativos						
Contas a receber	78.221	-	78.221	240.860	-	240.860
(-) Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	(27.386)	(2.110)	(29.496)	(35.583)	(4.081)	(39.664)
Despesas antecipadas	3.291	-	3.291	3.863	-	3.863
Outros ativos circulantes	112.248	-	112.248	372.835	-	372.835
Total dos ativos circulantes	**166.374**	**(2.110)**	**164.264**	**581.975**	**(4.081)**	**577.894**
Contas a receber	1.356	-	1.356	22.272	-	22.272
Investimentos	442.870	(1.301)	441.569	-	-	-
Outros ativos não circulantes	859.053	-	859.053	1.406.520	-	1.406.520
Total dos ativos não circulantes	**1.303.279**	**(1.301)**	**1.301.978**	**1.428.792**	**-**	**1.428.792**
Total dos ativos	**1.469.653**	**(3.411)**	**1.466.242**	**2.010.767**	**(4.081)**	**2.006.686**
Passivo						
Outros passivos circulantes	272.989	-	272.989	561.412	-	561.412
Total do passivo circulante	**272.989**	**-**	**272.989**	**561.412**	**-**	**561.412**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.196	(717)	60.479	104.337	(1.387)	102.950
Outros passivos não circulantes	441.303	-	441.303	650.853	-	650.853
Total do passivo não circulante	**502.499**	**(717)**	**501.782**	**755.190**	**(1.387)**	**753.803**
Patrimônio líquido						
Capital social	565.696	-	565.696	565.696	-	565.696
Reserva de capital	23.639	-	23.639	23.639	-	23.639
Reserva de lucros	104.830	(2.694)	102.136	104.830	(2.694)	102.136
Total do patrimônio líquido	**694.165**	**(2.694)**	**691.471**	**694.165**	**(2.694)**	**691.471**
	1.469.653	**(3.411)**	**1.466.242**	**2.010.767**	**(4.081)**	**2.006.686**

2.20 Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

2.20.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O Grupo deverá adotar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Vamos avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- ✓ o Grupo não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- ✓ as novas políticas contábeis e os aspectos fiscais estão sujeitos à mudanças até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

2.20.1.1 Arrendamentos em que o Grupo é arrendatário

O Grupo reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de lojas (veja a nota explicativa 32.1. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e uma despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Com base nas informações atualmente disponíveis, O Grupo espera os seguintes efeitos significativos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- ✓ reconhecimento de passivos adicionais, incluindo os efeitos fiscais, variando de R$ 43.119 a R$ 89.715, em contrapartida ao reconhecimento de ativos de direito de uso. Os montantes refletem o valor presente dos pagamentos remanescentes dos arrendamentos operacionais existentes;
- ✓ adoção de isenção de reconhecimento para contratos de curto prazo e baixo valor, os quais as despesas estimadas para o próximo trimestre são de R$ 158 e R$ 2.820, respectivamente.

O Grupo espera que a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 19.2.

2.20.1.2 Arrendamentos em que o Grupo é arrendador

O Grupo avaliou seus arrendamentos na qualidade de arrendador e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossas análises continuarão considerando a distinção entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

2.20.1.3 Transição

O Grupo pretende adotar o critério de transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, ou seja, aplicando os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Assim, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Em suas estimativas do impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Vamos utilizou os seguintes expedientes práticos quando da mensuração inicial de seus arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional:

- ✓ aplicar taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios");
- ✓ revisar a redução ao valor recuperável do direito de uso com base em sua avaliação anterior sobre arrendamentos onerosos;
- ✓ não reconhecer o direito de uso para os contratos cujo prazo remanescente na data de adoção não supere 12 meses;
- ✓ excluir os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
- ✓ uso da percepção tardia (*hindsight*), tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- ✓ os arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro serão reclassificados para as rubricas “direito de uso” e “passivo de arrendamento” pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Adicionalmente, a Companhia adotará como política contábil as seguintes isenções de reconhecimento: arrendamentos cujo prazo seja inferior a 12 meses e para os quais o ativo subjacente não supere R$ 20.000 (“baixo valor”), entretanto, neste último caso se a Companhia subarrenda o ativo, ou espera subarrendar o ativo, o arrendamento principal não se qualifica como arredamento de ativo de baixo valor.

2.21 Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- IFRIC 23 / ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);

- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios do Grupo foram divididos em três segmentos operacionais: Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, Locação de caminhões, máquinas e equipamentos e Serviços financeiros. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

a) Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;

b) Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas; e

c) Serviços financeiros (operação descontinuada, conforme nota explicativa 1.3): operações de arrendamento financeiro e/ou operacional para a aquisição de veículos e equipamentos definidas na Lei 6.099/74, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao país sede do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

	31 de dezembro de 2018			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Consolidado (i)
				(Reclassificado)
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	**388.692**	**582.311**	**(32.057)**	**938.946**
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(305.839)	(263.575)	26.183	(543.231)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(1.100)	(86.193)	5.874	(81.419)
(=) Lucro bruto	**81.753**	**232.543**	**-**	**314.296**
Despesas comerciais	(9.006)	(13.527)	-	(22.533)
Despesas administrativas	(69.991)	(11.925)	-	(81.916)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	-	(9.751)		(9.751)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12.705	5.843	-	18.548
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**15.461**	**203.183**	**-**	**218.644**
Receita financeira				15.632
Despesa financeira				(82.652)
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição social				**151.624**
Impostos e contribuições sobre o lucro				(45.732)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas				**105.892**
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas (ii)				7.045
Lucro líquido do exercício				**112.937**
Ativos totais por segmento	**472.480**	**1.937.186**	**(386.234)**	**2.023.432**
Passivos totais por segmento	**278.966**	**1.190.246**	**(27.263)**	**1.441.949**
Depreciação e amortização	**(5.630)**	**(201.133)**	**-**	**(206.763)**

	31 de dezembro de 2017				
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Eliminações	Serviços financeiros (ii)	Consolidado
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	**39.548**	**375.273**	**(1.082)**	**-**	**413.739**
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(31.148)	(142.668)	1.082	-	(172.734)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(55)	(30.852)	-	-	(30.907)
(=) Lucro bruto	**8.345**	**201.753**	**-**	**-**	**210.098**
Despesas comerciais	(2.423)	(3.064)	-	-	(5.487)
Despesas administrativas	(9.847)	(8.844)	-	-	(18.691)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	-	(24.476)	-	-	(24.476)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.534	376	-	-	1.910
Equivalência patrimonial	-	(784)	784	-	-
Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**(2.391)**	**164.961**	**784**	**-**	**163.354**
Receita financeira					7.382
Despesa financeira					(55.707)
(=) Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e contribuição social					**115.029**
Impostos e contribuições sobre lucro					(35.405)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas					**79.624**
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas (ii)					1.068
Lucro líquido do exercício					**80.692**
Ativos totais por segmento	**485.766**	**1.732.957**	**(340.527)**	**133.571**	**2.010.767**
Passivos totais por segmento	**281.456**	**983184**	**(15.775)**	**67.737**	**1.316.602**
Depreciação e amortização	**(467)**	**(105.928)**	**-**	**-**	**(106.395)**

(i) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que as demonstrações dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentadas. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

(ii) Conforme nota explicativa 1.3, em 31 de dezembro de 2018 houve a cisão parcial, referente ao investimento da Companhia na JSL Holding (segmento de serviços financeiros), transferindo esse investimento para a sua controladora JSL S.A. Portanto o resultado dessa operação foi transferido para operações descontinuadas nas demonstrações de resultados.

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo restringem-se à caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos, fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas negociados em condições normais de mercado e reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

4.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

	Controladora			
				31/12/2018
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Valor justo de instrumentos de *hedge***	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	23.525	-	200	23.725
Títulos e valores mobiliários	7.253	-	-	7.253
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.880	-	4.880
Contas a receber	-	-	66.994	66.994
Outros créditos	-	-	115	115
	30.778	**4.880**	**67.309**	**102.967**

Passivo, conforme balanço patrimonial	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	56.228	56.228
Empréstimos e financiamentos	771.388	771.388
Arrendamentos financeiros a pagar	42.669	42.669
Partes relacionadas	26.067	26.067
Cessão de direitos creditórios	24.171	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	68.044
Outras contas a pagar	161	161
	988.728	**988.728**

	Controladora		
			31/12/2017
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	35.804	230	36.034
Títulos e valores mobiliários	55.683	-	55.683
Contas a receber	-	52.191	52.191
	91.487	**52.421**	**143.908**

Passivo, conforme balanço patrimonial	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Fornecedores	41.574	41.574
Risco sacado a pagar – montadoras	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	480.565	480.565
Arrendamentos financeiros a pagar	19.273	19.273
Partes relacionadas	21	21
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147
Outras contas a pagar	133	133
	677.787	**677.787**

	Consolidado			
				31/12/2018
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Valor justo de instrumentos de *hedge***	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	57.086	-	1.519	58.605
Títulos e valores mobiliários	7.253	-	794	8.047
Contas a receber	-	-	169.346	169.346
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	23.477	23.477
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.880	-	4.880
Outros créditos	-	-	15.318	15.318
	64.339	**4.880**	**210.454**	**279.673**

Passivo, conforme balanço patrimonial	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	82.962	82.962
Floor plan	53.413	53.413
Empréstimos e financiamentos	886.450	886.450
Arrendamentos financeiros a pagar	44.935	44.935
Partes relacionadas	26.067	26.067
Cessão de direitos creditórios	24.171	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	68.044
Outras contas a pagar	3.462	3.462
	1.189.504	**1.189.504**

	Consolidado			
				31/12/2017
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	112.814	-	4.234	117.048
Títulos e valores mobiliários	104.079	4.378	-	108.457
Contas a receber	-	-	227.549	227.549
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	4.865	4.865
	216.893	**4.378**	**256.583**	**477.854**

Passivo, conforme balanço patrimonial	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Fornecedores	103.255	103.255
Floor plan	38.333	38.333
Risco sacado a pagar – montadoras	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	783.932	783.932
Arrendamentos financeiros a pagar	28.555	28.555
Partes relacionadas	43	43
Cessão de Direitos Creditórios	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147
Outras contas a pagar	61.051	61.051
	1.151.390	**1.151.390**

4.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	23.725	23.725	36.034	36.034
Títulos e valores mobiliários	7.253	7.253	55.683	55.683
Contas a receber	66.994	66.994	52.191	52.191
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	4.880	-	-
Outros créditos	115	115	-	-
Total	**102.967**	**102.967**	**143.908**	**143.908**
Passivos Financeiros				
Fornecedores	56.228	56.228	41.574	41.574
Risco sacado a pagar – montadoras	-	-	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	771.388	811.755	480.565	485.487
Arrendamentos financeiros a pagar	42.669	42.672	19.273	19.275
Partes relacionadas	26.067	26.067	21	21
Cessão de direitos creditórios	24.171	24.171	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	68.044	103.147	103.147
Outras contas a pagar	161	161	133	133
Total	**988.728**	**1.029.098**	**677.787**	**682.711**

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	58.605	58.605	117.048	117.048
Títulos e valores mobiliários	8.047	8.047	108.457	108.457
Contas a receber	169.346	169.346	227.549	227.549
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	4.880	-	-
Fundos para capitalização de concessionárias	23.477	23.477	19.935	19.935
Outros créditos	15.318	15.318	4.865	4.865
Total	**279.673**	**279.673**	**477.854**	**477.854**
Passivos Financeiros				
Fornecedores	82.962	82.962	103.255	103.255
Floor plan	53.413	53.413	38.333	38.333
Risco sacado a pagar – montadoras	-	-	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	886.450	926.543	783.932	804.063
Arrendamentos financeiros a pagar	44.935	44.939	28.555	28.557
Partes relacionadas	26.067	26.067	43	43
Cessão de direitos creditórios	24.171	24.171	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	68.044	103.147	103.147
Outras contas a pagar	3.462	3.462	61.051	61.051
Total	**1.189.504**	**1.229.601**	**1.151.390**	**1.171.523**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão os investimentos alocados em fundos de investimentos, tais como Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Letras do Tesouro Nacional ("LTN");

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. Alocam-se neste nível os certificados de depósitos bancários ("CDB"), operações compromissadas e outras aplicações; e

Nível 3 — Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. O Grupo não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	Controladora					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	5.737	5.737	-	34.381	34.381
Operações compromissadas	-	17.092	17.092	-	1.423	1.423
Outras aplicações	-	696	696			
Títulos e valores mobiliários						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	3.304	-	3.304	15.166	-	15.166
LTN - Letras do Tesouro Nacional	3.949	-	3.949	40.517	-	40.517
Valor justo de instrumentos de *hedge*						
Swap	-	4.880	4.880	-	-	-
	7.253	**28.405**	**35.658**	**55.683**	**35.804**	**91.487**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	771.388	771.388	-	480.565	480.565
Arrendamentos financeiros a pagar	-	42.469	42.469	-	19.273	19.273
	-	**814.057**	**814.057**	**-**	**499.838**	**499.838**

	Consolidado					
	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	6.852	6.852	-	40.691	40.691
Operações compromissadas	-	49.538	49.538	-	72.123	72.123
Outras aplicações	-	696	696			
Títulos e valores mobiliários						
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	3.304	-	3.304	50.243	-	50.243
LTN - Letras do Tesouro Nacional	3.949	-	3.949	53.836	-	53.836
Outras aplicações	794		794			-
Valor justo de instrumentos de *hedge*						
Swap	-	4.880	4.880	-	-	-
	8.047	**61.966**	**70.013**	**104.079**	**112.814**	**216.893**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	886.450	886.450	-	783.932	783.932
Arrendamentos financeiros a pagar	-	44.935	44.935	-	28.555	28.555
	-	**931.985**	**931.985**	**-**	**812.487**	**812.487**

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

(i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

(ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	6,41%	6,44%	6,55%	7,36%	8,08%	8,86%	9,57%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2018.

4.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros do Grupo, referem-se a fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, partes relacionadas, obrigações a pagar por aquisição de empresas, e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo possui em seu ativo contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. O Grupo está exposto ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para o Grupo. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações ao Conselho de Administração para que as atividades, que resultem em riscos financeiros do Grupo, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

O Grupo não contrata derivativos para fins especulativos, e essas operações quando contratadas são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

i. Contas a receber

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5.5, o Grupo utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. O Grupo utiliza sua experiência de perdas de crédito histórica para estimar as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. A matriz de provisão, utilizada pelo Grupo, especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a contas a receber está vencida e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pelo Comitê de crédito e cobrança.

O Grupo baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação. O Grupo determina a baixa de um recebível após 12 ou 24 meses em atraso, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa do Grupo. Os recebíveis baixados pelo Grupo continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício.

O Grupo registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à Contas a receber, veja nota explicativa 7.1.

ii. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O Grupo determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o grupo está exposto ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Os Instrumentos financeiros do Grupo afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar e obrigações a pagar por aquisição de empresas, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, do Grupo, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 4.3.1.

ii. Risco de variações de taxas de câmbio

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional do Grupo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais do Grupo, principalmente em Reais, mas também em dólares norte-americanos ("dólar"). Esse empréstimo foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por um instrumento de *swap*, que troca a indexação cambial por CDI, limitando a exposição à eventuais perdas por variações cambiais.

c) Risco de liquidez

O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo do Grupo é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Controladora				
	31/12/2018				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos Financeiros					
Fornecedores	56.228	56.228	56.228	-	-
Empréstimos e financiamentos	771.388	865.774	185.184	485.529	195.061
Arrendamentos financeiro a pagar	42.669	46.889	17.348	29.401	140
Partes relacionadas	26.067	26.067	26.067	-	-
Cessão de direitos creditórios	24.171	33.427	8.015	12.706	12.706
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	72.434	35.436	18.499	18.499
Outras contas a pagar	161	161	161	-	-
Total	**988.728**	**1.100.980**	**328.439**	**546.135**	**226.406**

	Consolidado				
	31/12/2018				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos Financeiros					
Fornecedores	82.962	82.962	82.962	-	-
Floor plan	53.413	53.413	53.413	-	-
Empréstimos e financiamentos	886.450	1.002.643	235.303	537.803	229.537
Arrendamentos financeiro a pagar	44.935	49.208	19.243	29.825	140
Partes relacionadas	26.067	26.067	26.067	-	-
Cessão de direitos creditórios	24.171	33.427	8.015	12.706	12.706
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	72.434	35.436	18.499	18.499
Outras contas a pagar	3.462	3.462	3.462	-	-
	1.189.504	**1.323.616**	**463.901**	**598.832**	**260.882**

4.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração do Grupo efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, arrendamentos financeiros a pagar e impactos nas variações de juros e câmbio sobre empréstimos e financiamentos. A dívida foi segregada em partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TLP e dívidas atreladas à Selic e dívida atrelada ao dólar, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,55% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras do Grupo. Sobre a SELIC, o cenário considerado provável pelo Grupo é de manutenção da taxa de 6,50% a.a. em 31 de dezembro de 2018 (fonte: BACEN). Sobre a TLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2018 é de 6,52% a.a. (fonte: BNDES) e sobre o dólar, o cenário considerado provável em 31 de dezembro é de R$ 3,80. (Fonte: B3).

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

						Consolidado
Operação	Exposição em 31/12/2018	Risco	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Derivativos designados como *hedge accounting*						
Swap - valor nocional	40.000	Queda do USD	3,80	152.000	190.000	228.000
Crédito internacional (objeto)	(40.000)	Aumento do USD	3,80	(152.000)	(190.000)	(228.000)
Efeito líquido da exposição	-			-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Crédito Internacional)	(155.818)	PRÉ-FIXADO	5,05%	(7.869)	(7.869)	(7.869)
Swap - Valor nocional (ativo)	155.818	PRÉ-FIXADO	5,05%	7.869	7.869	7.869
Swap - Valor nocional (passivo)	(152.013)	Aumento do CDI	8,52%	(12.952)	(16.189)	(19.427)
Efeito líquido das operações de *hedge accounting*	**(152.013)**			**(12.952)**	**(16.189)**	**(19.427)**
Demais operações - pós-fixadas						
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	57.086	Aumento do CDI	6,52%	3.722	4.653	5.583
Títulos e valores mobiliários - LFT	3.304	Aumento da SELIC	6,50%	215	268	322
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(68.044)	Aumento do CDI	6,55%	(4.457)	(5.571)	(6.685)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(71.698)	Aumento do CDI	8,38%	(6.008)	(7.510)	(9.012)
Empréstimos e financiamentos - Finame	(135.580)	Aumento da TLP	10,90%	(14.778)	(18.473)	(22.167)
Empréstimos e financiamentos - Finame	(87.225)	Aumento da SELIC	10,84%	(9.455)	(11.819)	(14.183)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira – pós-fixada	**(302.157)**			**(30.761)**	**(38.452)**	**(46.142)**
Demais operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários - LTN e outras aplicações	4.743	PRÉ-FIXADO	8,00%	379	379	379
Empréstimos e financiamentos - Finame	(384.613)	PRÉ-FIXADO	6,86%	(26.384)	(26.384)	(26.384)
Empréstimos e financiamentos - CDC	(28.468)	PRÉ-FIXADO	11,77%	(3.351)	(3.351)	(3.351)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(344)	PRÉ-FIXADO	10,00%	(34)	(34)	(34)
Empréstimos e financiamentos - Consórcios	(22.704)	PRÉ-FIXADO	14,95%	(3.394)	(3.394)	(3.394)
Arrendamentos financeiros a pagar (nota 19)	(44.935)	PRÉ-FIXADO	9,85%	(4.426)	(4.426)	(4.426)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira – pré-fixada	**(476.321)**			**(37.210)**	**(37.210)**	**(37.210)**
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	**(930.491)**			**(80.923)**	**(91.851)**	**(102.779)**

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

4.3.2 Instrumentos financeiros derivativos

A Vamos utiliza instrumentos financeiros derivativos unicamente com o propósito de se proteger de riscos de mercado. De acordo com a política definida, serão objeto de *hedge* as operações que possam afetar adversamente o resultado ou o fluxo de caixa do Grupo em virtude dos riscos envolvidos. Quando o Grupo realizar transações que contenham exposições indesejadas, a alta administração avaliará a necessidade de contratar instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e de mitigar os riscos aos quais está se expondo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Vamos possui instrumentos financeiros derivativos (contratos de *swap*) que foram classificadas como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*, conforme CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e, demonstrado abaixo. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, bem como as políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Os testes de efetividade estão devidamente documentados ficando confirmado que os derivativos designados são efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos itens objeto de *hedge*.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de "outros resultados abrangentes, líquido do respectivo imposto de renda". Em 31 de dezembro de 2018 foi apurada uma variação positiva no montante líquido de impostos de R$ 709, na controladora e no consolidado. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.
Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes", líquidos de impostos são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018, na controladora e no consolidado são os seguintes:

							Saldo da dívida protegida em 31/12//2018	
Instrumento	**Tipo de instrumento financeiro derivativo**	**Operação**	**Valor Nocional**	**Vencimento**	**Indexador de proteção**	**Taxa média contratada**	**Pelo custo amortizado**	**Pelo valor justo**
Contrato de *Swap*	*Hedge* de Fluxo de Caixa	*Swap* USD X CDI	USD 40.000	05/2021	PRE + câmbio	130,15% CDI	155.818	162.023

Os saldos em aberto na controladora e no consolidado estão apresentados a seguir:

	Em 31 de dezembro de 2018			Em 31 de dezembro de 2017		
Operação	**Valor Nocional**	**Ativo**	**Passivo**	**Valor Nocional**	**Ativo**	**Passivo**
Swap USD X CDI	USD 40.000	4.880	-	-	-	-
Não circulante		**4.880**	**-**		**-**	**-**

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com os hedges impactarão o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos, na controladora e no consolidado.

		Em 31 de dezembro de 2018			
		Fluxo de caixa esperado			
	Valor Contábil	Total	1-6 Meses	6-12 Meses	Mais de 1 ano
***Swap* de taxa de juros**					
Ponta ativa	155.818	178.330	4.627	4.755	168.948
Ponta passiva	(152.013)	(187.599)	(6.091)	(6.607)	(174.901)
	3.805	**(9.269)**	**(1.464)**	**(1.852)**	**(5.953)**

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Bancos	140	230	132	4.147
Caixa	60	-	1.387	87
Total disponibilidades	**200**	**230**	**1.519**	**4.234**
CDB - Certificados de depósitos bancários	5.737	34.381	6.852	40.691
Operações compromissadas	17.092	1.423	49.538	72.123
Letras financeiras	696	-	696	-
Total aplicações financeiras	**23.525**	**35.804**	**57.086**	**112.814**
Total do caixa e equivalentes de caixa	**23.725**	**36.034**	**58.605**	**117.048**

As aplicações financeiras são de resgate imediato, e mantidas para o gerenciamento diário do caixa do Grupo

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 99,48% do CDI, equivalente a 0,52% a.m., (em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio foi de 100,8% do CDI, equivalente a 0,80% a.m.).

6. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	3.304	15.166	3.304	50.243
LTN - Letras do Tesouro Nacional	3.949	40.517	3.949	53.836
Outras aplicações	-	-	794	4.378
Total	**7.253**	**55.683**	**8.047**	**108.457**
Ativo circulante	7.253	55.683	7.253	104.079
Ativo não circulante	-	-	794	4.378
Total	**7.253**	**55.683**	**8.047**	**108.457**

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixado e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio foi de 0,52% a.m. (0,80% a.m. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Esses fundos são administrados por instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. Os rendimentos médios divulgados estão líquidos da taxa de administração e comissão.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
			(Reclassificado)	
Valores a receber de serviços e locações	77.857	74.599	133.299	133.299
Valores a receber de venda de veículos e peças	-	-	20.491	15.152
Valores a receber – partes relacionadas – nota 21	21.438	1.356	23.704	1.386
Arrendamento mercantil a receber (i)	-	-	27.732	106.725
Receita a faturar (ii)	6.624	3.140	8.874	1.795
Valores a receber de cartões de crédito	166	-	1.200	764
Garantias a receber	-	-	-	4.153
Outras contas a receber	-	482	1.760	776
(-) Ajuste a valor presente (iii)	-	-	-	(918)
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber (iv)	(39.091)	(27.386)	(47.714)	(35.583)
Total	**66.994**	**52.191**	**169.346**	**227.549**
Ativo circulante	66.469	50.835	155.157	205.277
Ativo não circulante	525	1.356	14.189	22.272
Total	**66.994**	**52.191**	**169.346**	**227.549**

(i) Tratam-se das operações de arrendamento dos bens imobilizados para terceiros, operadas pelas Sociedades Borgato;

(ii) Receita a faturar refere-se aos contratos de aluguéis de veículos cuja locação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, quando os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. Nesses casos, a mensuração da receita a faturar é calculada com base nas medições proporcionais aos dias incorridos de locação;

(iii) Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possui valor referente a ajuste a valor presente no seu contas a receber de longo prazo. O montante de R$ 918 em 31 de dezembro de 2017 se refere a ajuste a valor presente de suas contas a receber de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto a taxa de 100% do CDI;

(iv) As perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 4.3.a (i).

7.1 Classificação por vencimentos (*aging list*) e movimentação das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
			(Reclassificado)	
Total a vencer	**60.732**	**42.280**	**146.262**	**208.213**
Vencidos até 30 dias	6.274	6.820	9.279	13.749
Vencidos de 31 a 90 dias	4.328	3.994	8.855	7.643
Vencidos de 91 a 180 dias	5.946	15.034	9.756	16.182
Vencidos de 181 a 365 dias	2.663	8.582	6.838	9.696
Vencidos acima de 365 dias	26.142	2.867	36.070	7.649
Total vencidos	**45.353**	**37.297**	**70.798**	**54.919**
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(39.091)	(27.386)	(47.714)	(35.583)
Total	**66.994**	**52.191**	**169.346**	**227.549**

A movimentação das perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(2.778)**	**(2.778)**
(-) Adições por transferência de investimentos da controladora	-	(8.329)
(-) Adições	(25.879)	(25.747)
(+) Reversões	1.271	1.271
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(27.386)**	**(35.583)**
Remensuração (CPC 48 / IFRS 9) (nota 2.19.3)	(2.110)	(4.081)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	**(29.496)**	**(39.664)**
(-) Cisão JSL Holding	-	2.915
(-) Adição	(18.269)	(27.721)
(+) Reversões	8.674	16.219
(+) Baixas efetivas	-	537
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reclassificado)	**(39.091)**	**(47.714)**

8. Estoques

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Veículos novos	59.628	51.499
Peças para revenda (i)	35.061	27.064
Veículos usados	10.331	7.411
Outros	108	16
(-) Perdas estimadas de estoques (ii)	(3.198)	(860)
Total	**101.930**	**85.130**

(i) Refere-se a saldos de peças e equipamentos alocados nas concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos.

(ii) A provisão para perdas de estoques refere-se à provisão para material de uso e consumo e peças para revenda. A movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**-**
(-) Adições por transferência de investimento	(860)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(860)**
(-) Adições	(3.295)
(+) Reversões	957
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(3.198)**

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
ICMS (i)	-	-	3.649	4.166
PIS e COFINS (ii)	19	29	5.124	1.729
ISS	-	-	1.992	1.705
IRRF	39	106	458	760
INSS (iii)	95	58	169	58
Outros impostos	4	3	14	39
Total	**157**	**196**	**11.406**	**8.457**

(i) Refere-se principalmente a créditos de ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de compras veículos, máquinas e equipamentos para estoque, créditos de ICMS a recuperar sobre prestação de serviços, e créditos de ICMS a recuperar sobre notas de simples remessa emitidas para o retorno de veículos, peças e acessórios enviados para outras unidades ou para demonstração;

(ii) A conta inclui o saldo de tributos a compensar de PIS - Programa de Integração Social e COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social nas aquisições dos bens para o ativo imobilizado;

(iii) Valores retidos sobre notas fiscais e faturas de serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais, e créditos extemporâneos de INSS - Instituto Nacional do Seguro Social sobre verbas trabalhistas pacificadas a compensar.

10. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Refere-se a imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL a compensar de retenções, antecipações efetuadas durante o ano de 2018 e saldo de antecipações remanescentes de exercícios anteriores que serão compensados por meio de PER/DCOMP.

11. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão abaixo demonstradas.

	Controladora		
	Veículos	**Máquinas e equipamentos**	**Total**
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2016	**9.943**	**904**	**10.847**
Bens transferidos do imobilizado	27.932	26.060	53.992
Bens baixados por venda	(28.809)	(13.451)	(42.260)
Em 31 de dezembro de 2017	**9.066**	**13.513**	**22.579**
Bens transferidos do imobilizado	93.360	11.796	105.156
Bens baixados por venda	(62.984)	(10.651)	(73.635)
Transferências	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	**39.442**	**14.658**	**54.100**
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2016	**(1.918)**	**(552)**	**(2.470)**
Bens transferidos do imobilizado	(3.143)	(17.153)	(20.296)
Bens baixados por venda	2.735	8.673	11.408
Em 31 de dezembro de 2017	**(2.326)**	**(9.032)**	**(11.358)**
Bens transferidos do imobilizado	(30.164)	(8.981)	(39.145)
Bens baixados por venda	20.383	7.015	27.398
Em 31 de dezembro de 2018	**(12.107)**	**(10.998)**	**(23.105)**
Valor residual líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**6.740**	**4.481**	**11.221**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**27.335**	**3.660**	**30.995**

	Consolidado		
	Veículos	**Máquinas equipamentos**	**Total**
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2016	**9.943**	**904**	**10.847**
Adições por combinação de negócios	324	17.474	17.798
Bens transferidos do imobilizado	28.075	26.059	54.134
Bens baixados por venda	(28.910)	(13.450)	(42.360)
Em 31 de dezembro de 2017	**9.432**	**30.987**	**40.419**
Bens transferidos do imobilizado	111.979	71.765	183.744
Bens baixados por venda	(62.765)	(46.230)	(108.995)
Cisão JSL Holding	(237)	-	(237)
Em 31 de dezembro de 2018	**58.409**	**56.522**	**114.931**
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2016	**(1.918)**	**(552)**	**(2.470)**
Bens transferidos do imobilizado	(3.190)	(17.151)	(20.341)
Bens baixados por venda	2.781	8.672	11.453
Em 31 de dezembro de 2017	**(2.327)**	**(9.031)**	**(11.358)**
Bens transferidos do imobilizado	(35.392)	(37.902)	(73.294)
Bens baixados por venda	20.562	7.014	27.576
Em 31 de dezembro de 2018	**(17.157)**	**(39.919)**	**(57.076)**
Valor residual líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**7.105**	**21.956**	**29.061**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**41.252**	**16.603**	**57.855**

12. Fundos para capitalização de concessionárias

Os fundos para capitalização de concessionárias referem-se aos aportes efetuados pelas controladas da Companhia, que operam concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, para o fundo garantidor de crédito com montadoras de veículos. São valores percentuais do custo de aquisição de veículos que são retidos pelas montadoras e depositados em fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome das controladas. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de veículos e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente. O saldo em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R$ 23.477 (R$ 19.935 em 31 de dezembro de 2017).

13. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas, conforme a seguir:

					Controladora	
Investimentos	**Patrimônio líquido em 31/12/2018**	**Participação %**	**Equivalência patrimonial das operações descontinuadas**	**Equivalência patrimonial das operações continuadas**	**Saldo Ativo 31/12/2018**	**Saldo Ativo 31/12/2017**
JSL Holding	-	-	7.045	-	-	65.834
Transrio	131.910	99,99	-	9.996	131.910	152.920
Borgato Máquinas	169.078	99,99	-	13.637	169.078	84.008
Borgato Caminhões	21.724	99,99	-	1.651	21.724	5.329
Borgato Serviços Agrícolas	34.338	99,99	-	8.807	34.338	16.662
ClicCa	1.921	-	-	(35)	1.921	-
Ágio	82.959	-	-	-	90.459	82.959
Mais valia	25.228	-	-	-	17.728	35.158
Total investimentos	**467.158**		**7.045**	**34.056**	**467.158**	**442.870**

13.1. Movimentação dos investimentos

										Controladora
Investimentos	**31/12/2017**	**Distribuição de dividendos**	**Ajuste do CPC 48 / IFRS 9**	**Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") (iii)**	**Aporte de capital**	**Amortização da mais-valia**	**Redução de investimento**	**Resultado de equivalência patrimonial de operações descontinuadas**	**Resultado de equivalência patrimonial das operações continuadas**	**31/12/2018**
JSL Holding (i)	65.834	-	-	10.000	-	-	(82.879)	7.045	-	-
Transrio (ii)	152.920	-	(6)	6.000	-	-	(37.000)	-	9.996	131.910
Borgato Máquinas	84.008	(10.049)	(1.018)	82.500	-	-	-	-	13.637	169.078
Borgato Caminhões	5.329	-	(257)	15.001	-	-	-	-	1.651	21.724
Borgato Serviços Agrícolas	16.662	(6.111)	(20)	15.000	-	-	-	-	8.807	34.338
ClicCa	-	-	-	326	1.630	-	-	-	(35)	1.921
Ágio	82.959	-	-	-	-	-	-	-	-	82.959
Mais valia	35.158	-	-	-	-	(9.930)	-	-	-	25.228
Total investimentos	**442.870**	**(16.160)**	**(1.301)**	**128.827**	**1.630**	**(9.930)**	**(119.879)**	**7.045**	**34.056**	**467.158**

						Controladora
Investimentos	**31/12/2016**	**Transferência de investimentos (nota 27.1 (iv))**	**Aquisição de investimento (nota 1.2.b)**	**Outras movimentações**	**Resultado de equivalência patrimonial de operações descontinuadas**	**31/12/2017**
JSL Holding	-	65.238	-	(472)	1.068	65.834
Transrio	-	153.898	-	874	(1.852)	152.920
Borgato Máquinas	-	-	84.008	-	-	84.008
Borgato Caminhões	-	-	5.329	-	-	5.329
Borgato Serviços Agrícolas	-	-	16.662	-	-	16.662
Ágio	-	-	82.959	-	-	82.959
Mais valia	-	-	35.158	-	-	35.158
Total investimentos	**-**	**219.136**	**224.116**	**402**	**(784)**	**442.870**

(i) Cisão da JSL Holding conforme mencionado na nota explicativa 1.3;

(ii) Em 09 de Março de 2018, foi aprovada em ata de reunião dos sócios a redução de capital social da sua controlada Transrio, no montante de R$ 65.964, composto por transferência bancária de R$ 37.000 e absorção do prejuízo acumulado de R$ 28.964, passando o capital social da Transrio de R$ 181.885 para R$ 115.921;

(iii) Após a aquisição das Sociedades Borgatos, ocorrida em 22 de dezembro de 2017, conforme divulgado na nota explicativa 1.2.b, o Grupo decidiu por liquidar as principais dívidas existentes devido ao alto custo destas, portanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizados AFACs para as Sociedades Borgatos no valor total de R$ 112.501.

13.2. Saldos patrimoniais e resultado das investidas e controladas

	Controladora								
	31 de dezembro de 2018								
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e despesas	Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas
JSL Holding	-	-	-	-	-	31.855	(24.810)	7.045	-
Transrio	114.701	119.555	83.117	19.229	131.910	243.611	(233.615)	-	9.996
Borgato Máquinas	146.440	190.746	68.129	99.979	169.078	210.241	(196.604)	-	13.637
Borgato Caminhões	25.959	4.278	8.382	131	21.724	59.842	(58.191)	-	1.651
Borgato Serviços Agrícolas	21.656	37.282	14.149	10.451	34.338	22.781	(13.974)	-	8.807
ClicCa	2.059	-	138	-	1.921	-	(35)	-	(35)

	Controladora							
	31 de dezembro de 2017							
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receitas	Custos e Despesas	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício das operações descontinuadas
JSL Holding	126.096	7.475	67.737	-	65.834	5.031	(3.963)	1.068
Transrio	122.514	121.643	69.562	21.675	152.920	39.548	(41.400)	(1.852)
Borgato Máquinas	147.027	261.100	108.892	215.227	84.008	-	-	-
Borgato Caminhões	23.531	11.208	24.857	4.553	5.329	-	-	-
Borgato Serviços Agrícolas	7.398	53.943	14.150	30.529	16.662	-	-	-

14. Imobilizado

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas abaixo:

	Controladora				
	Veículos (i)	Máquinas e equipamentos (ii)	Móveis e utensílios	Outros	Total
Custo:					
Em 31 de dezembro de 2016	**667.251**	**126.833**	**-**	**-**	**794.084**
Adições	162.200	90.135	-	-	252.335
Transferências	389	(389)	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	(27.932)	(26.060)	-	-	(53.992)
Baixas (iii)	(2.657)	(1.379)	-	-	(4.036)
Em 31 de dezembro de 2017	**799.251**	**189.140**	**-**	**-**	**988.391**
Adições	327.176	156.712	99	731	484.718
Transferências	(19.042)	19.042	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	(93.360)	(11.796)	-	-	(105.156)
Baixas (iii)	(3.036)	(211)	-	-	(3.247)
Em 31 de dezembro de 2018	**1.010.989**	**352.887**	**99**	**731**	**1.364.706**
Depreciação acumulada:					
Em 31 de dezembro de 2016	**(38.585)**	**(7.215)**	**-**	**-**	**(45.800)**
Despesa de depreciação no exercício	(72.027)	(33.901)	-	-	(105.928)
Transferências para bens destinados a venda	3.143	17.153	-	-	20.296
Baixas (iii)	558	1.379	-	-	1.937
Em 31 de dezembro de 2017	**(106.911)**	**(22.584)**	**-**	**-**	**(129.495)**
Despesa de depreciação no exercício	(110.347)	(57.283)	(4)	-	(167.634)
Transferências	(39)	39	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	30.164	8.981	-	-	39.145
Baixas (iii)	209	146	-	-	355
Em 31 de dezembro de 2018	**(186.924)**	**(70.701)**	**(4)**	**-**	**(257.629)**
Valor líquido:					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**692.340**	**166.556**	**-**	**-**	**858.896**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**824.065**	**282.186**	**95**	**731**	**1.107.077**
Vida útil (anos):					
2017					
Pesados	5 a 10	8 a 17	-	-	
Outros	-	-	5 a 10	-	
2018					
Pesados	5 a 10	8 a 17	-	-	
Outros	-	-	5 a 10	-	

(i) Veículos pesados (caminhões, carretas, cavalos) para uso nas operações e na locação de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) Máquinas e equipamentos utilizados no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos;

(iii) Do total líquido de baixas, o montante de R$ 981 refere-se a baixa por sinistro (R$ 1.047 em 31 de dezembro de 2017).

	Consolidado							
	Veículos (i)	Máquinas e equipamentos (ii)	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Terrenos	Edifícios	Outros	Total
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2016	**667.251**	**126.833**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**794.084**
Transferência de investimentos da Controladora	4.830	5.028	14.497	2.931	13.800	13.434	2.695	57.215
Adições	163.935	90.181	6	3	-	-	56	254.181
Adições por combinação de negócios (nota 1.2.b)	145.579	125.964	1.460	1.181	2.117	3.470	4.664	284.435
Transferências	389	(389)	516	-	-	-	(516)	-
Transferências para bens destinados a venda	(28.075)	(26.059)	-	-	-	-	-	(54.134)
Baixas (iii)	(2.724)	(1.380)	-	-	-	-	-	(4.104)
Em 31 de dezembro de 2017	**951.185**	**320.178**	**16.479**	**4.115**	**15.917**	**16.904**	**6.899**	**1.331.677**
Adições	322.094	156.129	129	236	-	12	2.408	481.008
Cisão JSL Holding (nota 1.3)	(2.281)	(80)	-	(65)	-	-	-	(2.426)
Transferências	(18.139)	17.665	(3.752)	(1.464)	-	4.377	1.313	-
Transferências para bens destinados a venda	(111.979)	(71.765)	-	-	-	-	-	(183.744)
Baixas (iii)	(4.506)	(278)	-	-	-	-	(8.728)	(13.512)
Em 31 de dezembro de 2018	**1.136.374**	**421.849**	**12.856**	**2.822**	**15.917**	**21.293**	**1.892**	**1.613.003**
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2016	**(38.585)**	**(7.215)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(45.800)**
Transferência de investimentos da Controladora	(1.124)	(2.194)	(2.722)	(1.566)	-	(2.294)	(280)	(10.180)
Despesa de depreciação no exercício	(72.215)	(33.981)	(99)	(50)	-	(135)	(18)	(106.498)
Transferências para bens destinados a venda	3.190	17.151	-	-	-	-	-	20.341
Baixas (iii)	564	1.379	-	-	-	-	-	1.943
Em 31 de dezembro de 2017	**(108.170)**	**(24.860)**	**(2.821)**	**(1.616)**	**-**	**(2.429)**	**(298)**	**(140.194)**
Despesa de depreciação no exercício	(127.859)	(70.957)	(1.845)	(494)	-	(773)	(162)	(202.090)
Cisão JSL Holding (nota 1.3)	968	-	-	66	-	-	-	1.034
Transferências	58	2.712	700	676	-	(907)	(3.239)	-
Transferências para bens destinados a venda	35.392	37.902	-	-	-	-	-	73.294
Baixas (iii)	681	184	-	-	-	-	3.529	4.394
Em 31 de dezembro de 2018	**(198.930)**	**(55.019)**	**(3.966)**	**(1.368)**	**-**	**(4.109)**	**(170)**	**(263.562)**
Valor líquido:								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**843.015**	**295.318**	**13.658**	**2.499**	**15.917**	**14.475**	**6.601**	**1.191.483**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**937.444**	**363.830**	**8.890**	**1.454**	**15.917**	**17.184**	**1.722**	**1.349.441**
Vida útil (anos):								
2017								
Pesados	5 a 10	8 a 17	5 a 25	5 a 10	-	10 a 25	20	
2018								
Pesados	5 a 10	8 a 17	5 a 25	5 a 10	-	10 a 25	20	

(i) Veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) para uso nas operações e na locação de caminhões, máquinas e equipamentos;
(ii) Máquinas e equipamentos utilizados no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos;
(iii) Do total líquido de baixas, o montante de R$ 981 refere-se a baixa por sinistro (R$ 1.047 em 31 de dezembro de 2017).

14.1. Imobilizado de arrendamento

Parte dos ativos foram adquiridos pelo Grupo por meio de arrendamentos financeiros, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	Controladora		
	Veículos	**Máquinas e equipamentos**	**Total**
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2018	44.128	578	44.706
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2018	41.935	734	42.669

	Controladora		
	Veículos	**Máquinas e equipamentos**	**Total**
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	17.612	1.722	**19.334**
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	16.965	2.308	**19.273**

	Consolidado		
	Veículos	**Máquinas e equipamentos**	**Total**
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2018	44.128	578	**44.706**
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2018	41.863	3.072	**44.935**

	Consolidado		
	Veículos	**Máquinas e equipamentos**	**Total**
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	17.612	1.722	**19.334**
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	21.310	7.245	**28.555**

15. Intangível

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão abaixo demonstradas:

	Controladora					
	Softwares	**Fundo de Comércio (i)**	**Ágio (ii)**	**Acordo de não competição e carteira de clientes**	**Outros**	**Total**
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	**-**
Adições	1.866	-	-	-	-	**1.866**
Em 31 de dezembro de 2018	**1.866**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.866**
Amortização acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	**-**
Adições	(109)	-	-	-	-	**(109)**
Baixas	-	-	-	-	-	**-**
Transferências	-	-	-	-	-	**-**
Em 31 de dezembro de 2018	**(109)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(109)**
Valor líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**-**	**-**	**-**	-	**-**	**-**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.757**	**-**	**-**	-	**-**	**1.757**

	Consolidado					
	Softwares	**Fundo de comércio (i)**	**Ágio (ii)**	**Acordo de não competição e carteira de clientes (iii)**	**Outros**	**Total**
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	-	-	-
Transferência de investimentos da Controladora	514	30.814	7.500	7.204	66	46.098
Adições por combinação de negócios (nota 1.2.b)	-	10.800	82.959	28.200	4.300	126.259
Em 31 de dezembro de 2017	**514**	**41.614**	**90.459**	**35.404**	**4.366**	**172.357**
Adições	1.944	-	-	-	73	2.017
Cisão JSL Holding	(277)	-	(3.582)	-	-	(3.859)
Em 31 de dezembro de 2018	**2.181**	**41.614**	**86.877**	**35.404**	**4.439**	**170.515**
Amortização acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferência de investimentos da Controladora	(90)	-	-	-	-	(90)
Despesas de amortização no exercício	(16)	-	-	-	-	(16)
Em 31 de dezembro de 2017	**(106)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(106)**
Despesas de amortização no exercício	(215)	-	-	(5.170)	-	(5.385)
Cisão JSL Holding	113	-	-	-	-	113
Em 31 de dezembro de 2018	**(208)**	**-**	**-**	**(5.170)**	**-**	**(5.378)**
Valor líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**408**	**41.614**	**90.459**	**35.404**	**4.366**	**172.251**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.973**	**41.614**	**86.877**	**30.234**	**4.439**	**165.137**
Vida útil (anos):						
2017	**10 a 20**	**-**	**-**	**5**	**-**	**-**
2018	**10 a 20**	**-**	**-**	**5**	**-**	**-**

(i) Fundo de comércio refere-se aos diretos de concessão e de exploração da marca MAN pela Transrio na aquisição das filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe no valor total de R$ 30.814, e aos direitos de concessão de uso de imagem, que são direitos de comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra no valor total de R$ 10.800. Esses ativos estão alocados aos conjuntos de lojas e territórios explorados, considerados em conjunto com as unidades geradoras de caixa respectivas, no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) Os ágios constituídos referem-se à aquisição da Transrio no valor de R$ 3.918 e das Sociedades Borgato no valor de R$ 82.959;

(iii) O valor de R$ 28.200 refere-se à combinação de negócio decorrente da aquisição das Sociedades Borgato e o saldo remanescente de R$ 7.204 refere-se à acordos de não competição da controlada Transrio.

15.1. Ágio decorrente da combinação de negócios

O ágio decorrente da combinação de negócios é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) através de estudo realizado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

Os ágios constituídos referem-se a aquisição da Transrio, atribuído ao segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e, também à aquisição das Sociedades Borgato, atribuído ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Abaixo um resumo da alocação do ágio líquido de *impairment*, por nível de UGC:

			31/12/2018	31/12/2017
Ágios decorrentes das combinações de negócios por UGC	**Custo**	**Cisão Holding**	**Saldo**	**Saldo**
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos (i)	82.959	-	82.959	82.959
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos – Transrio	3.918	-	3.918	3.918
Serviços financeiros	3.582	(3.582)	-	3.582
Total	**99.602**	**(3.582)**	**86.877**	**90.459**

(i) Conforme nota explicativa 1.2.b, o ágio refere-se a aquisição das Sociedades Borgato.

15.2. Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada Unidade Geradora de Caixa atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2018 são as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	**Locação de caminhões, máquinas e equipamentos**	**Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Valtra**	**Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio**
		(Reapresentado)	
Taxas de desconto (*WACC*)	11,12%	11,12%	11,12%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,95%	3,95%	3,95%
Taxas de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos 5 anos)	9,08%	22,01%	11,13%

- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;

- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2019 a dezembro de 2023;

- Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação;

- O valor residual após dezembro de 2023 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) considerando um crescimento de 3,95% (inflação);

- Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo realizou o teste anual de *impairment* das suas UGCs acima descritas e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Os valores recuperáveis estimados para as UGCs Locação de caminhões, máquinas e equipamentos, Valtra e Transrio foram superiores aos seus valores contábeis em R$ 1.038.671, R$ 3.065 e R$ 67.486, respectivamente. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nessa premissa básica poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil			
Em pontos percentuais (%)	**Locação de caminhões, máquinas e equipamentos**	**Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Valtra**	**Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio**
		(Reapresentado)	
Taxa de desconto (*WACC*)	4,19	0,20	3,93

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação	6.333	7.068	8.680	12.212
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para estoque	-	-	17.602	40.907
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação – partes relacionadas – nota 21.1	47.171	33.713	52.402	38.706
Montadoras de veículos	-	-	-	1.271
Outros	2.724	793	4.278	11.221
(-) Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	(1.062)
Total	**56.228**	**41.574**	**82.962**	**103.255**
Passivo circulante	56.228	41.574	82.962	98.930
Passivo não circulante	-	-	-	4.325
Total	**56.228**	**41.574**	**82.962**	**103.255**

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possui valor referente a ajuste a valor presente de fornecedores de longo prazo. O montante de R$ 1.062 em 31 de dezembro de 2017 se refere ao ajuste a valor presente de fornecedores de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto taxa de 100% do CDI mais juros de até 0,5% a.m.

17. *Floor plan*

Parte das compras de veículos novos para o segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos são pagas com prazo estendido pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados e peças automotivas "*Floor plan*", com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem, em geral, um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de veículo e com prazo de vencimento que varia entre 150 a 180 dias após a emissão da nota fiscal, com taxa de juros de até 100% do CDI mais juros de até 0,5% ao mês, após o período de carência que geralmente é de 180 dias. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 53.413 (R$ 38.333 em 31 de dezembro de 2017).

18. Risco sacado a pagar – montadoras

							Controladora e Consolidado	
Modalidade	**Taxa média (%)**	**Prazo de alongamento**	**Vencto.**	**31/12/2018**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros apropriados**	**31/12/2017**
Em moeda nacional								
Risco sacado	4,89%	6 meses	jul/18	-	-	(4.604)	1.744	2.860
				-	**-**	**(4.604)**	**1.744**	**2.860**

							Controladora e Consolidado	
Modalidade	**Taxa média (%)**	**Prazo de alongamento**	**Vencto.**	**31/12/2017**	**Novos contratos**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**31/12/2016**
Em moeda nacional								
Risco sacado	4,89%	6 meses	jul/18	2.860	3.027	(294)	127	-
				2.860	**3.027**	**(294)**	**127**	**-**

O Grupo firmou convênios com instituições financeiras denominado “risco sacado" para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto são os seguintes:

														Controladora		
				Circulante	Não circulante	Total	Movimentação					Circulante	Não circulante	Total
Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencto.	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Em moeda nacional														
Finame (iii)	6,88%	Pré-fixado	dez/28	59.500	303.830	363.330	209.260	(105.848)	(18.997)	20.402	-	71.466	187.047	258.513
Finame (iii)	11,36%	TLP + 4,38%	mar/23	60.029	76.423	136.452	20.657	(45.713)	(15.521)	16.703	-	35.961	124.365	160.326
Finame (iii)	10,86%	SELIC + 4,36%	dez/28	19.029	66.558	85.587	39.224	(10.419)	(2.950)	7.548	-	11.705	40.479	52.184
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	4.848	23.617	28.465	28.295	(10.040)	(2.483)	3.191	-	1.927	7.575	9.502
CCB (ii)	6,89%	100% do CDI	jan/23	-	-	-	-	(39)	(1)	-	-	40	-	40
Consórcio	14,60%	Pré-fixado	dez/19	1.736	-	1.736	3.785	(2.049)	-	-	-	-	-	-
				145.142	**470.428**	**615.570**	**301.221**	**(174.108)**	**(39.952)**	**47.844**	**-**	**121.099**	**359.466**	**480.565**
Em moeda estrangeira														
Crédito internacional (4131) - USD (v)	USD + 5,05%	USD + 5,05%	mai/21	826	154.992	155.818	150.800	-	(3.931)	4.757	4.192	-	-	-
				826	**154.992**	**155.818**	**150.800**	**-**	**(3.931)**	**4.757**	**4.192**	**-**	**-**	**-**
				145.968	**625.420**	**771.388**	**452.021**	**(174.108)**	**(43.883)**	**52.601**	**4.192**	**121.099**	**359.466**	**480.565**

													Controladora	
			Circulante	Não circulante	Total	Movimentação				Circulante	Não circulante	Total
Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencto.	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Em moeda nacional													
Finame (i)	4,80%	Pré-fixado	jan/25	71.466	187.047	258.513	-	(21.010)	(20.626)	20.165	46.652	233.332	279.984
Finame (i)	9,92%	TLP + 2,92%	dez/22	35.961	124.365	160.326	85.054	(104.270)	(26.003)	21.982	49.493	134.070	183.563
Finame (i)	11,66%	SELIC + 4,66%.	jul/22	11.705	40.479	52.184	27.684	(33.940)	(8.464)	7.155	16.110	43.639	59.749
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	1.927	7.575	9.502	8.871	(23.672)	(2.516)	2.909	4.863	19.047	23.910
CCB (ii)	6,89%	100% do CDI	jan/19	40	-	40	68	(44)	-	-	11	5	16
				121.099	**359.466**	**480.565**	**121.677**	**(182.936)**	**(57.609)**	**52.211**	**117.129**	**430.093**	**547.222**

				Consolidado										
				Circulante	Não circulante	Total	Movimentação					Circulante	Não circulante	Total
Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencto.	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	Variação cambial	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Em moeda nacional														
Finame (iii)	6,86%	Pré-fixado	dez/28	77.044	307.569	384.613	209.260	(131.906)	(21.483)	22.553	-	94.039	212.150	306.189
Finame (iii)	11,36%	TLP + 4,38%	mar/23	59.157	76.423	135.580	20.988	(134.227)	(17.483)	18.744	-	70.765	176.793	247.558
Finame (iii)	10,84%	SELIC+ 4,34%	dez/28	19.749	67.476	87.225	39.224	(24.557)	(3.153)	7.981	-	19.361	48.369	67.730
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	4.849	23.619	28.468	28.295	(11.709)	(2.482)	3.191	-	3.025	8.148	11.173
CCB (i)	8,23%	CDI + 1,83%	ago/25	15.050	56.648	71.698	-	(47.457)	(7.718)	8.029	-	28.864	89.980	118.844
CCB (ii)	10,00%	Pré-fixado	jan/23	74	270	344	344	-	-	-	-	-	-	-
Consórcio	14,95%	Pré-fixado	dez/24	11.472	11.232	22.704	3.785	(13.519)	-	-	-	9.075	23.363	32.438
				187.395	**543.237**	**730.632**	**301.896**	**(363.375)**	**(52.319)**	**60.498**	**-**	**225.129**	**558.803**	**783.932**
Em moeda estrangeira														
Crédito internacional (4131) - USD (v)	USD + 5,05%	USD + 5,05%	mai/21	826	154.992	155.818	150.800	-	(3.931)	4.757	4.192	-	-	-
				826	**154.992**	**155.818**	**150.800**	**-**	**(3.931)**	**4.757**	**4.192**	**-**	**-**	**-**
				188.221	**698.229**	**886.450**	**452.696**	**(363.375)**	**(56.250)**	**65.255**	**4.192**	**225.129**	**558.803**	**783.932**

				Consolidado										
				Circulante	Não circulante	Total	Movimentação						Circulante	Não circulante	Total
Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencto.	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	Novos contratos por combinação de negócios	Transferência de investimentos	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Em moeda nacional															
Finame (i)	5,04%	Pré-fixado	jan/25	94.039	212.150	306.189	67.925	-	-	(19.419)	(18.405)	17.944	46.652	211.492	258.144
Finame (i)	9,92%	TLP + 2,92%	dez/22	70.765	176.793	247.558	67.941	-	85.054	(109.130)	(25.383)	20.883	51.510	156.683	208.193
Finame (i)	11,66%	SELIC + 4,66%	dez/22	19.361	48.369	67.730	18.588	-	27.684	(34.269)	(6.945)	5.713	14.093	42.866	56.959
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	3.025	8.148	11.173	17.919	-	9.834	(40.880)	(2.561)	2.951	4.863	19.047	23.910
CCB (ii)	10,58%	Pré-fixado	ago/25	28.864	89.980	118.844	88.138	24.415	12.134	(5.848)	(4.822)	4.811	11	5	16
Consórcios (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	9.075	23.363	32.438	32.438	-	-	-	-	-	-	-	-
				225.129	**558.803**	**783.932**	**292.949**	**24.415**	**134.706**	**(209.546)**	**(58.116)**	**52.302**	**117.129**	**430.093**	**547.222**

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes características:

(i) **Finame** são financiamentos para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Parte dos contratos são remunerados pela "Taxa de Juros de Longo Prazo – TLP" mais *spread* médio de 4,38% a.a. na controladora e no consolidado (2,92% a.a. em 2017, na controladora e no consolidado), outra parte é remunerada pela SELIC mais *spread* médio de 4,36% a.a. na controladora e 4,34% a.a. no consolidado (4,66% a.a. em 31 de dezembro 2017, na controladora e no consolidado), e parte remunerada a taxas de juros pré-fixadas em média de 6,88% a.a. na controladora e 6,86% a.a. no consolidado (4,80% a.a. e 5,04% a.a. em 31 de dezembro 2017, controladora e consolidado, respectivamente). Está composto de vários contratos com vencimentos variados até dezembro de 2028, controladora e consolidado. Mensalmente são firmados novos contratos relativos a compra de novos ativos pelo processo normal de renovação da frota;

(ii) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos, máquinas e equipamentos para as operações. Está composto por vários contratos, dos quais, parte é remunerada com juros médios anuais calculados com base na variação de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, na controladora em 2018 e 2017, e CDI mais *spread* médio de 1,83% a.a. no consolidado, e outra parte remunerada com juros pré-fixados em média de 10% a.a. no consolidado em 31 de dezembro de 2018 (10,58% em 31 de dezembro de 2017);

(iii) **Capital de giro (CDC)** refere-se a captações utilizada para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Essas operações possuem remuneração pré-fixada média de 11,77% a.a. na controladora e no consolidado (11,77% a.a. em 31 de dezembro de 2017 para controladora e consolidado), respectivamente, com vencimento até maio de 2022;

(iv) **Consórcios** referem-se a operações de crédito junto a instituições financeiras para aquisições de máquinas e implementos utilizados nas operações de locações, os quais possuem taxa de administração de 11,60% e 3% de fundo de reserva em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, na controladora e taxa de administração de 11,95% e 3% de fundo de reserva em 31 de dezembro de 2018 e 2017, no consolidado. Estão compostos de vários grupos e cotas com vencimentos variados até dezembro de 2024; e

(v) **Crédito Internacional** refere-se a operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. Os contratos são remunerados parte por taxas pré-fixadas de 5,05% e parte pela variação do dólar, possuem o vencimento até maio de 2021 e estão 100% protegidos por contratos de *swap*, conforme descrito na nota explicativa 4.3.2. Essas operações possuem cláusulas de compromissos, as quais estão descritas na nota explicativa 19.2.

19.1. Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

					31/12/2018
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%	Valor Total	%
Total passivo circulante	Até Dez/2019	145.968	18,8	188.221	21,1
	2020	146.720	19	171.200	19,3
	2021	292.312	37,9	310.730	35,1
	2022	116.609	15,1	133.575	15,1
	2023	59.165	7,7	67.157	7,6
	2024	8.365	1,1	11.632	1,4
	2025 em diante	2.249	0,40	3.935	0,4
Total passivo não circulante		625.420	81,2	698.229	78,9
Total		**771.388**	**100,0**	**886.450**	**100,0**

19.2. Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

A Vamos possui operações de Finame, CCB e Consórcios garantidas pelos respectivos veículos, máquinas e equipamentos financiados. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía no Consolidado R$ 817.999, R$ 27.600 e R$ 3.526 em bens dados em garantias de seus contratos de Finame, CCB e Consórcios, respectivamente (R$ 783.377, R$ 12.763 e R$ 48.450 em 31 de dezembro de 2017, para os contratos de Finame, CCB e Consórcios, respectivamente). Os contratos que possuem cláusulas restritivas são apurados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas anualizadas da sua Controladora JSL S.A, garantidora desses contratos.

As demais operações não possuem garantias atreladas.

Índices de desempenho da sua Controladora JSL S.A.

Todos os compromissos descritos no contrato de crédito internacional estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2018, incluindo a manutenção dos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

Restrição	Limites	12 meses findo em 31/12/2018
Dívida Líquida / EBITDA Adicionado	Menor que 3,5	2,08
EBITIDA Adicionado / Despesas Financeiras Líquidas	Maior que 2	5,48

Dívida Líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Vamos e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos da dívida subtraídos dos valores em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como aplicações financeiras que possuam liquidez diária de até 360 dias.

***EBITDA* Adicionado para fins de *covenants*:** significa lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda de ativos desmobilizados, apurados ao longo dos últimos 12 meses.

Despesas Financeiras Líquidas para fins de *covenants*: significa encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses.

Os empréstimos de capital de giro (CDC) não possuem garantias e cláusulas restritivas.

20. Arrendamentos financeiros a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de Finame leasing e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo que possuem encargos anuais pré-fixados, e estão distribuídos da seguinte forma:

			Controladora									
			31/12/2018			Movimentação				31/12/2017		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Vencto.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional												
Arrendamento financeiro - *Leasing*	9,34%	nov/22	13.347	29.322	42.669	31.621	(9.858)	(694)	2.327	7.460	11.813	19.273
			13.347	**29.322**	**42.669**	**31.621**	**(9.858)**	**(694)**	**2.327**	**7.460**	**11.813**	**19.273**

			Controladora									
			31/12/2017			Movimentação				31/12/2016		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional												
Arrendamento financeiro - *Leasing*	9,94%	nov/22	7.460	11.813	19.273	3.829	(3.856)	(600)	2.393	6.842	10.665	17.507
			7.460	**11.813**	**19.273**	**3.829**	**(3.856)**	**(600)**	**2.393**	**6.842**	**10.665**	**17.507**

			Consolidado								
			31/12/2018			Movimentação				31/12/2017		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Vencto.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional												
Arrendamento financeiro - *Leasing*	9,85%	nov/22	15.201	29.734	44.935	31.621	(17.104)	(1.105)	2.968	13.688	14.867	28.555
			15.201	**29.734**	**44.935**	**31.621**	**(17.104)**	**(1.105)**	**2.968**	**13.688**	**14.867**	**28.555**

			Consolidado									
			31/12/2017			Movimentação					31/12/2016		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Vencto.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos por combinação de negócio**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional													
Arrendamento financeiro - *Leasing*	13,16%	nov/22	13.688	14.867	28.555	9.282	8.673	(8.700)	(600)	2.393	6.842	10.665	17.507
			13.688	**14.867**	**28.555**	**9.282**	**8.673**	**(8.700)**	**(600)**	**2.393**	**6.842**	**10.665**	**17.507**

20.1. Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

		31/12/2018			
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%	Valor Total	%
Total passivo circulante	Até dez/2019	13.347	31,2	15.201	34,0
	2020	13.990	32,8	14.403	32,1
	2021	15.192	35,6	15.192	33,8
	2022	139	0,3	139	0,1
	2023	1	0,1	-	0,0
Total passivo não circulante		29.322	68,8	29.734	66,0
Total		**42.669**	**100,0**	**44.935**	**100,0**

20.2. Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

Conforme demonstrado na nota explicativa 14.1, o Grupo possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos financeiros e dados como garantia dos contratos.

Nos contratos não constam cláusulas restritivas e nem cláusulas que exijam liquidação antecipada.

21. Transações com partes relacionadas

21.1. Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas nas tabelas abaixo:

	Controladora			
Ativo	**Contas a receber (nota 7)**		**Dividendos a receber (nota 13.1)**	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
JSL S.A. (nota 21.2.1)	591	56	-	-
CS Brasil	15.240	-	-	-
Movida Participações	3.352	1.005	-	-
Movida Locação	6	-	-	-
JSL Leasing	1.739	293	-	-
Ponto Veículos	3	2	-	-
Borgato Máquinas	507	-	10.049	-
Borgato Serviços	-	-	6.111	-
Total	**21.438**	**1.356**	**16.160**	**-**

	Controladora							
Passivo	**Partes relacionadas**		**Fornecedores (nota 16)**		**Dividendos a pagar (27.3)**		**Obrigações a pagar por aquisição de empresas (nota 22)**	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
JSL S.A. (nota 21.2.1)	26.067	-	46.904	32.629	61.375	15.700	-	-
Movida Locação	-	4	1	-	-	-	-	-
CS Brasil	-	-	-	75	-		-	-
Quick Logística	-	1	-	-	-	-	-	-
Transrio	-	16	181	1.009	-	-	-	-
Borgato Máquinas	-	-	85	-	-	-	-	-
Família Borgato	-	-	-	-	-	1.552	68.044	103.147
Total	**26.067**	**21**	**47.171**	**33.713**	**61.375**	**17.252**	**68.044**	**103.147**

	Consolidado			
Ativo	**Contas a receber (nota 7)**		**Outros créditos**	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
JSL S.A. (nota 21.2.1)	3.154	57	181	-
CS Brasil	15.449	322	-	-
Movida Participações	3.352	1.005	-	-
Movida Locação	5	-	-	-
JSL Concessionárias	-	-	-	-
Original Veículos	3	-	35	-
JSL Leasing	1.739	-	-	-
Ponto Veículos	2	2	-	8
Família Borgato (i)	-	-	6.000	6
Total	**23.704**	**1.386**	**6.216**	**14**

	Consolidado									
Passivo	**Partes relacionadas**		**Fornecedores (nota 16)**		**Dividendos a pagar (nota 27.3)**		**Outras contas a pagar (nota 23)**		**Obrigações a pagar por aquisição de empresas (nota 22)**	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
JSL S.A. (nota 21.2.1)	26.067	-	51.511	35.231	61.375	15.700	-	24.593	-	-
Movida Locação	-	-	190	179	-	-	-	14	-	-
CS Brasil	-	-	17	97	-	-	-	-	-	-
Movida Participações	-	41	-	42	-	-	-	-	-	-
Original Veículos	-	-	12	3.155	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos	-	2	3	2	-	-	-	-	-	-
Avante	-	-	567	-	-	-	-	-	-	-
JSL Leasing	-	-	102	-	-	-	-	-	-	-
Família Borgato	-	-	-	-	-	2.746	-	-	68.044	103.147
Total	**26.067**	**43**	**52.402**	**38.706**	**61.375**	**18.446**	**-**	**24.607**	**68.044**	**103.147**

(i) A Companhia possui valor a receber no montante de R$ 6.000 referente a venda de aeronave, em 4 parcelas sendo a última com vencimento em abril de 2019.

21.2. Transações com a Controladora

21.2.1. Ativo

Contas a receber

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía valor a receber da Controladora no montante de R$ 591 e R$ 3.154, Controladora e Consolidado, (R$ 56 e R$ 57 em 31 de dezembro de 2017, Controladora e Consolidado, respectivamente) referente a prestação de serviços de locação de caminhões, maquinas e equipamentos.

21.2.2. Passivo

Fornecedores

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía valor a pagar para a Controladora no montante de R$ 46.904 e R$ 51.511, Controladora e Consolidado, respectivamente (R$ 32.629 e R$ 35.231 em 31 de dezembro de 2017, Controladora e Consolidado, respectivamente), sendo que parte deste montante refere-se à compra de caminhões, máquinas e equipamentos no início das operações do Grupo, e o remanescente referente à renovação e/ou ampliação da frota.

Partes relacionadas

(ii) Em 08 de junho de 2018 a Companhia adquiriu da Controladora ações da Movida Participações no valor de R$ 26.067, que foram entregues aos antigos sócios das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.2.c. Não incide juros sobre esse valor e não há prazo de vencimento definido.

Outras contas a pagar

(iii) Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía, no Consolidado, valor a pagar referente a adiantamento efetuado pela JSL S.A. à JSL Leasing para abastecimento dos cartões de crédito a pagar no montante R$ 24.593 decorrente da utilização de cartões pré-pagos proveniente de subcontratação de caminhoneiros.

21.3. Outras transações com partes relacionadas

		Controladora
Ativo	**Relação**	**Especificação**
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
JSL Leasing	Partes relacionadas	Cartão JSL
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Original Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Borgato Máquinas	Controlada	Locação operacional / Venda de veículos

	Relação	**Especificação**
Passivo		
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional / Centro de Serviços Administrativos / Compra de veículos
Quick logística	Partes relacionadas	Reembolso de despesas / locação operacional
Transrio	Controlada	Reembolso de despesas
Borgato Máquinas	Controlada	Locação operacional / Compra de veículos
Família Borgato	Partes relacionadas	Aquisição Borgato / Dividendos

		Consolidado
Ativo	**Relação**	**Especificação**
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
JSL Concessionárias	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Original Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Família Borgato	Partes relacionadas	Venda de aeronave
	Relação	**Especificação**
Passivo		
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional / Centro de Serviços Administrativos / Compra de veículos
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
Original Veículos	Partes relacionadas	Compra de veículos
Ponto veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos /Reembolso de despesas
Avante	Partes relacionadas	Compra de veículos
JSL Leasing	Partes relacionadas	Compra de veículos
Família Borgato	Partes relacionadas	Aquisição Borgato / Dividendos / Recompra de ações próprias

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições usuais de mercado, com exceção do reembolso de despesas e Centro de Serviços Administrativos "CSA" (nota explicativa 21.7) que são remuneradas ao preço de custo.

21.4. Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas "receitas", "custos", "deduções" e "outras receitas e despesas operacionais" de transações entre o Grupo:

	Serviços prestados		Serviços tomados	
Transações com a controladora	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
			(Reapresentado)	**(Reapresentado)**
JSL S.A.	10.911	16.521	(26.677)	(27.160)
Transações eliminadas no resultado				
Vamos	-	740	(21.360)	(342)
JSL Leasing	-	-	-	(102)
Transrio	48	342	-	(638)
Borgato Serviços	3.297	-	(2.375)	-
Borgato Maquinas	22.838	-	(1.565)	-
Borgato Caminhões	-	-	(883)	-
	26.183	**1.082**	**(26.183)**	**(1.082)**
Transações com partes relacionadas				
CS Brasil	18.344	16.424	(7.786)	-
Quick Logística	246	478	-	(91)
Movida Participações	12.260	11.267	-	(2.635)
Movida Locação	19	-	(25)	(24)
Avante Veículos	1	-	-	(3)
Original Veículos	36	4	-	(49)
Ponto Veículos	10	-	(2)	(5)
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.			(3.351)	(558)
Outros (i)	-	-	(121)	(336)
	30.916	**28.173**	**(11.285)**	**(3.701)**
Total	**68.010**	**45.776**	**(64.145)**	**(31.943)**

(i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritórios de advocacia tributária, no qual um membro do conselho de administração da JSL S.A. é sócio.

	Venda de ativos		Compra de ativos	
Transações com a controladora	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
JSL S.A.	1.996	3.548	-	-
Transações eliminadas no resultado				
Vamos	-	-	(721)	-
Transrio	721	-	-	-
Borgato Máquinas	5.153	-	-	-
Borgato Caminhões	-	-	(5.153)	-
	5.874	**-**	**(5.874)**	**-**
Transações com partes relacionadas				
Movida Participações	-	1.594	-	(1.594)
JSL Leasing	3.495	-	-	-
	3.495	**1.594**	**-**	**(1.594)**
Total	**11.365**	**5.142**	**(5.874)**	**(1.594)**

	Receita financeira		Despesa financeira	
Transações com a controladora	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
JSL S.A.	-	-	(396)	(472)
Transações eliminadas no resultado				
Vamos	-	-	(9)	-
Borgato Serviços	3	-	-	-
Borgato Máquinas	6	-	-	-
	9	**-**	**(9)**	**(472)**
Total	**9**	**-**	**(405)**	**(472)**

21.5. Remuneração dos administradores

A Administração do Grupo é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**
Remuneração fixa	(2.935)	(1.923)
Remuneração variável	(427)	(388)
Benefícios	(28)	(19)
Remuneração baseada em ações (nota 27.2.a)	(560)	(679)
Total	**(3.950)**	**(3.009)**

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

21.6. Transações garantidas pela Controladora

		Consolidado	
Modalidade	**Garantidor**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Crédito internacional (4131) – USD (i)	JSL S.A.	155.818	-

(i) Saldo total do empréstimo de modalidade crédito internacional em 31 dezembro de 2018, conforme nota explicativa 19.

21.7. Centro de serviços administrativos

O Grupo JSL rateia, conforme critérios definidos em estudos técnicos apropriados, os gastos compartilhados da estrutura e *BackOffice* compartilhado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de despesas alocadas da JSL para o Grupo relativo à estes gastos foi de R$ 6.491 (R$ 6.213 em 31 de dezembro de 2017). O Centro de serviços administrativos não cobra taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

22. Obrigações a pagar por aquisição de empresas

As obrigações a pagar por aquisição de empresas registradas no passivo circulante e não circulante nos montantes de R$ 34.769 e R$ 33.275, respectivamente, totalizando R$ 68.044 em 31 de dezembro de 2018, referem-se à recompra de ações da Vamos que haviam sido entregues na negociação de compra das Sociedades Borgato conforme nota explicativa 1.2.c. Em 31 de dezembro de 2017 os valores de R$ 57.314 e R$ 45.833, registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente, totalizando R$ 103.147 correspondiam a dívida com os antigos sócios das Sociedades Borgato referente à combinação de negócios ocorrida em 22 de dezembro de 2017, e quitada integralmente conforme nota explicativa 1.2.b.

23. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Cartões de crédito a pagar (i)	-	-	-	31.886
Cartões de crédito a pagar – Partes relacionadas (ii) – nota 21	-	-	-	10.700
Veículos em consignação	-	-	785	397
Reserva de seguros	7.862	4.903	7.862	4.937
Letras de arrendamento mercantil	-	-	-	2.113
Letras de arrendamento mercantil – Partes relacionadas – nota 21	-	-	-	13.907
Aporte para fundos de capitalização de concessionárias	-	-	422	286
Alugueis a pagar	-	-	506	136
Outras contas a pagar (iii)	161	133	2.538	2.023
Total	**8.023**	**5.036**	**12.109**	**66.385**
Passivo circulante	8.008	5.036	12.094	66.385
Passivo não circulante	15	-	15	-
Total Passivo Circulante	**8.023**	**5.036**	**12.109**	**66.385**

(i) Valores a pagar por utilização de cartões pré-pagos referente aos caminhoneiros subcontratados da JSL S.A pela JSL Leasing, que foi cindida em 31 de dezembro de 2018 conforme nota explicativa 1.3;

(ii) Refere-se a adiantamento efetuado pela JSL S.A. à JSL Leasing para abastecimento dos cartões de crédito a pagar mencionado no item (i) acima;

(iii) Compõem-se de diversas outras contas a pagar em valores pulverizados.

24. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social

24.1. Crédito (provisão) para impostos de renda e contribuição social diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Créditos fiscais				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	8.953	19.645
Provisão para demandas judiciais e administrativas	30	-	1.057	962
Provisão para perdas esperadas (*impairment)* contas a receber	3.085	8.615	8.274	16.159
Outras provisões	621	45	621	79
Constituição de ajuste a valor presente	-	-	-	363
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	-	-	1.088	293
Total créditos fiscais brutos	**3.736**	**8.660**	**19.993**	**37.501**
Débitos fiscais				
Depreciação econômica vs. fiscal	(67.755)	(57.352)	(128.192)	(116.010)
Imobilização *leasing* financeiro	(18.674)	(12.504)	(18.540)	(12.177)
Swap	(366)	-	(366)	-
Constituição de IR/CS sobre realização fiscal do Ágio	-	-	(589)	(589)
Total débitos fiscais brutos	**(86.795)**	**(69.856)**	**(147.687)**	**(128.776)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(83.059)**	**(61.196)**	**(127.694)**	**(91.275)**
Tributos diferidos passivos	(83.059)	(61.196)	(136.459)	(104.337)
Tributos diferidos ativos	-	-	8.765	13.062
Total débitos fiscais, líquidos	**(83.059)**	**(61.196)**	**(127.694)**	**(91.275)**

A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(30.676)**	**(30.676)**
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado de operações continuadas	(29.792)	(30.190)
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado de operações descontinuadas	-	(355)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre diferenças temporárias das Sociedades Borgato	-	(42.987)
IR / CS diferidos reconhecidos na transferência de investimentos da Controladora	-	13.661
IR / CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	(728)	(728)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(61.196)**	**(91.275)**
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado de operações continuadas	(22.216)	(35.599)
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado de operações descontinuadas	-	(2.710)
IR / CS diferidos reconhecidos em resultados abrangentes - *Swap*	(366)	(366)
IR / CS diferidos sobre reconhecimento inicial CPC 48 / IFRS 9	717	1.387
IR / CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	2	869
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(83.059)**	**(127.694)**

24.2. Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2018 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. A tabela abaixo apresenta o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entidade:

	31/12/2018	31/12/2017
JSL Leasing (i)	-	10.454
Borgato Serviços (ii)	1.655	2.188
Borgato Máquinas (ii)	1.099	-
Transrio (iii)	6.199	7.003
Total	**8.953**	**19.645**

(i) O valor do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social será compensado com a realização do imposto de renda diferido passivo no montante de R$ 9.605 decorrente da superveniência de depreciação, registrada conforme parágrafo 2º. Do Art. 15º. da Resolução CMN n º 3.059/02;

(ii) Devido a expansão das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em 2013 e 2014 do Grupo Borgato, houve aquisições expressivas de imobilizado. A diferença entre a depreciação para fins fiscais e a depreciação baseada na vida útil dos imobilizados gerou imposto de renda diferido passivo no montante de R$ 58.694, sendo, R$ 46.490 na Borgato Máquinas e R$ 12.204 na Borgato Serviços (R$ 10.096 em 31 de dezembro de 2017 na Borgato Serviços), o qual o Grupo espera compensar o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social com o imposto de renda diferido passivo a partir do término da depreciação fiscal acelerada;

(iii) Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na Transrio, foram acumulados até o ano de 2015 e a partir de 2016 passaram a ser compensados com os lucros tributáveis apurados.

O Grupo elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 3 anos.

Adicionalmente, a Borgato Caminhões possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R$ 18.787, cujos créditos diferidos correspondentes não foram contabilizados por não haver histórico de utilização nos últimos anos.

Com base nas informações discutidas nos itens acima, a tabela a seguir apresenta a realização do imposto de renda e base negativa de contribuição social ao longo do tempo:

						2018
	Até 1 ano	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 3 anos**	**De 3 a 4 anos**	**Acima de 4 anos**	**Total**
Valores	5.344	3.276	333	-	-	**8.953**

24.3. Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSSL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	133.710	114.876	151.624	115.029
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(45.461)**	**(39.058)**	**(51.552)**	**(39.110)**
(Adições) exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	11.578	(630)	-	-
Incentivos fiscais - PAT	-	106	33	58
Despesas indedutíveis	(735)	(27)	(1.689)	(742)
Juros sobre capital próprio	6.800	4.333	6.800	4.333
Outras exclusões	-	24	676	56
IRPJ e CSLL apurados	**(27.818)**	**(35.252)**	**(45.732)**	**(35.405)**
Corrente	(5.602)	(5.460)	(10.133)	(5.215)
Diferido	(22.216)	(29.792)	(35.599)	(30.190)
IRPJ e CSLL no resultado	**(27.818)**	**(35.252)**	**(45.732)**	**(35.405)**
Alíquota efetiva	20,8%	30,7%	30,2%	30,8%

As declarações de imposto de renda do Grupo estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros.

A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

25. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A Vamos no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis, tributárias e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, e quando aplicável, estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais

25.1. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas em juízo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Trabalhistas	48	48	4.540	3.054
Tributários	108	109	108	109
Total	**156**	**157**	**4.648**	**3.163**

25.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo está envolvido em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

O Grupo classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Companhia julga que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Trabalhistas	-	20	2.174	2.021
Cíveis	110	-	1.106	-
Tributários	-	-	-	833
Total	**110**	**20**	**3.280**	**2.854**

A movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentada conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**23**	**23**
(+) Adições	-	186
(+) Adição por transferência de investimentos da Controladora	-	2.027
(+) Adição por combinação de negócios	-	618
(-) Reversões	(3)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**20**	**2.854**
(+) Adições	110	817
(-) Reversões	(20)	(391)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**110**	**3.280**

Trabalhistas

Os processos trabalhistas são compostos principalmente por ações solicitando indenizações e outros pedidos diversos contra empresas do Grupo.

Cíveis

Referem-se, principalmente a processos relacionados a pedidos indenizatórios por motivos diversos contra as empresas do Grupo, assim como ações anulatórias e contratuais.

25.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço

O Grupo é parte de demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**
Trabalhistas (i)	700	712
Cíveis (ii)	8.269	7.102
Tributárias	2.923	333
Total	**11.892**	**8.147**

(i) As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores do Grupo;

(ii) As demandas cíveis estão relacionadas substancialmente a pedidos indenizatórios por perdas e danos, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais efetuadas por clientes contra a controlada Transrio que atua no segmento denominado “concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos”;

(iii) As demandas tributárias referem-se a processos administrativos movidos pelo Grupo em questionamento de autos de infração emitidos em processo de fiscalização que o Grupo não concorda, e outros processos movidos para questionar a legitimidade de cobrança de certos tributos.

26. Cessão de direitos creditórios

Em dezembro de 2017 a Vamos efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado. A Vamos será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida foi de R$ 40.077, o valor recebido pela Vamos foi de R$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022. Os saldos registrados são os seguintes:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**
Venda de direitos creditórios	33.428	40.077
Juros a apropriar	(9.257)	(9.863)
Total	**24.171**	**30.214**
Total circulante	7.410	6.043
Total não circulante	16.761	24.171
Total	**24.171**	**30.214**

27. Patrimônio líquido

27.1. Capital social

O capital social da Vamos, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 482.817 divididos em 312.007 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R$ 565.696 em 31 de dezembro de 2017, divididos em 354.860 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, excluídas as ações já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

As movimentações do capital social estão abaixo demonstradas:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**121.783**
Aumento de capital via AFAC (i)	7.460
Aumento de capital com transferência de investimento (ii)	219.136
Rerratificação de ato societário para aumento de capital (iii)	15.976
Aumento de capital com emissão de novas ações (iv)	113.202
Aumento de capital com emissão de novas ações (v)	88.139
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**565.696**
Cisão da JSL Holding (vi)	(82.879)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**482.817**

i. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve integralização do AFAC da empresa Vamos no valor de R$ 7.460. O saldo de AFAC foi reconhecido como instrumento patrimonial porque são irrevogáveis e irretratáveis e, o aumento de capital social, constitui um aumento de ações sem qualquer indexação;

ii. Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter participações de 99,99% do capital da Transrio e da JSL Holding, conforme nota explicativa 1.2.a, consolidando à partir desta data os saldos das investidas. Os montantes envolvidos nesta transação referem-se ao patrimônio líquido da Transrio e da JSL Holding, sendo composto de R$ 237.595 de capital social, R$

31.931 de prejuízos acumulados e de R$ 13.472 de AFAC, totalizando R$ 219.136 o qual, no momento do investimento recebido foi registrado como um aporte de capital;

iii. Em 31 de outubro de 2017 o capital social da Vamos foi aumentado pela sua controladora no montante de R$ 15.976 referente a rerratificações de ato societários;

iv. Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social no valor de R$ 113.202, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias;

v. Em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social, em decorrência da incorporação de ações das Sociedades Borgato, no valor de R$ 88.139, mediante a emissão de 31.937 mil ações ordinárias;

vi. Em 31 de dezembro de 2018 os acionistas aprovaram a cisão parcial da JSL Holding, com a redução do capital de R$ 82.879 referente ao acervo líquido do investimento da Vamos na JSL Holding, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.

27.2. Reserva de capital

a) Pagamento baseado em ações

A Controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados ao Grupo que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações – transações de ações do grupo e em tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração da JSL S.A. e são compostos da seguinte forma:

i. Planos de opções de ações:

Os critérios estabelecidos são: (i) outorga de opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços ao Grupo JSL para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis no Grupo JSL durante o período de aquisição de direito.

Esses planos são calculados com base na média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento ao Grupo JSL do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo "*Black & Scholes"* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
VI	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VI	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente à "pagamento baseado em ações" no patrimônio líquido é de R$ 1.425 (R$ 865 em 31 de dezembro de 2017) e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido R$ 560 (R$ 679 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica de "Despesas administrativas".

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	Quantidade de opções de ações				
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R$)
Posição em 31 de dezembro de 2016	**195.933**	**-**	**-**	**195.933**	**8,36**
Outorgas concedidas 2017	132.225	-	-	132.225	9,03
Posição em 31 de dezembro de 2017 e 2018	**328.158**	**-**	**-**	**328.158**	**8,63**

ii. Plano de ações restritas e *matching*

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da controladora JSL S.A. (ações restritas) a colaboradores do Grupo de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da JSL S.A., e caso o colaborador opte por receber ações, a JSL S.A. entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações *matching* é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a JSL S.A. e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da JSL S.A. e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da JSL S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à JSL S.A. e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários.

Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será divido pela média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas.

As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	6.933	1	0,00	6,26	36,7%	6,38%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	24/04/2019
I	2018	6.933	2	0,00	6,13	36,7%	7,25%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	24/04/2020
I	2018	6.933	3	0,00	5,99	36,7%	8,19%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	24/04/2021
I	2018	6.933	4	0,00	5,86	36,7%	8,89%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	24/04/2022

O valor total do plano "I" é de R$ 168, cabendo a parcela de cada exercício apropriados ao resultado do exercício, como despesas administrativas.

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante o período:

	Quantidade de ações restritas			
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Ações restritas em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2017	**-**	**-**	**-**	**-**
Outorgas concedidas 2018	27.732	-	-	27.732
Posição em 31 de dezembro de 2018	**27.732**	**-**	**-**	**27.732**

b) Ágio na subscrição de ações

A reserva de capital no montante de R$ 22.774 é proveniente de diferença entre o valor patrimonial de R$ 88.139 mencionado na nota explicativa 27.1 (iii) e o valor de R$ 110.913 aportado de ações na data de aquisição das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.2.b.

27.3. Distribuição de dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para:

(i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e
(ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".

O Estatuto Social da Vamos permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o cálculo e a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Lucro Líquido do exercício	112.937	80.692
Reserva Legal – 5%	(5.647)	(4.035)
Base de cálculo dos dividendos	**107.290**	**76.657**
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% conforme estatuto	27.122	19.164
Quantidade total de ações	312.007	354.860
Dividendos por ação – R$	0,09	0,05
Natureza da remuneração		
Dividendos	**27.122**	**19.164**

	Controladora		
	Juros sobre capital próprio	**Dividendos a pagar**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Juros sobre capital próprio	12.742	-	12.742
Distribuição de lucros	-	6.422	6.422
IRRF	(1.912)	-	(1.912)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (nota 21.1)	**10.830**	**6.422**	**17.252**
Juros sobre capital próprio	20.000	-	20.000
Distribuição de lucros	-	27.122	27.122
IRRF	(2.999)	-	(2.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (nota 21.1)	**27.831**	**33.544**	**61.375**

	Consolidado		
	Juros sobre capital próprio	**Dividendos a pagar**	**Total**
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Juros sobre capital próprio	12.742	-	12.742
Distribuição de lucros	-	6.422	6.422
Aquisição Sociedades Borgato	-	1.193	1.193
IRRF	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (nota 21.1)	**10.831**	**7.615**	**18.446**
Juros sobre capital próprio	20.000	-	20.000
Dividendos pagos	-	(1.193)	(1.193)
Distribuição de lucros	-	27.122	27.122
IRRF	(3.000)	-	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (nota 21.1)	**27.831**	**33.544**	**61.375**

27.4. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram constituídos R$ 5.647 como reserva legal (R$ 4.035 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

27.5. Ações em tesouraria

Representa as ações da própria Companhia recompradas dos antigos proprietários das Sociedades Borgato, em 08 de junho de 2018, junto com a sua controladora, conforme divulgado na nota explicativa 1.2.c.

28. Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a) Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

A apólice é coorporativa tendo sua cobertura em nome da JSL S.A. Entretanto, existe um processo interno de rateio dos prêmios pagos entre a Vamos e a JSL S.A.

		JSL S.A.
Serviços segurados	**Vigência**	**Cobertura**
Incêndio, queda de raio e explosão	11/2018 a 11/2019	25.063
Danos elétricos	11/2018 a 11/2019	70
Quebra de vidros	11/2018 a 11/2019	200
Anúncios luminosos / letreiros	11/2018 a 11/2019	200
Roubo ou furto qualificado	11/2018 a 11/2019	300
Alagamento / inundação	11/2018 a 11/2019	200
Equipamentos estacionários	11/2018 a 11/2019	20
Fidelidade de empregados	11/2018 a 11/2019	100
Despesa com recomposição de registros e documentos	11/2018 a 11/2019	8
Tumultos, greves / *lock-out* e atos dolosos	11/2018 a 11/2019	100
RD revendas concessionárias	11/2018 a 11/2019	400
Responsabilidade civil de operações de concessionárias	11/2018 a 11/2019	400
Responsabilidade civil – danos morais operações de concessionárias	11/2018 a 11/2019	500
Vendaval até fumaça	11/2018 a 11/2019	500
Equipamentos em exposição e / ou demonstração sem transporte	11/2018 a 11/2019	400
Total de cobertura		**28.461**

b) Frota

A Companhia contrata seguro para frota conforme exigências contratuais, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de sua frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

29. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços

O efeito da adoção do CPC 47 / IFRS 15 sobre a receita de contrato com cliente do Grupo está descrito na nota explicativa 2.19.3. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47 / IFRS 15, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

a) Fluxos de receitas

O Grupo gera receita principalmente pela venda de veículos novos, seminovos, peças, locação e prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Receita de locação e prestação de serviços	387.160	345.585	495.992	383.996
Receita de venda de veículos e acessórios	-	-	359.041	817
Receita de venda de ativos desmobilizados	48.906	28.759	83.913	28.926
Total da receita liquida	**436.066**	**374.344**	**938.946**	**413.739**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
Receita bruta fiscal	**478.324**	**412.453**	**1.047.514**	**457.095**
Menos:				
Impostos sobre vendas	(39.669)	(35.241)	(83.701)	(39.052)
Devoluções e abatimentos	(2.589)	(2.868)	(24.425)	(3.702)
Descontos concedidos	-	-	(442)	(602)
Total da receita líquida	**436.066**	**374.344**	**938.946**	**413.739**

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em ICMS (alíquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (alíquota de 3% ou 7,65%).

b) Desagregação das receitas de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis do Grupo.

	Controladora	
	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	
Principais produtos e serviços	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Receita de locação	387.160	345.585
Receita de venda de ativos desmobilizados	48.906	28.759
Total da receita líquida	**436.066**	**374.344**
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	48.906	28.759
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	387.160	345.585
Total da receita líquida	**436.066**	**374.344**

	Consolidado							
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos		Locação de caminhões, máquinas e equipamentos		Eliminação		Total	
Principais produtos e serviços	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Receita de locação	-	-	496.112	346.347	(26.183)	(980)	469.929	345.367
Receita de prestação de serviços	27.730	2.764	-	-	-	-	27.730	2.764
Receita de venda de ativos desmobilizados	1.923	102	86.199	28.824	(5.874)	-	82.248	28.926
Receita com venda de peças e acessórios	99.677	10.580	-	-	-	-	99.677	10.580
Receita de venda de veículos novos	238.981	24.930	-	-	-	-	238.981	24.930
Receita de venda de veículos usados	20.381	1.172	-	-	-	-	20.381	1.172
Total da receita líquida	**388.692**	**39.548**	**582.311**	**375.171**	**(32.057)**	**(980)**	**938.946**	**413.739**
Tempo de reconhecimento de receita								
Produtos transferidos em momento específico no tempo	360.962	36.783	86.199	28.824	(5.874)	-	441.287	65.607
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	27.730	2.765	496.112	346.347	(26.183)	(980)	497.659	348.132
Total da receita líquida	**388.692**	**39.548**	**582.311**	**375.171**	**(32.057)**	**(980)**	**938.946**	**413.739**

668

30. Gastos por natureza

As informações de resultado do Grupo são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018 (i)	31/12/2017 (i)	31/12/2018 (i)	31/12/2017 (i)
			(Reclassificado)	
Custo na venda de veículos novos	-	-	(187.661)	(20.670)
Custo na venda de veículos usados	-	-	(17.248)	(796)
Custo e despesas com frota	(9.517)	(16.328)	(11.302)	(16.870)
Custo de vendas de ativos desmobilizados	(46.237)	(30.852)	(81.419)	(30.907)
Custo de venda de peças	-	-	(75.874)	(7.866)
Pessoal	(26.330)	(10.610)	(82.460)	(17.220)
Depreciação e amortização	(167.743)	(105.928)	(206.763)	(106.395)
Peças, pneus e manutenções	(17.844)	(10.090)	(19.669)	(10.090)
Combustíveis e lubrificantes	(1.460)	(974)	(2.427)	(974)
Reversão (despesa) com provisão para demandas judiciais e administrativas	(90)	3	(425)	(186)
Propaganda e publicidade	(156)	(85)	(578)	(147)
Serviços prestados por terceiros	(9.236)	(5.180)	(17.443)	(5.755)
Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	(9.595)	(24.608)	(9.751)	(24.476)
(Provisão) reversão de provisão para perdas nos estoques	-	-	(2.338)	86
Energia elétrica	-	(1)	(1.279)	(143)
Comunicação	(4)	-	(1.618)	(111)
Viagens, refeições e estadias	(353)	(80)	(3.344)	(254)
Aluguéis de imóveis (nota 32.1)	(1.676)	(650)	(12.414)	(1.786)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(12.671)	(27.540)	(12.926)	(27.540)
Resultado na venda de veículos avariados (ii)	196	388	242	396
Despesas tributárias	(417)	(70)	(1.175)	(225)
Recuperação de PIS e COFINS (iii)	25.938	23.146	30.135	23.146
Crédito de impostos extemporâneos (iv)	15	10	5.406	502
Outra receitas (custos e despesas), líquidas	(3.525)	851	(7.971)	(2.104)
	(280.705)	**(208.598)**	**(720.302)**	**(250.385)**
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(203.047)	(141.739)	(543.231)	(172.734)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(46.237)	(30.852)	(81.419)	(30.907)
Despesas comerciais	(10.555)	(3.064)	(22.533)	(5.487)
Despesas administrativas	(15.566)	(8.711)	(81.916)	(18.691)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(9.595)	(24.608)	(9.751)	(24.476)
Outras receitas operacionais	5.434	403	22.669	2.087
Outras despesas operacionais	(1.139)	(27)	(4.121)	(177)
	(280.705)	**(208.598)**	**(720.302)**	**(250.385)**

(i) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que os gastos por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentados. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15;

(ii) Referem-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 1.177 e R$ 1.223, Controladora e Consolidado, respectivamente (R$ 1.435 e R$ 1.443, Controladora e Consolidado, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017);

(iii) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas; e

(iv) É composto de créditos extemporâneos de PIS e COFINS em 2018 e em 2017 por verbas de INSS relacionadas a temas já pacificados no âmbito administrativo e judicial.

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras				
Despesas do serviço da dívida				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(52.601)	(52.211)	(65.255)	(52.302)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(2.327)	(2.393)	(2.968)	(2.393)
Juros de risco sacado a pagar – montadoras	(1.744)	(127)	(1.744)	(127)
Juros sobre direitos creditórios	(606)	-	(606)	-
Variação cambial dos empréstimos	(4.192)	-	(4.192)	-
Resultado na operação dos *swaps*, líquido	3.805	-	3.805	-
Despesa total do serviço da dívida	**(57.665)**	**(54.731)**	**(70.960)**	**(54.822)**
Ajuste a valor presente	-	-	(1.059)	-
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(57)	(18)	(440)	(33)
Despesas bancárias	(748)	(26)	(872)	(30)
Descontos concedidos	(639)	(422)	(1.711)	(421)
Despesa de variação monetária	-	-	(951)	-
Juros passivos	-	-	(1.439)	(88)
Outras despesas financeiras	(823)	(311)	(5.220)	(885)
Despesa financeira total	**(59.932)**	**(55.508)**	**(82.652)**	**(55.707)**
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.129	4.080	8.309	4.528
Receita de variação monetária	4	99	181	445
Ajuste a valor presente	82	-	1.579	-
Outras receitas financeiras	243	13	-	15
Juros recebidos	2.767	2.298	5.563	2.394
Receita financeira total	**4.225**	**6.490**	**15.632**	**7.382**
Resultado financeiro líquido	**(55.707)**	**(49.018)**	**(67.020)**	**(48.325)**

32. Arrendamento operacional

32.1. Grupo como arrendatário

O Grupo possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R$ 1.676 e R$ 12.414 na Controladora e Consolidado, respectivamente (R$ 650 e R$ 1.786 em 31 de dezembro de 2017 na Controladora e Consolidado, respectivamente). Os pagamentos mínimos futuros são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Obrigações futuras de arrendamentos operacionais	11.455	11.454	11.432	10.394	72.494	**117.229**

32.2. Grupo como arrendador

O Grupo possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional com prazos de vencimento até 2022. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, os recebimentos futuros de arrendamentos no Consolidado são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Vamos	540.735	430.568	341.153	241.744	130.755	101.600	**1.786.555**

33. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

a) Resultado por ação

	31/12/2018	31/12/2017
Numerador:		
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	112.937	80.692
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	336.585.273	159.833.629
Lucro líquido básico e diluído por ações - R$	**0,33554**	**0,50485**

b) Resultado por ação - operações continuadas

	31/12/2018	31/12/2017
Numerador:		
Lucro líquido do exercício das operações continuadas	105.892	79.624
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	336.585.273	159.833.629
Lucro líquido básico e diluído por ações - R$	**0,31461**	**0,49817**

(i) Média ponderada das ações ordinárias

	31/12/2018	31/12/2017
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	354.860.334	125.392.612
Efeito das ações emitidas	-	34.441.017
Efeito das ações recompradas	(18.275.061)	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (i)	**336.585.273**	**159.833.629**

O Grupo não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

(i) Em consequência à cisão da JSL Holding, divulgado na nota explicativa 1.3, houve o cancelamento de ações, porém como a cisão ocorreu em 31 de dezembro de 2018, não houve impacto na média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

34. Informações suplementares do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A Vamos fez aquisições de veículos para expansão de sua frota e parte destes veículos não afetaram o caixa por estarem financiados, ou por advirem de incorporação. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	Controladora		Consolidado	
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa:	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Total de adições do imobilizado	484.718	252.335	481.008	254.181
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(300.762)	(116.567)	(301.093)	(121.411)
Variação no saldo de risco sacado a pagar – montadoras	4.604	(3.027)	4.604	(3.027)
Variação no saldo de fornecedores de imobilizados e montadoras de veículos	(12.723)	(25.559)	(8.893)	(14.151)
Rerratificação de ato societário para aumento de capital com imobilizado	-	15.976	-	15.976
	175.837	**123.158**	**175.626**	**131.568**
Demonstrações dos fluxos de caixa				
Imobilizado operacional para locação	175.007	123.158	172.841	131.503
Imobilizado para investimento	830	-	2.785	65
Total	**175.837**	**123.158**	**175.626**	**131.568**
Outras transações que não afetam o caixa:				
Recompra de ações (Ações em tesouraria nota explicativa 1.2.c)	(94.193)	-	(94.193)	-
Total	**(94.193)**	**-**	**(94.193)**	**-**

Conforme nota explicativa 1.2.b, em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato, com os seguintes impactos no fluxo de caixa:

	31/12/2017
Preço total (contraprestação), conforme contrato	224.116
(-) Reserva de contingências	(20.000)
(-) Valor a pagar em parcelas	(83.147)
(-) Valor pago com ações da controladora	(110.913)
Caixa desembolsado pela controladora	**10.056**
Caixa assumido da operação, na data do termo de fechamento	34.953
Caixa efetivo assumido na operação	**24.897**

35. Eventos subsequentes

a) Emissão de debêntures

Em 22 de fevereiro de 2019, a VERT Companhia Securitizadora, divulgou o aviso ao mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis no valor total, inicialmente, de R$ 250.000, lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio os quais são representados pelas debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição privada de emissão da Vamos.

b) **Distribuição de dividendos (reapresentado)**

Em 25 de fevereiro de 2019, a Assembleia dos Acionistas aprovou a distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após a dedução das reservas de lucros, no montante de R$ 107.290, atribuídos a esse montante, juros sobre o capital próprio, declarados no mesmo ano no valor de R$ 20.000. Também foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 89.832 das reservas de lucros acumulados de exercícios anteriores.

* * * * *

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

DENYS MARC FERREZ, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 08.396.908-9 (IFP/RJ), inscrito no CPF/MF sob o nº 009.018.327-40 com domicílio comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 99 andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, São Paulo, São Paulo, CEP 04530-011, na qualidade de Diretor Presidente da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

25 de fevereiro de 2019.

DENYS MARC FERREZ
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM 480

GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 353.651.228-36,, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 1017, 9º andar, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de Diretor Administrativo Financeiro e de relações com Investidores da **VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta sob análise da CVM, com sede na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 09, Bairros Brás Cubas, CEP 08745-900 ("Companhia"), declara, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia; e (ii) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

25 de fevereiro de 2019.

GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

KPMG

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e relatório dos auditores independentes

KPMG 246445
Dezembro de 2018
KPDS 246445

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....4
Relatório da Administração....13
Balanços patrimoniais....20
Demonstrações de resultados....21
Demonstrações de resultados abrangentes....22
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido....23
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto....24
Demonstrações do valor adicionado....25

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional....26
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotadas....33
3. Informações por segmento....45
4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos....46
5. Novas normas que ainda não estão em vigor....54
6. Caixa e equivalentes de caixa....59
7. Títulos e valores mobiliários....59
8. Contas a receber....60
9. Estoques....61
10. Tributos a recuperar....62
11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar....62
12. Ativo imobilizado disponibilizado para venda....62
13. Fundo para capitalização de concessionárias....64
14. Investimentos....64
15. Imobilizado....65
16 Intangível....67
17. Fornecedores....70
18. *Floor plan*....70
19. Risco sacado a pagar - montadoras....70

20. Empréstimos e financiamentos....71
21. Arrendamentos financeiros a pagar....75
22. Transações com partes relacionadas....78
23. Obrigações a pagar por aquisição de empresas....83
24. Outras contas a pagar....83
25. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social....84
26. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas....86
27. Cessão de direitos creditórios....88
28. Patrimônio líquido....88
29. Cobertura de seguros.... 91
30. Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços....92
31. Gastos por natureza....92
32. Resultado financeiro....93
33. Arrendamento operacional....93
34. Lucro por ação.... 94
35. Informações suplementares do fluxo de caixa....94
36. Eventos subsequentes....95

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.

Mogi das Cruzes - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável dos ágios sobre combinações de negócios e do fundo de comércio

Veja Notas 2.11e16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017, apresentam ágios e fundo de comércio na rubrica de intangível nos montantes de R$ 90.459 mil e R$ 30.814 mil, respectivamente, provenientes de combinações de negócios cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de lucros futuros. Na avaliação da recuperabilidade dos ágios e do fundo de comércio são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros. A Companhia avalia anualmente a projeção desses fluxos de caixa futuros, bem como as premissas que os determinam, tais como volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de descontos. Alterações nas premissas utilizadas podem afetar de forma significativa as demonstrações individuais e consolidadas. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação do valor recuperável dos ágios sobre as combinações de negócios e do fundo de comércio, em especial a revisão pela Administração dos estudos realizados por especialista contratado; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável dos ágios e do fundo de comércio por meio dos fluxos de caixa descontados, bem como avaliação da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas; – Comparação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas da Companhia com os dados obtidos externamente como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como avaliação da análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas; e – Análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos nos estudos e das

	divulgações apresentadas nas notas explicativas. Devido as deficiências de controles internos que chegaram ao nosso conhecimento, alteramos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação do valor recuperável e das premissas e julgamentos utilizados é aceitável, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	
Veja Nota 2.12 e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, contemplam na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, créditos fiscais brutos nos montantes de R$ 8.660 mil e R$ 41.054 mil, respectivamente, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados da projeção de geração de lucros tributáveis futuros. A Companhia utiliza-se de certas premissas e julgamentos na determinação do lucro tributável futuro, tais como crescimento econômico projetado, a inflação de custos, taxas de desconto, bem como a determinação do prazo de utilização e interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas e, do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer para o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação da projeção de geração de lucros tributáveis, em especial a revisão, pela Administração, dos estudos realizado por especialista contratado; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo expectativa de crescimento, inflação e comparação com dados históricos, dados do setor e/ou dados de mercado. Adicionalmente, foi feita a análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, se a base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos era apropriada, tendo como referência a legislação tributária vigente; e – Análise da razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos nos estudos e da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas. Devido as deficiências de controles internos que chegaram ao nosso conhecimento, alteramos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente

	planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação das premissas e julgamentos adotados na determinação do lucro tributável futuro e respectivas premissas utilizadas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.
Reconhecimento de receita de vendas, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços	
Veja Notas 2.14 e 30 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
As demonstrações, individual e consolidada, do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentam na rubrica de receita líquida os montantes de R$ 374.344 mil e R$ 418.770 mil, respectivamente, decorrente substancialmente de venda de veículos novos e peças na empresa Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. e de um portfólio de serviços diversificados e customizados à prestação de serviços alinhadas às características de cada cliente na Companhia. Além disso, no curso normal de renovação de frotas, a Companhia, efetua a venda de veículos e de máquinas e equipamentos. O reconhecimento da receita requer um controle minucioso para identificar o momento em que a Companhia transfere substancialmente ao cliente os riscos e benefícios dos serviços e/ou do ativo e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo. Devido à relevância desta receita, à necessidade de controles auxiliares na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte e ao julgamento envolvido na determinação do momento em que a Companhia deixa de manter envolvimento na gestão do ativo, que podem afetar o montante reconhecido nas demonstrações individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de vendas e prestação de serviços, em especial a identificação do momento em que a Companhia transfere substancialmente ao cliente os riscos e benefícios dos serviços e/ou dos ativos vendidos e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo; – Testamos em base de amostragem os critérios para reconhecimento contábil da receita de vendas e prestação de serviços e realizamos testes documentais, bem como avaliamos se a contabilização da receita foi efetuada de forma apropriada dentro dos respectivos períodos de competência; – Avaliação dos cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2018, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios; e – Consideramos a adequação das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Devido as deficiências de controles internos que chegaram ao nosso conhecimento, alteramos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação das receitas de vendas de ativos utilizados na prestação de serviços, os quais não foram registrados pela Administração por terem

	sido considerados imateriais. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de reconhecimento da receita da Companhia relativas às vendas, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Vida útil econômica e estimativa do valor residual dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados a locação	
Veja Notas 2.9 e 15 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 apresentam na rubrica de imobilizado os montantes de R$ 858.896 mil e R$ 1.138.333 mil, respectivamente, relativo a veículos, máquinas e equipamentos. A Companhia revisa anualmente as premissas utilizadas para determinar a estimativa de vida útil econômica dos ativos. Adicionalmente, a Companhia utiliza premissas e julgamentos para determinar o valor residual estimado na venda dos ativos de locação. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos. Em função da relevância, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave no processo de determinação das estimativas relacionadas à vida útil econômica e do valor residual dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados à locação; – Avaliação dos julgamentos exercidos pela Companhia e consideração das premissas feitas para determinar a adequação do uso da vida útil econômica estimada dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados à locação e do valor residual esperado destes, tais como período esperado e valor esperado de venda; – Recálculo dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício considerando também o valor residual atribuído ao ativo; e – Avaliação da adequação das divulgações em notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação das premissas utilizadas na estimativa de vida útil econômica e valores residuais dos veículos, máquinas e equipamentos é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valor justo proveniente da combinação de negócios na aquisição de controle das Sociedades Borgato	
Veja Notas 1.2.d, 2.11 e 16 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
A Companhia adquiriu 100% do capital da Borgato Maquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. ("Sociedades Borgato"). A Companhia reconheceu e mensurou, em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os valores justos dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, no montante de R$ 224.116 mil, bem como mensurou e reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura, apurado na combinação de negócios, no valor de R$ 82.959 mil. As estimativas na determinação do valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura e das respectivas divulgações envolvem julgamentos significativos. Devido à relevância dos valores, à complexidade, grau de julgamento das premissas e metodologia utilizadas nas referidas mensurações e do impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos contratos relacionados à combinação de negócios, da documentação suporte da transação e da razoabilidade das principais premissas e metodologia utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na mensuração do ágio por rentabilidade futura, com base em nosso conhecimento sobre a Companhia e indústria em que opera, bem como a comparação com dados externos e históricos para analisar a razoabilidade do valor justo; e – Avaliação da adequação das divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais relativos à apresentação e divulgação da combinação de negócios, os quais foram registrados pela Administração e, outros ajustes relativos aos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais não foram registrados pela Administração por terem sido considerados imateriais. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação das premissas e da metodologia do valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura e a divulgação da combinação de negócios (aquisição de controle das Sociedades Borgato), é aceitável, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

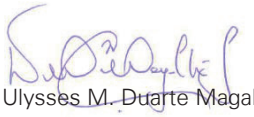
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de dezembro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

VAMOS LOCAÇÃO DE CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS S.A.
Sociedade Anônima
CNPJ/MF nº 23.373.000/0001-32

Relatório da Administração em 31 de dezembro de 2017

Destaques

Foco em Expansão e Consolidação

- **Receita Líquida Consolidada de R$418,8 milhões,** apresentando crescimento de 101,8% na comparação anual;
- **Receita Líquida de Locação de R$374,3 milhões em 2017;**
- **EBITDA Consolidado de R$271,3 milhões,** com margem de 64,8% em 2017;
- **Lucro Líquido Consolidado de R$80,7 milhões,** apresentando crescimento de 88,8% na comparação anual;
- **Consolidação da Transrio e da JSL Holding Financeira Ltda. que inclui as operações da JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("Leasing Financeira")** nos resultados do Grupo Vamos;
- **Aquisição das Sociedades Borgato,** consolidando a posição de liderança da Vamos como a maior do Brasil no mercado de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos.

Mensagem da Administração

O ano de 2017 foi marcado pela consolidação da Vamos como a maior Companhia de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos do Brasil. Em outubro de 2017, a JSL S.A., controladora do Grupo Vamos, reorganizou suas unidades de negócio com o objetivo de criar empresas independentes e com foco e agilidade no gerenciamento de cada negócio. Com isso, a Vamos passou a agregar também as atividades da Transrio, a maior rede de concessionárias de caminhões e ônibus da Volkswagen/Man no Brasil, e da Leasing Financeira, a qual oferece produtos de arrendamento mercantil para fomentar a venda de nossos ativos. Ainda em dezembro de 2017, a Vamos adquiriu 100% das Sociedades Borgato, empresa de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos pesados voltada ao setor agrícola, e também uma de suas maiores concorrentes. Com isso, a Vamos complementou o seu portfólio de ativos e clientes, se consolidando como líder nesse mercado.

Mesmo em meio ao cenário econômico desafiador no Brasil, apresentamos Receita Líquida Consolidada de R$418,8 milhões, com um crescimento 101,8% em relação ao ano de 2016. Isso foi resultado da nossa estratégia de expansão via crescimento inorgânico, com a aquisição das Sociedades Borgato e consolidação das demais empresas do Grupo, bem como devido ao crescimento orgânico do nosso principal negócio: a locação de caminhões, máquinas e equipamentos. Em dezembro de 2017, o saldo da Receita futura contratada de locação ("*Backlog*") já totalizava R$1.429,5 milhões e a frota total contava com 9.117 ativos.

A partir de 2018, iniciamos um novo ciclo com a consolidação do nosso modelo de negócios e posição de liderança no mercado nacional. Estamos otimistas e confiantes no crescimento sólido que a Vamos deverá apresentar ao longo do ano, de forma orgânica e estruturada.

Obrigado,
Gustavo Moscatelli
CFO do Grupo Vamos

1) Resultados Operacionais e Financeiros 2017

Vamos - Resumo dos resultados 2017			
(R$ milhões)	2017 (Consolidado)	2016 (Controladora)	Var. 2017x2016
Receita Líquida	**418,8**	**207,5**	**101,8%**
Locação e venda de ativos	*374,3*	*207,5*	*80,4%*
Concessionárias	*39,5*	-	-
Serviços financeiros	*5,0*	-	-
Custos Totais	**(205,4)**	**(115,2)**	**78,3%**
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	*(174,5)*	*(98,6)*	*77,0%*
Custo de venda de ativos desmobilizados	*(30,9)*	*(16,7)*	*85,6%*
Lucro Bruto	**213,3**	**92,3**	**131,2%**
Despesas Operacionais Totais	**(48,6)**	**(4,8)**	**903,9%**
Despesas Comerciais	*(5,5)*	*(1,1)*	*405,2%*
Despesas Administrativas	*(44,9)*	*(3,9)*	*1057,8%*
Outras receitas operacionais, líquidas	*1,9*	*0,1*	*1330,5%*
EBIT	**164,8**	**87,4**	**88,5%**
Margem EBIT	39,3%	42,1%	-2,8 p.p.
Depreciação e Amortização	**106,5**	**45,5**	**133,9%**
EBITDA	**271,3**	**133,0**	**104,0%**
Margem EBITDA	64,8%	64,1%	+0,7 p.p.
Resultado Financeiro, líquido	**(48,1)**	**(22,7)**	**112,4%**
Receitas Financeiras	*7,8*	*1,6*	*386,6%*
Despesas Financeiras	*(56,0)*	*(24,3)*	*130,5%*
Lucro Líquido	**80,7**	**42,7**	**88,8%**
Margem Líquida	19,3%	20,6%	-1,3 p.p.

Receita Líquida

A Receita Líquida Consolidada totalizou R$418,8 milhões em 2017, apresentando crescimento de 101,8% a/a. Essa Receita foi composta por R$374,3 milhões do negócio de Locação, R$39,5 milhões do negócio de Concessionárias e R$5,0 milhões do negócio de Serviços Financeiros. O crescimento expressivo na receita é resultado da expansão inorgânica, com a aquisição das Sociedades Borgato, bem como da consolidação da Transrio e da Leasing Financeira nos resultados da Companhia.

Custos

Em 2017, os Custos Totais da Companhia somaram R$205,4 milhões, sendo que esses custos foram distribuídos em (i) R$174,5 milhões de custos relacionados à locação e prestação de serviços e (ii) R$30,9 milhões de custos relacionados à venda de ativos. Na comparação anual, os Custos Totais da Companhia apresentaram aumento de 78,3%, explicado principalmente pela expansão da Companhia com a aquisição das Sociedades Borgato, bem como através da Consolidação da Transrio e da Leasing Financeira.

Despesas Operacionais

As Despesas Operacionais totalizaram R$48,6 milhões, representando 11,6% da Receita Líquida. Houve um aumento significativo de 903,9% a/a nesta linha principalmente explicado pela

consolidação das atividades de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos no ano de 2017.

EBITDA e Lucro Líquido

Em 2017, o EBITDA Consolidado totalizou R$271,3 milhões, com uma margem EBITDA de 64,8%.

O Lucro Líquido, por sua vez, registrou R$80,7 milhões, apresentando crescimento de 88,8% a/a, em linha com a expansão de Receita Líquida.

Endividamento

Vamos - Endividamento			
(R$ milhões)	**2017 (Consolidado)**	**2016 (Controladora)**	**Var. 2017x2016**
Dívida Bruta	**853,7**	**564,7**	**51,2%**
Empréstimos e Financiamentos - Curto Prazo	*225,2*	*117,1*	*92,2%*
Empréstimos e Financiamentos - Longo Prazo	*558,8*	*430,1*	*29,9%*
Arrendamento Financeiro a pagar - Curto Prazo	*13,7*	*6,8*	*100,1%*
Arrendamento Financeiro a pagar - Longo Prazo	*14,9*	*10,7*	*39,4%*
Floor Plan	*38,3*	-	-
Risco Sacado	*2,9*	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	**225,5**	**49,3**	**357,8%**
Caixa e Equivalentes	*117,0*	*18,1*	*548,1%*
Títulos e Valores Mobiliários - Curto Prazo	*104,1*	*31,2*	*233,6%*
Títulos e Valores Mobiliários - Longo Prazo	*4,4*	-	-
Dívida Líquida	**628,2**	**515,5**	**21,9%**

Em 2017, o Endividamento Bruto da Companhia registrou R$853,7 milhões, composto principalmente pelas linhas do Balanço Consolidado de Empréstimos e Financiamentos, onde destacamos a linha de financiamento do BNDES (Finame), a qual é a principal fonte de financiamento na aquisição de nossos ativos. Por sua vez, as linhas de Caixa e Aplicações Financeiras somaram R$225,5 milhões. Com isso, o Endividamento Líquido da Companhia ficou em R$628,2 milhões.

2) Eventos Societários Relevantes

Aquisição das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Máquinas S.A., da Borgato Serviços Agrícolas S.A. e da Borgato Caminhões S.A. (“Sociedades Borgato”). A Aquisição das Sociedades Borgato está em linha com a estratégia de crescimento da Vamos na atividade de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas, sendo complementar ao seu atual portfólio. O valor da transação foi de R$224,1 milhões.

Reorganização Societária

Durante o exercício, a JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda. alterou sua denominação social para Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos"), além disso, passou a deter a participação de 99,99% do capital social da JSL Holding Financeira Ltda. e da Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. que antes pertenciam à sua controladora JSL S.A. Essas alterações tiveram como objetivo garantir maior sinergia nas atividades relacionadas à venda e locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados.

3) Eventos Subsequentes

Aquisição da participação da Família Borgato na Vamos

Em 8 de junho de 2018, a Companhia adquiriu a totalidade de suas ações de emissão que haviam sido entregues aos acionistas da Borgato Máquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. ("Sociedades Borgato"). As ações adquiridas representavam aproximadamente 9% do capital social total da Vamos.

4) Capital Humano

A Vamos envolve seus colaboradores em sua cultura de servir com simplicidade, fator essencial na realização das atividades. A cultura é demonstrada na objetividade das ações, que garantem a agilidade no atendimento aos clientes. No final de 2017, a Vamos contava com 860 colaboradores, 76,7% deles homens e 23,3% mulheres.

Para a gestão de seu pessoal, a Companhia conta com seu Código de Conduta e com a política de relações humanas e do trabalho, que estabelecem os direitos e responsabilidades dos colaboradores. Ressaltamos que todos os novos colaboradores de qualquer empresa do Grupo passam por processo de integração, com instruções sobre os códigos, políticas e demais diretrizes e procedimentos da Companhia.

5) Gerenciamento de Riscos e Governança Corporativa

A Vamos absorveu a experiência e conhecimento da JSL nas melhores práticas de governança corporativa. Com foco na transparência, acessibilidade e equidade de acesso à informação para todos os *stakeholders*, fundamentamos nossas relações na ética e no compromisso de seguir as melhores práticas e princípios de governança corporativa do mercado. Para isso, disponibilizamos mecanismos corporativos com o objetivo de manter a conformidade com leis e regulamentos, buscando atuar sempre de forma preventiva com base em eficiente monitoramento de riscos e gestão adequada dos processos internos. Possuímos um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, que também contam com o apoio de uma Diretoria de GRCA - Gerenciamento de Riscos, *Compliance* e Auditoria, responsável por garantir a eficiência e eficácia do programa de conformidade, anticorrupção e gerenciamento de riscos. Portanto, nosso modelo de governança segue as principais diretrizes do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Em 2017, implantamos o programa de conformidade, estruturamos e iniciamos a implementação dos processos de gestão de riscos e controles internos. Com isso, aperfeiçoamos a governança corporativa e garantimos a transparência de informações

6) Responsabilidade Socioambiental

Instituto Julio Simões

O Grupo Vamos é uma das entidades mantedoras do Instituto Julio Simões, que realiza projetos próprios e em conjunto com outras instituições com o objetivo de contribuir para a melhoria de vida nas comunidades que estão mais próximas de suas operações. Dentre os principais projetos realizados, destacam-se:

1. *Projeto "Julio Cidadão":* Com a primeira turma formada em 2007, o projeto estimula o voluntariado no meio hospitalar por meio de "doutores palhaços". Desenvolvido em parceria com a ONG Canto Cidadão, o projeto treina e acompanha os voluntários que atuam em hospitais e ILPIs (Instituições de Longa Permanência para Idosos) de Mogi das Cruzes e região. Em 2017, foram atendidas 2.371 pessoas, entre pacientes, acompanhantes e profissionais.

2. *Projeto "Gincana Cultural": Fomenta a cultura de voluntariado, possibilitando a todos os colaboradores e familiares a oportunidade de contribuir para a integração entre colaboradores, Companhia e comunidade, por meio de atividades de arrecadação, doação e ações em ONGs ou espaços públicos. Em 2017, foram inscritas 11 turmas, 1.894 voluntários participantes, 9 instituições sociais beneficiadas e 3 Espaços Públicos (limpeza de praças, fachadas de escola, conscientização de pedestres).*

3. *Projeto "Você quer? Você Pode!": Lançado em 2012, atende estudantes da rede pública de ensino de Mogi das Cruzes. Por meio de visitas ao "Centro de Memória Julio Simões, eles têm a oportunidade de conhecer os episódios mais representativos da história do empresário e fundador da JSL e do Instituto, Sr. Julio Simões, e são estimulados a aprimorarem habilidades e competências que ampliem suas possibilidades de conquistas. Em 2017, houve 4.413 estudantes visitando o espaço.*

4. *"Carreta Treinamento": Uma sala de cinema itinerante! Este é o projeto Carreta Treinamento, que circula por todo o Brasil oferecendo treinamento, teatro, cultura, música e entretenimento, sempre com foco nos temas: direção defensiva, uso de drogas, abuso e exploração sexual infantil e direito da criança e do adolescente. Ao todo, em 2017, houve participação de 2.870 pessoas em palestras, treinamentos e apresentações.*

5. *Campanha "Natal de Emoções": A campanha, iniciada em 2016, une em um só projeto os colaboradores interessados nos projetos sociais do Instituto Julio Simões, além de incentivar o voluntariado e a solidariedade em todas as unidades da JSL. A cada ano, a campanha beneficia crianças, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais. Em 2017, foram doados 10.079 itens de higiene pessoal em asilos (shampoo, escova de dentes, creme dental, fraldas geriátricas e sabonete), 571 idosos foram apadrinhados e presenteados, e houve 17 instituições beneficiadas e 597 voluntários envolvidos.*

Além disso, o Instituto apoia projetos independentes, através de doações fixas para instituições sociais e ONGs, que em 2017 beneficiaram 2.712 pessoas.

Eficiência Energética e Emissões

A fim de minimizar impactos ambientais e contribuir com a conscientização sobre sustentabilidade, o Grupo Vamos adota práticas voltadas à eficiência energética, tais como, a substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas de LED, a utilização de combustível com baixo teor de enxofre - o que reduz a emissão de fumaça branca e aumenta a vida útil do óleo lubrificante -, o uso de defletores, o treinamento de direção defensiva e condução econômica, entre outros. Um destaque do ano de 2017 foi a inclusão no mercado livre de energia da sede

administrativa do Grupo, em Mogi das Cruzes, possibilitando que a unidade passasse a consumir 100% da energia a partir de fontes renováveis (solar, eólica e biomassa).

Água

O Grupo Vamos faz uso da água de maneira consciente em consonância às diretrizes legais relacionadas a este tema. Tal responsabilidade se reflete no incentivo à implantação de sistemas de reuso e da melhoria de eficiência do uso hídrico em todas as unidades da Companhia.

Resíduos

A gestão de resíduos do Grupo Vamos está alinhada à Política Nacional de Resíduos Sólidos e visa, através de suas práticas, a apropriação da responsabilidade dos itens que utiliza, procurando minimizar os impactos ambientais de suas atividades. Além de monitorar o consumo dos insumos utilizados nas operações, a empresa garante que seja realizado corretamente o descarte de itens como pneus e óleo lubrificante, sendo este último 100% encaminhado para o processo de refino, onde são reinseridos na cadeia produtiva desse mesmo produto.

7) Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2017, em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, bem como serviços relacionados a auditoria para emissão de cartas de conforto com honorários de R$ 384 mil, que representam 26,2% dos honorários dos serviços de auditoria externa. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesses, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

8) Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Conselho de Administração

Fernando Antonio Simões

Denys Marc Ferrez

João Batista de Almeida

Diretoria Executiva

Gustavo Henrique Pagamoto Moscatelli

José Geraldo Santana Franco Junior

Osmar Roncolato Pinho

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015
Em milhares de reais

				Controladora	Consolidado
Ativo	**Notas**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	36.034	18.059	12	117.048
Títulos e valores mobiliários	7	55.683	31.199	-	104.079
Contas a receber	8	50.835	39.561	536	205.277
Estoques	9	-	-	-	85.130
Tributos a recuperar	10	196	442	45	8.457
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	4.289	635	-	14.428
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	12	11.221	8.377	1.055	29.061
Despesas antecipadas		3.291	57	-	3.863
Adiantamentos a terceiros		4.825	117	-	8.977
Outros créditos		-	-	-	5.655
		166.374	**98.447**	**1.648**	**581.975**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	-	4.378
Contas a receber	8	1.356	4.357	-	22.272
Fundo para capitalização de concessionárias	13	-	-	-	19.935
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.1	-	-	-	13.062
Depósitos judiciais	26.1	157	147	-	3.163
Outros créditos		-	-	-	2.248
		1.513	**4.504**	**-**	**65.058**
Investimentos	14	442.870	-	-	-
Imobilizado	15	858.896	748.284	56.442	1.191.483
Intangível	16	-	-	-	172.251
		1.303.279	**752.788**	**56.442**	**1.428.792**
Total do ativo		**1.469.653**	**851.235**	**58.090**	**2.010.767**

				Controladora	Consolidado
Passivo	**Notas**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**
Circulante					
Fornecedores	17	41.574	66.740	58.018	98.930
Floor Plan	18	-	-	-	38.333
Risco sacado a pagar - montadoras	19	2.860	-	-	2.860
Empréstimos e financiamentos	20	121.099	117.129	-	225.129
Arrendamentos financeiros a pagar	21	7.460	6.842	-	13.688
Partes relacionadas	22.1	21	3	-	43
Cessão de direitos creditórios	27	6.043	-	-	6.043
Obrigações trabalhistas		1.916	591	-	9.881
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	-	2.761
Tributos a recolher		2.879	976	-	6.088
Adiantamentos de clientes		9.535	12.894	-	15.512
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	28.3	17.252	-	-	18.445
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	23	57.314	-	-	57.314
Outras contas a pagar	24	5.036	1.993	-	66.385
		272.989	**207.168**	**58.018**	**561.412**
Não circulante					
Fornecedores	17	-	-	-	4.325
Empréstimos e financiamentos	20	359.466	430.093	-	558.803
Arrendamentos financeiros a pagar	21	11.813	10.665	-	14.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25.1	61.196	30.676	21	104.337
Provisão para demandas judiciais e administrativas	26.2	20	23	-	2.854
Cessão de direitos creditórios	27	24.171	-	-	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	23	45.833	-	-	45.833
		502.499	**471.457**	**21**	**755.190**
Total do passivo		**775.488**	**678.625**	**58.039**	**1.316.602**
Patrimônio líquido					
Capital social	28.1	565.696	121.783	1	565.696
Reservas de capital	28.2	23.639	186	-	23.639
Reservas de lucros		104.830	43.181	40	104.830
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7.460	10	-
Total do patrimônio líquido		**694.165**	**172.610**	**51**	**694.165**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.469.653**	**851.235**	**58.090**	**2.010.767**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

				Controladora	Consolidado
	Nota	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	30	**374.344**	**207.508**	**487**	**418.770**
(-) Custo das vendas, locações e prestação de serviços	31	(141.739)	(98.595)	(426)	(174.538)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	31	(30.852)	(16.652)	-	(30.907)
		(172.591)	**(115.247)**	**(426)**	**(205.445)**
(=) Lucro bruto		**201.753**	**92.261**	**61**	**213.325**
Despesas comerciais	31	(3.064)	(1.086)	-	(5.487)
Despesas administrativas	31	(33.319)	(3.882)	-	(44.947)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	376	131	-	1.874
Resultado de equivalência patrimonial	14.1	(784)	-	-	-
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**164.962**	**87.424**	**61**	**164.765**
Receitas financeiras	32	6.490	1.609	-	7.829
Despesas financeiras	32	(55.508)	(24.276)	-	(55.963)
(=) Resultado financeiro líquido		**(49.018)**	**(22.667)**	**-**	**(48.134)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**115.944**	**64.757**	**61**	**116.631**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25.3	(5.460)	-	-	(5.394)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25.3	(29.792)	(22.019)	(21)	(30.545)
(=) Total do imposto de renda e contribuição social		**(35.252)**	**(22.019)**	**(21)**	**(35.939)**
(=) Lucro líquido do exercício / período		**80.692**	**42.738**	**40**	**80.692**
(=) Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (Em R$)	34	**0,50485**	**0,85038**	**30,24390**	**0,50485**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e período de 29 de setembro (data de constituição) até 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Lucro líquido do exercício / período	**80.692**	**42.738**	**40**	**80.692**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício / período	**80.692**	**42.738**	**40**	**80.692**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e período de 29 de setembro (data de constituição) até 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais

	Nota	Capital social Nota 28.1	Reservas de capital		Reservas de lucros			Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido
			Transações com pagamentos baseados em ações	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados		
Saldos em 29 de setembro de 2015		**-**	**-**			**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização de capital	28.1	1	-	-	-	-	-	-	**1**
Adiantamento para futuro aumento de capital	28.1 (iii)	-	-	-	-	-	-	10	**10**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	40	-	-	**40**
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**1**	**-**	**-**	**-**	**40**	**-**	**10**	**51**
Adiantamento para futuro aumento de capital	28.1 (iii)	-	-	-	-	-	-	7.450	**7.450**
Transações com pagamento baseado em ações	28.2 a	-	186	-	-	-	-	-	**186**
Incorporação JP Tecnolimp	1.2 a	1.600	-	-	-	403	-	-	**2.003**
Cisão Movida GTF	1.2 b	15.330	-	-	-	-	-	-	**15.330**
Aumento de capital com bens	28.1 (ii)	104.852	-	-	-	-	-	-	**104.852**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	42.738	-	**42.738**
Retenção de lucros		-	-	-	-	42.738	(42.738)	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**121.783**	**186**	**-**	**-**	**43.181**	**-**	**7.460**	**172.610**
Aumento de capital	28.1 (iii)	7.460	-	-	-	-	-	(7.460)	**-**
Transações com pagamento baseado em ações	28.2 a	-	679	-	-	121	-	-	**800**
Aumento de capital com emissão de novas ações	28.1 (iv e v)	201.341	-	-	-	-	-	-	**201.341**
Transferência de investimento da controladora	28.1 (vi)	219.136	-	-	-	-	-	-	**219.136**
Rerratificação de ato societário para aumento de capital	28.1 (vii)	15.976	-	-	-	-	-	-	**15.976**
Ágio na subscrição de ações	28.2 b	-	-	22.774	-	-	-	-	**22.774**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	80.692	-	**80.692**
Constituição da reserva legal	28.4	-	-	-	4.035	-	(4.035)	-	**-**
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	28.3	-	-	-	-	-	(19.164)	-	**(19.164)**
Retenção de lucros		-	-	-	-	57.493	(57.493)	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**565.696**	**865**	**22.774**	**4.035**	**100.795**	**-**	**-**	**694.165**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e período de 29 de setembro (data de constituição) até 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.944	64.757	61	116.631
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações (notas 15 e 16)	105.928	45.541	521	106.514
Equivalência patrimonial (nota 14)	784	-	-	-
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 12)	30.852	16.652	-	30.907
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 31)	(3)	-	-	186
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota 31)	24.608	2.778	-	24.476
Baixa de imobilizado (nota 15)	2.099	9.882	-	2.161
Remuneração com base em ações (nota 28.2 a)	800	186	-	800
Créditos de impostos extemporâneos (nota 31)	(10)	-	-	(502)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e risco sacado a pagar - montadoras	54.731	23.947	-	54.822
	335.733	**163.743**	**582**	**335.995**
(Decréscimo) acréscimo em ativos operacionais				
Contas a receber	(32.881)	(41.337)	(535)	(65.471)
Estoques	-	-	-	6.444
Tributos a recuperar	256	(549)	(45)	(1.912)
Partes relacionadas	18	(1.391)	-	(4.722)
Fundo para capitalização de concessionárias	-	-	-	(19.935)
Depósitos judiciais	(10)	(147)	-	(696)
Adiantamentos a terceiros	(4.708)	(117)	-	(5.842)
Despesas antecipadas	(3.235)	(57)	-	(3.430)
Outros créditos	-	223	-	53.318
(Decréscimo) acréscimo em passivos operacionais				
Fornecedores	(18.773)	100	-	(1.755)
Floor Plan	-	-	-	4.358
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	1.324	591	-	(1.424)
Adiantamentos de clientes	(3.359)	12.894	-	(4.324)
Outras contas a pagar	3.362	2.029	-	25.674
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	**(58.006)**	**(27.761)**	**(580)**	**(19.717)**
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**277.727**	**135.982**	**2**	**316.278**
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(24.484)	(31.199)	-	(60.411)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.114)	-	-	(2.633)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos Financeiros e risco sacado a pagar - montadoras	(58.503)	(21.658)	-	(59.010)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(123.158)	(57.351)	-	(131.503)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**62.468**	**25.774**	**2**	**62.721**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Incorporação do caixa de empresa adquirida	-	-	-	34.953
Caixa líquido decorrente da cisão e transferência de investimento (nota 1.2 c)	-	1.773	-	64.298
Adições ao imobilizado	-	-	-	(65)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**-**	**1.773**	**-**	**99.186**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento pela aquisição de empresa	(10.056)	-	-	(10.056)
Novos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	8.939	24.237	-	21.968
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(186.792)	(41.187)	-	(218.246)
Cessão de direitos creditórios	30.214	-	-	30.214
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	7.450	10	-
Aumento de capital social	113.202	-	-	113.202
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(44.493)**	**(9.500)**	**10**	**(62.918)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**17.975**	**18.047**	**12**	**98.989**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício / período	18.059	12	-	18.059
No final do exercício	36.034	18.059	12	117.048
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**17.975**	**18.047**	**12**	**98.989**
Principais transações que não afetaram o caixa, registradas no balanço				
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(116.567)	(496.370)	-	(121.411)
Variação no saldo de risco sacado a pagar - montadoras	(3.027)	-	-	(3.027)
Incorporação do imobilizado de empresa adquirida (JP Tecnolimp)	-	(354)	-	-
Aquisição de imobilizado via partes relacionadas	-	-	(58.018)	-
Aumento de capital com imobilizado decorrente da cisão da GTF	-	(103.910)	-	-
Aporte de capital com bens	-	(104.852)	-	-
Variação no saldo de fornecedores de imobilizados e montadoras de veículos	(25.559)	(8.402)	-	(14.151)
Rerratificação de ato societário para aumento de capital com imobilizado	15.976	-	-	15.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e período de 29 de setembro (data de constituição) até 31 de dezembro de 2015
Em milhares de reais

				Controladora	Consolidado
	Nota	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**
Vendas e prestação de serviços	30	412.453	227.074	537	462.264
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	31	(24.608)	(2.778)	-	(24.476)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	376	131	-	1.874
		388.221	**224.427**	**537**	**439.662**
Insumos adquiridos de terceiros					
(Custos) recuperação de custos das vendas e prestação de serviços		(22.523)	(12.278)	95	(55.442)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(3.553)	(294)	-	(9.404)
		(26.076)	**(12.572)**	**95**	**(64.846)**
Valor adicionado bruto		**362.145**	**211.855**	**632**	**374.816**
Retenções					
Depreciação e amortização	31	(105.928)	(45.541)	(521)	(106.514)
Valor adicionado líquido produzido		**256.217**	**166.314**	**111**	**268.302**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		(784)	-	-	-
Receitas financeiras	32	6.490	1.609	-	7.829
		5.706	**1.609**	**-**	**7.829**
Valor adicionado total a distribuir		**261.923**	**167.923**	**111**	**276.131**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos	31	10.610	2.569	-	18.219
Federais		70.596	41.483	71	72.287
Estaduais		16.327	7.802	-	19.399
Municipais		-	-	-	184
Juros e despesas bancárias	32	55.508	24.276	-	55.963
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	31	27.540	48.528	-	27.540
Aluguéis de imóveis	31	650	527	-	1.847
Lucros retidos do exercício / período		80.692	42.738	40	80.692
		261.923	**167.923**	**111**	**276.131**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos" ou "Companhia"), denominada até 31 de outubro de 2017 como JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda., é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo e iniciou suas atividades em 29 de setembro de 2015

A Companhia e suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo Vamos" ou "Grupo") operam nos segmentos de comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, prestação de serviços de mecânica e funilaria, operações de arrendamento mercantil para aquisição de veículos e equipamentos e locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados e gestão de frota. A Companhia é controlada da JSL S.A.

1.1 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 incluem as operações da Vamos e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço está assim resumida:

Razão Social	Controlada	País sede	Segmento	% Participação 31/12/2017
JSL Holding Financeira Ltda. (b)	Direta	Brasil	Serviços financeiros	99,99
JSL Arrendamento Mercantil S.A. (c)	Indireta	Brasil	Serviços financeiros	99,99
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (a)	Direta	Brasil	Concessionárias de veículos	99,99
Borgato Caminhões S.A. (d)	Direta	Brasil	Concessionárias de veículos / Locadora de veículos pesados	99,99
Borgato Máquinas S.A. (e)	Direta	Brasil	Concessionárias de veículos / Locadora de veículos pesados	99,99
Borgato Serviços Agrícolas S.A. (f)	Direta	Brasil	Locadora de veículos pesados	99,99

a) Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. ("Transrio")

A Transrio, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Rodovia Presidente Dutra, 1.450, Vigário Geral, cujo objeto social é o comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores, comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados, administração de consórcios, locação de veículos e serviços de manutenção e reparos de veículos automotores. A Transrio possui vinte filiais situadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Sergipe.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada.

b) JSL Holding Financeira Ltda. ("JSL Holding")

A JSL Holding, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, localizada na Av. Saraiva, 400, Brás Cubas, cujo objeto social exclusivo é a participação, como sócia ou acionista, no capital de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A JSL Holding não possui filiais e é a controladora da JSL Leasing, com percentual de 99,99% de participação societária.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada.

c) JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("JSL Leasing")

A JSL Leasing é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Barueri, Estado de São Paulo, localizada na Alameda Xingu, 350, Alphaville Industrial cujo objeto social é o de arrendamento mercantil, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A JSL Leasing não possui filiais e é controlada pela JSL Holding.

d) Borgato Caminhões S.A. ("Borgato Caminhões")

A Borgato Caminhões, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, localizada na Via Anhanguera s/n, Km 303, sentido Norte, Recreio Anhanguera, cujo objeto social é o comércio de caminhões, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil, peças, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e conservação de veículos e afins, locação de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil e veículos em geral, transporte rodoviário de cargas em geral, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, e ainda atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores. A Borgato Caminhões possui três filiais situadas no Estado de São Paulo.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.2 d.

e) Borgato Máquinas S.A. ("Borgato Máquinas")

A Borgato Máquinas, sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, Km 1,8, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é o comércio de tratores novos e usados, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios, lubrificantes, fertilizantes, herbicidas, sementes e atividades agropastoris, comércio de veículos automotores em geral, pneumáticos e câmaras de ar, locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda transporte rodoviário de cargas em geral. A Borgato Maquinas possui dezoito filiais situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.2 d.

f) Borgato Serviços Agrícolas S.A. ("Borgato Serviços")

A Borgato Serviços, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, s/n, sala 03, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é a prestação de serviços agrícolas em todos os segmentos, operação de máquinas agrícolas, tratores e caminhões; prestação de serviços de reparo e conservação de veículos, máquinas e implementos agrícolas, assistência técnicas e afins; locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, implementos rodoviários, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda a locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador. A Borgato Serviços possui uma filial situada no Estado de Minas Gerais.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.2 d.

1.2 Movimentações societárias

Em agosto de 2016 a JSL S.A. concluiu as operações abaixo para transferir as operações de locação e comercialização de veículos, máquinas e equipamentos pesados para a Vamos.

a) Incorporação JP Tecnolimp S.A.

Com o propósito de simplificar a estrutura societária, no que tange a operação de locação de veículos pesados, a Vamos, incorporou a empresa JP Tecnolimp S.A. ("JP Tecnolimp"), anteriormente controlada pela JSL S.A., pelo valor contábil.

	Balanço data base 31/08/2016		
Ativo	**JP Tecnolimp**	**Vamos**	**Após incorporação**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.427	5.502	6.929
Tributos a recuperar	482	376	858
Despesas antecipadas	12	1.404	1.416
Outros ativos circulantes	-	52.978	52.978
Total do ativo circulante	**1.921**	**60.260**	**62.181**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	156	-	156
Outros ativos não circulantes	-	419	419
Imobilizado	354	565.296	565.650
Total do ativo não circulante	**510**	**565.715**	**566.225**
Total do ativo	**2.431**	**625.975**	**628.406**
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	63	85.008	85.071
Outros passivos circulantes	-	114.754	114.754
Total do passivo circulante	**63**	**199.762**	**199.825**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	342	319.770	320.112
Provisão para demandas judiciais e administrativas	23	-	23
Outros passivos não circulantes	-	41.821	41.821
Total do passivo não circulante	**365**	**361.591**	**361.956**
Patrimônio líquido			
Capital	1.600	38.673	40.273
Lucros acumulados	403	18.489	18.892
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	7.460	7.460
Total do patrimônio liquido	**2.003**	**64.622**	**66.625**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.431**	**625.975**	**628.406**

b) Cisão da Movida GTF

Em 31 de agosto de 2016, foi aprovado em assembleia geral extraordinária da controladora JSL S.A., a cisão parcial da sua controlada, Movida GTF, pelo valor contábil, com a absorção da parcela cindida pela JSL S.A, de parte de sua participação na Movida GTF no montante de R$ 29.925.

A controladora JSL S.A. de posse dos ativos incorporados através do processo de cisão, efetuou aumento de capital na Companhia, no montante de R$ 15.330, por meio de parte dos ativos cindidos, conforme demonstrado a seguir:

	Balanço cindido, data base 31/08/2016		
	Empresa origem	Empresas de destino	
	Movida GTF	JSL S. A.	Vamos
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	355	9	346
Contas a receber	4.980	157	4.823
Ativo imobilizado disponibilizados para venda	238	238	-
Despesas antecipadas	415	203	212
Total do ativo circulante	**5.988**	**607**	**5.381**
Imobilizado líquido	123.670	19.760	103.910
Total do ativo não circulante	**123.670**	**19.760**	**103.910**
Total do ativo	**129.658**	**20.367**	**109.291**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	343	123	220
Empréstimos e financiamentos	17.035	190	16.845
Arrendamentos financeiros a pagar	3.923	2.467	1.456
Contas a pagar e adiantamentos	419	6	413
Partes relacionadas	854	(540)	1.394
Total do passivo circulante	**22.574**	**2.246**	**20.328**
Empréstimos e financiamentos	65.167	1.265	63.902
Arrendamentos financeiros a pagar	646	234	412
Provisões tributárias	11.346	2.027	9.319
Total do passivo não circulante	**77.159**	**3.526**	**73.633**
Patrimônio líquido			
Capital social	29.925	14.595	15.330
Total do patrimônio liquido	**29.925**	**14.595**	**15.330**
Total do passivo e patrimônio líquido	**129.658**	**20.367**	**109.291**

A incorporação da parcela cindida da Movida GTF está suportado por laudo de avaliação do acervo patrimonial líquido apurado por meio dos livros contábeis. A data base do balanço para o laudo foi de 30 de junho de 2016 e movimentado até 31 de agosto de 2016.

O objetivo dessa reestruturação foi unificar as operações de locação e gestão de frotas de veículos pesados na Vamos.

c) Transferência de investimentos da controladora JSL S.A.

Com o propósito de simplificar a estrutura societária, no que tange a operação de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados, em 31 de outubro de 2017 a controladora JSL S.A. transferiu 99,99% das quotas das empresas JSL Holding e Transrio, para a Vamos que passou a ser a controladora dessas empresas. O valor dos ativos e passivos transferidos estão demonstrados abaixo:

	Balanço consolidado, data base 31/10/2017		
	Empresas origem		Empresa de destino
	Transrio	JSL Holding	Vamos
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	41.578	22.720	64.298
Títulos e valores mobiliários	-	16.847	16.847
Contas a receber	24.301	69.071	93.372
Estoques	42.845	-	42.845
Tributos a recuperar	3.880	248	4.128
Outros ativos circulantes	14.765	683	15.448
Total do ativo circulante	**127.369**	**109.569**	**236.938**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.752	10.539	22.291
Imobilizado líquido	44.944	2.091	47.035
Intangível líquido	42.257	3.751	46.008
Outros ativos não circulantes	22.162	-	22.162
Total do ativo não circulante	**121.115**	**16.381**	**137.496**
Total do ativo	**248.484**	**125.950**	**374.434**
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	4.025	-	4.025
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	623	623
Outros passivos circulantes	68.144	51.459	119.603
Total do passivo circulante	**72.169**	**52.082**	**124.251**
Empréstimos e financiamentos	20.390	-	20.390
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	8.630	8.630
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.027	-	2.027
Total do passivo não circulante	**22.417**	**8.630**	**31.047**
Patrimônio líquido			
Capital social	181.886	55.709	237.595
Prejuízos acumulados	(27.988)	(3.943)	(31.931)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	13.472	13.472
Total do patrimônio liquido	**153.898**	**65.238**	**219.136**
Total do passivo e patrimônio líquido	**248.484**	**125.950**	**374.434**

A base de combinação de negócios sob controle comum está descrita na nota explicativa 2.4 b.

d) Aquisição das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Maquinas, Borgato Serviços, Borgato Caminhões (em conjunto denominadas "Sociedades Borgato"). Esta aquisição está em linha com a estratégia de crescimento da Vamos no segmento de locação e comercialização de veículos e máquinas pesadas, esperando assim uma sinergia com seu atual portfólio.

O valor da transação foi de R$ 224.116, pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores da contraprestação
Contraprestação contingente (i)	20.000
Valor a pagar em parcelas (ii)	93.203
Valor pago com ações da controladora (iii)	110.913
Preço total (contraprestação), conforme contrato	**224.116**

(i) O montante de R$ 20.000 ficará retido pelo prazo de cinco anos como garantia de eventuais contingências *("Escrow")* e está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas"*;*

(ii) O referido valor está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" a ser pago em 58 parcelas até agosto de 2022, sendo que do total a pagar, apenas R$ 50.000 serão atualizados com base em 100% do CDI;

(iii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi avaliado utilizando a metodologia de rentabilidade futura, que se baseia na análise retrospectiva, na projeção de cenários e em fluxos de caixa descontados, o qual está suportado por laudo de avaliação. Para este montante foram emitidas 31.937 mil ações ordinárias, conforme nota explicativa 28.1 (v).

Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo preliminar dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	34.953	-	34.953
Contas a receber	49.264	-	49.264
Estoques	48.730	-	48.730
Imobilizado	280.264	4.171	284.435
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	19.311	(1.513)	17.798
Carteira de clientes	-	25.900	25.900
Acordo de não competição	-	2.300	2.300
Marca	-	4.300	4.300
Outros ativos	55.570	-	55.570
Total do ativo	**488.092**	**35.158**	**523.250**
Passivo			
Fornecedores	48.168	-	48.168
Empréstimos e financiamentos	292.949	-	292.949
Arrendamento financeiro a pagar	9.282	-	9.282
Demais passivos	31.694	-	31.694
Total do passivo	**382.093**	**-**	**382.093**
Total do ativo líquido			**141.157**
Valor justo da contraprestação paga			**224.116**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)			**82.959**

Surgem da aquisição o montante de R$ 35.158 de mais-valia dos ativos líquidos adquiridos, sendo composto por R$ 2.658 decorrente de ajuste a valor justo de ativos já registrados nas Sociedades Borgato e R$ 32.500 de ativos intangíveis líquidos identificados e alocados como carteira de clientes, acordo de não competição e marca. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) resultado do método de aquisição é de R$ 82.959.

Esta combinação de negócios não contribuiu para o resultado da Vamos pois, como mencionado acima, a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017. Se a aquisição das Sociedades Borgato tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017, as receitas líquidas consolidadas para este ano seriam aumentadas em R$ 258.613 e o lucro líquido consolidado do exercício seria aumentado em R$ 5.131.

Conforme divulgado na nota explicativa 36 a, em junho de 2018 a Vamos, em conjunto com sua controladora JSL S.A., recomprou 9% das suas próprias ações.

(i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método *relief-from-royalty* e método *multi-period excess earnings*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.

(ii) Custo aquisição

A Vamos incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 434 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

1.3 Situação financeira e planos da Administração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Controladora conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e obrigações a pagar por aquisição de empresas, conforme os prazos divulgados na Nota 4.3 (c) para a Controladora.

A controladora reconheceu um lucro líquido de R$ 80.692 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 106.615 devido a decisão da Administração e sócios de investir em suas operações com locação de veículos e máquinas e equipamentos pesados, principalmente na ampliação e renovação da frota operacional. A característica de uma operação de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados é a geração de caixa por meio de locação de bens do ativo imobilizado, com baixo investimento em capital de giro, consequentemente no ativo circulante.

A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada. A Administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que a Controladora terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e às normas *International Financial Reporting Standards* - IFRS)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 10 de dezembro de 2018.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 2.18.

2.3. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.4. Base de consolidação e combinação

a) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo veja nota explicativa 1.2 d. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por

redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

b) Combinação de negócios sob controle comum

Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte (JSL S.A.) antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório.

O Grupo optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Todas as políticas contábeis de consolidação descritas nessa nota explicativa foram aplicadas para a transação da nota explicativa 1.2 c, incluindo, mas não se limitando, a transações eliminadas na consolidação.

c) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Ativos financeiros não derivativos

a) Classificação e reconhecimento inicial

O Grupo classifica seus ativos financeiros, em uma das seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Para ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos

Os ativos financeiros do Grupo incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, créditos com partes relacionadas, fundo para capitalização para concessionárias e outros créditos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado inclui ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo designou os títulos e valores mobiliários à categoria de valor justo por meio do resultado. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A apuração do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes, especialmente aqueles com títulos vencidos há mais de 90 dias, exceto em casos de renegociações com garantias ou outras evidências de que os saldos sejam recebíveis.

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesas na demonstração de resultado de acordo com sua respectiva natureza. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os ativos não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, dessa forma para o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, a Vamos considera o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo apurada com base no custo médio ponderado de capital da Vamos, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão.

O Grupo designou nessa categoria as contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas e outros créditos.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros não derivativos
Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou

- Quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

2.5.2. Redução do valor recuperável ("*impairment*") de ativos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas). Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente. Desta forma, para o cálculo do ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, o Grupo considera o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo apurada com base no custo médio ponderado de capital, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão

2.5.3. Passivos financeiros não derivativos

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros do Grupo incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, fornecedores, risco sacado a pagar - montadoras, cessão de direitos creditórios, outras contas a pagar, *floor plan* e débitos com partes relacionadas.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original, e reconhecido um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 2.18.2.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.7. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.
O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação a mais de 12 (doze) meses.

2.8. Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizados para venda”.

Uma vez classificados como bens disponibilizados para venda, os ativos não são depreciados e passam a ser mensurados pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado.

2.9. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment),* quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As taxas de depreciação com base na média ponderada do tempo de utilização dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estão demonstradas na nota explicativa 15.

O Grupo adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil contábil de seus ativos imobilizados, e, revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil contábil, utilizadas para a determinação das respectivas taxas de depreciação.

2.10. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Grupo como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pelo Grupo.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

b) Grupo como arrendador

Arrendamentos para os quais o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais o Grupo não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.11. Intangível

2.11.1. Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios da Vamos.
O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

2.11.2. *Softwares*

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As taxas de amortização com base na média ponderada do tempo de utilização dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e do período de 29 de setembro (data da constituição) a 31 de dezembro de 2015, estão demonstradas na nota explicativa 16.

2.11.3. Fundo de comércio

O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de veículos pesados e leves e ativos identificados e mensurados em combinações de negócios. Esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável ("*impairment*").

2.11.4. Acordo de não competição e carteira de clientes

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil finita e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 16.

2.11.5. Direitos de concessão

Os direitos de concessão possuídos pelo Grupo são direitos para comercialização de implementos agrícolas e máquinas e equipamentos da marca Valtra do Brasil Ltda. em determinada localização.

Estes são renovados por prazo indeterminado após decorridos 5 anos da data da contratação, caso nenhuma das partes se manifestem em contrário a continuidade da concessão.

A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* dos saldos registrados.

2.11.6. Marcas e patentes

As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável *("impairment").*

2.11.7. Amortização e testes de perda de valor recuperável ("*impairment*")

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As taxas médias de amortização estão divulgadas na nota explicativa 16.

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente para identificar eventual perda do respectivo valor recuperável. *("impairment")* individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas.

As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgados na nota explicativa 16.2.

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IR e CS")

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.
O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Adicionalmente, na JSL Leasing S.A., a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015 considerando à alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei n° 13.169/15 e, será retomada à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

2.13. Provisões

2.13.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio dos fluxos de caixa para os desembolsos estimados que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.13.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. O Grupo avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Receita de vendas de veículos e peças

A receita operacional de venda de veículos e peças é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios pode ser de duas formas dependendo das condições individuais de cada contrato de venda: 1) para as vendas de estoques, a transferência normalmente ocorre quando a mercadoria é entregue no estabelecimento do cliente; ou 2) quando é retirado pelo cliente nas dependências do Grupo após assinatura no *check-list* de entrega.

b) Receita de locação, arrendamento mercantil e prestação de serviços

A receita operacional decorrente da locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados é reconhecida no resultado, tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço.

A receita operacional de arrendamento mercantil, é apropriada observando-se o critério "*pro rata temporis".*

A receita operacional de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

c) Receita de venda de ativos desmobilizados

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2.15. Benefícios a empregados

2.15.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.15.2. Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Vamos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Vamos. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17. Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro.

2.18. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, o Grupo utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.18.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida - nota explicativa 2.4;
b) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento - nota explicativa 21;
c) Classificação de arrendamento mercantil - nota explicativa 33.

2.18.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Imobilizado (premissa em relação à definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 15;
b) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - *impairment* (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) - nota explicativa 16.2;
c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (recuperabilidade futura e período de realização) - nota explicativa 25;
d) Provisão para demandas judiciais e administrativas (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos) - nota explicativa 26.2.

3. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios do Grupo foram divididos em três segmentos operacionais: Concessionárias de veículos, Serviços financeiros e Locação de veículos pesados. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

a) Concessionárias de veículos: comercialização de veículos pesados, revenda de veículos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;

b) Serviços financeiros: operações de arrendamento financeiro e/ou operacional para a aquisição de veículos e equipamentos definidas na Lei 6.099/74, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor; e

c) Locação de veículos pesados: locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados e gestão de frotas.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e período de 29 de setembro (data de constituição) até 31 de dezembro de 2015.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao país sede do Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

	31 de dezembro de 2017						
	Concessionárias de veículos	Serviços financeiros	Locação de veículos pesados	Eliminações	Consolidado (*)	Borgato	Total
Operações							
(=) Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	**39.548**	**5.031**	**374.344**	**(153)**	**418.770**	**-**	**418.770**
(-) Custo das prestações de serviços	(31.148)	(1.804)	(141.739)	153	(174.538)	-	(174.538)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(55)	-	(30.852)	-	(30.907)	-	(30.907)
(=) Lucro bruto	**8.345**	**3.227**	**201.753**	**-**	**213.325**	**-**	**213.325**
Despesas comerciais	(2.423)	-	(3.064)	-	(5.487)	-	(5.487)
Despesas administrativas	(9.847)	(1.781)	(33.319)	-	(44.947)	-	(44.947)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.534	(36)	376	-	1.874	-	1.874
Equivalência patrimonial	-	-	(784)	784	-	-	-
(=) Lucro (prejuízo) operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**(2.391)**	**1.410**	**164.962**	**784**	**164.765**	**-**	**164.765**
Receitas financeiras	891	448	6.490	-	7.829	-	7.829
Despesas financeiras	(199)	(256)	(55.508)	-	(55.963)	-	(55.963)
(=) Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(1.699)**	**1.602**	**115.944**	**784**	**116.631**	**-**	**116.631**
Imposto de renda e contribuição social - corrente	245	(179)	(5.460)	-	(5.394)	-	(5.394)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(398)	(355)	(29.792)	-	(30.545)	-	(30.545)
(=) Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(1.852)**	**1.068**	**80.692**	**784**	**80.692**	**-**	**80.692**
Ativos totais por segmento	**244.157**	**133.571**	**1.469.653**	**(352.337)**	**1.495.044**	**515.723**	**2.010.767**
Passivos totais por segmento	**91.237**	**67.737**	**775.488**	**(19.950)**	**914.512**	**402.090**	**1.316.602**
Depreciação e amortização	**(467)**	**(119)**	**(105.928)**	**-**	**(106.514)**	**-**	**(106.514)**

(*) Conforme nota explicativa 1.2.d, em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato, e desta forma, a composição das informações por segmento acima apresentada não considera os seus resultados.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 29 de setembro a 31 de dezembro de 2015, a Companhia operava apenas no segmento de locação de veículos pesados. Portanto, os saldos reportados nas demonstrações financeiras desses períodos representam a totalidade desse segmento.

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo restringem-se à caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fundo para capitalização de concessionárias, outros créditos, fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas negociados em condições normais de mercado e reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

4.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão distribuídos pelas seguintes categorias:

			Controladora
			31/12/2017
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	35.804	230	36.034
Títulos e valores mobiliários	55.683	-	55.683
Contas a receber	-	52.191	52.191
	91.487	**52.421**	**143.908**

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Fornecedores	41.574	41.574
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	480.565	480.565
Arrendamentos financeiros a pagar	19.273	19.273
Partes relacionadas	21	21
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147
Outras contas a pagar	133	133
	677.787	**677.787**

		Controladora
		31/12/2016
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	324	18.059
Títulos e valores mobiliários	-	31.199
Contas a receber	43.918	43.918
	44.242	**93.176**

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Fornecedores	66.740	66.740
Empréstimos e financiamentos	547.222	547.222
Arrendamentos financeiros a pagar	17.507	17.507
Partes relacionadas	3	3
Outras contas a pagar	149	149
	631.621	**631.621**

Ativos, conforme balanço patrimonial	**Empréstimos e recebíveis**
Caixa e equivalentes de caixa	12
Contas a receber	536
	548

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Outros passivos financeiros**
Fornecedores	58.018
	58.018

				Consolidado
				31/12/2017
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	112.814	-	4.234	117.048
Títulos e valores mobiliários	104.079	4.378	-	108.457
Contas a receber	-	-	227.549	227.549
Fundo para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	4.865	4.865
	216.893	**4.378**	**256.583**	**477.854**

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Fornecedores	103.255	103.255
Floor plan	38.333	38.333
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	783.932	783.932
Arrendamentos financeiros a pagar	28.555	28.555
Partes relacionadas	43	43
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147
Outras contas a pagar	61.051	61.051
	1.151.390	**1.151.390**

4.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo, está demonstrada a seguir:

	Controladora			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2016
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	36.034	36.034	18.059	18.059
Títulos e valores mobiliários	55.683	55.683	31.199	31.199
Contas a receber	52.191	52.191	43.918	43.918
Total	**143.908**	**143.908**	**93.176**	**93.176**
Passivos Financeiros				
Fornecedores	41.574	41.574	66.740	66.740
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	-	-
Empréstimos e financiamentos	480.565	485.487	547.222	529.835
Arrendamentos financeiros a pagar	19.273	19.275	17.507	17.496
Partes relacionadas	21	21	3	3
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214	-	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147	-	-
Outras contas a pagar	133	133	149	149
Total	**677.787**	**682.711**	**631.621**	**614.223**

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2017	31/12/2017
Ativos Financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	117.048	117.048
Títulos e valores mobiliários	108.457	108.457
Contas a receber	227.549	227.549
Fundo para capitalização de concessionárias	19.935	19.935
Outros créditos	4.865	4.865
Total	**477.854**	**477.854**
Passivos Financeiros		
Fornecedores	103.255	103.255
Floor plan	38.333	38.333
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	783.932	804.063
Arrendamentos financeiros a pagar	28.555	28.557
Partes relacionadas	43	43
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147
Outras contas a pagar	61.051	61.051
Total	**1.151.390**	**1.171.523**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão os investimentos que estão alocados em fundos de investimentos, tais como, Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Letras do Tesouro Nacional ("LTN");

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. Alocam-se neste nível os certificados de depósitos bancários ("CDB") e operações compromissadas; e

Nível 3 — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. O Grupo não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	Controladora		
			31/12/2017
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa			
CDB - Certificados de depósitos bancários	-	34.381	34.381
Operações compromissadas	-	1.423	1.423
Títulos e valores mobiliários			
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	15.166	-	15.166
LTN - Letras do Tesouro Nacional	40.517	-	40.517
	55.683	**35.804**	**91.487**

	Controladora		
			31/12/2016
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa			
CDB - Certificados de depósitos bancários	-	16.046	16.046
Operações compromissadas	-	1.689	1.689
Títulos e valores mobiliários			
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	21.824	-	21.824
LTN - Letras do Tesouro Nacional	9.375	-	9.375
	31.199	**17.735**	**48.934**

	Consolidado		
			31/12/2017
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa			
CDB - Certificados de depósitos bancários	-	40.691	40.691
Operações compromissadas	-	72.123	72.123
Títulos e valores mobiliários			
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	50.243	-	50.243
LTN - Letras do Tesouro Nacional	53.836	-	53.836
	104.079	**112.814**	**216.893**

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

(i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

(ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	6,90	6,66	6,86	8,03	9,03	9,97	10,76

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2017

4.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros do Grupo, referem-se a fornecedores, *floor plan,* risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, partes relacionadas, obrigações a pagar por aquisição de empresas, e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo possui em seu ativo contas a receber, fundo para capitalização de concessionárias, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. O Grupo está exposto ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para o Grupo. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações ao Conselho de Administração para que as atividades, que resultem em riscos financeiros do Grupo, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

O Grupo não contrata derivativos para fins especulativos, e essas operações quando contratadas são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

i. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é avaliado mensalmente pelo Grupo, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração.

O Grupo estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes do Grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação da Administração.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de quatro meses para clientes individuais e corporativos.

O Grupo registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à 'Contas a receber e outros recebíveis', veja nota explicativa 8.1.

ii. Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

iii. Apresentação de *impairment*

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas a contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentados separadamente na demonstração do resultado.

As perdas por *impairment* de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas financeiras" semelhantes à apresentação na CPC38/IAS39, quando apuradas.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

A Vamos, quando identifica a necessidade, utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado. Atualmente, a Vamos não identificou a necessidade de utilizar derivativos.

Os Instrumentos financeiros do Grupo afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 4.3.1.

c) Risco de liquidez

O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo do Grupo é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

					Controladora
	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Passivos Financeiros					
Fornecedores	41.574	41.574	41.574	-	-
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	2.860	-	-
Empréstimos e financiamentos	480.565	548.604	146.427	142.148	260.029
Arrendamentos financeiros a pagar	19.273	21.686	8.933	6.344	6.409
Cessão de direitos creditórios	30.214	40.077	8.015	16.031	16.031
Partes relacionadas	21	21	21	-	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	111.306	57.889	14.293	39.124
Outras contas a pagar	133	133	133	-	-
Total	**677.787**	**766.261**	**265.852**	**178.816**	**321.593**

					Consolidado
	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Passivos Financeiros					
Fornecedores	103.255	103.255	98.930	4.325	-
Floor plan	38.333	38.333	38.333	-	-
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	2.860	-	-
Empréstimos e financiamentos	783.932	894.791	253.147	231.369	410.275
Arrendamentos financeiros a pagar	28.555	35.376	17.537	9.889	7.950
Cessão de direitos creditórios	30.214	40.077	8.015	16.031	16.031
Partes relacionadas	43	43	43	-	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	111.306	57.889	14.293	39.124
Outras contas a pagar	61.051	61.051	61.051	-	-
Total	**1.151.390**	**1.287.092**	**537.805**	**275.907**	**473.380**

4.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração do Grupo efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar. As dívidas foram segregadas em CDI, TLP e Selic, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,86%, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras do Grupo. Sobre a Selic, o cenário considerado provável pelo Grupo é de manutenção da taxa de 7,00% em 31 de dezembro de 2017. Sobre a TLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2017 é de 7% a.a.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), para as taxas dos contratos pós-fixados.

						Controladora
Operação	**Exposição**	**Riscos**	**Taxa média provável**	**Cenário I provável**	**Cenário II + deterioração de 25%**	**Cenário III + deterioração de 50%**
Operações - Pós-fixadas						
Caixa e equivalentes de caixa	35.804	Aumento do CDI	6,91%	2.474	3.093	3.711
Títulos e valores mobiliários	15.166	Aumento da SELIC	7,00%	1.062	1.327	1.592
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(103.147)	Aumento do CDI	6,86%	(7.076)	(8.845)	(10.614)
Empréstimos e financiamentos	(40)	Aumento do CDI	6,86%	(3)	(3)	(4)
Empréstimos e financiamentos	(52.184)	Aumento da SELIC	11,66%	(6.085)	(7.606)	(9.127)
Empréstimos e financiamentos	(160.326)	Aumento da TLP	9,92%	(15.904)	(19.880)	(23.857)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós-fixado	**(264.727)**			**(25.532)**	**(31.914)**	**(38.299)**
Operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários	40.517	PRÉ-FIXADO	7,00%	2.836	2.836	2.836
Empréstimos e financiamentos	(258.513)	PRÉ-FIXADO	4,80%	(12.409)	(12.409)	(12.409)
Empréstimos e financiamentos	(9.502)	PRÉ-FIXADO	11,77%	(1.118)	(1.118)	(1.118)
Risco sacado a pagar - montadoras	(2.860)	PRÉ-FIXADO	4,89%	(140)	(140)	(140)
Arrendamentos financeiros a pagar	(19.273)	PRÉ-FIXADO	9,94%	(1.916)	(1.916)	(1.916)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré-fixado	**(249.631)**			**(12.747)**	**(12.747)**	**(12.747)**
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	**(514.358)**			**(38.279)**	**(44.661)**	**(51.046)**

						Consolidado
Operação	**Exposição**	**Riscos**	**Taxa média provável**	**Cenário I provável**	**Cenário II + deterioração de 25%**	**Cenário III + deterioração de 50%**
Operações - Pós-fixadas						
Caixa e equivalentes de caixa	112.814	Aumento do CDI	6,91%	7.795	9.744	11.693
Títulos e valores mobiliários	54.621	Aumento da SELIC	7,00%	3.823	4.779	5.735
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(103.147)	Aumento do CDI	6,86%	(7.076)	(8.845)	(10.614)
Empréstimos e financiamentos	(118.844)	Aumento do CDI	10,55%	(12.538)	(15.673)	(18.807)
Empréstimos e financiamentos	(67.730)	Aumento da SELIC	11,66%	(7.897)	(9.872)	(11.846)
Empréstimos e financiamentos	(247.558)	Aumento da TLP	9,92%	(24.558)	(30.697)	(36.837)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós-fixado	**(369.844)**			**(40.451)**	**(50.564)**	**(60.676)**
Operações - Pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários	53.836	PRÉ-FIXADO	7,00%	3.769	3.769	3.769
Empréstimos e financiamentos	(306.189)	PRÉ-FIXADO	5,04%	(15.432)	(15.432)	(15.432)
Empréstimos e financiamentos	(11.173)	PRÉ-FIXADO	11,77%	(1.315)	(1.315)	(1.315)
Empréstimos e financiamentos	(32.438)	PRÉ-FIXADO	14,95%	(4.849)	(4.849)	(4.849)
Risco sacado a pagar - montadoras	(2.860)	PRÉ-FIXADO	4,89%	(140)	(140)	(140)
Arrendamentos financeiros a pagar	(28.555)	PRÉ-FIXADO	13,16%	(3.758)	(3.758)	(3.758)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré-fixado	**(327.379)**			**(21.725)**	**(21.725)**	**(21.725)**
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	**(697.223)**			**(62.176)**	**(72.289)**	**(82.401)**

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

5. Novas normas que ainda não estão em vigor

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017.

5.1 CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros

A norma CPC 48 / IFRS 9 substituirá a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma vigente CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- Ativos financeiros: A principal alteração introduzida na CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros é que o critério de classificação dos ativos financeiros deixou de utilizar o conceito da intenção da Administração individualmente sobre cada ativo financeiro, passando a classificar os instrumentos financeiros com base no modelo de negócio e o gerenciamento do seu portfólio, bem como a análise das características dos fluxos de caixa contratuais ("SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros"). Esses fatores determinam se os ativos financeiros são mensurados ao (i) custo amortizado, (ii) valor justo através do resultado (VJR) ou (iii) valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA). A nova normativa também estabelece outras opções de designar um instrumento a valor justo através do resultado sob certas condições;

- Passivos financeiros: A classificação dos passivos financeiros permanece substancialmente inalterada e continuam sendo mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Para os passivos mensurados a valor justo no reconhecimento inicial, o Grupo reconhecerá a variação do risco de crédito atribuída ao seu risco próprio em outros resultados abrangentes, quando aplicável;

- Redução ao valor recuperável ("*impairment*"): O CPC 48 / IFRS 9 exige que a Administração do Grupo realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas esperadas de seu valor. O Grupo aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros de contas a receber de clientes. Na avaliação realizada durante o exercício de 2017, o Grupo entende que a provisão para perdas em créditos (provisão por redução do valor recuperável de contas a receber) poderá aumentar, gerando um respectivo aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos ativo.

  Na tabela abaixo, demonstramos a classificação dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e como ficará a classificação a partir da data da alocação em 1º de janeiro de 2018:

Controladora

	31 de dezembro de 2017 - CPC 38 / IAS 39				1º de janeiro de 2018 - CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total	Ativo ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	35.804	-	230	36.034	35.804	230	36.034
Títulos e valores mobiliários	55.683	-	-	55.683	55.683	-	55.683
Contas a receber	-	-	52.191	52.191	-	52.191	52.191
Total	**91.487**	**-**	**52.421**	**143.908**	**91.487**	**52.421**	**143.908**

	Passivo ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivo ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	41.574	41.574	-	41.574	41.574
Risco Sacado a pagar - Montadoras	-	2.860	2.860	-	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	-	480.565	480.565	-	480.565	480.565
Arrendamentos financeiros a pagar	-	19.273	19.273	-	19.273	19.273
Partes relacionadas	-	21	21	-	21	21
Cessão de direitos creditórios	-	30.214	30.214	-	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	-	103.147	103.147		103.147	103.147
Outras contas a pagar	-	133	133	-	133	133
Total	**-**	**677.787**	**677.787**	**-**	**677.787**	**677.787**

Consolidado

	31 de dezembro de 2017 - CPC 38 / IAS 39				1º de janeiro de 2018 - CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total	Ativo ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	112.814	-	4.234	117.048	112.814	4.234	117.048
Títulos e valores mobiliários	104.079	4.378	-	108.457	104.079	4.378	108.457
Contas a receber	-	-	227.549	227.549	-	227.549	227.549
Fundo para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	4.865	4.865	-	4.865	4.865
Total	**216.893**	**4.378**	**256.583**	**477.854**	**216.893**	**260.961**	**477.854**

	Passivo ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Passivo ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	103.255	103.255	-	103.255	103.255
Floor plan	-	38.333	38.333	-	38.333	38.333
Risco Sacado a pagar - Montadoras	-	2.860	2.860	-	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	-	783.932	783.932	-	783.932	783.932
Arrendamentos financeiros a pagar	-	28.555	28.555	-	28.555	28.555
Partes relacionadas	-	43	43	-	43	43
Cessão de direitos creditórios	-	30.214	30.214	-	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	-	103.147	103.147	-	103.147	103.147
Outras contas a pagar	-	61.051	61.051	-	61.051	61.051
Total	**-**	**1.151.390**	**1.151.390**	**-**	**1.151.390**	**1.151.390**

5.2 CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11 - Contratos de construção e interpretações relacionadas.

O Grupo adotará o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A adoção deste pronunciamento resultará nas seguintes principais mudanças das políticas contábeis:

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
(a) Reclassificação de reembolso de avaria e multas de trânsito	A Vamos e suas controladas recebem a título de reembolso de seus clientes, valores para cobrir os custos incorridos com multas de trânsito e avarias. O Grupo não incluí margem de lucro nesse tipo de cobrança, não caracterizando uma obrigação de desempenho adicional.	Tendo em vista que não existem uma promessa de entrega de serviço relacionada a esses reembolsos, uma vez que não há margem de lucro nessas cobranças. Dessa forma, esses reembolsos deverão ser demostrados em linha redutora dos respectivos custos ou despesas de origem, uma vez que não há uma obrigação de desempenho adicional nessa operação.
(b) Capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato.	A Vamos e suas controladas possuem custos com comissão de vendas, em consequência dos contratos com clientes. Atualmente, o Grupo tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato no momento em que eles são incorridos.	O CPC 47 / IFRS 15 define custos incrementais como custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido e orienta que tais custos deverão ser ativados quando forem recuperáveis, seja de forma direta ou indireta. Dessa forma a Vamos por meio de suas controladas reconhecerá estes gastos como um ativo de contrato, já que a recuperação das despesas é esperada. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que eram contabilizados quando incorridos, serão capitalizados e diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

5.3 CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Operações de arrendamento mercantil

A norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de arrendamento mercantil tem como objetivo unificar o modelo de contabilização de arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecerem como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que apresentem as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

a) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e

b) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e tem efeito retrospectivo.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que o Grupo tiver em aberto conforme mencionado na nota explicativa 33 de compromissos com arrendamento mercantil operacional. No entanto, o Grupo ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma - curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

5.4 Apresentação dos efeitos calculados relacionados à aplicação dos novos pronunciamentos

O efeito calculado da adoção da CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes e da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Divulgado 31/12/2017	Ajustes calculados CPC 48 / IFRS 9	Valor calculado em 01/01/2018	Divulgado 31/12/2017	Ajustes calculados CPC 48 / IFRS 9	Valor calculado em 01/01/2018
Ativos						
Contas a receber	78.221	-	78.221	240.860	-	240.860
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(27.386)	(2.120)	(29.506)	(35.583)	(2.120)	(37.703)
Despesas antecipadas	3.291	-	3.291	3.863	-	3.863
Outros ativos circulantes	112.248	-	112.248	372.835	-	372.835
Total dos ativos circulantes	**166.374**	**(2.120)**	**164.254**	**581.975**	**(2.120)**	**579.855**
Contas a receber	1.356	-	1.356	22.272	-	22.272
Outros ativos não circulantes	1.301.923	-	1.301.923	1.406.520	-	1.406.520
Total dos ativos não circulantes	**1.303.279**	**-**	**1.303.279**	**1.428.792**	**-**	**1.428.792**
Total dos ativos	**1.469.653**	**(2.120)**	**1.467.533**	**2.010.767**	**(2.120)**	**2.008.647**
Passivo						
Outros passivos circulantes	272.989	-	272.989	561.412	-	561.412
Total do passivo circulante	**272.989**	**-**	**272.989**	**561.412**	**-**	**561.412**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	61.196	(721)	60.475	104.337	(721)	103.616
Outros passivos não circulantes	441.303	-	441.303	650.853	-	650.853
Total do passivo não circulante	**502.499**	**(721)**	**501.778**	**755.190**	**(721)**	**754.469**
Patrimônio líquido						
Capital social	565.696	-	565.696	565.696	-	565.696
Reserva de capital	23.639	-	23.639	23.639	-	23.639
Reserva de lucros	104.830	(1.399)	103.431	104.830	(1.399)	103.431
Total do patrimônio líquido	**694.165**	**(1.399)**	**692.766**	**694.165**	**(1.399)**	**692.766**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.469.653**	**(2.120)**	**1.467.533**	**2.010.767**	**(2.120)**	**2.008.647**

5.5 Outras alterações

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras e/ou informações contábeis consolidadas do Grupo quando de sua adoção inicial:

- Ciclo de melhorias anuais para IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28;
- Alterações ao CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Alterações ao CPC 36 / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e ao CPC 18 / IAS 28 - Investimento em Coligada em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Imposto de Renda.

O Grupo pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

6. Caixa e equivalentes de caixa

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**
Bancos	230	323	11	4.147
Caixa	-	1	1	87
Total disponibilidades	**230**	**324**	**12**	**4.234**
CDB - Certificados de depósitos bancários	34.381	16.046	-	40.691
Operações compromissadas	1.423	1.689	-	72.123
Total aplicações financeiras	**35.804**	**17.735**	**-**	**112.814**
Total do caixa e equivalentes de caixa	**36.034**	**18.059**	**12**	**117.048**

As aplicações financeiras são de resgate imediato, e mantidas para o gerenciamento diário do caixa do Grupo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 100,8% do CDI, equivalente a 0,80% a.m., (em 31 de dezembro de 2016 o rendimento médio foi de 100,2% do CDI, equivalente a 1,12% a.m. e em 31 de dezembro de 2015 o rendimento médio foi de 100,8% do CDI, equivalente a 1,09% a.m.).

7. Títulos e valores mobiliários

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	15.166	21.824	-	50.243
LTN - Letras do Tesouro Nacional	40.517	9.375	-	53.836
Outras aplicações	-	-	-	4.378
Total	**55.683**	**31.199**	**-**	**108.457**
Ativo circulante	55.683	31.199	-	104.079
Ativo não circulante	-	-	-	4.378
Total	**55.683**	**31.199**	**-**	**108.457**

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixado e LFT SELIC), baseadas na variação da taxa SELIC diária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio foi de 100,8% do CDI, equivalente a 0,80% a.m., (em 31 de dezembro de 2016 o rendimento médio foi de 100,2% do CDI, equivalente a 1,12% a.m. e em 31 de dezembro de 2015 o rendimento médio foi de 100,8% do CDI, equivalente a 1,09% a.m.). Esses fundos são administrados por instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. Os rendimentos médios divulgados estão líquidos da taxa de administração e comissão.

8. Contas a receber

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**
Valores a receber de serviços e locações (i)	74.599	4.299	536	133.299
Valores a receber de venda de veículos e peças	-	-	-	15.152
Valores a receber - partes relacionadas - Nota 22	1.356	4.357	-	1.386
Arrendamento mercantil a receber (ii)	-	-	-	106.725
Receita a faturar (iii)	3.140	36.662	-	1.795
Valores a receber de cartões de crédito	-	-	-	764
Garantias a receber	-	-	-	4.153
Outras contas a receber	482	1.378	-	776
(-) Ajuste a valor presente (v)	-	-	-	(918)
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (iv)	(27.386)	(2.778)	-	(35.583)
Total	**52.191**	**43.918**	**536**	**227.549**
Ativo circulante	50.835	39.561	536	205.277
Ativo não circulante	1.356	4.357	-	22.272
Total	**52.191**	**43.918**	**536**	**227.549**

(i) Os valores das contas a receber com prazo médio de vencimento maior que 360 dias são registrados ao seu valor presente na contabilização inicial de transação, de acordo com a taxa média utilizada pelo Grupo na formação dos preços dos respectivos contratos. Os encargos financeiros são reconhecidos como receita financeira quando auferidos;

(ii) Tratam-se das operações de arrendamento dos bens imobilizados para terceiros, operadas prioritariamente pelas Sociedades Borgato e JSL Leasing;

(iii) Receita a faturar refere-se aos contratos de aluguéis de veículos cuja locação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, quando os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. Nesses casos, a mensuração da receita a faturar é efetuada com base nas medições proporcionais aos dias incorridos de locação;

(iv) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 2.5.1;

(v) Em 31 de dezembro de 2017, refere-se a ajuste a valor presente do contas a receber de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto taxa de 6,89%, o qual não afetou o resultado consolidado da Vamos, pois como mencionado na nota explicativa 1.2 d, a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017.

8.1 Classificação por vencimentos (*aging list*) e movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Total a vencer	**42.280**	**37.273**	**536**	**208.213**
Vencidos até 30 dias	6.820	3.358	-	13.749
Vencidos de 31 a 90 dias	3.994	3.521	-	7.643
Vencidos de 91 a 180 dias	15.034	2.047	-	16.182
Vencidos de 181 a 365 dias	8.582	497	-	9.696
Vencidos acima de 365 dias	2.867	-	-	7.649
Total vencidos	**37.297**	**9.423**	**-**	**54.919**
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(27.386)	(2.778)	-	(35.583)
Total	**52.191**	**43.918**	**536**	**227.549**

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e período de 29 de setembro (data da constituição) até 31 de dezembro de 2015, está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado (i)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**-**
(-) Adições	(2.778)	(2.778)
(+) Reversões	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(2.778)**	**(2.778)**
(-) Adição por transferência de investimentos da controladora	-	(8.329)
(-) Adições	(25.879)	(25.747)
(+) Reversões	1.271	1.271
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(27.386)**	**(35.583)**

(i) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o consolidado é representado apenas pelo saldo da própria controladora.

9. Estoques

	Consolidado
Descrição	**31/12/2017**
Veículos novos	51.499
Peças para revenda (i)	27.064
Veículos usados	7.411
Outros	16
(-) Perdas estimadas de estoques (ii)	(860)
Total	**85.130**

(i) Refere-se a saldos de peças e equipamentos alocados nas concessionárias de veículos;

(ii) A provisão para perdas de estoques refere-se à provisão para material de uso e consumo e peças para revenda. A movimentação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrada a seguir:

9.1 Movimentação das perdas estimadas com a desvalorização dos estoques

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**-**
(-) Adições por transferência de investimento	(860)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(860)**

10. Tributos a recuperar

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
ICMS (i)	-	-	-	4.166
PIS e COFINS (ii)	29	-	-	1.729
ISS	-	-	-	1.705
IRRF	106	89	-	760
INSS (iii)	58	321	-	58
Outros impostos	3	32	45	39
Total	**196**	**442**	**45**	**8.457**

(i) Refere-se principalmente a créditos de ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de compras de bens para o ativo imobilizado, compensados à razão mensal de 1/48 avos conforme a legislação fiscal vigente, créditos de ICMS a recuperar sobre prestação de serviços, e créditos de ICMS a recuperar sobre notas de simples remessa emitidas para o retorno de veículos, peças e acessórios enviados para outras unidades ou para demonstração;

(ii) A conta inclui o saldo de tributos a compensar de PIS - programa de integração social e COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social nas aquisições dos bens para o ativo imobilizado, principalmente nas empresas das Sociedades Borgato;

(iii) Valores retidos sobre notas fiscais e faturas de serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais, e créditos extemporâneos de INSS - Instituto Nacional do Seguro Social sobre verbas trabalhistas pacificadas a compensar.

11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Refere-se a imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL a compensar de retenções, antecipações efetuadas durante o ano de 2017 e saldo de antecipações remanescentes de exercícios anteriores, que serão compensados por meio de PER/DCOMP, conforme abaixo.

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Ativo circulante	4.289	635	-	14.428
Total	**4.289**	**635**	**-**	**14.428**

12. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e período de 29 de setembro (data da constituição) até 31 de dezembro de 2015 estão abaixo demonstradas:

	Controladora		
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Custo:			
Em 29 de setembro de 2015	**-**	**-**	**-**
Bens transferidos do imobilizado	1.055	-	1.055
Em 31 de dezembro de 2015	**1.055**	**-**	**1.055**
Bens transferidos do imobilizado	32.226	3.911	36.137
Bens baixados por venda	(23.338)	(3.007)	(26.345)
Em 31 de dezembro de 2016	**9.943**	**904**	**10.847**
Bens transferidos do imobilizado	27.932	26.060	53.992
Bens baixados por venda	(28.809)	(13.451)	(42.260)
Em 31 de dezembro de 2017	**9.066**	**13.513**	**22.579**
Depreciação acumulada:			
Em 29 de setembro de 2015	**-**	**-**	**-**
Bens transferidos do imobilizado	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	**-**	**-**	**-**
Bens transferidos do imobilizado	(9.731)	(2.432)	(12.163)
Bens baixados por venda	7.813	1.880	9.693
Em 31 de dezembro de 2016	**(1.918)**	**(552)**	**(2.470)**
Bens transferidos do imobilizado	(3.143)	(17.153)	(20.296)
Bens baixados por venda	2.735	8.673	11.408
Em 31 de dezembro de 2017	**(2.326)**	**(9.032)**	**(11.358)**
Valor residual líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.055**	**-**	**1.055**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**8.025**	**352**	**8.377**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**6.740**	**4.481**	**11.221**

	Consolidado (i)		
	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2016	**9.943**	**904**	**10.847**
Adições por combinação de negócios	324	17.474	17.798
Bens transferidos do imobilizado	28.075	26.059	54.134
Bens baixados por venda	(28.910)	(13.450)	(42.360)
Em 31 de dezembro de 2017	**9.432**	**30.987**	**40.419**
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2016	**(1.918)**	**(552)**	**(2.470)**
Bens transferidos do imobilizado	(3.190)	(17.151)	(20.341)
Bens baixados por venda	2.781	8.672	11.453
Em 31 de dezembro de 2017	**(2.327)**	**(9.031)**	**(11.358)**
Valor residual líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**8.025**	**352**	**8.377**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**7.105**	**21.956**	**29.061**

(i) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o consolidado é representado apenas pelo saldo da própria controladora.

13. Fundo para capitalização de concessionárias

O Fundo para capitalização de concessionárias refere-se aos aportes efetuados pelas controladas da Vamos, que operam concessionárias de veículos, para o Fundo Garantidor de Crédito com montadoras de veículos. São valores percentuais do custo de aquisição de veículos que são retidos pelas montadoras e depositados em fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome das controladas. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de veículos e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente. O saldo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R$ 19.935.

14. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando como base as informações contábeis das investidas, conforme a seguir:

					Controladora	
Investimentos	**Patrimônio**	**Participação %**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
JSL Holding	65.834	100	1.068	65.834	-	-
Transrio	152.920	100	(1.852)	152.920	-	-
Borgato Máquinas	84.008	100	-	84.008	-	-
Borgato Caminhões	5.329	100	-	5.329	-	-
Borgato Serviços Agrícolas	16.662	100	-	16.662	-	-
Ágio e mais valia	-	-	-	118.117	-	-
Total de investimentos	**324.753**		**(784)**	**442.870**	**-**	**-**

14.1. Movimentação dos investimentos

						Controladora
Investimentos	**31/12/2016**	**Transferência de investimentos**	**Outras movimentações**	**Aquisição de Investimentos**	**Resultado de equivalência patrimonial**	**31/12/2017**
JSL Holding (i)	-	65.238	(472)	-	1.068	65.834
Transrio (i)	-	153.898	874	-	(1.852)	152.920
Borgato Máquinas (ii)	-	-	-	84.008	-	84.008
Borgato Caminhões (ii)	-	-	-	5.329	-	5.329
Borgato Serviços Agrícolas (ii)	-	-	-	16.662	-	16.662
Ágio e mais valia	-	-	-	118.117	-	118.117
Total Investimentos	**-**	**219.136**	**402**	**224.116**	**(784)**	**442.870**

(i) Empresas transferidas para a Vamos em 31 de outubro de 2017, conforme nota explicativa 1.2 c;

(ii) Empresas adquiridas pela Vamos em 22 de dezembro de 2017, conforme nota explicativa 1.2 d.

14.2. Saldos patrimoniais e resultado das investidas e controladas

							Controladora	
	Ativo circulante	**Ativo não circulante**	**Passivo circulante**	**Passivo não circulante**	**Patrimônio líquido**	**Receitas**	**Custos e despesas**	**Lucro / (prejuízo) líquido do exercício**
JSL Holding	126.096	7.475	67.737	-	65.834	5.031	(3.963)	1.068
Transrio	122.514	121.643	69.562	21.675	152.920	39.548	(41.400)	(1.852)
Borgato Máquinas (i)	149.130	261.100	110.995	215.227	84.008	-	-	-
Borgato Caminhões (i)	27.856	11.208	24.857	8.878	5.329	-	-	-
Borgato Serviços Agrícolas (i)	9.176	53.943	15.928	30.529	16.662	-	-	-

(i) Conforme nota explicativa 1.2.d, em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato, e desta forma, os resultados das mesmas não foram considerados no cálculo da equivalência patrimonial.

15. Imobilizado

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estão abaixo demonstradas:

			Controladora
	Veículos (i)	**Máquinas e equipamentos (ii)**	**Total**
Custo:			
Saldo em 29 de setembro de 2015	**-**	**-**	**-**
Adições	52.255	5.763	58.018
Transferências para bens destinados a venda	(1.055)	-	(1.055)
Em 31 de dezembro de 2015	**51.200**	**5.763**	**56.963**
Adições(iii)	540.878	126.097	666.975
Adição - Cisão Movida GTF	119.511	-	119.511
Adição - Incorporação JP Tecnolimp	695	-	695
Transferências	120	(120)	-
Transferências para bens destinados a venda	(32.226)	(3.911)	(36.137)
Baixas (iv)	(12.927)	(996)	(13.923)
Em 31 de dezembro de 2016	**667.251**	**126.833**	**794.084**
Adições	162.200	90.135	252.335
Transferências	389	(389)	-
Transferências para bens destinados a venda	(27.932)	(26.060)	(53.992)
Baixas (iii)	(2.657)	(1.379)	(4.036)
Em 31 de dezembro de 2017	**799.251**	**189.140**	**988.391**
Depreciação acumulada:			
Saldo em 29 de setembro de 2015	-	-	-
Despesa de depreciação no período	(453)	(68)	(521)
Em 31 de dezembro de 2015	**(453)**	**(68)**	**(521)**
Adição - Cisão Movida GTF	(15.601)	-	(15.601)
Adição - Incorporação JP Tecnolimp	(341)	-	(341)
Despesa de depreciação no exercício	(35.170)	(10.371)	(45.541)
Transferências para bens destinados a venda	9.731	2.432	12.163
Baixas (iii)	3.249	792	4.041
Em 31 de dezembro de 2016	**(38.585)**	**(7.215)**	**(45.800)**
Despesa de depreciação no exercício	(72.027)	(33.901)	(105.928)
Transferências para bens destinados a venda	3.143	17.153	20.296
Baixas (iii)	558	1.379	1.937
Em 31 de dezembro de 2017	**(106.911)**	**(22.584)**	**(129.495)**
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**50.747**	**5.695**	**56.442**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**628.666**	**119.618**	**748.284**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**692.340**	**166.556**	**858.896**
Taxas médias da depreciação (%) - no exercício:			
2015			
Pesados	8%	12%	
2016			
Pesados	8%	11%	
2017			
Pesados	8%	15%	

(i) Veículos pesados (caminhões, carretas, cavalos) para uso nas operações;

(ii) Maquinas e equipamentos utilizados no segmento de locação de pesados;

(iii) Conforme nota explicativa 28.1 (ii), do total de adições, o montante de R$ 104.852 refere-se a aumento via aporte de capital da controladora.

(iv) Do total liquido de baixas, o montante de R$ 1.047 refere-se a baixa por sinistro (R$ 339 em 31 de dezembro de 2016);

	Consolidado (iv)							
	Veículos (i)	Máquinas e Equipamentos (ii)	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Terrenos	Edifícios	Outros	Total
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2016	**667.251**	**126.833**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**794.084**
Transferência de investimentos da controladora	4.830	5.028	14.497	2.931	13.800	13.434	2.695	57.215
Adições	163.935	90.181	6	3	-	-	56	254.181
Adições por combinação de negócios	145.579	125.964	1.460	1.181	2.117	3.470	4.664	284.435
Transferências	389	(389)	516	-	-	-	(516)	-
Transferências para bens destinados a venda	(28.075)	(26.059)	-	-	-	-	-	(54.134)
Baixas (iii)	(2.724)	(1.380)	-	-	-	-	-	(4.104)
Em 31 de dezembro de 2017	**951.185**	**320.178**	**16.479**	**4.115**	**15.917**	**16.904**	**6.899**	**1.331.677**
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2016	**(38.585)**	**(7.215)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(45.800)**
Transferência de investimentos da controladora	(1.124)	(2.194)	(2.722)	(1.566)	-	(2.294)	(280)	(10.180)
Despesa de depreciação no exercício	(72.215)	(33.981)	(99)	(50)	-	(135)	(18)	(106.498)
Transferências para bens destinados a venda	3.190	17.151	-	-	-	-	-	20.341
Baixas (iii)	564	1.379	-	-	-	-	-	1.943
Em 31 de dezembro de 2017	**(108.170)**	**(24.860)**	**(2.821)**	**(1.616)**	**-**	**(2.429)**	**(298)**	**(140.194)**
Valor líquido:								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**628.666**	**119.618**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**748.284**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**843.015**	**295.318**	**13.658**	**2.499**	**15.917**	**14.475**	**6.601**	**1.191.483**
Taxas médias da depreciação (%) - no exercício:								
2016 - Pesados	9%	11%	4%	10%	-	10%	10%	
2017 - Pesados	8%	10%	2%	10%	-	10%	5%	

(i) Veículos pesados (caminhões, carretas e cavalos) para uso nas operações;

(ii) Maquinas e equipamentos utilizados no segmento de locação de pesados; e

(iii) Do total liquido de baixas, o montante de R$ 1.047 refere-se a baixa por sinistro.

(iv) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o consolidado é representado apenas pelo saldo da própria controladora.

15.1. Imobilizado de arrendamento

Parte dos ativos foram adquiridos pelo Grupo por meio de arrendamentos financeiros, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	Controladora		
	Veículos	**Máquinas e Equipamentos**	**Total**
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	17.612	1.722	**19.334**
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	16.965	2.308	**19.273**

	Controladora		
	Veículos	**Máquinas e Equipamentos**	**Total**
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2016	13.209	4.664	**17.873**
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2016	5.228	12.279	**17.507**

	Consolidado		
	Veículos	**Máquinas e Equipamentos**	**Total**
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	17.612	1.722	**19.334**
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	21.310	7.245	**28.555**

16. Intangível

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão abaixo demonstradas:

	Consolidado					
	Softwares	**Fundo de comércio (i)**	**Ágio (16.1)**	**Acordo de não competição e carteira de clientes (ii)**	**Outros (iii)**	**Total**
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferência de investimentos da controladora	514	30.814	7.500	7.204	66	46.098
Adições por combinação de negócios	-	-	82.959	28.200	15.100	126.259
Em 31 de dezembro de 2017	**514**	**30.814**	**90.459**	**35.404**	**15.166**	**172.357**
Amortização acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2016	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferência de investimentos da controladora	(90)	-	-	-	-	(90)
Despesas de amortização no exercício	(16)	-	-	-	-	(16)
Em 31 de dezembro de 2017	**(106)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(106)**
Valor líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**408**	**30.814**	**90.459**	**35.404**	**15.166**	**172.251**

Taxas médias da amortização (%) - no exercício:							
2017	**11,4%**	**-**	**-**	**20%**	**-**	**-**	

(i) Fundo de comércio refere-se ao direto de concessão e de exploração da marca MAN na aquisição das filiais de Tocantins e Sergipe, alocado à unidade geradora de caixa concessionárias de veículos. A cada encerramento de exercício é realizado o teste de *impairment* dos direitos de concessão, as principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa, taxas de crescimento na perpetuidade e margem do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, veja critérios dos testes na nota explicativa 16.2;

(ii) O montante de R$ 28.200 registrados na rubrica "Acordo de não competição e carteira de clientes" foram adquiridos em combinação de negócio decorrente da aquisição das Sociedades Borgato. A taxa de amortização é de 20% ao ano; e

(iii) O montante de R$ 10.800 que está dentro da rubrica "Outros", refere-se aos direitos de concessão de uso de imagem, que são direitos de comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra do Brasil Ltda. em certas localizações, alocados à unidade geradora de caixa concessionárias de veículos. Os direitos de concessão são renováveis por tempo indeterminado após decorridos cinco anos da data de contratação, caso nenhuma das partes se manifestem em contrário à continuidade da concessão.

16.1. Ágio decorrente da combinação de negócios

O ágio decorrente da combinação de negócios é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) através de estudo realizado por empresa especializada. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

Os ágios constituídos referem-se a aquisição da Transrio por meio da antiga controladora Original Veículos, o qual posteriormente foi alocado na Transrio por meio de uma cisão parcial, uma vez que o ágio foi atribuído ao segmento de pesados e também a aquisição das Sociedades Borgato.

Abaixo um resumo da alocação do ágio líquido de *impairment*, por nível de segmento operacional:

Ágios decorrentes das combinações de negócios por UGC	**31/12/2017**
Locação de veículos pesados (i)	82.959
Concessionárias de veículos	3.918
Serviços financeiros	3.582
Total	**90.459**

(i) Conforme nota explicativa 1.2 d, o ágio refere-se a aquisição das Sociedades Borgato. Considerando que a aquisição ocorreu em 22 de dezembro de 2017, a Administração entende que não houve nenhum indicativo de redução ao valor recuperável ("*impairment*") do ágio na data base de 31 de dezembro de 2017.

16.2. Teste de redução ao valor recuperável ("*impairment*")

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada Unidade Geradora de Caixa atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2017 são as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	Serviços financeiros	Concessionárias de veículos
Taxas de desconto (*WACC*)	17,60%	8,92%
Taxas de crescimento na perpetuidade	4,00%	2,56%
Taxas de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos 5 anos)	117,87%	5,92%

- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (WACC) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada a ser aplicada aos fluxos de caixa livres

- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2018 a dezembro de 2022;

- Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação;

- O valor residual após dezembro de 2022 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) considerando um crescimento de 4,0% (inflação) e 2,56% (PIB);

- Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Vamos realizou o teste anual de *impairment* das suas UGCs acima descritas e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Os valores recuperáveis estimados para as UGCs Serviços financeiros e concessionárias de veículos foram superiores aos seus valores contábeis em aproximadamente R$ 56.221 e R$ 32.212 respectivamente. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nessa premissa básica poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor contábil ser igual ao valor recuperável

Em pontos percentuais (%)	Serviços financeiros	Concessionárias de veículos
Taxa de desconto	9,41	1,54

17. Fornecedores

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação	7.068	2.634	-	12.212
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para estoque	-	-	-	40.907
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação - partes relacionadas - Nota 22	33.713	62.955	58.018	38.871
Montadoras de veículos	-	751	-	1.106
Outros	793	400	-	11.221
(-) Ajuste a valor presente (i)	-	-	-	(1.062)
Total	**41.574**	**66.740**	**58.018**	**103.255**
Passivo circulante	41.574	66.740	58.018	98.930
Passivo não circulante	-	-	-	4.325
Total	**41.574**	**66.740**	**58.018**	**103.255**

(i) Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo registrou R$ 1.062 referente a ajuste a valor presente de fornecedores de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto taxa de 6,89%. Este montante não contribui para o resultado da Vamos, pois como mencionado na nota explicativa 1.2 d, a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017.

18. *Floor Plan*

Parte das compras de veículos novos para o segmento de concessionárias de veículos são pagas com prazo estendido pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados e peças automotivas "*Floor Plan*", com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem, em geral, um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de veículo e com prazo de vencimento que varia entre 150 a 180 dias após a emissão da nota fiscal, com taxa de juros de até 100% do CDI mais juros de até 0,5% ao mês, após o período de carência que geralmente é de 180 dias. O saldo apresentado no consolidado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 38.333.

19. Risco sacado a pagar - montadoras

					Controladora e consolidado		
Modalidade	**Taxa média (%)**	**Prazo de alongamento**	**Vencimento**	**31/12/2017**	**Novos contratos**	**Juros pagos**	**Juros provisionados**
Em moeda nacional							
Risco sacado	4,89%	10 meses	jul/18	2.860	3.027	(294)	127

A Vamos e suas controladas firmaram convênios com instituições financeiras denominado "risco sacado" para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

20. Empréstimos e financiamentos

Controladora

				Circulante	Não circulante	Total	Movimentação					Circulante	Não circulante	Total
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%)**	**Vencto.**	**31/12/2017**	**31/12/2017**	**31/12/2017**	**Transferência de investimentos**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**31/12/2016**	**31/12/2016**	**31/12/2016**
Em moeda nacional														
Finame (i)	4,80%	Pré-fixado	jan/25	71.466	187.047	258.513	-	-	(21.010)	(20.626)	20.165	46.652	233.332	279.984
Finame (i)	9,92%	TLP + 2,92%	dez/22	35.961	124.365	160.326	-	85.054	(104.270)	(26.003)	21.982	49.493	134.070	183.563
Finame (i)	11,66%	SELIC + 4,66%.	jul/22	11.705	40.479	52.184	-	27.684	(33.940)	(8.464)	7.155	16.110	43.639	59.749
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	1.927	7.575	9.502	-	8.871	(23.672)	(2.516)	2.909	4.863	19.047	23.910
CCB (ii)	6,89%	100% do CDI	jan/19	40	-	40	-	68	(44)	-	-	11	5	16
				121.099	**359.466**	**480.565**	**-**	**121.677**	**(182.936)**	**(57.609)**	**52.211**	**117.129**	**430.093**	**547.222**

Controladora

				Circulante	Não circulante	Total	Movimentação					Circulante	Não circulante	Total
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%)**	**Vencto.**	**31/12/2016**	**31/12/2016**	**31/12/2016**	**Transferência de investimentos**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**31/12/2015**	**31/12/2015**	**31/12/2015**
Em moeda nacional														
Finame (i)	5,74%	Pré-fixado	jan/25	46.652	233.332	279.984	-	301.042	(22.709)	(5.196)	6.847	-	-	-
Finame (i)	9,50%	TLP + 2,92%	dez/21	52.435	142.038	194.473	55.879	151.230	(11.446)	(10.453)	9.263	-	-	-
Finame (i)	10,12%	SELIC + 4,66%.	dez/21	13.168	35.671	48.839	25.273	26.739	(2.874)	(2.625)	2.326	-	-	-
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	4.863	19.047	23.910	-	24.220	(2.232)	(2.831)	4.753	-	-	-
CCB (ii)	6,89%	100% do CDI	jan/19	11	5	16	-	17	(1)	-	-	-	-	-
				117.129	**430.093**	**547.222**	**81.152**	**503.248**	**(39.262)**	**(21.105)**	**23.189**	**-**	**-**	**-**

				Consolidado (i)											
				Circulante	Não circulante	Total	Movimentação						Circulante	Não circulante	Total
Modalidade	Taxa média a.a. (%)	Estrutura taxa média (%)	Vencto.	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	Novos contratos por combinação de negócios	Transferência de investimentos	Novos contratos	Amortização	Juros pagos	Juros apropriados	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016
Em moeda nacional															
Finame (i)	5,04%	Pré-fixado	jan/25	94.039	212.150	306.189	67.925	-	-	(19.419)	(18.405)	17.944	46.652	211.492	258.144
Finame (i)	9,92%	TLP + 2,92%	dez/22	70.765	176.793	247.558	67.941	-	85.054	(109.130)	(25.383)	20.883	51.510	156.683	208.193
Finame (i)	11,66%	SELIC + 4,66%	dez/22	19.361	48.369	67.730	18.588	-	27.684	(34.269)	(6.945)	5.713	14.093	42.866	56.959
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	3.025	8.148	11.173	17.919	-	9.834	(40.880)	(2.561)	2.951	4.863	19.047	23.910
CCB (ii)	10,58%	CDI + 3,69% a.a.	ago/25	28.864	89.980	118.844	88.138	24.415	12.134	(5.848)	(4.822)	4.811	11	5	16
Consórcios (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	9.075	23.363	32.438	32.438	-	-	-	-	-	-	-	-
				225.129	**558.803**	**783.932**	**292.949**	**24.415**	**134.706**	**(209.546)**	**(58.116)**	**52.302**	**117.129**	**430.093**	**547.222**

(i) Em 31 de dezembro de 2016, o consolidado é representado apenas pelo saldo da própria controladora.

750

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional possuem as seguintes características:

(i) **Finame** são financiamentos para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Parte dos contratos são remunerados pela "Taxa de Juros de Longo Prazo - TLP" mais *spread* médio de 2,92% a.a. ou SELIC mais *spread* médio de 4,66%, em 2017 e em 2016, e parte remunerada a taxas de juros pré-fixadas em média de 4,80% a.a. na controladora e 5,04% a.a. no consolidado (5,74% a.a. na controladora em 31 de dezembro de 2016). Está composto de vários contratos com vencimentos variados até janeiro de 2025, controladora e consolidado. Mensalmente são firmados novos contratos relativos a compra de novos ativos pelo processo normal de renovação da frota.

(ii) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos, máquinas e equipamentos para as operações. Está composto por vários contratos, dos quais, a parcela é remunerada com juros médios anuais calculados com base na variação de 100% do Certificado de Depósito Bancário - CDI na controladora para 2017 e 2016 e mais *spread* médio de 3,69% a.a. no consolidado para 2017. Em outubro de 2016 as Sociedades Borgato, apresentadas no consolidado, contrataram cédulas de créditos bancários no valor total de R$ 34.000, a serem liquidados em 42 parcelas mensais com vencimento final em março de 2020, remuneradas com juros médios anuais calculados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI mais *spread médio* de 5,5% a.a. O valor dessa operação foi quitado em janeiro de 2018;

(iii) **Capital de giro (CDC)** referem-se a operações de curto prazo utilizadas para gestão do caixa do Grupo. Essas operações possuem remuneração média de 11,77% a.a. para 2017 e 2016 na controladora e 11,77% a.a. no consolidado em 2017, com vencimento até maio de 2022.

(iv) **Consórcios** referem-se a operações de crédito junto a instituições financeiras para aquisições de máquinas e implementos utilizados nas operações de locações, os quais possuem taxa de administração de 11,95% e 3% de fundo de reserva no consolidado para 2017. Estão compostos de vários grupos e cotas com vencimentos variados até dezembro de 2024.

20.1. Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

		31/12/2017			
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%	Valor Total	%
Total passivo circulante	2018	121.099	25,1	225.129	28,6
	2019	122.846	25,6	177.120	22,6
	2020	91.709	19,1	147.274	18,8
	2021	65.381	13,6	109.112	13,9
	2022	42.547	8,9	71.823	9,2
	2023	28.217	5,9	37.379	4,8
	2024	8.676	1,8	13.306	1,7
	2025 em diante	90	0,0	2.789	0,4
Total passivo não circulante		359.466	74,9	558.803	71,4
Total		**480.565**	**100,0**	**783.932**	**100,0**

20.2. Garantias e cláusulas restritivas ("*covenants*")

O Grupo possui operações de Finame, CCB e Consórcios garantidas pelos respectivos veículos, máquinas e equipamentos financiados. Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo possuía no consolidado R$ 783.377, R$ 12.763 e R$ 48.450 em bens dados em garantias de seus contratos de Finame, CCB e Consórcios, respectivamente (R$ 625.566 e R$ 5.599 em 31 de dezembro de 2016, para os contratos de Finame e CCB, respectivamente não havia Consórcios em 2016).

Para essa operação as Sociedades Borgato devem manter durante a vigência de contrato os seguintes índices ("*covenants*") calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas das Sociedades Borgato:

- ✓ Dívida líquida / EBITDA: até 1,80;
- ✓ Liquidez corrente: igual ou maior 0,90;
- ✓ Dívida nominal bruta: R$ 175 em 2017 e R$ 170 a partir de 2018.

Entretanto, após oficializada a opção de compra das Sociedades Borgato pela Vamos, foi obtido em 15 de dezembro de 2017 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A um "*waiver*" anulando os "*covenants*" que eram calculados sobre as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Borgato, pois as empresas Borgato Máquinas S.A, Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A não constituíam mais o Grupo Borgato.

O capital de giro (CDC) não possui garantias e cláusulas restritivas.

21. Arrendamentos financeiros a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de Finame *leasing* e arrendamentos financeiros para aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo que possuem encargos anuais pré-fixados, e estão distribuídos da seguinte forma:

				Controladora										
				31/12/2017			Movimentação					31/12/2016		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%)**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos por combinação de negócio**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional														
Arrendamento financeiro - *Leasing*	9,94%	Pré-fixada	nov/22	7.460	11.813	19.273	-	3.829	(3.856)	(600)	2.393	6.842	10.665	17.507
				7.460	**11.813**	**19.273**	**-**	**3.829**	**(3.856)**	**(600)**	**2.393**	**6.842**	**10.665**	**17.507**

				Controladora										
				31/12/2016			Movimentação					31/12/2015		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%)**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Transferência de investimentos**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional														
Arrendamento financeiro - *Leasing*	9,94%	Pré- fixada	nov/22	6.842	10.665	17.507	1.868	17.359	(1.925)	(553)	758	-	-	-
				6.842	**10.665**	**17.507**	**1.868**	**17.359**	**(1.925)**	**(553)**	**758**	**-**	**-**	**-**

Consolidado (i)

				31/12/2017			Movimentação					31/12/2016		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%)**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos por combinação de negócio**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional														
Arrendamento financeiro - *Leasing*	13,16%	Pré-fixada	nov/22	13.688	14.867	28.555	9.282	8.673	(8.700)	(600)	2.393	6.842	10.665	17.507
				13.688	**14.867**	**28.555**	**9.282**	**8.673**	**(8.700)**	**(600)**	**2.393**	**6.842**	**10.665**	**17.507**

(i) Em 31 de dezembro de 2016, o consolidado é representado apenas pelo saldo da própria controladora.

21.1. Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

		31/12/2017			
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento das parcelas	Valor Total	%	Valor Total	%
Total passivo circulante	2018	7.460	38,7%	13.688	47,9%
	2019	5.563	28,9%	7.807	27,4%
	2020	6.076	31,5%	6.706	23,5%
	2021	43	0,2%	224	0,7%
	2022	131	0,7%	130	0,5%
Total passivo não circulante		11.813	61,3%	14.867	52,1%
Total		**19.273**	**100%**	**28.555**	**100%**

21.2. Garantias e cláusulas restritivas ("*covenants*")

Conforme demonstrado na nota explicativa 15.1, o Grupo possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos financeiros e que os mesmos estão como garantia dos contratos.

Nos contratos não constam cláusulas restritivas e nem cláusulas que exijam liquidação antecipada.

22. Transações com partes relacionadas

22.1. Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas nas tabelas abaixo:

	Controladora		
Ativo	**Contas a receber - Nota 8**		
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Movida GTF	1.005	327	-
Ponto Veículos	2	-	-
JSL Leasing	293	46	-
JSL S.A.	56	3.586	-
CS Brasil	-	398	-
Total	**1.356**	**4.357**	**-**

										Controladora		
Passivo	**Partes relacionadas**			**Obrigações a pagar por aquisição de empresas - Nota 23**			**Dividendos a pagar - Nota 28.3**			**Fornecedores - Nota 17**		
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Movida Locações	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick logística	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transrio	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75	16	96
Família Borgato	-	-	-	103.147	-	-	1.552	-	-	-	-	-
JSL S.A.	-	-	-	-	-	-	15.700	-	-	33.638	62.939	57.922
Total	**21**	**3**	**-**	**103.147**	**-**	**-**	**17.252**	**-**	**-**	**33.713**	**62.955**	**58.018**

	Consolidado	
	Contas a receber - Nota 8	Outros créditos
Ativo	**31/12/2017**	**31/12/2017**
JSL S.A	57	154
CS Brasil	322	-
Movida GTF	1.005	38
Movida Locações	-	21
JSL Concessionárias	-	20
Ponto Veículos	2	-
Total	**1.386**	**233**

					Consolidado
	Partes relacionadas	Outras contas a pagar - Nota 24	Obrigações a pagar por aquisição de empresas - Nota 23	Dividendos a pagar - Nota 28.3	Fornecedores - Nota 17
Passivo	**31/12/2017**	**31/12/2017**	**31/12/2017**	**31/12/2017**	**31/12/2017**
JSL S.A	-	24.593	-	15.700	35.439
Movida Locações	-	14	-	-	179
Movida GTF	41	-	-	-	-
CS Brasil	-	-	-	-	97
Ponto Veículos	2	-	-	-	-
Original Veículos	-	-	-	-	3.156
Família Borgato	-	-	103.147	2.745	-
Total	**43**	**24.607**	**103.147**	**18.445**	**38.871**

22.2 Transações com a controladora

22.2.1 Ativo

Contas a receber

(i) Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía valor a receber da controladora no montante de R$ 56 e R$ 57 na Controladora e Consolidado, respectivamente, (R$ 3.586 e R$ 154 na controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016) e referente prestação de serviço de locação de veículos, maquinas e equipamentos.

22.2.2 Passivo

Fornecedores

(ii) Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas possuíam valor a pagar a controladora no montante de R$ 33.638 e R$ 15.700 na controladora e no consolidado, respectivamente (R$ 62.939 em 31 de dezembro de 2016, na controladora), sendo que parte deste montante refere-se à transferência de veículos, máquinas e equipamentos no início das operações do Grupo Vamos, e o remanescente referente à renovação e/ou ampliação da frota, realizadas em condições usuais de mercado.

Outras contas a pagar

(iii) Em 31 de dezembro de 2017 as controladas da Vamos possuíam valores a pagar para a JSL S.A. no montante de R$ 24.593 referente à utilização de cartões pré-pagos proveniente de subcontratação de caminhoneiros.

22.3 Outras transações com partes relacionadas

22.3.1 Controladora

	Relação	Especificação
Ativo		
Movida GTF	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos / Reembolso de despesas
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos / Reembolso de despesas
JSL Leasing	Controlada	Cartão JSL / Reembolso de despesas
JSL S.A.	Controladora	Locação operacional / Venda de veículos / Reembolso de despesas
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional / Reembolso de despesas

	Relação	Especificação
Passivo		
Movida Locações	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
Quick logística	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
Transrio	Controlada	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional / CSA / Compra de veículos / Reembolso de despesas
JSL S.A.	Controladora	Locação operacional / CSA / Compra de veículos / Reembolso de despesas / Dividendos
Família Borgato	Partes relacionadas	Aquisição Borgato / Dividendos

22.3.2 Consolidado

	Relação	Especificação
Ativo		
JSL S.A.	Controladora	Locação Operacional / Venda de veículos / Reembolso de Despesas
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação Operacional / Reembolso de Despesas
Movida GTF	Partes relacionadas	Locação Operacional / Venda de veículos / Reembolso de Despesas
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos / Reembolso de despesas

	Relação	Especificação
Passivo		
JSL S.A.	Controladora	Locação Operacional / CSA / Dividendos / Cartão JSL / Letras de arrendamento mercantil
Movida Locações	Partes relacionadas	Locação Operacional / Compra de veículos / Reembolso de Despesas
Movida GTF	Partes relacionadas	Reembolso de Despesas
CS Brasil	Partes relacionadas	CSA / Compra de veículos / Reembolso de Despesas
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Reembolso de Despesas
Original Veículos	Partes relacionadas	Compra de veículos / Reembolso de Despesas
Família Borgato	Partes relacionadas	Aquisição Borgato / Dividendos

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições usuais de mercado, com exceção do reembolso de despesas e CSA (nota explicativa 22.6) que são precificados com base no custo.

22.4. Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, custos, deduções e outras receitas e despesas operacionais de transações entre a Vamos que no consolidado são eliminados:

	Serviços prestados		Serviços tomados	
Transações com controladora	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A	16.521	36.763	(32.270)	(41.294)
Transações eliminadas no resultado				
Vamos	342	-	(638)	(44)
JSL Leasing	-	-	(102)	(1.295)
Transrio	740	1.339	(342)	-
	1.082	1.339	(1.082)	(1.339)
Transações com partes relacionadas				
CS Brasil	16.424	3.844	(1.103)	(211)
Quick logística	478	-	(91)	(129)
Movida GTF	11.267	2.761	(2.635)	(10.569)
Movida Locações	-	-	(24)	(6)
Avante Veículos	-	-	(3)	(35)
Original Veículos	4	-	(49)	(662)
Ponto Veículos	-	-	(5)	(93)
Outros (i)	-	-	(336)	-
	28.173	6.605	(4.246)	(11.705)
Total	**45.776**	**44.707**	**(37.598)**	**(54.338)**

(i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritório de advocacia tributária, no qual um membro do conselho de administração da JSL S.A. é sócio.

	Venda ativos		Compra ativos	
Transações com controladora	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A	3.548	12.508	-	-
Transações com partes relacionadas				
CS Brasil	-	63	-	(3.615)
Movida GTF	1.594	295	(1.594)	(63)
	1.594	358	(1.594)	(3.678)
Total	**5.142**	**12.866**	**(1.594)**	**(3.678)**

	Receita financeira		Despesa financeira	
Transações com controladora	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A	-	-	(472)	-
Transações eliminadas no resultado				
JSL Holding	3.992	-	-	-
JSL Leasing	-	-	(3.992)	-
	3.992	-	(3.992)	-
Total	**3.992**	**-**	**(4.464)**	**-**

22.5. Remuneração dos administradores

Para o exercício de 2017, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi de R$ 439 na controladora e R$ 3.720 no consolidado. Esse valor foi registrado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Exceto quanto ao plano de pagamento baseado em ações mencionado na nota explicativa 28.2 a, a Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

Não houve remuneração para o pessoal-chave da Administração na controladora durante o exercício de 2016 e período de 29 de setembro a 31 de dezembro de 2015, visto que eles eram remunerados pelo Grupo JSL.

22.6. Centro de serviços administrativos

O Grupo JSL, com o objetivo de alocar adequadamente os gastos entre as empresas usuárias de serviços corporativos comuns, começou, a partir de 2016, a ratear, de acordo com critérios definidos por estudos técnicos apropriados, os gastos compartilhados da estrutura e *BackOffice* compartilhado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante transferido da Vamos para o Grupo JSL relativo à estes serviços do Grupo JSL, foi de R$ 6.213 (31 de dezembro de 2016 - R$ 941). O Centro de serviços administrativos não cobra taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos, portanto, trata-se apenas de reembolso. Esses montantes compõem os saldos apresentados na nota explicativa 22.2, na coluna de serviços tomados.

23. Obrigações a pagar por aquisição de empresas

As obrigações a pagar por aquisição de empresas registradas no passivo circulante e não circulante nos montantes de R$ 57.314 e R$ 45.833, respectivamente, totalizando R$ 103.147 em 31 de dezembro de 2017. Tais obrigações referem-se (i) ao valor a pagar em parcelas no montante de R$ 83.147 aos antigos sócios das Sociedades Borgato e (ii) a contraprestação contingente no montante de R$ 20.000, conforme nota explicativa 1.2 d. Veja a divulgação da transação entre partes relacionadas na nota explicativa 22.

24. Outras contas a pagar

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**
Cartões de crédito a pagar (i)	-	-	-	31.886
Cartões de crédito a pagar - Partes relacionadas (ii) - Nota 22	-	-	-	10.700
Veículos em consignação	-	-	-	397
Reserva de seguros	4.903	1.844	-	4.937
Letras de arrendamento mercantil	-	-	-	2.113
Letras de arrendamento mercantil - Partes relacionadas - Nota 22	-	-	-	13.907
Aporte fundo de capitalização	-	-	-	286
Alugueis a pagar	-	-	-	136
Outras contas a pagar	133	149	-	2.023
Total Passivo Circulante	**5.036**	**1.993**	**-**	**66.385**

(i) Valores a pagar por utilização de cartões pré-pagos referente aos caminhoneiros subcontratados da JSL S.A.;

(ii) Refere-se a mesma natureza da transação descrita em (i), porém proveniente de adiantamentos recebido da JSL S.A. para serem creditados aos referidos cartões.

25. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social

25.4. Crédito (provisão) para impostos de renda e contribuição social diferido

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Créditos fiscais				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	200	153	19.645
Provisão para demandas judiciais e administrativas	-	-	-	962
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.615	802	-	16.159
Outras provisões	45	63	-	79
Constituição de ajuste a valor presente	-	-	-	363
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	-	-	-	293
Total créditos fiscais brutos	**8.660**	**1.065**	**153**	**37.501**
Débitos fiscais				
Depreciação econômica vs. fiscal	(57.352)	(21.592)	(174)	(116.010)
Imobilização *leasing* financeiro	(12.504)	(10.149)	-	(12.177)
Constituição de IR/CS sobre realização fiscal do Ágio	-	-	-	(589)
Total débitos fiscais brutos	**(69.856)**	**(31.741)**	**(174)**	**(128.776)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(61.196)**	**(30.676)**	**(21)**	**(91.275)**
Tributos diferidos passivos	(61.196)	(30.676)	(21)	(104.337)
Tributos diferidos ativos	-	-	-	13.062
Total débitos fiscais, líquidos	**(61.196)**	**(30.676)**	**(21)**	**(91.275)**

Ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais no montante de R$ 1.633 não foram contabilizados na JSL Holding, devido à falta de premissas convincentes para cálculo de expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. O Grupo considera evidência convincente o primeiro período social que apresentar lucro tributável, aliado ao histórico de confiabilidade das projeções de recuperação do ativo fiscal diferido para poder reconhecer o respectivo ativo.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado (i)
Saldo líquido de IR Diferido em 31 de dezembro de 2015	**(21)**	**(21)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(22.019)	(22.019)
IR/CS diferidos reconhecidos sobre cisão da Movida GTF	(8.636)	(8.636)
Saldo líquido de IR Diferido em 31 de dezembro de 2016	**(30.676)**	**(30.676)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(29.792)	(30.545)
IR/CS diferidos reconhecidos em combinação de negócios	-	(42.987)
IR/CS diferidos reconhecidos na transferência de investimentos da controladora	-	13.661
IR/CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	(728)	(728)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(61.196)**	**(91.275)**

(i) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o consolidado é representado apenas pelo saldo da própria controladora.

25.5. Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2017 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados, exceto para os ativos fiscais diferidos da JSL Holding, conforme mencionado acima. A tabela abaixo apresenta o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entidade:

	31/12/2017
JSL Leasing (i)	10.454
Borgato Serviços (ii)	2.188
Transrio (iii)	7.003
Total	**19.645**

(i) O valor do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social será compensado com a realização do imposto de renda diferido passivo no montante de R$ 9.605 decorrente da superveniência de depreciação, registrada conforme parágrafo 2º. Do Art. 15º. da Resolução CMN n º 3.059/02;

(ii) Devido a expansão das operações de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados em 2013 e 2014, para o Grupo Borgato, houve aquisições expressivas de imobilizado. A diferença entre a depreciação para fins fiscais e a depreciação baseada na vida útil dos imobilizados gerou um imposto de renda diferido passivo no montante de R$ 52.607, o qual o Grupo espera compensar o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social com o imposto de renda diferido passivo a partir do término do incentivo fiscal da depreciação acelerada. Adicionalmente, existe a expectativa, baseada em evidencias observadas pela administração, que o Grupo Borgato está apresentado lucro fiscal para compensação do seu prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social;

(iii) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social originaram-se no ano de 2015 devido à crise econômica instaurada no Brasil. A partir de 2016, com a geração de lucro fiscal os valores de prejuízo fiscal e base negativa passaram a ser compensados. O Grupo elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 4 anos.

Com base nas informações discutidas nos itens acima, a tabela a seguir a presenta a realização do imposto de renda e base negativa de contribuição social ao longo do tempo:

						2017(i)
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Valores consolidados	3.051	5.871	1.118	-	-	**10.040**

(i) Conforme parágrafo 2º. Do Art. 15º. da Resolução CMN n º 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas e superveniência de depreciação, no montante de R$ 9.605, não foram contemplados em razão de sua realização ser apurada no fluxo de vencimento das operações de arrendamento mercantil contratadas.

25.6. Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSSL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	115.944	64.757	61	116.631
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(39.421)**	**(22.017)**	**(21)**	**(39.655)**
(Adições) exclusões permanentes				
Equivalência Patrimonial	(267)	-	-	-
Incentivos Fiscais - PAT	106	-	-	58
Despesas indedutíveis	(27)	(2)	-	(742)
Juros sobre capital próprio	4.333	-	-	4.333
Outras exclusões	24	-	-	67
IRPJ e CSLL apurados	**(35.252)**	**(22.019)**	**(21)**	**(35.939)**
Corrente	(5.460)	-	-	(5.394)
Diferido	(29.792)	(22.019)	(21)	(30.545)
IRPJ e CSLL no resultado	**(35.252)**	**(22.019)**	**(21)**	**(35.939)**
Alíquota efetiva	30,4%	34,0%	34,4%	30,8%

As declarações de imposto de renda do Grupo estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros.

Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

26. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A Vamos no curso normal de seus negócios, apresentam depósitos judiciais e demandas cíveis, tributárias e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas e, quando aplicável, estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais.

26.4. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Trabalhistas	48	38	-	3.054
Tributários	109	109	-	109
Total	**157**	**147**	**-**	**3.163**

26.5. Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo está envolvido em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

O Grupo classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração do Grupo, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração do Grupo julga que a provisão para riscos cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Trabalhistas	20	23	-	2.021
Cíveis	-	-	-	833
Total	**20**	**23**	**-**	**2.854**

As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 são apresentadas conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado (i)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**-**	**-**
(+) Adições por incorporação JP Tecnolimp	23	23
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**23**	**23**
(+) Adições	-	186
(+) Adição por transferência de investimentos da controladora	-	2.027
(+) Adição por combinação de negócios	-	618
(-) Baixas	(3)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**20**	**2.854**

(i) Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o consolidado é representado apenas pelo saldo da própria controladora.

Trabalhistas

Os processos trabalhistas são compostos principalmente por ações solicitando indenizações e outros pedidos diversos contra empresas do Grupo.

Cíveis

Referem-se, principalmente a processos relacionados a pedidos indenizatórios por motivos diversos contra as empresas do Grupo, assim como ações anulatórias e contratuais.

26.6. Perdas possíveis não provisionadas no balanço

O Grupo tem, em 31 de dezembro de 2017, processos em andamento de natureza tributárias, cíveis e trabalhistas nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Trabalhistas	323	16	-	712
Cíveis (i)	31	6	-	7.102
Tributárias	-	-	-	333
Total	**354**	**22**	**-**	**8.147**

(i) As demandas cíveis estão relacionadas substancialmente a pedidos indenizatórios por perdas e danos, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais efetuadas por clientes contra a controlada Transrio que atua no segmento denominado “concessionárias de veículos”.

27. Cessão de direitos creditórios

Em dezembro de 2017 a Vamos efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado. A Vamos será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida foi de R$ 40.077, o valor recebido pela Vamos foi de R$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022. Os saldos registrados são os seguintes:

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2015**	**31/12/2017**
Venda de direitos creditórios	40.077	-	-	40.077
Juros a apropriar	(9.863)	-	-	(9.863)
Total	**30.214**	**-**	**-**	**30.214**
Total circulante	6.043	-	-	6.043
Total não circulante	24.171	-	-	24.171
Total	**30.214**	**-**	**-**	**30.214**

28. Patrimônio líquido

28.4. Capital social

O capital social da Vamos, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 565.696 divididos em 354.860 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R$ 121.783 em 31 de dezembro de 2016, divididos em 121.783 mil quotas não nominativas e sem valor nominal e R$ 1 em 31 de dezembro de 2015 divididos em 1 mil quotas não nominativas e sem valor nominal).

Saldo em 29 de setembro de 2015 (data de constituição)	**-**
Integralização de capital social	1
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1**
Incorporação JP Tecnolimp (i)	1.600
Aumento de capital via cisão Movida GTF (i)	15.330
Aumento de capital com bens (ii)	104.852
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**121.783**
Aumento de capital via AFAC (iii)	7.460
Aumento de capital com emissão de novas ações (iv)	113.202
Aumento de capital com emissão de novas ações (v)	88.139
Transferência de investimento da controladora (vi)	219.136
Rerratificação de ato societário para aumento de capital (vii)	15.976
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**565.696**

(i) Em 31 de agosto de 2016 o capital social da Vamos, foi aumentado através de incorporação da empresa JP Tecnolimp S.A. e a Cisão da Movida GTF, conforme nota explicativa 1.2 a) e b);

(ii) Em 31 agosto de 2016 o capital social da Vamos foi aumentado pela sua controladora no montante de R$ 104.852, com imobilizado referente a veículos, maquinas e equipamentos pesados;

(iii) Em 31 de dezembro de 2015 o adiantamento para o futuro aumento de capital social possuía um total de R$ 10. Em 31 de dezembro de 2016 o montante era de R$ 7.460. O total do AFAC está qualificado como instrumento patrimonial tendo em vista que são irrevogáveis e irretratáveis, ao aumento de capital social, constituindo um aumento de quotas sem qualquer indexação. Os valores em 31 de dezembro de 2015 foram integralizados como capital social e os valores em 31 de dezembro de 2016 foram subscritos ao capital das empresas durante o exercício de 2017;

(iv) Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social no valor de R$ 113.202, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias;

(v) Em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social, em decorrência da incorporação de ações das Sociedades Borgato, no valor de R$ 88.139, mediante a emissão de 31.937 mil ações ordinárias;

(vi) Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter participações de 99,99% do capital da Transrio e da JSL Holding, conforme nota explicativa 1.2 c, consolidando à partir desta data os saldos das investidas. Os montantes envolvidos nesta transação referem-se ao patrimônio líquido da Transrio e da JSL Holding, sendo composto de R$ 237.595 de capital social, R$ 31.931 de prejuízos acumulados e de R$ 13.472 de AFAC, totalizando R$ 219.136 o qual, no momento do investimento recebido foi registrado como um aporte de capital;

(vii) Em 31 de outubro de 2017 o capital social da Vamos foi aumentado pela sua controladora no montante de R$ 15.976 referente a rerratificações de ato societários.

28.5. Reserva de capital

a) Pagamento baseado em ações

A Controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados à Vamos que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações da Vamos de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações - transações de ações do Grupo e em tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração da JSL S.A. e estabelecem: (i) os critérios de outorga das opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços ao Grupo JSL para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis no Grupo JSL durante o período de aquisição de direito.

Os Planos são calculados com base na média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento ao Grupo JSL do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo *Black & Scholes* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde.	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
VI	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VI	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente à "pagamentos baseados em ações" no patrimônio líquido é de R$ 865 (R$ 186 em 31 de dezembro de 2016) e no resultado do exercício foi reconhecido R$ 679 (R$ 186 em 31 de dezembro de 2016) na rubrica de "Despesas administrativas".

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	Quantidade de ações			
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Opções de ações em circulação
Outorgas concedidas 2016	195.933	-	-	195.933
Posição em 31 de dezembro de 2016	**195.933**	**-**	**-**	**195.933**
Outorgas concedidas 2017	132.224	-	-	132.224
Posição em 31 de dezembro de 2017	**328.157**	**-**	**-**	**328.157**

b) Ágio na subscrição de ações

Aumento da reserva de capital no montante de R$ 22.774 proveniente de diferença entre o valor patrimonial de R$ 88.139 mencionado na nota explicativa 28.1 (v) e o valor de R$ 110.913 aportado de ações na data de aquisição das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.2 c.

28.6. Distribuição de dividendos

Em conformidade com o Estatuto Social, da Vamos, os acionistas têm direito, a partir de 2017, ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício.

O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Vamos permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram distribuídos R$ 19.164 como dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre o capital próprio, sendo que está registrado na rubrica de dividendos a pagar o valor de R$ 18.445. Deste montante, o saldo de R$ 17.252 é referente ao exercício de 2017, líquidos de imposto de renda, e o residual de R$ 1.193 é decorrente da aquisição das Sociedades Borgato. O cálculo dos dividendos é assim demonstrado para o exercício de 2017. Veja esta transação entre partes relacionadas na nota explicativa 22.

	2017
Lucro Líquido do exercício	80.692
Reserva Legal - 5%	(4.035)
Base de cálculo dos dividendos	76.657
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	19.164
Quantidade total de ações	354.860
Dividendos por ação - R$	0,05
Natureza da remuneração	
Dividendos	**19.164**

28.7. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram constituídos R$ 4.035 como reserva legal.

29. Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a) Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

A apólice é coorporativa tendo sua cobertura em nome da JSL S.A. Entretanto, existe um processo interno de rateio dos prêmios pagos entre a Vamos e a JSL S.A.

		Controladora JSL S.A.
Serviços segurados	**Vigência**	**Cobertura**
Incêndio, queda de raio e explosão	12/2016 a 05/2018	79.000
Danos elétricos	12/2016 a 05/2018	1.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impactos nos veículos	12/2016 a 05/2018	3.000
Quebra de vidros	12/2016 a 05/2018	10
Desmoronamento	12/2016 a 05/2018	60
Roubo ou furto qualificado	12/2016 a 05/2018	500
Equipamentos estacionários	12/2016 a 05/2018	500
Equipamentos móveis	12/2016 a 05/2018	570
Responsabilidade civil de operações	12/2016 a 05/2018	1.520
Lucros cessantes	12/2016 a 05/2018	600
Roubo de valores no interior do estabelecimento	12/2016 a 05/2018	30
Roubo de valores no trânsito	12/2016 a 05/2018	10
Perda ou pagamento de aluguel	12/2016 a 05/2018	900
Movimentação de carga	12/2016 a 05/2018	350
Mercadoria de terceiros	12/2016 a 05/2018	175.285
Total de cobertura		**263.335**

b) Frota

A Companhia contrata seguro para frota conforme exigências contratuais, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de sua frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

30. Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Receita de locação, arrendamento mercantil e prestação de serviços	383.629	210.535	537	393.317
Receita de venda de ativos desmobilizados	28.824	16.539	-	28.926
Receita de venda de veículos novos	-	-	-	26.862
Receita de venda de peças e acessórios	-	-	-	11.738
Receita de venda de veículos usados	-	-	-	1.421
Receita bruta	**412.453**	**227.074**	**537**	**462.264**
(-) Deduções da receita				
Impostos sob vendas	(35.241)	(19.417)	(50)	(39.179)
Devoluções	(2.868)	(87)	-	(4.267)
Descontos concedidos	-	(62)	-	(48)
Receita líquida total	**374.344**	**207.508**	**487**	**418.770**

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em ICMS (alíquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (alíquota de 3% ou 7,65%).

31. Gastos por natureza

As informações de resultado do Grupo são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Custo na venda de veículos novos - Concessionárias	-	-	-	(20.670)
Custo na venda de veículos usados - Concessionárias	-	-	-	(796)
Custo e despesas com frota	(16.328)	(7.807)	-	(17.860)
Custo de vendas de ativos desmobilizados	(30.852)	(16.652)	-	(30.907)
Custo na venda de peças	-	-	-	(7.866)
Pessoal e encargos	(10.610)	(2.569)	-	(18.219)
Depreciação e amortização	(105.928)	(45.541)	(521)	(106.514)
Peças, pneus e manutenções	(10.090)	(3.085)	-	(10.090)
Combustíveis e lubrificantes	(974)	(1.060)	-	(974)
Reversão (despesa) com provisão para demandas judiciais e administrativas	3	-	-	(186)
Propaganda e publicidade	(85)	-	-	(157)
Prestação de serviços	(5.180)	(2.851)	-	(6.664)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(24.608)	(2.778)	-	(24.476)
Energia elétrica	(1)	-	-	(145)
Comunicação	-	(1)	-	(161)
Viagens, refeições e estadias	(80)	(7)	-	(254)
Aluguéis de imóveis	(650)	(527)	-	(1.847)
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	(27.540)	(48.528)	-	(27.540)
Resultado na venda de veículos avariados e sinistrados (ii)	388	188	-	396
Despesas tributárias	(70)	(14)	-	(225)
Recuperação de PIS e COFINS (i)	23.146	10.357	95	23.146
Crédito de impostos extemporâneos (iii)	10	-	-	502
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	851	791	-	(2.498)
	(208.598)	**(120.084)**	**(426)**	**(254.005)**
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(141.739)	(98.595)	(426)	(174.538)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(30.852)	(16.652)	-	(30.907)
Despesas administrativas	(33.319)	(3.882)	-	(44.947)
Despesas comerciais	(3.064)	(1.086)	-	(5.487)
Outras receitas operacionais	403	233		2.087
Outras despesas operacionais	(27)	(102)	-	(213)
	(208.598)	**(120.084)**	**(426)**	**(254.005)**

(i) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação registrados como redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas;

(ii) Referem-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no montante de R$ 1.435 e R$ 1.443, controladora e consolidado respectivamente (R$ 527 em 31 de dezembro de 2016 na controladora);
(iii) Créditos extemporâneos de INSS - Instituto Nacional do Seguro Social sobre verbas trabalhistas pacificadas a compensar.

32. Resultado financeiro

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Despesas financeiras				
Despesas do serviço da dívida				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(52.211)	(23.189)	-	(52.302)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(2.393)	(758)	-	(2.393)
Juros de risco sacado a pagar - montadoras	(127)	-	-	(127)
Despesa total do serviço da dívida	**(54.731)**	**(23.947)**	**-**	**(54.822)**
Outras despesas financeiras	(777)	(329)	-	(1.141)
Despesa financeira total	**(55.508)**	**(24.276)**	**-**	**(55.963)**
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	4.080	1.184	-	4.971
Receita de variação monetária	99	51	-	445
Outras receitas financeiras	13	10	-	19
Juros recebidos	2.298	364	-	2.394
Receita financeira total	**6.490**	**1.609**	**-**	**7.829**
Resultado financeiro líquido	**(49.018)**	**(22.667)**	**-**	**(48.134)**

33. Arrendamento operacional

33.4. Grupo como arrendatário

O Grupo possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M.

Em 31 de dezembro de 2017 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R$ 650, os pagamentos mínimos futuros são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Obrigações futuras de arrendamentos operacionais	8.971	6.140	5.649	4.171	6.680	**31.611**

33.5. Grupo como arrendador

O Grupo possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional com prazos de vencimento até 2022. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, os recebimentos futuros de arrendamentos no consolidado são como segue:

	2017	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Vamos	366.032	377.097	325.580	262.229	183.685	81.549	41.611
JSL Leasing	20.065	14.279	12.441	8.131	3.694	810	-
Total	**386.097**	**391.376**	**338.021**	**270.360**	**187.379**	**82.359**	**41.611**

34. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Numerador:				
Lucro líquido do exercício / período	80.692	42.738	40	80.692
Denominador:				
Média ponderada das ações	159.833.629	50.257.757	1.323	159.833.629
Lucro líquido básico e diluído por ações - R$	**0,50485**	**0,85038**	**30,24390**	**0,50485**

(i) Média ponderada das ações ordinárias

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	125.392.612	11.000	1.000	125.392.612
Efeito das ações emitidas	34.441.017	50.246.757	323	34.441.017
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	**159.833.629**	**50.257.757**	**1.323**	**159.833.629**

O Grupo Vamos não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

35. Informações suplementares do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa.

A Vamos faz aquisições de veículos para expansão de sua frota e parte destes veículos não afetaram o caixa por estarem financiados, ou por advirem de incorporação. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

			Controladora	Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Total de adições do imobilizado	252.335	771.239	58.018	254.181
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(116.567)	(496.370)	-	(121.411)
Aquisição de imobilizado via partes relacionadas	-	-	(58.018)	-
Aumento de capital com imobilizado decorrente de cisão da GTF (nota 15)	-	(103.910)	-	-
Aporte de capital com imobilizado (nota 28.1(ii))	-	(104.852)	-	-
Incorporação do imobilizado de empresa adquirida JP Tecnolimp (nota 15)	-	(354)	-	-
Variação no saldo de risco sacado a pagar - montadoras	(3.027)	-	-	(3.027)
Variação no saldo de fornecedores de imobilizado e montadoras de veículos	(25.559)	(8.402)	-	(14.151)
Rerratificação de ato societário para aumento de capital com imobilizado	15.976	-	-	15.976
	123.158	**57.351**	**-**	**131.568**
Demonstrações dos fluxos de caixa				
Imobilizado operacional para locação	123.158	57.351	-	131.503
Imobilizado para investimento	-	-	-	65
Total	**123.158**	**57.351**	**-**	**131.568**

Conforme nota explicativa 1.2 d, em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato, com os seguintes impactos no fluxo de caixa:

	Controladora			Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2017
Preço total (contraprestação), conforme contrato	224.116	-	-	224.116
(-) Reserva de contingências	(20.000)	-	-	(20.000)
(-) Valor a pagar em parcelas	(83.147)	-	-	(83.147)
(-) Valor pago com ações da controladora	(110.913)	-	-	(110.913)
Caixa desembolsado pela controladora	10.056	-	-	10.056
Caixa assumido da operação, na data do termo de fechamento	-	-	-	(34.953)
Caixa efetivo assumido na operação	-	-	-	(24.897)

36. Eventos subsequentes

a) Recompra de ações da Vamos

Em 08 de junho de 2018 a Vamos, em conjunto com sua controladora JSL S.A., firmou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra da totalidade das ações da Vamos detida pelos mesmos no percentual de 9% do capital total da Vamos.

O valor total dessa transação foi de R$ 115.000, sendo que uma parcela de R$ 20.807 a ser paga mediante a entrega de 3.037.500 ações da sua controladora JSL S.A., e o restante do valor de R$ 94.193 recomprado pela própria Vamos, contabilizado como ações em tesouraria, a ser pago parte com ações da parte relacionada Movida Participações S.A. no valor de R$ 26.067, e o restante no valor de R$ 68.126 a pagar em parcelas anuais corrigidas pelo CDI, iniciando em janeiro de 2019 até 2021 e contabilizadas na rubrica de obrigações a pagar por aquisição de empresas.

Ainda como parte da negociação, o valor a pagar pela primeira transação de aquisição das Sociedades Borgato, destinado à conta "*Escrow*" no montante de R$ 20.000, foi liberado integralmente aos vendedores, totalizando o desembolso de R$ 103.622, registrados na rubrica de obrigações a pagar por aquisição de empresas, conforme mencionado na nota explicativa 23.

b) Redução de capital social da Transrio

Em 09 de Março de 2018, foi aprovada em ata de reunião dos sócios a redução de capital social da sua controlada Transrio, no montante de R$ 65.964. A publicação da ata ocorreu em 19 de maio de 2018, sendo que a efetiva redução foi efetuada em 01 de agosto de 2018, passando o capital social da Transrio de R$ 181.885 para R$ 115.921.

c) Encerramento de contrato de concessão

No dia 20 de setembro de 2018, a controlada Borgato Caminhões S.A. ("Borgato Caminhões") deixou de ser concessionária autorizada da marca DAF. Até a referida data, a Borgato Caminhões atendeu a concessão através de estabelecimentos nas cidades de Ribeirão Preto, Sumaré e São José do Rio Preto, que passaram a ser agências de veículos seminovos com a bandeira Vamos.

* * * * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS *CARVE-OUT* RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Grupo VAMOS

Demonstrações financeiras combinadas *carve-out* em 31 de dezembro de 2018 e relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* **1**

Balanços patrimoniais combinados *carve-out* **10**

Demonstrações de resultados combinadas *carve-out* **11**

Demonstrações de resultados abrangentes combinadas *carve-out* **12**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas *carve-out* e investimento da controladora **13**

Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas *carve-out* – Método indireto **14**

Demonstrações do valor adicionado combinadas *carve-out* **15**

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out* **16**

1. Contexto operacional **16**
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e principais práticas contábeis adotadas **24**
3. Informações por segmento **44**
4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos **45**
5. Caixa e equivalentes de caixa **52**
6. Títulos e valores mobiliários **53**
7. Contas a receber **53**
8. Estoques **54**
9. Tributos a recuperar **55**
10. Imposto de renda e contribuição social a recuperar **55**
11. Ativo imobilizado disponibilizado para venda **55**
12. Fundos para capitalização de concessionárias **56**
13. Imobilizado **57**
14. Intangível **58**
15. Fornecedores **60**
16. *Floor plan* **61**
17. Risco sacado a pagar – montadoras **61**
18. Empréstimos e financiamentos **62**
19. Arrendamentos financeiros a pagar **65**
20. Transações com partes relacionadas **67**
21. Obrigações a pagar por aquisição de empresas **70**
22. Outras contas a pagar **71**
23. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido **71**

24. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas 73
25. Cessão de direitos creditórios 75
26. Patrimônio líquido e investimento da controladora 75
27. Cobertura de seguros 79
28. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços 80
29. Gastos por natureza 82
30. Resultado financeiro 83
31. Arrendamento operacional 83
32. Lucro por ação 84
33. Informações suplementares do fluxo de caixa 84
34. Eventos subsequentes 85

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Grupo Vamos

Mogi das Cruzes - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* relativas ao segmento de "locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados", que incluem as empresas Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., ClicCa Atividades de Internet Ltda., Borgato Máquinas S.A., Borgato Caminhões S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e as informações financeiras *carve-out* advindas da JSL S.A., da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e da Movida Participações S.A. ("Grupo Vamos"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, combinada *carve-out* do Grupo Vamos em 31 de dezembro de 2018, o desempenho combinado *carve-out* de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados *carve-out* para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*". Somos independentes em relação ao Grupo Vamos de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1.2 e 2.3 às demonstrações financeiras que descrevem a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e os critérios utilizados para o rateio e alocação das receitas, custos e despesas, ativos e passivos. As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* do segmento de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados do Grupo Vamos podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo Vamos tivesse operado como uma única entidade independente. As referidas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para demonstrar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos e caixa do Grupo Vamos e podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável dos ágios sobre combinações de negócios e dos fundos de comércio	
Veja as Notas 2.11 e 14 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Vamos possui ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e fundos de comércio registrados na rubrica de "intangíveis", no total de R$ 128.491 mil. Para a avaliação da recuperabilidade dos ágios e dos fundos de comércio são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros. O Grupo Vamos avalia anualmente a projeção desses fluxos de caixa futuros, bem como as premissas que os determinam, tais como volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de descontos. Alterações nas premissas significativas utilizadas podem afetar de forma relevante as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação dos valores recuperáveis dos ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e dos fundos de comércio, em especial a revisão pela Administração dos estudos realizados por especialista contratado; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e dos fundos de comércio por meio dos fluxos de caixa descontados por unidades geradoras de caixa, bem como avaliação da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas; – Comparação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas do Grupo Vamos com os dados obtidos externamente, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como a avaliação da análise de sensibilidade sobre as premissas significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação dos valores recuperáveis dos ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e dos fundos de comércio, bem como as premissas e julgamentos utilizados são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	
Veja as Notas 2.12 e 23 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
O Grupo Vamos possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R$ 30.395 mil, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados como recuperáveis com base em projeção realizada sobre a geração de lucros tributáveis futuros. O Grupo Vamos utiliza-se de certas premissas e julgamentos significativos na determinação do lucro tributável futuro, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos, as taxas de desconto, bem como a determinação do prazo de utilização e interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao grau de julgamento utilizado na projeção de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas e, do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer para o valor dos ativos fiscais diferidos reconhecido nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação da projeção de geração de lucros tributáveis futuros, em especial a revisão, pela Administração, do estudo realizado por especialista contratado; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo expectativa de crescimento, inflação e comparação com dados históricos, dados do setor e/ou dados de mercado da controlada Transrio. Adicionalmente, foi feita a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação das premissas e julgamentos significativos adotados na projeção de lucros tributáveis futuros é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	
Veja as Notas 2.14 e 28 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Vamos possui na rubrica de receita líquida o montante de R$ 983.290 mil, decorrente, substancialmente, de locação, venda de veículos e peças e prestação de serviços. Além disso, no curso normal de renovação de suas frotas, o Grupo Vamos efetua a venda de ativos (veículos, máquinas e equipamentos pesados) utilizados na prestação de serviços. O reconhecimento da receita requer um controle minucioso para identificar o momento em que o Grupo Vamos transfere tal controle sobre os serviços e/ou ativos ao cliente e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo. Devido à relevância dos montantes envolvidos, à necessidade de controles auxiliares na determinação do momento em que o controle é transferido para a contraparte e ao julgamento envolvido na determinação do momento em que o Grupo Vamos deixa de manter envolvimento na gestão do ativo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de venda de veículos e peças, locação, prestação de serviços e venda de ativos, em especial à identificação do momento em que o Grupo Vamos transfere o controle ao cliente dos serviços prestados e/ou dos ativos vendidos e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo; – Testamos em base de amostragem os critérios para reconhecimento contábil da receita de vendas e prestação de serviços e realizamos testes documentais, bem como avaliamos se a contabilização da receita foi efetuada de forma apropriada dentro dos respectivos períodos de competência; – Avaliação dos cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2019, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Devido aos resultados obtidos a partir da análise do ambiente de controles internos, adaptamos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação da receita líquida, os quais não foram registrados pelo Grupo Vamos por terem sido considerados imateriais Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de reconhecimento da receita do Grupo Vamos relativo à venda de veículos e peças, locação, prestação de serviços e venda de ativos é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Vida útil econômica e estimativa do valor residual e recálculo da depreciação dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados a locação	
Veja as Notas 2.9 e 13 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Vamos possui na rubrica de imobilizado o montante de R$ 1.340.727 mil relativo a veículos, máquinas e equipamentos. O Grupo Vamos revisa anualmente as premissas utilizadas para determinar a estimativa de vida útil econômica dos ativos. Adicionalmente, o Grupo Vamos utiliza premissas e julgamentos significativos para determinar o valor residual estimado na venda dos ativos de locação. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos. Em função da relevância, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave no processo de elaboração das premissas significativas relacionadas à determinação da vida útil econômica e do valor residual dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados à locação ("ativos"); – Avaliação dos julgamentos significativos exercidos pelo Grupo Vamos e consideração sobre as premissas significativas feitas para determinar a adequação do uso da vida útil econômica estimada dos ativos e seu valor residual atribuído, tais como o período esperado e o valor projetado de venda; – Recálculo dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício considerando também o valor residual atribuído ao ativo; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de elaboração das premissas significativas para a determinação da vida útil econômica e valores residuais dos veículos, máquinas e equipamentos destinados à locação é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Julgamento na identificação dos saldos e transações decorrentes do processo de *carve-out*	
Veja a Nota 1.2 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* consideram os lançamentos contábeis *carve-out* relacionados, entre outras, com a alocação de receitas, custos e despesas, ativos, dívidas e outros passivos advindos de determinadas controladas da JSL S.A. ("Grupo JSL") que foram considerados pelo Grupo Vamos no processo de elaboração dessas demonstrações financeiras. O registro dos efeitos do *carve-out* requer um controle minucioso para identificar os resultados das transações e saldos patrimoniais a serem considerados nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Devido à relevância desse processo, a necessidade de controles auxiliares para determinar os valores a serem reconhecidos e ao julgamento envolvido, os quais podem afetar os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Verificação da documentação e atos societários da alocação de receitas, custos e despesas, ativos, dívidas e outros passivos advindos de determinadas controladas do Grupo JSL e que foram transferidos para o Grupo Vamos; – Verificação das premissas e fontes de informações utilizadas para capturar os saldos e transações de *carve-out* refletidos nas demonstrações financeiras; – Em base amostral, avaliamos a adequação dos critérios para reconhecimento contábil dos resultados advindos do *carve-out* e realizamos testes documentais para comprovar se a contabilização dessas transações foi efetuada apropriadamente e no período de competência; e – Avaliação da adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação dos saldos e transações decorrentes do processo de *carve-out*, os quais foram registrados pelo Grupo Vamos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de identificação dos saldos e transações decorrentes do processo de *carve-out*, é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações combinadas *carve-out* do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Grupo Vamos, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* do Grupo Vamos. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações combinadas *carve-out* do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Vamos em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar as Empresas do Grupo Vamos ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Vamos.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Vamos. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Vamos a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

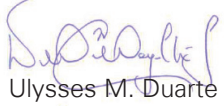
– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Grupo VAMOS
Balanços patrimoniais combinados *carve-out*
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2018[1]	31/12/2017[1]
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	58.605	83.311
Títulos e valores mobiliários	6	7.253	87.042
Contas a receber	7	166.822	154.080
Estoques	8	101.930	85.130
Tributos a recuperar	9	11.406	8.223
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	17.875	13.924
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	11	61.972	35.319
Despesas antecipadas		7.505	3.878
Adiantamentos a terceiros		16.932	8.976
Outros créditos		15.734	5.837
		466.034	**485.720**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	6	794	4.378
Instrumentos financeiros derivativos	4.3.2	4.880	-
Contas a receber	**7**	14.189	20.886
Fundos para capitalização de concessionárias	12	23.477	19.935
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	24.594	23.953
Depósitos judiciais	24.1	4.648	3.198
Outros créditos		1.901	2.247
		74.483	**74.597**
Imobilizado	13	1.385.822	1.250.379
Intangível	14	165.137	168.507
		1.625.442	**1.493.483**
Total do ativo		**2.091.476**	**1.979.203**

	Nota	31/12/2018[1]	31/12/2017[1]
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	83.032	99.439
Floor Plan	16	53.413	38.333
Risco sacado a pagar – montadoras	17	-	2.860
Empréstimos e financiamentos	18	189.109	227.043
Arrendamentos financeiros a pagar	19	15.201	14.337
Partes relacionadas	20.1	26.067	43
Cessão de direitos creditórios	25	7.410	6.043
Obrigações trabalhistas		11.695	9.292
Imposto de renda e contribuição social a recolher		446	1.935
Tributos a recolher		6.062	7.560
Adiantamentos de clientes		24.480	15.512
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	26.3.a	61.375	18.446
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	21	34.769	57.314
Outras contas a pagar	22	15.066	3.578
		528.125	**501.735**
Não circulante			
Fornecedores	15	-	4.325
Empréstimos e financiamentos	18	700.877	571.732
Arrendamentos financeiros a pagar	19	29.735	14.867
Cessão de direitos creditórios	25	16.761	24.171
Provisão para demandas judiciais e administrativas	24.2	3.280	2.883
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	136.459	104.337
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	21	33.275	45.833
		920.387	**768.148**
Total do passivo		**1.448.512**	**1.269.883**
Patrimônio líquido e investimento da controladora			
Capital social	26.1	482.817	499.864
Reserva de capital	26.2	24.199	23.639
Reserva de lucros		167.951	104.829
Ações em tesouraria	26.4	(94.193)	-
Investimento da controladora	1.2	61.481	80.988
Outros resultados abrangentes		709	-
Total do patrimônio líquido e investimento da controladora		**642.964**	**709.320**
Total do passivo, patrimônio líquido e investimento da controladora		**2.091.476**	**1.979.203**

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentado. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

	Nota	31/12/2018[1] (Reclassificado)	31/12/2017[1]
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	28	**983.290**	**674.756**
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	29	(552.881)	(327.114)
Custo de venda de ativos desmobilizados	29	(97.774)	(67.903)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços, e das vendas de ativos desmobilizados		**(650.655)**	**(395.017)**
(=) Lucro bruto		**332.635**	**279.739**
Despesas comerciais	29	(22.533)	(15.951)
Despesas administrativas	29	(85.805)	(65.141)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	29	(9.133)	(25.470)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	18.549	7.773
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**233.713**	**180.950**
Receitas financeiras	30	17.871	12.032
Despesas financeiras	30	(84.494)	(57.253)
(=) Resultado financeiro líquido		**(66.623)**	**(45.221)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**167.090**	**135.729**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	23.2	(18.447)	(21.191)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	23.2	(32.369)	(21.954)
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social		**(50.816)**	**(43.145)**
(=) Lucro líquido do exercício		**116.274**	**92.584**
(=) Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (Em R$)	32	0,34545	0,57925

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração de resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

	31/12/2018[1]	31/12/2017[1]
Lucro líquido do exercício	**116.274**	**92.584**
Itens a serem ou que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado:		
Ganho sobre o *hedge* de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	1.075	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados aos componentes dos outros resultados abrangentes	(366)	-
	709	-
Resultado abrangente do exercício	**116.983**	**92.584**

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração de resultados abrangentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Grupo VAMOS
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas *carve-out* e investimento da controladora
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	Nota	Reserva de capital			Reserva de lucros						Patrimônio líquido e investimento da controladora total
		Capital social	Transações com pagamentos baseados em ações	Ágio na subscrição de ações	Ações em tesouraria	Reserva legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Reserva de *hedge*	Investimento da controladora	Adiantamento para futuro aumento de capital	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**303.669**	**186**	**-**	**-**	**-**	**14.354**	**-**	**-**	**111.982**	**7.460**	**437.651**
Transferência de investimentos da controladora	26.1 (ii)	(181.885)	-	-	-	-	24.074	-	-	-	-	(157.811)
Transferência de investimento – Cisão JSL Holding	26.1 (v)	(4.507)	-	-	-	-	4.507	-	-	-	-	-
Aumento de capital com investimentos da controladora	26.1 (ii)	157.811	-	-	-	-	-	-	-	-	-	157.811
Rerratificação de ato societário para aumento de capital	26.1 (iii)	15.976	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.976
Aumento de capital	26.1 (i)	7.460	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.460)	-
Transações com pagamento baseado em ações	26.2.a	-	679	-	-	-	121	-	-	-	-	800
Aumento de capital com emissão de novas ações	26.1 (iv)	201.340	-	-	-	-	-	-	-	-	-	201.340
Ágio na subscrição de ações	26.2.b	-	-	22.774	-	-	-	-	-	-	-	22.774
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	(42.641)	-	(42.641)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	80.937	-	11.647	-	92.584
Constituição de reserva legal	26.3.b	-	-	-	-	4.035	-	(4.035)	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	57.738	(57.738)	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	26.3 a	-	-	-	-	-	-	(12.742)	-	-	-	(12.742)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatório	26.3.a	-	-	-	-	-	-	(6.422)	-	-	-	(6.422)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (1)		**499.864**	**865**	**22.774**	**-**	**4.035**	**100.794**	**-**	**-**	**80.988**	**-**	**709.320**
Mudanças com a aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9	2.19.3	-	-	-	-	-	(2.694)	-	-	-	-	(2.694)
Saldos ajustados em 1 de janeiro de 2018		**499.864**	**865**	**22.774**	**-**	**4.035**	**98.100**	**-**	**-**	**80.988**	**-**	**706.626**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	105.893	-	**10.381**	-	116.274
Resultado de instrumentos financeiros derivativos, líquido de impostos	4.3.2	-	-	-	-	-	-	-	**709**	-	-	709
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**105.893**	**709**	**10.381**	**-**	**116.983**
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	(29.888)	-	(29.888)
Transferência de investimento – Cisão JSL Holding	26.1 (v)	(17.047)	-	-	-	-	7.045	-	-	-	-	(10.002)
Ações em tesouraria	1.3 c	-	-	-	(94.193)	-	-	-	-	-	-	(94.193)
Transações com pagamento baseado em ações	26.2.a	-	560	-	-	-	-	-	-	-	-	560
Constituição de reserva legal	26.3.b	-	-	-	-	5.647	-	(5.647)	-	-	-	-
Retenção de lucros		-	-	-	-	-	53.124	(53.124)	-	-	-	-
Distribuição de juros sobre capital próprio	26.3 a	-	-	-	-	-	-	(20.000)	-	-	-	(20.000)
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	26.3 a	-	-	-	-	-	-	(27.122)	-	-	-	(27.122)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (1)		**482.817**	**1.425**	**22.774**	**(94.193)**	**9.682**	**158.269**	**-**	**709**	**61.481**	**-**	**642.964**

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

Grupo VAMOS
Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas *carve-out* – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
Em milhares de reais

	31/12/2018 (1) (Reclassificado)	31/12/2017 (1)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	167.090	135.729
Ajustes para:		
Depreciação e amortização (notas 13 e 14)	218.462	124.043
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 11)	97.774	67.903
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 24.2)	397	1.110
Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber (nota 7)	9.133	25.470
Baixa de outros ativos imobilizados (nota 13)	9.175	5.635
Provisão (reversão) para perdas em estoque (nota 8.1)	2.338	(86)
Remuneração com base em ações (nota 26.2.a)	560	679
Créditos de impostos extemporâneos (nota 29)	(5.406)	(2.489)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 4.3.2)	(3.805)	-
Ajuste a valor presente de ativos e passivos (nota 30)	(519)	-
Juros e variações monetárias e cambiais sobre risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos, financiamentos, arrendamentos financeiros e cessão de direitos creditórios (nota 30)	74.975	57.148
	570.174	**415.142**
Variações no capital circulante líquido operacional		
Contas a receber	(19.259)	(42.213)
Estoques	(19.138)	3.266
Tributos a recuperar	2.223	5.210
Fornecedores	(30.195)	(41.603)
Floor plan	15.080	(15.206)
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	2.403	(3.330)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(1.304)	62.466
Variações no capital circulante líquido operacional	**(50.190)**	**(31.410)**
	519.984	**383.732**
Resgates (investimentos) em títulos e valores mobiliários	83.373	(30.014)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(23.887)	(25.791)
Juros pagos sobre risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(57.109)	(61.335)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(190.991)	(102.684)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**331.370**	**163.908**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Incorporação do caixa de empresa adquirida	-	34.953
Adições ao imobilizado	(3.089)	(3.466)
Adições ao intangível	(1.967)	(102)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(5.056)**	**31.385**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Devolução do investimento da controladora	(29.888)	(42.641)
Pagamento pela aquisição de empresa	(103.622)	(10.056)
Novos empréstimos e financiamentos a pagar	183.288	20.878
Pagamentos empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(392.956)	(257.798)
(Pagamento) recebimento cessão de direitos creditórios	(6.649)	30.214
Aumento de capital social	-	113.201
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.193)	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(351.020)**	**(146.202)**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(24.706)**	**49.091**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	83.311	34.220
No final do exercício	58.605	83.311
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(24.706)**	**49.091**
Principais transações que não afetam o caixa, registradas no balanço		
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(301.095)	(120.728)
Recompra de ações (Ações em tesouraria nota explicativa 1.4)	(94.193)	-

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

	Nota	31/12/2018[1]	31/12/2017[1]
		(Reclassificado)	
Vendas, locação e prestação de serviços	28	1.100.543	762.050
Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	29	(9.133)	(25.470)
Outras receitas operacionais	29	18.549	11.148
		1.109.959	**747.728**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas e prestação de serviços		(463.616)	(279.897)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(22.293)	(24.093)
		(485.909)	**(303.990)**
Valor adicionado bruto		**624.050**	**443.738**
Retenções			
Depreciação e amortização	29	(218.462)	(124.043)
Valor adicionado líquido produzido		**405.588**	**319.695**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	30	17.871	12.032
		17.871	**12.032**
Valor adicionado total a distribuir		**423.459**	**331.727**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	29	82.787	52.199
Federais		89.293	75.801
Estaduais		23.908	14.336
Municipais		1.363	4.321
Juros e despesas bancárias	30	84.494	57.253
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	29	12.926	27.540
Aluguéis de imóveis	29	12.414	7.693
Lucros retidos do exercício		116.274	92.584
		423.459	**331.727**

(1) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que a demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não está sendo reapresentada. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

1. Contexto operacional

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos" ou "Companhia"), denominada até 31 de outubro de 2017 como JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda., é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra – Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

A Companhia em conjunto com as entidades controladas descritas na nota explicativa 1.1 e atividades *carve-out*, denominadas "Grupo Vamos" ou "Grupo" atuam nos negócios de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, gestão de frotas, comercialização e revenda de caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos e prestação de serviços de mecânica e funilaria. A Vamos é controlada pela JSL S.A. ("JSL"), que possuía 91% de suas ações em 31 de dezembro de 2017, passando para 99,99% em junho de 2018 como divulgado na nota explicativa 1.3.c.

1.1 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária da Vamos:

Razão Social	Controlada	País sede	Segmento	% Participação 31/12/2018	% Participação 31/12/2017
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (a)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
JSL Holding Financeira Ltda. (b)	Direta	Brasil	Serviços financeiros	-	99,99
JSL Arrendamento Mercantil S.A. (c)	Indireta	Brasil	Serviços financeiros	-	99,99
Borgato Caminhões S.A. (d)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
Borgato Máquinas S.A. (e)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
Borgato Serviços Agrícolas S.A. (f)	Direta	Brasil	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99	99,99
ClicCa Atividades de Internet Ltda. (g)	Direta	Brasil	Serviços de internet	99,99	-

a) Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. ("Transrio")

A Transrio, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Rodovia Presidente Dutra, 1.450, Vigário Geral, cujo objeto social é o comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores, comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados, administração de consórcios, locação de veículos e serviços de manutenção e reparos de veículos automotores. A Transrio possui vinte filiais situadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Sergipe.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada.

b) JSL Holding Financeira Ltda. ("JSL Holding")

A JSL Holding, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, localizada na Av. Saraiva, 400, Brás Cubas, cujo objeto social exclusivo é a participação, como sócia ou acionista, no capital de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A JSL Holding não possui filiais e é a controladora da JSL Leasing, com percentual de 99,99% de participação societária.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada. Em 31 de dezembro de 2018, essa participação foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda. (controlada direta pela JSL), que passou a ser sua controladora direta, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.d

c) JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("JSL Leasing")

A JSL Leasing é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Barueri, Estado de São Paulo, localizada na Alameda Xingu, 350, Alphaville Industrial cujo objeto social é o de arrendamento mercantil, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A JSL Leasing não possui filiais e é controlada pela JSL Holding.

Em 31 de dezembro de 2018, essa participação junto com da sua controladora (JSL Holding) foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda., que passou a ser sua controladora indireta, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.d.

d) Borgato Caminhões S.A. ("Borgato Caminhões")

A Borgato Caminhões, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, localizada na Via Anhanguera s/n, Km 303, sentido Norte, Recreio Anhanguera, cujo objeto social é o comércio de caminhões, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil, peças, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e conservação de veículos e afins, locação de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil e veículos em geral, transporte rodoviário de cargas em geral, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, e ainda atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores. A Borgato Caminhões possui três filiais situadas no Estado de São Paulo.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.a.

No dia 20 de setembro de 2018, a controlada Borgato Caminhões deixou de operar com a bandeira DAF e passou a ser agência de veículos seminovos com a bandeira Vamos.

e) Borgato Máquinas S.A. ("Borgato Máquinas")

A Borgato Máquinas, sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, Km 1,8, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é o comércio de tratores novos e usados, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios, lubrificantes, fertilizantes, herbicidas, sementes e atividades agropastoris, comércio de veículos automotores em geral, pneumáticos e câmaras de ar, locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda transporte rodoviário de cargas em geral. A Borgato Maquinas possui dezoito filiais situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.a.

f) Borgato Serviços Agrícolas S.A. ("Borgato Serviços")

A Borgato Serviços, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, s/n, sala 03, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é a prestação de serviços agrícolas em todos os segmentos, operação de máquinas agrícolas, tratores e caminhões; prestação de serviços de reparo e conservação de veículos, máquinas e implementos agrícolas, assistência técnicas e afins; locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, implementos rodoviários, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda a locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador. A Borgato Serviços possui uma filial situada no Estado de Minas Gerais.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.a.

g) ClicCa Atividades de Internet Ltda. ("ClicCa")

A ClicCa, é uma sociedade limitada de capital fechado, constituída em 21 de maio de 2018, com participação da Vamos de 99,99% e com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, 9º andar, Itaim Bibi, cujo objeto social é a intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, serviços de portais e provedores de conteúdo de internet, serviços de consultoria em tecnologia da informação, podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

1.2 Demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis do Grupo Vamos, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde 1º de janeiro de 2017, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil" – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF" – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A., incorporada pela Movida Participações S.A., controlada direta da JSL S.A.). Para as operações que ainda não foram transferidas da JSL S.A. para o Grupo Vamos, a realização financeira ocorreu diretamente na entidade de origem e para fins de fluxo de caixa estas movimentações financeiras estão consideradas na rubrica de devolução do investimento da controladora.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* não consolidam o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2018, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A.

Portanto, as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* incluem receitas, custos, bem como os ativos e passivos diretamente atribuíveis ao negócio do Grupo Vamos. Contudo, os valores reconhecidos pelo Grupo Vamos não são necessariamente representativos dos valores que teriam sido refletidos nas demonstrações financeiras caso a Companhia operasse independente dessas partes relacionadas. Assim, não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e as informações divulgadas não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para o exercício em que as entidades estiveram sob controle comum.

A reconciliação entre as demonstrações financeiras societárias individuais de cada uma das entidades e as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão apresentadas nos quadros abaixo:

	31 de dezembro de 2018				
Empresas	**Ativos**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Custos, despesas e impostos**	**Lucros (prejuízos) líquidos**
Vamos - demonstrações individuais	1.746.991	581.483	436.066	(323.129)	112.937
Ativos, passivos e resultado ainda não transferidos (*carve-out*) (i)	68.043	61.481	42.806	(32.425)	10.381
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	(358.971)	-	-	(34.056)	(34.056)
Eliminação JSL Holding (*carve-out*)	-	-	-	(7.045)	(7.045)
Eliminações entre partes relacionadas	(16.667)	-	-	22.090	22.090
Total Vamos + *carve-out*	**1.439.396**	**642.964**	**478.872**	**(374.565)**	**104.307**
Transrio - demonstrações individuais	234.256	131.910	243.611	(233.615)	9.996
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	-	(131.910)	-	-	-
Eliminações entre partes relacionadas	(181)	-	(769)	-	(769)
Total Transrio	**234.075**	**-**	**242.842**	**(233.615)**	**9.227**
Borgato Caminhões - demonstrações individuais	30.237	21.724	59.842	(58.191)	1.651
Borgato Máquinas - demonstrações individuais	337.186	169.078	210.241	(196.604)	13.637
Borgato Serviços - demonstrações individuais	58.938	34.338	22.781	(13.974)	8.807
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	-	(225.140)	-	-	-
Eliminações entre as Sociedades Borgato	(10.330)	-	(5.153)	5.153	-
Eliminações entre partes relacionadas	(85)	-	(26.135)	4.815	(21.320)
Total Sociedades Borgato	**415.946**	**-**	**261.576**	**(258.801)**	**2.775**
Clicca	2.059	1.921	-	(35)	(35)
Eliminações - demonstrações consolidadas	-	(1.921)	-	-	-
Total Clicca	**2.059**	**-**	**-**	**(35)**	**(35)**
Total combinado *carve-out*	**2.091.476**	**642.964**	**983.290**	**(867.016)**	**116.274**

	31 de dezembro de 2017				
Empresas (iii)	**Ativos**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Custos, despesas e impostos**	**Lucros (prejuízos) líquidos**
Vamos - demonstrações individuais	1.469.653	694.165	374.344	(293.652)	80.692
Ativos, passivos e resultado ainda não transferidos (*carve-out*) (i)	101.713	80.988	70.181	(58.534)	11.647
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii) (iv)	(258.919)	-	-	1.852	1.852
Eliminação JSL Holding (*carve-out*)	(65.833)	(65.833)	-	(1.068)	(1.068)
Eliminações entre partes relacionadas	-	-	(638)	342	(296)
Total Vamos + *Carve-out*	**1.246.614**	**709.320**	**443.887**	**(351.060)**	**92.827**
Transrio - demonstrações individuais (ii) (iv)	244.157	152.920	231.211	(231.750)	(539)
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	-	(152.920)	-	-	-
Eliminações entre partes relacionadas	(1.025)	-	(342)	638	296
Total Transrio	**243.132**	**-**	**230.869**	**(231.112)**	**(243)**
Borgato Caminhões - demonstrações individuais	34.739	5.329	-	-	-
Borgato Máquinas - demonstrações individuais	408.127	84.008	-	-	-
Borgato Serviços - demonstrações individuais	61.341	16.662	-	-	-
Eliminações - demonstrações consolidadas (ii)	(14.750)	(105.999)	-	-	-
Total Sociedades Borgato (v)	**489.457**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total combinado *carve-out*	**1.979.203**	**709.320**	**674.756**	**(582.172)**	**92.584**

(i) Os saldos de *carve-out* foram baseados nos registros contábeis de centros de custo relacionados às operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em outras empresas do Grupo JSL. Assim, foram considerados os ativos imobilizados, as despesas de depreciação e os financiamentos atrelados à tais imobilizados, as despesas financeiras relativas aos financiamentos, as receitas e os custos de locação dos ativos imobilizados. Adicionalmente, o imposto de renda e a contribuição social do *carve-out* foram calculados considerando as mesmas bases mencionadas na nota explicativa 2.12;

(ii) Estas rubricas representam as eliminações decorrentes do processo de consolidação das controladas da Vamos, ou seja, eliminação do investimento da Vamos em contrapartida do patrimônio líquido das controladas e respectivos resultados;

(iii) Em 31 de outubro de 2017 a Vamos passou a ser a controladora da Transrio e, conforme divulgado no item (v), em 22 de dezembro de 2017 passou a ser a controladora das Sociedades Borgato;

(iv) O prejuízo registrado para a Transrio no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 539 e durante o período de 01 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sob controle da Vamos, o prejuízo foi de R$ 1.852, conforme resultado de equivalência patrimonial da Vamos; e

(v) Conforme divulgado na nota explicativa 1.3.a, as Sociedades Borgato foram adquiridas em 22 de dezembro de 2017 e foi apurado que o resultado do período compreendido entre a data de aquisição e 31 de dezembro de 2017 não era relevante para ser combinado e apresentado nestas demonstrações financeiras.

Os valores derivados do *carve-out* das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos foram incorporados nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* nas seguintes rubricas:

Ativo	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Contas a receber	11.665	21.849
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	4.118	6.258
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.829	12.599
Outros ativos	49	88
Imobilizado	36.382	60.919
Total do ativo	**68.043**	**101.713**
Passivo		
Fornecedores	71	730
Empréstimos e financiamentos	3.537	14.843
Arrendamentos financeiros a pagar	-	649
Tributos a recolher	-	2.420
Outras contas a pagar	2.954	2.083
Total do passivo	**6.562**	**20.725**
Investimento da controladora	61.481	80.988
Total do passivo e investimento da controladora	**68.043**	**101.713**

	31/12/2018	**31/12/2017**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	**42.806**	**70.181**
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(7.063)	(6.529)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(17.404)	(36.412)
(=) Total dos custo das vendas, locações, prestações de serviços e das vendas de ativos desmobilizados	**(24.467)**	**(42.941)**
(=) Lucro bruto	**18.339**	**27.240**
Despesas administrativas	(3.271)	(10.405)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	531
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**15.068**	**17.366**
Receitas financeiras	687	1.139
Despesas financeiras	(290)	-
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**15.465**	**18.505**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(8.314)	(14.721)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	3.230	7.863
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	**(5.084)**	**(6.858)**
(=) Lucro líquido do exercício	**10.381**	**11.647**

1.3 Movimentações societárias

Movimentações ocorridas durante o exercício de 2017

a) Aquisição das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Maquinas, Borgato Serviços, Borgato Caminhões (em conjunto denominadas "Sociedades Borgato"). Esta aquisição está em linha com a estratégia de crescimento da Vamos no segmento de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, esperando assim uma sinergia com seu atual portfólio.

O valor da transação foi de R$ 224.116, pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores da contraprestação
Depósito em garantia ("*Escrow")* (i)	20.000
Valor a pagar em parcelas (ii)	93.203
Valor pago com ações da Controladora (iii)	110.913
Preço total (contraprestação), conforme contrato	**224.116**

(i) O montante de R$ 20.000 ficará retido pelo prazo de cinco anos como garantia de eventuais contingências *("Escrow")* e está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas"*;*

(ii) O referido valor está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" a ser pago em 58 parcelas até agosto de 2022, sendo que do total a pagar, apenas R$ 50.000 serão atualizados com base em 100% do CDI; e

(iii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi avaliado utilizando a metodologia de rentabilidade futura, que se baseia na projeção e fluxos de caixa descontados de um período de cinco anos, o qual está suportado por laudo de avaliação. Para este montante foram emitidas 31.937 mil ações ordinárias, conforme nota explicativa 26.1 (iv).

Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 – Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	34.953	-	34.953
Contas a receber	49.264	-	49.264
Estoques	48.730	-	48.730
Imobilizado	280.264	4.171	284.435
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	19.311	(1.513)	17.798
Carteira de clientes	-	25.900	25.900
Acordo de não competição	-	2.300	2.300
Marca	-	4.300	4.300
Outros ativos	55.570	-	55.570
Total do ativo	**488.092**	**35.158**	**523.250**
Passivo			
Fornecedores	48.168	-	48.168
Empréstimos e financiamentos	292.949	-	292.949
Arrendamentos financeiros a pagar	9.282	-	9.282
Demais passivos	31.694	-	31.694
Total do passivo	**382.093**	**-**	**382.093**
Total do ativo líquido			**141.157**
Valor justo da contraprestação paga			**224.116**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)			**(82.959)**

O ajuste a valor justo no montante de R$ 35.158 é composto por R$ 2.658 decorrente de ajuste a valor justo do ativo imobilizado menos ativo imobilizado disponibilizado para venda e R$ 32.500 de ativos intangíveis líquidos identificados e alocados como carteira de clientes, acordo de não competição e marca. O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado na operação é de R$ 82.959.

Esta combinação de negócios não contribuiu para o resultado do Grupo Vamos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pois, como mencionado acima, a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017. Se a aquisição das Sociedades Borgato tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017, as receitas líquidas combinadas *carve-out* para este ano seriam aumentadas em R$ 258.613 e o lucro líquido combinado *carve-out* do exercício seria aumentado em R$ 5.131.

(i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método *relief-from-royalty* e método *multi-period excess earnings*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Valor pago com ações da Controladora	Método de rentabilidade futura, baseado em projeções de cinco anos (15,4% de taxa de crescimento média para EBITDA e 4,0% na perpetuidade) e fluxos de caixa descontados (*WACC* de 13,6%), é suportado por um relatório de avaliação.

(ii) Custo aquisição

A Vamos incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 434 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

Movimentações ocorridas durante o exercício de 2018

b) Redução de capital social da Transrio

Em 09 de Março de 2018, foi aprovada em ata de reunião dos sócios, a redução de capital social da sua controlada Transrio, no montante de R$ 65.964. A publicação da ata ocorreu em 19 de maio de 2018, sendo que a efetiva redução foi efetuada em 01 de agosto de 2018, passando o capital social da Transrio de R$ 181.885 para R$ 115.921.

c) Recompra de ações Sociedades Borgato

Conforme mencionado na nota 1.3.a acima, em 22 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato. A contraprestação pela participação adquirida foi composta por uma parte a pagar em dinheiro de forma parcelada, garantida em conta "*Escrow*"", e outra parte paga com 9% de participação com ações da Vamos.

Em 08 de junho de 2018 a Companhia, em conjunto com a JSL S.A., firmou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra das ações representando os 9% de sua participação na Vamos pelo valor de R$ 115.000. O valor foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela de R$ 20.807 em que a JSL S.A. entregou 3.037.500 ações suas e aumentou sua participação na Vamos de 91% para 99.99%; (ii) a Vamos recomprou o restante das ações pelo valor de R$ 94.193, registradas como ações em tesouraria, sendo pagos em ações da Movida Participações S.A., no valor de R$ 26.067, adquiridas da JSL S.A. e entregue aos antigos sócios da Sociedade Borgato, contabilizado na rubrica partes relacionadas e R$ 68.126 (R$ 66.631 ajustado a valor presente) a pagar em parcelas anuais, iniciando em janeiro de 2019 até 2021, corrigidas pelo CDI, registrado na rubrica obrigações a pagar por aquisição de empresas.

Ainda como parte da negociação, foram pagas, até 11 de junho de 2018, as obrigações por aquisições de empresas no valor de R$ 103.622 (R$ 103.147 a pagar em 31 de dezembro de 2017), referente a combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

d) Cisão da JSL Holding

Em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia com a redução do capital no valor de R$ 82.879 referente ao acervo líquido contábil composto pelo investimento na JSL Holding. Dessa forma, o capital social da Companhia, que era de R$ 565.696 passa a ser de R$ 482.817. As operações da JSL Holding eram geridas pela Controladora e foram transferidas para a JSLF1 participações Ltda. (controlada direta pela JSL).

O objetivo dessa cisão foi focar o portfólio de serviços e produtos da Vamos em locação e venda de caminhões, máquinas e equipamentos.

O efeito da alienação sobre a posição financeira da Vamos em 31 de dezembro de 2018 e os saldos consolidados das operações da JSL Holding em 31 de dezembro de 2017 que não integram estas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, estão demonstrados a seguir:

Ativo	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Caixa e equivalentes de caixa	21.921	33.737
Títulos e valores mobiliários	77.144	17.036
Contas a receber	101.071	74.433
Imposto de renda e contribuição social diferidos	94	1.708
Imobilizado	1.392	2.024
Intangível	3.746	3.744
Outros ativos	2.128	887
Total do ativo	**207.496**	**133.569**
Passivo		
Cartões de credito a pagar	23.116	42.586
Letras de arrendamento mercantil	83.474	16.020
Tributos a recolher	2.860	947
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	825
Outras contas a pagar	15.167	6.548
Total do passivo	**124.617**	**67.736**
Patrimônio líquido	82.879	65.833
Total do passivo e patrimônio líquido	**207.496**	**133.569**

1.4 Situação financeira e planos da Administração

As demonstrações financeiras combinadas carve-out foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo Vamos conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e obrigações a pagar por aquisição de empresas, conforme os prazos divulgados na Nota 4.3.c.

O Grupo Vamos reconheceu um lucro líquido de R$116.274 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R$ 92.584 em 31 de dezembro de 2017) e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 62.091 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 16.015 em 31 de dezembro de 2017), devido a decisão dos acionistas e da Administração do Grupo de investir em suas operações com locação de caminhões, máquinas e equipamentos, principalmente na ampliação e renovação da frota operacional. A característica de uma operação de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é a geração de caixa por meio de locação de bens do ativo imobilizado, com baixo investimento em capital de giro, consequentemente no ativo circulante.

A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada. A Administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo Vamos terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas *International Financial Reporting Standards* – IFRS e às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC)

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2019.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

2.3 Base de combinação

a) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

b) Combinação de negócios sob controle comum

Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório.

A Companhia optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.2, as demonstrações financeiras estão apresentadas como se a combinação de negócios sob controle comum tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2016 para refletir o lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

Todas as práticas contábeis de combinação de demonstrações financeiras foram aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa 1.2, incluindo, mas não se limitando, à eliminação das transações entre as entidades combinadas.

c) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo Vamos obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

d) Transações eliminadas na combinação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Vamos são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo Vamos atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo Vamos e, também, a moeda funcional das demais entidades combinadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo Vamos se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

b) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo Vamos mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, conforme divulgado na nota explicativa 4.3.2. No reconhecimento inicial, o Grupo Vamos pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. No entanto, veja a nota explicativa 4.3.2 para derivativos designados como instrumentos de *hedge*.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

O Grupo Vamos classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento; e
- ativos financeiro mensurados pelo valor justo por meio do resultado: designados a valor por meio do resultado, no momento inicial.

Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidas no resultado.

c) Desreconhecimento

O Grupo Vamos desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo Vamos transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo Vamos nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

2.5.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

a) Desreconhecimento

O Grupo Vamos desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo Vamos também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.5.3 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo Vamos tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Instrumentos derivativos e contabilidade de *hedge*

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo Vamos documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo Vamos também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

a) *Hedges* de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

O Grupo Vamos designa apenas as variações no valor justo do elemento *spot* dos contratos de câmbio a termo como instrumento de *hedge* nas relações de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio ('*forward points*') é contabilizada separadamente como custo de *hedge* e reconhecida em uma reserva de custos de *hedge* no patrimônio líquido.

O valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

O Grupo Vamos não possuía instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* antes de 1º de janeiro de 2018.

2.5.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros.

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

O Grupo Vamos reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo Vamos mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

O Grupo Vamos utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *impairment* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. Na nota explicativa 4.3.a é detalhado como o Grupo Vamos determina se houve um aumento significativo no risco de crédito.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo Vamos não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 12 ou 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. O Grupo Vamos não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo Vamos para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo Vamos avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo Vamos concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas). Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros veja nota explicativa 2.18.2.

Quando disponível, o Grupo Vamos mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo Vamos, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.8 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo Vamos renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”.

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.9 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment),* quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As vidas úteis dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas na nota explicativa 13.

O Grupo Vamos adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil contábil de seus ativos imobilizados, e, revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil contábil, utilizadas para a determinação das respectivas taxas de depreciação.

2.10 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Grupo Vamos como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pelo Grupo.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

b) Grupo Vamos como arrendador

Arrendamentos para os quais o Grupo Vamos transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais o Grupo Vamos não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.11 Intangível

2.11.1 Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios do Grupo Vamos.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

2.11.2 Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As vidas úteis dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas na nota explicativa 14.

2.11.3 Fundo de comércio

O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, máquinas e equipamentos, das marcas Valtra e MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (*impairment*), conforme descrito na nota explicativa 14.1.

2.11.4 Acordo de não competição e carteira de clientes

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 14.

2.11.5 Marcas e patentes

As marcas quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável *(impairment).*

2.11.6 Amortização e testes de perda de valor recuperável (*impairment*)

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 14.

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável. *(impairment)* individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas.

As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgados na nota explicativa 14.2.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“IRPJ e CSLL”)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo Vamos nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, o Grupo Vamos faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, como o Grupo Vamos incorporará a adquirida, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos, nenhum imposto de renda diferido é registrado nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* na data da aquisição.

2.13 Provisões

2.13.1 Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo Vamos tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Quando o Grupo Vamos espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.13.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14 Receitas de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo Vamos reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, estão descritas abaixo:

2.14.1 Receita de vendas de veículos e peças

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Os clientes obtêm controle dos veículos novos e seminovos, peças e acessórios quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018)

A receita de veículos novos, peças e acessórios é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos cliente.

Os contratos de vendas de veículos seminovos, devem contemplar garantia de motor e caixa de marcha por 3 meses subsequentes à venda. Para os contratos que possuem garantia de motor e caixa de marcha, a receita é reconhecida na medida que é altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustada para as devoluções esperadas quando aplicável.

O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação e os produtos devolvidos são incluídos em estoque.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1° de janeiro de 2018)

A receita operacional de venda de veículos e peças era reconhecida quando existia evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens eram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias poderiam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios poderia ser de duas formas dependendo das condições individuais de cada contrato de venda: 1) para as vendas de estoques, a transferência normalmente ocorria quando a mercadoria era entregue no estabelecimento do cliente; ou 2) quando era retirado pelo cliente nas dependências do Grupo Vamos após assinatura no *checklist* de entrega.

2.14.2 Receita de locação e prestação de serviços

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamentos significativos

O Grupo Vamos loca frota de caminhões para transporte de cargas (leves e pesadas), máquinas e equipamentos agrícolas. O Grupo Vamos presta serviços de assistências técnicas para os veículos novos e seminovos vendidos.

As faturas para locação são emitidas no mês subsequente a prestação do serviços e as faturas para assistência técnica são emitidas após a conclusão dos serviços prestados.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018)

A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme a utilização do caminhão, máquina e / ou equipamento ou prestação de serviço. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base no tempo de utilização do ativo pelo cliente ou conforme os serviços são prestados.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1° de janeiro de 2018)

A receita operacional decorrente da locação de caminhões, máquinas e equipamentos era reconhecida no resultado, tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço.

A receita operacional de prestação de serviços era reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita era reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas pudessem ser recuperadas.

2.14.3 Receita de venda de ativos desmobilizados

a) Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos

Após o término do contrato de locação com seus clientes, o Grupo Vamos desmobiliza e vende os veículos, máquinas e equipamentos por meio das lojas de seminovos e rede de concessionárias do Grupo Vamos.

Os clientes obtêm controle dos veículos desmobilizados quando os produtos são entregues. As faturas são emitidas naquele momento e são liquidadas por meio de débito em conta, boleto e cartão de crédito.

b) Reconhecimento da receita conforme o CPC 47 / IFRS 15 (aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018)

A receita de veículos, máquinas e equipamentos desmobilizados é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes.

c) Reconhecimento da receita conforme o CPC 30 / IAS 18 (aplicável antes de 1° de janeiro de 2018)

A receita de venda de ativo era reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo eram transferidos ao comprador, o que geralmente ocorria na sua entrega.

2.15 Benefícios a empregados

2.15.1 Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Vamos tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.15.2 Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.

2.18 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, o Grupo Vamos utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.18.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Combinação e *carve-out*: determinação de quais as empresas e atividades que representam a totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária – nota explicativa 1.2;

b) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento – nota explicativa 19;
c) Classificação de arrendamento mercantil – nota explicativa 31;
d) Receita de contratos com clientes: se a receita de locação e prestação de serviços é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico de tempo – nota explicativa 2.14.

2.18.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Imobilizado (premissas em relação à definição do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 13;
b) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – *impairment* (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) – nota explicativa 14.2;
c) Perdas esperadas (*impairment)* de contas a receber (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) – nota explicativa 7;
d) Imposto de renda e contribuição social diferidos (recuperabilidade futura e período de realização) – nota explicativa 23;
e) Provisão para demandas judiciais e administrativas (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos) – nota explicativa 24.2.

2.19 Mudanças nas principais politicas contábeis

O Grupo Vamos aplicou incialmente o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1° de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo Vamos. Dessa forma, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão sendo apresentados com os respectivos reflexos contábeis dessa adoção.

2.19.1 CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida e por quanto essa receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas e interpretações relacionadas.

O Grupo Vamos adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expediente práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). A adoção do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e no resultado do Grupo Vamos.

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle – em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo – requer julgamento. A adoção deste pronunciamento resultou na seguinte principal mudança das políticas contábeis:

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
Capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato.	O Grupo Vamos possui custos com comissão de vendas, em consequência dos contratos com clientes. Atualmente, o Grupo Vamos tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato no momento em que eles são incorridos.	O CPC 47 / IFRS 15 define custos incrementais como custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido e orienta que tais custos deverão ser ativados quando forem recuperáveis, seja de forma direta ou indireta. Dessa forma o Grupo reconhecerá estes gastos como um ativo de contrato, já que a recuperação das despesas é esperada. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que eram contabilizados quando incorridos, serão capitalizados e diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

2.19.2 CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em 1º de janeiro de 2018, o Grupo Vamos adotou a aplicação inicial da nova norma contábil CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As mudanças nas políticas e ajustes contábeis decorrentes da adoção inicial foram realizados de forma prospectiva (efeitos apresentados no patrimônio líquido).

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros.

As políticas contábeis aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e baixa dos ativos e passivos financeiros e contabilidade de *hedge* estão divulgadas na nota 2.5.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

O Grupo realizou uma análise detalhada sobre os modelos de negócios utilizados para o gerenciamento dos ativos financeiros e características dos fluxos de caixa contratuais na data da adoção inicial e classificou seus instrumentos financeiros de acordo com a categoria apropriada da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros do Grupo em 1º de janeiro de 2018. Não houve alteração da categoria de 'outros passivos financeiros' para os passivos financeiros do Grupo Vamos.

	31 de dezembro de 2017 – CPC 38 / IAS 39				1º de Janeiro de 2018 - CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor justo por meio do resultado (i)	Mantidos até o vencimento (iii)	Empréstimos e recebíveis (ii)	Total	Ativo ao valor justo por meio do resultado (i)	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	79.698	-	3.613	83.311	79.698	3.613	83.311
Títulos e valores mobiliários	87.042	4.378	-	91.420	87.042	4.378	91.420
Contas a receber	-	-	174.966	174.966	-	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	8.084	8.084	-	8.084	8.084
Total	**166.740**	**4.378**	**206.598**	**377.716**	**166.740**	**210.976**	**377.716**

(i) Manutenção na categoria de ativo ao valor justo por meio do resultado (VJR)

As aplicações em fundos de investimentos alocadas em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários que estavam classificados como ativos ao valor justo por meio do resultado permanecem nessa categoria. Esses instrumentos financeiros foram designados como mensurado a VJR porque eram administrados com base no seu valor justo e seu desempenho era monitorado nessa base. Estes ativos foram classificados obrigatoriamente como mensurados a VJR conforme o CPC 48 / IFRS 9.

(ii) Reclassificação de empréstimos e recebíveis para custo amortizado

Os saldos de caixa e bancos, contas a receber, partes relacionadas, fundos para capitalização de concessionárias e outros créditos que anteriormente eram classificados como instrumentos financeiros "empréstimos e recebíveis", e consequentemente, mensurados pela taxa efetiva de juros, foram avaliados de acordo com a nova norma IFRS 9 / CPC 48, e classificados como custo amortizado.

(iii) Reclassificação de mantidos até o vencimento para custo amortizado

As outras aplicações financeiras que anteriormente estavam classificados como "mantidos até o vencimento", agora são classificadas pelo custo amortizado. O Grupo pretende manter os ativos até o vencimento para receber os fluxos de caixa contratuais e esses fluxos de caixa consistem apenas de pagamentos de principal e juros sobre o valor em aberto.

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de "perda incorrida" do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

O novo modelo de redução ao valor recuperável possui duas abordagens, na qual a provisão é mensurada de acordo com as perdas esperadas para 12 (doze) meses ou perdas esperadas para vida inteira do ativo financeiro. A base de provisão dependerá da análise do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Para recebíveis comerciais e ativos contratuais que resultam em transações no escopo da CPC 47 / IFRS 15 e que não possuam um componente significativo de financiamento, o CPC 48 / IFRS 9 permite como expediente prático, a aplicação de um modelo simplificado, no qual as perdas esperadas são reconhecidas pela vida inteira do ativo financeiro.

As políticas contábeis aplicáveis ao *impairment* de ativos financeiros não derivativos estão divulgadas na nota 2.5.

2.19.3 Apresentação dos efeitos calculados relacionados à aplicação dos novos pronunciamentos

A adoção da CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente não gerou impactos significativos no balanço patrimonial e nas demonstrações dos resultados do Grupo Vamos, já o efeito da adoção da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

	Divulgado 31/12/2017	Ajustes calculados CPC 48 / IFRS 9	Valor calculado para 01/01/2018
Ativos			
Contas a receber	213.328	-	213.328
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(59.248)	(4.081)	(63.329)
Despesas antecipadas	3.878	-	3.878
Outros Ativos circulantes	327.762	-	327.762
Total dos ativos circulantes	**485.720**	**(4.081)**	**481.639**
Contas a receber	20.886	-	20.886
Outros ativos não circulantes	1.472.597	-	1.472.597
Total dos ativos não circulantes	**1.493.483**	**-**	**1.493.483**
Total dos ativos	**1.979.203**	**(4.081)**	**1.975.122**
Passivo			
Outros passivos circulantes	501.735	-	501.735
Total do passivo circulante	**501.735**	**-**	**501.735**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.337	(1.387)	102.950
Outros passivos não circulantes	663.811	-	663.811
Total do passivo não circulante	**768.148**	**(1.387)**	**766.761**
Patrimônio líquido			
Capital social	499.864	-	499.864
Reserva de capital	23.639	-	23.639
Reserva de lucros	104.920	(2.694)	102.135
Investimento da controlada	80.988	-	80.988
Total do patrimônio líquido	**709.320**	**(2.694)**	**706.626**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.979.203**	**(4.081)**	**1.975.122**

2.20 Novas normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

2.20.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

O Grupo deverá adotar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- ✓ o Grupo não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- ✓ as novas políticas contábeis e os aspectos fiscais estão sujeitos à mudanças até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

2.20.1.1 Arrendamentos em que o Grupo é arrendatário

O Grupo Vamos reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de lojas (veja a nota explicativa 31.1). A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo Vamos reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e uma despesa de juros sobre obrigações de arrendamento

Com base nas informações atualmente disponíveis, O Grupo Vamos espera os seguintes efeitos significativos com a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16:

- ✓ reconhecimento de passivos adicionais variando de R$ 43.119 a R$ 89.715, em contrapartida ao reconhecimento de ativos de direito de uso. Os montantes refletem o valor presente dos pagamentos remanescentes dos arrendamentos operacionais existentes;
- ✓ adoção de isenção de reconhecimento para contratos de curto prazo e baixo valor, os quais as despesas estimadas para o próximo trimestre são de R$ 158 e R$ 2.820, respectivamente.

O Grupo espera que a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos descritos na nota explicativa 18.2.

2.20.1.2 Arrendamentos em que o Grupo é arrendador

O Grupo avaliou seus arrendamentos na qualidade de arrendador e não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Nossas análises continuarão considerando a distinção entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

2.20.1.3 Transição

O Grupo pretende adotar o critério de transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simplificada, ou seja, aplicando os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Assim, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

Em suas estimativas do impacto da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo Vamos utilizou os seguintes expedientes práticos quando da mensuração inicial de seus arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional:

- ✓ aplicar taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios");
- ✓ revisar a redução ao valor recuperável do direito de uso com base em sua avaliação anterior sobre arrendamentos onerosos;
- ✓ não reconhecer o direito de uso para os contratos cujo prazo remanescente na data de adoção não supere 12 meses;
- ✓ excluir os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso;
- ✓ uso da percepção tardia (*hindsight*), tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- ✓ Os arrendamentos classificados anteriormente como arrendamento financeiro serão reclassificados para a rubrica de direito de uso e passivo de arrendamento pelos valores imediatamente anteriores a data de adoção.

Adicionalmente, a Companhia adotará como política contábil as seguintes isenções de reconhecimento: arrendamentos cujo prazo seja inferior a 12 meses e para os quais o ativo subjacente não supere R$ 20.000 (“baixo valor”), entretanto, neste último caso se a Companhia subarrenda o ativo, ou espera subarrendar o ativo, o arrendamento principal não se qualifica como arredamento de ativo de baixo valor.

2.21 Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impactos significativos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* do Grupo Vamos:

- IFRIC 23 / ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9);
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28);
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; e
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo JSL.

3. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo Vamos, que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo Vamos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios do Grupo Vamos foram divididos em 2 segmentos operacionais: Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e Locação de caminhões, máquinas e equipamentos. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

a) Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;

b) Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao país sede do Grupo Vamos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

	31 de dezembro de 2018			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	**Locação de caminhões, máquinas e equipamentos**	**Eliminações**	**Combinado e *carve-out***
				(Reclassificado)
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	**391.327**	**624.020**	**(32.057)**	**983.290**
(-) Custo de vendas, locações e prestações de serviços	(308.474)	(270.590)	26.183	(552.881)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(1.100)	(102.548)	5.874	(97.774)
(=) Lucro bruto	**81.753**	**250.882**	**-**	**332.635**
Despesas comerciais	(8.875)	(13.658)	-	(22.533)
Despesas administrativas	(71.309)	(14.496)	-	(85.805)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	-	(9.133)	-	(9.133)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	12.705	5.844	-	18.549
(=) Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**14.274**	**219.439**	**-**	**233.713**
Receita financeira				17.871
Despesa financeira				(84.494)
(=) Resultado financeiro líquido				**(66.623)**
(=) Lucro líquido antes do Imposto de renda e contribuição social				**167.090**
Impostos e contribuições sobre o lucro				(50.816)
Lucro líquido do exercício				**116.274**
Ativos totais por segmento	**472.479**	**2.005.231**	**(386.234)**	**2.091.476**
Passivos totais por segmento	**278.967**	**1.196.808**	**(27.263)**	**1.448.512**
Depreciação e amortização	**(5.630)**	**(212.832)**	**-**	**(218.462)**

	31 de dezembro de 2017			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	**Locação de caminhões, máquinas e equipamentos**	**Eliminações**	**Combinado, e *carve-out***
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	**231.211**	**444.525**	**(980)**	**674.756**
(-) Custo de vendas, locações e prestações de serviços	(179.826)	(148.268)	980	(327.114)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(639)	(67.264)	-	(67.903)
(=) Lucro bruto	**50.746**	**228.993**	**-**	**279.739**
Despesas comerciais	(12.886)	(3.065)	-	(15.951)
Despesas administrativas	(48.028)	(17.113)	-	(65.141)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	-	(25.470)	-	(25.470)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.266	507	-	7.773
(=) Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**(2.902)**	**183.852**	**-**	**180.950**
Receitas financeiras				12.032
Despesas financeiras				(57.253)
(=) Resultado financeiro liquido				**(45.221)**
(=) Lucro líquido antes do Imposto de renda e contribuição social				**135.729**
Impostos e contribuições sobre o lucro				(43.145)
Lucro líquido do exercício				**92.584**
Ativos totais por segmento	**484.766**	**1.843.170**	**(348.733)**	**1.979.203**
Passivos totais por segmento	**281.456**	**1.012.408**	**(23.981)**	**1.269.883**
Depreciação e amortização	**(2.488)**	**(121.555)**	**-**	**(124.043)**

4. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo Vamos restringem-se à caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos, fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas negociados em condições normais de mercado e reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

4.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados nas seguintes classificações contábeis:

				31/12/2018
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Valor justo de instrumentos de *hedge***	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	57.086	-	1.519	58.605
Títulos e valores mobiliários	7.253	-	794	8.047
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.880	-	4.880
Contas a receber	-	-	181.011	181.011
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	23.477	23.477
Outros créditos	-	-	17.635	17.635
	64.339	**4.880**	**224.436**	**293.655**

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	83.032	83.032
Floor plan	53.413	53.413
Empréstimos e financiamentos	889.986	889.986
Arrendamentos financeiros a pagar	44.936	44.936
Partes relacionadas	26.067	26.067
Cessão de direitos creditórios	24.171	24.171
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	68.044
Outras contas a pagar	3.470	3.470
	1.193.119	**1.193.119**

				31/12/2017
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	79.698	-	3.613	83.311
Títulos e valores mobiliários	87.042	4.378	-	91.420
Contas a receber	-	-	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	8.084	8.084
	166.740	**4.378**	**206.598**	**377.716**

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Fornecedores	103.764	103.764
Floor plan	38.333	38.333
Risco sacado a pagar – montadoras	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	798.775	798.775
Arrendamentos financeiros a pagar	29.204	29.204
Partes relacionadas	43	43
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147
Outras contas a pagar	422	422
	1.106.762	**1.106.762**

4.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo Vamos, está demonstrada a seguir:

	31/12//2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	58.605	58.605	83.311	83.311
Títulos e valores mobiliários	8.047	8.047	91.420	91.420
Instrumentos financeiros derivativos	4.880	4.880	-	-
Contas a receber	181.011	181.011	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	23.477	23.477	19.935	19.935
Outros créditos	17.635	17.635	8.084	8.084
Total	**293.655**	**293.655**	**377.716**	**377.716**
Passivos Financeiros				
Fornecedores	83.032	83.032	103.764	103.764
Risco sacado a pagar – montadoras	-	-	2.860	2.860
Floor plan	53.413	53.413	38.333	38.333
Empréstimos e financiamentos	889.986	929.543	798.775	804.063
Arrendamentos financeiros a pagar	44.936	44.940	29.204	29.206
Partes relacionadas	26.067	26.067	43	43
Cessão de direitos creditórios	24.171	24.171	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	68.044	103.147	103.147
Outras contas a pagar	3.470	3.470	422	422
Total	**1.193.119**	**1.232.832**	**1.106.762**	**1.112.052**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão os investimentos alocados em fundos de investimentos, tais como Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Letras do Tesouro Nacional ("LTN");

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. Alocam-se neste nível os certificados de depósitos bancários ("CDB"), operações compromissadas e outras aplicações; e

Nível 3 — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. O Grupo Vamos não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	6.852	6.852	-	37.890	37.890
Operações compromissadas	-	49.538	49.538	-	41.808	41.808
Outras aplicações		696	696	-	-	-
Títulos e valores mobiliários						
LFT-Letras Financeiras do Tesouro	3.304	-	3.304	33.207	-	33.207
LTN - Letras do Tesouro Nacional	3.949	-	3.949	53.835	-	53.835
Valor justo de instrumentos de *hedge*						
Swap	-	4.880	4.880	-	-	-
	7.253	**61.966**	**69.219**	**87.042**	**79.698**	**166.740**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	889.986	889.986	-	798.775	798.775
Arrendamentos financeiros a pagar	-	44.936	44.936	-	29.204	29.204
	-	**934.922**	**934.922**	**-**	**827.979**	**827.979**

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

(i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

(ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2018 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	6,41%	6,44%	6,55%	7,36%	8,08%	8,86%	9,57%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2018.

4.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros do Grupo Vamos, referem-se a fornecedores, *floor plan,* risco sacado a pagar – montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, partes relacionadas, obrigações a pagar por aquisição de empresas, e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo Vamos possui em seu ativo contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. O Grupo está exposto ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para o Grupo Vamos. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações ao Conselho de Administração para que as atividades, que resultem em riscos financeiros do Grupo Vamos, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

O Grupo Vamos não contrata derivativos para fins especulativos, e essas operações quando contratadas são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Vamos está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

(i) <u>Contas a receber</u>

Conforme mencionado na nota explicativa 2.5.5, o Grupo utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais. O Grupo utiliza sua experiência de perdas de crédito histórica para estimar as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente. A matriz de provisão, utilizada pelo Grupo, especifica taxas de provisão fixas dependendo do número de dias que a contas a receber está vencida e

é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos observados pelo Comitê de crédito e cobrança.

O Grupo Vamos baixa seus ativos financeiros quando não há expectativa razoável de recuperação. O Grupo determina a baixa de um recebível após 12 ou 24 meses em atraso, conforme estudo de recuperabilidade de cada empresa do Grupo. Os recebíveis baixados pelo Grupo continuam no processo de cobrança para recuperação do valor do recebível. Quando há recuperações, estas são reconhecidas como receitas de recuperação de crédito no resultado do exercício.

O Grupo Vamos registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes ao contas a receber, veja nota explicativa 7.

(ii) Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo Vamos de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O Grupo Vamos determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de *rating* quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o grupo está exposto ao risco de crédito.

As perdas de crédito esperadas são estimadas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

O Grupo Vamos utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado.

Os Instrumentos financeiros do Grupo afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar e obrigações a pagar por aquisição de empresas, e estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

(i) Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo Vamos ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar e obrigações a pagar por aquisição de empresas, do Grupo, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 4.3.1.

(ii) Risco de variações de taxas de câmbio

O Grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre a moeda na qual um empréstimo é denominado, e a respectiva moeda funcional do Grupo. Em geral, empréstimos são denominados em moeda equivalente aos fluxos de caixa gerado pelas operações comerciais do Grupo, principalmente em Reais, mas também em dólares norte-americanos ("dólar"). Esse empréstimo foi protegido contra a variação de taxa de câmbio por um instrumento de *swap*, que troca a indexação cambial por CDI, limitando a exposição à eventuais perdas por variações cambiais.

c) Risco de liquidez

O Grupo monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo do Grupo é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

					31/12/2018
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos Financeiros					
Fornecedores	83.032	83.032	83.032	-	-
Floor plan	53.413	53.413	53.413	-	-
Empréstimos e financiamentos	889.986	1.003.532	236.192	537.803	229.537
Arrendamentos financeiros a pagar	44.936	49.208	19.243	29.825	140
Partes relacionadas	26.067	26.067	26.067	-	-
Cessão de direitos creditórios	24.171	33.427	8.015	12.706	12.706
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	68.044	72.434	35.436	18.499	18.499
Outras contas a pagar	3.470	3.470	3.470	-	-
Total	**1.193.119**	**1.324.583**	**464.868**	**598.833**	**260.882**

4.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração do Grupo Vamos efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, arrendamentos financeiros a pagar e impactos nas variações de juros e câmbio sobre empréstimos e financiamentos. A dívida foi segregada em partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TLP e dívidas atreladas à Selic e dívida atrelada ao dólar, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,55%, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras do Grupo. Sobre a SELIC, o cenário considerado provável pelo Grupo Vamos é de manutenção da taxa de 6,50 % em 31 de dezembro de 2018 (fonte: BACEN). Sobre a TLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2018 é de 6,52% a.a. (fonte: BNDES) e sobre o dólar, o cenário considerado provável em 31 de dezembro é de R$ 3,80. (Fonte: B3)

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Operação	Exposição em 31/12/2018	Risco	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Derivativos designados como *hedge accounting*						
Swap – Valor nocional	40.000	Queda do USD	$3,80	152.000	190.000	228.000
Crédito internacional (objeto)	(40.000)	Aumento do USD	$3,80	(152.000)	(190.000)	(228.000)
Efeito líquido da exposição cambial	-			-	-	-
Empréstimos e financiamentos (Crédito Internacional)	(155.818)	PRÉ-FIXADO	5,05%	(7.869)	(7.869)	(7.869)
Swap – Valor nocional (ativo)	155.818	PRÉ-FIXADO	5,05%	7.869	7.869	7.869
Swap – Valor nocional (passivo)	(152.013)	Aumento do CDI	8,52%	(12.952)	(16.189)	(19.427)
Efeito líquido das operações de *hedge accounting*	**(152.013)**			**(12.952)**	**(16.189)**	**(19.427)**
Demais operações - pós-fixadas						
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	57.086	Aumento do CDI	6,52%	3.722	4.653	5.583
Títulos e valores mobiliários – LFT	3.304	Aumento da SELIC	6,50%	215	268	322
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(68.044)	Aumento do CDI	6,55%	(4.457)	(5.571)	(6.685)
Empréstimos e financiamentos - CCB	(71.698)	Aumento do CDI	8,38%	(6.008)	(7.510)	(9.012)
Empréstimos e financiamentos – Finame	(87.225)	Aumento da SELIC	10,84%	(9.455)	(11.819)	(14.183)
Empréstimos e financiamentos – Finame	(135.579)	Aumento da TLP	10,90%	(14.778)	(18.473)	(22.167)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira – pós-fixada	**(302.156)**			**(30.761)**	**(38.452)**	**(46.142)**
Demais operações - pré-fixadas						
Títulos e valores mobiliários – LTN e outras aplicações	4.743	PRÉ-FIXADO	8,00%	379	379	379
Empréstimos e financiamentos – Finame	(388.151)	PRÉ-FIXADO	6,86%	(26.627)	(26.627)	(26.627)
Empréstimos e financiamentos – CCB	(345)	PRÉ-FIXADO	10,00%	(35)	(35)	(35)
Empréstimos e financiamentos – CDC	(28.466)	PRÉ-FIXADO	11,77%	(3.350)	(3.350)	(3.350)
Empréstimos e financiamentos – Consórcios	(22.704)	PRÉ-FIXADO	14,95%	(3.394)	(3.394)	(3.394)
Arrendamentos financeiros a pagar (nota 19)	(44.936)	PRÉ-FIXADO	9,34%	(4.197)	(4.197)	(4.197)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pré-fixada	**(479.859)**			**(37.224)**	**(37.224)**	**(37.224)**
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	**(934.028)**			**(80.937)**	**(91.865)**	**(102.793)**

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo nas receitas e despesas financeiras, considerando os demais indicadores de mercado constantes. Quando ocorrer a liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser diferentes dos demonstrados acima.

4.3.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos unicamente com o propósito de se proteger de riscos de mercado. De acordo com a política definida, serão objeto de *hedge* as operações que possam afetar adversamente o resultado ou o fluxo de caixa do Grupo em virtude dos riscos envolvidos. Quando o Grupo realizar transações que contenham exposições indesejadas, a alta administração avaliará a necessidade de contratar instrumentos financeiros com o objetivo de proteção e de mitigar os riscos aos quais está se expondo.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possui instrumentos financeiros derivativos (contratos de *swap*) que foram classificadas como *hedge* de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de *hedge*, conforme CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e, demonstrado abaixo. O *hedge* de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, bem como as políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Os testes de efetividade estão devidamente documentados ficando confirmado que os derivativos designados são efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos itens objeto de *hedge*.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é registrada como componente de "outros resultados abrangentes, líquido do respectivo imposto de renda". Em 31 de dezembro de 2018 foi apurada uma variação positiva no montante líquido de impostos de R$ 709. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em "outros resultados abrangentes", líquidos de impostos são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de *hedge*).

Os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2018 são os seguintes:

							Saldo da dívida protegida em 31/12//2018	
Instrumento	**Tipo de instrumento financeiro derivativo**	**Operação**	**Valor Nocional**	**Vencimento**	**Indexador de proteção**	**Taxa média contratada**	**Pelo custo amortizado**	**Pelo valor justo**
Contrato de *Swap*	*Hedge* de Fluxo de Caixa	*Swap* USD X CDI	USD 40.000	05/2021	PRE + câmbio	130,15% CDI	155.818	164.460

Os saldos em aberto estão apresentados a seguir:

		Em 31 de dezembro de 2018		Em 31 de dezembro de 2017		
Operação	**Valor Nocional**	**Ativo**	**Passivo**	**Valor Nocional**	**Ativo**	**Passivo**
Swap USD X CDI	USD 40.000	4.880	-	-	-	-
Não circulante		**4.880**	**-**		**-**	**-**

A tabela abaixo indica os períodos esperados que os fluxos de caixa associados com os *hedges* impactarão o resultado e o respectivo valor contábil desses instrumentos.

		Em 31 de dezembro de 2018			
		Fluxo de caixa esperado			
	Valor Contábil	**Total**	**1-6 Meses**	**6-12 Meses**	**Mais de 1 ano**
***Swap* de taxa de juros**					
Ponta ativa	155.818	178.330	4.627	4.755	168.948
Ponta passiva	(152.013)	(187.599)	(6.091)	(6.607)	(174.901)
	3.805	**(9.269)**	**(1.464)**	**(1.852)**	**(5.953)**

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	**31/12/2017**
Bancos	132	3.526
Caixa	1.387	87
Total disponibilidades	**1.519**	**3.613**
CDB - Certificado de depósitos bancários	6.852	37.890
Operações compromissadas	49.538	41.808
Outras aplicações	696	-
Total aplicações financeiras	**57.086**	**79.698**
Total do caixa e equivalentes de caixa	**58.605**	**83.311**

As aplicações financeiras são de resgate imediato, e mantidas para o gerenciamento diário do caixa do Grupo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 99,48% do CDI, equivalente a 0,52% a.m., (em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio foi de 100,8% do CDI, equivalente a 0,80% a.m.).

6. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2018	31/12/2017
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	3.304	33.207
LTN - Letras do Tesouro Nacional	3.949	53.835
Outras aplicações	794	4.378
	8.047	**91.420**
Ativo circulante	7.253	87.042
Ativo não circulante	794	4.378
Total	**8.047**	**91.420**

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixado e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o rendimento médio foi de 0,52 % a.m. (0,80% a.m. no exercício findo em 31 de dezembro de 2017). Esses fundos são administrados por instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. Os rendimentos médios divulgados estão líquidos da taxa de administração e comissão.

7. Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
	(Reclassificado)	
Valores a receber de serviços e locações	167.736	178.105
Arrendamento mercantil a receber (i)	27.732	25.959
Valores a receber de venda de veículos e peças	20.491	15.152
Valores a receber – partes relacionadas (nota 21.1)	23.704	1.386
Receita a faturar (ii)	11.470	8.838
Valores a receber de cartões de crédito	1.200	764
Garantias a receber	-	4.153
Outras contas a receber	1.140	775
(-) Ajuste a valor presente (iv)	-	(918)
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber (iii)	(72.462)	(59.248)
Total	**181.011**	**174.966**
Ativo circulante	166.822	154.080
Ativo não circulante	14.189	20.886
Total	**181.011**	**174.966**

(i) Tratam-se das operações de arrendamento dos bens imobilizados para terceiros, operadas pelas Sociedades Borgato;

(ii) Receita a faturar refere-se aos contratos de aluguéis de veículos cuja locação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, quando os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. Nesses casos, a mensuração da receita a faturar é calculada com base nas medições proporcionais aos dias incorridos de locação;

(iii) As perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 2.5.5;

(iv)Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possui valor referente a ajuste a valor presente no seu contas a receber de longo prazo. O montante de R$ 918 em 31 de dezembro de 2017 se refere a ajuste a valor presente de seu contas a receber de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto a taxa de 100% do CDI.

7.1. Classificação por vencimento (*aging list*) e movimentação das perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber

	31/12/2018 (Reclassificado)	31/12/2017
Total a vencer	**153.860**	**142.188**
Vencidos em até 30 dias	9.838	14.807
Vencidos de 31 a 90 dias	9.254	9.681
Vencidos de 91 a 180 dias	9.890	22.062
Vencidos de 181 a 365 dias	7.282	15.760
Vencidos acima de 365 dias	63.349	29.716
Total vencidos	**99.613**	**92.026**
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(72.462)	(59.248)
Total	**181.011**	**174.966**

A movimentação das perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(33.778)**
(-) Adição	(28.245)
(+) Reversões	2.775
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(59.248)**
Remensuração (CPC 48 / IFRS 9)	(4.081)
Saldo em 01 de janeiro de 2018	**(63.329)**
(-) Adição	(25.351)
(+) Reversões	16.218
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (reclassificado)	**(72.462)**

8. Estoques

Descrição	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Veículos novos	59.628	51.498
Peças para revenda (i)	35.061	27.064
Veículos usados	10.331	7.412
Outros	108	16
(-) Perdas estimadas de estoques (ii)	(3.198)	(860)
Total	**101.930**	**85.130**

(i) Refere-se a saldos de peças e equipamentos alocados nas concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) A provisão para perdas de estoques refere-se à provisão para material de uso e consumo e peças para revenda. A movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(946)**
(-) Adições	(1.033)
(+) Reversões	1.119
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(860)**
(-) Adições	(3.294)
(+) Reversões	956
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(3.198)**

9. Tributos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS (i)	3.649	4.165
PIS e COFINS (ii)	5.124	1.728
ISS	1.992	1.705
IRRF	458	554
INSS (iii)	169	58
Outros impostos	14	13
Total	**11.406**	**8.223**

(i) Refere-se principalmente a créditos de ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de compras de caminhões, máquinas e equipamentos para estoque, créditos de ICMS a recuperar sobre prestação de serviços, e créditos de ICMS a recuperar sobre notas de simples remessa emitidas para o retorno de caminhões, máquinas e equipamentos, peças e acessórios enviados para outras unidades ou para demonstração;

(ii) A conta inclui o saldo de tributos a compensar de PIS - programa de integração social e COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social nas aquisições dos bens para o ativo imobilizado;

(iii) Valores retidos sobre notas fiscais e faturas de serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais, e créditos extemporâneos de INSS - Instituto Nacional do Seguro Social sobre verbas trabalhistas pacificadas a compensar.

10. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Refere-se a imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL a compensar de retenções, antecipações efetuadas durante o ano de 2018 e saldo de antecipações remanescentes de exercícios anteriores que serão compensados por meio de PER/DCOMP.

11. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão abaixo demonstradas:

	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2016	**31.356**	**22.216**	**53.572**
Bens transferidos do imobilizado	57.913	34.623	92.536
Adições por combinação de negócios (nota 1.3.a)	323	17.475	17.798
Bens baixados por venda	(70.909)	(23.929)	(94.838)
Em 31 de dezembro de 2017	**18.683**	**50.385**	**69.068**
Bens transferidos do imobilizado	119.428	74.826	194.254
Bens baixados por venda	(70.825)	(67.321)	(138.146)
Em 31 de dezembro de 2018	**67.286**	**57.890**	**125.176**
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2016	**(11.879)**	**(20.234)**	**(32.113)**
Bens transferidos do imobilizado	(7.012)	(21.559)	(28.571)
Bens baixados por venda	12.954	13.981	26.935
Em 31 de dezembro de 2017	**(5.937)**	**(27.812)**	**(33.749)**
Bens transferidos do imobilizado	(43.392)	(26.435)	(69.827)
Bens baixados por venda	27.543	12.829	40.372
Em 31 de dezembro de 2018	**(21.786)**	**(41.418)**	**(63.204)**
Valor residual líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**12.746**	**22.573**	**35.319**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**45.500**	**16.472**	**61.972**

12. Fundos para capitalização de concessionárias

Os fundos para capitalização de concessionárias referem-se aos aportes efetuados pelas controladas do Grupo Vamos, que operam concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, para o fundo garantidor de crédito com montadoras de veículos. São valores percentuais do custo de aquisição de veículos que são retidos pelas montadoras e depositados em fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome das controladas. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de veículos e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente. O saldo em 31 de dezembro de 2018 corresponde a R$ 23.447 (R$ 19.935 em 31 de dezembro de 2017).

13. Imobilizado

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão demonstradas abaixo:

	Veículos (i)	Máquinas e Equipamentos (ii)	Benfeitorias	Móveis e utensílios	Terrenos	Edifícios	Outros	Total
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2016	**961.308**	**217.292**	**15.426**	**2.923**	**13.800**	**13.073**	**3.200**	**1.227.022**
Adições	153.712	92.145	695	69	-	360	2.342	249.323
Adições por combinação de negócios (nota 1.3.a)	145.579	125.964	1.460	1.181	2.117	3.470	4.664	284.435
Transferências para bens destinados a venda	(57.913)	(34.623)	-	-	-	-	-	(92.536)
Baixas (iii)	(2.014)	(1.407)	(1.103)	(140)	-	-	(3.304)	(7.968)
Em 31 de dezembro de 2017	**1.200.672**	**399.371**	**16.478**	**4.033**	**15.917**	**16.903**	**6.902**	**1.660.276**
Adições	310.463	168.618	129	182	-	12	2.766	482.170
Transferências para disponíveis para venda	(119.428)	(74.826)	-	-	-	-	-	(194.254)
Transferências	(18.138)	17.665	(3.752)	(1.464)	-	4.377	1.312	-
Baixas (iii)	(4.506)	(264)	-	-	-	-	(8.651)	(13.421)
Em 31 de dezembro de 2018	**1.369.063**	**510.564**	**12.855**	**2.751**	**15.917**	**21.292**	**2.329**	**1.934.771**
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2016	**(216.495)**	**(93.704)**	**(2.215)**	**(1.404)**	**-**	**(1.737)**	**(1.268)**	**(316.823)**
Despesa de depreciação no exercício	(86.710)	(35.403)	(657)	(284)	-	(684)	(240)	(123.978)
Transferências	(39)	(733)	50	-	-	(8)	730	-
Transferências para bens destinados a venda	7.012	21.559	-	-	-	-	-	28.571
Baixas (iii)	367	1.377	-	109	-	-	480	2.333
Em 31 de dezembro de 2017	**(295.865)**	**(106.904)**	**(2.822)**	**(1.579)**	**-**	**(2.429)**	**(298)**	**(409.897)**
Despesa de depreciação no exercício	(136.634)	(72.878)	(1.845)	(475)	-	(773)	(520)	(213.125)
Transferências	57	2.712	700	676	-	(907)	(3.238)	-
Transferências para bens destinados a venda	43.392	26.435	-	-	-	-	-	69.827
Baixas (iii)	600	185	-	-	-	-	3.461	4.246
Em 31 de dezembro de 2018	**(388.450)**	**(150.450)**	**(3.967)**	**(1.378)**	**-**	**(4.109)**	**(595)**	**(548.949)**
Valor residual líquido:								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**904.807**	**292.467**	**13.656**	**2.454**	**15.917**	**14.474**	**6.604**	**1.250.379**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**980.613**	**360.114**	**8.888**	**1.373**	**15.917**	**17.813**	**1.734**	**1.385.822**
Vida útil (anos):								
2017								
Pesados	5 a 10	8 a 17	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	5 a 25	5 a 10	-	10 a 25	20	
2018								
Pesados	5 a 10	8 a 17	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	5 a 25	5 a 10	-	10 a 25	20	

(i) Veículos pesados (caminhões, carretas, cavalos) para uso nas operações;
(ii) Máquinas e equipamentos utilizados no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos; e
(iii) Do total liquido de baixas, o montante de R$ 981 refere-se a baixa por sinistros (R$ 1.047 em 31 de dezembro de 2017).

13.1. Imobilizado de arrendamento

Parte dos ativos foram adquiridos pelo Grupo Vamos por meio de arrendamentos financeiros, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	17.613	1.721	19.334
Saldo em 31 de dezembro 2018	44.128	3.939	48.067
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2017	21.959	7.245	29.204
Saldo em 31 de dezembro 2018	41.863	3.073	44.936

14. Intangível

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão abaixo demonstradas:

	Softwares	Fundo de comércio (i)	Ágio (15.1) (ii)	Acordo de não competição e carteira de clientes (iii)	Outros	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2016	**293**	**30.814**	**3.918**	**7.204**	**16**	**42.245**
Adições por combinação de negócios (nota 1.3 a)	-	10.800	82.959	28.200	4.300	126.259
Adições	52	-	-	-	50	102
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017	**345**	**41.614**	**86.877**	**35.404**	**4.366**	**168.606**
Adições	1.893	-	-	-	74	1.967
Baixas	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	**2.238**	**41.614**	**86.877**	**35.404**	**4.440**	**170.573**
Amortização acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2016	**(34)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(34)**
Despesas de amortização do exercício	(65)	-	-	-	-	(65)
Em 31 de dezembro de 2017	**(99)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(99)**
Despesas de amortização no exercício	(167)	-	-	(5.170)	-	(5.337)
Em 31 de dezembro de 2018	**(266)**	**-**	**-**	**(5.170)**	**-**	**(5.436)**
	.					
Valor líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**246**	**41.614**	**86.877**	**35.404**	**4.366**	**168.507**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**1.972**	**41.614**	**86.877**	**30.234**	**4.440**	**165.137**
Vida útil (anos):						
2017	**10 a 20**	**-**	**-**	**5**	**-**	
2018	**10 a 20**	**-**	**-**	**5**	**-**	

(i) Fundo de comércio refere-se aos diretos de concessão e de exploração da marca MAN pela Transrio na aquisição das filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe, no valor total de R$ 30.814, e aos direitos de concessão de uso de imagem e de comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra no valor total de R$ 10.800. Esses ativos estão alocados aos conjuntos de lojas e territórios explorados, considerados em conjunto como as unidades geradoras de caixa respectivas, no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) Os ágios constituídos referem-se a aquisição da Transrio no valor de R$ 3.918 e da aquisição das Sociedades Borgato no valor de R$ 82.959, conforme nota explicativa 14.1;

(iii) O valor de R$ 28.200 refere-se à combinação de negócio decorrente da aquisição das Sociedades Borgato e o saldo remanescente de R$ 7.204 refere-se à acordos de não competição da controlada Transrio.

14.1 Ágio decorrente da combinação de negócios

O ágio decorrente da combinação de negócios é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) através de estudo realizado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

Os ágios constituídos referem-se à aquisição da Transrio, atribuído ao segmento de concessionária de caminhões, máquinas e equipamentos, e também à aquisição das Sociedades Borgato, atribuído ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Abaixo um resumo da alocação do ágio líquido de *impairment*, por nível de UGC:

Ágios decorrentes das combinações de negócios por UGC	31/12/2018 Saldo	31/12/2017 Saldo
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos (i)	82.959	82.959
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio	3.918	3.918
Total	**86.877**	**86.877**

(i) Conforme nota explicativa 1.3.a, o ágio refere-se a aquisição das Sociedades Borgato;

14.2 Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada Unidade Geradora de Caixa atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2018 são as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Valtra	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio
		(Reapresentado)	
Taxas de desconto (*WACC*)	11,12%	11,12%	11,12%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,95%	3,95%	3,95%
Taxas de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos 5 anos)	9,08%	22,01%	11,13%

- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;

- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2019 a dezembro de 2023;

- Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação;

- O valor residual após dezembro de 2023 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) considerando um crescimento de 3,95% (inflação);

- Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Vamos realizou o teste anual de *impairment* das suas UGCs acima descritas e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

Os valores recuperáveis estimados para as UGCs locação de caminhões, máquinas e equipamentos, Valtra e Transrio foram superiores aos seus valores contábeis em R$ 1.038.671, R$ 3.065 e R$ 67.486, respectivamente. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nessa premissa básica poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil

Em pontos percentuais (%)	**Locação de caminhões, máquinas e equipamentos**	**Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Valtra**	**Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio**
		(Reapresentado)	
Taxa de desconto (*WACC)*	4,19	0,20	3,93

15. Fornecedores

	31/12/2018	**31/12/2017**
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação	8.703	12.212
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para estoque	17.602	40.907
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos locação – partes relacionadas (nota 20.1)	52.402	38.706
Montadoras de veículos	-	1.786
Outros	4.325	11.215
(-) Ajuste a valor presente (i)	-	(1.062)
Total	**83.032**	**103.764**
Passivo circulante	83.032	99.439
Passivo não circulante	-	4.325
Total	**83.032**	**103.764**

(i) Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não possui valor referente a ajuste a valor presente de fornecedores de longo prazo. O montante de R$ 1.062 em 31 de dezembro de 2017 se refere ao ajuste a valor presente de fornecedores de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto taxa de 100% do CDI mais juros de até 0,5% a.m.

16. Floor plan

Parte das compras de veículos novos para o segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos são pagas com prazo estendido pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados e peças automotivas "*Floor Plan*", com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem, em geral, um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de veículo e com prazo de vencimento que varia entre 150 a 180 dias após a emissão da nota fiscal, com taxa de juros de até 100% do CDI mais juros de até 0,5% ao mês, após o período de carência que geralmente é de 180 dias. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 53.413 (R$ 38.333 em 31 de dezembro de 2017).

17. Risco sacado a pagar – montadoras

Modalidade	Taxa média (%)	Prazo de alongamento	Vencto.	31/12/2018	Novos contratos	Amortização	Juros apropriados	31/12/2017
Em moeda nacional								
Risco sacado	4,89%	10 meses	jul/18	-	-	(4.604)	1.744	2.860

Modalidade	Taxa média (%)	Prazo de alongamento	Vencto.	31/12/2017	Novos contratos	Juros pagos	Juros apropriados	31/12/2016
Em moeda nacional								
Risco sacado	4,89 %	10 meses	jul/18	2.860	3.027	(294)	127	-

O Grupo Vamos firmou convênios com instituições financeiras denominado "risco sacado" para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto são os seguintes:

				31/12/2018			Movimentação					31/12/2017		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%)**	**Vencto.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Variação cambial**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional														
Finame (i)	6,86%	Pré-fixado	dez/28	77.933	310.218	388.151	209.260	(85.065)	(21.295)	22.746	-	76.764	185.741	262.505
Finame (i)	10,78%	TLP + 4,38%%	mar/23	59.156	76.423	135.579	20.988	(169.870)	(17.484)	18.744	-	82.816	200.385	283.201
Finame (i)	10,84%	SELIC+ 4,34%	dez/28	19.749	67.476	87.225	39.224	(47.442)	(3.152)	7.981	-	26.498	64.116	90.614
CCB (ii)	8,23%	CDI + 1,83%	ago/25	15.050	56.648	71.698	-	(47.457)	(7.718)	8.029	-	28.864	89.980	118.844
CCB (ii)	10,00%	Pré-fixado	jan/23	74	271	345	408	(65)	(34)	36	-	-	-	-
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	mai/22	4.847	23.619	28.466	28.295	(11.710)	(2.394)	3.102	-	3.026	8.147	11.173
Consórcios (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	11.474	11.230	22.704	3.785	(13.519)	-	-	-	9.075	23.363	32.438
				188.283	**545.885**	**734.168**	**301.960**	**(375.128)**	**(52.077)**	**60.638**	**-**	**227.043**	**571.732**	**798.775**
Em moeda estrangeira														
Crédito internacional (4131) - USD (v)	USD + 5,05%	USD + 5,05%	mai/21	826	154.992	155.818	150.800	-	(3.931)	4.757	4.192	-	-	-
				189.109	**700.877**	**889.986**	**452.760**	**(375.128)**	**(56.008)**	**65.395**	**4.192**	**227.043**	**571.732**	**798.775**

				31/12/2017			Movimentação					31/12/2016		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%)**	**Vencto.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos por combinação de negócio**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional														
Finame (i)	5,04%	Pré-fixado	jan/25	76.764	185.741	262.505	67.925	-	(57.884)	(20.288)	19.828	53.254	199.670	252.924
Finame (i)	9,92%	TLP + 2,92%	jul/23	82.816	200.385	283.201	86.529	87.212	(119.936)	(27.207)	23.670	49.045	183.888	232.933
Finame (i)	11,66%	SELIC + 4,66%	jul/22	26.498	64.116	90.614	-	25.526	(23.463)	(5.564)	3.368	19.107	71.640	90.747
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	jan/25	3.026	8.147	11.173	17.919	9.833	(40.880)	(2.560)	2.951	4.863	19.047	23.910
CCB (ii)	10,58%	Pré-fixado	mai/22	28.864	89.980	118.844	88.138	11.045	(5.848)	(4.822)	4.811	1.562	23.958	25.520
Consórcios (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	9.075	23.363	32.438	32.438	-	-	-	-	-	-	-
				227.043	**571.732**	**798.775**	**292.949**	**133.616**	**(248.011)**	**(60.441)**	**54.628**	**127.831**	**498.203**	**626.034**

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes características:

(i) **Finame** são financiamentos para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Parte dos contratos são remunerados pela "Taxa de Juros de Longo Prazo – TLP" mais *spread* médio de 4,38% a.a. (2,92% a.a. em 2017), outra parte é remunerada pela SELIC mais *spread* médio de 4,34% a.a. (4,66% a.a. em 2017) e parte remunerada a taxas de juros pré-fixadas em média de 6,86% a.a. em 31 de dezembro de 2018 e 5,04% em 31 de dezembro de 2017. Está composto de vários contratos com vencimentos variados até janeiro de 2025. Mensalmente são firmados novos contratos relativos a compra de novos ativos pelo processo normal de renovação da frota;

(ii) **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos, máquinas e equipamentos para as operações. Está composto por vários contratos, dos quais, parte é remunerada com juros médios anuais calculados com base na variação de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI para 31 de dezembro de 2018 e mais *spread* médio de 1,83% a.a., e outra parte remunerada com juros pré-fixados de 10% a.a. em 31 de dezembro de 2018 (10,58% a.a. em 31 de dezembro de 2017);

(iii) **CDC** refere-se a captações utilizada para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Essas operações possuem remuneração média de 11,77% a.a. em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com vencimento até maio de 2022;

(iv) **Consórcios** referem-se a operações de crédito junto a instituições financeiras para aquisições de máquinas e implementos utilizados nas operações de locações, os quais possuem taxa de administração de 11,95% e 3% de fundo de reserva em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Estão compostos de vários grupos e cotas com vencimentos variados até dezembro de 2024;

(v) **Crédito Internacional** refere-se a operação de empréstimo junto a instituição financeira por meio da Lei 4.131. Os contratos são remunerados parte por taxas pré-fixadas de 5,05% e parte pela variação do dólar, possuem o vencimento até maio de 2021 e estão 100% protegidos por contratos de *swap*, conforme descrito na nota explicativa 4.3.2. Essas operações possuem cláusulas de compromissos, as quais estão descritas na nota explicativa 18.2.

18.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

			31/12/2018
	Vencimento das parcelas	**Valor Total**	**%**
Passivo circulante	2019	**189.109**	**21,2**
	2020	171.769	19,3
	2021	311.299	35,0
	2022	134.144	15,1
	2023	67.725	7,6
	2024	12.006	1,4
	2025 em diante	3.934	0,4
Passivo não circulante		700.877	78,8
Total		**889.986**	**100,0**

18.2 Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

O Grupo Vamos possui operações de Finame, CCB e Consórcios garantidas pelos respectivos veículos, máquinas e equipamentos financiados. Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo possuía R$ 817.999, R$ 27.600 e R$ 3.526 em bens dados em garantias de seus contratos de Finame, CCB e Consórcios, respectivamente (R$ 783.377, R$ 12.763 e R$ 48.450 em 31 de dezembro de 2017, para os contratos de Finame, CCB e Consórcios, respectivamente). Os contratos que possuem cláusulas restritivas são apurados trimestralmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas anualizadas da sua controladora JSL S.A., garantidora desses contratos.

As demais operações não possuem garantias atreladas.

Índices de desempenho da sua controladora JSL S.A.

Todos os compromissos descritos no contrato de crédito internacional estavam cumpridos em 31 de dezembro de 2018, incluindo a manutenção dos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

Restrição	Limites	12 meses findo em 31/12/2018
Dívida Líquida / EBITDA Adicionado	Menor que 3,5	2,08
EBITIDA Adicionado / Despesas Financeiras Líquidas	Maior que 2	5,48

Dívida Líquida para fins de *covenants*: significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Vamos e quaisquer outros títulos e valores mobiliários representativos da dívida subtraídos dos valores em caixa e aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como aplicações financeiras que possuam liquidez diária de até 360 dias.

***EBITDA* Adicionado para fins de *covenants*:** significa lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, *impairment* dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido de custo de venda de ativos desmobilizados, apurados ao longo dos últimos 12 meses.

Despesas Financeiras Líquidas para fins de *covenants*: significa encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida líquida acima, calculados pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 meses.

Os empréstimos de capital de giro (CDC) não possuem garantias e cláusulas restritivas.

19. Arrendamentos financeiros a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de Finame *leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo Vamos que possuem encargos anuais pré-fixados, e estão distribuídos da seguinte forma:

			31/12/2018			Movimentação				31/12/2017		
Modalidade	**Encargos**	**Vencto.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional												
Arrendamento financeiro *Leasing*	9,34%	nov/22	15.201	29.735	44.936	31.623	(17.828)	(1.101)	3.038	14.337	14.867	29.204
			15.201	**29.735**	**44.936**	**31.623**	**(17.828)**	**(1.101)**	**3.038**	**14.337**	**14.867**	**29.204**

			31/12/2017			Movimentação					31/12/2016		
Modalidade	**Encargos**	**Vencto.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos por combinação de negócio**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional													
Arrendamento financeiro *Leasing*	13,16%	nov/22	14.337	14.867	29.204	9.282	7.990	(9.787)	(600)	2.393	7.469	12.457	19.926
			14.337	**14.867**	**29.204**	**9.282**	**7.990**	**(9.787)**	**(600)**	**2.393**	**7.469**	**12.457**	**19.926**

19.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

			31/12/2018
	Vencimento das parcelas	**Valor Total**	**%**
Passivo circulante	2019	15.201	33,8
	2020	14.403	32,1
	2021	15.192	33,8
	2022	139	0,3
	2023	1	0,1
Passivo não circulante		29.735	66,2
Total		**44.936**	**100,0**

19.2 Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

Conforme demonstrado na nota explicativa 13.1, o Grupo Vamos possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos financeiros e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

Nos contratos não constam cláusulas restritivas e nem cláusulas que exijam liquidação antecipada.

20. Transações com partes relacionadas

20.1 Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas nas tabelas abaixo:

	Contas a receber (nota 7)		Outros créditos	
Ativo	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
JSL S.A (nota 20.2.1)	3.154	57	181	-
CS Brasil	15.449	322	-	-
Movida GTF (incorporada pela Movida Participações)	3.352	1.005	-	-
Movida Locação	5	-	-	-
Original Veículos	3	-	35	-
JSL Leasing	1.739	-	-	-
Ponto Veículos	2	2	-	8
Família Borgato (i)	-	-	6.000	6
Total	**23.704**	**1.386**	**6.216**	**14**

	Partes Relacionadas		Fornecedores (nota 15)		Obrigações a pagar por aquisição de empresa (nota 21)		Dividendos a pagar (nota 26.3.a)	
Passivo	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
JSL S.A (nota 20.2.2)	26.067	-	51.511	35.231	-	-	61.375	15.700
Movida Locação	-	-	190	179	-	-	-	-
Movida Participações	-	41	-	42	-	-	-	-
CS Brasil	-	-	17	97	-	-	-	-
Ponto Veículos	-	2	3	2	-	-	-	-
Original Veículos	-	-	12	3.155	-	-	-	-
JSL Leasing	-	-	102	-	-	-	-	-
Avante	-	-	567	-	-	-	-	-
Família Borgato	-	-	-	-	68.044	103.147	-	2.746
Total	**26.067**	**43**	**52.402**	**38.706**	**68.044**	**103.147**	**61.375**	**18.446**

(i) A Companhia possui o valor a receber no montante de R$ 6.000 referente a venda de aeronave, em 4 parcelas sendo a última com vencimento em abril de 2019.

846

20.2 Transações com a controladora

20.2.1 Ativo

Contas a receber

(i) Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Vamos possuía valor a receber da controladora no montante de R$ 3.154 (R$ 57 em 31 de dezembro de 2017) referente prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos.

20.2.2 Passivo

Fornecedores

(ii) Em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Vamos possuía valor a pagar a controladora no montante de R$ 51.511 (R$ 35.231 em 31 de dezembro de 2017), sendo que parte deste montante refere-se à compra de veículos, máquinas e equipamentos no início das operações do Grupo Vamos, e o remanescente referente à renovação e/ou ampliação da frota.

Partes relacionadas

(iii) Em 08 de junho de 2018 a Companhia adquiriu da controladora, ações da Movida Participações no valor de R$ 26.067, que foram entregues aos antigos sócios das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.3.a. Não incide juros sobre esse valor e não há prazo de vencimento definido.

20.3 Outras transações com partes relacionadas

Ativo	**Relação**	**Especificação**
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Original Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
JSL Leasing	Partes relacionadas	Venda de veículos
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
Família Borgato	Partes relacionadas	Venda de aeronave

	Relação	**Especificação**
Passivo		
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos
Movida Participações	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional / Centro de Serviços Administrativos / Compra de veículos
Ponto Veículos	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos /Reembolso de despesas
Original Veículos	Partes relacionadas	Compra de veículos
JSL Leasing	Partes relacionadas	Compra de veículos
Avante	Partes relacionadas	Compra de veículos
Família Borgato	Partes relacionadas	Aquisição Borgato / Dividendos / Recompra de ações próprias

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições usuais de mercado, com exceção do reembolso de despesas e Centro de Serviços Administrativos ("CSA" - nota explicativa 20.6) que são remuneradas ao preço de custo.

20.4 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, compras, deduções e outras receitas e despesas operacionais de transações do Grupo Vamos com suas partes relacionadas:

	Serviços Prestados		Serviços Tomados		Venda de Ativos		Compra de Ativos		Receita Financeira		Despesa Financeira	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018 (Reapresentado)	31/12/2017 (Reapresentado)	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Transações com controladora												
JSL S.A.	10.911	16.521	(26.677)	(27.160)	1.996	3.548	-	-	-	-	(396)	(472)
	10.911	**16.521**	**(26.677)**	**(27.160)**	**1.996**	**3.548**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(396)**	**(472)**
Transações eliminadas no resultado												
Vamos	-	638	(21.360)	(342)	-	-	(721)	-	-	-	(9)	-
Transrio	48	342	-	(638)	721	-	-	-	-	-	-	-
Borgato Serviços	3.297	-	(2.375)	-	-	-	-	-	3	-	-	-
Borgato Máquinas	22.838	-	(1.565)	-	5.153	-	-	-	6	-	-	-
Borgato Caminhões	-	-	(883)	-	-	-	(5.153)	-	-	-	-	-
	26.183	**980**	**(26.183)**	**(980)**	**5.874**	**-**	**(5.874)**	**-**	**9**	**-**	**(9)**	**-**
Transações com partes relacionadas												
CS Brasil	18.344	16.424	(7.786)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística	246	478	-	(91)	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Participações	12.260	11.267	-	(2.635)	-	1.594	-	(1.594)	-	-	-	-
Movida Locação	19	-	(25)	(24)	-	-	-	-	-	-	-	-
Avante Veículos	1	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos	36	4	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos	10	-	(2)	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-
JSL Leasing	-	102	-	(102)	3.495	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	(3.351)	(2.990)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (i)	-	-	(121)	(336)	-	-	-	-	-	-	-	-
	30.916	**28.275**	**(11.285)**	**(6.235)**	**3.495**	**1.594**	**-**	**(1.594)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**68.010**	**45.776**	**(64.145)**	**(34.375)**	**11.365**	**5.142**	**(5.874)**	**(1.594)**	**9**	**-**	**(405)**	**(472)**

(i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritório de advocacia onde um membro do Conselho de Administração da JSL S.A. é sócio.

20.5 Remuneração dos administradores

A Administração do Grupo Vamos é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica "Despesas administrativas", e estão resumidas conforme a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração fixa	(2.935)	(1.923)
Remuneração variável	(427)	(388)
Benefícios	(28)	(19)
Remuneração baseada em ações (nota 27.2.a)	(560)	(679)
Total	**(3.950)**	**(3.009)**

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

20.6 Centro de serviços administrativos

O Grupo JSL rateia, conforme critérios definidos em estudos técnicos apropriados, os gastos compartilhados da estrutura e *BackOffice* compartilhado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de despesas alocadas da JSL para o Grupo Vamos relativo à estes gastos foi de R$ 6.491 (R$ 6.213 em 31 de dezembro de 2017). O Centro de serviços administrativos não cobra taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

20.7 Transações garantidas pela controladora

Modalidade	Garantidor	31/12/2018	31/12/2017
Crédito internacional (4131) – USD (i)	JSL S.A.	155.818	-

(i) Saldo total do empréstimo de modalidade crédito internacional em 31 dezembro de 2018, conforme nota explicativa 18.

21. Obrigações a pagar por aquisição de empresas

As obrigações a pagar por aquisição de empresas registradas no passivo circulante e não circulante nos montantes de R$ 34.769 e R$ 33.275, respectivamente, totalizando R$ 68.044 em 31 de dezembro de 2018, referem-se à recompra de ações da Vamos que haviam sido entregues na negociação de compra das Sociedades Borgato conforme nota explicativa 1.3.a. Em 31 de dezembro de 2017 os valores de R$ 57.314 e R$ 45.833, registrados no passivo circulante e não circulante, respectivamente, totalizando R$ 103.147, correspondiam a dívida com os antigos sócios das Sociedades Borgato referente à combinação de negócios ocorrida em 22 de dezembro de 2017, e quitada integralmente conforme nota explicativa 1.3 a.

22. Outras contas a pagar

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva de seguros	10.811	2.759
Veículos em consignação	785	397
Aporte para fundos de capitalização de concessionárias	422	287
Aluguéis a pagar	506	135
Outras contas a pagar (i)	2.542	-
Total	**15.066**	**3.578**

(i) Compõem-se de diversas outras contas a pagar em valores pulverizados.

23. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

23.1 Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	8.953	9.191
Provisão para demandas judiciais e administrativas	1.133	1.009
Provisão para perdas esperadas (*impairment*) contas receber	18.602	24.522
Outras provisões	621	46
Provisão para ajuste a valor presente	-	363
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	1.086	293
Total créditos fiscais brutos	**30.395**	**35.424**
Débitos fiscais		
Diferença entre a depreciação econômica e a taxa fiscal	(122.980)	(103.906)
Imobilização *leasing* financeiro	(18.325)	(11.313)
Valor justo do *hedge* de fluxo de caixa	(366)	-
Constituição de IR/CS sobre realização fiscal do ágio	(589)	(589)
Total débitos fiscais brutos	**(142.260)**	**(115.808)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(111.865)**	**(80.384)**
Tributos diferidos passivos	(136.459)	(104.337)
Tributos diferidos ativos	24.594	23.953
Total débitos fiscais, líquidos	**(111.865)**	**(80.384)**

A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(14.309)**
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(21.954)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre diferenças temporárias das Sociedades Borgato	(43.141)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	(980)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(80.384)**
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(32.369)
IR / CS diferidos reconhecidos em resultados abrangentes	(366)
IR / CS diferidos sobre reconhecimento inicial do CPC 48 / IFRS 9	1.387
IR / CS diferidos reconhecido sobre outros saldos	(133)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(111.865)**

23.1.1 Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2018 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. A tabela abaixo apresenta o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entidade:

	31/12/2018	31/12/2017
Borgato Serviços (i)	1.655	2.188
Borgato Máquinas (i)	1.099	-
Transrio (ii)	6.199	7.003
Total	**8.953**	**9.191**

(i) Devido a expansão das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em 2013 e 2014 do Grupo Borgato, houve aquisições expressivas de imobilizado. A diferença entre a depreciação para fins fiscais e a depreciação baseada na vida útil dos imobilizados gerou imposto de renda diferido passivo no montante de R$ 58.694, sendo, R$ 46.490 na Borgato Máquinas e R$ 12.204 na Borgato Serviços (R$ 10.096 em 31 de dezembro de 2017 na Borgato Serviços), o qual o Grupo espera compensar o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social com o imposto de renda diferido passivo a partir do término da depreciação fiscal acelerada;

(ii) Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na Transrio, foram acumulados até o ano de 2015 e a partir de 2016 passaram a ser compensados com os lucros tributáveis apurados.

O Grupo elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 3 anos.

Adicionalmente, a Borgato Caminhões possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R$ 18.787, cujos créditos diferidos correspondentes não foram contabilizados por não haver histórico de utilização nos últimos anos.

Com base nas informações discutidas nos itens acima, a tabela a seguir apresenta a realização do imposto de renda e base negativa de contribuição social ao longo do tempo:

						2018
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Valores consolidado	5.344	3.276	333	-	-	**8.953**

23.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSSL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	31/12/2018	31/12//2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	167.090	135.729
Alíquota nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(56.811)**	**(46.148)**
(Adições) exclusões permanentes		
Incentivos fiscais – PAT	9	58
Juros sobre capital próprio	6.800	4.333
Despesas indedutíveis	(749)	(733)
Outras (adições) exclusões	(65)	(655)
IRPJ e CSLL apurados	**(50.816)**	**(43.145)**
Corrente	(18.447)	(21.191)
Diferido	(32.369)	(21.954)
IRPJ e CSLL no resultado	**(50.816)**	**(43.145)**
Alíquota efetiva	30,4%	31,8%

As declarações de imposto de renda do Grupo estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros.

A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

24. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis, tributárias e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, e quando aplicável, estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais.

24.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas em juízo.

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	4.539	3.089
Tributários	109	109
Total	**4.648**	**3.198**

24.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos está envolvido em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

O Grupo Vamos classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração do Grupo, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração do Grupo Vamos acredita que a provisão para riscos cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas	2.174	2.050
Cíveis	1.106	833
Total	**3.280**	**2.883**

A movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é apresentada conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.272**
(+) Adições por combinação de negócios	501
(+) Adições	2.500
(-) Reversões	(1.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.883**
(+) Adições	817
(-) Reversões	(420)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**3.280**

Trabalhistas

Os processos trabalhistas são compostos principalmente por ações solicitando indenizações e outros pedidos diversos contra empresas do Grupo Vamos.

Cíveis

Referem-se, principalmente a processos relacionados a pedidos indenizatórios por motivos diversos contra as empresas do Grupo Vamos, assim como ações anulatórias e contratuais.

24.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

O Grupo Vamos é parte de demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Trabalhistas (i)	700	712
Cíveis (ii)	8.269	7.102
Tributárias (iii)	2.923	333
Total	**11.892**	**8.147**

(i) As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores do Grupo;

(ii) As demandas cíveis estão relacionadas substancialmente a pedidos indenizatórios por perdas e danos, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais efetuadas por clientes contra a controlada Transrio que atua no segmento denominado “concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos”;

(iii) As demandas tributárias referem-se a processos administrativos movidos pelo Grupo em questionamento de autos de infração emitidos em processo de fiscalização que o Grupo não concorda, e outros processos movidos para questionar a legitimidade de cobrança de determinados tributos.

25. Cessão de direitos creditórios

Durante o exercício de 2017 o Grupo Vamos efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado. O Grupo Vamos será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida foi de R$ 40.077, o valor recebido pelo Grupo Vamos foi de R$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são:

	31/12/2018	31/12/2017
Venda de direitos creditórios	33.428	40.077
Juros a apropriar	(9.257)	(9.863)
Total	**24.171**	**30.214**
Total circulante	7.410	6.043
Total não circulante	16.761	24.171
Total	**24.171**	**30.214**

26. Patrimônio líquido e investimento da controladora

26.1 Capital social

O capital social do Grupo Vamos, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 é de R$ 482.817 divididos em 312.007 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R$ 504.371 em 31 de dezembro de 2017, divididos em 354.860 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal).

A Vamos está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, excluídas as ações já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

As movimentações do capital social estão abaixo demonstradas:

	Transrio	Vamos Individual	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**181.885**	**121.784**	**303.669**
Aumento de capital via integralização de AFAC (i)	-	7.460	**7.460**
Aumento de capital com transferência de investimentos (ii)	-	157.811	**157.811**
Transferência de investimentos da controladora (ii)	(181.885)	-	**(181.885)**
Rerratificação de ato societário para aumento de capital (iii)	-	15.976	**15.976**
Aumento de capital com emissão de novas ações (iv)	-	201.340	**201.340**
Transferência de investimento – cisão JSL Holding (v)	-	(4.507)	**(4.507)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017		**499.864**	**499.864**
Cisão da JSL Holding (v)	**-**	(17.047)	(17.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**-**	**482.817**	**482.817**

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve integralização do Adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC") da JSL na Vamos no valor de R$ 7.460. O saldo de AFAC foi reconhecido como instrumento patrimonial porque são irrevogáveis e irretratáveis e, o aumento de capital social, constitui um aumento de ações sem qualquer indexação;

(ii) Como as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas como se a combinação de negócio sob controle comum (nota explicativa 1.2) tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2017, a reconciliação entre o patrimônio líquido combinado de 1º de janeiro de 2017 até 31 de outubro de 2017 e o patrimônio líquido combinado de 31 de outubro de 2017 até 31 de dezembro de 2017 está apresentada na linha de transferência de investimentos da

controladora, sendo que os montantes envolvidos nesta transação referem-se à saída dos componentes do patrimônio líquido da Transrio, composto de R$ 181.885 de capital social e R$ 24.074 de lucros acumulados, totalizando R$ 157.811 o qual, no momento do investimento recebido, foi registrado como um aporte de capital;

(iii) Em 31 de outubro de 2017 o capital social da Vamos foi aumentado pela sua controladora no montante de R$ 15.976 referente a rerratificações de ato societários;

(iv) Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social no valor de R$ 113.201, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias. Em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social, em decorrência da incorporação de ações das Sociedades Borgato, no valor de R$ 88.139, mediante a emissão de 31.937 mil ações ordinárias;

(v) Em 31 de dezembro de 2018 os acionistas aprovaram a cisão parcial da JSL Holding, com a redução do capital de R$ 82.879 referente ao acervo líquido do investimento da Vamos na JSL Holding. Conforme nota explicativa 1.2, para propósito de elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out,* em 31 de dezembro de 2017 foi eliminado o valor de R$ 65.833 referente ao investimento da Vamos na JSL Holding e R$ 4.507 referente ao resultado do exercício de 2017 da JSL Holding. Em 31 de dezembro de 2018, houve a eliminação do saldo remanescente de R$ 17.047, assim como o valor de R$ 7.045 referente ao resultado do exercício da JSL Holding.

26.2 Reserva de capital

a) Pagamento baseado em ações

A Controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados ao Grupo Vamos que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo Vamos de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações – transações de ações do grupo e em tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração da JSL S.A. e são compostos da seguinte forma:

i. Planos de opções de ações:

Os critérios estabelecidos são: (i) outorga de opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços ao Grupo JSL para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis no Grupo JSL durante o período de aquisição de direito.

Esses planos são calculados com base na média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento ao Grupo JSL do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo "*Black & Scholes"* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
VI	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VI	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente à "pagamento baseado em ações" no patrimônio líquido é de R$ 1.425 (R$ 865 em 31 de dezembro de 2017) e no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi reconhecido R$ 560 (R$ 679 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica de "Despesas administrativas".

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	Quantidade de opções de ações				
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R$)
Posição em 31 de dezembro de 2016	**195.933**	**-**	**-**	**195.933**	**8,36**
Outorgas concedidas 2017	132.225	-	-	132.225	9,03
Posição em 31 de dezembro de 2017 e 2018	**328.158**	**-**	**-**	**328.158**	**8,63**

ii. Plano de ações restritas e *matching*

No dia 22 de outubro de 2018, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o plano de ações restritas que consiste na entrega de ações da controladora JSL S.A. (ações restritas) a colaboradores do Grupo Vamos de até 35% do valor de remuneração variável dos beneficiários a título de bônus, em parcelas anuais por quatro anos. Adicionalmente, os colaboradores poderão, a seu exclusivo critério, optar pelo recebimento de uma parcela adicional do valor de remuneração variável a título de bônus em ações da JSL S.A., e caso o colaborador opte por receber ações, a JSL S.A. entregará ao colaborador 1 ação de *matching* para cada 1 ação própria recebida pelo colaborador, dentro dos limites estabelecidos no programa. A outorga de direito ao recebimento de ações restritas e ações matching é realizada mediante a celebração de Contratos de Outorga entre a JSL S.A. e o colaborador. Assim, o Plano busca (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da JSL S.A. e suas controladas; (b) alinhar os interesses dos acionistas da JSL S.A. e das suas controladas aos dos colaboradores; e (c) possibilitar à JSL S.A. e às suas controladas atrair e manter a elas vinculados os Beneficiários.

Para cálculo do número de ações restritas a serem entregues ao colaborador, o valor líquido auferido pelo colaborador será divido pela média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores à cada data de aquisição dos direitos relacionados às ações restritas.

As ações restritas e *matching* outorgadas serão resgatadas somente após os prazos mínimos estipulados pelo plano e conforme suas características indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de ações	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da ação na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida do plano de ações restritas	Período de aquisição	Data de transferência
I	2018	6.933	1	0,00	6,26	36,7%	6,38%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2019	24/04/2019
I	2018	6.933	2	0,00	6,13	36,7%	7,25%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2020	24/04/2020
I	2018	6.933	3	0,00	5,99	36,7%	8,19%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2021	24/04/2021
I	2018	6.933	4	0,00	5,86	36,7%	8,89%	2,22%	5 anos	23/04/2018 a 24/04/2022	24/04/2022

O valor total do plano "I" é de R$ 168, cabendo a parcela de cada exercício apropriados ao resultado do exercício, como despesas administrativas.

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e o movimento das ações restritas durante o período:

	Quantidade de ações restritas			
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Ações restritas em circulação
Posição em 31 de dezembro de 2017	**-**	**-**	**-**	**-**
Outorgas concedidas 2018	27.732	-	-	27.732
Posição em 31 de dezembro de 2018	**27.732**	**-**	**-**	**27.732**

b) Ágio na subscrição de ações

A reserva de capital no montante de R$ 22.774 é proveniente de diferença entre o valor patrimonial de R$ 88.139 mencionado na nota explicativa 26.1 (iv) e o valor de R$ 110.913 aportado de ações na data de aquisição das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.3.a.

26.3 Reserva de lucros

a) Distribuição de dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para:

(i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e
(ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".

O Estatuto Social da Vamos permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando-se a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o cálculo e a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Juros sobre capital próprio	12.742	-	12.742
Distribuição de lucros	-	6.422	6.422
Aquisição Sociedades Borgato	-	1.193	1.193
IRRF	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 20.1)	**10.831**	**7.615**	**18.446**
Juros sobre capital próprio	20.000	-	20.000
Dividendos pagos	-	(1.193)	(1.193)
Distribuição de lucros	-	27.122	27.122
IRRF	(3.000)	-	(3.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 (Nota 20.1)	**27.831**	**33.544**	**61.375**

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram constituídos R$ 5.647 (R$ 4.035 em 31 de dezembro de 2017) como reserva legal.

26.4 Ações em tesouraria

Representa as ações da própria Companhia recompradas dos antigos proprietários das Sociedades Borgato, em 08 de junho de 2018, junto com a sua controladora, conforme divulgado na nota explicativa 1.3.c.

27. Cobertura de seguros

O Grupo mantém seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a) Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

A apólice é coorporativa tendo sua cobertura em nome da JSL S.A., entretanto, existe um processo interno de rateio dos prêmios pagos entre o Grupo e a JSL S.A.

		JSL S.A.
Serviços segurados	**Vigência**	**Cobertura**
Incêndio, queda de raio e explosão	11/2018 a 11/2019	25.063
Danos elétricos	11/2018 a 11/2019	70
Quebra de vidros	11/2018 a 11/2019	200
Anúncios luminosos / letreiros	11/2018 a 11/2019	200
Roubo ou furto qualificado	11/2018 a 11/2019	300
Alagamento / inundação	11/2018 a 11/2019	200
Equipamentos estacionários	11/2018 a 11/2019	20
Fidelidade de empregados	11/2018 a 11/2019	100
Despesa com recomposição de registros e documentos	11/2018 a 11/2019	8
Tumultos, greves / *lock-out* e atos dolosos	11/2018 a 11/2019	100
RD revendas concessionárias	11/2018 a 11/2019	400
Responsabilidade civil de operações de concessionárias	11/2018 a 11/2019	400
Responsabilidade civil – danos morais operações de concessionárias	11/2018 a 11/2019	500
Vendaval até fumaça	11/2018 a 11/2019	500
Equipamentos em exposição e / ou demonstração sem transporte	11/2018 a 11/2019	400
Total de cobertura		**28.461**

b) Frota

O Grupo contrata seguro para frota conforme exigências contratuais, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de sua frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

28. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços

O efeito da adoção do CPC 47 / IFRS 15 sobre a receita de contrato com clientes do Grupo está descrito na nota explicativa 2.19.3. Devido ao método de transição utilizado na aplicação do CPC 47 / IFRS 15, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

a) Fluxos de receitas

O Grupo Vamos gera receita principalmente pela venda de veículos novos, seminovos, peças, locação e prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados.

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de locação e prestação de serviços	524.393	432.927
Receita de venda de veículos e acessórios	359.039	176.757
Receita de venda de ativos desmobilizados	99.858	65.072
Total da receita líquida	**983.290**	**674.756**

Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e a receita apresentada nas demonstrações de resultado do exercício:

Operações continuadas	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Receita bruta	1.100.543	762.050
(-) Impostos sobre vendas	(90.251)	(66.491)
(-) Devoluções e abatimentos	(26.560)	(20.056)
(-) Descontos concedidos	(442)	(747)
Total da receita líquida	**983.290**	**674.756**

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em ICMS (alíquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (alíquota de 3% ou 7,65%).

b) Desagregação das receitas de contratos com clientes

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócio e época do reconhecimento da receita. Ela também inclui a conciliação da composição analítica da receita com os segmentos reportáveis do Grupo.

	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos		Locação de caminhões, máquinas e equipamentos		Eliminações		Total	
Principais produtos e serviços	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Receita de locação	-	-	520.211	379.555	(26.183)	(980)	494.028	378.575
Receita de prestação de serviços	30.365	18.487	-	-	-	-	30.365	18.487
Receita de venda de ativos desmobilizados	1.923	102	103.809	64.970	(5.874)	-	99.858	65.072
Receita com venda de peças e acessórios	99.677	70.376	-	-	-	-	99.677	70.376
Receita de venda de veículos novos	238.981	132.607	-	-	-	-	238.981	132.607
Receita de venda de veículos usados	20.381	9.639	-	-	-	-	20.381	9.639
Total da receita líquida	**391.327**	**231.211**	**624.020**	**444.525**	**(32.057)**	**(980)**	**983.290**	**674.756**
Tempo de reconhecimento de receita								
Produtos transferidos em momento específico no tempo	360.962	212.724	103.809	64.970	(5.874)	-	458.897	277.694
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	30.365	18.487	520.211	379.555	(26.183)	(980)	524.393	397.062
Total da receita líquida	**391.327**	**231.211**	**624.020**	**444.525**	**(32.057)**	**(980)**	**983.290**	**674.756**

860

29. Gastos por natureza

As informações de resultado do Grupo Vamos são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2018 (i)	31/12/2017 (i)
	(Reclassificado)	
Custo de vendas de veículos novos	(190.248)	(114.651)
Custo de vendas de veículos usados	(17.248)	(6.241)
Custo e despesas com frota	(13.219)	(22.864)
Custo de vendas de ativos desmobilizados (nota 11)	(97.774)	(67.903)
Custo de venda de peças	(75.874)	(48.380)
Pessoal	(82.787)	(52.199)
Depreciação e amortização (notas 13 e 14)	(218.462)	(124.043)
Peças, pneus e manutenções	(24.274)	(19.429)
Combustíveis e lubrificantes	(2.949)	(1.618)
(Provisão) reversão de provisão para perdas nos estoques (nota 8)	(2.338)	86
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 24)	(397)	(1.110)
Propaganda e publicidade	(578)	(396)
Serviços prestados por terceiros	(17.174)	(9.875)
Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber (nota 7)	(9.133)	(25.470)
Indenizações judiciais	-	(27)
Energia elétrica	(1.279)	(780)
Comunicação	(1.618)	(610)
Viagens, refeições e estadias	(4.962)	(1.053)
Aluguéis de imóveis (nota 31.1)	(12.414)	(7.693)
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	(12.926)	(27.540)
Resultado na venda de veículos avariados (ii)	327	436
Despesas tributárias	(1.174)	(762)
Recuperação de PIS e COFINS (iii)	30.135	23.146
Créditos de impostos extemporâneos (iv)	5.406	2.489
Outras receitas (custos e despesas), líquidas	1.383	12.681
	(749.577)	**(493.806)**
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(552.881)	(327.114)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(97.774)	(67.903)
Despesas comerciais	(22.533)	(15.951)
Despesas administrativas	(85.805)	(65.141)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(9.133)	(25.470)
Outras receitas operacionais	23.204	11.148
Outras despesas operacionais	(4.655)	(3.375)
	(749.577)	**(493.806)**

(i) Os valores de 31 de dezembro de 2018 refletem os impactos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, sendo que os gastos por natureza para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não estão sendo reapresentados. Na nota explicativa 2.19.3 estão apresentados os reflexos da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e do CPC 47 / IFRS 15;

(ii) Referem-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 1.308 (R$ 1.483 em 31 de dezembro de 2017);

(iii) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas;

(iv) É composto créditos extemporâneos de PIS e COFINS em 2018, e em 2017 por verbas de INSS relacionadas a temas já pacificados no âmbito administrativo e judicial.

30. Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(65.395)	(54.628)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(3.038)	(2.393)
Juros de risco sacado a pagar – montadoras	(1.744)	(127)
Juros sobre direitos creditórios	(606)	-
Variação cambial sobre empréstimos	(4.192)	-
Resultado na operação dos *swaps*, líquido	3.805	-
Despesa total do serviço da dívida	**(71.170)**	**(57.148)**
AVP - Despesa financeira	(1.059)	-
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(440)	-
Despesas bancárias	(1.110)	-
Descontos concedidos	(1.711)	-
Despesa de atualização monetária	(951)	-
Juros passivos	(1.439)	-
Outras despesas financeiras	(6.614)	(105)
Despesa financeira total	**(84.494)**	**(57.253)**
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	9.309	8.081
Receita de variação monetária	181	678
Outras receitas financeiras	296	228
AVP - Receita financeira	1.578	-
Juros recebidos	6.507	3.045
Receita financeira total	**17.871**	**12.032**
Resultado financeiro líquido	**(66.623)**	**(45.221)**

31. Arrendamento operacional

31.1 Grupo Vamos como arrendatário

O Grupo Vamos possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R$ 12.414 (R$ 7.693 em 31 dezembro de 2017), os pagamentos mínimos futuros estão demonstrados no quadro abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	cima de 4 anos	Total
Obrigações futuras de arrendamentos operacionais	11.455	11.454	11.432	10.394	72.494	**117.229**

31.2 Grupo Vamos como arrendador

O Grupo Vamos possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional com prazos de vencimento até 2022. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Vamos	540.735	430.568	341.153	241.744	130.755	101.600	**1.786.555**

32. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2018	31/12/2017
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	116.274	92.584
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	336.585.273	159.833.629
Lucro líquido básico e diluído por ações - R$	**0,34545**	**0,57925**

Média ponderada das ações ordinárias

	31/12/2018	31/12/2017
Ações ordinárias existentes em 1º de janeiro	354.860.334	125.392.612
Efeito das ações emitidas	-	34.441.017
Efeito das ações recompradas	(18.275.061)	-
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (i)	**336.585.273**	**159.833.629**

A Vamos não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

(i) Em consequência à cisão da JSL Holding, divulgado na nota explicativa 1.3.d, houve o cancelamento de ações, porém como a cisão ocorreu em 31 de dezembro de 2018, não houve impacto na média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

33. Informações suplementares do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Grupo fez aquisições de veículos para expansão de sua frota e parte destes veículos não afetaram o caixa por estarem financiados, ou por advirem de incorporação. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	31/12/2018	31/12/2017
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxos de caixa:		
Total de adições do imobilizado	482.170	249.323
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(301.095)	(120.728)
Variação do saldo de risco sacado a pagar – montadoras	4.604	(3.027)
Variação no saldo de fornecedores de imobilizados e montadoras de veículos	8.401	(19.418)
	194.080	**106.150**
Demonstrações dos fluxos de caixa		
Imobilizado operacional para locação	190.991	102.684
Imobilizado para investimento	3.089	3.466
	194.080	**106.150**
Outras transações que não afetaram caixa:		
Recompra de ações (Ações em tesouraria nota explicativa 1.3.c)	(94.193)	-
	(94.193)	**-**

Conforme nota explicativa 1.3.a, em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato, com os seguintes impactos no fluxo de caixa:

	31/12/2017
Preço total (contraprestação), conforme contrato	224.116
(-) Reserva de contingências	(20.000)
(-) Valor a pagar em parcelas	(83.147)
(-) Valor pago com ações da controladora	(110.913)
Caixa desembolsado pela controladora	**10.056**
Caixa assumido da operação, na data do termo de fechamento	34.953
Caixa efetivo assumido na operação	**24.897**

34. Eventos subsequentes

a) Emissão de debêntures

Em 22 de fevereiro de 2019, a VERT Companhia Securitizadora, divulgou o aviso ao mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis no valor total, inicialmente, de R$ 250.000, lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio os quais são representados pelas debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição privada de emissão da Vamos.

b) Distribuição de dividendos (reapresentado)

Em 25 de fevereiro de 2019, a Assembleia dos Acionistas aprovou a distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após a dedução das reservas de lucros, no montante de R$ 107.290, atribuídos a esse montante, juros sobre o capital próprio, declarados no mesmo ano no valor de R$ 20.000. Também foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 89.832 das reservas de lucros acumulados de exercícios anteriores.

* * * * *

- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS *CARVE-OUT* RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Grupo VAMOS

Demonstrações financeiras combinadas *carve-out* em 31 de dezembro de 2017 e relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* **1**

Balanços patrimoniais combinados *carve-out* **11**

Demonstrações de resultados combinadas *carve-out* **12**

Demonstrações de resultados abrangentes combinadas *carve-out* **13**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas *carve-out* e investimento da controladora **14**

Demonstrações dos fluxos de caixa combinadas *carve-out* – Método indireto **15**

Demonstrações do valor adicionado combinadas *carve-out* **16**

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

1. Contexto operacional **17**
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e principais práticas contábeis adotadas **27**
3. Novas normas que ainda não entraram em vigor **39**
4. Informações por segmento **42**
5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos **44**
6. Caixa e equivalentes de caixa **50**
7. Títulos e valores mobiliários **51**
8. Contas a receber **51**
9. Estoques **52**
10. Tributos a recuperar **53**
11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar **53**
12. Ativo imobilizado disponibilizado para venda **53**
13. Fundos para capitalização de concessionárias **54**
14. Imobilizado **55**
15 Intangível **56**
16. Fornecedores **58**
17. *Floor plan* **59**
18. Risco sacado a pagar – montadoras **59**
19. Empréstimos e financiamentos **60**
20. Arrendamentos financeiros a pagar **63**
21. Transações com partes relacionadas **65**
22. Obrigações a pagar por aquisição de empresas **68**

23. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido **68**
24. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas **70**
25. Cessão de direitos creditórios **72**
26. Patrimônio líquido e investimento da controladora **72**
27. Cobertura de seguros **75**
28. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços **76**
29. Gastos por natureza **77**
30. Resultado financeiro **78**
31. Arrendamento operacional **78**
32. Lucro por ação **79**
33. Informações suplementares do fluxo de caixa **79**
34. Eventos subsequentes **80**

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Grupo Vamos

Mogi das Cruzes - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* relativas ao segmento de "locação de veículos, máquinas e equipamentos de pesados", que incluem as empresas Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Companhia"), Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda., Borgato Máquinas S.A., Borgato Caminhões S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e as informações financeiras *carve-out* advindas da JSL S.A., da CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. e da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Grupo Vamos"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada *carve-out* do Grupo Vamos em 31 de dezembro de 2017, o desempenho combinado *carve-out* de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados *carve-out* para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*". Somos independentes em relação ao Grupo Vamos de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para as notas explicativas nºs 1.2 e 2.3 às demonstrações financeiras que descrevem a base de elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e os critérios utilizados para o rateio e alocação das receitas, custos e despesas, ativos e passivos. As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* do segmento de locação de veículos, máquinas e equipamentos pesados do Grupo Vamos podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo Vamos tivesse operado como uma única entidade independente. As referidas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram elaboradas e apresentadas exclusivamente para demonstrar a posição patrimonial e financeira, o desempenho das operações e os fluxos e caixa do Grupo Vamos e podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor recuperável dos ágios sobre combinações de negócios e dos fundos de comércio	
Veja as Notas 2.11 e 15 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Vamos possui ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e fundos de comércio registrados na rubrica de "intangíveis", no total de R$ 128.491 mil. Para a avaliação da recuperabilidade dos ágios e dos fundos de comércio são utilizadas premissas e julgamentos significativos na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros. O Grupo Vamos avalia anualmente a projeção desses fluxos de caixa futuros, bem como as premissas que os determinam, tais como volume de prestação de serviços, custos operacionais e taxas de descontos. Alterações nas premissas significativas utilizadas podem afetar de forma relevante as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Por esse motivo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionados à determinação dos valores recuperáveis dos ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e dos fundos de comércio, em especial a revisão pela Administração dos estudos realizados por especialista contratado; – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, da adequação das premissas utilizadas para determinar o valor recuperável dos ágios por expectativa de rentabilidade futura e dos fundos de comércio por meio dos fluxos de caixa descontados por unidades geradoras de caixa, bem como avaliação da razoabilidade e consistência das premissas utilizadas; – Comparação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas do Grupo Vamos com os dados obtidos externamente, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos e as taxas de desconto, bem como a avaliação da análise de sensibilidade sobre as premissas significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Devido as deficiências de controles internos que chegaram ao nosso conhecimento, alteramos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação dos valores recuperáveis dos ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos de combinações de negócios e dos fundos de comércio, bem como as premissas e julgamentos utilizados são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	
Veja as Notas 2.12 e 23 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
O Grupo Vamos possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R$ 35.424 mil, provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados como recuperáveis com base em projeção realizada sobre a geração de lucros tributáveis futuros. O Grupo Vamos utiliza-se de certas premissas e julgamentos significativos na determinação do lucro tributável futuro, tais como o crescimento econômico projetado, a inflação de custos, as taxas de desconto, bem como a determinação do prazo de utilização e interpretação de leis tributárias, que fundamentam as expectativas de realização dos ativos fiscais diferidos. Devido ao grau de julgamento utilizado na projeção de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas e, do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer para o valor dos ativos fiscais diferidos reconhecido nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave relacionado à determinação da projeção de geração de lucros tributáveis futuros, em especial a revisão, pela Administração, dos estudos realizados por especialista contratado; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo expectativa de crescimento, inflação e comparação com dados históricos, dados do setor e/ou dados de mercado da controlada Transrio. Adicionalmente, foi feita a análise de sensibilidade das premissas significativas utilizadas; – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação da base fiscal utilizada para o cálculo dos impostos diferidos, tendo como referência a legislação tributária vigente; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Devido as deficiências de controles internos que chegaram ao nosso conhecimento, adaptamos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação das premissas e julgamentos significativos adotados na projeção de lucros tributáveis futuros é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	
Veja as Notas 2.14 e 28 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Vamos possui na rubrica de receita de vendas o montante de R$ 674.756 mil, decorrente, substancialmente, de locação, venda de veículos e peças e prestação de serviços. Além disso, no curso normal de renovação de suas frotas, o Grupo Vamos efetua a venda de ativos (veículos, máquinas e equipamentos pesados) utilizados na prestação de serviços. O reconhecimento da receita requer um controle minucioso para identificar o momento em que o Grupo Vamos transfere substancialmente ao cliente os riscos e benefícios dos serviços e/ou dos ativos e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo. Devido à relevância dos montantes envolvidos, à necessidade de controles auxiliares na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte e ao julgamento envolvido na determinação do momento em que o Grupo Vamos deixa de manter envolvimento na gestão do ativo, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos processos de venda de veículos e peças, locação, prestação de serviços e venda de ativos, em especial à identificação do momento em que o Grupo Vamos transfere substancialmente ao cliente os riscos e benefícios dos serviços prestados e/ou dos ativos vendidos e deixa de manter envolvimento na gestão do ativo; – Testamos em base de amostragem os critérios para reconhecimento contábil da receita de vendas e prestação de serviços e realizamos testes documentais, bem como avaliamos se a contabilização da receita foi efetuada de forma apropriada dentro dos respectivos períodos de competência; – Avaliação dos cancelamentos e devoluções ocorridos no início de janeiro de 2018, a fim de testar se as receitas foram contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Devido aos resultados obtidos a partir da análise do ambiente de controles internos, adaptamos nossa abordagem de auditoria, ampliando a extensão dos procedimentos inicialmente planejados para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação da receita líquida, os quais foram registrados pelo Grupo Vamos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de reconhecimento da receita do Grupo Vamos relativo à venda de veículos e peças, locação, prestação de serviços e venda de ativos é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Vida útil econômica e estimativa do valor residual e recálculo da depreciação dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados a locação	
Veja as Notas 2.9 e 14 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo Vamos possui na rubrica de imobilizado o montante de R$ 1.197.274 mil relativo a veículos, máquinas e equipamentos. O Grupo Vamos revisa anualmente as premissas utilizadas para determinar a estimativa de vida útil econômica dos ativos. Adicionalmente, o Grupo Vamos utiliza premissas e julgamentos significativos para determinar o valor residual estimado na venda dos ativos de locação. Uma alteração das premissas utilizadas e dos julgamentos exercidos pode impactar de forma relevante os encargos de depreciação computados no exercício corrente e futuros e o resultado na venda desses ativos. Em função da relevância, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos chave no processo de elaboração das premissas significativas relacionadas à determinação da vida útil econômica e do valor residual dos veículos e das máquinas e equipamentos destinados à locação ("ativos"); – Avaliação dos julgamentos significativos exercidos pelo Grupo Vamos e consideração sobre as premissas significativas feitas para determinar a adequação do uso da vida útil econômica estimada dos ativos e seu valor residual atribuído, tais como o período esperado e o valor projetado de venda; – Recálculo dos encargos de depreciação reconhecidos durante o exercício considerando também o valor residual atribuído ao ativo; e – Avaliamos a adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de elaboração das premissas significativas para a determinação da vida útil econômica e valores residuais dos veículos, máquinas e equipamentos destinados à locação é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Valor justo proveniente da combinação de negócios na aquisição de controle das Sociedades Borgato	
Veja as Notas 1.3.c, 2.11 e 15 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
A Companhia adquiriu 100% do capital da Borgato Maquinas S.A., Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A. ("Sociedades Borgato"). A Companhia reconheceu e mensurou, em suas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, os valores justos dos ativos adquiridos e os passivos assumidos, no montante de R$ 224.116 mil, bem como mensurou e reconheceu ágio por expectativa de rentabilidade futura, apurado na combinação de negócios, no valor de R$ 82.959 mil. As estimativas na determinação do valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura e das respectivas divulgações envolvem julgamentos significativos. Devido à relevância dos valores, à complexidade, grau de julgamento das premissas e metodologia utilizadas nas referidas mensurações e do impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, dos contratos relacionados à combinação de negócios, da documentação suporte da transação e da razoabilidade das principais premissas e metodologia utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos e na mensuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura, com base em nosso conhecimento sobre o Grupo Vamos e indústria em que opera, bem como a comparação com dados externos e históricos para analisar a razoabilidade do valor justo; e – Avaliação da adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais relativos à apresentação e divulgação da combinação de negócios, os quais foram registrados pelo Grupo Vamos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de determinação das premissas e da metodologia do valor justo da contraprestação transferida, dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura e a divulgação da combinação de negócios, é aceitável, no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Julgamento na identificação dos saldos e transações decorrentes do processo de *carve-out*	
Veja a Nota 1.2 das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* consideram os lançamentos contábeis *carve-out* relacionados, entre outras, com a alocação de receitas, custos e despesas, ativos, dívidas e outros passivos advindos de determinadas controladas da JSL S.A. ("Grupo JSL") que foram considerados pelo Grupo Vamos no processo de elaboração dessas demonstrações financeiras. O registro dos efeitos do *carve-out* requer um controle minucioso para identificar os resultados das transações e saldos patrimoniais a serem considerados nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Devido à relevância desse processo, a necessidade de controles auxiliares para determinar os valores a serem reconhecidos e ao julgamento envolvido, os quais podem afetar os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – Verificação da documentação e atos societários da alocação de receitas, custos e despesas, ativos, dívidas e outros passivos advindos de determinadas controladas do Grupo JSL e que foram transferidos para o Grupo Vamos; – Verificação das premissas e fontes de informações utilizadas para capturar os saldos e transações de *carve-out* refletidos nas demonstrações financeiras; – Em base amostral, avaliamos a adequação dos critérios para reconhecimento contábil dos resultados advindos do *carve-out* e realizamos testes documentais para comprovar se a contabilização dessas transações foi efetuada apropriadamente e no período de competência; e – Avaliação da adequação e suficiência das divulgações apresentadas nas notas explicativas. No decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais que afetaram a mensuração e a divulgação dos saldos e transações decorrentes do processo de *carve-out*, os quais foram registrados pelo Grupo Vamos. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o processo de identificação dos saldos e transações decorrentes do processo de *carve-out*, é aceitável no contexto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações combinadas *carve-out* do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Grupo Vamos, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* do Grupo Vamos. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações combinadas *carve-out* do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas *carve-out* tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Grupo Vamos em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar as Empresas do Grupo Vamos ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Vamos.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Vamos. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Vamos a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

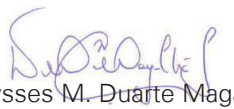
– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Ulysses M. Duarte Magalhães
Contador CRC RJ-092095/O-8

Grupo VAMOS

Balanços patrimoniais combinados c*arve-out*

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	83.311	34.220
Títulos e valores mobiliários	7	87.042	61.406
Contas a receber	8	154.080	108.958
Estoques	9	85.130	39.580
Tributos a recuperar	10	8.223	3.063
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	13.924	7.389
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	12	35.319	21.459
Despesas antecipadas		3.878	365
Adiantamentos a terceiros		8.976	4.353
Outros créditos		5.837	1.913
		485.720	**282.706**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	4.378	-
Contas a receber	8	20.886	-
Fundos para capitalização de concessionárias	13	19.935	33.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	23.953	16.367
Depósitos judiciais	24.1	3.198	1.870
Outros créditos		2.247	256
		74.597	**51.493**
Imobilizado	14	1.250.379	910.199
Intangível	15	168.507	42.211
		1.493.483	**1.003.903**
Total do ativo		**1.979.203**	**1.286.609**

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	16	99.439	78.844
Floor plan	17	38.333	53.539
Risco sacado a pagar - montadoras	18	2.860	-
Empréstimos e financiamentos	19	227.043	127.831
Arrendamentos financeiros a pagar	20	14.337	7.469
Partes relacionadas	21.1	43	3
Cessão de direitos creditórios	25	6.043	-
Obrigações trabalhistas		9.292	5.601
Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.935	-
Tributos a recolher		7.560	8.164
Adiantamentos de clientes		15.512	18.946
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	26.3.a	18.446	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22	57.314	-
Outras contas a pagar		3.578	5.953
		501.735	**306.350**
Não circulante			
Fornecedores	16	4.325	-
Empréstimos e financiamentos	19	571.732	498.203
Arrendamentos financeiros a pagar	20	14.867	12.457
Cessão de direitos creditórios	25	24.171	-
Provisão para demandas judiciais e administrativas	24.2	2.883	1.272
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.1	104.337	30.676
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	22	45.833	-
		768.148	**542.608**
Total do passivo		**1.269.883**	**848.958**
Patrimônio líquido e investimento da controladora			
Capital social	26.1	499.864	303.669
Reserva de capital	26.2	23.639	186
Reservas de lucros		104.829	14.354
Investimento da controladora		80.988	111.982
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	7.460
Total do patrimônio líquido e investimento da controladora		**709.320**	**437.651**
Total do passivo, patrimônio líquido e investimento da controladora		**1.979.203**	**1.286.609**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

880

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	28	**674.756**	**628.980**
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	29	(327.114)	(336.043)
Custo de venda de ativos desmobilizados	29	(67.903)	(47.618)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		**(395.017)**	**(383.661)**
(=) Lucro bruto		**279.739**	**245.319**
Despesas comerciais	29	(15.951)	(15.126)
Despesas administrativas	29	(90.611)	(76.084)
Outras receitas operacionais, líquidas	29	7.773	1.927
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		**180.950**	**156.036**
Receitas financeiras	30	12.032	13.605
Despesas financeiras	30	(57.253)	(49.523)
(=) Resultado financeiro líquido		**(45.221)**	**(35.918)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**135.729**	**120.118**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	23.2	(21.191)	(23.558)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	23.2	(21.954)	(18.685)
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social		**(43.145)**	**(42.243)**
(=) Lucro líquido do exercício		**92.584**	**77.875**
(=) Lucro líquido básico e diluído por ação no final do exercício (Em R$)	32	0,57925	1,54951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	**92.584**	**77.875**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**92.584**	**77.875**

Grupo VAMOS
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido combinadas *carve-out* e investimento da controladora
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucros			Investimento da controladora	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e investimento da controladora total
			Transações com pagamentos baseados em ações	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Lucros retidos	Prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)		**103.040**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(18.055)**	**237.854**	**78.857**	**401.696**
Integralização de capital	26.1(i)	78.847	-	-	-	-	-	-	(78.847)	**-**
Adiantamento para futuro aumento de capital	26.1(i)	-	-	-	-	-	-	-	7.450	**7.450**
Transações com pagamento baseados em ações	26.2.a	-	186	-	-	-	-	-	-	**186**
Incorporação JP Tecnolimp	26.1(ii)	1.600	-	-	-	403	-	-	-	**2.003**
Cisão Movida GTF	26.1 (ii)	15.330	-	-	-	-	-	(15.330)	-	**-**
Aumento de capital com bens	26.1 (iii)	104.852	-	-	-	-	-	(104.852)	-	**-**
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido		-	-	-	-	-	-	(51.559)	-	**(51.559)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	32.006	45.869	-	**77.875**
Retenção de lucros		-	-	-	-	13.951	(13.951)	-	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**303.669**	**186**	**-**	**-**	**14.354**	**-**	**111.982**	**7.460**	**437.651**
Transferência de investimentos da controladora	26.1(vii)	(181.885)	-	-	-	24.074	-	-	-	**(157.811)**
Transferência de investimento – Cisão JSL Holding	26.1(viii)	(4.507)	-	-	-	4.507	-	-	-	**-**
Aumento de capital com investimentos da controladora	26.1(vii)	157.811	-	-	-	-	-	-	-	**157.811**
Rerratificação de ato societário para aumento de capital	26.1(iv)	15.976	-	-	-	-	-	-	-	**15.976**
Aumento de capital	26.1(i)	7.460	-	-	-	-	-	-	(7.460)	**-**
Transações com pagamento baseados em ações	26.2.a	-	679	-	-	121	-	-	-	**800**
Aumento de capital com emissão de novas ações	26.1(v e vi)	201.340	-	-	-	-	-	-	-	**201.340**
Ágio na subscrição de ações	26.2.b	-	-	22.774	-	-	-	-	-	**22.774**
Mudanças nos investimentos da controladora, líquido		-	-	-	-	-	-	(42.641)	-	**(42.641)**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	80.937	11.647	-	**92.584**
Constituição de reserva legal	26.3.b	-	-	-	4.035	-	(4.035)	-	-	**-**
Retenção de lucros		-	-	-	-	57.738	(57.738)	-	-	**-**
Distribuição de juros sobre capital próprio	26.3.a	-	-	-	-	-	(6.422)	-	-	**(6.422)**
Distribuição de lucros - dividendos mínimos obrigatórios	26.3.a	-	-	-	-	-	(12.742)	-	-	**(12.742)**
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**499.864**	**865**	**22.774**	**4.035**	**100.794**	**-**	**80.988**	**-**	**709.320**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**135.729**	**120.118**
Ajustes para:		
Depreciação e amortização (notas 14 e 15)	124.043	116.439
Custo de venda de ativos desmobilizados (nota 12)	67.903	47.618
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 24.2)	1.110	643
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota 8.1)	25.470	20.111
Baixa de outros ativos imobilizados (nota 14)	5.635	1.508
Baixa de intangível (nota 15)	-	124
Impairment do ágio (nota 15)	-	9.143
Reversão para perdas em estoques (nota 9)	(86)	(761)
Remuneração com base em ações (nota 26.2.a)	679	186
Créditos de impostos extemporâneos (nota 29)	(2.489)	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e arrendamentos financeiros (nota 30)	57.148	48.410
	415.142	**363.539**
Variações no capital circulante líquido operacional		
Contas a receber	(42.213)	(35.345)
Estoques	3.266	38.000
Tributos a recuperar	5.210	934
Fornecedores	(41.603)	17.032
Floor plan	(15.206)	(4.713)
Obrigações trabalhistas e tributos a recolher	(3.330)	(1.796)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	62.466	7.835
Variações no capital circulante líquido operacional	**(31.410)**	**21.947**
	383.732	**385.486**
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(30.014)	(61.406)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(25.791)	(23.558)
Juros pagos sobre risco sacado – montadoras, empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(61.335)	(43.260)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	(102.684)	(133.720)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**163.908**	**123.542**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Incorporação do caixa de empresa adquirida	34.953	-
Caixa liquido decorrente de cisão	-	1.773
Compra de ativo imobilizado	(3.466)	(11.309)
Adições ao intangível	(102)	(23)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	**31.385**	**(9.559)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Devolução do investimento da controladora	(42.641)	(51.559)
Captação de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	20.878	23.448
Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros	(257.798)	(82.479)
Recebimento de cessão de direitos creditórios	30.214	-
Pagamento pela aquisição de empresa	(10.056)	-
Aumento de capital social (nota 26.1 (v))	113.201	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	7.450
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**(146.202)**	**(103.140)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**49.091**	**10.843**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	34.220	23.377
No final do exercício	83.311	34.220
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**49.091**	**10.843**
Principais transações que não afetaram o caixa registradas no balanço		
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(120.728)	(153.477)
Incorporação do imobilizado de empresa adquirida (JP Tecnolimp) (nota 1.3.a)	-	(354)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Vendas, locação e prestação de serviços	28	762.050	724.072
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	29	(25.470)	(20.111)
Outras receitas operacionais	29	11.148	6.813
		747.728	**710.774**
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos das vendas e prestação de serviços		(279.897)	(267.588)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(24.093)	(22.697)
		(303.990)	**(290.285)**
Valor adicionado bruto		**443.738**	**420.489**
Retenções			
Depreciação e amortização	29	(124.043)	(116.439)
Impairment do ágio	29	-	(9.143)
Valor adicionado líquido produzido pelo Grupo VAMOS		**319.695**	**294.907**
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	30	12.032	13.605
		12.032	**13.605**
Valor adicionado total a distribuir		**331.727**	**308.512**
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	29	52.199	43.814
Federais		75.801	71.376
Estaduais		14.336	10.593
Municipais		4.321	1.100
Juros e despesas bancárias	30	57.253	49.523
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	29	27.540	48.528
Aluguéis de imóveis	29	7.693	5.703
Lucros retidos do exercício		92.584	77.875
		331.727	**308.512**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

1. Contexto operacional

A Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A. ("Vamos" ou "Companhia"), denominada até 31 de outubro de 2017 como JSL Locação de Máquinas e Veículos Pesados Ltda., é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra – Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

A Companhia iniciou suas atividades em 29 de setembro de 2015, e em conjunto com as entidades controladas descritas na nota explicativa 1.1 e atividades *carve-out*, denominadas "Grupo Vamos" ou "Grupo" atuam nos negócios de locação de caminhões, máquinas e equipamentos, gestão de frotas, comercialização e revenda de caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos e prestação de serviços de mecânica e funilaria. A Vamos é controlada pela JSL S.A. ("JSL"), que possuía 91% de suas ações em 31 de dezembro de 2017, passando para 99,99% em junho de 2018 como divulgado na nota explicativa 34 a.

1.1 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas de acordo com a estrutura societária da Vamos:

Razão Social	Controlada	País sede	Segmento	% Participação 31/12/2017
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda. (a)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99
JSL Holding Financeira Ltda. (b)	Direta	Brasil	Serviços financeiros	99,99
JSL Arrendamento Mercantil S.A. (c)	Indireta	Brasil	Serviços financeiros	99,99
Borgato Caminhões S.A. (d)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99
Borgato Máquinas S.A. (e)	Direta	Brasil	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99
Borgato Serviços Agrícolas S.A. (f)	Direta	Brasil	Locação de caminhões, máquinas e equipamentos / Locação de caminhões, máquinas e equipamentos	99,99

a) Transrio Caminhões, Máquinas e Motores Ltda. ("Transrio")

A Transrio, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, localizada na Rodovia Presidente Dutra, 1.450, Vigário Geral, cujo objeto social é o comércio de peças e acessórios novos para veículos automotores, comércio por atacado de ônibus e micro-ônibus novos e usados, administração de consórcios, locação de veículos e serviços de manutenção e reparos de veículos automotores. A Transrio possui vinte filiais situadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Sergipe.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada.

b) JSL Holding Financeira Ltda. ("JSL Holding")

A JSL Holding, sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, localizada na Av. Saraiva, 400, Brás Cubas, cujo objeto social exclusivo é a participação, como sócia ou acionista, no capital de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A JSL Holding não possui filiais e é a controladora da JSL Leasing, com percentual de 99,99% de participação societária.

Em 31 de outubro de 2017, a Vamos passou a deter 99,99% das ações dessa controlada. Em 31 de dezembro de 2018, essa participação foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda. (controlada direta pela JSL), que passou a ser sua controladora direta, conforme divulgado na nota explicativa 34.d.

c) JSL Arrendamento Mercantil S.A. ("JSL Leasing")

A JSL Leasing é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Barueri, Estado de São Paulo, localizada na Alameda Xingu, 350, Alphaville Industrial cujo objeto social é o de arrendamento mercantil, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"). A JSL Leasing não possui filiais e é controlada pela JSL Holding.

Em 31 de dezembro de 2018, essa participação junto com da sua controladora (JSL Holding) foi cindida e entregue para a JSLF1 Participações Ltda., que passou a ser sua controladora indireta, conforme divulgado na nota explicativa 34.d.

d) Borgato Caminhões S.A. ("Borgato Caminhões")

A Borgato Caminhões, sociedade anônima de capital fechado, com sede em Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, localizada na Via Anhanguera s/n, Km 303, sentido Norte, Recreio Anhanguera, cujo objeto social é o comércio de caminhões, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil, peças, lubrificantes, prestação de serviços de reparos e conservação de veículos e afins, locação de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, máquinas e equipamentos utilizados na construção civil e veículos em geral, transporte rodoviário de cargas em geral, comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário, partes e peças, e ainda atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores. A Borgato Caminhões possui três filiais situadas no Estado de São Paulo.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.c.

No dia 20 de setembro de 2018, a controlada Borgato Caminhões deixou de operar com a bandeira DAF e passou a ser agência de veículos seminovos com a bandeira Vamos, conforme divulgado na nota explicativa 34.c.

e) Borgato Máquinas S.A. ("Borgato Máquinas")

A Borgato Máquinas, sociedade empresarial do tipo anônima com capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, Km 1,8, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é o comércio de tratores novos e usados, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios, lubrificantes, fertilizantes, herbicidas, sementes e atividades agropastoris, comércio de veículos automotores em geral, pneumáticos e câmaras de ar, locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda transporte rodoviário de cargas em geral. A Borgato Maquinas possui dezoito filiais situadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.c.

f) Borgato Serviços Agrícolas S.A. ("Borgato Serviços")

A Borgato Serviços, é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Morro Agudo, Estado de São Paulo, localizada na Rodovia Genoveva de Carvalho Dias, s/n, sala 03, Chácara Borgato - Zona Rural, cujo objeto social é a prestação de serviços agrícolas em todos os segmentos, operação de máquinas agrícolas, tratores e caminhões; prestação de

serviços de reparo e conservação de veículos, máquinas e implementos agrícolas, assistência técnicas e afins; locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, implementos rodoviários, caminhões, ônibus e veículos em geral e ainda a locação de máquinas e equipamentos para construção sem operador. A Borgato Serviços possui uma filial situada no Estado de Minas Gerais.

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a compra da totalidade do capital social desta empresa, conforme nota explicativa 1.3.c.

1.2 Demonstrações financeiras combinadas *carve-out*

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram elaboradas com o propósito de apresentar as informações contábeis do Grupo Vamos, de forma comparativa entre os períodos apresentados, como se a Companhia tivesse assumido o controle desde de 1º de janeiro de 2016, da Transrio e os negócios de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos operados, historicamente, pela controladora JSL S.A., CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda. ("CS Brasil" – empresa controlada pela JSL S.A.) e Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. ("Movida GTF" – empresa controlada indiretamente pela JSL S.A.). Para as operações que ainda não foram transferidas da JSL S.A. para o Grupo Vamos, a realização financeira ocorreu diretamente na entidade de origem e para fins de fluxo de caixa estas movimentações financeiras estão consideradas na rubrica de devolução do investimento da controladora.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* não consolidam o resultado e a posição financeira das controladas JSL Holding e JSL Leasing para o período de 31 de outubro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, no qual essas empresas estiveram sob controle do Grupo Vamos. A exclusão efetuada deve-se a uma reorganização societária ocorrida em 31 de dezembro de 2018, na qual o controle da JSL Holding e da JSL Leasing foi transferido da Companhia para a JSL S.A., conforme nota explicativa 34.d.

Portanto, as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas para refletir os saldos patrimoniais, lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* incluem receitas, custos, bem como os ativos e passivos diretamente atribuíveis ao negócio do Grupo Vamos. Contudo, os valores reconhecidos pelo Grupo Vamos não são necessariamente representativos dos valores que teriam sido refletidos nas demonstrações financeiras caso a Companhia operasse independentemente dessas partes relacionadas. Assim, não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e suas controladas e as informações divulgadas não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtida se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para o exercício em que as entidades estiveram sob controle comum.

A reconciliação entre as demonstrações financeiras societárias individuais de cada uma das entidades e as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão apresentadas nos quadros abaixo:

	31 de dezembro de 2017				
Empresas (i)	**Ativos**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Custos, despesas e impostos**	**Lucros (prejuízos) líquidos**
Vamos - demonstrações individuais	1.469.653	694.165	374.344	(293.652)	80.692
Ativos, passivos e resultado ainda não transferidos (*carve-out*) (ii)	101.713	80.988	70.181	(58.534)	11.647
Eliminações - demonstrações consolidadas (iii)	(258.919)	-	-	1.852	1.852
Eliminação JSL Holding (*carve-out)* (v)	(65.833)	(65.833)	-	(1.068)	(1.068)
Eliminações entre partes relacionadas	-	-	(638)	342	(296)
Total Vamos + *carve-out*	**1.246.614**	**709.320**	**443.887**	**(351.060)**	**92.827**
Transrio - demonstrações individuais (iii)	244.157	152.920	231.211	(231.750)	(539)
Eliminações - demonstrações consolidadas (iii)	-	(152.920)	-	-	-
Eliminações entre partes relacionadas	(1.025)	-	(342)	638	296
Total Transrio	**243.132**	**-**	**230.869**	**(231.112)**	**(243)**
Borgato Caminhões - demonstrações individuais	34.739	5.329	-	-	-
Borgato Máquinas - demonstrações individuais	408.127	84.008	-	-	-
Borgato Serviços - demonstrações individuais	61.341	16.662	-	-	-
Eliminações - demonstrações consolidadas (iii)	(14.750)	(105.999)	-	-	-
Total Sociedades Borgato (iv)	**489.457**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total combinado, *carve-out*	**1.979.203**	**709.320**	**674.756**	**(582.172)**	**92.584**

	31 de dezembro de 2016				
Empresas	**Ativos**	**Patrimônio líquido**	**Receita líquida**	**Custos, despesas e impostos**	**Lucros (prejuízos) líquidos**
Vamos - demonstrações individuais	851.235	172.610	207.508	(164.770)	42.738
Ativos, passivos e resultado ainda não transferidos (*carve-out*) (ii)	174.802	111.982	210.405	(164.536)	45.869
Eliminações entre partes relacionadas	(44)	-	-	-	-
Total Vamos + *carve-out*	**1.025.993**	**284.592**	**417.913**	**(329.306)**	**88.607**
Transrio - demonstrações individuais	260.616	153.059	211.067	(221.799)	(10.732)
Total Transrio	**260.616**	**153.059**	**211.067**	**(221.799)**	**(10.732)**
Total combinado *carve-out*	**1.286.609**	**437.651**	**628.980**	**(551.105)**	**77.875**

(i) Em 31 de outubro de 2017 a Vamos passou a ser a controladora da Transrio e, conforme divulgado no item (iv), em 22 de dezembro de 2017 passou a ser a controladora das Sociedades Borgato;

(ii) Os saldos de c*arve-out* foram baseados nos registros contábeis de centros de custo relacionados às operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em outras empresas interligadas ao Grupo JSL. Assim, substancialmente, foram considerados os ativos imobilizados, as despesas de depreciação e os financiamentos atrelados à tais imobilizados, as despesas financeiras relativas aos financiamentos, as receitas e os custos de locação dos ativos imobilizados. Adicionalmente, conforme apresentado acima, o imposto de renda e a contribuição social do *carve-out* foram calculados considerando as mesmas bases mencionadas na nota explicativa 2.12;

(iii) Estas rubricas representam as eliminações decorrentes do processo de consolidação das controladas da Vamos, ou seja, eliminação do investimento da Vamos em contrapartida do patrimônio líquido das controladas e respectivos resultados. Adicionalmente, o prejuízo registrado para a Transrio no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 539 e durante o período de 01 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sob controle da Vamos, o prejuízo foi de R$ 1.852, conforme resultado de equivalência patrimonial da Vamos;

(iv) Conforme divulgado na nota explicativa 1.3.c, as Sociedades Borgato foram adquiridas em 22 de dezembro de 2017 e foi apurado que o resultado do período compreendido entre a data de aquisição e 31 de dezembro de 2017 não era relevante para ser combinado e apresentado nestas demonstrações financeiras; e

(v) O lucro líquido do exercício registrado para a JSL Holding no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 4.507 e durante o período de 01 de novembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017, sob controle da Vamos, o lucro líquido foi de R$ 1.068, conforme resultado de equivalência patrimonial da Vamos.

Os valores derivados do *carve-out* das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos foram incorporados nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* nas seguintes rubricas:

Ativo	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Contas a receber	21.849	38.844
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	6.258	13.082
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.599	4.987
Outros ativos	88	84
Imobilizado	60.919	117.805
Total do ativo	**101.713**	**174.802**
Passivo		
Fornecedores	730	887
Empréstimos e financiamentos	14.843	53.308
Arrendamentos financeiros a pagar	649	2.419
Tributos a recolher	2.420	2.743
Outras contas a pagar	2.083	3.463
Total do passivo	**20.725**	**62.820**
Investimento da controladora	80.988	111.982
Total do passivo e investimento da controladora	**101.713**	**174.802**

	31/12/2017	**31/12/2016**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	**70.181**	**210.405**
Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(6.529)	(76.588)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(36.412)	(28.300)
(=) Total do custo das vendas, locações, prestações de serviços e de vendas de ativos desmobilizados	**(42.941)**	**(104.888)**
(=) Lucro bruto	**27.240**	**105.517**
Despesas administrativas	(10.405)	(17.880)
Outras receitas operacionais, líquidas	531	(3.730)
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	**17.366**	**83.907**
Receitas financeiras	1.139	6.959
Despesas financeiras	-	(21.438)
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**18.505**	**69.428**
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(14.721)	(23.559)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	7.863	-
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	**(6.858)**	**(23.559)**
(=) Lucro líquido do exercício	**11.647**	**45.869**

Os valores não combinados das operações da JSL Holding nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão demonstrados a seguir:

Ativo	**31/12/2017**
Caixa e equivalentes de caixa	33.737
Títulos e valores mobiliários	17.036
Contas a receber	74.433
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.708
Imobilizado	2.024
Intangível	3.744
Outros ativos	887
Total do ativo	**133.569**
Passivo	
Fornecedores	221
Cartões de credito a pagar	42.586
Letras de arrendamento mercantil	16.020
Obrigações trabalhistas	589
Tributos a recolher	947
Imposto de renda e contribuição social diferidos	825
Outras contas a pagar	6.548
Total do passivo	**67.736**
Patrimônio líquido	65.833
Total do passivo e patrimônio líquido	**133.569**

A base de combinação descrita na nota explicativa 2.3, também, foi aplicada as demonstrações combinadas *carve-out*.

1.3 Movimentações societárias

Em agosto de 2016 a Companhia concluiu as operações abaixo, para transferir as operações de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos.

a) Incorporação JP Tecnolimp S.A.

Com o propósito de simplificar a estrutura societária, no que tange a operação de locação de caminhões, a Vamos, incorporou a empresa JP Tecnolimp S.A. (“JP Tecnolimp”), anteriormente controlada pela JSL S.A., pelo valor contábil, de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios:

Ativo	Balanço data base 31/08/2016		
	JP Tecnolimp	Vamos	Após incorporação
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.427	5.502	6.929
Tributos a recuperar	482	376	858
Despesas antecipadas	12	1.404	1.416
Outros ativos circulantes	-	52.978	52.978
Total do ativo circulante	**1.921**	**60.260**	**62.181**
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	156	-	156
Outros ativos não circulantes	-	419	419
Imobilizado	354	565.296	565.650
Total do ativo não circulante	**510**	**565.715**	**566.225**
Total do ativo	**2.431**	**625.975**	**628.406**
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	63	85.008	85.071
Outros passivos circulantes	-	114.754	114.754
Total do passivo circulante	**63**	**199.762**	**199.825**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	342	319.770	320.112
Provisão para demandas judiciais e administrativas	23	-	23
Outros passivos não circulantes	-	41.821	41.821
Total do passivo não circulante	**365**	**361.591**	**361.956**
Patrimônio líquido			
Capital	1.600	38.673	40.273
Lucros acumulados	403	18.489	18.892
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	7.460	7.460
Total do patrimônio liquido	**2.003**	**64.622**	**66.625**
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.431**	**625.975**	**628.406**

b) Cisão da Movida GTF

Em 31 de agosto de 2016, foi aprovado em assembleia geral extraordinária da controladora JSL S.A., a cisão parcial da sua controlada, Movida GTF, pelo valor contábil, com a absorção da parcela cindida pela JSL S.A, de parte de sua participação na Movida GTF no montante de R$ 29.925.

A JSL S.A. de posse dos ativos incorporados através do processo de cisão, efetuou aumento de capital no montante de R$ 15.330 por meio de parte dos ativos cindidos na Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Balanço cindido, data base 31/08/2016		
	Empresa origem	Empresas de destino	
	Movida GTF	JSL S. A.	Vamos
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	355	9	346
Contas a receber	4.980	157	4.823
Ativo imobilizado disponibilizados para venda	238	238	-
Despesas antecipadas	415	203	212
Total do ativo circulante	**5.988**	**607**	**5.381**
Imobilizado líquido	123.670	19.760	103.910
Total do ativo não circulante	**123.670**	**19.760**	**103.910**
Total do ativo	**129.658**	**20.367**	**109.291**
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	343	123	220
Empréstimos e financiamentos	17.035	190	16.845
Arrendamentos financeiros a pagar	3.923	2.467	1.456
Contas a pagar e adiantamentos	419	6	413
Partes relacionadas	854	(540)	1.394
Total do passivo circulante	**22.574**	**2.246**	**20.328**
Empréstimos e financiamentos	65.167	1.265	63.902
Arrendamentos financeiros a pagar	646	234	412
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.636	-	8.636
Provisões tributárias	2.710	2.027	683
Total do passivo não circulante	**77.159**	**3.526**	**73.633**
Patrimônio líquido			
Capital social	29.925	14.595	15.330
Total do patrimônio liquido	**29.925**	**14.595**	**15.330**
Total do passivo e patrimônio líquido	**129.658**	**20.367**	**109.291**

A incorporação da parcela cindida da Movida GTF está suportado por laudo de avaliação do acervo patrimonial líquido apurado por meio dos livros contábeis.

O objetivo dessa reestruturação foi unificar as operações de locação e gestão de frota de caminhões, máquinas e equipamentos na Vamos.

c) Aquisição das Sociedades Borgato

Em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social da Borgato Maquinas, Borgato Serviços, Borgato Caminhões (em conjunto denominadas "Sociedades Borgato"). Esta aquisição está em linha com a estratégia de crescimento da Vamos no segmento de locação e comercialização de caminhões, máquinas e equipamentos, esperando assim uma sinergia com o seu atual portfólio.

O valor da transação foi de R$ 224.116, pago conforme demonstrado abaixo:

	Valores da contraprestação
Depósito em garantia (“*Escrow”)* (i)	20.000
Valor a pagar em parcelas (ii)	93.203
Valor pago com ações da controladora (iii)	110.913
Preço total (contraprestação), conforme contrato	**224.116**

(i) O montante de R$ 20.000 ficará retido pelo prazo de cinco anos como garantia de eventuais contingências (“*Escrow*”) e está registrado em “Obrigações a pagar por aquisição de empresas”;

(ii) O referido valor está registrado em “Outras contas a pagar” a ser pago em 58 parcelas até agosto de 2022, sendo que do total a pagar, apenas R$ 50.000 serão atualizados com base em 100% do CDI; e

(iii) O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi avaliado utilizando a metodologia de rentabilidade futura, que se baseia na projeção e fluxos de caixa descontados de um período de cinco anos, o qual está suportado por laudo de avaliação. Para este montante foram emitidas 31.937 mil ações ordinárias, conforme nota explicativa 26.1 (vi).

Em conformidade com o CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição está demonstrado a seguir:

Ativo	**Valor contábil**	**Ajuste de valor justo**	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes de caixa	34.953	-	34.953
Contas a receber	49.264	-	49.264
Estoques	48.730	-	48.730
Imobilizado	280.264	4.171	284.435
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	19.311	(1.513)	17.798
Carteira de clientes	-	25.900	25.900
Acordo de não competição	-	2.300	2.300
Marca	-	4.300	4.300
Outros ativos	55.570	-	55.570
Total do ativo	**488.092**	**35.158**	**523.250**
Passivo			
Fornecedores	48.168	-	48.168
Empréstimos e financiamentos	292.949	-	292.949
Arrendamentos financeiros a pagar	9.282	-	9.282
Demais passivos	31.694	-	31.694
Total do passivo	**382.093**	**-**	**382.093**
Total do ativo líquido			**141.157**
Valor justo da contraprestação paga			**224.116**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)			**82.959**

O ajuste a valor justo no montante de R$ 35.158 é composto por R$ 2.658 decorrente de ajuste a valor justo do ativo imobilizado menos ativo imobilizado disponibilizado para venda e R$ 32.500 de ativos intangíveis líquidos identificados e alocados como carteira de clientes, acordo de não competição e marca. O ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)* gerado na operação é de R$ 82.959.

Esta combinação de negócios não contribuiu para o resultado do Grupo Vamos pois, como mencionado na nota explicativa 1.2 (iv), a aquisição foi concluída em 22 de dezembro de 2017. Se a aquisição das Sociedades Borgato tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2017, as receitas líquidas combinadas *carve-out* para este ano seriam aumentadas em R$ 258.613 e o lucro líquido combinado *carve-out* do exercício seria aumentado em R$ 5.131.

Conforme divulgado na nota explicativa 34.a, em junho de 2018 o Grupo Vamos, em conjunto com sua controladora JSL S.A., recomprou 9% das ações do Grupo Vamos.

(i) Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Intangível	Método *relief-from-royalty* e método *multi-period excess earnings*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de *royalties* estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os ativos desmobilizados.
Valor pago com ações da Controladora	Método de rentabilidade futura, baseado em projeções de cinco anos (15,4% de taxa de crescimento média para EBITDA e 4,0% na perpetuidade) e fluxos de caixa descontados (*WACC* de 13,6%), é suportado por um relatório de avaliação.

(ii) Custo aquisição

O Grupo Vamos incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R$ 434 referentes a honorários advocatícios e custos de *due diligence*. Os honorários advocatícios e os custos de *due diligence* foram registrados como 'Despesas administrativas' na demonstração de resultado.

1.4 Situação financeira e planos da Administração

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Grupo Vamos conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e obrigações a pagar por aquisição de empresas, conforme os prazos divulgados na nota explicativa 5.3.c.

O Grupo Vamos reconheceu um lucro líquido de R$ 92.584 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 77.875 em 31 de dezembro de 2017) e, nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$ 16.015 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 23.644 em 31 de dezembro de 2016) devido a decisão dos acionistas e da Administração do Grupo de investir em suas operações com locação de caminhões, máquinas e equipamentos, principalmente na ampliação e renovação da frota operacional. A característica de uma operação de locação de caminhões, máquinas e equipamentos é a geração de caixa por meio de locação de bens do ativo imobilizado, com baixo investimento em capital de giro, consequentemente no ativo circulante.

A Administração acredita que o pagamento das suas obrigações ocorrerá conforme planejado e está confiante que a geração de caixa operacional será suficiente para atender as obrigações de pagamento nessa data. A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com captações alternativas de recursos, como emissão de títulos em oferta privada. A Administração tem acesso a investidores e planos de aumento de capital, se for necessário.

Portanto, a Administração tem uma expectativa razoável de que o Grupo Vamos terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível e, portanto, com base no seu julgamento, concluiu que a incerteza remanescente não é material.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas *International Financial Reporting Standards* – IFRS e às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC)

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Estas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2019.

2.2 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas "IFRS", essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*.

2.3 Base de combinação

a) Combinação de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

b) Combinação de negócios sob controle comum

Combinações de negócios envolvendo entidades ou negócios sob controle comum são combinações de negócios nas quais as entidades ou negócios são controlados pela mesma parte antes e após a combinação de negócios, e o seu controle não é transitório.

A Companhia optou por apresentar combinação de negócios sob controle comum aplicando o seu valor patrimonial nas demonstrações financeiras da entidade transferida no reconhecimento dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

Conforme divulgado na nota explicativa 1.2, as demonstrações financeiras estão apresentadas como se a combinação de negócios sob controle comum tivesse ocorrido em 1 de janeiro de 2016 para refletir o lucro do exercício, outros resultados abrangentes, mudanças no patrimônio líquido e fluxos de caixa do Grupo Vamos, com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária.

Todas as práticas contábeis de combinação de demonstrações financeiras foram aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa 1.2, incluindo, mas não se limitando, à eliminação das transações entre as entidades combinadas.

c) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo Vamos obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

d) Transações eliminadas na combinação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo Vamos são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo Vamos atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo Vamos e, também, a moeda funcional das demais entidades combinadas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Ativos financeiros não derivativos

a) Classificação e reconhecimento inicial

O Grupo Vamos classifica seus ativos financeiros, em uma das seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. O Grupo Vamos determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo Vamos reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Grupo Vamos se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Para ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ativos financeiros do Grupo Vamos incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, créditos com partes relacionadas, fundos para capitalização de concessionárias e outros créditos.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. O Grupo Vamos designou parte dos títulos e valores mobiliários à categoria de valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando o Grupo Vamos não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, o Grupo Vamos pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. A apuração do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesas na demonstração de resultado de acordo com sua respectiva natureza. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

O Grupo Vamos designou nessa categoria as contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, créditos com partes relacionadas e outros créditos.

c) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou

- Quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

2.5.2. Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, o Grupo Vamos avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Grupo Vamos concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida, não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de créditos futuros esperadas e ainda não ocorridas). Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, à perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.3. Passivos financeiros não derivativos

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros. O Grupo Vamos determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros do Grupo Vamos incluem empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, fornecedores, risco sacado a pagar - montadoras, cessão de direitos creditórios, outras contas a pagar, *floor plan* e débitos com partes relacionadas.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original, e reconhecido um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6 Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo. Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, veja nota explicativa 2.18.2.

Quando disponível, o Grupo Vamos mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.7 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e incluem gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A provisão de materiais de baixo giro é efetuada com base na quantidade existente em estoque, valor e consumo médio dos materiais, conforme as premissas da política de baixo giro do Grupo Vamos, a qual orienta a constituição de 100% sobre o valor do item do estoque sem movimentação há mais de 12 (doze) meses.

2.8 Ativo imobilizado disponibilizado para venda (Renovação de frota)

Para atendimento dos seus contratos de prestação de serviços, o Grupo Vamos renova constantemente sua frota. Os veículos, as máquinas e os equipamentos disponibilizados para substituição são reclassificados da rubrica imobilizado para “Ativo imobilizado disponibilizado para venda”.

Os valores são apresentados pelo menor valor entre o saldo líquido contábil, que é o resultado do valor de aquisição menos a depreciação acumulada até a data em que os bens foram disponibilizados para venda, e os seus valores justos deduzidos dos custos estimados para vendê-los. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, em sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos, máquinas e equipamentos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base de ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

2.9 Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *(impairment)*, quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo Vamos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo do bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

As vidas úteis dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017e 2016 estão demonstrados na nota explicativa 14.

O Grupo Vamos adota o procedimento de revisar periodicamente as estimativas do valor de mercado esperado no final da vida útil contábil de seus ativos imobilizados, e, revisa periodicamente as estimativas de sua vida útil contábil, utilizadas para a determinação das taxas de depreciação.

2.10 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato de arrendamento está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

a) Grupo Vamos como arrendatário

Arrendamentos mercantis financeiros, que transferem ao Grupo Vamos basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Os bens arrendados são depreciados ao longo da vida útil estimada pelo Grupo Vamos.

Os pagamentos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, de forma linear ao longo do prazo do arrendamento.

b) Grupo Vamos como arrendador

Arrendamentos para os quais o Grupo Vamos transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo são considerados uma venda, com a baixa do item relacionado e reconhecimento da receita financeira pelo prazo do contrato.

Arrendamentos para os quais o Grupo Vamos não transfere substancialmente os riscos e benefícios da posse do ativo são considerados arrendamentos operacionais, sendo as receitas registradas de forma semelhante a uma receita de aluguel, de forma linear, segundo o prazo contratual.

2.11 Intangível

2.11.1 Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, fundamentados em expectativa de rentabilidade futura, vinculados a combinação de negócios do Grupo Vamos.

O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* e é mensurado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Os testes para refletir perdas de *impairment* são realizados anualmente, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de um negócio incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Para fins de teste de *impairment*, o ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

2.11.2 Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As vidas úteis dos bens para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão demonstradas na nota explicativa 15.

2.11.3. Fundo de comércio

O fundo de comércio são valores pagos para aquisição de direitos territoriais de exploração de venda de caminhões, implementos agrícolas e máquinas e equipamentos, das marcas Valtra e MAN. São direitos com prazos de vigência indeterminados, e por isso não são amortizados mas são anualmente testados para perda de seu valor recuperável (*impairment*), conforme descrito na nota explicativa 14.1.

2.11.4. Acordo de não competição e carteira de clientes

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento / carteira de clientes e acordos de não competição têm vida útil definida e os valores são mensurados pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, conforme descrito na nota explicativa 15.

2.11.5. Marcas e patentes

As marcas, quando adquiridas em combinação de negócios são reconhecidas como ativo intangível ao valor justo na data de aquisição. Por ter vida útil indefinida, esses ativos não são amortizados e anualmente é realizado teste para perda de seu valor recuperável (*impairment*).

2.11.6. Amortização e testes de perda de valor recuperável (*impairment*)

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida. Quando se trata de vida definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. As vidas úteis estão divulgadas na nota explicativa 15.

Os ativos sem prazo de vida útil definida não são amortizados, mas são testados anualmente ou com maior frequência quando houver indicação de que poderá apresentar redução ao seu valor recuperável (*impairment*), individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, e as eventuais perdas identificadas são reconhecidas no resultado do exercício e não mais podem ser revertidas.

As premissas e metodologias para realizar os testes de *impairment* dos ativos intangíveis sem vida útil definida, estão divulgados na nota explicativa 15.2.

2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL")

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, corrente e diferido, é calculado com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo Vamos nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os

montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social sobre lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.
Em uma combinação de negócios, a legislação tributária permite a dedutibilidade do ágio e do valor justo do ativo líquido gerado na data de aquisição quando uma ação não-substancial é tomada após a aquisição, por exemplo, o Grupo Vamos faz uma incorporação ou cisão dos negócios adquiridos e, portanto, as bases fiscais e contábeis dos ativos líquidos adquiridos são as mesmas da data de aquisição. Neste sentido, como o Grupo Vamos incorporará a adquirida, haverá a dedutibilidade da amortização e depreciação dos ativos adquiridos, nenhum imposto de renda diferido é registrado nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out* na data da aquisição.

2.13. Provisões

2.13.1. Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo Vamos tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Estas são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Quando o Grupo Vamos espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.13.2. Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as

jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo Vamos e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. O Grupo Vamos avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

a) Receita de vendas de veículos e peças

A receita operacional de venda de veículos e peças é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios pode ser de duas formas dependendo das condições individuais de cada contrato de venda: 1) para as vendas de estoques, a transferência normalmente ocorre quando a mercadoria é entregue no estabelecimento do cliente; ou 2) quando é retirado pelo cliente nas dependências do Grupo Vamos após assinatura no *checklist* de entrega.

b) Receita de locação e prestação de serviços

A receita operacional decorrente da locação de caminhões, máquinas e equipamentos é reconhecida no resultado, tomando por base a proporção dos serviços prestados até a data do balanço.

A receita operacional de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos de prestação de serviços celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos serviços. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

c) Receita de venda de ativos desmobilizados

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2.15. Benefícios a empregados

2.15.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é

reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo Vamos tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa se estimada de maneira confiável.

2.15.2. Pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

2.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração, Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17. Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.

2.18. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, o Grupo Vamos utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.18.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Combinação e *carve-out*: determinação de quais as empresas e atividades que representam a totalidade das atividades do Grupo Vamos, independentemente da disposição de sua estrutura societária – nota explicativa 1.2;
b) Arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento – nota explicativa 20;
c) Classificação de arrendamento mercantil – nota explicativa 31.

2.18.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Imobilizado (premissas em relação à definição do valor residual e da vida útil) – nota explicativa 14;
b) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis – *impairment* (principais premissas em relação aos valores recuperáveis) – nota explicativa 15.2;
c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (principais premissas em relação aos valores recuperáveis – nota explicativa 8;
d) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (recuperabilidade futura e período de realização) – nota explicativa 23;
e) Provisão para demandas judiciais e administrativas (principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos) – nota explicativa 24.2.

3. Novas normas que ainda não estão em vigor

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil pelo Comitê pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017.

3.1. CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A norma CPC 48 / IFRS 9 substituirá a partir de 1º de janeiro de 2018, a norma vigente CPC 38 / IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e tem como principais mudanças:

- Ativos financeiros: A principal alteração introduzida na CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros é que o critério de classificação dos ativos financeiros deixou de utilizar o conceito da intenção da Administração individualmente sobre cada ativo financeiro, passando a classificar os instrumentos financeiros com base no modelo de negócio e o gerenciamento do seu portfólio, bem como a análise das características dos fluxos de caixa contratuais ("SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros"). Esses fatores determinam se os ativos financeiros são mensurados ao (i) custo amortizado, (ii) valor justo através do resultado (VJR) ou (iii) valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA). A nova normativa também estabelece outras opções de designar um instrumento a valor justo através do resultado sob certas condições;

- Passivos financeiros: A classificação dos passivos financeiros permanece substancialmente inalterada e continuam sendo mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. Para os passivos mensurados a valor justo no reconhecimento inicial, o Grupo Vamos reconhecerá a variação do risco de crédito atribuída ao seu risco próprio em outros resultados abrangentes, quando aplicável;

- Redução ao valor recuperável (*impairment*): O CPC 48 / IFRS 9 exige que a administração do Grupo Vamos realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas esperadas de seu valor. O Grupo Vamos aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros de contas a receber de clientes. Na avaliação realizada durante o exercício de 2017, o Grupo entende que a provisão para perdas em créditos (provisão por redução do valor recuperável de contas a receber) poderá aumentar, gerando um respectivo aumento no imposto de renda e contribuição social diferidos ativo.

Na tabela abaixo, demonstramos a classificação dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 e como ficará a classificação a partir da data da alocação em 1º de janeiro de 2018:

	31 de dezembro de 2017 CPC 38 / IAS 39				1º de janeiro de 2018 CPC 48 / IFRS 9		
	Ativo ao valor Justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Total	Valor Justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	79.698	-	3.613	83.311	79.698	3.613	83.311
Títulos e valores mobiliários	87.042	4.378	-	91.420	87.042	4.378	91.420
Contas a receber	-	-	174.966	174.966	-	174.966	174.966
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	19.935	19.935
Outros créditos	-	-	8.084	8.084	-	8.084	8.084
Total	**166.740**	**4.378**	**206.598**	**377.716**	**166.740**	**210.976**	**377.716**

	Empréstimos e recebíveis	Total	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Fornecedores	103.764	103.764	103.764	103.764
Floor plan	38.333	38.333	38.333	38.333
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	2.860	2.860
Empréstimos e financiamentos	798.775	798.775	798.775	798.775
Arrendamentos financeiros a pagar	29.204	29.204	29.204	29.204
Partes relacionadas	43	43	43	43
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214	30.214	30.214
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147	103.147	103.147
Outras contas a pagar	422	422	422	422
Total	**1.106.762**	**1.106.762**	**1.106.762**	**1.106.762**

Transição

O Grupo Vamos irá aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da CPC 48 / IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: a determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido e a designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado.

3.2. CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 - Receitas, o CPC 17 / IAS 11 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

O Grupo Vamos adotará o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A adoção deste pronunciamento resultará nas seguintes principais mudanças das políticas contábeis:

Item	Natureza, satisfação de desempenho e condições de pagamento significativos	Natureza da mudança na política contábil
Capitalização dos custos incrementais para obtenção de contrato.	O Grupo possui custos com comissão de vendas, em consequência dos contratos com clientes. Atualmente, o Grupo tem como prática reconhecer os custos relacionados à obtenção de contrato no momento em que eles são incorridos.	O CPC 47 / IFRS 15 define custos incrementais como custos em que a entidade incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido, se o contrato não tivesse sido obtido e orienta que tais custos deverão ser ativados quando forem recuperáveis, seja de forma direta ou indireta. Dessa forma o Grupo reconhecerá estes gastos como um ativo de contrato, já que a recuperação das despesas é esperada. O saldo capitalizado será amortizado ao longo do período de transferência dos bens e serviços ao cliente. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, que eram contabilizados quando incorridos, serão capitalizados e diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

3.3. CPC 06 / IFRS 16 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

A norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil tem como objetivo unificar o modelo de contabilização de arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

a) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e

b) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019 e tem efeito retrospectivo.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que o Grupo Vamos tiver em aberto conforme mencionado na nota explicativa 31 de compromissos com arrendamento mercantil operacional. No entanto, o Grupo Vamos ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

3.4. Apresentação dos efeitos calculados relacionados à aplicação dos novos pronunciamentos

O efeito calculado da adoção da CPC 47 / IFRS 15 - Receitas de Contrato com Cliente e da CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, com impactos no balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2018, estão apresentados a seguir:

	Divulgado 31/12/2017	Ajuste calculado CPC 48 / IFRS 9	Valor esperado em 01/01/2018
Ativos			
Contas a receber	213.328	-	213.328
(-) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(59.248)	(4.081)	(63.329)
Despesas antecipadas	3.878	-	3.878
Outros Ativos circulantes	327.762	-	327.762
Total dos ativos circulantes	**485.720**	**(4.081)**	**481.639**
Contas a receber	20.886	-	20.886
Outros ativos não circulantes	1.472.597	-	1.472.597
Total dos ativos não circulantes	**1.493.483**	**-**	**1.493.483**
Total dos ativos	**1.979.203**	**(4.081)**	**1.975.122**
Passivo			
Outros passivos circulantes	501.735	-	501.735
Total do passivo circulante	**501.735**	**-**	**501.735**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.337	(1.387)	102.950
Outros passivos não circulantes	663.811	-	663.811
Total do passivo não circulante	**768.148**	**(1.387)**	**766.761**
Patrimônio líquido			
Capital social	499.864	-	499.864
Reserva de capital	23.639	-	23.639
Reserva de lucros	104.920	(2.694)	102.135
Investimento da controlada	80.988	-	80.988
Total do patrimônio líquido	**709.320**	**(2.694)**	**706.626**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.979.203**	**(4.081)**	**1.975.122**

Na adoção do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente não é esperado impactos significativos sobre o balanço patrimonial e resultado do Grupo Vamos.

3.5. Outras alterações

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras e/ou informações contábeis consolidadas do Grupo Vamos quando de sua adoção inicial:

- Ciclo de melhorias anuais para IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à 28;
- Alterações ao CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Alterações ao CPC 36 / IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e ao CPC 18 / IAS 28 - Investimento em Coligada em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto;
- ICPC 21 / IFRIC 22 - Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamento;
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Imposto de Renda.

O Grupo Vamos pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras e/ou informações contábeis intermediárias que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo Vamos.

4. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas em relação aos negócios do Grupo Vamos que foram identificadas com base na estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão do Grupo Vamos.

Os resultados por segmento, assim como os ativos e os passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como aqueles que possam ser alocados em bases razoáveis.

Os negócios do Grupo Vamos foram divididos em dois segmentos operacionais: Concessionárias de Os negócios do Grupo Vamos foram divididos em 2 segmentos operacionais: Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos e Locação de caminhões, máquinas e equipamentos. As atividades destes segmentos consistem basicamente em:

a) Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos: comercialização de caminhões, revenda de caminhões, máquinas e equipamentos novos e seminovos, peças, máquinas e acessórios, prestação de serviços de mecânica, funilaria e pintura;

b) Locação de caminhões, máquinas e equipamentos: locação de caminhões, máquinas e equipamentos e gestão de frotas.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

As informações por segmento de negócios atribuídas ao país sede do Grupo Vamos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são as seguintes:

				31 de dezembro de 2017
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	**Locação de caminhões, máquinas e equipamentos**	**Eliminações**	**Combinado, e *carve-out***
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	**231.211**	**444.525**	**(980)**	**674.756**
(-) Custo de vendas, locações e prestações de serviços	(179.826)	(148.268)	980	(327.114)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(639)	(67.264)	-	(67.903)
(=) Lucro bruto	**50.746**	**228.993**	**-**	**279.739**
Despesas comerciais	(12.886)	(3.065)	-	(15.951)
Despesas administrativas	(48.028)	(17.113)	-	(65.141)
Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	-	(25.470)	-	(25.470)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.266	507	-	7.773
(=) Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**(2.902)**	**183.852**	**-**	**180.950**
Receitas financeiras				12.032
Despesas financeiras				(57.253)
(=) Resultado financeiro liquido				**(45.221)**
(=) Lucro líquido antes do Imposto de renda e contribuição social				**135.729**
Impostos e contribuições sobre o lucro				(43.145)
Lucro líquido do exercício				**92.584**
Ativos totais por segmento	**484.766**	**1.843.170**	**(348.733)**	**1.979.203**
Passivos totais por segmento	**281.456**	**1.012.408**	**(23.981)**	**1.269.883**
Depreciação e amortização	**(2.488)**	**(121.555)**	**-**	**(124.043)**

	31 de dezembro de 2016			
	Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos	**Locação de caminhões, máquinas e equipamentos**	**Eliminações**	**Combinado e *carve-out***
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	**211.067**	**417.913**	**-**	**628.980**
(-) Custo das vendas, locações e prestações de serviços	(160.860)	(175.183)	-	(336.043)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados	(2.666)	(44.952)	-	(47.618)
(=) Lucro bruto	**47.541**	**197.778**	**-**	**245.319**
Despesas comerciais	(14.040)	(1.086)	-	(15.126)
Despesas administrativas	(54.322)	(21.762)	-	(76.084)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.527	(3.600)	-	1.927
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras e impostos	**(15.294)**	**171.330**	**-**	**156.036**
Receitas financeiras				13.605
Despesas financeiras				(49.523)
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social				**120.118**
Impostos e contribuições sobre o lucro				(42.243)
Lucro líquido do exercício				**77.875**
Ativos totais por segmento	**260.616**	**1.026.037**	**(44)**	**1.286.609**
Passivos totais por segmento	**107.557**	**741.445**	**(44)**	**848.958**
Depreciação e amortização	**(11.731)**	**(104.708)**	**-**	**(116.439)**
Impairment do Ágio (nota 15.1)	**(9.143)**	**-**	**-**	**(9.143)**

5. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo Vamos restringem-se à caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos, fornecedores, *floor plan*, risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, outras contas a pagar e créditos e débitos com partes relacionadas negociados em condições normais de mercado e reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas *carve-out*. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

5.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão classificados nas pelas seguintes categorias:

				31/12/2017			31/12/2016
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Empréstimos e recebíveis**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	79.698	-	3.613	83.311	33.763	457	34.220
Títulos e valores mobiliários	87.042	4.378	-	91.420	61.406	-	61.406
Contas a receber	-	-	174.966	174.966	-	108.958	108.958
Fundos para capitalização de concessionárias	-	-	19.935	19.935	-	33.000	33.000
Outros créditos	-	-	8.084	8.084	-	2.169	2.169
	166.740	**4.378**	**206.598**	**377.716**	**95.169**	**144.584**	**239.753**

Passivo, conforme balanço patrimonial	**Outros passivos financeiros**	**Total**	**Outros passivos financeiros**	**Total**
Fornecedores	103.764	103.764	78.844	78.844
Floor plan	38.333	38.333	53.539	53.539
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	-	-
Empréstimos e financiamentos	798.775	798.775	626.034	626.034
Arrendamentos financeiros a pagar	29.204	29.204	19.926	19.926
Partes relacionadas	43	43	3	3
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214	-	-
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147	-	-
Outras contas a pagar	422	422	973	973
	1.106.762	**1.106.762**	**779.319**	**779.319**

5.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo Vamos, está demonstrada a seguir:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	83.311	83.311	34.220	34.220
Títulos e valores mobiliários	91.420	91.420	61.406	61.406
Contas a receber	174.966	174.966	108.958	108.958
Partes relacionadas	-	-	-	-
Fundos para capitalização de concessionárias	19.935	19.935	33.000	33.000
Outros créditos	8.084	8.084	2.169	2.169
Total	**377.716**	**377.716**	**239.753**	**239.753**
Passivos Financeiros				
Fornecedores	103.764	103.764	78.844	78.844
Floor plan	38.333	38.333	53.539	53.539
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	-	-
Empréstimos e financiamentos	798.775	804.063	626.034	607.959
Arrendamentos financeiros a pagar	29.204	29.206	19.926	20.020
Cessão de direitos creditórios	30.214	30.214	-	-
Partes relacionadas	43	43	3	3
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	103.147	-	-
Outras contas a pagar	422	422	973	973
Total	**1.106.762**	**1.112.052**	**779.319**	**761.338**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos. Nesta categoria estão os investimentos alocados em fundos de investimentos, tais como, Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") e Letras do Tesouro Nacional ("LTN");

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis. Alocam-se neste nível os certificados de depósitos bancários ("CDB") e operações compromissadas; e

Nível 3 — Instrumentos cujos *inputs* significativos não são observáveis. O Grupo Vamos não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Nível1	**Nível2**	**Total**	**Nível1**	**Nível2**	**Total**
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	37.890	37.890	-	24.054	24.054
Operações compromissadas	-	41.808	41.808	-	9.709	9.709
Títulos e valores mobiliários						
LFT-Letras Financeiras do Tesouro	33.207	-	33.207	42.894	-	42.894
LTN - Letras do Tesouro Nacional	53.835	-	53.835	18.512	-	18.512
	87.042	**79.698**	**166.740**	**61.406**	**33.763**	**95.169**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Empréstimos e financiamentos	-	798.775	798.775	-	626.034	626.034
Arrendamentos financeiros a pagar	-	29.204	29.204	-	19.926	19.926
	-	**827.979**	**827.979**	**-**	**645.960**	**645.960**

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar todos instrumentos financeiros ativos e passivos ao valor justo incluem:

(i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;

(ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2017 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	6,90	6,66	6,86	8,03	9,03	9,97	10,76

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2017.

5.3 Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros do Grupo Vamos, referem-se a fornecedores, *floor plan,* risco sacado a pagar - montadoras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar, cessão de direitos creditórios, partes relacionadas, obrigações a pagar por aquisição de empresas e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. O Grupo Vamos possui em seu ativo contas a receber, fundos para capitalização de concessionárias, outros créditos e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. O Grupo Vamos está exposto ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada para o Grupo Vamos. A Administração, amparada pelo Comitê Financeiro recomenda ações ao Conselho de Administração para que as atividades, que resultem em riscos financeiros do Grupo Vamos, sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

O Grupo Vamos não contrata derivativos para fins especulativos, e essas operações quando contratadas são utilizadas somente para proteger-se das variações ligadas ao risco de mercado.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo Vamos está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

i. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é avaliado mensalmente pelo Grupo Vamos, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração.

O Grupo Vamos estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente é analisado individualmente quanto à sua condição financeira antes de o Grupo Vamos apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo Grupo Vamos inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação da Administração.

O Grupo Vamos limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de quatro meses para clientes individuais e corporativos.

O Grupo Vamos registrou uma provisão para perda que representa sua estimativa de perdas incorridas referentes à 'Contas a receber e outros recebíveis', veja nota explicativa 8.1.

ii. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo Vamos de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Comitê financeiro e Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

O Grupo Vamos utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração. Geralmente, o Grupo Vamos busca aplicar contabilidade de *hedge* para gerenciar a volatilidade no resultado. Atualmente, o Grupo Vamos não identificou a necessidade de utilizar derivativos.

Os Instrumentos financeiros do Grupo Vamos afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar e obrigações a pagar por aquisições de empresas estão sujeitos basicamente ao risco de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo Vamos ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, assim como às obrigações com empréstimos e financiamentos, arrendamentos financeiros a pagar e obrigações a pagar por aquisições de empresas do Grupo Vamos, sujeitas a taxas de juros. A análise de sensibilidade está demonstrada no item 5.3.1.

c) Risco de liquidez

O Grupo Vamos monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo do Grupo Vamos é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de créditos para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Passivos Financeiros					
Fornecedores	103.764	103.764	99.439	4.325	-
Floor plan	38.333	38.333	38.333	-	-
Risco sacado a pagar - montadoras	2.860	2.860	2.860	-	-
Empréstimos e financiamentos	798.775	909.634	267.990	231.369	410.275
Arrendamentos financeiros a pagar	29.204	36.025	18.186	9.889	7.950
Partes relacionadas	43	43	43	-	-
Cessão de direitos creditórios	30.214	40.077	8.015	16.031	16.031
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	103.147	111.306	57.889	14.293	39.124
Outras contas a pagar	422	422	422	-	-
Total	**1.106.762**	**1.242.464**	**493.177**	**275.907**	**473.380**

Sobre a capacidade do Grupo Vamos cumprir com seus compromissos veja nota explicativa 1.4.

5.3.1 Análise de sensibilidade

A Administração do Grupo Vamos efetuou um estudo do potencial impacto das variações das taxas de juros sobre os valores de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros a pagar. A dívida foi segregada em partes, dívidas atreladas ao CDI, dívidas atreladas à TLP e dívidas atreladas à SELIC, as quais podem ter movimentações distintas, de acordo com a taxa inerente.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 6,86%, com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras do Grupo Vamos. Sobre o SELIC, o cenário considerado provável pelo Grupo Vamos é de manutenção da taxa de 7,00% em 31 de dezembro de 2017. Sobre a TLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2017 é de 7% a.a.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008, a fim de demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III), para as taxas dos contratos pós-fixados.

Operação	Exposição em 31/12/2017	Riscos	Taxa média provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50%
Demais operações - Pós-fixadas						
Caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras	79.698	Aumento do CDI	6,91%	5.507	6.884	8.261
Títulos e valores mobiliários – LFT e outras aplicações	37.585	Aumento da SELIC	7,00%	2.631	3.289	3.946
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	(103.147)	Aumento do CDI	6,86%	(7.076)	(8.845)	(10.614)
Empréstimos e financiamentos – Finame	(283.201)	Aumento da TLP	9,92%	(28.094)	(35.117)	(42.140)
Empréstimos e financiamentos – Finame	(90.614)	Aumento da SELIC	11,66%	(10.566)	(13.207)	(15.848)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira – pós-fixada	**(359.679)**			**(37.598)**	**(46.996)**	**(56.395)**
Demais operações - pré-fixada						
Títulos e valores mobiliários	53.835	Pré-fixado	7,00%	3.768	3.768	3.768
Empréstimos e financiamentos – Finame	(262.505)	Pré-fixado	5,04%	(13.230)	(13.230)	(13.230)
Empréstimos e financiamentos – CCB	(118.844)	Pré-fixado	10,58%	(12.574)	(12.574)	(12.574)
Empréstimos e financiamentos – CDC	(11.173)	Pré-fixado	11,77%	(1.315)	(1.315)	(1.315)
Empréstimos e financiamentos – Consórcios	(32.438)	Pré-fixado	14,95%	(4.849)	(4.849)	(4.849)
Risco sacado pagar – montadoras (nota 19)	(2.860)	Pré-fixado	4,89%	(140)	(140)	(140)
Arrendamentos financeiros a pagar (nota 20)	(29.204)	Pré-fixado	13,16%	(3.843)	(3.843)	(3.843)
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira – pré-fixada	**(403.189)**			**(32.183)**	**(32.183)**	**(32.183)**
Exposição líquida e impacto total da despesa financeira no resultado	**(762.868)**			**(69.781)**	**(79.179)**	**(88.578)**

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros do Grupo Vamos, refletidas nas receitas e despesas financeiras, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados acima, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos	3.526	423
Caixa	87	34
Total disponibilidades	**3.613**	**457**
CDB - Certificado de depósitos bancários	37.890	24.054
Operações compromissadas	41.808	9.709
Total aplicações financeiras	**79.698**	**33.763**
Total do caixa e equivalentes de caixa	**83.311**	**34.220**

As aplicações financeiras são de resgate imediato, e mantidas para o gerenciamento diário do caixa do Grupo Vamos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 100,8% do CDI, equivalente a 0,80% a.m., (em 31 de dezembro de 2016 o rendimento médio foi de 100,2% do CDI, equivalente a 1,12% a.m.).

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2017	31/12/2016
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	33.207	42.894
LTN - Letras do Tesouro Nacional	53.835	18.512
Outras aplicações	4.378	-
	91.420	**61.406**
Ativo circulante	87.042	61.406
Ativo não circulante	4.378	-
Total	**91.420**	**61.406**

O rendimento médio dos títulos públicos que estão alocados em fundos exclusivos, é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixado e LFT SELIC). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o rendimento médio foi de 0,80% a.m. (1,12% a.m. no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). Esses fundos são administrados por instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito. Os rendimentos médios divulgados estão líquidos da taxa de administração e comissão.

8. Contas a receber

	31/12/2017	31/12/2016
Valores a receber de serviços e locações (i)	178.105	96.114
Valores a receber de venda de veículos e peças	15.152	16.215
Valores a receber - partes relacionadas	1.386	10.154
Arrendamento mercantil a receber (ii)	25.959	-
Receita a faturar (iii)	8.838	13.072
Valores a receber de cartões de crédito	764	664
Garantias a receber	4.153	4.570
Outras contas a receber	775	1.947
(-) Ajuste a valor presente (iv)	(918)	-
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (v)	(59.248)	(33.778)
Total	**174.966**	**108.958**
Ativo circulante	154.080	108.958
Ativo não circulante	20.886	-
Total	**174.966**	**108.958**

(i) Os valores das contas a receber com prazo médio de vencimento maior que 360 dias são registrados ao seu valor presente na contabilização inicial de transação, de acordo com a taxa média utilizada pelo Grupo Vamos na formação dos preços dos respectivos contratos. Os encargos financeiros são reconhecidos como receita financeira quando auferidos;

(ii) Tratam-se das operações de arrendamento dos bens imobilizados para terceiros, operadas pelas Sociedades Borgato;

(iii) Receita a faturar refere-se aos contratos de aluguéis de veículos cuja locação de serviço está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, quando os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. Nesses casos, a mensuração da receita a faturar é efetuada com base nas medições proporcionais aos dias incorridos de locação;

(iv) Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo registrou R$ 918 referente a ajuste a valor presente de seu contas a receber de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto a taxa de 100% do CDI;

(v) As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram apuradas considerando as premissas descritas na nota explicativa 2.5.2.

8.1. Classificação por vencimento (*aging list*) e movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2017	31/12/2016
Total a vencer	**142.188**	**89.126**
Vencidos em até 30 dias	14.807	6.843
Vencidos de 31 a 90 dias	9.681	6.756
Vencidos de 91 a 180 dias	22.062	3.457
Vencidos de 181 a 365 dias	15.760	34.667
Vencidos acima de 365 dias	29.716	1.887
Total vencidos	**92.026**	**53.610**
(-) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(59.248)	(33.778)
Total	**174.966**	**108.958**

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**(13.667)**
(-) Adição	(20.784)
(+) Reversões	673
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(33.778)**
(-) Adição	(28.245)
(+) Reversões	2.775
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(59.248)**

9. Estoques

Descrição	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Veículos novos	51.498	26.368
Peças para revenda (i)	27.064	13.086
Veículos usados	7.412	1.046
Outros	16	26
(-) Perdas estimadas de estoques (ii)	(860)	(946)
Total	**85.130**	**39.580**

(i) Refere-se a saldos de peças e equipamentos alocados nas concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) A provisão para perdas de estoques refere-se à provisão para material de uso e consumo e peças para revenda. A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**(1.707)**
(-) Adições	(1.135)
(+) Reversões	1.896
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(946)**
(-) Adições	(1.033)
(+) Reversões	1.119
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(860)**

10. Tributos a recuperar

	31/12/2017	31/12/2016
ICMS (i)	4.165	2.397
PIS e COFINS (ii)	1.728	-
ISS	1.705	224
IRRF	554	89
INSS (iii)	58	321
Outros impostos	13	32
Total	**8.223**	**3.063**

(i) Refere-se principalmente a créditos de ICMS - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços de compras veículos, máquinas e equipamentos para estoque, créditos de ICMS a recuperar sobre prestação de serviços, e créditos de ICMS a recuperar sobre notas de simples remessa emitidas para o retorno de veículos, peças e acessórios enviados para outras unidades ou para demonstração.

(ii) A conta inclui o saldo de tributos a compensar de PIS - programa de integração social e COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social nas aquisições dos bens para o ativo imobilizado.

(iii) Valores retidos sobre notas fiscais e faturas de serviços prestados, que são compensados nos recolhimentos mensais, e créditos extemporâneos de INSS - Instituto Nacional do Seguro Social sobre verbas trabalhistas pacificadas a compensar.

11. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Refere-se a imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL a compensar de retenções, antecipações efetuadas durante o ano de 2017 e saldo de antecipações remanescentes de exercícios anteriores que serão compensados por meio de PER/DCOMP.

12. Ativo imobilizado disponibilizado para venda

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão abaixo demonstradas:

	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Custo:			
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**58.517**	**1.706**	**60.223**
Bens transferidos do imobilizado	40.181	32.949	73.130
Bens baixados por venda	(67.342)	(12.439)	(79.781)
Em 31 de dezembro de 2016	**31.356**	**22.216**	**53.572**
Bens transferidos do imobilizado	57.913	34.623	92.536
Adições por combinação de negócios	323	17.475	17.798
Bens baixados por venda	(70.909)	(23.929)	(94.838)
Em 31 de dezembro de 2017	**18.683**	**50.385**	**69.068**
Depreciação acumulada:			
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**(20.930)**	**(671)**	**(21.601)**
Bens transferidos do imobilizado	(12.471)	(30.204)	(42.675)
Bens baixados por venda	21.522	10.641	32.163
Em 31 de dezembro de 2016	**(11.879)**	**(20.234)**	**(32.113)**
Bens transferidos do imobilizado	(7.012)	(21.559)	(28.571)
Bens baixados por venda	12.954	13.981	26.935
Em 31 de dezembro de 2017	**(5.937)**	**(27.812)**	**(33.749)**
Valor residual líquido:			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**19.477**	**1.982**	**21.459**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**12.746**	**22.573**	**35.319**

13. Fundos para capitalização de concessionárias

Os fundos para capitalização de concessionárias refere-se aos aportes efetuados pelas controladas do Grupo Vamos, que operam concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos, para o fundo garantidor de crédito com montadoras de veículos. São valores percentuais do custo de aquisição de veículos que são retidos pelas montadoras e depositados em fundos administrados por instituições financeiras ligadas às mesmas, em nome das controladas. Esses fundos são utilizados como garantia das linhas de crédito de fornecimento de veículos e podem ser sacados os valores de contribuição excedentes às metas de contribuição estabelecidas anualmente. O saldo em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R$ 19.935 (R$ 33.000 em 31 de dezembro de 2016).

14. Imobilizado

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão abaixo demonstradas:

	Veículos (i)	Máquinas e equipamentos (ii)	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Móveis e utensílios	Terrenos	Edifícios	Outros	Total
Custo:								
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**723.348**	**247.921**	**5.090**	**2.678**	**13.800**	**13.065**	**2.480**	**1.008.382**
Adições	279.606	3.320	10.336	245	-	8	720	294.235
Transferências	120	(120)	-	-	-	-	-	-
Transferências para bens destinados a venda	(40.181)	(32.949)	-	-	-	-	-	(73.130)
Baixas (iii)	(1.585)	(880)	-	-	-	-	-	(2.465)
Em 31 de dezembro de 2016	**961.308**	**217.292**	**15.426**	**2.923**	**13.800**	**13.073**	**3.200**	**1.227.022**
Adições	153.712	92.145	695	69	-	360	2.342	249.323
Adições por combinação de negócios	145.579	125.964	1.460	1.181	2.117	3.470	4.664	284.435
Transferências para bens destinados a venda	(57.913)	(34.623)	-	-	-	-	-	(92.536)
Baixas (iii)	(2.014)	(1.407)	(1.103)	(140)	-	-	(3.304)	(7.968)
Em 31 de dezembro de 2017	**1.200.672**	**399.371**	**16.478**	**4.033**	**15.917**	**16.903**	**6.902**	**1.660.276**
Depreciação acumulada:								
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**(145.359)**	**(93.854)**	**(1.516)**	**(1.132)**	**-**	**(1.195)**	**(985)**	**(244.041)**
Despesa de depreciação no exercício	(83.789)	(30.796)	(699)	(274)	-	(543)	(313)	(116.414)
Transferências para bens destinados a venda	12.471	30.204	-	-	-	-	-	42.675
Baixas (iii)	182	742	-	2	-	1	30	957
Em 31 de dezembro de 2016	**(216.495)**	**(93.704)**	**(2.215)**	**(1.404)**	**-**	**(1.737)**	**(1.268)**	**(316.823)**
Despesa de depreciação no exercício	(86.710)	(35.403)	(657)	(284)	-	(684)	(240)	(123.978)
Transferências	(39)	(733)	50	-	-	(8)	730	-
Transferência para bens destinados a venda	7.012	21.559	-	-	-	-		28.571
Baixas (iii)	367	1.377	-	109	-	-	480	2.333
Em 31 de dezembro de 2017	**(295.865)**	**(106.904)**	**(2.822)**	**(1.579)**	**-**	**(2.429)**	**(298)**	**(409.897)**
Valor líquido:								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	744.813	123.588	13.211	1.519	13.800	11.336	1.932	910.199
Saldo em 31 de dezembro de 2017	904.807	292.467	13.656	2.454	15.917	14.474	6.604	1.250.379
Vida útil (anos) - no exercício:								
2016								
Pesados	5 a 10	8 a 17	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	5 a 25	5 a 10	-	10 a 25	20	
2017								
Pesados	5 a 10	8 a 17	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	5 a 25	5 a 10	-	10 a 25	20	

(i) Veículos pesados (caminhões, carretas, cavalos) para uso nas operações;
(ii) Máquinas e equipamentos utilizados no segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos; e
(iii) Do total liquido de baixas, o montante de R$ 1.047 refere-se a baixa por sinistros (R$ 339 em 31 de dezembro de 2016).

14.1. Imobilizado de arrendamento

Parte dos ativos foram adquiridos pelo Grupo Vamos por meio de arrendamentos financeiros, substancialmente representados por veículos, máquinas e equipamentos. Esses saldos integram o ativo imobilizado de acordo com o demonstrado a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Valor líquido:			
Saldo em 31 de dezembro 2016	13.209	4.664	17.873
Saldo em 31 de dezembro 2017	17.613	1.721	19.334
Valor da Dívida:			
Saldo em 31 de dezembro 2016	14.475	5.228	19.703
Saldo em 31 de dezembro 2017	21.959	7.245	29.204

15. Intangível

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão abaixo demonstradas:

	Softwares	Fundo de comércio (i)	Ágio (15.1) (ii)	Acordo de não competição e carteira de clientes (iii)	Outros	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**270**	**30.938**	**13.061**	**7.204**	**16**	**51.489**
Adições	23	-	-	-	-	23
Baixas	-	(124)	-	-	-	(124)
Baixa por *impairment*	-	-	(9.143)	-	-	(9.143)
Em 31 de dezembro de 2016	**293**	**30.814**	**3.918**	**7.204**	**16**	**42.245**
Adições por combinação de negócios	-	10.800	82.959	28.200	4.300	126.259
Adições	52	-	-	-	50	102
Em 31 de dezembro de 2017	**345**	**41.614**	**86.877**	**35.404**	**4.366**	**168.606**
Amortização acumulada:						
Em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**(9)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(9)**
Despesas de amortização do exercício	(25)	-	-	-	-	(25)
Em 31 de dezembro de 2016	**(34)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(34)**
Despesas de amortização no exercício	(65)	-	-	-	-	(65)
Em 31 de dezembro de 2017	**(99)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(99)**
Valor líquido:						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**259**	**30.814**	**3.918**	**7.204**	**16**	**42.211**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**246**	**41.614**	**86.877**	**35.404**	**4.366**	**168.507**
Vida útil (anos) no exercício						
2016	**10 a 20**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
2017	**10 a 20**	**-**	**-**	**5**	**-**	**-**

(i) Fundo de comércio refere-se aos diretos de concessão e de exploração da marca MAN pela Transrio na aquisição das filiais do Rio de Janeiro e de Sergipe, no valor total de R$ 30.814, e aos direitos de concessão de uso de imagem e de comercialização de máquinas e implementos agrícolas da marca Valtra no valor total de R$ 10.800. Esses ativos estão alocados aos conjuntos de lojas e territórios explorados, considerados em conjunto como as unidades geradoras de caixa respectivas, no segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos;

(ii) Os ágios constituídos referem-se à aquisição da Transrio no valor de R$ 3.918 e das Sociedades Borgato no valor de R$ 82.959;

(iii) O valor de R$ 28.200 refere-se à combinação de negócio decorrente da aquisição das Sociedades Borgato e o saldo remanescente de R$ 7.204 refere-se à acordos de não competição da controlada Transrio.

15.1 Ágio decorrente da combinação de negócios

O ágio decorrente da combinação de negócios é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) através de estudo realizado. O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento de negócio.

Os ágios constituídos referem-se à aquisição da Transrio, atribuído ao segmento de concessionária de caminhões, máquinas e equipamentos, e também à aquisição das Sociedades Borgato, atribuído ao segmento de locação de caminhões, máquinas e equipamentos.

Abaixo um resumo da alocação do ágio líquido de *impairment*, por nível de segmento operacional:

	31/12/2017			31/12/2016
Ágios decorrentes das combinações de negócios por UGC	**Custo original**	***Impairment***	**Saldo**	**Saldo**
Locação de caminhões, máquinas e equipamentos (i)	82.959	-	82.959	-
Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio (ii)	13.061	(9.143)	3.918	3.918
Total	**96.020**	**(9.143)**	**86.877**	**3.918**

(i) Conforme nota explicativa 1.3.c, o ágio refere-se a aquisição das Sociedades Borgato. Considerando que a aquisição ocorreu em 22 de dezembro de 2017, a Administração entende que não houve nenhum indicativo de redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio na data base de 31 de dezembro de 2017;

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a empresa Transrio realizou o teste anual de *impairment*, baseado no cálculo do valor em uso e contabilizou ajuste no montante de R$ 9.143.

15.2 Teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*)

O valor recuperável de uma Unidade Geradora de Caixa é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada Unidade Geradora de Caixa atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso (fluxos de caixa do período de cinco anos) em 31 de dezembro de 2017 são as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	**Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio**
Taxas de desconto (*WACC*)	8,92%
Taxas de crescimento na perpetuidade	2,56%
Taxas de crescimento estimado para o LAJIDA (média para os próximos 5 anos)	5,92%

- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;

- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2018 a dezembro de 2022;

- Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação;

- O valor residual após dezembro de 2022 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado (perpetuidade) considerando um crescimento de 4,0% (inflação) e 2,56% (PIB);

- Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

  No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Vamos realizou o teste anual de *impairment* das suas UGCs acima descritas e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

  Os valores recuperáveis estimados para a UGC Transrio foram superiores aos seus valores contábeis em R$ 32.212. A Administração identificou a premissa principal para a qual alterações razoavelmente possíveis podem acarretar em *impairment*. A tabela abaixo apresenta o montante pelo qual alterações individuais nessa premissa básica poderiam resultar no valor recuperável da UGC ser igual ao valor contábil:

Alteração requerida para o valor recuperável ser igual ao valor contábil

Em pontos percentuais (%)	**Concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos - Transrio**
Taxa de desconto (*WACC*)	1,54

16. Fornecedores

	31/12/2017	**31/12/2016**
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação	12.212	2.560
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para estoque	40.907	5.375
Fornecedores de veículos, máquinas e equipamentos para locação - partes relacionadas (nota 21.1)	38.706	67.497
Montadoras de veículos	1.786	2.065
Outros	11.215	1.347
(-) Ajuste a valor presente (i)	(1.062)	-
Total	**103.764**	**78.844**
Passivo circulante	99.439	78.844
Passivo não circulante	4.325	-
Total	**103.764**	**78.844**

(i) Em 31 de dezembro de 2017, o Grupo Vamos registrou R$ 1.062 referente a ajuste a valor presente de fornecedores de longo prazo das Sociedades Borgato, utilizando para desconto taxa de 100% do CDI mais juros de até 0,5% a.m.

17. Floor plan

Parte das compras de veículos novos para o segmento de concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos são pagas com prazo estendido pelo uso do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados e peças automotivas "*Floor plan*", com concessão de crédito rotativo cedido por instituições financeiras e com a anuência das montadoras. Tais programas possuem, em geral, um período inicial isento de qualquer ônus até a emissão da nota fiscal de veículo e com prazo de vencimento que varia entre 150 a 180 dias após a emissão da nota fiscal, com taxa de juros de até 100% do CDI mais juros de até 0,5% ao mês, após o período de carência que geralmente é de 180 dias. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 38.333 (R$ 53.539 em 31 de dezembro de 2016).

18. Risco sacado a pagar – montadoras

Modalidade	Taxa média (%)	Prazo de alongamento	Vencimento	31/12/2017	Novos contratos	Juros pagos	Juros apropriados	31/12/2016
Em moeda nacional								
Risco sacado	4,89%	10 meses	jul/18	2.860	3.027	(294)	127	-

O Grupo Vamos firmou convênios com instituições financeiras denominado "risco sacado" para gerir os valores a serem pagos de compras de veículos junto a montadoras. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de veículos para as instituições financeiras.

Os contratos firmados com as instituições financeiras não são garantidos pelos ativos (veículos) vinculados às operações securitizadas.

19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado. Termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto são os seguintes:

				31/12/2017			Movimentação					31/12/2016		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%)**	**Venc.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos por combinação de negócios**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional														
Finame (i)	5,04%	Pré-fixado	jan/25	76.764	185.741	262.505	67.925	-	(57.884)	(20.288)	19.828	53.254	199.670	252.924
Finame (i)	9,92%	TLP+ 2,92%	jul/23	82.816	200.385	283.201	86.529	87.212	(119.936)	(27.207)	23.670	49.045	183.888	232.933
Finame (i)	11,66%	SELIC+ 4,66%	jul/22	26.498	64.116	90.614	-	25.526	(23.463)	(5.564)	3.368	19.107	71.640	90.747
CCB (ii)	10,58%	Pré-fixado	mai/22	28.864	89.980	118.844	88.138	11.045	(5.848)	(4.822)	4.811	1.562	23.958	25.520
CDC (iii)	11,77%	Pré-fixado	jan/25	3.026	8.147	11.173	17.919	9.833	(40.880)	(2.560)	2.951	4.863	19.047	23.910
Consórcios (iv)	14,95%	Pré-fixado	dez/24	9.075	23.363	32.438	32.438	-	-	-	-	-	-	-
				227.043	**571.732**	**798.775**	**292.949**	**133.616**	**(248.011)**	**(60.441)**	**54.628**	**127.831**	**498.203**	**626.034**

				31/12/2016			Movimentação				31/12/2015 (Não auditado)		
Modalidade	**Taxa média a.a. (%)**	**Estrutura taxa média (%) (i)**	**Venc.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos (a)**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional													
Finame (i)	5,74%	Pré-fixado	jan/25	53.254	199.670	252.924	-	(22.002)	(10.938)	11.882	60.542	213.440	273.982
Finame (i)	9,50%	TLP	dez/21	49.045	183.888	232.933	86.687	(34.315)	(17.212)	14.935	40.402	142.436	182.838
Finame (i)	10,12%	SELIC	dez/21	19.107	71.640	90.747	46.527	(1.290)	(7.452)	7.046	10.146	35.770	45.916
CCB (ii)	14,20%	Pré-fixada	ago/25	1.562	23.958	25.520	-	(6.302)	(5.433)	9.505	5.420	22.330	27.750
CDC (iii)	16,77%	Pré-fixada	jan/21	4.863	19.047	23.910	23.448	(2.513)	(1.287)	4.262	-	-	-
				127.831	**498.203**	**626.034**	**156.662**	**(66.422)**	**(42.322)**	**47.630**	**116.510**	**413.976**	**530.486**

(a) Do saldo total de novos contratos em 31 de dezembro de 2016, R$ 405 refere-se a incorporação da JP Tecnolimp.

Os empréstimos e financiamentos possuem as seguintes características:

i. **Finame** são financiamentos para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Parte dos contratos são remunerados pela "Taxa de Juros de Longo Prazo – TLP" mais *spread* médio de 2,92% a.a., outra parte é remunerada pela SELIC mais *spread* médio de 4,66% em 2017 e em 2016, e parte remunerada a taxas de juros pré-fixadas em média de 5,04% a.a. (5,74% em 31 de dezembro de 2016). Está composto de vários contratos com vencimentos variados até janeiro de 2025. Mensalmente são firmados novos contratos relativos a compra de novos ativos pelo processo normal de renovação da frota;

ii. **CCBs** são Cédulas de Crédito Bancário adquiridas junto a instituições financeiras com a finalidade de subsidiar o capital de giro, além de financiar a compra de veículos, máquinas e equipamentos para as operações. Está composto por vários contratos, os quais são remunerados a taxas de juros pré-fixadas em média de 10,58% a.a. (14,20% em 31 de dezembro de 2016). Em outubro de 2016 as Sociedades Borgato contrataram cédulas de créditos bancários no valor total de R$ 34.000 remuneradas com juros médios anuais calculadas com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI mais *spread* médio de 5,5% a.a., o valor dessa operação foi quitado em janeiro de 2018;

iii. **CDC** refere-se a captações utilizada para investimentos em veículos, maquinários e equipamentos utilizados nas operações. Essas operações possuem remuneração média de 11,77% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (16,77% em 31 de dezembro de 2016), com vencimento até janeiro de 2025;

iv. **Consórcios** referem-se a operações de crédito junto a instituições financeiras para aquisições de máquinas e implementos utilizados nas operações de locações, os quais possuem taxa de administração de 11,95% e 3% de fundo de reserva. Estão compostos de vários grupos e cotas com vencimentos variados até dezembro de 2024.

19.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

			31/12/2017
	Vencimento das parcelas	**Valor Total**	**%**
Passivo circulante	2018	**227.043**	**28,4**
	2019	181.455	22,7
	2020	151.575	19,0
	2021	110.870	13,9
	2022	73.575	9,2
	2023	38.162	4,8
	2024	13.305	1,7
	2025 em diante	2.790	0,3
Passivo não circulante		**571.732**	**71,6**
Total		**798.775**	**100,0**

19.2 Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

O Grupo Vamos possui operações de Finame, CCB e Consórcios garantidas pelos respectivos veículos, máquinas e equipamentos financiados. Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo Vamos possuía R$ 783.377, R$ 12.763 e R$ 48.450 em bens dados em garantias de seus contratos de Finame, CCB e Consórcios, respectivamente (R$ 625.566 e R$ 5.599 em 31 de dezembro de 2016, para os contratos de Finame e CCB, respectivamente).

Para a operação de CCB descrita na nota explicativa 19 ii as Sociedades Borgato devem manter durante a vigência do contrato os seguintes índices (*covenants*) calculados sobre as demonstrações financeiras combinadas das Sociedades Borgato:

- ✓ Dívida Líquida / EBITDA: até 1,80;
- ✓ Liquidez Corrente: igual ou maior 0,90;
- ✓ Dívida Nominal Bruta: R$ 175.000 em 2017 e R$ 170.000 a partir de 2018.

Dívida Líquida para fins de *covenants*: significa o somatório de todas as dívidas financeiras, incluindo operações de *leasing*, contratos bancários, fianças, avais, descontos de recebíveis, empréstimos e financiamentos com terceiros, mútuos e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, incluindo debêntures e notas promissórias, bem como securitização de direitos creditórios / recebíveis, arrendamento mercantil financeiro e o diferencial a pagar por operações com derivativos, líquido de todo e qualquer montante disponível em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata e o diferencial a receber por operações com derivativos.

EBITDA para fins de *covenants*: significa o lucro/prejuízo do período, acrescido do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, despesa financeira líquida, depreciação e amortização.

Liquidez Corrente para fins de *covenants*: calculado pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

Dívida Nominal Bruta para fins de *covenants*: significa o somatório de todas as dívidas financeiras, incluindo operações de *leasing*, contratos bancários, fianças, avais, descontos de recebíveis, empréstimos e financiamentos com terceiros, mútuos e emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, no mercado de capitais local e/ou internacional, incluindo debêntures e notas promissórias, bem como securitização de direitos creditórios / recebíveis, arrendamento mercantil financeiro e o diferencial a pagar por operações com derivativos.

Após oficializada a opção de compra das Sociedades Borgato pelo Grupo Vamos, foi obtido em 15 de dezembro de 2017 junto ao Banco Santander (Brasil) S.A um *"waiver"* anulando os *covenants* que eram calculados sobre as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Borgato, pois as empresas Borgato Máquinas S.A, Borgato Serviços Agrícolas S.A. e Borgato Caminhões S.A não constituíam mais o Grupo Borgato.

Os empréstimos de capital de giro (CDC) não possuem garantias e cláusulas restritivas.

20. Arrendamentos financeiros a pagar

Contratos de arrendamentos financeiros na modalidade de Finame *leasing* e arrendamentos financeiros para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional do Grupo Vamos que possuem encargos anuais pré-fixados, e estão distribuídos da seguinte forma:

			31/12/2017			Movimentação					31/12/2016		
Modalidade	**Encargos**	**Venc.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos por combinação de negócios**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional													
Arrendamento financeiro *Leasing*	13,16%	nov/22	14.337	14.867	29.204	9.282	7.990	(9.787)	(600)	2.393	7.469	12.457	19.926
			14.337	**14.867**	**29.204**	**9.282**	**7.990**	**(9.787)**	**(600)**	**2.393**	**7.469**	**12.457**	**19.926**

			31/12/2016			Movimentação				31/12/2015 (Não auditado)		
Modalidade	**Encargos**	**Venc.**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Novos contratos**	**Amortização**	**Juros pagos**	**Juros apropriados**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Em moeda nacional												
Arrendamento financeiro *Leasing*	15,80%	jun/20	6.842	10.888	17.730	19.446	(1.897)	(454)	635	-	-	-
Arrendamento financeiro *Leasing*	13,80%	jan/18	627	1.569	2.196	817	(14.160)	(484)	145	4.303	11.575	15.878
			7.469	**12.457**	**19.926**	**20.263**	**(16.057)**	**(938)**	**780**	**4.303**	**11.575**	**15.878**

20.1 Cronograma de amortização

O cronograma de amortização está demonstrado a seguir, por ano de vencimento:

			31/12/2017
	Vencimento das parcelas	**Valor Total**	**%**
Passivo circulante	2018	14.337	49,1
	2019	7.807	26,7
	2020	6.706	23,0
	2021	224	0,8
	2022	130	0,4
Passivo não circulante		14.867	50,9
Total		**29.204**	**100,0**

20.2 Garantias e cláusulas restritivas (*covenants*)

Conforme demonstrado na nota explicativa 14.1, o Grupo possui veículos, máquinas e equipamentos que foram adquiridos através de operações de arrendamentos financeiros e que os mesmos estão concedidos como garantia dos contratos.

Nos contratos não constam cláusulas restritivas e nem cláusulas que exijam liquidação antecipada.

21. Transações com partes relacionadas

21.1 Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Outros Créditos	
Ativo	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A.	57	9.186	-	-
CS Brasil	322	455	-	-
Movida GTF	1.005	360	-	-
JSL Concessionárias	-	153	-	-
Ponto veículos	2	-	8	-
Família Borgato	-	-	6	-
Total	**1.386**	**10.154**	**14**	**-**

	Partes relacionadas		Fornecedores (nota 16)		Outras contas a pagar		Obrigações a pagar por aquisição de empresa (nota 22)		Dividendos a pagar (nota 26.3.a)	
Passivo	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A. (nota 21.2.2)	-	-	35.231	64.247	-	-	-	-	15.700	-
JSL Concessionárias	-	-	-	3.179	-	-	-	-	-	-
Movida Locação	-	3	179	-	-	-	-	-	-	-
Movida GTF	41	-	42	11	-	-	-	-	-	-
CS Brasil	-	-	97	59	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda.	-	-	3.155	1	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	-	-	-	213	-	-	-	-
Família Borgato	-	-	-	-	-	-	103.147	-	2.746	-
Total	**43**	**3**	**38.706**	**67.497**	**-**	**213**	**103.147**	**-**	**18.446**	**-**

21.2 Transações com a controladora

21.2.1 Ativo

Contas a receber

(i) Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo Vamos possuía valor a receber da controladora no montante de R$ 57 (R$ 9.186 em 31 de dezembro de 2016) referente prestação de serviços de locação de veículos, máquinas e equipamentos.

21.2.2 Passivo

Fornecedores

(ii) Em 31 de dezembro de 2017 o Grupo Vamos possuía valor a pagar a controladora no montante de R$ 35.231 (R$ 64.247 em 31 de dezembro de 2016), sendo que parte deste montante refere-se à compra de veículos, máquinas e equipamentos no início das operações do Grupo Vamos, e o remanescente referente à renovação e/ou ampliação da frota.

21.3 Outras transações com partes relacionadas

Ativo	**Relação**	**Especificação**
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional
Movida GTF	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos
JSL Concessionárias	Partes relacionadas	Venda de veículos
Ponto Veículos Ltda.	Partes relacionadas	Locação operacional / Venda de veículos / Reembolso de despesas
Família Borgato	Partes relacionadas	Reembolso de despesas

Passivo	**Relação**	**Especificação**
JSL Concessionárias	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos
Movida Locação	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
Movida GTF	Partes relacionadas	Locação operacional / Compra de veículos / Reembolso de despesas
CS Brasil	Partes relacionadas	Locação operacional / Centro de Serviços Administrativos / Compra de veículos
Original Veículos Ltda.	Partes relacionadas	Compra de veículos / Reembolso de despesas
Ponto Veículos Ltda.	Partes relacionadas	Compra de veículos / Reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Partes relacionadas	Locação de imóveis
Família Borgato	Partes relacionadas	Aquisição das Sociedades Borgato / Dividendos

Todos os saldos em aberto com estas partes relacionadas são precificados com base em condições usuais de mercado, com exceção do reembolso de despesas e Centro de Serviços Administrativos ("CSA" - nota explicativa 21.4) que são remuneradas ao preço de custo.

21.4 Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

No quadro abaixo apresentamos os resultados nas rubricas de receitas, compras, deduções e outras receitas e despesas operacionais de transações do Grupo Vamos com suas partes relacionadas:

	Serviços prestados		Serviços tomados	
Transações com controladora	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
			(Reapresentado)	**(Reapresentado)**
JSL S.A.	16.521	36.763	(27.160)	(40.544)
Transações eliminadas no resultado				
Vamos	638	-	(342)	-
Transrio	342	-	(638)	-
	980	**-**	**(980)**	**-**
Transações com partes relacionadas				
CS Brasil	16.424	3.844	-	(20)
Quick Logística	478	-	(91)	(129)
Movida GTF	11.267	2.761	(2.635)	(10.569)
Movida Locação	-	-	(24)	(6)
Avante Veículos	-	-	(3)	(35)
Original Veículos	4	-	(49)	(662)
Ponto Veículos	-	-	(5)	(93)
JSL Leasing	102		(102)	-
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	(2.990)	(2.636)
Outros (i)	-	-	(336)	-
	28.275	**6.605**	**(6.235)**	**(14.150)**
Total	**45.776**	**43.368**	**(34.375)**	**(54.694)**

(i) Refere-se a serviços de consultoria tributária prestados por escritório de advocacia onde um membro do Conselho de Administração da JSL S.A. é sócio.

	Venda ativos		Compra ativos	
Transações com controladora	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A.	3.548	12.508	-	-
Transações com partes relacionadas				
CS Brasil	-	63	-	(3.615)
Movida GTF	1.594	295	(1.594)	(63)
	1.594	**358**	**(1.594)**	**(3.678)**
Total	**5.142**	**12.866**	**(1.594)**	**(3.678)**

	Receita financeira		Despesa financeira	
Transações com controladora	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
JSL S.A.	-	-	(472)	-
Total	**-**	**-**	**(472)**	**-**

21.5 Remuneração dos administradores

A Administração do Grupo Vamos é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, sendo que a remuneração dos executivos e administradores inclui todos os benefícios, os quais foram registradas na rubrica “Despesas administrativas”, e estão resumidas conforme a seguir:

	31/12/2017	**31/12/2016**
Remuneração fixa	(1.923)	(440)
Remuneração variável	(388)	(108)
Benefícios	(19)	(11)
Remuneração baseada em ações (nota 26.2.a)	(679)	(186)
Total	**(3.009)**	**(745)**

A Administração não possui benefícios pós-aposentadoria nem outros benefícios relevantes de longo prazo.

21.6 Centro de serviços administrativos

O Grupo JSL rateia, conforme critérios definidos em estudos técnicos apropriados, os gastos compartilhados da estrutura e *BackOffice* compartilhado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de despesas alocadas da JSL para o Grupo Vamos relativo à estes gastos foi de R$ 6.213 (31 de dezembro de 2016 – R$ 941). O Centro de serviços administrativos não cobra taxa de administração ou aplica margem de rentabilidade sobre os serviços prestados repassando somente os custos.

22. Obrigações a pagar por aquisição de empresas

As obrigações a pagar por aquisição de empresas registradas no passivo circulante e não circulante nos montantes de R$ 57.314 e R$ 45.833, respectivamente, totalizando R$ 103.147 em 31 de dezembro de 2017. Tais obrigações referem-se (i) ao valor a pagar em parcelas no montante de R$ 83.147 aos antigos sócios das Sociedades Borgato e (ii) a contraprestação contingente no montante de R$ 20.000, conforme nota explicativa 1.3.c. Veja a divulgação da transação entre partes relacionadas na nota explicativa 21.1.

23. Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

23.1 Crédito (provisão) para imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2017	31/12/2016
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	9.191	7.675
Provisão para demandas judiciais e administrativas	1.009	382
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24.522	8.959
Outras provisões	46	1.637
Provisão para ajuste a valor presente	363	-
Imobilização leasing financeiro	-	1.189
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	293	322
Total créditos fiscais brutos	**35.424**	**20.164**
Débitos fiscais		
Outras provisões	-	(3.790)
Diferença entre a depreciação econômica e a taxa fiscal	(103.906)	(19.945)
Imobilização leasing financeiro	(11.313)	(10.149)
Constituição de IR/CS sobre realização fiscal do ágio	(589)	(589)
Total débitos fiscais brutos	**(115.808)**	**(34.473)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(80.384)**	**(14.309)**
Tributos diferidos passivos	(104.337)	(30.676)
Tributos diferidos ativos	23.953	16.367
Total débitos fiscais, líquidos	**(80.384)**	**(14.309)**

A movimentação dos ativos e passivos fiscais diferidos é apresentada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**13.012**
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(18.685)
IR / CS diferidos reconhecidos provenientes da cisão da Movida GTF - nota 1.3.b	(8.636)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**(14.309)**
IR / CS diferidos reconhecidos no resultado	(21.954)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre diferenças temporárias das Sociedades Borgato	(43.141)
IR / CS diferidos reconhecidos sobre outros saldos	(980)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(80.384)**

23.1.1 Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais consolidados não prescrevem e em 31 de dezembro de 2017 foram contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. A tabela abaixo apresenta o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos contabilizados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social por entidade:

	31/12/2017	31/12/2016
Borgato Serviços (i)	2.188	-
Vamos	-	200
Transrio (ii)	7.003	7.475
Total	**9.191**	**7.675**

(i) Devido a expansão das operações de locação de caminhões, máquinas e equipamentos em 2013 e 2014, para o Grupo Borgato, houve aquisições expressivas de imobilizado. A diferença entre a depreciação para fins fiscais e a depreciação baseada na vida útil dos imobilizados gerou um imposto de renda diferido passivo no montante de R$ 10.096, o qual o Grupo Vamos espera compensar o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social com o imposto de renda diferido passivo a partir do término do incentivo fiscal da depreciação acelerada;

(ii) Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido na Transrio, foram acumulados até o ano de 2015 e a partir de 2016 passaram a ser compensados com os lucros tributáveis apurados.

O Grupo elaborou estudos de projeção de resultados tributários futuros, baseados em dados de mercados e concluiu que os créditos serão consumidos no prazo de no máximo 3 anos.

Adicionalmente, a Borgato Caminhões possui em 31 de dezembro de 2017 saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido no montante de R$ 18.773, cujos créditos diferidos correspondentes não foram contabilizados por não haver histórico de utilização nos últimos anos.

Com base nas informações discutidas nos itens acima, a tabela a seguir a presenta a realização do imposto de renda e base negativa de contribuição social ao longo do tempo:

					2017
Até 1 ano	**De 1 a 2 anos**	**De 2 a 3 anos**	**De 3 a 4 anos**	**Acima de 4 anos**	**Total**
3.051	5.871	269	-	-	**9.191**

23.2 Conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSSL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, e exclusões e compensações permitidas pela legislação vigente.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	135.729	120.118
Alíquota nominais	34,0%	34,0%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(46.148)**	**(40.840)**
(Adições) exclusões permanentes		
Incentivos fiscais – PAT	58	-
Juros sobre capital próprio	4.333	-
Despesas indedutíveis	(733)	(813)
Outras adições	(655)	(590)
IRPJ e CSLL apurados	**(43.145)**	**(42.243)**
Corrente	(21.191)	(23.558)
Diferido	(21.954)	(18.685)
IRPJ e CSLL no resultado	**(43.145)**	**(42.243)**
Alíquota efetiva	31,8%	35,2%

As declarações de imposto de renda do Grupo Vamos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades os quais seriam sujeitos a juros.

A Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

24. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos no curso normal de seus negócios, apresenta demandas cíveis, tributárias e trabalhistas em fórum administrativo e judicial, e depósitos e bloqueios judiciais feitos em garantia dessas demandas. Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, e quando aplicável, estão apresentadas líquidas dos seus respectivos depósitos judiciais.

24.1 Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a valores depositados em conta ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo, para garantia de eventuais execuções exigidas, ou valores depositados em acordo judicial em substituição de pagamentos de tributos ou contas a pagar que estão sendo discutidas em juízo.

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	3.089	1.761
Tributários	109	109
Total	**3.198**	**1.870**

24.2 Provisão para demandas judiciais e administrativas

O Grupo Vamos está envolvido em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

O Grupo Vamos classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotos”. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração do Grupo Vamos, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração do Grupo Vamos acredita que a provisão para riscos cíveis e trabalhistas é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	2.050	702
Cíveis	833	570
Total	**2.883**	**1.272**

A movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é apresentada conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**606**
(+) Adições por incorporação JP Tecnolimp	23
(+) Adições	643
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.272**
(+) Adições por combinação de negócios	501
(+) Adições	2.500
(-) Reversões	(1.390)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**2.883**

Trabalhistas

Os processos trabalhistas são compostos principalmente por ações solicitando indenizações e outros pedidos diversos contra empresas do Grupo Vamos.

Cíveis

Referem-se, principalmente a processos relacionados a pedidos indenizatórios por motivos diversos contra as empresas do Grupo Vamos, assim como ações anulatórias e contratuais.

24.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

O Grupo Vamos é parte de demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas (i)	712	724
Cíveis (ii)	7.102	1.672
Tributárias (iii)	333	515
Total	**8.147**	**2.911**

(i) As demandas trabalhistas são relacionadas a ações judiciais reclamando indenizações por reflexos trabalhistas movidas por ex-colaboradores do Grupo;

(ii) As demandas cíveis estão relacionadas substancialmente a pedidos indenizatórios por perdas e danos, assim como ações anulatórias e reclamações por descumprimentos contratuais efetuadas por clientes contra a controlada Transrio que atua no segmento denominado "concessionárias de caminhões, máquinas e equipamentos";

(iii) As demandas tributárias referem-se a processos administrativos movidos contra Grupo Vamos em questionamento de autos de infração emitidos em processo de fiscalização, e outros processos movidos para questionar a legitimidade de cobrança de determinados tributos.

25. Cessão de direitos creditórios

Durante o exercício de 2017 o Grupo Vamos efetuou a cessão de parte de seus direitos creditórios futuros originados de contratos de locações e prestação de serviços correlatos. Foram objeto de cessão os contratos cujos os bens de locação estavam entregues, e com o devido reconhecimento por parte do cliente da locação e serviço prestado. O Grupo Vamos será responsável pela operacionalização das cobranças desses direitos creditórios, no entanto não há regresso e coobrigação pelos direitos creditórios, e não será responsável pela solvência do cliente contratante. O valor futuro da carteira cedida foi de R$ 40.077, o valor recebido pelo Grupo Vamos foi de R$ 30.214 e, os juros pagos serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. Essa operação tem prazo de 60 meses com vencimento em dezembro de 2022. Os saldos registrados em 31 de dezembro de 2017 são:

	31/12/2017
Venda de direitos creditórios	40.077
Juros a apropriar	(9.863)
Total	**30.214**
Total circulante	6.043
Total não circulante	24.171
Total	**30.214**

26. Patrimônio líquido e investimento da controladora

26.1 Capital social

O capital social do Grupo Vamos, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 504.371 divididos em 354.860 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (R$ 303.669 em 31 de dezembro de 2016 divididos em 303.669 mil quotas).

A Vamos está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, excluídas as ações já emitidas, independentemente de reforma estatutária.

As movimentações do capital social estão abaixo demonstradas:

	Transrio	Vamos Individual	Combinado
Saldo em 31 de dezembro de 2015 (não auditado)	**103.038**	**2**	**103.040**
Aumento de capital via AFAC (i)	78.847	-	**78.847**
Aumento de capital via Incorporação JP Tecnolimp (ii)	-	1.600	**1.600**
Aumento de capital via cisão Movida GTF (ii)	-	15.330	**15.330**
Aumento de capital com bens (iii)	-	104.852	**104.852**
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**181.885**	**121.784**	**303.669**
Aumento de capital via integralização de AFAC (i)	-	7.460	**7.460**
Aumento de capital com transferência de investimentos (iv)	-	157.811	**157.811**
Transferência de investimentos da controladora (iv)	(181.885)	-	**(181.885)**
Rerratificação de ato societário para aumento de capital (v)	-	15.976	**15.976**
Aumento de capital com emissão de novas ações (vi) e (vii)	-	201.340	**201.340**
Transferência de investimento – cisão JSL Holding (viii)	-	(4.507)	**(4.507)**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**-**	**499.864**	**499.864**

(i) Em 31 de dezembro de 2015 o Grupo Vamos possuía saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital social ("AFAC") de R$ 78.857, formado pela combinação dos respectivos saldos das empresas Transrio de R$ 78.847, e Vamos de R$ 10, cuja parcela da Transrio foi totalmente integralizada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016;

Em 31 de dezembro de 2016 a Vamos possuía saldo de AFAC da JSL no valor de R$ 7.460 integralizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017;

(ii) Em 31 de agosto de 2016 o capital social da Vamos, foi aumentado através de incorporação da empresa JP Tecnolimp S.A. e a Cisão da Movida GTF, conforme nota explicativa 1.3.a e b;

(iii) Em 31 agosto de 2016 o capital social da Vamos foi aumentado pela sua controladora no montante líquido de R$ 104.852, composto por: R$ 465.221 de ativos e R$ 360.369 de passivos;

(iv) Como as demonstrações financeiras combinadas *carve-out* estão sendo apresentadas como se as combinações de negócios sob controle comum (nota explicativa 1.2) tivessem ocorrido desde 31 de dezembro de 2015, a reconciliação entre o patrimônio líquido combinado de 1º de janeiro de 2017 até 31 de outubro de 2017 está apresentada na linha de transferência de investimentos da controladora, sendo que os montantes envolvidos nesta transação referem-se à saída dos componentes do patrimônio líquido da Transrio, composto de R$ 181.885 de capital social e R$ 24.074 de lucros acumulados, totalizando R$ 157.811 o qual, no momento do investimento recebido, foi registrado como um aporte de capital;

(v) Em 31 de outubro de 2017 o capital social da Vamos foi aumentado pela sua controladora no montante de R$ 15.976 referente a rerratificações de ato societários;

(vi) Em 21 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária o aumento de capital social no valor de R$ 113.201, mediante a emissão de 61.724 mil ações ordinárias, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional;

(vii) Em 22 de dezembro de 2017 foi aprovada em ata de assembleia geral extraordinária aumento de capital social, em decorrência da incorporação de ações das Sociedades Borgato, no valor de R$ 88.139, mediante a emissão de 31.937 mil ações ordinárias;

(viii) Conforme nota explicativa 34.d, em 31 de dezembro de 2018 os acionistas aprovaram a cisão parcial da JSL Holding, com a redução do capital de R$ 82.879 referente ao acervo líquido do investimento da Vamos na JSL Holding. Assim, ainda como descrito na nota explicativa 1.2 e, para propósito de elaboração das demonstrações financeiras combinadas *carve-out*, em 31 de dezembro de 2017 foi eliminado o valor de R$ 65.833 referente ao investimento da Vamos na JSL Holding e R$ 4.507 referente ao resultado do exercício de 2017 da JSL Holding.

26.2 Reserva de capital

a) Pagamento baseado em ações

A Controladora JSL S.A concedeu planos de pagamento baseado em ações a executivos dedicados ao Grupo Vamos que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo Vamos de acordo com o ICPC 4 / IFRIC 8 - Alcance do Pronunciamento Técnico, CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações – Transações de Ações do Grupo e em Tesouraria e ICPC 5 / IFRIC 11 - Pagamento Baseado em Ações.

Esses planos de pagamento baseado em ações são gerenciados pelo Conselho de Administração da JSL S.A. e estabelecem: (i) os critérios de outorga das opções de ações para administradores, empregados em posição de comando e pessoas naturais que prestem serviços ao Grupo JSL para cada categoria de profissionais elegíveis, definindo livremente, com base na Eleição de Beneficiários do Plano de Outorga; (ii) quantidade de ações que poderão ser adquiridas por cada um com o exercício das opções; e (iii) a condição para exercício é baseada na permanência dos profissionais elegíveis no Grupo JSL durante o período de aquisição de direito.

Os Planos são calculados com base na média da cotação das ações da JSL S.A. na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões anteriores do ano anterior da data de concessão, que deverá ser corrigido pela variação de 100% do CDI, desde a data da outorga das opções, até a data do efetivo pagamento ao Grupo JSL do preço de exercício pelo beneficiário.

O valor das opções é estimado na data de concessão, com base no modelo "*Black & Scholes"* de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

As opções outorgadas nos planos vigentes poderão ser exercidas, desde que observadas os períodos de aquisição e exercício definidos nos contratos de outorga, e suas características estão indicadas nas tabelas a seguir:

Plano	Ano de outorga	Qtde. de opções	Tranche	Preço do exercício	Valor justo da opção na data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco	Dividendos esperados	Vida da opção	Período de aquisição	Prazo do exercício
VI	2016	48.983	1	8,36	4,98	45,7%	12,33%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2019	04/2019 a 06/2022
VI	2016	48.983	2	8,36	5,62	45,7%	12,21%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VI	2016	97.967	3	8,36	6,17	45,7%	12,16%	0%	5,2 anos	27/06/2016 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	33.056	1	9,03	2,02	42,3%	11,02%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2020	04/2020 a 06/2022
VII	2017	33.056	2	9,03	2,55	42,3%	11,15%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2021	04/2021 a 06/2022
VII	2017	66.113	3	9,03	3,02	42,3%	11,30%	0%	5 anos	01/04/2017 a 01/04/2022	04/2022 a 06/2022

Em 31 de dezembro de 2017 o saldo acumulado na conta de reserva de capital referente à "pagamento baseado em ações" no patrimônio líquido é de R$ 800 (R$ 186 em 31 de dezembro de 2016) e no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido R$ 679 (R$ 186 em 31 de dezembro de 2016) na rubrica de "Despesas administrativas".

Movimentação durante o período

A tabela a seguir apresenta a quantidade e a média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o período:

	Quantidade de ações				
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Opções de ações em circulação	Preço médio do exercício (R$)
Outorgas concedidas 2016	195.933	-	-	195.933	8,36
Posição em 31 de dezembro de 2016	**195.933**	**-**	**-**	**195.933**	**8,36**
Outorgas concedidas 2017	132.225	-	-	132.225	9,03
Posição em 31 de dezembro de 2017	**328.158**	**-**	**-**	**328.158**	**8,63**

b) Ágio na subscrição de ações

A reserva de capital no montante de R$ 22.774 proveniente de diferença entre o valor patrimonial de R$ 88.139 mencionado na nota explicativa 26.1 (vi) e o valor de R$ 110.913 aportado de ações na data de aquisição das Sociedades Borgato, conforme nota explicativa 1.3. c.

26.3 Reserva de lucros

a) Distribuição de dividendos

Conforme o Estatuto Social da Companhia, os seus acionistas possuem direito a dividendo mínimo obrigatório anual de 25% sobre lucro líquido do exercício ajustado para:

(i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e

(ii) Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida com base em um orçamento de capital para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos".

O Estatuto Social da Vamos permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

Os juros sobre capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido, aplicando a variação da taxa de juros de longo prazo (TLP) do período. O pagamento é condicionado à existência de lucros no exercício antes da dedução dos juros sobre capital próprio, ou de lucros acumulados e reserva de lucros.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o cálculo e a movimentação dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir:

	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2017	-	-	-
Juros sobre capital próprio	12.742	-	12.742
Distribuição de lucros	-	6.422	6.422
Aquisição Sociedades Borgato	-	1.193	1.193
IRRF	(1.911)	-	(1.911)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 21.1)	**10.831**	**7.615**	**18.446**

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício da Companhia, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando o Grupo apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram constituídos R$ 4.035 como reserva legal.

27. Cobertura de seguros

O Grupo Vamos mantêm seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

a) Responsabilidade sobre propriedade de terceiros

A apólice é coorporativa tendo sua cobertura em nome da JSL S.A. Entretanto, existe um processo interno de rateio dos prêmios pagos entre o Grupo Vamos e a JSL S.A.

Serviços segurados	Vigência	JSL S.A. Cobertura
Incêndio, queda de raio e explosão	12/2016 a 05/2018	79.000
Danos elétricos	12/2016 a 05/2018	1.000
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impactos nos veículos	12/2016 a 05/2018	3.000
Quebra de vidros	12/2016 a 05/2018	10
Desmoronamento	12/2016 a 05/2018	60
Roubo ou furto qualificado	12/2016 a 05/2018	500
Equipamentos estacionários	12/2016 a 05/2018	500
Equipamentos móveis	12/2016 a 05/2018	570
Responsabilidade civil de operações	12/2016 a 05/2018	1.520
Lucros cessantes	12/2016 a 05/2018	600
Roubo de valores no interior do estabelecimento	12/2016 a 05/2018	30
Roubo de valores no trânsito	12/2016 a 05/2018	10
Perda ou pagamento de aluguel	12/2016 a 05/2018	900
Movimentação de carga	12/2016 a 05/2018	350
Total de cobertura		**88.050**

b) Frota

O Grupo Vamos contrata seguro para frota conforme exigências contratuais, entretanto na sua maior parte faz a auto-gestão de sua frota, tendo em vista seu elevado custo e o baixo histórico de sinistros.

28. Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços

	31/12/2017	31/12/2016
Receita de locação, arrendamento mercantil e prestação de serviços	454.720	432.490
Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	68.520	77.135
Receita de venda de veículos novos	156.697	123.200
Receita de venda de peças e acessórios	72.353	72.785
Receita de venda de veículos usados	9.760	18.462
Receita bruta	**762.050**	**724.072**
(-) Deduções da receita		
Impostos sob vendas	(66.491)	(52.636)
Devoluções	(20.056)	(41.647)
Descontos concedidos	(747)	(809)
Receita líquida total	**674.756**	**628.980**

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em ICMS (alíquota de 7% a 19%), impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%), contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 0,65% ou 1,65%) e COFINS (alíquota de 3% ou 7,65%).

29. Gastos por natureza

As informações de resultado do Grupo Vamos são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2017	31/12/2016
Custo de vendas de veículos novos	(114.651)	(89.305)
Custo de vendas de veículos usados	(6.241)	(15.195)
Custo e despesas com frota	(22.864)	(11.505)
Custo de vendas de ativos desmobilizados (nota 12)	(67.903)	(47.618)
Custo de venda de peças	(48.380)	(46.685)
Pessoal	(52.199)	(43.814)
Depreciação e amortização (nota 14 e 15)	(124.043)	(116.439)
Impairment do ágio (nota 15)	-	(9.143)
Peças, pneus e manutenções	(19.429)	(9.501)
Combustíveis e lubrificantes	(1.618)	(1.002)
Provisão para demandas judiciais e administrativas (nota 24)	(1.110)	(643)
Propaganda e publicidade	(396)	(205)
Serviços prestados por terceiros	(9.875)	(6.016)
Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber (nota 8)	(25.470)	(20.111)
Indenizações judiciais	(27)	(79)
Energia elétrica	(780)	(731)
Comunicação	(610)	(590)
Viagens, refeições e estadias	(1.053)	(953)
Aluguéis de imóveis (nota 31.1)	(7.693)	(5.703)
Aluguéis de caminhões, máquinas e equipamentos	(27.540)	(48.528)
Resultado na venda de veículos avariados (i)	436	225
Despesas tributárias	(762)	(2.986)
Recuperação de PIS e COFINS (ii)	23.146	10.357
Crédito de impostos extemporâneos (iii)	2.489	-
Outras receitas (custo e despesas), líquidas	12.767	(6.774)
	(493.806)	**(472.944)**
Custo das vendas, locações e prestação de serviços	(327.114)	(336.043)
Custo de venda de ativos desmobilizados	(67.903)	(47.618)
Despesas comerciais	(15.951)	(15.126)
Despesas administrativas	(90.611)	(76.084)
Outras receitas operacionais	11.148	6.813
Outras despesas operacionais	(3.375)	(4.886)
	(493.806)	**(472.944)**

(i) Refere-se ao custo de veículos avariados e sinistrados baixados, líquidos do respectivo valor recuperado por venda, no montante de R$ 1.483 (R$ 564 em 31 de dezembro de 2016);

(ii) Créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos créditos e despesas;

(iii) É composto por verbas de INSS relacionadas a temas já pacificados no âmbito administrativo e judicial.

30. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Despesas financeiras		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(54.628)	(47.630)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(2.393)	(780)
Juros de risco sacado a pagar - montadoras	(127)	-
Despesa total do serviço da dívida	**(57.148)**	**(48.410)**
Outras despesas financeiras	(105)	(1.113)
Despesa financeira total	**(57.253)**	**(49.523)**
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	8.081	5.293
Receita de variação monetária	678	51
Outras receitas financeiras	228	569
Juros recebidos	3.045	7.692
Receita financeira total	**12.032**	**13.605**
Resultado financeiro líquido	**(45.221)**	**(35.918)**

31. Arrendamento operacional

31.1 Grupo Vamos como arrendatário

O Grupo Vamos possui contratos de arrendamento para suas lojas firmados com terceiros. Depois de analisar esses contratos, a Administração concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento operacional.

Os referidos contratos de arrendamento possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por um período adicional indeterminado. O valor do aluguel equivale a uma parcela fixa mensal sendo reajustada anualmente por índice determinado em contrato, em geral pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as despesas operacionais de aluguel totalizaram R$ 7.693 (R$ 5.703 em 31 de dezembro de 2016). Os pagamentos mínimos futuros estão demonstrados no quadro abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	Acima de 4 anos	Total
Obrigações futuras de arrendamentos operacionais	8.971	6.140	5.649	4.171	6.680	31.611

31.2 Grupo Vamos como arrendador

O Grupo Vamos possui contratos de prestação de serviços que são classificados como arrendamento mercantil operacional com prazos de vencimento até 2022. Esses contratos normalmente duram de 1 (um) a 10 (dez) anos, com opção de renovação após este período. Os recebimentos de arrendamento são reajustados por índices de inflação, para refletir os valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, os recebimentos futuros de arrendamentos são como segue:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Vamos	377.097	325.580	262.229	183.685	81.549	41.611	1.271.751

32. Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	31/12/2017	31/12/2016
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	92.584	77.875
Denominador:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	159.833.629	50.257.757
Lucro líquido básico e diluído por ações - R$	**0,57925**	**1,54951**

Média ponderada das ações ordinárias (i)

	31/12/2017	31/12/2016
Quotas existentes em 1º de janeiro	125.392.612	11.000
Efeito das quotas emitidas	-	50.246.757
Efeito das ações emitidas	34.441.017	-
Média ponderada de quotas em circulação	**-**	**50.257.757**
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	**159.833.629**	**-**

A Vamos não apresentou transações ou contratos envolvendo ações ordinárias ou ações potenciais com impacto no lucro por ação diluído.

(i) Em 31 de outubro de 2017 a Companhia transformou o tipo societário de sociedade limitada em sociedade por ações, convertendo suas quotas sociais em ações, na mesma quantidade.

33. Informações suplementares do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O Grupo Vamos faz aquisições de veículos para expansão de sua frota e parte destes veículos não afetaram o caixa por estarem financiados, ou por advirem de incorporação. Abaixo estão demonstradas essas aquisições sem efeito de saída de caixa:

	31/12/2017	31/12/2016
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxos de caixa:		
Total de adições do imobilizado	249.323	294.235
Captação de arrendamentos financeiros e Finame para aquisição de imobilizado	(120.728)	(153.477)
Incorporação do imobilizado de empresa adquirida JP Tecnolimp (nota 1.3.a)	-	(354)
Variação do saldo de risco sacado a pagar - montadoras	(3.027)	-
Variação no saldo de fornecedores de imobilizados e montadoras de veículos	(19.418)	4.625
	106.150	**145.029**
Demonstrações dos fluxos de caixa		
Imobilizado operacional para locação	102.684	133.720
Imobilizado para investimento	3.466	11.309
Total	**106.150**	**145.029**

Conforme nota explicativa 1.3.c, em 22 de dezembro de 2017, a Vamos concluiu a aquisição da totalidade do capital social das Sociedades Borgato, com os seguintes impactos no fluxo de caixa:

	31/12/2017	31/12/2016
Preço total (contraprestação), conforme contrato	224.116	-
(-) Reserva de contingências	(20.000)	-
(-) Valor a pagar em parcelas	(83.147)	-
(-) Valor pago com ações da controladora	(110.913)	-
Caixa desembolsado pela controladora	**10.056**	-
Caixa assumido da operação, na data do termo de fechamento	34.953	-
Caixa efetivo assumido na operação	**24.897**	-

34. Eventos subsequentes

a) Recompra de ações do Grupo Vamos

Em 08 de junho de 2018 a Companhia, em conjunto com a JSL S.A., firmou contrato de compra e venda com os antigos sócios das Sociedades Borgato para recompra das ações representando os 9% de sua participação na Vamos pelo valor de R$ 115.000. O valor foi pago da seguinte forma: (i) uma parcela de R$ 20.807 em que a JSL S.A. entregou 3.037.500 ações suas e aumentou sua participação na Vamos de 91% para 99.99%; e (ii) a Vamos recomprou o restante das ações pelo valor de R$ 94.193, registradas como ações em tesouraria, sendo pagos em ações da Movida GTF, no valor de R$ 26.067, adquiridas da JSL S.A. e entregue aos antigos sócios das Sociedades Borgato, contabilizado na rubrica partes relacionadas, e R$ 68.126 (R$ 66.631 ajustado a valor presente) a pagar em parcelas anuais, iniciando em janeiro de 2019 até 2021, corrigidas pelo CDI, registrado na rubrica obrigações a pagar por aquisição de empresas.

Ainda como parte da negociação, foram pagas as obrigações por aquisições de empresas no valor de R$ 103.622 (R$ 103.147 a pagar em 31 de dezembro de 2017), referente a combinação de negócios de 22 de dezembro de 2017.

b) Redução de capital social da Transrio

Em 09 de Março de 2018, foi aprovada em ata de reunião dos sócios, a redução de capital social da sua controlada Transrio, no montante de R$ 65.964. A publicação da ata ocorreu em 19 de maio de 2018, sendo que a efetiva redução foi efetuada em 01 de agosto de 2018, passando o capital social da Transrio de R$ 181.885 para R$ 115.921.

c) Encerramento de contrato de concessão

No dia 20 de setembro de 2018, a controlada Borgato Caminhões S.A. (“Borgato Caminhões”) deixou de ser concessionária autorizada da marca DAF. Até a referida data a Borgato Caminhões atendeu a concessão através de estabelecimentos nas cidades de Ribeirão Preto, Sumaré e São José do Rio Preto, que passaram a ser agências de veículos seminovos com a bandeira Vamos.

d) Cisão JSL Holding

Em 31 de dezembro de 2018, os acionistas aprovaram a cisão parcial da Companhia com a redução do capital no valor de R$ 82.879 referente ao acervo líquido contábil composto pelo investimento na JSL Holding. Dessa forma, o capital social da Companhia, que era de R$ 565.696 passa a ser de R$ 482.817. As operações da JSL Holding eram geridas pela Controladora e foram transferidas para a JSLF1 participações Ltda. (controlada direta pela JSL).

O objetivo dessa cisão foi focar o portfólio de serviços e produtos da Vamos em locação e venda de caminhões, máquinas e equipamentos.

e) Emissão de debêntures

Em 22 de fevereiro de 2019, a VERT Companhia Securitizadora, divulgou o aviso ao mercado a respeito da emissão da 1ª série da 21ª emissão de Certificados de Recebíveis no valor total, inicialmente, de R$ 250.000, lastreados nos Direitos Creditórios do Agronegócio os quais são representados pelas debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição privada de emissão da Vamos.

f) Distribuição de dividendos (reapresentado)

Em 25 de fevereiro de 2019, a Assembleia dos Acionistas aprovou a distribuição de dividendos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após a dedução das reservas de lucros, no montante de R$ 107.290, atribuídos a esse montante, juros sobre o capital próprio, declarados no mesmo ano no valor de R$ 20.000. Também foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 89.832 das reservas de lucros.

* * * * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GRUPO
VAMOS